

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos

Angela Lano

**«O RADICALISMO ISLÂMICO E AS AGENDAS GEOPOLÍTICAS
OCIDENTAIS: ALIANÇAS E CONFLITOS NO CASO DA LÍBIA, DA
REVOLTA CONTRA GADDAFI AOS DIAS ATUAIS»**

Salvador 2019

Angela Lano

«O RADICALISMO ISLÂMICO E AS AGENDAS GEOPOLÍTICAS OCIDENTAIS:
ALIANÇAS E CONFLITOS NO CASO DA LÍBIA, DA REVOLTA CONTRA GADDAFI
AOS DIAS ATUAIS»

Tese de Doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof. Doutor Livio Sansone
Co-Orientador: Prof. Doutor Cláudio Furtado

Área de Concentração: Estudos Africanos

Salvador 2019

Angela Lano

«O RADICALISMO ISLÂMICO E AS AGENDAS GEOPOLÍTICAS OCIDENTAIS:
ALIANÇAS E CONFLITOS NO CASO DA LÍBIA, DA REVOLTA CONTRA GADDAFI
AOS DIAS ATUAIS»

Área de Concentração: Estudos Africanos

Prof. Dr. Livio Sansone – UFBA Pós-Afro (Orientador)

Prof. Dr. Cláudio Furtado – UFBA Pós-Afro (co-Orientador)

Prof. Dr. Valdemir Zamparoni – UFBA Pós-Afro (Banca Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Tânia Tribe, SOAS-University of London -UK (Banca Examinadora)

Prof.^a Dr.^a. Lucia Avallone – Università degli Studi di Bergamo -Itália (Banca Examinadora)

Salvador, 1 novembro de 2019

*A Federico, Hannya Francesco e Fernando,
a Giovanni, meu pai, que me ensinou a amar a História.*

*À esplêndida civilização islâmica medieval, à qual a Europa moderna está profundamente
endividada.*

à Ordem Rosacruz, que me acompanhou nesses anos de estudo

...

AGRADECIMENTOS

Agradeço os muitos que contribuíram para a realização do meu doutorado, em primeiro lugar, o prof. Livio Sansone, que encontrei em 2014 no Pós-Áfro-CEAO e que se entusiasmou com meus estudos árabes e islâmicos e com o tema da minha pesquisa: nesses anos de doutorado sempre me incentivou, orientou e apoiou, com amizade e respeito à liberdade de escolha do meu próprio caminho.

Assim, quero agradecer os professores Cláudio Furtado, pelo apoio e conselhos ao longo desses anos de estudo, pesquisa e trabalho na tese, e Valdemir Zamparoni, pelas contribuições realizadas a esse trabalho durante o exame de qualificação.

Todos eles foram meus mestres e exemplo de dedicação ao conhecimento e à pesquisa.

Aos professores Tânia Tribe, Valdemir Zamparoni, Lucia Avallone, enquanto membros da Banca Examinadora, por terem aceito o convite para desempenhar esse papel, dedicando seu tempo e conhecimento para analisar esse trabalho.

Agradeço a todos os meus entrevistados: conhecer e ouvir todos eles foi fundamental para minha pesquisa e tese.

Graças à Bolsa sanduíche da CAPES, minha pesquisa bibliográfica na SOAS de Londres e a pesquisa de campo na Inglaterra, de agosto 2018 até 31 de janeiro 2019 foram muito proveitosas e enriquecedoras. A este respeito, quero agradecer o meu orientador na SOAS, Professor Mashood Baderin Chairman – Centre of African Studies-, a dr.a Angelica Baschiera, Manager Regional Centres and Institutes-SOAS; a prof.ra Tânia Tribe, Senior Lecture, Department of History of Art and Archaeology, School of Arts, SOAS-University of London LMEI, e o Prof. Dr. Hassan Hakimian, Diretor do London Middle East Institute-SOAS, pelo apoio e a e disponibilidade. Entre o Pós-Áfro-CEAO e a SOAS, nascerá uma parceria que contribuirá a promover intercâmbios, pesquisas e estudos.

Agradeço minha amada família, pelo apoio, carinho e presença ao longo da minha vida e trajetória, assim como os meus melhores amigos no Brasil: Beatriz, Artur e Nildo que representam uma parte da minha família alargada.

Agradeço os meus amigos italianos Roberto D'Amico e Roberto Abdulkabir Aliotta, que, partindo de diferentes perspectivas e profissões, conversaram comigo, durante anos, sobre o tema do radicalismo islâmico.

Agradeço também os meus amigos e conhecidos da Irmandade Muçulmana Europeia, objeto de uma parte das minhas observações de campo e análises: entre eles há muitas excelentes pessoas.

Por último, mas não menos importante, agradeço à FAPESB pela bolsa de estudo ao longo desses quatro anos de doutorado, graças à qual pude me dedicar à pesquisa com tranquilidade.

*«Desertum fecerunt et pacem appellaverunt»
(Tacito, De Agricola)*

RESUMO

O presente trabalho de tese tem como objetivo destacar, através de um caminho iniciado com o estudo e análise histórica do radicalismo islâmico/islamismo-islã político, desde suas origens até os nossos dias, as ligações e as colaborações entre este último e as agendas ocidentais, com atenção especial à Líbia.

O assunto central deste tese é verificar se, na esteira das “Primaveras árabes” que envolveram o norte da África e o Oriente Próximo e Médio, o islamismo político, em suas várias expressões ideológicas e operacionais, tenha colaborado instrumentalmente com a OTAN e as potências ocidentais que dela fazem parte e com alguns estados árabes do Golfo para a derrubada do regime de Gaddafi.

Além disso, a questão é se o islamismo político e as agendas ocidentais tenham planejado (inicialmente cada um por si e depois em conjunto), a mudança de regime, e se isso não fosse um objetivo compartilhado pela maioria da população líbia, que exigia algumas mudanças sociais, políticas e econômicas, e não o colapso da Jamâhîriyya.

O trabalho bibliográfico e de campo desses anos de pesquisa demonstra que estas hipóteses têm bases concretas, verificadas através de textos, artigos e análises de importantes estudiosos internacionais - professores universitários de antropologia, ciência política, relações internacionais, história, estudos islâmicos e geopolítica -, de documentos desclassificados de agências de inteligências e governos internacionais, e de entrevistas realizadas no Norte da África e na Europa com líbios e muçulmanos de vários países árabes e europeus.

Das várias fontes - primárias e secundárias – ressalta-se que a revolta de 2011 e a situação atual da Líbia têm múltiplas e diversificadas causas internas e externas: certamente, na base do levante havia uma necessidade geral de mudança interna, por maiores espaços de debate social e político, de maior equidade e distribuição de riqueza e poder, mas as ações populares foram infiltradas, desviadas e manipuladas por grupos ligados ao islamismo político - da Irmandade Muçulmana a al-Qâ‘ida e o Dâ‘ish - e pelas potências ocidentais que planejavam uma mudança de regime há anos.

Para esses movimentos islamistas, seguidores da doutrina do ideólogo medieval Ibn Taymiyya, Gaddafi e sua Revolução Verde representavam uma forma de governo blasfemo, em antítese ao “governo de Deus” por eles pregado, que precisava ser derrubado: o Coronel era o “tirano” que tinha que ser morto.

As trocas de e-mails entre o Secretário de Estado dos EUA, Hillary Clinton e seu conselheiro, Sidney Blumenthal, confirmam que rebeldes no leste da Líbia incluíram muitos elementos

jihadistas que se infiltraram no Conselho Nacional de Transição. Os e-mails mostram também que o presidente francês Nicolas Sarkozy estava muito preocupado com os projetos de Gaddafi na África - adoção do dinar de ouro para as transações comerciais e de petróleo, banco central africano, etc. -, revelando que tudo isso representava uma “séria ameaça” ao status quo econômico-financeiro ocidental e era uma das verdadeiras razões da guerra da OTAN contra a Líbia.

Em março de 2011, políticos e agências de inteligências internacionais estavam conscientes do sério risco representado pela presença do islamismo radical e do terrorismo, prontos para explorar o vácuo de poder que a guerra estava criando na Líbia; no entanto, essa consciência não os fez desistirem de seus planos.

Palavras-chave: Islamismo radical, Islã político, Líbia, al-Qâ'ida, Dâ'ish, Gaddafi,.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to highlight, through a path that began with the study and historical analysis of Islamic radicalism/political Islâm from its origins to the present day, the links and collaborations between radicalism and the western agendas, with special attention to Libya.

The central question was whether, in the wake of the “Arab Spring” that involved North Africa and the Near and Middle East, political Islam, in its various ideological and operational expressions, had instrumentally collaborated with NATO, and the Western powers that are part of it, and with some Arab Gulf states for the overthrow of the Gaddafi regime.

Moreover, the question is whether political Islam and Western agendas had planned (initially each for themselves and then jointly) a regime change, and if this were not a goal shared by the majority of the Libyan population, which required some social, political and economic change, and not the collapse of the Jamâhîriyya.

The bibliographical and field work of these years of research shows that this hypothesis has concrete foundations, verified through books, articles and analysis of important international scholars - university professors of anthropology, political science, international relations, history, Islamic studies and geopolitics -, declassified documents from international intelligences and governments, and interviews conducted in North Africa and Europe with Libyans and with Muslims from various Arab and European countries.

From the various sources - primary and secondary - it is highlighted that the 2011 revolt and the current situation in Libya have multiple and diverse internal and external causes: certainly,

at the base of the uprising there was a general need for internal change, for greater spaces for social and political debate, more equity in the distribution of wealth and power; however, popular actions were infiltrated, diverted and manipulated by groups linked to political Islâm - from the Muslim Brotherhood to al-Qâ'ida and Dâ'ish - and by the Western powers that had been planning a regime change for years. For these Islamist movements, followers of the doctrine of the medieval ideologue Ibn Taymiyya, Gaddafi and his Green Revolution represented a blasphemous form of government, in antithesis to the "government of God" they preached, which needed to be overthrown: the Colonel was the "tyrant" who had to be killed. E-mail exchanges between US Secretary of State Hillary Clinton and his adviser Sidney Blumenthal confirm that rebels in eastern Libya included many jihadist elements who had infiltrated the National Transitional Council. The emails also show that French President Nicolas Sarkozy was very concerned about Gaddafi's projects in Africa - adoption of the gold dinar for oil and trade transactions, the African central bank, etc. - revealing that all this posed a "serious threat" to the Western economic-financial status quo and was one of the real reasons for NATO's war against Libya.

By March 2011, politicians and international intelligences were aware of the serious risk posed by the presence of radical Islâm and terrorism, ready to exploit the power vacuum that the war was creating in Libya; however, this awareness did not make them desist from their plans.

Keywords: Radical Islam, Political Islam, Libya, Al-Qâ'ida, Dâ'ish, Gaddafi.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AQIM: Al-Qaeda in the Islamic Maghreb (al-Qâ'ida no Magrebe Islâmico)
- CCR: Revolutionary Command Council (Conselho do Comando da Revolução)
- CNG: NGC National General Congress (Congresso Nacional Geral)
- CGP: People's General Committee (Comitê Geral do Povo)
- CMT: TMC Tripoli Military Council (Conselho Militar de Trípoli)
- CNT: National Transition Council (Conselho Nacional de Transição)
- CST: Tripoli State Council (Conselho de Estado de Trípoli)
- EI: Dâ'ish/ISIS/Estado Islâmico/IS
- EUA: Estados Unidos da América
- FF: Freedom Flotilla/Flotilha da Liberdade
- GB: Grã Bretanha
- GNA: Government of national agreement (Governo de Acordo Nacional)
- GNC: General national Congress (governo de unidade nacional)
- GPC: General People Congress (Congresso Geral do Povo)
- GSPC: Grupo salafista para a pregação e o combate
- HoC: House of Commons britânica
- HoR: House of Representatives (Câmara dos Representantes ou Conselho dos Deputados)
- IM: Irmandade Muçulmana
- JCP Party: Justice and Construction Party/ Justice and Development (Justiça e Construção)
- LIFG: Libyan Islamic Fighting Group (Jamâ'at al-Islâmîyya al-Muqâtila bil-Libîyâ; Grupo de Combate Islâmico da Líbia)
- LNA: Exército nacional líbio ou “forças armadas árabes da Líbia”
- LROR: Libyan Revolutionaries Operations Room
- RtP: Responsibility to Protect, RtoP ou R2P, Responsabilidade de proteger;
- ICRtoP, coalizão internacional pela Responsabilidade de proteger
- UE: União Europeia
- UK: United Kingdom, Inglaterra
- SSC: Supreme Security Committee

SUMÁRIO

Introdução geral	p.18
I.1. Trajetória acadêmica	
I.2. Trajetória da pesquisa	
I.3. Desenvolvimento da pesquisa	
I.4. Método de trabalho.	
I.5. Notas de edição.	
Introdução ao tópico da pesquisa	p.30
II.1 “A new beginning”, um novo começo	
II.2. A situação atual e o papel do radicalismo.	
II.3. Difusão do radicalismo.	
A situação atual	p.36
Introdução	
Capítulo 1. O radicalismo islâmico/Islã político: significado, raízes e figuras históricas	p.42
1.1. Radicalismo-fundamentalismo-islamismo político: os termos da questão	
1.1.1. Terminologias	
1.1.2. O novo uso do termo islamismo	
1.1.3. A natureza de fenômeno	
1.1.4. Causas do radicalismo islâmico ou islamismo político	
1.1.5. Islamismo político como exclusão e delimitação do espaço do “parentesco”	
1.1.6. Radicalismo, um projeto moderno e anti-tradicional?	
1.2. A história do radicalismo	
1.2.1. Os Kharijitas, os precursores do radicalismo islâmico	
1.3. O pensamento radical. Salafismo ou salafiyya	
1.3.1. Os pais do salafismo	
O fundador do hanbalismo: ibn Ḥanbal	
<u>Os princípios hanbalitas</u>	
Ibn Taymiyya, o “pai” do islamismo político	
<u>O pensamento de Ibn Taymiyya e a criação da doutrina do islamismo político</u>	
<u>Ṣiyâsa shar’iyya</u>	
<u>Hukûmatu-Llah, o governo de Deus, e a hakimiyya, a soberania de Deus</u>	
Muḥammad ibn Abd al-Wahhâb, o fundador do Wahhabismo	
<u>Da doutrina às consequências políticas</u>	
1.3.2. Nacionalismo árabe e despertar islâmico	
Os <i>’Islâhistas, os reformadores</i>	
O pan-islamismo anti-imperialista de al-Afghâni	
<u>Seu pensamento</u>	
O fundamentalismo islâmico de Muḥammad ‘Abduh	
1.3.3. A <i>Nahḍa, ou renascimento</i> oriental	
‘Abd al- <i>Rahmân al-Kawâkibî</i>	
Muḥammad Rashîd Riḍâ	
1.3.4. Os acordos Sykes-Picot, a divisão do Oriente Médio e a criação das fronteiras	

Capítulo 2. História do radicalismo islâmico nos séculos XX e XXI**p.90****2.1. Do salafismo ao neo-salafismo**

2.1.1. As principais linhas do salafismo/neo-salafismo

A Irmandade Muçulmana

O fundador da Irmandade: Ḥasan al-Bannâ´

O programa da Irmandade

Trajetória política

Irmãos temporariamente vitoriosos

O teórico do jihadismo: Sayyid Qutb

2.2. Radicalismo islâmico das lutas nacionais à globalização: o jihadismo internacional

2.2.1. Tendências e métodos dos movimentos islâmicos radicais: a religião como práxis política

2.2.2. Métodos de lutas violentas

Jihadismo

Takfirismo

2.2.3. Formações islamistas

Al-Qâ´ida

Al-´Azzam: o Irmão Muçulmano que criou os mujâhidîn e al-qâ´ida junto com bin Ladin

Azzam e o desenvolvimento do pensamento da Irmandade Muçulmana

A “base” militar

O perfil do jihadista afegão-árabe

Operações terroristas

As filiações de al-Qâ´ida

Dâ´ish/ISIS IS, EI, ISIS, Daesh

De Camp Bucca à mesquita em Mosul: a carreira do califa al-Baghdadi

Um califado não autorizado

O califado na tradição islâmica

2.2.4. A evolução do radicalismo: de Qâ´ida a Dâ´ish, diferentes estratégias

Violência como espetáculo

Tanatofilia e martírio

Capítulo 3. O caso da Líbia: panorâmica histórica nos séculos XX e XXI**p.134****Parte I****3.1. Introdução**

A Líbia, dois governos rivais e muitas milícias

3.2. História de invasões e conquistas

As irmandades na Líbia: a Ordem Senussita

Europa e Líbia

3.3. A colonização italiana, a Segunda Guerra Mundial e os projetos de partição da Líbia (1911-1951)

Italianos, “brava gente” (boas pessoas)?

Omar al-Mukhtar, o Leão do Deserto

3.4. Libertação e ocupação: propostas de partição da Líbia

O trabalho da comissão Pelt da ONU e a proclamação da independência

3.5. Independência e Reino da Líbia

3.5.1. Rei Idris

3.5.2. A criação da Líbia (1951-1969)

Independência e alvos estrangeiros na Líbia

Objetivos estratégicos ocidentais

3.6. A revolução da Líbia e o regime de Gaddafi (1969-2011)

3.6.1. Uma nova fase histórica

A nova etapa da Líbia

3.6.2. Ajuda externa à Revolução?

3.6.3. O discurso de Gaddafi em Zuwârah, em 1973: do Partido Único no estilo Nasser à Revolução do Povo

3.7. A Sociedade Líbia do Livro Verde (1973-1986)

3.7.1. A filosofia política de Gaddafi, o Livro Verde, o nascimento do grande Jamâhîriyya

3.7.2. A solução para o problema da democracia: o poder do povo (do Livro Verde)

3.8. A era das massas

Poder do povo (Sult ash-Sha‘ab) na era das massas

3.9. Organizações legislativas e executivas da jamâhîriyya

Os líbios não atraídos pela política

A renda do petróleo e as políticas de desenvolvimento

3.10. O sonho da unidade árabe que se tornou pan-africano

A RAU

Gaddafi e a África

3.11. Oposição interna e repressão

3.12. Crise com os Estados Unidos a partir dos anos 1980

Embargos e blocos.

Ativismo líbio fora da Líbia e a conflitualidade ocidental para com a Líbia

Embargo internacional e abertura interna da Líbia

Infitah e Carta verde dos direitos humanos

Exército e milícias: segurança e gerenciamento de força na Líbia

3.13. Mudanças e reaproximação com o Ocidente, antes da catástrofe

3.14. Grupos e idiomas da Líbia

Os grupos étnicos da Líbia

Os Imazighen hoje

3.15. A revolta ou “primavera da Líbia” de 2011

p.197

3.15.1. A guerra da OTAN e a 1ª guerra civil da Líbia

2014. A 2ª guerra civil líbia: atores

Dinâmicas

Anshâr al-Sharî‘a assume o controle de Benghazi. A ascensão do estado islâmico

Operação Dignity/al-Karamah: a Batalha de Benghazi

A batalha do aeroporto de Tripoli - Operação Libya Dawn.

2015. Janeiro-novembro: Dâ‘ish na Líbia

Tentativas de “paz”

Acordo político da Líbia e governo de acordo nacional

2016

Ataque de Al-Bunyan al-Marsus/Guerra de Sirte

Milícias e grupos na Líbia

O Conselho de Mujâhidîn de Derna - Shura Council

Milícias salafitas

Estado Islâmico (IS)/Dâ‘ish

Milícias Imazighen (Amazigh)

A situação de fato

Benghazi, a “velha bruxa” anti-jamâhîriyya

Uma breve história de Benghazi, a rebelde

Segunda Guerra Mundial

Benghazi hoje

Ataque de 2012 a Benghazi

3.15.2. Segunda guerra civil líbia: a batalha de Benghazi (2014-2017)

A Líbia hoje: um país à beira da falência

Capítulo 4. Gaddafi, o Islã, o islamismo político e a globalização

p. 233

4.1. Gaddafi e o Islã

4.2. O Islã e a Terceira Teoria Universal: o pensamento religioso de Gaddafi

4.3. Oposição islâmica ao regime da Jamâhîriyyah

Atividade da oposição anti-Gaddafi

4.4. As raízes do islamismo político na Líbia

4.5. O Jihadismo na Líbia durante o regime de Gaddafi: os precursores do Dâ 'ish (1980-2010)

O jihâd do LIFG (Grupo Islâmico da Líbia para combate), na Líbia

Primeiras ligações líbias com o Dâ'ish

4.6. Jihadistas no alvo de Gaddafi

4.7. O regime e o “perdão” aos islamistas: auto-sabotagem ou inevitabilidade política?

4.8. Islã e globalização

4.8.1. Islamismo como um veículo e um produto da globalização

4.8.2. Inovação e violência

O perfil do jihadista

Violência jihadista como desordem mental ou como reação à marginalização social e política?

Perfil das famílias e dos jovens

Muçulmanos marginalizados. Depressão e vida vazia

Doença e uso de drogas

Uso de anfetaminas

Padrões na radicalização islâmica na Europa

Jihadismo via Internet

O manual do jihadista ou mujâhid

Capítulo 5. Convergência de interesses internacionais contra a Líbia: as agendas das potências ocidentais e árabes e o islamismo radical

p. 284

5.1. Da “primavera” líbia à mudança de regime, com a colaboração do islamismo local e internacional

5.1.1 As Primaveras Árabes, a “Primavera da Líbia”

5.1.2. ONU, OTAN e a zona de exclusão aérea sobre a Líbia

5.1.3. “Responsabilidade de proteger” ou licença para matar?

5.1.4. Informação e propaganda de guerra

Boatos e propaganda ajudam a revolta

O papel da mídia

False flag (Sob uma bandeira falsa) e terrorismo sintético

Manipulação de fatos e indústria das revoluções

5.1.5. O inverno líbio após a mudança de regime: o testemunho de Sami Hamami, de empresário a pobre e desesperado

5.2. Os movimentos islâmicos radicais na Líbia de hoje

- 5.2.1. Irmandade muçulmana na Líbia
A IM na mira dos ex aliados anti-regime
- 5.2.2. Al-Qâ'ida na Líbia
- 5.2.3. Orientação religiosa étnico-política
- 5.2.4. O Estado Islâmico
- 5.2.5. Ansâr al-Sharî'a
- 5.2.6. Libyan Islamic Fighting Group (LIFG)
- 5.2.7. As ligações da Irmandade Muçulmana, al-Qâ'ida e o Dâ'ish
- 5.2.8. Relações entre a Irmandade e os governos ocidentais desde os anos 50

5.3. Figuras-chave do jihadismo anti-Gaddafi na Líbia

- 5.3.1. Abdelhakim Belhaj
- 5.3.2. O braço direito de Belhaj: Mahdi el-Harati, da Freedom Flotilla à revolta na Líbia

5.4. Líbia pós-revolta

- O retorno do jihadismo líbio

5.5. Jihadismo e islamismo político cúmplices das agendas ocidentais na revolta líbia

p. 356

- 5.5.1. As agendas das potências ocidentais e árabes e o islamismo radical
- 5.5.2. Bilhões em Armas, Dinheiro e Equipamentos
EUA/Europa, a rede jihadista e os antecedentes terroristas do LIFG
- 5.5.3. Inteligências estrangeiras já presentes nas áreas das revoltas
- 5.5.4. Os EUA e o radicalismo islâmico
- 5.5.5. Intervenção da OTAN em apoio aos rebeldes e os e-mails Blumenthal-Clinton sobre a Líbia

5.6. A guerra árabe-ocidental à Líbia. Cui prodest?

- 5.6.1. O que o Ocidente queria alcançar com a mudança de regime?
- 5.6.2. A tentativa de “golpe” líbio contra o colonialismo financeiro na África
- 5.6.3. Disputas comerciais e políticas

5.6.4. As agendas ocidentais estão em pleno andamento

Conclusões	p. 392
Glossário	p. 399
Bibliografia	p. 406
Tabela das entrevistas	p. 422
Fotos	p. 424

INTRODUÇÃO

I. Introdução geral

I.1. Trajetória acadêmica

Minha trajetória acadêmica começou no ano 1983 no Departamento de Estudos Orientais¹ da Universidade de Turim, na Itália. Escolhi as línguas e as literaturas semíticas, com especialização em Árabe; o plano de estudo incluiu também as disciplinas históricas, políticas e sociais do Oriente Médio e da África e os estudos islâmicos; algumas línguas europeias (no meu caso o Inglês e o Alemão); a Egiptologia. Durante os anos de universidade passei também períodos de estudo nos países árabes (Egito, Tunísia, Jordânia, Palestina) e na Europa (Espanha, França, Alemanha e Inglaterra).

Em 1990 obtive a *Laurea Magistralis* (reconhecida pela UFBA em 26/05/2015 como graduação e mestrado em Estudos Étnicos e Africanos).

Os estudos interdisciplinares chamados de “Orientais” envolviam diferentes disciplinas de várias faculdades: Línguas e Filologia, Letras, Ciências políticas, História. No entanto, a partir dos meados dos anos 90, o novo ordenamento acadêmico aboliu os “Estudos Orientais” enquanto legado colonial europeu, e os recolocou em várias faculdades e departamentos. Portanto o título de “orientalista” não foi mais utilizado e foi substituído com os de “arabista”, “islamólogo”, “historiador do mundo árabe-islâmico”, etc.

A partir de 1990 comecei a colaborar com revistas e jornais escrevendo artigos e reportagens sobre o mundo árabe e islâmico, e livros, e a trabalhar na formação de professores das escolas primárias e secundárias sobre o Islã, as culturas e as tradições árabes: era a época do começo de um grande fluxo de imigrantes que chegavam do Norte da África.

Trabalhei também em projetos culturais e sociais entre as instituições públicas e as comunidades árabes e islâmicas na minha cidade. Isso me deu a oportunidade de fazer várias pesquisas “de campo” entre as famílias e as mulheres muçulmanas, os grupos e os movimentos islâmicos presentes na Itália, que duraram de 1998 até 2005 e que foram publicadas em artigos e em livros: “Voci di donne in un hammam”; “La donna nel mondo arabo-islamico”; “Donne per un altro mondo”, “Islam d’Italia”. Com este livro ganhei o prêmio “Mezzaluna D’Oro”.

Entre 2001 e 2003 atualizei o “Grande Dicionário Enciclopédico” para uma editora nacional universitária, a Utet, nos verbetas “Literatura árabe”, “Literatura persa” e autores; contemporaneamente participei de conferências, debates, discussões organizadas em universidades, centros culturais, instituições públicas em várias regiões italianas sobre as temáticas árabes e islâmicas. Eram os anos da “islamofobia” criada pela mídia após os ataques

¹ Esses estudos incluíam as línguas e culturas árabe, hebraica e outras da área semítica antiga, chinês, japonês e hindí, e as relativas filologias.

terroristas contra as Torres Gêmeas, em Nova York, em setembro de 2001. A mídia nacional “hegemonizava o discurso” sobre os muçulmanos espalhando estereótipos e preconceitos, e as comunidades muçulmanas eram constantemente alvo de ataques racistas: representava o “conhecimento europeu” do “Oriente” veiculado no Ocidente naquele período, e era funcional ao “imperialismo ocidental” e às suas novas guerras no mundo árabe.

Na minha perspectiva de estudiosa do “mundo árabe-islâmico” era preciso, portanto, desconstruir tal discurso através do “conhecimento real” e não manipulado das culturas e tradições das comunidades muçulmanas: foi essa a tarefa que dei ao meu livro “Islam d’Italia” e a várias reportagens publicadas na “Repubblica”, um dos principais jornais italianos, e em revistas. Tratava-se de tentativas de refutação de outros textos de divulgação de massa onde os “muçulmanos” eram assimilados aos “terroristas islâmicos”.

Após anos, cansada de tentar fazer um trabalho de análise e desconstrução da islamofobia, das suas simbologias, suas mensagens e seus objetivos na mídia *mainstream* – pois era essa uma das causas e veículo do fenômeno em si -, em 2006 criei uma agência online de notícias, InfoPal.it, sobre o Mediterrâneo, o Oriente Médio e a Palestina junto com a comunidade palestino-muçulmana na Itália: eu entrava, assim, no “olhar dos outros”, na “cultura do Oriente”, direcionada ao “Ocidente”. Estava “dentro da comunidade”.

Essa experiência deu-me também a possibilidade de observar, ouvir, entender “por dentro” dinâmicas complexas e contraditórias, até o paradoxal: foi a partir desta perspectiva que, em 2011, ano de eclosão das revoltas árabes, comecei a pesquisar sobre as chamadas “Primaveras Árabes” e o papel do fundamentalismo islâmico ou islamismo político. Muitos dos meus amigos e colegas muçulmanos estavam na “liderança” interna ou externa dessas revoltas e o que eu estava observando era um desenvolvimento de fatos e dinâmicas introduzindo grandes e importantes interrogativos, e muitas questões e dúvidas que precisavam de respostas.

Em 2013, durante uma viagem para Salvador visitei o CEAO e conheci o programa do Pós-Afro, daqui comecei a pensar em continuar os estudos de pós-graduação no Brasil para sistematizar anos de pesquisas de campo, aprofundando-as e reforçando-as com as teorias científicas: em 2014 segui alguns cursos como aluna especial e em 2015 entrei com o meu projeto no programa. Todas as disciplinas seguidas entre 2014 e 2016 têm sido de importância fundamental seja para a minha trajetória de estudos seja ao nível metodológico, epistemológico e da linguagem específica a ser utilizada.

Os anos de pesquisa bibliográfica e de campo passados entre Brasil, Itália, Marrocos, Tunísia, Turquia, Inglaterra e entre os representantes da Irmandade Muçulmana na Europa, bem como o contínuo diálogo com líbios na Líbia (via skype, whatsapp, messenger) e no resto do

mundo, foram muito interessantes e fundamentais para o meu trabalho de doutorado. Igualmente fundamentais foram os seis meses da bolsa sanduíche (CAPES) na SOAS de Londres, a mais prestigiada e importante universidade de Estudos orientais e africanos do Ocidente.

Relendo a tese, em setembro 2019, sinto que sistematizei e completei um longo ciclo de pesquisas e estudos sobre o Islã, o islamismo político, a África do Norte e o Oriente Médio, que dura 36 anos. Sobre a Líbia, em particular, foi meu desejo, mais de três décadas atrás, dedicar-lhe a tese da minha *laurea magistralis*, mas meu falecido professor de história e geopolítica árabe-islâmica, prof. Ascanio Du Montel, dirigiu-me a dedicar-me à Palestina, incentivando o que se tornaria meu grande interesse humano e profissional. Sou grata portanto ao prof. Livio Sansone, e ao programa do Pós-Afro, de ter-me dado a chance de realizar meu antigo sonho de estudar a Líbia e também de ter aceitado me apoiar como orientador nesse caminho de doutorado. Estes foram excelentes anos.

I.2. Trajetória da pesquisa

Como mencionei acima, passei muito tempo entre as comunidades islâmicas na Itália, visitando famílias, centros islâmicos, encontrando pessoas comuns e líderes - muçulmanos de origem e convertidos -, e também membros e chefes da Irmandade Muçulmana, seja na Europa seja em países islâmicos, participando de reuniões, atividades, viagens, delegações; conheci também chefes de estados e ministros iranianos, turcos, palestinos, sírios, tunisianos, ayatollahs, a liderança do Hamas e de Hezbollah.

Durante e após a eclosão da Primavera Árabe (Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Bahrein, Iêmen), viajei com representantes da Irmandade Muçulmana no Egito, na Palestina, na Turquia e na Tunísia, participando em reuniões e encontros, e com representantes de outros grupos islâmicos no Irã. Encontrei delegações da oposição ao governo filo-Arábia Saudita no Bahrein, da Síria (oposição e governo), do Líbano (Hezbollah) e do Irã, coletando muito material de fontes primárias e secundárias, e uma ampla visão das dinâmicas em jogo nas Primaveras Árabes - alianças, táticas e estratégicas, metas e objetivos, etc. Todo esse material foi utilizado para escrever artigos de análise e de aprofundamento.

Durante a minha participação em eventos e encontros antes e durante o curso das “primaveras” nos países árabes, tive a possibilidade de presenciar às discussões entre os membros da IM e seus aliados (por exemplo, de uma parte dos movimentos e partidos da esquerda europeia), de ouvir e anotar os seus discursos: os líderes e membros da IM na Europa discutiam sobre a importância de trabalhar juntos com a OTAN, os Estados Unidos e as

potências europeias para derrotar os regimes de Gaddafi na Líbia e de Assad na Síria; falavam em “utilizar a potência e a capacidade militar ocidental” para alcançar esses objetivos contra os seus inimigos. No entanto, já suspeitava, enquanto estudiosa do mundo árabe e islâmico, da perspectiva futura que tomariam as decisões e os planos de IM. Porém percebi que esses líderes e “irmãos muçulmanos” não queriam levar em conta os possíveis desenvolvimentos futuros: a IM e os revoltosos árabe-islâmicos sendo utilizados pelas agendas dos EUA e da Europa (em particular, a Grã-Bretanha e a França) como “asset” pelas “trocas de regime” (*regime change*) no Norte da África e no Oriente Médio (FORTE, 2012; PERUCCHIETTI, 2016).

A Irmandade, de fato, estava completamente absorvida pelo projeto de levantes árabes que queriam varrer os regimes hostis a ela e criar um novo “califado” do Norte da África ao Oriente Médio, sob a direção da Turquia, onde a IM estava no governo já há tempos, e o apoio do Qatar, estado seu amigo e financiador.

Da observação e das leituras dos eventos a partir daqueles anos, e dos desenvolvimentos das situações políticas, em particular na Líbia, país bastante próspero até 2011, e que depois caiu no caos total e na miséria, nasceu o meu interesse em uma pesquisa de doutorado sobre o papel do radicalismo islâmico, a revolta contra Gaddafi, e as relações eventuais com as agendas ocidentais e islâmicas (Qatar, Arábia Saudita, Turquia). Muitas das pessoas que conheci e encontrei durante minha trajetória profissional eram e ainda são representantes do Islã político ou radical, em graus e envolvimento diferentes, portanto representam fontes primárias de informações e testemunhos no decurso dos acontecimentos na região objeto da minha pesquisa.

Como já mencionado, meu interesse na Líbia remonta a mais de três décadas; além disso, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, o considero um importante assunto de estudos, tanto por sua história antiga, moderna e contemporânea, quanto pela experimentação político-social-econômica de Gaddafi que, para o melhor ou para o pior, foi única. A Líbia é fundamental - no Mediterrâneo, na África e em relação à Europa - também devido à sua localização e papel geoestratégico e de recursos de petróleo e gás, à situação atual dos migrantes que chegam a milhares nas costas italianas. Os projetos “africanos” de Gaddafi - do dinar do ouro ao banco central africano, ao exército intrafricano e outros - que discutirei durante minha tese, poderiam ter perturbado a estrutura das relações entre o norte e o sul do mundo...

Quanto ao islamismo político, pareceu-me que historicamente se presta(va) bem a ajudar as agendas ocidentais na África e no Oriente Médio, portanto, para abordar as dinâmicas dessas relações com uma base de pesquisa mais sólida, dediquei dois capítulos à análise histórica e geopolítica sobre o islamismo, que são prodrômicos para o desenvolvimento dos outros três capítulos. Assim, comecei o meu trabalho de pesquisa partindo de uma hipótese central baseada

nas minhas experiências com a Irmandade Muçulmana e outros grupos radicais, e na leitura dos eventos antes e durante as “Primaveras Árabes”: existem agendas geopolíticas conjuntas ou estratégias comuns entre os EUA/GB/França (potências neocoloniais) e o radicalismo islâmico/islamismo político? Em particular, entre as potências acima mencionadas e a Irmandade Muçulmana, a rede de al-Qâ’ida e o Dâ’ish/ISIS², organizações que têm a mesma doutrina religioso-política e que são apoiadas por Qatar, Turquia e Arábia Saudita. Agendas focadas à troca de regimes (*regime change*) e à criação, em um primeiro momento, de estados islâmicos em cada país das “primaveras” e, sucessivamente, de um único grande Estado Islâmico, ou neo-califado. Um forte estado islâmico com uma política econômica capitalista neoliberal, anti-nacionalista, opositor de movimentos de esquerda e com líderes representando o “governo de Deus” na Terra contra os quais não é possível se opor sem se tornar “apóstatas” e “blasfemos”, como tinha acontecido durante o governo da Irmandade Muçulmana no Egito entre 2012 e 2013. Esses governantes iriam governar em nome de Deus, mas pelos interesses do capitalismo neoliberal – doutrina econômica que o fundamentalismo islâmico aceita -, e sem criar problemas tais como a nacionalização dos recursos, como fizeram, por exemplo, Gaddafi na Líbia ou os governos baathistas na Síria e no Iraque. Como irei explicar mais adiante, a administração Obama irá dar apoio à Irmandade e aos grupos qaedistas como Jabhat al-Nusra, para a troca de regime na Tunísia, na Líbia, na Síria, no Egito.

Inicialmente essa hipótese poderia ser considerada por alguém como uma teoria da “conspiração”, mas no caminho, a abundância de documentos desclassificados da CIA e de outras agências de inteligência encontradas na internet ou na biblioteca da SOAS, da House of Commons britânica, de documentos divulgados por Wikileaks (por exemplo, a troca de e-mails Clinton-Blumental), e outros sites e publicados pela mídia mainstream, por pesquisadores, jornalistas e políticos, por entrevistas (fontes primárias e secundárias) e relatos³, deram créditos

² Dâ’ish, ou Daesh: veja-se o glossário, cap. 1.

³ Algumas fontes: FORTE 2012; PERUCCHIETTI, 2013 e 2016; NAZEMROAYA, 2014; ESTULIN, 2014; MACCHI, 2012; NAJJAIR, 2013.

Congress releases long-secret '28 pages' indicating Saudi ties to 9/11, RT, 15/7/2016,

<https://www.rt.com/usa/351327-congress-releases-pages-saudi/>

'Blowback,' the Prequel, The Nation, 25/10/2001,

<https://www.thenation.com/article/blowback-prequel/>;

Bin Laden comes home to roost. His CIA ties are only the beginning of a woeful story, NBC, 1998,

http://www.nbcnews.com/id/3340101/#.V_1ElvnhDIV

Sleeping With the Devil: How U.S. and Saudi Backing of Al Qaeda Led to 9/11, Washingtonsblog 5/9/2012

<http://www.washingtonsblog.com/2012/09/sleeping-with-the-devil-how-u-s-and-saudi-backing-of-al-qaeda-led-to-911.html>

Hillary Confirms Saudi Arabia, Qatar Fund ISIS In Leaked Email, Zerohedge, 11/10/2016,

<http://www.zerohedge.com/news/2016-10-11/hillary-confirms-saudi-arabia-qatar-are-funding-isis-leaked-email>

Hillary Clinton emails leak: Wikileaks documents claim Democratic nominee 'thinks Saudi Arabia and Qatar fund Isis', The Independent, 10/11/2016;

às minhas “leituras” dos fatos e dos eventos precedentes e sucessivos às Primaveras Árabes, em particular na Líbia.

Em maio de 2010, como jornalista, fiz parte da missão humanitária da *Freedom Flotilla* (FF), a Flotilha da Liberdade para Gaza, organizada pela Irmandade Muçulmana Internacional e o İHH İnsani Yardım Vakfı turco, uma instituição de caridade ligada à IM e ao governo turco, e outras organizações humanitárias da esquerda europeia e estadunidense, juntos com pacifistas judeus: a missão era composta por seis barcos, entre os quais um navio turco, e todos foram atacados pela marinha e aviação israelenses em águas internacionais. Dez Turcos, entre os 700 membros da missão, foram mortos e 50 foram feridos, todos nós fomos levados para a prisão e a FF nunca chegou à Faixa de Gaza: foi uma tragédia e foi o fracasso da expedição, mas ao menos obteve atenção política e da mídia internacional sobre a situação na Faixa de Gaza e sobre as agressões israelenses. Logo depois, no final de 2010, eclodiram as Primaveras árabes e emergiram as figuras dos líderes das revoltas.

Em relação à Líbia, um personagem se distinguiu em particular: Mahdi el-Harati, um dos chefes das tropas jihadistas árabe-europeias, aliada da OTAN, que liderou o cerco e a captura de Trípoli. El-Harati era o braço direito de Abdel Hakim Belhaj (nome de batalha: Abû Abdallâh Assâdaq), o líder do “Libyan Islamic Fighting Group” - LIFG⁴, grupo islâmico líbio

<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/hillary-clinton-emails-leak-wikileaks-saudi-arabia-qatar-isis-podesta-latest-a7355466.html>;

Chossudovsky, Michel, *Al Qaeda and the “War on Terrorism*, Global Research, 2011/2008,

<http://www.globalresearch.ca/al-qaeda-and-the-war-on-terrorism/7718>;

Illusion of Justice. Human Rights Abuses in US Terrorism Prosecutions, HRW, 21/7/2014,

<https://www.hrw.org/report/2014/07/21/illusion-justice/human-rights-abuses-us-terrorism-prosecutions>;

Interview With Al-Nusra Commander “The Americans stand on our side, Moon of Alabama, 26/9/2016,

<http://www.moonofalabama.org/2016/09/todenh%C3%B6fer-interview-with-al-nusra-commander-the-americans-stand-on-our-side.html>;

Crofton Black and Abigail Fielding-Smith, *Fake news and false flags*, The Bureau of investigative journalism, 2/10/2016, <http://labs.thebureauinvestigates.com/fake-news-and-false-flags/>

Nazemroaya, Mahdi Darius, *Plans for Redrawing the Middle East: The Project for a “New Middle East*, The Global Research, 18/11/2016, <http://www.globalresearch.ca/plans-for-redrawing-the-middle-east-the-project-for-a-new-middle-east/3882>;

Hillary Clinton : We created Al-Qaeda, 27/12/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=Dqn0bm4E9yw>

Hillary Clinton Email Archive, 1/1/2001, <https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/18328#efmADMAFf>

Brzezinski and the Afghan War Pt2, 15/1/2010,

<https://www.youtube.com/watch?v=RGjAsQJh7OM>;

acessados em 26/9/2017 e 21/12/2018.

⁴ Abdul Hakim Belhaj: *Libyan rebel commander who got UK apology*, BBC, 10/5/2018,

<http://www.bbc.com/news/world-africa-14786753>

Libye : qui est Abdelhakim Bel Haj, ex-Al Qaeda, le nouvel homme fort, Nouvelobs.com, 10/5/2014

<http://rue89.nouvelobs.com/2014/05/10/libye-est-abdelhakim-bel-haj-ex-al-qaeda-nouvel-homme-fort-252018>

Governi e i terroristi: il vizietto del malloppo, Altrenotizie, 26/11/2011

<https://altrenotiziedalweb.wordpress.com/2011/11/26/governi-e-i-terroristi-il-vizietto-del-malloppo/>

Libye : à Tripoli, l'ombre d'Abdelhakim Belhaj, Le Point Afrique, 27/2/2016,

http://afrique.lepoint.fr/actualites/libye-a-tripoli-l-ombre-d-abdelhakim-belhaj-27-02-2016-2021449_2365.php

CIA Asset Joins Islamic State in Libya – Abdelhakim Belhadj Worked with U.S. and NATO to Overthrow Gaddafi, Global Research, 4/3/2015,

combatente (uma formação de al-Qâ'ida)⁵ e ex-guerrilheiro no Afeganistão contra a ocupação soviética (como muitos dos jihadistas).

O que imediatamente me chamou a atenção foi que Mahdi era um dos meus companheiros na missão da Freedom Flotilla: uma pessoa tranquila, de poucas palavras, amigo e colega dos meus conhecidos da Irmandade Muçulmana europeia. Lembrei que, em Atenas, eu tinha tirado fotos dele junto aos membros da IM, enquanto carregavam as embarcações da FF com as ajudas humanitárias para Gaza, em maio de 2010; só depois, em 2011, durante o levante contra Gaddafi, descobri a identidade política e de militância de Mahdi. Vários artigos foram escritos sobre ele e sua participação na “conquista” de Trípoli: emergiu que era um jihadista ligado a figuras de al-Qâ'ida, e braço direito de Belhaj – tratava-se, portanto, de um ativista de movimentos ligados à IM e, ao mesmo tempo, a al-Qâ'ida.

El-Harati, já bem conhecido no ambiente do ativismo irlandês, se tornou ainda mais famoso após a participação na FF e, depois do levante contra Gaddafi, foi descrito como um herói: um jornal italiano chegou a chamá-lo de “Che Guevara” líbio⁶. Trata-se, porém, ou também, de um jihadista pago pela CIA, como ele mesmo admitiu depois de um assalto na sua casa em Dublin, onde foram roubados 200.000 euros, que ele chamou de “fundos de inteligência dos Estados Unidos para o apoio à rebelião contra Gaddafi”⁷.

Como resulta em vários documentos e estudos, que irei analisar e colocar como fontes secundárias na minha tese, as Primaveras árabes estavam sendo organizadas antes do final de 2010: parece, então, que a missão da Freedom Flotilla, liderada pela IM e pela Turquia, cujo governo é do partido Adalet ve Kalkınma Partisi-AKP - uma formação da Irmandade - foi, num

<http://www.globalresearch.ca/cia-asset-joins-islamic-state-in-libya-abdelhakim-belhadj-worked-with-u-s-and-nato-to-overthrow-gaddafi%E3%80%80-%E3%80%80/5434923>

Abdelhakim Belhadj: “Da Tripoli a Misurata, noi pronti a fermare Daesh”, Repubblica, 20/2/2016, http://www.repubblica.it/esteri/2016/02/20/news/abdelhakim_belhadj_da_tripoli_a_misurata_noi_pronti_a_fermare_daesh_-133837406/

U.S. backed rebel reportedly leads Islamic State in Libya, The Washington Times, 3/3/2015, <http://www.washingtontimes.com/news/2015/mar/3/frank-gaffney-jr-us-backed-rebel-reportedly-leads-/>; acessados em 26/9/2018 e 21/1/2019.

⁵ Veja-se o cap. 2

⁶ Síria: Mahdi al-Harati, il 'Che' della primavera araba, Il Corriere, 30/7/2012

<http://video.corriere.it/siria-mahdi-al-harati--che-primavera-araba/a1c3efca-da09-11e1-aea0-c8fd44fac0da>

⁷ <https://libyanfreepress.wordpress.com/2011/11/09/stolen-money-stolen-again-rat-mahdi-al-harati-thieves-story/>

CIA asset, Mahdi al-Harati, Indymedia Ireland, 11/2011,

<http://www.indymedia.ie/article/100895?userlanguage=gahttp://newsrescue.com/cia-hired-global-mercenary-commandos-al-harati-libya-syria-next/#axzz4R2zJMiah>;

<http://www.ennaharonline.com/en/international/7668.html>;

Libyan Commander Robbed of 200,000 € of “US Intelligence” Cash Out of Dublin Hot Press, Sunday World

<http://www.politicalworld.org/archive/index.php/t-10058.html>

The Libyan Guevara, The Arab digest, 8/2012, <http://www.thearabdigest.com/2012/08/the-libyan-guevara-cia-and-irish-gypsies.html>;

acessados em 26/9/2016 e 21/11/2018.

certo sentido, a antecipação desse período de levantes no norte da África e no Oriente Médio (FORTE, 2012; PERRUCCHIETTI, 2016). Isso porque a Turquia, com a participação na FF e com as declarações fortes de Erdogan contra Israel, conquistou o apoio de várias regiões do mundo árabe-islâmico – em particular do Norte da África e do Oriente Médio.

A Turquia começou a ser considerada uma nação-líder e símbolo de orgulho e despertar islâmico contra os “opressores”, porém emergiu, logo depois, que a liderança turca do AKP estava atuando para a reconstrução de um “neo-califado islâmico” ou “califado neo-otomano” e a grande onda de consenso e simpatia que este país obteve com a participação na FF ajudou a preparar o terreno para criar um bloco de países muçulmanos próximos a se libertar de velhos ditadores: os países das “primaveras árabes”. Isso paradoxalmente, pois Erdogan está no poder há muito tempo, utilizando um método ditatorial e com uma oposição interna perseguida e aprisionada.

I.3. Desenvolvimento da pesquisa

Partindo da minha hipótese inicial de ligações e colaborações entre grupos do radicalismo islâmico – da Irmandade Muçulmana a al-Qâ’ida – a OTAN, os EUA, a França, a Grã Bretanha – e verificando-a através de fontes primárias e secundárias, irei, no curso da pesquisa e da minha tese, explicar o que levou realidades e entidades jurídico-políticas (estados, organizações e movimentos) tão diferentes a colaborarem entre si e contra o regime líbio; quais são, ao nível ideológico, as ligações entre o islamismo radical e o mundo ocidental nesse período histórico; quais são os motivos que levaram o Ocidente e parte do mundo árabe (Qatar e Arábia Saudita) a derrubar o regime líbio. Portanto, a minha pesquisa bibliográfica e de campo tem como objetivo dar respostas a essas questões e perguntas, para entender as dinâmicas e as relações eventuais entre as agendas geopolíticas ocidentais e os projetos do radicalismo islâmico na Líbia.

Os primeiros dois capítulos são dedicados à história do radicalismo islâmico, aos aspectos de sua ideologia, às figuras históricas que moldaram sua doutrina, a sua evolução até os dias atuais, as suas formações e distribuição nos territórios muçulmanos, com particular atenção a movimentos como a Irmandade muçulmana, al-Qâ’ida e o Dâ’ish, que são importantes atores nos acontecimentos que envolveram a Líbia nos últimos anos: como mencionado acima, sem uma análise fundamentada da história e evolução do radicalismo, não é fácil compreender a dinâmica em curso no mundo islâmico, em geral, e na Líbia, em particular. Há figuras políticas e religiosas como o Grand Mufti da Líbia, Al-Sadiq ‘Abd-al-Rahman ‘Ali al-Ghariani, considerado próximo da Irmandade Muçulmana, apoiado pelo Qatar e patrocinador do

jiihadismo (até mesmo do Dâ'ish), cujo papel na Líbia tem sido essencial para agregar o consentimento islamistas à revolta contra Gaddafi: durante a Guerra Civil em 2011, ele declarou o jihâd contra Mu' ammar al-Gaddafi em um discurso transmitido no seu canal TV Tanasoh.

O shaykh continua lançando ataques e anátemas contra todos os políticos e governos que não são os da Irmandade Muçulmana: entre seus inimigos há também o coronel Khalifa Haftar, comandante-em-chefe das forças armadas do governo paralelo de Tobruk⁸. Em 31 de março de 2016, Ghariani, declarou que “as portas do jihâd estarão abertas por pelo menos 10 anos, se o Conselho da presidência liderado por el-Serraj vier a ficar em Tripoli”⁹.

O capítulo 3 da tese é dedicado à cronologia histórica de cem anos da Líbia; o capítulo 4 é focado sobre a relação entre Gaddafi, o Islã e o islamismo político, e o Islã e a globalização; o quinto e último capítulo é sobre a revolta na Líbia, a guerra da OTAN e a colaboração entre agendas ocidentais, árabes e islamismo político, ou seja, é o desenvolvimento da hipótese de pesquisa inicial e do título.

O material bibliográfico que coletei é bastante amplo e foi encontrado na SOAS (School of Oriental and African Studies) e em livrarias em Londres (em particular na Saqi Book), em bibliotecas virtuais, e na Itália: na “Academia da Líbia” em Palermo, em centros de estudos geopolíticos em Roma, Turim e Milão.

Durante anos permaneci em contato com muitos líbios, tanto na Líbia quanto no exterior, e todos eles desaconselham qualquer viagem ao país, por causa da instabilidade e da presença de milícias dos vários movimentos, qabilas, grupos políticos, de organizações terroristas e quadrilhas várias, que tornam qualquer estrangeiro uma potencial vítima de sequestros por resgate. Liguei também à embaixada italiana e recebi o mesmo conselho.

A única forma um pouco mais segura de visitar a Líbia era “embedded” com uma milícia ou com um grupo armado, como tinham me oferecido vários entrevistados, particularmente os jihadistas, porém esse método, escolhido pelos jornalistas de guerra, iria dificultar o meu trabalho de pesquisadora acadêmica, e o tornaria parcial e partidário, portanto o descartei.

Nesses quatro anos de pesquisa (2015-2019) consegui fazer 30 entrevistas¹⁰ entre Europa, Tunísia, Turquia e Marrocos, presencialmente, e com a Líbia por meio de redes sociais (whatsapp, facebook, Skype e messenger): trata-se de 25 líbios entre oponentes de Gaddafi (islâmicos radicais, ativistas seculares, monárquicos e judeus) e apoiantes, entre os quais dois advogados, um acadêmico e um empresário, etc., e de cinco muçulmanos de outros países árabes. Os apoiantes de Gaddafi e da sua família têm dificuldade em dar entrevistas por motivos

⁸ *Sheikh Sadek Al-Ghariani bands Serraj and Haftar together*, Libya Herald, 4/1/2017

⁹ <http://www.alwasat.ly/ar/news/libya/101032/>; acessado em 27/9/2017 e 19/12/2018.

¹⁰ Veja-se a tabela com a lista dos entrevistados no final desta tese.

compreensíveis de segurança, porém muitos são ativos nas redes sociais; na Líbia há organizações, qabilas, grupos, etc., que suportam a volta ao poder dos filhos de Gaddafi ‘A’isha e Sayf al-Islam.

Contudo consegui vários contatos entre os pro-Gaddafi e, depois de ter conquistado a confiança, entrevistei-os pessoalmente na Tunísia e na Europa e via rede social na Líbia e no Egito - com vários, permaneço em boa amizade.

Comecei o trabalho em 2015, fazendo contatos via Facebook, Twitter e sites com grupos e cidadãos líbios e, através de visitas diárias a páginas de FB, Twitter e jornais líbios on-line das mais diversas tendências, acabei conhecendo diferentes líbios que vivem na Líbia e em vários países; apresentei minha pesquisa, trocando e-mails e mensagens, até conseguir encontros presenciais ou entrevistas via Skype. Gradualmente eles me apresentaram amigos, familiares, colegas e companheiros de militância, ampliando dessa forma o meu círculo de encontros e pontos de vista sobre a Líbia dos últimos anos e sobre o regime de Gaddafi; diariamente acompanhei as suas atualizações nas redes sociais, os comentários e as notícias. Considero esse meio global muito importante, pois me permitiu contornar a distância física e os obstáculos, como, nesse caso, os conflitos e a instabilidade: para mim trata-se de uma valiosa forma de se obter informações e atualizações.

Em 2017 viajei para a Tunísia onde encontrei e entrevistei líbios que fugiram da Líbia entre 2011 e 2012 e que constituem um amplo grupo de cidadãos – entre os quais há, quer os partidários quer os oponentes dos Gaddafis.

I.4. Método de trabalho

Ao lado da pesquisa de campo entre as realidades islâmicas - representantes e cidadãos comuns -, em geral, e da Líbia em particular, utilizei uma grande variedade de fontes bibliográficas - livros e artigos em Inglês, Árabe, Francês, Italiano, Português - encontradas na SOAS e na SAQI books em Londres, e na Itália, nas revistas, nos jornais e na internet. A seleção bibliográfica foi direcionada às obras de acadêmicos e estudiosos de países ocidentais e muçulmanos e às testemunhas diretas dos acontecimentos, em um amplo espectro de ideias, sempre verificando as fontes e me informando sobre os autores, etc.: escolhi textos citados por pesquisadores ou nas revistas especializadas, por centros de estudos sobre o mundo árabe e islâmico e de geopolítica, pelas comunidades muçulmanas ou por estudiosos conhecidos. Entre os mais sérios estudiosos do mundo islâmico destacam-se al-Jabri, Boyle, Burke, Campanini, Chossudovsky, Etienne, Forte, Hilu, Hourani, Kepel, Khaled, Laroui, Nasr, Rodinson, Roy e outros autores, com as análises dos quais interajo na minha tese.

Os artigos de revistas e de sites na internet foram selecionados de acordo com o autor e a confiança consolidada no seu trabalho: em particular, a partir de 2011, ano em que eclodiram as revoltas árabes, faço parte de uma pequena e selecionada lista de discussão (mailing-list e Facebook) de pesquisadores, acadêmicos, juristas, membros de organizações humanitárias, jornalistas, representantes muçulmanos (seculares e praticantes) de todos os continentes, que trata exclusivamente de geopolítica do mundo árabe e islâmico - do norte da África ao Oriente Médio; conheci pessoalmente muitas das pessoas deste grupo em ocasião de diversos eventos, viagens, conferências e seminários no mundo islâmico. Nessa lista de discussão são diariamente encaminhados dezenas de artigos sobre questões geopolíticas do mundo islâmico: trata-se de uma troca de notícias e informações chegando da mídia *mainstream*, da assim chamada “alternativa” ou “contra-informação”, etc., cuja autenticidade, na medida do possível, os membros do grupo controlam e verificam através de testemunhas, organizações e outras realidades locais e internacionais. Há muitas discussões no grupo sobre vários artigos e no curso desses anos essa mailing-list de estudiosos tem sido uma fonte preciosa de informações e aprofundamentos; o grupo circula também dossiês desclassificados das agências de inteligência.

Desde 1996 sou membro da SeSaMO, a Sociedade Italiana de Estudos do Oriente Médio, que organiza periodicamente conferências, seminários e divulga informações sobre questões islâmicas e árabes.

O problema das fontes é fundamental: na rápida difusão das notícias e das informações na internet é muito fácil encontrar relatos manipulados, errados ou posicionados politicamente, de uma forma que os tornam não confiáveis ou não utilizáveis em uma pesquisa acadêmica. Cada vez que encontro informações importantes sobre as quais tenho alguma dúvida, procuro testemunhas, outras fontes assim como pessoas conhecidas dentro das agências de inteligência. A dúvida é um motor de busca constante e um bom aliado.

Como mencionei acima, durante 36 anos de estudo, trabalho e pesquisa tenho construído muitos contatos pessoais seja entre as realidades islâmicas na Europa e no mundo islâmico seja nos centros de estudos, nas embaixadas e nos serviços de inteligência, que se tornam fontes úteis de informação ou confirmação de dados.

Durante os quatro anos de pesquisa, escrevi cinco diários em papel e um online, onde coletei entrevistas, diálogos, correspondências, mensagens, sugestões, visitas, guias de livros e artigos lidos, anotações de viagem, impressões, emoções e projetos: tudo isso formou meu arquivo a partir do qual desenvolvi a tese final. Sempre guardei um caderno comigo, várias canetas e lápis, gravador e telefone celular para gravar entrevistas, tomar notas, anotar ideias,

tirar fotos, gravar minha voz com impressões, partes da tese, conversas. Até os livros foram sintetizados ou analisados através de gravações no meu celular que depois transcrevi nos arquivos da tese.

Ao escolher os líbios a serem entrevistados, tentei reunir pessoas de diferentes origens étnicas, políticas, sociais, profissionais, culturais e de gênero, para ter a maior representação possível. Se foi relativamente fácil encontrar e entrevistar líbios anti-Gaddafi, com os pró-regime foi mais difícil e complicado, pois eles vivem com medo de ataques e violência desde 2011 e não confiam em revelar suas posições políticas, portanto, para as entrevistas com os pró-Gaddafi tive que recorrer a apresentações de amigos ou conhecidos, usando muito tempo e paciência e esperando o momento certo, em um trabalho de construção de confiança.

I.5. Notas de edição

Para não sobrecarregar a leitura, optei por usar a transliteração científica internacional do árabe apenas para expressões, nomes de pessoas ligadas à história islâmica e para organizações do passado e do presente, evitando seu uso para nomes próprios atuais. Utilizei também as duas datas, gregoriana e hegírica.

Introdução ao tópico da pesquisa.

II.1 “A new beginning”, um novo começo

Como uma onda, as rebeliões árabes eclodiram a partir do final de 2010 e em um ano levaram a Irmandade Muçulmana ao poder na Tunísia, Líbia (em Trípoli), no Egito e no Iémen, com tentativas abortadas na Síria; mas se na Tunísia e no Egito foi o povo a colocar a IM ao poder por meio de eleições democráticas, a mesma coisa não aconteceu na Líbia e na Síria (ou aconteceu só parcialmente): nesses países os rebeldes, a maioria dos quais chegaram do exterior – Europa, EUA, Canadá, Países Árabes, etc., - e ligados a grupos e movimentos do islamismo radical, organizaram a queda de Gaddafi junto com OTAN e governos europeus, e a tentativa de golpe contra Assad (NAZEMROAYA, 2013; KUZNECOV, 2012; MUNNO, 2013; LENDMAN, 2013; LAVRENTIEVA, 2013; VANDEPITTE, 2013; COCKBURN, 2013). É isso que irei demonstrar no decorrer da tese, do capítulo 3 ao 5.

Novas dinâmicas entre Ocidente e mundo islâmico – em particular o norte da África e o Oriente Médio - começaram já a partir do famoso discurso de Obama no Cairo, em junho 2009 quando ele falou de um “novo começo” (“A new beginning”)¹¹ nas relações dos Estados Unidos com o mundo islâmico (Aa.V.v., *The West and the Muslim Brotherhood*, 2013). Aquele discurso entusiasmou as populações árabes e islâmicas cansadas da islamofobia ocidental e das guerras contra o “terrorismo islâmico” e o fato que Obama se chama Barack Hussein, e tem uma origem muçulmana por parte de pai, é o que fez com que ele ganhasse o apoio dos líderes muçulmanos e, em particular, dos islamistas.

Nos discursos entre eles, os líderes da Irmandade Muçulmana europeia o consideravam um aliado, um amigo: “A situação vai mudar em nosso favor. Ele é um irmão para nós” - eram esses os comentários mais frequentes que eu ouvia. Naquela época começaram os encontros officiosos e também oficiais na Casa Branca com líderes da Irmandade Muçulmana internacional e representantes da assim chamada “sociedade civil” árabe, ou seja, grupos, movimentos, sindicatos, associações, etc. para desenrolar a “mudança” no mundo árabe¹².

Fazia tempo, de fato, que o mundo árabe, em particular a Tunísia e o Egito, atravessava uma situação social e política dramática e o povo, principalmente os jovens, não suportava mais pobreza, injustiça e opressão do governo Mubarak, no poder faz 40 anos. Eu vi tudo isso no

¹¹ *President Obama Speech to Muslim World in Cairo*, The White House, 6/4/2009, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-cairo-university-6-04-09> e em https://www.youtube.com/watch?v=B_889oBKkNU; acessado em 27/9/2016 e 19/12/2018.

¹² PERUCCHIETTI, 2016; LANO, 2013; RIZZI, 2013; GEOPOLITICA, 2012; ABUL MAGD, 2012; ASIANEWS-ISLAM OGGI, junho 2012; WALBERG, 2012; U.S. STATE DEPT. Document Confirms Regime Change Agenda in Middle East, <http://mebriefing.com/?p=789>; NAZEMROAYA, 2012; GRAZIANI, 2012

Egito, no começo de 2009, durante uma viagem ao país, onde pude observar muitas cenas de repressão contra jovens estudantes, intelectuais, islamistas e laicos, pobres e das classes médias, constatando uma situação de ditadura insustentável. Em todos os lugares havia postos de controle da polícia e do exército; as universidades e o aeroporto eram controlados por tropas militares; no Sinai havia blocos militares a cada quilômetro. Era claro que algo iria acontecer em breve tempo - era claro para mim e para outros jornalistas e pesquisadores, e era claro também para as potências ocidentais e árabes. Portanto, já no final de 2009, a Casa Branca começou a convidar os representantes dos movimentos islamistas e dos grupos laicos de vários países árabes para reuniões com dirigentes políticos e da inteligência (NAZEMROAYA, 2013; KUZNECOV, 2012; MUNNO, 2013; LENDMAN, 2013; LAVRENTIEVA, 2013; VANDEPITTE, 2013; COCKBURN, 2013), e a IM também participou dessas reuniões. Por sua parte, a administração Obama sabia que era preciso mudar de estratégia para com o mundo islâmico, pois a islamofobia, ou seja, a propaganda contra o Islã para ganhar o suporte mundial na “guerra contra o terrorismo islâmico”, lançada pelo governo Bush, não era mais o caminho certo: era preciso se aliar aos povos muçulmanos, cooptá-los para continuar a defender os interesses dos Estados Unidos na África e no Oriente Médio e para iniciar uma nova fase nas relações com os países muçulmanos.

Sucessivamente, em 2011, durante uma reunião em Milão da qual participei, organizada pela IM italiana e europeia em apoio às Primaveras árabes, os membros da organização sublinharam a importância de derrubar o regime líbio, enquanto tirânico, não verdadeiramente islâmico e perseguidor de muçulmanos (radicais), e para buscar o apoio dos Estados Unidos e da OTAN. Quando perguntei se eles tinham consciência do fato que a ajuda dos EUA, da OTAN e da Europa não era “de graça”, ou seja, livre das consequências políticas a curto e longo prazo, e que já no passado os Árabes foram enganados pelas potências coloniais europeias – acordo Hussein-McMahon, para obter o apoio dos Árabes contra o moribundo Império Otomano, que levou a derrota total do mundo árabe¹³ -, eles responderam que se tratava de uma “tática” para utilizar a força militar ocidental e não de uma troca política ou de um projeto comum. Esse posicionamento foi repetido várias vezes e em muitas ocasiões e por vários líderes.

No entanto, o caos que seguiu, com guerras civis na Líbia e na Síria, países onde a Irmandade Muçulmana, grupos progressistas, tropas qaedistas e forças ocidentais trabalharam junto com a OTAN e os governos europeus, Turquia, Qatar e Arábia Saudita, a instabilidade e a presença maciça do Dâ'ish mostram, pelo menos neste momento de reflexão, o fracasso dessas políticas “maquiavélicas” do radicalismo islâmico.

¹³ MASSARA, 1979; ALMEIDA DA SILVA, 2011; HOURANI, 1991; VALABREGA, 1967; REID, 2013.

II.2. O papel do radicalismo.

O “Estado islâmico” (Dâ‘ish)¹⁴ conquistou a visibilidade midiática mundial graças a uma moderníssima e espetacular tecnologia e à captação dos territórios ricos em recursos no Iraque, Síria e Líbia e por meio de ações de guerra, conquistas territoriais, decapitações, execuções, sequestros, violências de todo tipo. Em particular, 2014 foi marcado pelos atos do grupo que, em junho, anunciou o nascimento do “Estado islâmico do Iraque e da Síria” (ISIS, EI, como se lê também em *Dâbiq*, a revista em inglês e com gráfica moderna editada pela organização) e a proclamação do Califado; o Dâ‘ish convidou al-Qâ‘ida e outros grupos a estipular uma aliança para uma “nova era de jihâd internacional”¹⁵.

Na Líbia, o islamismo político tornou-se protagonista da revolta contra Mu‘ammar al-Gaddafi, junto a grupos e movimentos laicos de esquerda, e pediu a intervenção da OTAN e da França, derrubando o regime; o país, mantido unido por Gaddafi por meio de uma complexa rede de alianças, e do Livro Verde, quebrou-se em pedaços e está agora dividido de um jeito dificilmente consertável entre grupos políticos, famílias e milícias.

Os islamistas governam Trípoli desde o momento de sua captura, em 2011, e o governo de el-Serraj, de certa forma, nomeado pela “comunidade internacional”, representa uma cobertura dos islamistas, das potências estrangeiras e de alguns grupos de empreendedores locais; dois governos, portanto, disputam o poder na mesma região e na mesma cidade.

A antiga e próspera Sirte, capital política da União Africana, foi reduzida a escombros pelas milícias jihadistas e pelos bombardeios da OTAN, e invadida pelas tropas de al-Qâ‘ida, contra as quais o exército do governo de Tobruk, está lutando, e com sucesso até onde parece.

Os qaedistas, que colaboraram com a OTAN e com as inteligências da França, Grã Bretanha e Qatar para derrubar o governo de Gaddafi, em parte tinham se estabelecidos ao poder em Trípoli, junto com a IM, e também foram combater na Síria. Outros penetraram na África subsaariana; quanto ao resto, o caos reina soberano.

Em geral, a partir de 2011 no Oriente Médio formaram-se dois blocos: Irmandade Muçulmana, Turquia, Qatar e Arábia Saudita (bloco sunita neo-salafita), apoiados pelas Europa e EUA (administração Obama), e Irã, Síria, Hezbollah (bloco xiíta), apoiados pelas Rússia e China. Porém, até 2011 os dois blocos do Oriente Médio colaboraram em muitas ocasiões, em particular no suporte à Palestina, e só se tornaram grandes inimigos com as Primaveras Árabes,

¹⁴ Veja-se o cap. 2 e glossário.

¹⁵ *Isis declares creation of Islamic state in Middle East, a “new era of international jihad”*, RT, 29/6/2014, <http://rt.com/news/> acessado em 27/9/2017 e 19/12/2018.

representando, cada um, grandes interesses econômicos, políticos e estratégicos no Norte de África e no Médio Oriente.

Durante anos, nas conferências ou delegações sobre a Palestina e o Oriente Médio, das quais participei, vi as lideranças da Irmandade, do Hezbollah e do Irã sentadas uma ao lado da outra, em Teerã, Damasco, Istambul, no Líbano, ou em outras regiões do mundo, se mostrando colaborativas e amigáveis - para mim, como para outros, era normal ver o chefe do Escritório político de Hamas (filiação palestina da Irmandade Muçulmana), ou representantes egípcios ou sírios da mesma Irmandade, durante encontros oficiais e discussões amigáveis com os aiatolás iranianos, ou com membros do regime de Assad. Da mesma forma era normal, como jornalista e estudiosa do Islã e do Oriente Médio, ser convidada por um ou pelo outro, sem problemas e sem me tornar “posicionada” politicamente: podia fazer meu trabalho de pesquisadora e jornalista livremente, mantendo relações cordiais e tão neutras quanto possível com todos; no entanto, após 2011 participar de uma conferência em Teerã ou em Damasco ou com Hezbollah em Beirute significava apoiar os “kuffar” xiitas amigos do ditador Assad e da Rússia “incrédula e comunista”. De repente, as divisões históricas entre xiitas e sunitas ressurgiram violentas no cenário da Primavera Árabe e todos estavam envolvidos, estudiosos incluídos.

Obviamente, continuei participando das reuniões, coletando informações de primeira fonte úteis para meu trabalho e estudo, e testemunhando o agravamento das relações entre um bloco e outro, até a explosão da guerra na Síria, o ato final de dinâmicas geopolíticas e agendas políticas e estratégicas internacionais onde a religião (conflito entre sunitas e xiitas) é parte integrante junto com política, a geopolítica, a economia, etc.

II.3. Difusão do radicalismo.

O islamismo radical está se difundindo em muitas regiões do mundo e muitos são os atores, mas um dos principais é o Dâ'ish: guiado pelo califa (autoproclamado) Abu Bakr al-Baghdadi, o grupo baseia a própria ação em alguns conceitos chave como “O Islã é a solução” e “O Estado Islâmico é o único e verdadeiro guardião”; para ele, os países ocidentais, conduzidos pelos infiéis, são responsáveis dos problemas no mundo islâmico; os governadores locais muçulmanos são agentes cooptados pelo Ocidente e qualquer muçulmano que não siga o seu modelo de vida é digno de morte.

O grupo tenta ressuscitar o antigo califado da época dos omíadas e abássidas, graça às conquistas militares e controle de poços petrolíferos em várias áreas e graça às armas recebidas dos países ocidentais (EUA, UE) e sunitas (Turquia, Qatar, Arábia Saudita) – no curso da tese irei apresentar vários documentos e declarações a testemunho disso. Como mencionado, a partir

de julho 2014, enquanto “califado”, o Dâ'ish ganhou visibilidade na mídia em todo o mundo - graças a uma tecnologia espetacular - e territórios ricos em recursos no Iraque, Síria e Líbia.

Embora o radicalismo islâmico, como veremos, tenha raízes antigas inseridas no corpus islâmico, e que podem ser entendidas como uma forma de reação ao *status quo* – que foi representado, no curso da história, pelos impérios omíada, abássida, mongol e turco e depois pelo colonialismo ocidental –, a partir das últimas décadas do século XX parece se tornar uma “ferramenta” das agendas ocidentais no Oriente Médio: isso inclui a criação de al-Qâ'ida e a sua participação na guerra dos EUA contra a União Soviética no Afeganistão, até às chamadas “primaveras árabes”.

Essa tese pretende fazer luz tanto sobre os termos quanto sobre as dinâmicas das questões levantadas no título.

A situação atual.

Para tentar entender o que Bernard Lewis, um orientalista ao serviço de “Sua Majestade Britânica”, chamou de “raiva muçulmana” e antes de estigmatizar o Islã e os muçulmanos como “fanáticos” e “sanguinários”, seria preciso lembrar as invasões ocidentais dos seus territórios nos últimos dois séculos e considerá-las entre as causas da atual situação complexa, difícil e preocupante que o Ocidente vive nas relações com o mundo islâmico e vice-versa, e com o pesadelo do chamado “terrorismo islâmico”. Na verdade, para uma avaliação global da situação atual, que vê indivíduos do Islã se tornar protagonistas de atos de terrorismo na Europa, não devem ser ignoradas as ingerências e as agressões das potências coloniais realizadas a partir do século XIX de forma indireta - com o enfraquecimento progressivo do Império Otomano e com a anexação de facto -, e através das conquistas diretas – por exemplo, no Egito e na Argélia. As ingerências continuaram após a Primeira Guerra Mundial com a anexação pura e simples, ainda que disfarçada como “mandatos”, do Levante árabe, que culminou com a concessão da terra da Palestina ao movimento sionista¹⁶.

A ideologia e a presença do radicalismo islâmico estão se espalhando em várias regiões africanas e do Oriente Médio por meio de pregadores nas mesquitas e nos centros islâmicos, e de grupos jihadistas: ataques mortais têm se tornado frequentes na Europa, na África subsaariana e no mundo árabe e islâmico, e se somam aos que, há anos, atingem áreas devastadas pelas invasões ocidentais e as guerras civis. Objetivos são os “infiéis”, tanto muçulmanos quanto de outras religiões, o Ocidente e os regimes árabes e muçulmanos.

Na edição n. 4 da revista do Dâ'ish, “Dâbiq”, intitulada “The failed Crusade”¹⁷, o grupo ameaça atingir Roma¹⁸, enquanto capital da Cristandade. Na imagem da capa da revista, a bandeira do Dâ'ish é colocada sobre o obelisco na Praça de São Pedro¹⁹.

¹⁶Galoppini, Enrico, *Comprendere la “rabbia musulmana” non significa accettare il male che ci viene fatto*, 23/12/2016, <http://www.ildiscrimine.com/comprendere-la-rabbia-musulmana-non-significa-accettare-il-male-che-ci-viene-fatto/>, acessado em 13/3/2017 e 17/5/2019.

¹⁷Dâbiq é uma revista online para fins de propaganda: foi publicada pela primeira vez em julho de 2014, em diferentes idiomas; o primeiro número indica a data “Ramadân 1435” no calendário islâmico. A revista está disponível, como muitas outras comunicações deste tipo, usando navegador que permitem o acesso ao *deep web*. Dâbiq é o nome de uma região no norte da Síria, mencionada em um hadith de Şahîh Muslim, onde teria que acontecer a batalha apocalíptica final entre os Muçulmanos e os Rûm (termo erroneamente traduzido como “Romanos” enquanto trata-se dos Bizantinos, Império Oriental), que terminará com a vitória do primeiro e com o triunfo final do Islã na Terra.

<http://media.clarionproject.org/files/islamic-state/islamic-state-isis-magazine-Issue-4-the-failed-crusade.pdf> acessado em 15/6/2017, 21/3/2018

¹⁸Vídeo: <http://www.ilgiornale.it/video/mondo/lisis-allitalia-tripoli-prenderemo-roma-1143635.html>, acessado em em 15/6/2017, 21/3/2018.

«Chegaremos até vocês, invadiremos a Europa e destruiremos a América, tornaremos escravas suas mulheres e órfãos seus filhos como vocês fizeram conosco»,

assim declara um combatente do Dâ'ish no vídeo sobre o Estado Islâmico produzido pela agência *Vice News* no verão de 2014²⁰: trata-se de um serviço jornalístico *embedded* sobre o “Califado islâmico no Iraque e na Síria”, que explica com bastante clareza sobre quais pontos baseiam-se a propaganda e as ações dos grupos islamistas: 1) raiva anti-ocidental, 2) orgulho ferido pelas políticas neocoloniais dos EUA e da Europa, 3) uso instrumental da religião como arma de vingança, resgate e conquista, ou “reconquista” dos territórios que já pertenceram aos Impérios omíada (com capital em Damasco) e abássida (com capital em Bagdá) - dos quais deriva o nome de Estado islâmico da Síria/Levante e do Iraque – ISIS/ISIL-, cujo acrônimo em árabe é Dâ'ish.

As palavras cheias de cólera e rancor do homem no vídeo remetem-nos imediatamente a vinte anos de guerra dos Estados Unidos e aliados contra o Iraque, às imagens de Abu Ghreib (a prisão estadunidense perto de Bagdá, onde os detentos - entre os quais muitos inocentes - eram torturados e humilhados), ou àquela de Guantánamo, ou às muitas mulheres, meninas também, estupradas pelos soldados das tropas de invasão ocidental. De fato, para levar a “civilização ocidental” ao Oriente Médio, ou melhor, para controlar suas fontes petrolíferas, posições estratégicas, etc., foram causados milhares e milhares de mortos, feridos e uma devastação interminável: daqui deriva uma raiva imensa, um combustível pronto para ser utilizado na primeira ocasião. Ocasião desfrutada pelo “califa” Abu Bakr al-Baghdadi como já tinham feitos os seus predecessores nas versões precedentes do Estado Islâmico/EI, ou seja, o ISI (Estado Islâmico no Iraque) e o ISIS/ISIL.

Os slogans do Dâ'ish são: “O Islã é o único caminho, nós somos os verdadeiros muçulmanos e todos aqueles que não seguem essa senda verdadeira são infiéis”; “O Ocidente e os governantes muçulmanos são tâgût²¹ e são responsáveis dos problemas no Oriente Médio”.

¹⁹ Praça de São Pedro como símbolo da Cristandade e também enquanto eles traduzem Rûm como Roma ou Romanos.

²⁰ Vídeos VICE News:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLw613M86o5o4JICWHCJsmzLy4NVtWku8z&src_vid=bsCZzpmbEc&feature=iv&annotation_id=annotation_1989417085

acessados em 30/12/2015, 15/3/2016, 3/9/2018, 4/7/2019,

Reza Akhlaghi, Vice News documentary: The Islamic State, Foreign Policy Association,

<http://foreignpolicyblogs.com/2014/08/08/vice-news-documentary-the-islamic-state/>, acessado em 16/7/2015.

Vídeo: The Islamic State (Full Length), Vice News, <https://news.vice.com/video/the-islamic-state-full-length>, 26/12/2014; acessados em 18/10/2016.

²¹ Tâgût. O significado é “atravessar os limites”, “ultrapassar fronteiras”, “rebelar-se”. O termo refere-se à idolatria ou à adoração de qualquer coisa, exceto Deus. Na doutrina islâmica, o primeiro estágio do erro é o *fisq* (desobediência a Allah), o segundo é o *kufir*, (ou seja, a rejeição do conceito de que se deve obedecer a Allah). O

Além de se tornar ainda mais poderoso devido às conquistas de poços petrolíferos no Iraque, na Síria e na Líbia, Dâ'ish está se transformando em um estado: cunha moedas²²; é organizado politicamente, administrativamente, economicamente; tem um “povo” (embora com proveniências geográficas diferentes) com uma origem e um mito comuns; tem um território (embora com fronteiras em expansão); cria e impõe as leis²³.

No radicalismo jihadista se mesclam religião, um uso atrevido dos meios de comunicação de massa (vídeos, internet, social network, revistas como Dâbiq), um amplo arsenal bélico²⁴ fornecido em várias formas pelos EUA, pela Europa, pela Turquia, pela Arábia Saudita (WARDE, 2015, p.19)²⁵, grandes recursos produzidos das fontes petrolíferas adquiridas através

último estágio é rebelar-se contra Allah e impor a rebelião contra a vontade de Allah aos outros: aqueles que chegam a este estágio são *tâgût*.

²² Veja-se o número 5 de Dâbiq, p. 19: <https://media.clarionproject.org/files/islamic-state/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-5-remaining-and-expanding.pdf>;

acessado em 19/11/2017, 30/4/2018

²³ Aqui alguns artigos sobre o debate ISIS/Estado:

Zachary Fillingham, *Is Islamic State a State?* Geopolitical Monitor, 5/8/2015,

<https://www.geopoliticalmonitor.com/is-islamic-state-a-state/>, acessado em 10/8/2015,

Cole Bunzel, *The Ideology of the Islamic State*, Centre for Middle East Policy, 19/3/2015;

<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/The-ideology-of-the-Islamic-State.pdf>;

acessados em 21/5/2016, 12/2/2018,

Ralph Janik, *Is the Islamic State a State?* Voelkerrechtsblog, 10/6/2016, <http://voelkerrechtsblog.org/is-the-islamic-state-a-state/>, acessado em 21/5/2016, 3/2/2018,

Mike Pietrucha, *Treating the Islamic State as a State*, War on the Rocks, 3/3/2016, <http://warontherocks.com/2016/03/treating-the-islamic-state-as-a-state/>; acessado em 15/7/2016;

<https://www.theguardian.com/world/2015/dec/07/islamic-state-document-masterplan-for-power>

Shiv Malik, *The Isis papers: leaked documents show how Isis is building its state*, The Guardian, 7/12/2015

<https://www.theguardian.com/world/2015/dec/07/leaked-isis-document-reveals-plan-building-state-syria>,

acessado em 7/12/2015, 17/2/2016;

What is 'Islamic State'?, BBC, 2/12/2015, <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29052144>,

acessado em 3/12/2015.

²⁴ Por exemplo: “2,300 Humvee armored vehicles at \$70,000 each: \$16 million

40 M1A1 Abram tanks at \$4.3 million each: \$172 million

52 M198 Howitzer mobile gun systems at \$527,337 each: \$2.7 million

74,000 Army machine guns at \$4,000 each: \$29 million

Total: \$219.7 million in military weapons, vehicles, and other supplies and gear for ISIS” (2015).

Elizabeth Parker, *Is Uncle Sam Funding the Islamic State? Where Does ISIS Get All Those Tanks, Weapons And Shiny New Toyota Trucks?* Global Research, 8/10/2015, <http://www.globalresearch.ca/where-does-isis-get-all-those-tanks-weapons-and-shiny-new-toyota-trucks/5490040>, acessado em 22/11/2016.

Durante o levante contra Gaddafi, em 2011, armas e caminhões militares foram fornecidos aos jihadistas pelos Estados Unidos, pela França e pela Inglaterra. Nas minhas entrevistas a jihadistas líbios-europeus, eles o declararam abertamente.

Além disso, nos primeiros dias da insurreição, os rebeldes invadiram e esvaziaram quartéis e arsenais do exército líbio.

Muitos combatentes da Líbia mudaram-se para a Síria, tomando parte na revolta contra Assad.

Armas também foram transferidas para a Síria através da Turquia; outras foram roubadas ou vendidas e transportadas para o Mali, o Chade e outros países africanos.

²⁵ 21st Century Wire, *ISIS Mayhem being fueled by drugs, arms – supplied by Saudi Arabia and the CIA*, 30/10/2015, <http://intelligence.house.gov/sites/intelligence.house.gov/files/documents/declasspart4.pdf>, acessado em 10/3/2017;

Congress releases long-secret '28 pages' indicating Saudi ties to 9/11, RT, 15/7/2016,

<https://www.rt.com/usa/351327-congress-releases-pages-saudi/>

acessado em 15/7/2016 e 29/10/2018.

das guerras civis no Iraque, na Síria e na Líbia; raiva e agressividade para com o Ocidente invasor e “infidel” (kâfir); ódio sectário contra as minorias religiosas e étnicas, e contra os *kuffâr* e *murtadîn*²⁶, apóstatas, muçulmanos (todos os que não compartilham a linha político-religiosa do Dâ‘ish); lutas internas, vinganças contra a minoria xiita e alauíta que tomaram o poder no Iraque e na Síria²⁷.

Caso exemplar e “origem” de todos os outros é o Iraque, próspero país com uma alta taxa de crescimento até 1990 e, em seguida, devastado pelas guerras anglo-americanas e pelo embargo, encontrando-se, ainda, no caos e na pobreza; milhões de iraquianos foram mortos, muitos feridos e tornados permanentemente inválidos ou doentes pelas bombas da coalisão

[Vidéo] *La députée Tulsi Gabbard dit que le gouvernement US finance l'EI et Al-Qaïda*, Arrêt sur info, 10/12/2016, <http://arretsurinfo.ch/video-la-deputee-tulsi-gabbard-dit-que-le-gouvernement-us-finance-lei-et-al-qaïda/>, acessado em 24/1/2018

Vídeo: Hillary Clinton: *We created Al-Qaeda*, 27/12/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=Dqn0bm4E9yw>
Acessado em 5/5/2015, 23/11/2017, 23/4/2019

Hillary Clinton Email Archive, Wikileaks.org, 30/11/2015, <https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/18328#efmADMAFf>, acessado em 2/1/2016, 16/7/2017, 23/4/2019

Michael Moran, Bin Laden comes home to roost, NBC, 24/8/1998, http://www.nbcnews.com/id/3340101/#.V_1ElvnhDIV,
Acessado em 13/4/2016

Vídeo: Brzezinski and the Afghan War Pt2, 15/1/2010, <https://www.youtube.com/watch?v=RGjAsQJh7OM>
Acessado em 11/7/2015, 23/5/2018

Tyler Durden, Hillary Confirms Saudi Arabia, Qatar Fund ISIS In Leaked Email, Zerohedge, 10/11/2016, <http://www.zerohedge.com/news/2016-10-11/hillary-confirms-saudi-arabia-qatar-are-funding-isis-leaked-email>
Acessado em 15/7/2018

Bethan Mekernan, *Hillary Clinton emails leak: Wikileaks documents claim Democratic nominee 'thinks Saudi Arabia and Qatar fund Isis'*, The Independent, 11/10/2016, <http://www.independent.co.uk/news/world/politics/hillary-clinton-emails-leak-wikileaks-saudi-arabia-qatar-isis-podesta-latest-a7355466.html>, acessado em 12/10/2016, 19/11/2018

Michel Chossudovsky, Al Qaeda and the “War on Terrorism”, 7/9/2018, <http://www.globalresearch.ca/al-qaeda-and-the-war-on-terrorism/7718>, acessado em 12/12/2018

Illusion of Justice, HRW, 21/7/2014, <https://www.hrw.org/report/2014/07/21/illusion-justice/human-rights-abuses-us-terrorism-prosecutions>, acessado em 22/4/2015, 29/10/2017, 23/2/2019,

Todenhöfer: Interview With Al-Nusra Commander "The Americans stand on our side", Moon of Alabama, 26/9/2016, <http://www.moonofalabama.org/2016/09/todenh%C3%B6fer-interview-with-al-nusra-commander-the-americans-stand-on-our-side.html>, acessado em 25/5/2018,

Crofton Black and Abigail Fielding-Smith, *Fake news and false flags*, The Bureau of investigative journalism, 2/10/2016, <http://labs.thebureauinvestigates.com/fake-news-and-false-flags/> acesso em 26/9/2018

Mahdi Darius Nazemroaya, *Plans for Redrawing the Middle East: The Project for a “New Middle East”*, Global Research, 18/11/2006, <http://www.globalresearch.ca/plans-for-redrawing-the-middle-east-the-project-for-a-new-middle-east/3882>, acesso em 18/10/2018,

Declassified intelligence report, Department of Defence US, 10/4/2015: <http://www.judicialwatch.org/wp-content/uploads/2015/05/Pg.-291-Pgs.-287-293-JW-v-DOD-and-State-14-812-DOD-Release-2015-04-10-final-version11.pdf>, acesso em 11/6/2017, 14/3/2019,

Salt, Jeremy, *The Lies You Are Being Told*, Palestine Chronicle, 16/12/2016, <http://www.palestinechronicle.com/the-lies-you-are-being-told/>, acesso em 21/2/2017

²⁶ Veja-se o glossário.

²⁷ Em *Nation and Nationalism*, 1983-2006, Ernest Gellner explica que o nacionalismo se esforça para uma cultura ou etnia dominando o “estado”: este é o princípio mais importante para estados de sucesso. Ele argumenta que o pior caso é quando o governante de um Estado não é um membro da maioria étnica dentro das fronteiras do Estado. Neste caso, Gellner afirma que o nacionalismo inevitavelmente vai ocorrer porque os membros da “nação” vão querer se esforçar para o avanço na tentativa de ganhar o controle do Estado.

ocidental. A tudo isto se deve acrescentar que os sunitas (35% da população muçulmana), acostumados a dominar o Estado por décadas sob o ditador Şaddâm H̄usayn, são atualmente submetidos a um governo da maioria xiita (62,5%), colocados no poder pelo Irã em colaboração com os Estados Unidos; não é por acaso, portanto, que o Dâ'ish nasceu naquele país, contando com a raiva e o descontentamento de muitos e, em particular, das qabilas sunitas.

O jihadismo, nas ações do Dâ'ish, representa um fenômeno agressivo que ganha sucesso seja no mundo árabe-islâmico seja no Ocidente, em particular entre as gerações de imigrantes muçulmanos, e é transversal às classes sociais; assim, entre os jihadistas, há filhos das classes média e alta²⁸, com bom nível de educação, chegados da Europa e dos Estados Unidos; jovens marginalizados das periferias urbanas ocidentais e árabes, na busca da própria identidade e com projetos de integração fracassados; pobres e desesperados das cidades e das aldeias do mundo árabe-islâmico invadidos pelas tropas norte-americanas e europeias; oprimidos por regimes déspotas locais e estrangeiros, notáveis e membros de qabilas sunitas que querem se vingar dos próprios vizinhos ou de líderes de facções islâmicas; mercenários; muitos criminosos. Trata-se de um *melting pot* transversal a lugares, renda e idade, e catalisador de sentimentos e aspirações contrastantes e diferentes: o que os distingue é a raiva e a ferocidade com a qual se abatem contra cidades, vilas e contra quem se atreva a recusá-los, e contra as minorias étnicas e religiosas.

Como mencionado acima, esta violência tem muitas causas: as políticas coloniais ocidentais passadas, as agendas ocidentais atuais na África e no Oriente Médio, os milhões de vítimas inocentes causadas pelo bombardeio dos EUA e seus aliados; as doutrinas radicais islâmicas (salafita wahhabita); o sectarismo e as divisões internas ao mundo islâmico (utilizadas como recurso útil pelas potências ocidentais). Ao mesmo tempo, é necessário distinguirmos entre “terrorismo islâmico” e “terrorismo sintético” com “false flag” (PERUCCHIETTI, 2013, 2014, 2016)²⁹, ou seja, ataques criados pelas agências de inteligência: há bastantes evidências de casos desse tipo documentados pela organização internacional *Human Rights Watch* e pelo *Instituto de Direitos Humanos* da Columbia Law School.

Em um relatório de 214 páginas, intitulado “Illusion of Justice: Human Rights Abuses in US Terrorism Prosecution” (Ilusão de Justiça: Violações dos direitos humanos em ações penais

²⁸ Veja-se no cap. 4: “O perfil do joven jihadista”; e também: “La Metamorphose operee chez le jeune par les nouveaux discours terroristes”, por Dounia Bouzar, CPDSI, novembro 2014; LANO, MC, janeiro 2017: http://sfogliabile.rivistamissioniconsolata.it/2017/MC_01_2017/index.html#56

²⁹ Enrica Parruchietti, False flag: usano terroristi per ucciderci sotto falsa bandiera, Libreidee, 12/6/2016, <http://www.libreidee.org/2016/06/false-flag-usano-terroristi-per-ucciderci-sotto-falsa-bandiera/>, acesso em 14/6/2017, 10/3/2019

relacionadas ao terrorismo nos Estados Unidos)³⁰, divulgado pelas duas organizações em 24/7/2014, são examinados 27 casos federais de terrorismo desde o início da investigação até a condenação - as condições de confinamento após a condenação, o elevado preço a ser pago por algumas práticas de contraterrorismo, as operações policiais excessivamente agressivas e as condições de confinamento desnecessariamente restritivas. No relatório, HRW afirma que o Departamento da Justiça dos Estados Unidos e o FBI transformaram muçulmanos americanos em alvos das operações policiais abusivas de contraterrorismo por conta de sua identidade étnica e religiosa; muitos dos mais de 500 casos envolvendo terrorismo julgados em tribunais federais dos Estados Unidos desde 11 de setembro de 2001 acabaram por isolar as próprias comunidades que poderiam ajudar no combate ao crime de terrorismo.

Além do terrorismo sintético há esquemas de “wargames” e política do caos” – todas elas estratégias bélicas ocidentais e parte das novas formas de colonialismo (PERUCCHIETTI 2016; KLEIN, 2007; IANNUCCI, 2016, FORTE 2001)³¹.

No livro “Gekaufte Journalisten” (2014), o jornalista alemão Udo Ulfkotte descreve o controle da mídia alemã, e do Ocidente em geral, através de uma teia de corrupção e pressões exercidas pelos americanos com aparato de inteligência, embaixadas dos EUA, fundações, lobby e instituições atlantistas (são citados entre os muitos o Fundo Marshall, o Atlantic Bridge e o Instituto Aspen)³². O jornalista em questão era um ex-editor do jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), e tinha conhecimento em primeira mão de como a CIA e a Inteligência Alemã (BND) subornam jornalistas para escrever artigos “mentirosos”, manipulando os fatos e com uma linha política pró-ocidental, pro-OTAN: em outras palavras, propaganda. Por exemplo, durante a crise líbia de 2011, ele conta a história de que foi solicitado por indivíduos de serviços alemães a anunciar no seu jornal, como se fosse um dado verdadeiro, que Gaddafi estava na posse de armas químicas prontas para serem usadas contra o povo desarmado, obviamente, sem qualquer evidência de fontes verificadas.

³⁰ *Estados Unidos: Perseguições Penais Envolvendo Terrorismo Não Passam de uma Ilusão*, HRW, 24/7/2014, <https://www.hrw.org/pt/news/2014/07/24/254635>, acessado em 13/5/2016.

³¹ Veja-se cap.5.

³² *Journalists for Hire: How the CIA Buys the News*. Ele morreu de um ataque cardíaco em janeiro 2017.

Veja-se também alguns artigos sobre esse assunto:

Vídeo: *Udo Ulfkotte è morto. Aveva rivelato che giornalisti sono “comprati” dalla Cia*, Pandora TV, 16/11/2017, <http://www.pandoratv.it/?p=13935>, acesso em 26/5/2018;

Marcello D’Addabbo, *L’Impero atlantico della menzogna. La parola al pentito Ulfkotte*, 3/3/2015, <https://ladagadinchiostro.com/2015/03/03/limpero-atlantico-della-menzogna-la-parola-al-pentito-ulfkotte/>, acesso em 1/4/2017.

Capítulo 1. O radicalismo islâmico/Islã político: significado, raízes e figuras históricas.

1.1. Radicalismo-fundamentalismo-islamismo político: os termos da questão

1.1.1. Terminologias

Fundamentalismo, integralismo, radicalismo, islamismo, islamismo político, Islã radical são termos usados como sinônimos, de acordo com os estudiosos, dependendo do contexto e do momento histórico. Há um forte debate que dura décadas sobre os termos a serem utilizados em relação ao islamismo político e, como veremos, não há um que seja mais correto/consensual do outro.

Ninguém que leia ou escreva sobre eventos no mundo muçulmano pode evitar a questão de como definir os muçulmanos que invocam o Islã como fonte de autoridade para toda a ação política e social. Deveriam ser definidos de fundamentalistas islâmicos (ou muçulmanos)? Ou é melhor descrevê-los como islamistas? A questão tem sido objeto de um debate acalorado por duas décadas. Por algum tempo, o uso geral e acadêmico na América aceitou o de fundamentalismo. O termo islamismo surgiu no final dos anos 80 nas universidades francesas e depois passou para o inglês, onde acabou por deslocar “fundamentalismo” em contextos específicos. Mais recentemente o termo islamismo ganhou aceitação ainda maior e desde 11 de setembro de 2001 ele pode até mesmo ter-se estabelecido como o uso americano preferido (KRAMER, 2003, p. 65-77).

Segundo o sociólogo e “islamólogo” francês Bruno Etienne (1987):

Integralismo e fundamentalismo são conceitos que se referem ao cristianismo, portanto não deveriam ser usados em relação ao Islã. Trata-se de “eurocentrismo”.

Bernard Lewis (1988, p. 136), historiador britânico, explica, por sua vez, que:

O uso deste termo [fundamentalista] é estabelecido e deve ser aceito, mas continua sendo inadequado e pode ser enganoso. “Fundamentalista” é um termo cristão. Parece ter entrado em uso nos primeiros anos do século passado, e denota certas igrejas protestantes e organizações, particularmente aquelas que mantêm uma visão literal da Bíblia. A esta se opõem os teólogos liberais e modernistas, que tendem a uma visão mais crítica das Escrituras. Entre os teólogos muçulmanos não existe ainda uma abordagem liberal ou modernista do Alcorão, e todos os muçulmanos, em sua atitude para com o texto do Alcorão, são em princípio, pelo menos, fundamentalistas.

O termo “islamismo” apareceu pela primeira vez em francês em meados do século XVIII, usado como um sinônimo de Islã, e não se referia ao uso ideológico moderno do Islã. Foi o filósofo francês Voltaire que cunhou o termo islamismo³³.

³³ Em VERSAILLE ANDRE', *Dictionnaire de la pensée de Voltaire par lui-même* (Brussels: Complexe, 1994).

Como observa Kramer (2003), no seu interessante ensaio sobre a história do termo, “islamismo” começou a desaparecer do léxico na virada do século XX; muitos estudiosos simplesmente preferiram o termo mais curto, e puramente árabe, de Islã.

Em 1913, os orientistas de muitos países uniram-se para escrever a “Enciclopédia do Islã”. Até a data de sua conclusão em 1938, “islamismo” tinha quase desaparecido do uso, substituído simplesmente por “Islã”, e não foi utilizado outro termo até a ascensão de uma interpretação ideológica e política do Islã que impôs a estudiosos e comentaristas a necessidade de criar uma alternativa para distinguir o Islã como ideologia moderna do Islã como uma fé. Portanto, como salienta Étienne (1987-2001), islamismo, radicalismo islâmico, Islã radical ou político são os termos mais utilizados neste período histórico para abordar assuntos ideológicos e políticos islâmicos.

John Esposito (1992, p. 7-8) afirmou que o fundamentalismo é

muitas vezes equiparado com o ativismo político, extremismo, fanatismo, terrorismo e antiamericanismo, portanto é um preconceito. Ao contrário de Lewis (1988), que “estava preparado” a fazer uma concessão ao uso generalizado (“deve ser aceito”), Esposito (1992) o rejeitou:

Eu prefiro falar de revivalismo islâmico e ativismo islâmico, em vez de fundamentalismo islâmico.

Edward Saïd (1997, p. 16-19), intelectual palestino, crítico literário e ativista da causa palestina, se opôs à forma como o termo fundamentalista tinha sido empregado contra o Islã:

Muitas vezes encontramos jornalistas fazendo declarações extravagantes, que são imediatamente captadas e dramatizadas pela mídia. Em relação ao trabalho deles, o conceito ao qual eles aludem constantemente é o de “fundamentalismo”, uma palavra que vem a ser associada quase automaticamente ao Islã, embora tenha uma relação geralmente ligada ao cristianismo, ao judaísmo e ao hinduísmo. As associações deliberadamente criadas entre o Islã e o fundamentalismo garantem que o leitor médio veja o Islã e o fundamentalismo como sendo essencialmente a mesma coisa.

Porém é de um filósofo sírio, Sadik J. al-Azm (1993, p. 95-97), a defesa intelectual mais forte do uso do termo fundamentalismo num contexto islâmico. Ele pesquisou as doutrinas dos novos movimentos islâmicos e concluiu que elas consistiam em

um retorno imediato às bases islâmicas e aos fundamentos.

Os próprios muçulmanos árabes, segundo ele, recorreram ao neologismo árabe *usûli*³⁴ (de ‘usûl, os “fundamentos”) como um “calque” para o fundamentalismo. Portanto, ele afirmou:

Parece-me bastante razoável que chamar esses movimentos islâmicos de “fundamentalistas” (e no sentido forte do termo) seja adequado, preciso e correto.

³⁴ Usûli é um neologismo árabe, uma “indução” do mundo ocidental. O termo, portanto, vem justificar o de “fundamentalismo”.

Acrescenta o cientista político Nazih Ayubi (1991, pag 256):

Usuliyun é um termo que tem menos de uma década de idade e representa uma tradução direta da palavra inglesa “fundamentalistas”. Não é uma má tradução, enquanto há realmente um ramo de estudos islâmicos conhecidos como *usûl al-dîn* (fundamentos da religião).

O filósofo egípcio Hasan Hanafi chega à mesma conclusão:

É difícil encontrar um termo mais apropriado do que o usado recentemente no Ocidente, fundamentalismo, para o significado do que chamamos de despertar islâmico ou revivalismo³⁵.

Um dos principais historiadores ocidentais do Islã, Maxime Rodinson (1993), ao invés, preferia usar *intégrisme* para definir o uso político do Islã.

1.1.2. O novo uso do termo islamismo

Como sublinha Kramer (2003), devemos à França a ressurreição e a redefinição do termo “islamismo”: no final da década de 1970, os franceses tiveram que descrever os novos movimentos islâmicos que haviam surgidos e “islamismo” parecia aos estudiosos o mais interessante, por duas razões: 1) remontava a Voltaire, enquanto “fundamentalismo” era uma palavra do inglês americano. 2) O outro termo, integrismo, era muito ligado ao contexto católico e aos debates sobre a autoridade na igreja. Islamismo já não era mais utilizado como sinônimo de Islã e podia ter um novo significado em relação à ideologia política islâmica.

Segundo Rodinson (1993), foi o sociólogo francês e estudioso do Islã, Gilles Kepel, no seu livro *Le prophète et pharaon: Les mouvements islamistes dans l’Egypte contemporaine*, quem começou a tornar popular este termo em 1984³⁶.

Uma diferente expressão em uso é a de “Islã político”, mas segundo alguns estudos, ela pode ser usada como subcategoria. Explica Robert H. Pelletreau (1994, pag 2):

Na comunidade das relações exteriores, muitas vezes usamos o termo “Islã político” para nos referirmos aos movimentos e grupos, entre o mais amplo renascimento fundamentalista, com uma agenda política específica. “Islamistas” são muçulmanos com objetivos políticos.

Consideramos esses termos como analíticos, não como normativos. Eles não se referem a fenômenos que são necessariamente sinistros: há muitos grupos muçulmanos com objetivos políticos legítimos e socialmente responsáveis.

No entanto, há também islamistas que operam fora da lei. Grupos ou indivíduos que operam fora da lei, que abraçam a violência para atingir seus objetivos, são chamados corretamente de extremistas.

³⁵ Mencionado por TIBI BASSAM Em *The Worldview of Sunni Arab Fundamentalists: Attitudes toward Modern Science and Technology*, em MARTIN, E. MARTY and R. SCOTT APPLEBY, eds., *Fundamentalisms and Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1993, p. 85.

³⁶ Entrevista com Gérard D. Khoury (1996 ou 1997), in RODINSON, MAXIME, *Entre Islam et Occident*, Les Belles Lettres, Paris 1998, p. 249

Segundo esta perspectiva há uma divisão em três níveis: alguns deles são 1) fundamentalistas; 2) islamistas e 3) extremistas e podem constituir uma ameaça. O elemento interessante é que este esquema coloca “islamismo” no léxico oficial como um sinônimo de “Islã ideológico e politizado”, ou seja, do Islã político.

Em geral, no curso dos últimos 15 anos, nas minhas entrevistas aos líderes e membros de grupos e movimentos do islamismo político, mas também a muçulmanos comuns, nenhum deles tinha aceitado o uso de quaisquer desses termos - fundamentalismo, integralismo, radicalismo, islamismo, islamismo político, Islã radical -, enquanto considerados expressões pejorativas ou seculares, preferindo simplesmente se referirem ao Islã como um conceito global.

“Nós somos muçulmanos e a nossa religião abrange cada aspecto da vida pessoal e social”: esta é uma frase muito frequente a ser ouvidas, enquanto para os muçulmanos (estudiosos e pesquisadores à parte), tais definições representam uma tentativa dos não-muçulmanos de invadir uma área que não lhes pertence, um âmbito proibido - trata-se, para eles, de uma espécie de imposição etnocêntrica ocidental ou, pelo menos, secular. Nesta linha, coloca-se Rashid al-Ghannushi, ex-líder do partido An-Nahḍah da Tunísia, que em um discurso em Londres, em 1992, rejeitou o termo fundamentalismo enquanto refletiria conotações negativas implícitas pelo uso ocidental.

Essa convicção também está presente nas declarações de um dos representantes da corrente chamada de “moderada” (pelo Ocidente) do islamismo radical egípcio dos anos 80:

Não há um Islã progressista e um Islã reacionário, da mesma forma que não existe um Islã revolucionário e um Islã dos “derrotados”, assim como não há um Islã político e um Islã social ou um para líderes e outro para as massas. Há apenas um Islã e um Livro que Deus revelou por intermediação de Seu Profeta e que o Profeta transmitiu para as pessoas (HUWAIDI, 1982, p.7).

Porém, ressalta Roy (2001, p. 116-38),

o islamismo pode ser uma construção, mas foram os próprios muçulmanos que o construíram.

E se parece ser de origem ocidental, explica o islamólogo francês, é porque pensadores como o Ayatollah Khomeini foram profundamente influenciados pelo pensamento radical ocidental, porém, eu acrescentaria, muito antes de Khomeini, já os pais do “despertar islâmico” do final do século XIX, al-Afghânî e ‘Abduh, foram fortemente influenciados pelo pensamento político europeu.

Outro termo que entrou no léxico popular e da mídia, após o ataque às Torres Gêmeas em setembro de 2001 é o de jihadismo: os estudiosos franceses começaram a usar “jihadismo” nos

artigos acadêmicos junto com “salafita” - “jihadismo salafita”. Salafismo³⁷ é uma referência histórica aos precursores – os primeiros muçulmanos -, trata-se, portanto, de uma locução usada em relação a pessoas e movimentos mais violentos no Islamismo contemporâneo, incluindo Qâ’ida e o Dâ’ish, como foi definida por Kepel (2002, p. 219-22).

Segundo Jason Burke (2003, p. 18), o radicalismo islâmico

tinha representado um esforço intelectual sofisticado e uma busca genuína de encontrar uma resposta islâmica para os desafios colocados pela superioridade cultural, económica e política ocidental,

mas seria melhor substituir “superioridade”, com o termo “domínio e colonialismo cultural”.

Normalmente, os muçulmanos comuns, não envolvidos em grupos do islamismo político, preferem utilizar o termo “salafista” ou “wahhabita” referindo-se aos que usam a religião de uma forma violenta e intolerante - esta expressão é usada também pelos xiitas -; isso faz sentido, porque, como explicarei, o salafismo é o amplo movimento baseado em uma doutrina e método que conotam todos os movimentos radicais dos séculos XIX, XX e XXI; portanto, neste contexto, a questão central, como salientam vários estudiosos ocidentais e árabes, é de saber se os pesquisadores ocidentais têm uma licença para representar “o outro” em categorias que eles mesmos rotulam e definem.

Quando nós Ocidentais, crescidos numa tradição ocidental, usamos os termos “Islã” e “muçulmano”, costumamos cometer um erro: pensamos que para os muçulmanos a religião possui o mesmo significado que tinha no mundo ocidental, mesmo na Idade Média. Isso quer dizer que ela representaria um setor ou um compartimento da vida reservado para determinadas questões, separado ou, pelo menos, separável dos outros. Porém a situação é diferente no mundo do Islã. O Islã nunca foi isso no passado e, nos tempos modernos, a tentativa de fazê-lo assim, pode ser considerada, na perspectiva histórica de longo prazo, uma aberração. [...] No Islã clássico não havia distinção entre Igreja e Estado. [...] No árabe clássico, há um par de termos homólogos para o espiritual e temporal, eclesiástico e secular, religiosa e secular. É apenas a partir do século XIX e XX, e mais sob a influência de ideias e instituições ocidentais, que foram criadas novas palavras, primeiro em turco, em seguida, em árabe, para expressar o conceito de secular. [...] Não há equivalente ao termo “secularismo”, expressão vazia de significado no contexto do Islã (LEWIS, 1988, p. 4-5).

Não concordo com Lewis quando escreve que no “No Islã clássico não havia distinção entre Igreja e Estado”, enquanto, a exclusão do período da primeira comunidade muçulmana em Medina, onde o Profeta Muhammad era líder religioso e político e o dos primeiros califas, predominou, no Islã, a divisão entre as figuras religiosas e as políticas. Isso a partir do período omíada. A época clássica começa no século VII e termina no século XI.

A visão de Lewis é viciada por uma forma de parcialidade eurocêntrica, que busca encontrar uma incapacidade originária do Islã em lidar com a separação dos aspetos da realidade.

³⁷ Salafismo há origem no termo *salaf* (aslaf): “pios ancestrais”, os primeiros fiéis da recém-nascida comunidade muçulmana. O salafismo é uma doutrina radical reformista, que via na volta à pureza das origens, aos fundamentos da fé, aos primeiros seguidores do profeta Muhammad, o verdadeiro Islã.

1.1.3. A natureza de fenômeno

Por atrás do debate sobre o uso desses termos há outra questão, a natureza do próprio fenômeno: como explicarei mais adiante, o “radicalismo-islamismo-fundamentalismo” compõe-se atualmente de uma grande variedade de grupos e movimentos, com uma antiga origem e doutrina comuns, mas com metodologias e caminhos diferentes. O termo “islamismo” vem de “islâmîya”, a ideia do Islã cujos valores permeiam todas as esferas da vida; a aspiração de resolver, por meio da religião, todos os problemas sociais e políticos, e a restaurar a integridade dos dogmas; o islamismo favorece o reordenamento do governo e da sociedade de acordo com a *sharî'a*, a lei islâmica.

Os diferentes movimentos islâmicos foram descritos como “oscilantes entre dois polos”: em uma extremidade está uma estratégia de islamização da sociedade através do poder do Estado apreendido pela revolução ou invasão; no outro polo, “reformista”, os islamistas trabalham para islamizar a sociedade gradualmente “de baixo para cima”. Os movimentos têm provavelmente alterado o Oriente Médio mais do que qualquer tendência desde que os estados modernos ganharam independência, redefinindo as políticas e até mesmo as fronteiras (ROY, 1994; WRIGHT, 2015).

Os islamistas podem enfatizar a implementação da *sharî'a*, a unidade política pan-islâmica, incluindo um Estado islâmico e a remoção seletiva dos não-muçulmano em particular as influências ocidentais, econômicas, políticas, sociais ou culturais no mundo muçulmano que eles acreditam serem incompatíveis com o Islã (EIKMEIER, 2007).

Alguns observadores (FULLER, 2003, p. 21) sugerem que os princípios do islamismo podem ser definidos como:

Uma forma de política identitária ou apoio à identidade [muçulmana], autenticidade, regionalismo mais amplo, revivalismo e revitalização da comunidade.

Após a Primavera Árabe, o Islã político tornou-se fortemente envolvido com a “democracia política”, mas também gerou a mais agressiva e ambiciosa milícia islâmica até hoje criada: o Dâ'ish.

Alguns autores consideram que o termo “ativismo islâmico” seja preferível ao de “islamismo”, e outros, como o *International Crisis Group*³⁸ e ativistas islâmicos, preferem usar a expressão “movimento islâmico” (GHANNOUSHI, 2014).

³⁸ *Understanding islamism*, International Crisis Group, Middle East/North Africa Report N°37 – 2/3/2005, <https://web.archive.org/web/20130307123849/http://merln.ndu.edu/archive/icg/Islamism2Mar05.pdf>, acessado em 12/12/2018

As definições do Islamismo/radicalismo/fundamentalismo/Islã político ressaltam a complexidade de um fenômeno multifacetado, com várias causas e efeitos diversificados; também as leituras são múltiplas e orientadas diferentemente, dependendo dos pontos de referência tanto de quem analisa tanto do próprio grupo ou movimento radical, portanto, podemos sintetizar em alguns pontos: 1) A ideia de que o Islã deveria orientar a vida social e política, bem como a vida pessoal (BERMAN, 2003, p. 258); 2) uma forma de “política religiosizada” (TIBI, 2012, p. 22) e um exemplo de fundamentalismo religioso; 3) um movimento político que favorece o reordenamento do governo e da sociedade de acordo com as leis prescritas pelo Islã; 4) uma ideologia teocrática que procura impor pela lei qualquer versão do Islã sobre a sociedade; 5) termos usados por pessoas de fora para denotar uma série de atividade que eles pensam justificar sua concepção errada do Islã como algo rígido e imóvel, ou uma mera “afiliação tribal” (qabîla) (KRAMER, 2003)³⁹; 6) uma alternativa social para às massas pobres (CAMPANINI, 2008 e 2012); 7) uma plataforma de raiva para os jovens desiludidos; 8) o anúncio do um retorno à “religião pura” para aqueles que procuram uma identidade; 9) uma “plataforma religiosa moderada progressiva” para ricos e liberais; 10) um meio poderoso e violento por radicais (OSMAN, 2013); 11) um movimento islâmico que busca a diferenciação cultural do Ocidente e a reconexão com o universo simbólico pré-colonial (BURGAT, 1997, pag 39-41, 67-71); 12) um movimento de muçulmanos que se baseia na crença, nos símbolos e na linguagem do Islã para inspirar, moldar e animar a atividade política; que pode conter ativistas moderados, tolerantes, pacíficos ou aqueles que pregam a intolerância e abraçam a violência; 13) todos os que procuram islamizar seu ambiente, seja em relação a suas vidas na sociedade, suas circunstâncias familiares ou o local de trabalho, podem ser descritos como islamistas⁴⁰.

Segundo Almeida e Silva (2011, p. 62,63) o “radicalismo islâmico” representa um conjunto de três aspectos essenciais:

- 1) a religião que abrange e regula os aspectos da vida social;
- 2) uma visão literalista da Lei islâmica para a qual os preceitos do Alcorão devem ser aplicados rigorosamente;
- 3) um aspecto repressivo ao nível social e político.

Todavia, acho esta leitura bastante parcial: o radicalismo islâmico, desde o passado, se apresenta como um modelo e uma ideologia política e não apenas como uma visão da religião

³⁹ Ayatollah Fadlallah, em uma entrevista por *Monday Morning* (Beirut), 10 agosto 1992. «Fadlallah mais tarde revisou sua posição dizendo que preferia a frase “movimento islâmico”, a “fundamentalismo” islâmico», citado em *Coming to Terms: Fundamentalists or Islamists?* by Martin Kramer.

⁴⁰ The Columbia World Dictionary of Islamism, por Olivier Roy e Antoine Sfeir, 2007.

e da sociedade; ele tem raízes antigas, que afundam nos primeiros tempos da história muçulmana, com os *kharijitas*, e seguem com a escola hanbalita, uma das *madhabs*, escolas jurídicas islâmicas, e com figuras de pensadores como Ibn Taymiyya, al-Wahhâb, passando pelo movimento reformista de al-Afghânî, ‘Abduh e Ridâ, no final do século XIX, da Irmandade Muçulmana de al-Bannâ’ e Qutb, ao “neo-salafismo” até os movimentos radicais violentos como Qâ’ida e o Dâ’ish, os vários grupos jihadistas e takfiristas⁴¹. O radicalismo islâmico/islamismo político atual é, portanto, um desenvolvimento dos movimentos reformistas do final do século XIX, da doutrina salafista reformulada através do pensamento político-religioso da Irmandade Muçulmana e enfim, uma sua evolução através da adoção do wahhabismo, ou seja, uma atualização da doutrina da Irmandade Muçulmana através do wahhabismo.

A busca religiosa reformista que via na volta à pureza das origens uma reação ao colonialismo ocidental, nas décadas sucessivas foi transformada em uma ideologia político-religiosa com linhas diferentes – das mais moderadas às mais violentas -, chamada também de “neo-salafismo”. Como ressalta Burke (2003, p. 19), ao longo das décadas, a ideologia fundamentalista mudou, transformando-se em algo de muito diferente:

No passado, os ativistas islâmicos pensavam principalmente em termos de aquisição de poder ou de reforma de sua nação. [...] Havia espaço em seus movimentos para uma grande variedade de pensamentos políticos. Havia espaço para ambos os movimentos localistas, radicais e conservadores nas áreas rurais e para os ideólogos dos centros urbanos. Havia espaço para extremistas voltados à violência e que viam o mundo como um campo de batalha entre as forças do bem e do mal, da fé e da descrença.

1.1.4. Causas do radicalismo islâmico ou islamismo político

Determinar as causas atuais do radicalismo islâmico é uma tarefa complexa: umas das principais motivações são o fracasso dos sistemas políticos ocidentais implementados no mundo muçulmano pelo colonialismo e neocolonialismo, o insucesso das ideologias seculares ocidentais em relação às questões sociais, políticas e econômicas das sociedades muçulmanas, a crise econômica e social provocada pelo êxodo rural e pela urbanização explosiva - a fuga dos meios rurais e a urbanização criaram áreas de pobreza urbana; portanto o radicalismo apresenta-se como uma forma nova que constitui uma ideologia de ressentimento contra o laicismo, a ocidentalização, a secularização, a corrupção e a injustiça.

Outras causas do radicalismo islâmico são: 1) a crise de identidade do mundo árabe-islâmico em relação ao “glorioso passado” como um grande Império que se estendia

⁴¹ Veja-se mais adiante.

territorialmente do Atlântico ao Oceano Índico e que incorporava partes da África, da Europa e da Ásia, e que foi sucessivamente submetido às potências europeias durante o período colonial; 2) as derrotas e humilhação árabe nas guerras contra o sionismo e, após 1948, contra Israel, visto como uma realidade colonial europeia no Oriente Médio; 3) as guerras ocidentais, etc.; 4) a reação ao laicismo, reformismo e secularização que tem raízes históricas nos primeiros decênios do século XX, quando se evidenciou um processo de secularização no mundo muçulmano depois da Primeira Guerra Mundial e da queda do Império Otomano. Em 1924, Atatürk suprimiu o Califado, laicizou o país e forçou a ocidentalização. 5) A partilha do Oriente Médio e a ocupação ocidental através do Acordo Sykes-Picot em maio 1916⁴² (MASSARA, 1979; VALABREGA, 1967). Tudo isso e a divisão do império otomano em diferentes estados independentes encorajaram os nacionalismos e as ideologias nacionais como o Pan-arabismo⁴³. 6) O fracasso dos movimentos pan-arabista e pan-islamista. 7) O sentimento de humilhação pela subordinação militar, econômica e social do mundo árabe em relação às potências europeias. 8) As guerras e as ocupações ocidentais contra os países muçulmanos na África e na Ásia no século XX e até hoje. 9) O sectarismo político-religioso, em particular como resultado das guerras ocidentais e conflitos internos no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria e pós-primaveras árabes. 10) A “expansão geopolítica xiita”: ampliação da esfera de influência do Irã no Oriente Médio, em aliança com Rússia e China. 11) “Os muçulmanos se consideram vítimas das circunstâncias históricas e de forças conspirativas justificadas pelo ódio confessional. Trata-se de um processo iniciado com as Cruzadas, seguido pela Reconquista da Andaluzia, pelo colonialismo e pelo sistema de Mandatos coloniais” (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 65). 12) A maior parte das causas que levam ao surgimento do fundamentalismo islâmico estão relacionadas com o insucesso das ideologias ocidentais seculares (socialismo, comunismo) utilizadas no mundo árabe para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos das sociedades muçulmanas: nesse sentido, o fundamentalismo apresenta-se como uma fórmula nova que constitui uma ideologia de ressentimento contra o laicismo, a ocidentalização, a secularização, o atraso, a corrupção e a injustiça e ganhou vida com a queda da chamada “Cortina de Ferro” e a “Guerra Fria”. É uma reação contra todos os modelos alternativos que haviam sido experimentados no mundo árabe e islâmico; é, no fundo, uma reação ao modelo capitalista, ao modelo de desenvolvimento não capitalista, denominado de Terceira Via; um

⁴² *The lines that bind. 100 years of Sykes-Picot*, Andrew J. Tabler Editor, 2016

⁴³ O pan-arabismo fez parte do movimento dos países não alinhados organizados na conferência Afro-asiática de Bandung (1955, Indonésia) que procurava uma via alternativa entre os sistemas capitalista e comunista. Procurava uma identidade árabe com o objetivo de criar o estado árabe único com povos da mesma tradição cultural e língua (ALMEIDA E SILVA, 2011).

modelo independente dos anteriores, gerado no próprio mundo muçulmano, mas que acabaria também por fracassar (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 63; CAMPANINI, 2012; RODINSON 1966).

Como já tinha acontecido no final do século XIX, no enfrentamento da presença colonial europeia no mundo árabe, também o fracasso do movimento da Terceira Via levou ao “retorno” aos fundamentos da fé para tentar compreender a realidade do presente e transformá-la no resgate do Islã e dos muçulmanos. 13) É também uma reação à ameaça das culturas exteriores, à ocidentalização cultural, à mudança do “sistema mundo”, e ganha terreno devido às crises de representação política nos países árabes e islâmicos.

A doutrina radical islâmica baseia-se em premissas ideológicas que servem de suporte aos vários grupos e movimento do islamismo político, hoje como no passado; como mencionei acima e como irei analisar mais detalhadamente adiante, essa doutrina está baseada no ensinamento de Ibn Ḥanbal, Ibn Taymiyya, al-Wahhâb, el-Bannâ’, Qutb, al-Mawdûdî, embora o mais importante inspirador para todos os movimentos políticos seja ibn Taymiyya. Aqui alguns pontos em síntese: 1) A chamada ao renascimento espiritual deve passar pelo regresso ao verdadeiro caminho que inspirou a primeira comunidade de crentes; a salvação depende da escolha da imitação do comportamento dos companheiros do profeta Muḥammad (os *aslaf*). 2) O fim último de cada muçulmano deve ser lutar pela instituição na terra de uma ordem islâmica e, portanto, a difusão do Islã “verdadeiro” é uma *conditio sine qua non*. O jihâd é o meio para alcançar esse objetivo. 3) O Islã luta, através da *da’wa* e do *jihâd* pelo estabelecimento na Terra da *hukm Allâh*, a soberania de Allâh. 4) A legitimação dos governantes e das instituições deve basear-se na *shari’a*, a lei de Allâh e pela *sunnah* (conjunto de costumes, hábitos, comportamentos) do Profeta, dos califas *rashidûn* (os bons guiados) e dos primeiros muçulmanos. 5) Os muçulmanos radicais condenam como heréticas, descrentes e apóstatas as correntes místicas (sufismo) do Islã e o xiismo.

1.1.5. Islamismo político como exclusão e delimitação do espaço do “parentesco”

A memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhados (POUTIGNAT-STREIFF-FENART, 1997, p. 165).

O radicalismo jihadista, em particular o do Dâ’ish, cria uma fratura entre dois mundos – o dos muçulmanos “verdadeiros” e o dos *kuffâr*, porém não se trata somente de um lugar semântico em que são verbalizadas as diferenças entre “Ocidente” e “Oriente”, entre “vós” e

“nós”, entre “infiéis” e “fiéis”: é uma separação material, uma exclusão e eliminação física das “diferenças”, da alteridade, em nome de uma crença subjetiva a uma adesão a um grupo religioso e mais fiel à “verdade” que todos os outros. Trata-se de uma adesão a uma linha de “parentesco”⁴⁴ religiosa estreita e excludente que, através do “pacto” de fidelidade, *bay‘ah*, cria uma forte ligação e uma “consciência histórica” comum que inclui todos os que se submetem, respeitando ao pé da letra normas e vínculos e eliminando quem nele não se reconhece completamente: é uma comunidade imaginada⁴⁵ por uma multidão de pessoas de diferentes regiões do mundo, línguas e culturas, mas com um livro sagrado e uma religião em comum, e sem limites territoriais (sem fronteiras), ou melhor, com fronteiras em expansão.

No entanto, o pacto em si pode não ser suficiente, enquanto a unidade da “comunidade” deve fundar-se sobre um conjunto de referências identitárias, no caso do Dâ‘ish, político-culturais e religiosas; disso resultam, assim, um sentimento de pertencimento e uma sensação tão potente quanto irracional, que criam racismo e xenofobia para com todos os outros, mas que fornecem ao movimento uma identidade e uma coesão fortes, de caracteres específicos: a religião é o Islã (na versão ideológica radical), a língua franca é o árabe (língua sagrada, pois promulgada pelo Corão), o território é o Estado Islâmico do Iraque e da Síria, com um apêndice na Líbia, mas com uma aspiração de Dâr al-Islâm (Casa do Islã, em contraposição à Dâr al-Kuffâr, casa da descrença, isto é os territórios ainda não islamizados), na tentativa de recuperar a posse dos antigos territórios do Califado otomano, desmembrado pela divisão colonial europeia, após os acordos Sykes-Picot, em 1916.

O produto final assemelha-se, então, mais à concepção moderna de nação, com todo o aparelho colonial atrás disso, do que a um neo-califado herança do velho Império árabe-islâmico - onde às conquistas de territórios imensos não correspondia uma assimilação forçada dos povos derrotados, mas pelo contrário, a dos conquistadores às culturas dos países conquistados: comparados aos grandes Impérios omíada (661-750; 40-132 h.), abássida (750-1258; 132-655 h.) e otomano (1281-1923; 679-1341 h.), o intolerante e excludente Dâ‘ish resulta ilusório nos seus projetos.

44 (ANDERSON, 1983-1991); (SMITH, 1986); POUTIGNAT-STREIFF-FENART, 1997).

45 (SMITH, 1986); (FATTAH, 2011); (GELLNER, 1983-2006); (ANDERSON, 1983-1991).

The Wall Street Journal (<http://www.wsj.com/articles/would-new-borders-mean-less-conflict-in-the-middle-east-1428680793>);

Nationalism Studies. Monitoring the Changing World, 2013;

The Nationalism Project. Nationalism Studies Information Clearinghouse, 2009

1.1.6. Radicalismo, um projeto moderno e anti-tradicional?

As análises e as tentativas de leitura do radicalismo que partem da perspectiva da contraposição *tout court* entre “modernidade e tradição” são parciais: pelo menos teriam que considerar vários elementos em jogo. A moderna forma de radicalismo islâmico nasce no final do século XIX, durante o colonialismo europeu na África e no Oriente, através do pensamento e das obras de figuras históricas como al-Afghânî e ‘Abduh, fundadores daquilo que se tornará o movimento salafista, e do conjunto do panislamismo.

O salafismo representaria uma reação ao domínio europeu no mundo islâmico e não uma verdadeira contraposição, enquanto os teóricos islamistas viam nos meios da modernidade ocidental instrumentos úteis ao resgate político do mundo islâmico; ainda hoje, o Islã radical faz amplo uso da modernidade, não desprezando a tecnologia, a comunicação e nem as formas econômicas ocidentais. A mesma ideologia salafista e neosalafista, embora afunde suas raízes no pensamento de Ibn Taymiyya e al-Wahhâb, e de outros estudiosos que viveram vários séculos atrás, é um produto da modernidade, também em relação à metodologia.

A ortodoxia tradicional (entre a qual muitas confrarias sufis) não reconhece os movimentos do islamismo político – do salafismo ao neo-salafismo – como pertencentes à tradição e os considera um desvio criado da “contaminação com a modernidade ocidental”; para ela, a verdadeira contraposição não é entre esse islamismo e o Ocidente, mas entre o mesmo islamismo radical e a tradição islâmica e tudo aquilo que tem a ver com o universo místico e espiritual. Segundo os ortodoxos, o radicalismo islâmico, wahhabi em particular, é um afastamento da tradição islâmica, enquanto está utilizando formas de inovação, em árabe *bi‘da*, ou seja, introduções proibidas pelo Islã.

Esta modernidade é encontrada na relação entre o Islã e a violência, mesmo que, mais uma vez, os radicais são os primeiros a querer ancorar a sua violência a uma tradição islâmica, que, ao invés de descobrir, inventam (ROY, 2002, p. 17).

Por exemplo, continua Roy, a prioridade dada ao *jihâd* (no sentido de guerra ofensiva) o torna uma obrigação do indivíduo, *fard al-‘ayn*, que se impõe a cada um em todos os momentos, enquanto, dessa vez, a tradição sempre o considerou uma responsabilidade coletiva, *fard al-kifaya*, limitadas no tempo e no espaço e em situações de ameaças externas à *Dâr al-Islâm*, a Casa do Islã.

Na entrevista que fiz em agosto 2016 ao diretor do “Conselho Superior dos ‘ulamâ’” (cientistas muçulmanos) de Fez, no Marrocos⁴⁶, ele afirma que a prática do *jihâd* como *fard al-‘ayn* e, em geral, o uso descontrolado da violência são

totalmente contrários ao Islã. O Dâ‘ish não faz parte do Islã. Eles entendem o Islã muito mal e baseiam sua legitimidade na má compreensão da religião (entrevista em LANO, 2017).

Contudo, entre estudiosos muçulmanos e ocidentais a discussão sobre o islamismo radical é ampla, complexa e longe de ser definitiva ou encerrada.

Além dos debates acima sintetizados, há vários outros sobre suas teorias, práticas, métodos e legitimidade “islâmica”, portanto há visões que são diametralmente opostas: pesquisadores que fazem uma análise sócio-política e interpretam o radicalismo em termos de “luta revolucionária” contra o colonialismo e o neo-colonialismo ocidental, e como “poder revolucionário” e “constituente” (Roy, Campanini, Étienne, Laroui, Kepel, entre outros), e +aqueles que o consideram como um “desvio do caminho” da ortodoxia tradicional islâmica (Abu Zayd, os shaykhs da tariqa Naqshbandi, os ‘ulamâ’ dos Marrocos e, em geral, qualquer escola jurídica⁴⁷ que não seja a hanbalita dos países do Golfo). Outros o explicam nos termos de uma doença inerente ao Islã, como Abdelwahâb Meddeb (2005), escritor franco-tunisiano, professor na Sorbonne e autor do livro “*La maladie de l'Islam*”: ele considera o fundamentalismo como

um problema endêmico da religião, comparável ao fanatismo no catolicismo e ao nazismo na Alemanha (MEDDEB, 2005).

Há acadêmicos como al-Jabri (1999), Burgat (1997, 2003), Lewis (1973, 1988) e outros que veem a causa do radicalismo na incapacidade do Islã de “evoluir”, de “se adaptar aos diferentes momentos históricos”, à falta de uso da razão e de análise histórico-crítica dos textos sagrados; o historiador francês Bruno Étienne (1987) afirma que o islamismo radical é uma modalidade político-religiosa que tenta lidar com a modernidade; uma alternativa revolucionária, messiânica e universal à hegemonia ocidental; uma rejeição de materialismo, secularismo e imoralidade induzidos pela dominação ocidental (incluídos o marxismo, o nacionalismo e o pan-arabismo); a necessidade de um retorno aos preceitos islâmicos que conteriam em si mesmos a solução de todas as questões contemporâneas.

Em suas obras, o teólogo e acadêmico egípcio Naṣr Ḥamid Abu Zayd (1943-2010; 1361-1431 h.) declara que a única diferença entre moderados e extremistas, no islamismo político, está na aplicação, ou seja, no método, e não nos princípios. Portanto, entre eles há um conflito

⁴⁶ Uma instituição nacional que responde diretamente ao Rei Mohammad VI e ao Ministério da Educação.

⁴⁷ Veja-se o glossário.

marginal. O *takfîr*, o anátema, é anunciado no discurso extremista, mas é implícito nos dos “moderados”⁴⁸.

Abu Zayd salienta que os radicalismos salafita e neo-salafita aceitam a tecnologia, a ciência matemática, a física, natural e médica, a engenharia ocidentais, mas recusam as disciplinas humanas e sociais como a filosofia, a psicologia, as teorias sociais, a arte, a música, o teatro, que, para eles, são todas condenáveis como expressões do “demônio” e símbolos de corrupção; assim o muçulmano salafista vive no presente ao nível material, mas no passado ao nível intelectual e social, sendo ligado ao patrimônio religioso (ABU ZAYD, 1989).

A tecnologia é usada como um meio para expandir a aquisição dos territórios e para o proselitismo. Trata-se, segundo Roy (2002, 2005), da islamização da modernidade que cria uma dicotomia paradoxal: telefones satelitares coexistem com facas para cortar as gargantas dos inimigos; redes sociais, tecnologia e mulheres forçadas a se esconderem em casa. Logo, segundo os muçulmanos ortodoxos um antagonismo e uma contraposição entre radicalismo e modernidade ocidental são fictícios; segundo os meus entrevistados no Marrocos (LANO, 2017) isso seria explicado, em particular, nas alianças táticas entre as agendas geopolíticas ocidentais e os planos neo-califais orientais dos últimos anos.

Entre alguns dos teóricos salafistas do final do século XIX existia uma admiração e um sentimento de inferioridade para com a Europa - parafraseando Frantz Fanon⁴⁹, tratava-se de uma espécie de “colonização do pensamento”: a culpa da fraqueza e da condição de opressão era atribuída ao mundo islâmico que, tendo se afastado dos princípios do “verdadeiro Islã” dos primeiros tempos de Medina - cidade e comunidade idealizada -, havia sido punido por Deus com a decadência e a colonização; o colonizador, portanto, era visto quase como um instrumento de punição divina, e não por aquilo que ele era (ROY, 2002, ÉTIENNE, 1987, CAMPANINI, 2008, 2012). Tratava-se de uma forma de submissão não somente material, mas também psicológica, segundo a qual o resgate encontrava-se no puritanismo islâmico e na evolução técnico-científica e cultural, assimilando tudo o possível do Ocidente e traduzindo-o no mundo islâmico. Ao nível econômico, o neo-salafismo atual, em particular a Irmandade Muçulmana, casou-se com a doutrina capitalista neoliberal: estamos em frente a uma espécie de “calvinismo muçulmano” como é definido por Abul Magd (2012).

A introdução de fatores da modernidade no radicalismo é, de fato, evidente em alguns de seus elementos: 1) a concepção do Estado-Nação (Estado Islâmico) fundado sobre a origem

⁴⁸ Artigos publicados por Abu Zayd na revista “Qadhâyâ fikriyya”, em outubro 1989.

⁴⁹ Frantz Fanon, *Pele negra. Máscaras brancas*, Edufba.

comum e mitificada de uma “Medina, cidade ideal”⁵⁰, fundada em torno ao seu chefe, Abu Bakr al-Baghdadi, cuja descendência é criada de forma fictícia a partir da família de Muḥammad, por meio do nome de al-Qurash (a tribo à qual pertencia o profeta do Islã); 2) a captura e a exploração dos recursos petrolíferos nos territórios conquistados, o dinheiro (transações econômicas das mais variadas naturezas); 3) o uso dos meios de comunicação de massa (vídeos profissionais, revistas, etc.). O projeto de jihād (entendido como esforço bélico, guerra) global é retomado nas redes sociais, onde há proselitismo, recrutamento de combatentes, encorajamento à luta contra os infiéis (não muçulmanos, muçulmanos xiitas, sunitas não alinhados ou outras minorias), luta contra os “costumes ocidentais corruptos” e a propaganda sobre a islamização da Europa toda, etc.

Paralelamente, a globalização entra com força na comunicação dos jihadistas⁵¹, que mostram uma extraordinária capacidade de utilizar os meios da modernidade para difundir, em Árabe e em Inglês, propaganda e mensagens destinadas a um público internacional através de vídeos, redes sociais, as revistas *Dâbiq* e *Rumiya*, site como o *Islamic State Times (al-I'tisam Media Foundation)*⁵² e outros; eles estão fazendo um trabalho profissional de propaganda global, utilizando técnicas de comunicação avançadas e eficazes: um salto qualitativo em comparação com Qâ'ida de 'Usama Bin Ladin.

Contudo, como explicarei mais adiante, não se podem negar as raízes históricas islâmicas do pensamento radical, embora o seu desenvolvimento nos últimos dois séculos tenha muito a ver com sua relação com o Ocidente.

1.2. A história do radicalismo

O Islã inclui uma pluralidade de “islã”, assim como há uma pluralidade de islamismos radicais inclinados ao uso político; no seu curso histórico, uma parte do radicalismo tem se mostrado através de aspetos quase “revolucionário” e anti-sistema, qualquer fosse o sistema/status-quo de referência: os impérios omíade e abásside (em relação aos Kharijites), os Mongóis, os Turcos otomanos, os colonizadores europeus, o imperialismo e as agendas ocidentais contemporâneas, regimes árabes corruptos e assim por diante. Poder-se-ia dizer que já o nascimento do Islã representou uma revolução social, política e cultural contra o *status quo*

⁵⁰ Trata-se da cidade para onde emigraram em 622 (primeiro ano do calendário islâmico) os primeiros muçulmanos, perseguidos pelos politeístas de Meca, e onde criaram a primeira comunidade de fiéis, a *ummah*.

⁵¹ Veja-se cap. 4.

⁵² <http://istimes.tumblr.com/i3tisam> (o site foi cancelado).

representado pela rica *qabîla* dos Quraysh, comerciantes e administradores do espaço “sagrado” politeísta em Meca e das prósperas rotas de caravanas da época. Contra essa sociedade elitista, poderosa e exclusiva, o profeta Muḥammad forjou a primeira rebelião religiosa e social da história islâmica, que se tornou política com a emigração para Medina e a criação da primeira comunidade dos crentes na cidade-estado do profeta - Madînat al-Nabî, Medina. Ela se tornará a Cidade Ideal, a Cidade modelo para todos os muçulmanos sucessivos e, em particular, para os movimentos salafistas e neo-salafistas dos séculos XIX-XXI (ÉTIENNE, 1987; HOURANI, 1991; CAMPANINI 2008 e 2012).

Os islamistas são radicais por causa de sua leitura da história do Oriente e do Ocidente. [...] Sua análise é radical no sentido de que põe em causa a ordem económica mundial e o predomínio ocidental; propõe como solução para todos os males da modernidade/modernização o retorno às raízes do Islã político: a Cidade Ideal do Rashîdûn, os quatro califas “bem inspirados”. [...] Outra característica que está à base do Islã: a militância, no duplo sentido de uma doutrina que faz de cada muçulmano um prosélito e um guerreiro (ÉTIENNE, 1987, p. 20).

As raízes do radicalismo islâmico remontam ao passado: seus elementos podem ser traçados nos primeiros dias do Islã (BURKE, 2003, p. 17); de fato, seu sentido político, seu lado revolucionário e de “poder constituinte” não são estranhos, alheios ao Islã, mas, como veremos na história dos Kharijites, é parte dele desde os primeiros anos, assim como o uso da violência e do tiranicídio ou assassinato dos governantes ou califas indesejáveis: dos quatro califas “bem guiados”, apenas o primeiro, o velho Abû Bakr, morreu de morte natural; os outros três foram assassinados por adversários políticos. E da mesma forma, como aconteceu seja na história judaica seja na do Cristianismo, no Islã as cismas surgiram logo e levaram a guerras civis infinitas – chamadas de *fitna* - entre as duas fações principais: sunitas e xiitas. Tal divisão e hostilidade abertas duram até hoje: a questão síria é um exemplo dramático.

Talvez, é porque nós não estudamos seriamente a literatura radical no pensamento árabe-muçulmano que podemos argumentar que há diferença entre os movimentos atuais e sua produção, e os referentes deles, os movimentos religiosos sempre presentes na sociedade árabe muçulmana a partir dos anos 620-632 (0-10 h.), isto é, desde o início do Islã (ÉTIENNE, 1987, p. 93).

No capítulo 2 irei analisar a questão do poder constituinte e revolucionário no Islã, o conceito e a prática do jihâd, as diferenças entre os vários grupos do radicalismo, e onde o qaedismo e o jihadismo do Dâ‘ish se diferenciam das outras; contudo, para entender a ideologia radical é preciso voltar para as suas bases históricas, por isso, aqui em seguida, apresentarei uma panorâmica histórica dos fundadores do islamismo político.

1.2.1. Os Kharijitas, os precursores do radicalismo islâmico

As origens do Islã radical podem ser encontradas logo no começo da história islâmica, com os Kharijitas: a sua história é importante pois nos permite entender como no Islã dos primeiros tempos desenvolveu-se uma corrente radical que atuou em duas linhas diferentes, mas interligadas: 1) intolerância religiosa para com os “outros” - os muçulmanos de tendência, visões, doutrinas e atitudes diferentes; 2) espírito rebelde e “anti-sistema” da “revolução permanente” contra o poder e o *status quo* - nesse caso, o Kharijismo pode ter atuado como “poder constituinte”.

Uma das leituras histórico-políticas do kharijismo coloca as ações (muitas vezes brutais) dos militantes na perspectiva da luta contra as tentativas de manipulação da “revolução islâmica” de Muḥammad, contra a restauração do status quo e do poder dos Quraishitas: esta poderosa qabîla árabe era, naquela época, representada em particular pelo califa Mu‘âwiya e pelo seu parentesco, vencedor contra o ‘Alî, primo e genro do Profeta, na violenta luta pela sucessão; portanto os Kharijitas reagiram contra a “restauração” do poder dos Banû⁵³ Quraysh, se tornando, durante séculos, um grave problema para califas, emires e soberanos muçulmanos no Norte da África e no Oriente Médio.

O kharijismo propagou-se entre os berberes do Norte da África, no século VIII, durante a fase de expansão do Islã, como forma de luta contra o domínio dos Árabes:

Em sinal de protesto contra a opressão a eles imposta pelos árabes ortodoxos, as populações berberes converteram-se, na realidade, ao kharijismo, a mais antiga seita político-religiosa do Islã. O ensinamento político e religioso dos kharijitas era, a um só tempo, democrático, puritano e integrista, satisfazendo todos os pontos em relação aos quais ele se opunha radicalmente à ortodoxia absolutista do califado. Os princípios igualitários dos kharijitas expressam-se pelo modo de designação do imame (o chefe da comunidade muçulmana): para eles, tratava-se de um posto eletivo e não hereditário, acessível a qualquer muçulmano pio, desde que a sua moral e as suas convicções fossem irreprocháveis, fosse ele árabe ou não, escravo ou homem livre. Após várias tentativas de rebelião contra os omíades, os kharijitas das províncias orientais do califado – que não tardariam em se dividir em múltiplas seitas rivais – foram alvo de uma selvagem repressão. Alguns sobreviventes imigraram para a África do Norte para fugir das perseguições e ali pregarem a sua doutrina. Eles encontraram um auditório inteiramente devoto junto aos berberes, dentre os quais muitos adotaram com entusiasmo este ensinamento como arma ideológica contra o domínio árabe. O princípio da igualdade de todos os crédulos correspondia, a um só tempo, às estruturas sociais e aos ideais dos berberes, mas, igualmente, às aspirações daqueles entre eles que aceitavam mal os pesados impostos e os maus tratos impostos pela burocracia árabe. Eles também eram seduzidos por este aspecto do ensinamento kharijita, segundo o qual, como todos os muçulmanos eram iguais, o luxo e a ostentação seriam repreensíveis; os verdadeiros crédulos devem viver sobriamente e modestamente, praticando a caridade e respeitando as estritas regras da honestidade em sua vida privada e profissional. Este aspecto puritano

⁵³ O termo árabe *banû* significa “filhos de” e refere-se às relações de parentesco dentro de cada qabîla. É o plural de *ibn*. Trata-se de um substantivo comum em muitas línguas semíticas, com raiz B-N-Y, que significa “gerar, trazer para o mundo”. Em árabe, os substantivos *ibn* masculino e *bint* feminino significam, respectivamente, “filho” e “filha”. O plural *banû*, que significa “filhos”, identifica um agrupamento humano (qabîla). Os termos *ibn* (b) e *bint* (bt.) são patronímicos, parte da onomástica árabe: seguidos pelo nome do pai, identificam o nasab/nisba, ou seja, a relação de filiação (Muḥammad bin ‘Abd Allâh, Muḥammad filho de ‘Abd Allâh). Muitas vezes, adiciona-se também o nome do avô.

exerceu, sem dúvida, uma profunda influência em meio às populações de agricultores seminômades, de modo de vida frugal, escandalizadas com o luxo e a imoralidade das classes dirigentes árabes. Em nenhum lugar no mundo islâmico o Kharidjismo encontrou terreno tão favorável quanto junto aos berberes, e Reinhard Dozy teve razão ao dizer: “O calvinismo islâmico finalmente encontrou a sua Escócia na África do Norte”^{54 55}.

Ramos desta corrente islâmica, porém, desenvolveram linhas e métodos tão fanáticos e violentos que vários estudos muçulmanos atualmente fazem uma comparação entre o Kharijismo e o Dâ'ish, que acusam, de fato, de ser “neo-kharijita”, como sublinham várias declarações de imâm, mufti e outras figuras islâmicas no livro *Contra o Daesh* (IANNUCCI, 2016).

De acordo com a leitura acima mencionada do radicalismo islâmico como “poder constituinte”, ou “poder revolucionário” (CAMPANINI, 2008 e 2012), os Kharijitas podem ser considerados o primeiro grupo a combater contra decisões políticas que consideravam ilegítimas, injustas e arbitrárias.

O nome khawârij significa “aqueles que saíram”: representam o primeiro ramo a formar-se no Islã durante o cisma e as guerras intra-islâmica de 655-661(35-41 h.) entre os seguidores do partido (em árabe *shî'at*) de 'Alî, genro e primo do profeta Muḥammad, e os seguidores da linha de Mu'âwiya, ex inimigos de Muḥammad, mas sucessivamente convertido ao Islã e parte da poderosa família mecana dos Banû Quraysh (HOURANI, 1991).

Com o assassinato do terceiro Califa do Islã, 'Uthmân b. 'Affân, em junho de 656 (Dhû l-Hijja 35), um conflito violento opôs o seu sucessor, o Califa 'Alî ibn Abî Tâlib, a Mu'âwiya ibn Abî Sufyân, governador de Damasco e parente de Uthmân. O califado de 'Alî foi contestado pelos habitantes de Meca: foi exposto às acusações da família dos Banû 'Umayya exigindo a “preço do sangue”; portanto, 'Alî propôs a Mu'âwiya um confronto, que teve lugar em junho e julho de 657 (şafar 37, *Fitnat maqtal 'Uthmân*, ou Primeira Fitna, 656-661; 35- 41 h.) na margem do rio Eufrates, em Siffîn. Por trás de tudo isso, no entanto, estava a questão não resolvida de quem poderia legitimamente reivindicar o cargo mais alto de Califa da Ummah islâmica: a disputa quebrou a unidade da Ummah e criou uma cisão profunda que ficará permanente e que será a base da diferente concepção islâmicas de xiitas e sunitas, assim como dos Kharijitas. Durante a luta entre 'Alî e Mu'âwiya, este propôs uma arbitragem que 'Alî aceitou: a decisão provocou a revolta de uma parte dos apoiantes de 'Alî que a consideraram uma concessão imperdoável, de acordo com um versículo do Alcorão segundo o qual o “julgamento pertence a Deus apenas”.

⁵⁴ R. Dozy , 1874, vol. 1, p. 150

⁵⁵ História geral da África, vol. III, p. 79, 80.

Após ter rejeitado os pretendentes ao califado e os restantes muçulmanos seus seguidores, que se tornaram “infiéis”, o grupo começou a ser conhecido como os *khawârij*: a partir daí se dedicaram a efetuar ataques.

Uma interpretação desses acontecimentos sublinha que eles romperam com ‘Alî porque este último, ao aceitar a arbitragem proposto por Mu‘âwiya, em vez de defender a sua autoridade com armas, substituiu o veredicto de Deus com um julgamento humano - esta interpretação considera os kharijitas como religiosos puritanos.

O grupo retirou-se para a localidade de Ḥarûrâ’, sob a liderança de Ibn Wâhb, e mais tarde, a eles se juntaram outros dissidentes.

Na Batalha de Nahrawân, em julho de 658 (Muḥarram 37), o líder kharijita Ibn Wâhb e muitos dos seus seguidores foram mortos por ‘Alî, mas alguns sobreviveram e em 661 (41 h.) um deles, Ibn Muljam, assassinou ‘Alî na cidade de Kûfa.

Puritanismo moral e igualitarismo democrático são os traços que invoca a primeira maior seita muçulmana (DELCAMBRE, 2003; GUELLOUZ, 1997).

O kharijismo no século VII tinha principalmente um significado político e de qabîla:

Foi só muito mais tarde que este tomou um significado religioso “islâmico”, destacado do contexto original de disputas entre clãs da Arábia (DELCAMBRE, 2003).

A maioria dos apoiadores do profeta Muḥammad, pelo menos aqueles que o levaram à vitória contra os poderosos habitantes de Meca, não pertenciam a clãs de prestígio; em relação às reivindicações dos chefes de tribos árabes, os muçulmanos lembraram que o Islã tinha criado uma nova hierarquia com igualdade básica entre os crentes, portanto, ‘Uthmân, dando prioridade às demandas da sua família e ‘Alî aceitando a arbitragem do poderoso Mu‘âwiya, se tornaram dois califas que não eram leais a Muḥammad e sua religião.

Outras leituras sublinham a intenção dos Kharijitas de terminar com a precedência à origem e riqueza: eles exigiram igualdade de tratamento entre todos os crentes; para eles, os crentes muçulmanos não só tinham o direito de se levantar contra o califa culpado de má conduta⁵⁶, mas também de escolher livremente seus líderes, que podiam ser ou não descendentes de árabes Quraysh. Nisso lembram muito sucessivas ideologias islâmicas radicais:

Os kharijitas afirmam que teria que ser o melhor dos muçulmanos, mesmo que fosse um escravo negro, a ser eleito para guiar a comunidade. Mais democrático e igualitário, o kharijismo apareceu sob a forma de

⁵⁶ O “tiranocídio”: esse conceito será muito importante na formação da doutrina radical já com Ibn Taymiyya e sucessivamente com os movimentos salafistas- da Irmandade Muçulmana ao Dâ‘ish e a toda a galáxia de grupos jihadistas e tafkiri.

um rigor moral inimigos de concessões e compromissos inerentes ao exercício do poder político na Arábia (GUELLOUZ, 1997; DELCAMBRE, 2003).

Porém, esta leitura dos Kharijitas como “rebeldes puritanos devotos” é criticada por outros estudiosos: no livro “*Islamic History A.D. 600-750 (A.H. 132), A new Interpretation (1971)*”, M. A. Shaban afirma que os Qurras (mais tarde chamados de Kharijitas) era uma qabîla que ganhou a tutela das terras conquistadas; isso significa que eles compartilharam a riqueza e o prestígio do novo sistema, porém sua posição especial e prestígio em Sawad, no Iraque, foram ameaçados pelo apadrinhamento político de ‘Uthmân - isso explica a sua participação na remoção do califa. Embora a política de ‘Alî fosse lucrativa para os Qurras, eles perceberam que a herança do novo califa de uma comunidade dividida e a turbulência iria torná-lo incapaz de proteger o seu recém-criado status econômico, assim, nesta fase, e durante a batalha de Siffin (um momento de fraqueza de ‘Alî), os Qurras decidiram separar-se da coalizão dele e tornar-se parte de sua própria.

No artigo *The Emergence of the Kharijites: Religion and the Social Order in Early Islam* (1989), Jeffrey T. Kenny argumenta que os Kharijites eram apenas uma das muitas fações que surgiram a partir de uma intrincada teia de mudança de políticas socioeconômicas nas províncias recém-criadas do Império Islâmico.

Outro autor, Watt (1961), argumenta que os Kharijitas não estavam simplesmente descontentes com um homem em particular ou uma família ou um tipo de economia: sua insatisfação estava com toda a estrutura social representada por ambos ‘Uthmân e ‘Alî; na velha situação (ante-Ummah) eles tinham liberdade nos assuntos da qabîla, mas agora eles estavam na “super-qabîla” do Islã (a Ummah) e não poderiam se comportar como anteriormente, portanto queriam voltar para sua estrutura antiga.

Os Kharijites desenvolveram uma doutrina que os colocou fora do Sunismo e do Xiismo, as duas principais correntes do Islã: como mencionei antes, os Kharijitas consideravam que era legítimo contestar um poder considerado injusto, por essas razões tornaram-se atraentes entre as qabilas de beduínos que se sentiam excluídas das estruturas organizativas do vasto califado árabe liderado pelos omíadas, e também entre os *mawâlî*⁵⁷, os convertidos ao Islã que não sendo de origem árabe eram por causa disso discriminados e obrigados a pagar elevados impostos⁵⁸.

⁵⁷ Singular, *mawlâ*: trata-se de uma palavra polissêmica árabe que deriva da raiz W-L-Y, com significado de “estar perto de”, “ser amigo” ou “ter poder sobre”.

A palavra *mawlâ* pode ter significados diferentes, dependendo se for usada na voz ativa ou passiva: “dono” ou “escravo/liberto”, “patrão” ou “cliente”, “tio” ou “sobrinho”, ou simplesmente amigo.

Originalmente, *mawâlî* eram clientes de uma qabîla árabe, mas com o advento do Islã, o termo veio a se referir a muçulmanos não-árabes e outros aliados clientes da comunidade muçulmana.

⁵⁸ História geral da África, vol. III, p. 79, 80 e sucessivas.

Além da doutrina, cujas variantes criaram os Azraqites, os Najadât, os Sofrites e os Ibadis, os Kharijites desempenharam um papel político importante, tanto por seu extremismo como pela sua posição rebelde, primeiro nas disputas entre as várias qabilas da Arábia, em seguida, em Trípoli e Norte da África.

A tradição sunita, bem como a xiita, os considera como os primeiros responsáveis pela divisão da comunidade e a violência no Islã; o califado de Mu'âwiya teve que enfrentar tumultos Kharijites; cada vez, a revolta kharijita foi esmagada pelas forças califais mais numerosas e melhor organizadas, mas a ideologia kharijita continuava viva e seduzia as massas mais deserdadas.

O kharijismo dividiu-se em quatro movimentos distinguidos por condutas diferentes, alguns dos quais, usavam o terrorismo para conseguirem os seus objetivos: os Azraqites, por exemplo, usaram duas práticas que os sunitas não conheciam - o *imtihân* e *isti'râd*.

O **imtihân**, ou exame probatório como um símbolo de sinceridade: a imposição a todos kharijitas neófitos de matar um prisioneiro. A referência utilizada é o relato segundo o qual o Profeta teria pedido a 'Alî para cortar a cabeça dos prisioneiros de Meca.

Isti'râd: a prática de assassinato religiosa, que autorizava a matança de homens, mas também mulheres e crianças; eles consideraram o território ocupado por outros muçulmanos como um território de infidelidade ou *dâr al-kufr*, onde era lícito atacar as pessoas e os bens.

As duas práticas, *imtihân* e *isti'râd*, lembram muito as atuais do Dâ'ish: eles fazem questão de exibir fotos de inimigos ou prisioneiros com cabeças cortadas ou corpos esmagados como se fossem troféus, e também por esta razão, o Dâ'ish é chamado por muitos muçulmanos de neo-kharijita.

O território por excelência de implantação do kharijismo, sob os abássidas, foi Trípoli e o Norte da África: aqui chegou a versão ibadita, fundada por Abdullâh ibn 'Ibâdh al-Tamimi (falecido em 89 h.), menos extremista dentre as demais, embora com um caráter de intransigência política e de rigorismo moral. Qabilas berberes juntaram-se ao kharijismo ibadita que se estabeleceu em 757 (140 h.), com sua capital em Trípoli; em 758 (141 h.) os Kharijites apreenderam Kairouan e um ibadita de origem iraniana, Abdullâh ibn Rustûm, tornou-se seu governador. Constituiu-se um estado kharijita ibadita que incluía a Tripolitânia – a região do noroeste da atual Líbia –, a Tunísia e a parte oriental da Argélia.

Apesar da reação do califado sunita que infligiu uma derrota aos Kharijitas de Trípoli, Ibn Rustûm fundou o emirado 'Ibadi Tahert; em Tlemcem Abû Qurra estabeleceu outro emirado kharijita; contudo, os Kharijites em 772 (155 h.) sofreram derrotas: o califa abássida Isma'îl Al-Mansûr (913 – 953; 300-343 h.) os combateu durante quinze anos, no final dos quais

Kairouan foi reconquistada. “A partir desse momento - escreveu Ibn Khaldûn⁵⁹ -, o espírito de heresia e rebelião, que havia por tanto tempo agitado os berberes de Ifrîqiya, calmou-se completamente”.

A história do kharijismo no Magrebe não se limita às dinastias de Bani Rustûm a Tahert e Banu Midrâr a Sijilmasa: deve ser lembrada também a revolta kharijita de Abû Yazîd Mukhallad ibn Kayrâd al-Nukkarî (873-947; 259-335 h.)⁶⁰, que recebeu uma formação teológica ibâdi. Abû Yazîd percorria o Magrebe, acompanhado por sua esposa e seu filho, pedindo às pessoas para caçar os xiitas fatímidas; esta propaganda teve sucesso considerável no Aures, mas rivalidades entre qabilas levaram à derrota do kharijita rebelde; os kharijitas do Magrebe foram duramente atingidos por essa revolta, mas não desapareceram: o Kharijismo, fortemente enraizado, se manteve com os centros de ensino, muito prósperos até a invasão dos Banû Hilâl, qabîla da Arábia que invadiu o Norte de África, no século XI. O golpe final foi dado pela dominação otomana na Tunísia e na Argélia, no século XVI.

Os Ibaditas são os únicos sobreviventes contemporâneos do kharijismo, seguidos pela maioria dos muçulmanos do Omã, por uma minoria na Argélia (oásis de Mzab), na ilha tunisina de Jerba e em Zanzibar.

1.3. O pensamento radical. Salafismo ou salafiyya

O melhor dentre a humanidade é a minha geração, em seguida aqueles que vierem depois deles, e então aqueles que vierem depois deles (ḥadîth compilado por al-Bukhârî⁶¹ e Muslim⁶²).

Este famoso hadîth, que cita as palavras do profeta Muḥammad, é considerado como uma chamada por todos os muçulmanos a seguir o exemplo das primeiras três gerações de crentes, os salaf.

Salafiyya ou salafismo é uma escola de pensamento do Islã sunita que remonta ao “Salaf al-Şâlihîn”, os piedosos antepassados; trata-se de três grupos geracionais: os “Saḥâbi”

⁵⁹ Ele foi um historiador árabe da África do Norte (1332–1406; 732-808 h.). A sua obra principal é o *Kitâb al-‘Ibar*, o “Livro de Lições - Registro de Inícios e Eventos na História dos Árabes e dos Berberes e seus Poderosos Contemporâneos”. Originalmente foi concebida como uma história dos berberes, mas posteriormente tornou-se uma história universal.

⁶⁰ Chamado de “al- Dajjâl”, “O mentiroso”, é uma figura do contexto escatológico do Islã. De acordo com uma tradição, ele vai criar divisões profundas na ummah. Foi um agitador religioso berbere de fé kharijita, pertencente à qabîla de Banû Ifran, que levou uma insurgência que profundamente abalou o jovem poder Fatimide em Ifrîqiya em 944 (332 h.)

⁶¹Foi um teólogo, sábio, filósofo muçulmano sunita persa do século IX (III h.), famoso por seus comentários e compilações de ḥadîth.

⁶²Imam Muslim era um erudito islâmico persa, conhecido pela sua coleção de hadîth chamada de *Şaḥîḥ* Muslim. Trata-se de uma das seis principais coleções de hadith no Islã sunita e é considerada uma das duas mais autênticas (şaḥîḥ), ao lado da de al-Bukhârî.

(companheiros de Muḥammad), os “Tâbi‘ûn” (os seguidores, ou seja, a geração após a do Profeta); os “Tâbi‘ al-Tâbi‘iyyîn” (aqueles que vierem depois dos seguidores). Os três são consideradas “modelos”, em particular pelos salafistas.

O Salafismo original é um movimento religioso que procurava uma antiga pureza do Islã, limpo das superestruturas criadas ao longo dos séculos, e propôs uma leitura nem muito literal nem muito alegórica ou espiritual e esotérica do Alcorão; figuras históricas cruciais para os salafistas são Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ḥanbal Abû ‘Abd Allâh al-Shaybânî (século VIII, II h.); Taqî ad-Dîn Aḥmad ibn Taymiyyah (século XIII-XIV, VI-VII h.) que introduziu o conceito de jihâd, que terá grande influência na formação do radicalismo islâmico moderno; Muḥammad ibn ‘Abd al-Wahhâb al-Tamîmî al-Najdî (século XVIII, XI h.); Jamâl ad-Dîn al-Afghânî (século XIX, XII h.) e Muḥammad ‘Abduh (século XIX, XII h.); Muḥammad Rashîd Riḍâ (século XIX-XX, XII-XIII h.); Ḥasan al-Bannâ’ (século XX, XIII h.); Sayyid al-Qutb (século XX, XIII h.); Abû l-A‘lâ al-Mawdûdî (século XX; XIII h.)

O significado moderno do termo “salafismo” está ligado a um movimento de reformismo islâmico, al-’Islâḥ, que começou no século XIX e continuou até o XX, no Egito e em outros países árabes e foi uma expressão de luta e uma reação a “decadência” islâmica e ao colonialismo ocidental, através dos textos e o trabalho de grande estudiosos muçulmanos como al-Afghânî e ‘Abduh, fundadores do movimento cultural reformista, e como Riḍâ; é com este último, no Egito, que o movimento reformista assume características de maior oposição à Europa, e pretende reviver o Islã da época do profeta Muḥammad e seus companheiros, os ancestrais piedosos, Salaf al-Ṣaliḥîn: a partir daí virá a se usar o termo “salafistas”.

1.3.1. Os pais do salafismo

O fundador do hanbalismo: ibn Ḥanbal

Aḥmad bin Muḥammad bin Ḥanbal Abû ‘Abd Allâh al-Shaybânî, conhecido como ibn Ḥanbal (780-855; 164–241 h.), nasceu em Baghdâd: foi o fundador da mais rígida escola jurídica de *fiqh* (jurisprudência islâmica) sunita, a hanbalita; ele foi chamado de Shaykh-ul-Islâm ou “Imâm”, em suma, uma autoridade sobre a doutrina ortodoxa.

A família de Ḥanbal era originalmente de Basra, no Iraque, e pertencia à qabîla árabe Banû Shaybân; o pai era um oficial do exército abássida no Khurasan e mais tarde se mudou com sua família para Baghdâd, onde Aḥmad nasceu em 780 (164 h.) e onde estudou. Mais tarde viajou para continuar sua educação: começou a aprendizagem na jurisprudência islâmica (*fiqh*)

e após terminar seus estudos, viajou através de Iraque, Síria e Arábia para recolher ḥadīth, ou tradições do Profeta; esse estudo, além de torná-lo uma das maiores autoridades nessa ciência, criou nele uma profunda devoção à visão textual, literal, do Islã e uma aversão a qualquer tipo de inovação. Ele deixou uma imensa enciclopédia de ḥadīth, o *al-Musnad*.

Depois de vários anos de viagens, voltou para Bagdá para estudar a lei islâmica e se tornou um *mufti*: é lembrado como o fundador da *madhhab*, escola jurídica, hanbalî, que agora é dominante em Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait.

Os historiadores relatam que seu funeral foi assistido por 800.000 pessoas: um paradoxo para quem sempre condenou os cultos dos mortos.

A vida e as obras deste importante pensador do radicalismo islâmico foram atravessadas por períodos de sucesso e fracasso, vitórias e perseguições: dependendo dos califas e das escolhas políticas oficiais, suas teorias foram rejeitadas e perseguidas, ou aceitas e impostas sobre as outras. Uma famosa perseguição foi a *miḥnah* (do árabe “juízo” ou “teste”), instituída pelo califa abássida Abû Ja‘far Abdullâh al-Ma‘mûn (filho de Hârûn al-Rashîd; 786–833; 170-218 h.) em 833: ele ordenou um racionalista mu‘tazilite⁶³ como chefe da Justiça de Baghdâd e esta tendência se tornou oficial no Estado - segundo essa doutrina, o Corão era criado; daí começou um período conhecido como “Inquisição islâmica”: eram perseguidos e presos todos os acadêmicos e religiosos que não aceitavam a doutrina racionalista, incluído al-Ḥanbal. Em 833 (218 h.), Ibn Ḥanbal foi questionado sobre suas crenças em relação ao Corão: para ele o texto era “não criado”, portanto o califa o depôs e o puniu; porém, graças ao suporte do povo de Bagdá, foi solto.

Essa política, que representou um dos raros casos de perseguição especificamente religiosa no Islã medieval, durou quinze anos (833-848; 218-233 h.) e foi revogada em 848; logo depois se impôs uma visão rígida do sunismo e o pensamento de Ḥanbal foi promovido. A abolição da *miḥnah* é significativa pois põe fim às intervenções dos califas abássidas nas questões de ortodoxia religiosa: ao contrário do que se pensa hoje (falta de separação entre religião e estado) dos primeiros tempos do Islã, na época clássica⁶⁴, a missão de desenvolver as várias ciências islâmicas, incluindo a lei, a *sharī‘a*, era uma tarefa dos estudiosos, juristas, e não do califado (do Estado); frequentemente os ‘ulemas desenvolveram a lei contra o Estado, em uma situação de quase autonomia, portanto a ordem religiosa no Islã clássico era distinta da ordem política, contrariamente aos primeiros momentos da comunidade do Profeta e da época

⁶³ É uma escola racionalista da teologia islâmica que floresceu nas cidades de Basra e Baghdâd (no atual Iraque), durante os séculos VIII-X (II-II h.) Os discípulos da escola mu‘tazili negam a ideia que o Alcorão possa ser criado (não-criado) e co-eterno com Deus, como afirmam os hanbalî.

⁶⁴ Também chamada de “Idade de Ouro” islâmica: foi um período histórico durante o califado abássida e que terminou com a conquista mongol de Bagdá em 1258.

dos “califas bem guiados” onde a equação era *dîn- dunyâ-dawla* (religião, mundo terreno/material, estado), todos juntos. Isso significa que, naquele momento histórico, a esfera religioso-moral não era separada do plano material e da gestão do estado, e o conjunto dos vários âmbitos eram controlados e administrados pelos califas.

A época clássica, culturalmente dinâmica e dialética (até o século X), encorajou o interessante fenômeno da emergência de diferentes, e às vezes opostas, escolas jurídicas - todas islamicamente válidas e autênticas ao nível da ortodoxia e aceitas (HOURANI, 1970; BRANCA, 1995; ESPOSITO, 1999; ALMEIDA E SILVA, 2011).

Os princípios hanbalitas

Deus é o Allâh do Alcorão; acreditar em Allâh é acreditar na descrição que Ele deu de “Si mesmo no Seu Livro”; Ḥanbal acreditava na descrição que Allâh faz de si mesmo no Alcorão: Ele fala por palavras e sons e cada palavra do Alcorão é a palavra dele, tal como foi revelada a Muḥammad e nunca foi alterada; Allâh é o possuidor de uma série de qualidades que fazem dele a divindade: Onisciência, Onipotência, Sabedoria, Poder Total, etc.

Ḥanbal era contrário às tendências racionalistas presentes na sociedade abássida do tempo: o Alcorão é Palavra de Allâh não criada e não criável, ou seja, não poderá ser colocada em causa a sua autenticidade; o Livro é testemunho da veracidade da palavra de Allâh transmitida ao profeta Muḥammad; o Alcorão é uma obra eterna. Trata-se, portanto, de uma aceitação total, sem sentido metafórico, sem discussão, sem interpretação: se o Alcorão se refere às mãos de Deus, então significa que Deus tem mãos e não apenas no sentido metafórico e com elas Ele criou o mundo; além disso, Ele pode ver e ouvir. Trata-se de uma **crença** antropomorfista – é esta uma das acusações que os muçulmanos tradicionalistas, entre os quais os sufis, fazem ao radicalismo: a referência a uma crença literalista, antropomórfica, não espiritual e, portanto, errada.

O credo de Ḥanbal mostrou um rigorismo extremo que criou conflitos; após a sua morte, o hanbalismo tornou-se a doutrina dominante em Baghdâd: seus seguidores patrulhavam as ruas para controlar a correta execução das regras islâmicas e para evitar que atos pecaminosos fossem cometidos pelo povo. Hoje, nos territórios do Estado Islâmico/Dâ‘ish tropas de jihadistas fazem a mesma coisa: patrulham, castigam, fustigam, matam, aprisionam qualquer um – homem, mulher, velho ou criança - que saia dos padrões de comportamento impostos por eles.

Os hanbalitas passaram a ser frequentemente associados às revoltas anti-xiitas: o progresso do xiismo imamita e do ismailismo – depois da conquista fatímida do Egito, em 969

(358 h.), e da fundação do Cairo – entrou em rota de colisão com os teólogos e pregadores hanbalitas que haviam desempenhado um papel ativo na restauração e manutenção do sunismo, porém, com o restabelecimento dos Abássidas, no século XI, o hanbalismo retornou a doutrina de estado dos Califas de Baghdâd.

Com a conquista de Baghdâd pelos turcos seljúcidas, em 1055 (446 h.), os hanbalitas fugiram em direção de Damasco, e com a chegada dos Mongóis, a doutrina foi fortemente controlada; foi só com a dinastia dos Mamelucos bahriyya, entre o final do século XIII (VII h.) e o começo do XIV (VIII h.), que o hanbalismo voltou às atividades livres.

Foi nessa época que surgiu o pensamento de Ibn Taymiyya.

(PATTON, 1897; AL-SUYUTI, 1881; *THE ENCYCLOPEDIA OF ISLAM*; ALMEIDA E SILVA, 2011; BRANCA, 1995, 2000; CAMPANINI, 2008, 2012; *ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA*; ETIENNE, 19987; LEWIS, 1950, 1973, 1995).

Ibn Taymiyya, o “pai” do islamismo político

A morte através do martírio pela unificação de todos os povos na causa da Sua palavra è a mais feliz, a melhor, a mais fácil e mais virtuosa de todas as mortes.

Ibn Taymiyya Taki al-Dîn Aḥmad (1263-1328; 661-728 h.) é considerado o “Pai da Revolução islâmica”: no seu pensamento político, a visão de um Islã conservador se tornará o “poder constituinte”.

Nasceu na Mesopotâmia, se tornou desde jovem um teólogo e jurista de escola hanbalita e foi muito influenciado pelos eventos políticos daquela época histórica: com 5 anos de idade, devido às invasões dos Mongóis, foi obrigado a se refugiar em Damasco, cidade onde foi educado; a experiência da chegada e da dominação dos Mongóis na terra do Islã marcaria indelevelmente sua vida, seu pensamento e sua obra.

A intransigência de Ibn Taymiyya levou-o várias vezes à prisão devido ao seu rigorismo, intolerância e a sua austeridade relativamente a determinados fundamentos da religião; ele se tornou um dos líderes da resistência contra as incursões mongóis e fez parte também da expedição das autoridades mamelucas contra os xiitas acusados de ajudar os Mongóis. Quando foi assinado um novo tratado com os Mongóis, Ibn Taymiyya exortou a população para que empreendesse o jihâd contra eles.

Nos anos seguintes, Ibn Taymiyya envolveu-se em atividades conflituosas contra os xiitas e as ordens sufis, incluído o movimento ao redor do pensamento de Muḥammad Ibn al-Arabī⁶⁵: ele os considerava todos como heréticos. Polemizou também contra a prática das visitas aos túmulos de santos e imams - práticas que considerava *bid'a*, inovações que se afastavam da essência original do Islã, porém, paradoxalmente, em 1328 (728 h.), ao seu funeral participaram mais de 20 mil pessoas que o consideravam um santo: um destino semelhante ao de Ibn Ḥanbal – ambos ferozes opositores de tais práticas populares.

Ibn Taymiyya deixou um vasto legado de obras no campo dos estudos da exegese do Alcorão, da jurisprudência, da teologia, etc.

(IBN TAYMIYYA; LAPIDUS, 1993; PACINI, 1996; RAPOPORT E SHAHAB, 2010; AL-HIWAR, 2012; ALMEIDA E SILVA, 2011).

O pensamento de Ibn Taymiyya e a criação da doutrina do islamismo político

Ibn Taymiyya viveu em um período conturbado, marcado especialmente pela queda do Califado Abássida resultante da tomada de Bagdá pelos Mongóis: para o teólogo, estes eventos eram sinais da desaprovação divina ao comportamento dos muçulmanos, e a solução consistiria em retornar às origens do Islã.

O antropomorfismo, herança hanbalita, era uma das particularidades de Ibn Taymiyya, fruto de uma visão literalista do Alcorão como Ibn Ḥanbal, Taymiyya tinha a tendência a atribuir a Deus formas, ações e faculdades humanas, portanto, a acreditar no antropomorfismo (AL-HIWAR, 2012; RAPOPORT E SHAHAB, 2010). Ele invocava e defendia o retorno à “pureza original” dos tempos do Profeta: a lealdade para com os antepassados (salaf) era fundamental. Segundo ele, no âmbito da jurisprudência, o governante tinha que seguir rigorosamente os princípios da *sharī'a*, aplicada com firmeza e justiça, e os governados deveriam obedecer às ordens do califa que obedecia à *sharī'a*. Para ele, poder político e religião não podiam estar separados.

No pensamento de Taymiyya, a visão de um Islã conservador se tornou “poder constituinte” (CAMPANINI, 2008, 2012): ele formulou um modelo de estado islâmico onde eram definidos os pilares de um poder constituinte: 1) Alcorão e Sunnah eram reproduzidos como os fundamentos da vida moral do indivíduo e do funcionamento da sociedade: exclusivismo do Corão e da Sunnah (posição Salafi fundamentalista); 2) legitimidade do jihād como um esforço contínuo para mudar os costumes e o ambiente social. Trata-se de uma

⁶⁵ Foi um grande pensador do Islã sunita, nascido na Andaluzia árabe (1165-1240; 560-637 h.), e místico sufi, poeta e filósofo. É chamado também de *shaykh akbar*, ou grande mestre, pelos praticantes do sufismo, e considerado como um santo.

ferramenta para a reconstrução da realidade; 3) fechamento dos espaços da sociedade civil para impedir que seja contaminada por influências externas (os Mongóis) que podiam corromper seu caráter islâmico: era uma aplicação do código Hanbali.

Com a queda do Califado o sonho da grande ummah muçulmana - enquanto comunidade de todos os crentes – desmoronou: inimigos internos e externos a estavam ameaçando de todos os lados; a terra islâmica era submetida às invasões e a violência dos Mongóis, que não eram muçulmanos e que após algum tempo se converteram só formalmente, para exigência de governo; cruzados cristãos estavam pressionando novamente nas fronteiras; também o sufismo, por Taymiyya considerado “uma superstição”, colocava em risco a fé dos Salaf.

O jihâd tinha uma posição central no pensamento de Ibn Taymiyyah: em seu livro “al-Kitâb al-Siyâsa al-Shar‘iyah” (A Política de acordo com a lei religiosa), ele afirma que os pilares do Islã são a oração e o jihâd, ou guerra legal; desta forma, a religião só poderá ser praticada com o auxílio do poder do Estado.

A doutrina do teólogo baseia-se na defesa do Islã das alterações externas, do contato com outras doutrinas e culturas inimigas: o convite peremptório a lutar contra os infiéis – jihâd - era endereçado aos muçulmanos daquela época contra os agressores mongóis; foi, portanto, contra tais ameaças que Ibn Taymiyyah teorizou o jihâd, a guerra militar para proteger e defender o Dâr al-Islâm. Tratava-se de um contexto histórico e social claro (PACINI, 1996; ALMEIDA E SILVA, 2011; CAMPANINI, 2008, 2012; HIWAR, 2012). Contudo, na época presente esse conceito é extrapolado do contexto histórico em que foi formulado e adaptado a todas as situações: os jihadistas contemporâneos, em geral, e o Dâ‘ish em particular, têm resgatado tal pensamento, extrapolando-o do contexto histórico e geopolítico e adaptando-o aos seus objetivos – e assim se torna um jihâd permanente, uma guerra contínua, e o primeiro e mais importante dever dos muçulmanos. Essa é a crítica que muitos muçulmanos oponentes do islamismo político fazem aos jihadistas.

Nesse contexto situa-se também o conceito de “tiranicidio” que com Ibn Taymiyya se torna lícito também do ponto de vista jurídico (embora o assassinato de califas e governantes fosse praticado logo a partir dos primeiros anos da história do Islã); ele legalizou a revolta contra o tirano, o governante que não respeita a lei de Deus: é a famosa *fatwâ*⁶⁶ contra os Mongóis, acusados de não ser bons muçulmanos e não ser dignos de obediência. É deste contexto histórico e situação específica que o islamismo político dos neo-salafistas dos séculos XX e XXI tira a justificação religiosa e legal para os ataques violentos contra presidentes e

⁶⁶ Plural, *fatâwâ*: no direito islâmico é um pronunciamento legal emitido por um especialista na lei religiosa sobre um assunto específico.

governantes que considera corruptos, tirânicos, seculares, etc., ou seja, ele se apropria de conceitos formulados em uma época histórico-política circunscrita por certos fenômenos e a adapta aos seus próprios propósitos. Do ponto de vista islâmico radical, o assassinato de Gaddafi e de outros, encontra uma explicação próprio a partir da doutrina de Ibn Taymiyya.

Para Ibn Taymiyya, nenhuma criatura deve obedecer a uma ordem que a leva a desobedecer a Deus: gerenciar politicamente os homens (*wilaya amr al-nas*) é uma das principais obrigações da religião; os homens não realizam o seu próprio bem, se não na sociedade, e na sociedade eles precisam de um líder - é necessário, portanto, obrigar ao bem e proibir o mal com a força e a Imâra (emirado). Segundo esta doutrina, Deus tornou obrigatório o jihâd, e outros deveres que podem ser cumpridos através da força e do emirado: eis então que o sultão é a “sombra de Deus na Terra” (CAMPANINI, 2008, 2012; AL-HIWAR, 2012; ALMEIDA E SILVA, 2011).

Todavia, não é preciso implementar uma teocracia, enquanto o que importa é que o Estado seja garante da religião: para ele, o poder é, de fato, uma parte da religião - aqui se destaca a grande novidade do pensamento de Taymiyya à luz da evolução do pensamento teológico. Como escrevi anteriormente, na teologia clássica não há menção da passagem da religião à política, os dois âmbitos são separados, mas é com as ideias desse teólogo que uma se torna a parceira da outra. Não é verdade que no Islã a política é uma dimensão da religião, mas sim que a religião tem um impacto potencial sobre a política: é uma política islamizada.

Taymiyya foi o primeiro pensador islâmico que sugeriu a associação *dîn-dunyâ-dawla*⁶⁷, pois queria revitalizar o Estado por meio de lei religiosa, após o colapso do Estado islâmico, ou seja, do califado (CAMPANINI, 2012). Para esse fim, Ibn Taymiyyah deu-lhe as bases religiosas, sugerindo a estreita integração entre religião e política: *siyâsa shar'iyya*.

Siyâsa shar'îyya

A política inspirada e baseada na *sharî'a* é a política legítima dos governantes, que, apesar do fim do califado, têm a obrigação de governar a Ummah de acordo com os princípios estabelecidos por Deus; portanto, a política que é inspirada na *sharî'a*, a *siyâsa shar'iyya*, administra a sociedade de acordo com o direito civil e criminal que vem diretamente do Alcorão e da Sunnah: por meio da Lei, Deus se expressa na esfera política, e o direito torna-se o fundamento da teologia política e o instrumento para realizar o poder constituinte. Ibn Taymiyyah é o intérprete exemplar da teologia política islâmica no final do período clássico,

⁶⁷ Isto é: religião, mundo terreno/material, estado. Trata-se do sistema político-religioso-social da ummah dos tempos do Profeta.

enquanto ele usa o direito num sentido político e faz da política, de acordo com a lei religiosa, um instrumento de governo da comunidade islâmica: o fundamento do poder constituinte (CAMPANINI, 2012, p. 23, 24, 25).

Ibn Taymiyyah não teorizou uma teocracia ou um sistema teocrático, mas o “governo de Deus”, ou seja, com ele a política se elevava a Deus: a religião era necessária à construção do Estado islâmico; os pressupostos da teologia política é fazer de Deus o fundamento da Ordem Política e realizar na política a lei divina. Para este propósito, segundo ele, era preciso aplicar com coerência a jurisprudência islâmica que representa o meio de mediação entre o mundo divino e mundo político (RAPOPORT e AHMAD, 2010; CAMPANINI, 2008, 2012; HIWAR 2012).

Como mencionei acima, uma ideia que tem que ser esclarecida é a dos religiosos muçulmanos, ‘ulamâ’, governando enquanto tais: eles nunca governaram o estado enquanto “religiosos” e na história islâmica aconteceu só no Irã dos aiatolás, ou seja, nas últimas décadas; portanto, mais que de teocracia podemos falar de teocentrismo: os governantes muçulmanos, na sua maioria, buscaram a legitimidade de seu poder na religião, e o khilâfa (califado), refere-se à sucessão temporal, ao vigário - é isso o significado do termo em árabe. Nesse sentido, para Ibn Taymiyya, não houve nenhuma autoridade religiosa delegada por Muḥammad aos califas, mas apenas uma simples sucessão para preencher um vazio de poder: o califa é apenas um substituto, não é o soberano e o khilâfa não é, portanto, uma instituição soberana, uma vez que é apenas uma autoridade delegada para acima da qual há a verdadeira autoridade de Deus.

Hukûmatu-Llah⁶⁸, o governo de Deus, e a hakimiyya, a soberania de Deus

O direito de legislar pertence a Allâh somente⁶⁹.

Para Ibn Taymiyya, a política é a “teologia política” que se refere à Lei divina para ser realizada, e Deus, através do direito islâmico, ou fiqh, impõe à política a sua vontade legislativa; assim, muita parte da teologia islâmica tem caráter político.

O Direito, no Islã, é de origem religiosa, pois Deus é o Legislador Supremo – doutrina do Tawḥîd, ou unicidade de Deus; o fundamento da Lei revelada é a sharî‘a: Deus impõe à sociedade suas leis através do fiqh, cujas bases estão na sharî‘a, ou seja, no Corão e na Sunnah, e só a política dos governantes que se inspiram à sharî‘a é legítima; portanto o fiqh torna-se a

⁶⁸ <http://www.khilafah.com/the-hukm-sharai-divine-rule/>
<http://www.islamicweb.com/beliefs/creed/Alhukm-Is-For-Allah.htm>

⁶⁹ “Scientific Basis of the Salafi Da`wah” [Al-Usool al ‘Ilmiyyah li Da`wati s Salafiyyah, Daar of Islamic Heritage], capítulo sobre o Tawhid. Por Shaykh ‘Abdur Rahman ‘Abdul Khaliq.

base da teologia política e o instrumento para a realização do poder constituinte (CAMPANINI, 2008 e 2012).

Ibn Taymiyyah é o precursor do conceito, central no radicalismo islâmico contemporâneo, de hakimiyya, “soberania de Deus”, que será retomado no século XX pelos pensadores como Sayyid Qutb e Abu l-A‘la Mawdûdî, passando pelo wahhabismo. No “Estado islâmico” a soberania não está nem com o povo nem com o chefe de Estado, mas só em Deus, por essa razão, os radicais islâmicos como os de Qâ‘ida e do Dâ‘ish não aceitam governos baseados no conceito de “democracia”⁷⁰ ou de poderes populares como, por exemplo, era a forma implementada na Revolução Verde de Gaddafi e nas estruturas políticas desenvolvidas a partir do Livro Verde.

Os islamistas líbios sempre foram adversários da linha política tomada pelo regime de Trípoli: governar em nome do povo seria blasfêmia pura, é *shirk*, associar a Deus um parceiro; governo e povo são apenas “agentes” de Deus (em árabe, *fa‘il*) e só podem funcionar sob a condição da “procura” - eles não podem legislar; seu dever é unicamente a aplicação da Lei do Livro e da Sunnah, a *sharî‘a*.

Contudo, existe uma ligação estreita entre o poder secular dos sultões e dos governantes legítimos e as autoridades religiosas dos ‘ulemâ‘, no âmbito do princípio ético-político de consulta e do Conselho (Shûrâ), tendo em vista salvaguardar a vida da comunidade das inovações, *bid‘a*.

O pensamento e as obras de Taymiyya serão uma das primeiras referências do movimento islamista sunita (KEPEL, 2002, p. 219-22), embora ele não tenha um grande impacto na sociedade do seu tempo.

A postura e as campanhas polêmicas que Ibn Taymiyya protagonizou ao longo da vida valeram-lhe vários inimigos, sobretudo sufis, xiitas, alguns teólogos muçulmanos e os governantes que o consideravam um homem perturbado, mas que receavam afrontá-lo pois não queriam fazer dele um mártir (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 84).

Seu legado vai ser valorizado a partir do século XVIII, com Muḥammad ‘Abd al-Wahhâb, cujo pensamento é muito influenciado pelo de Ibn Taymiyya.

Muḥammad ibn Abd al-Wahhâb, o fundador do Wahhabismo

O wahhabismo representa uma corrente puritana do Islã, hostil às inovações importadas pelo Ocidente e às confrarias místicas do sufismo; segundo Laoust (1983), trata-se de um movimento árabe de renovação política e religiosa, cujo objetivo é organizar um estado

⁷⁰ Na revista Dâbiq (n. 8 e 14), Dâ‘ish, ataca a Irmandade Muçulmana acusando-a de apostasia enquanto ela aceitou comprometer-se com o Ocidente.

conforme aos princípios de direito público no âmbito da *siyâsa shar'iyya*, em um momento em que o Império Otomano⁷¹ estava se fragilizando.

A moderna Arábia Saudita é a herdeira da dinastia Sa'ûd, fundada por Abd al-Aziz Sa'ûd, que no século XVIII emergiu como potência regional aliada com o wahhabismo.

O fundador do movimento foi Muḥammad ibn 'Abd al-Wahhâb al-Tamîmî al-Najdî, que nasceu em 1703 (1114 h.) no Nejd, na atual Arábia Saudita, em uma família seguidora do hanbalismo; ele viajou muito para estudar, mas as suas posições radicais criaram-lhe muitos problemas. Faleceu em 1792 (1206 h.).

No século XVIII o movimento wahhabi se espalhou na península arábica ligando o seu destino ao da dinastia al-Sa'ûd através de uma aliança entre 'Abd al-Wahhâb e Muḥammad ibn al-Sa'ûd, líder da pequena cidade de al-Diriyya, no Nejd.

Al-Wahhâb estava convencido que as causas da decadência do mundo islâmico, governado, naquela época, pelos Otomanos, estavam intimamente ligadas às da decadência da religião e, portanto, pregou contra aquela que considerava a “corrupção profunda na qual caiu o Islã”, e os doutores da lei, 'ulamâ', e contra a proliferação de seitas e de heresias. Ele encorajava o regresso à pureza original da lei islâmica dos “tempos de Muḥammad”: a sua intenção não era de fundar uma nova seita, mas de representar o Islã integral, ou seja, purificado e regenerado; seu ensinamento é uma reação ao Islã imperial otomano, visto como corrupto, e um apelo a uma espécie de nacionalismo árabe baseado no respeito literal das normas corânicas. Para ele era preciso que a sociedade muçulmana voltasse à pureza original dos tempos do Profeta e dos primeiros muçulmanos, ou *al-Salaf al-Ṣâlihîn*, e erradicasse todas as práticas populares: esta pode ser considerada a primeira grande reforma do Islã (AL-HIWAR, 2012, p. 9 e 10).

Al-Wahhâb dedicou muito tempo ao estudo das obras de Ibn Taymiyya e, como ele, escolheu como alvos das suas críticas o Cristianismo, o Xiismo e o Sufismo: uma das principais obras de al-Wahhâb é o “Kitâb al-Tawhîd”, o livro da Unicidade Divina, no qual ele denuncia como heréticas práticas de várias irmandades sufis, dos xiitas e outras correntes islâmicas considerando-as uma *bid'a*, inovação, ideias novas, heresia, e *shirk*, idólatra, politeísmo, ou seja, a associação de outros elementos ou pessoa a Deus – nesse sentido, o cristianismo trinitário era, e é, considerado como herético e politeísta. O pressuposto teológico fundamental de sua doutrina é precisamente a afirmação do tawhîd, o monoteísmo: para ele, a maioria dos

⁷¹ Foi fundado no final do século XIII no noroeste da Anatólia. Depois de 1354, os Otomanos conquistaram os Balcãs, tornando-se um império. Em 1453 conquistaram Constantinopla, provocando o fim do Império Bizantino.

muçulmanos ignorava o verdadeiro significado da fé e vivia na ignorância pré-islâmica, a *jâhiliyya*.

Al-Wahhâb punia severamente todos aqueles que não cumpriam os cinco pilares do Islã e tentava impor uma rígida interpretação da *sharî'a*, o que fez recrudescer as vozes que discordavam do seu comportamento (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 89).

Além disso, ele ia destruir pessoalmente e à machadada túmulos dos companheiros do Profeta, casas e mesquitas antigas - todos lugares de peregrinação e devoção popular: não é difícil reconhecer nessa atitude “iconoclasta” a dos Talibãs no Afeganistão, de al-Qâ'ida no Mali, do Dâ'ish em Palmira (na Síria) ou em outros territórios sob o seu controle, ou a da Arábia Saudita para com as antiguidades islâmicas⁷²- a ideologia de todos esses grupos tem origem na doutrina salafista de al-Wahhâb e de Ibn Taymiyya.

Da doutrina às consequências políticas.

Seguindo as indicações de seu mestre Ibn Taymiyyah, o “bom governo” era a adaptação da política e da prática jurídica aos princípios fundamentais da *sharî'a*; para ele, o fiel podia recusar o apoio, e de fato deveria se rebelar contra o governante que abandonasse o *tawhîd* através da introdução de regras ou práticas que não são conforme ao Corão: eis aqui que volta o conceito caro a Ibn Taymiya, o regicídio/tiranicídio.

Do ponto de vista político, o “Kitâb al-tawhîd” de al-Wahhâb é uma acusação explícita aos soberanos que se afastam do caminho certo: não há legitimidade, se não na conformidade com as leis divinas; ao mesmo tempo, todos os muçulmanos deveriam fazer um juramento de fidelidade – *bay'a* – a um soberano muçulmano que tivesse o Corão como lei, que fosse, como explicava Ibn Taymiyya, o governante de Deus na Terra - nesse caso, a lealdade do povo ao soberano deveria ser total e incondicional (SIVAN, 1990; KEPEL, 2002; ZAYD, 2006; ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2012).

⁷² *Destruction of early Islamic heritage sites in Saudi Arabia*,

https://en.wikipedia.org/wiki/Destruction_of_early_Islamic_heritage_sites_in_Saudi_Arabia,

Destruction of cultural heritage by ISIL,

https://en.wikipedia.org/wiki/Destruction_of_cultural_heritage_by_ISIL

Buddhas of Bamiyan,

https://en.wikipedia.org/wiki/Buddhas_of_Bamiyan

Battle of Gao,

https://en.wikipedia.org/wiki/Battles_of_Gao_and_Timbuktu#Destruction_of_shrines

Jerome Taylor, *Medina: Saudis take a bulldozer to Islam's history*, 26/10/2012

<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/medina-saudis-take-a-bulldozer-to-islams-history-8228795.html>

consultados em 15/6/2015, 23/3/2016

A interpretação literal do que consideram ser a conduta correta de acordo com o Alcorão e os hadiths conferiu aos wahhabitas a denominação de “Calvinistas muçulmanos” (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 94).

Os wahhabitas viam-se como “verdadeiros crentes”, portanto levaram a cabo um jihâd contra todos os que eles descreviam como “apostatas” (al-murtadûn): no fervor puritano, e se justificando com os hadiths, eles proibiram a música, a dança e a poesia – formas de arte que sempre foram apreciadas pelos Árabes; chegaram até banir o uso da seda, do ouro, de ornamentos e joias (HIRO, 2002, p. 39). Hoje, os povos dominados pelos jihadistas de al-Qâ’ida e do Dâ’ish estão experimentando práticas muito parecidas: o filme *Timbuktu* (2014), do diretor mauritano Abderrahmane Sissako, descreve muito bem estas situações criada pelas tropas de al-Qâ’ida.

Os wahhabitas têm a certeza de serem os únicos representantes do verdadeiro Islã e se situam na descendência do Profeta e dos seus primeiros Companheiros. Classificam todos os que não partilham as suas crenças, mesmo sendo sunitas, como “politeístas” ou “ímpios”. Ordenam que sejam rejeitados e proibem qualquer relação com eles, como o casamento com suas irmãs ou filhas e a partilha de refeições (BASBOUS, 2003, p. 74).

O Wahhabismo sempre se mostrou muito hostil para com o intelectualismo e o misticismo, como acontecerá no século XX com os neo-salafistas,

por conseguinte, considera que qualquer forma de pensamento moral que não dependa totalmente do texto sagrado é uma forma de idolatria e encara as áreas de conhecimento humanista – em especial a filosofia – como ciência do Diabo⁷³.

Ao mesmo tempo, rejeita todas as tentativas de interpretação e leituras histórico-críticas da *shari’a*. Para al-Wahhâb o relaxamento da severidade religiosa e a transgressão das prescrições corânica, representavam uma causa e, ao mesmo tempo, um efeito da perda da independência nacional da maioria dos países árabes, dominados pelos Otomanos; outra causa era a discórdia entre as qabilas árabes, que em lugar de se juntarem para libertar os irmãos subjugados pelos Otomanos, estavam em luta uma contra a outra - este conceito da desunidade árabe e islâmica será retomado pelos pensadores islamistas no final do século XIX.

A tarefa principal no plano político, para al-Wahhâb, era a unificação de todas as qabilas árabes em nome de um comum ideal religioso, o retorno às origens e a restauração da lei na sua antiga integridade.

Segundo Campanini (2012, p. 35), o wahhabismo das origens representa um profundo movimento de renovação endógeno do Islã:

⁷³ El-Fadl, Khaled Abou, *Islam and the theology of power*, in Middle East Report n. 221, 2001, pp. 28-33.

Há um poder constituinte, no wahhabismo, quando se une aos al-Sa‘ûd e dá origem ao primeiro emirado fundamentalista (no século XVIII) e ao estado da Arábia Saudita (1932).

Foi o encontro e a aliança, em 1744 (1156 h.) entre al-Wahhâb e Muḥammad ibn al-Sa‘ûd que deram ao reformador religioso a força material e militar que precisava para fazer triunfar as suas ideias; ao mesmo tempo, o chefe de uma qabîla do deserto obteve a justificação ideológico-religiosa para expandir os próprios territórios; assim, o militar encontrava a doutrina e o predicador a espada. Ibn al-Sa‘ûd e seu filho ‘Abd al-‘Azîz, seu sucessor, conseguiram unificar e submeter quase toda a península arábica, a partir de 1765 (1178 h.) (AL-HIWAR, 2012; ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 90).

Em 1746, o arquétipo do primeiro Estado wahhabita fez uma proclamação oficial de jihâd contra todos os que não partilhassem da sua visão do tawhîd e fossem partidários do shirk (politeísmo). O principal objetivo do pacto entre Muḥammad ibn al-Wahhâb e Muḥammad ibn Sa‘ûd era a criação de um Estado Islâmico independente do Império Otomano e organizado em consonância com os ensinamentos do pensador puritano. [...] Ele não viveu o suficiente para testemunhar a ascensão do movimento político-religioso por si impulsionado e que levaria à formação de três estados wahhabitas: um nos séculos XVIII-XIX, um segundo em pleno século XIX e o terceiro já no século XX, que culminaria com a criação do Reino da Arábia Saudita (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 90).

Embora o movimento wahhabita represente uma forma embrionária de “consciência nacional” árabe em função anti-turca, é arriscado chamá-lo de nacionalismo árabe, pois isso irá nascer como uma reação ao colonialismo europeu, no século XIX.

O wahhabismo foi, essencialmente, um movimento de reforma religiosa que, na sua dimensão política, cabe nas ambições dinásticas da família saudita (MASSARA, 1979, p. 96).

Os wahhabitas não eram nacionalistas, de acordo com qualquer definição aceitável deste termo; eles eram, ao invés, puritanos que queriam levar o Islã para sua pureza austera original. O que lhes interessava era o Islã e não os Árabes: eles direcionavam o seu fervor contra os muçulmanos relaxados, corruptos ou heréticos, e não para a criação de um Estado nacional árabe (HAIM, 1974, p. 3 e 4).

O interesse para com o wahhabismo está no fato de ter antecipado o caminho que o nacionalismo iria tomar: a renovação religiosa; outros caminhos não eram possíveis por causa da natureza do Império Otomano que não conhecia a discriminação racial baseada nos grupos étnicos, sendo a divisão básica entre crentes muçulmanos e não crentes, ou seja, todos os outros crentes de outras religiões; os Turcos formavam o grupo étnico dominante, embora representando uma minoria, mas não tinham mais direitos que os outros (MASSARA, 1979, p. 96 e 97).

O termo wahhabismo será retomado por diplomatas europeus que, no final do século XVIII, observavam com interesse todas as forças de oposição ao Império Otomano; posteriormente, no século XX, se tornou uma ideologia política que instrumentalizava a fé, acabando por influenciar alguns movimentos e personalidades reformistas contemporâneas

(ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 98 e 99), e a base do pensamento neo-salafista jihadista. Atualmente, a doutrina wahhabitica é aplicada nos países do Golfo como Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Kuwait.

1.3.2. Nacionalismo árabe e despertar islâmico

Os 'Islâmistas, os reformadores

O nacionalismo árabe se desenvolveu com a criação de particulares condições externas: surgimento de uma específica consciência nacional turca e colonialismo europeu.

O nascimento do nacionalismo árabe é fruto do esforço de modernização feito no período das reformas, Tanzimat, em 1839. [...] Com a criação de um estado centralizado são colocadas as premissas do domínio turco direito que em reação criará o crescimento do nacionalismo árabe. [...] Todavia o fato histórico mais importante do renascimento nacional árabe é o colonialismo europeu que vai se sobrepor e se substituir à dominação turca, sufocando as primeiras tentativas de formar estados árabes independentes. Na Palestina vai se acrescentar a oposição à penetração sionista.

A resposta à superioridade técnica, econômica, política e militar europeia são os valores tradicionais fundamentais religiosos e morais.

Esta reação manifesta-se com o retorno ao passado enquanto ideologia de resistência. Trata-se da resposta ao impacto brutal com o Ocidente de quase todos os países do terceiro mundo, de uma tentativa de preservação dos valores tradicionais e da identidade.

Essa forma de resistência à negação da realidade nacional perseguida pelo colonialismo representa a maturação de uma moderna consciência nacional, dos movimentos populares e das lutas de libertação do século XX.

O nacionalismo árabe conseguiu a maturidade parando de ser um fenômeno restrito a grupos de intelectuais no século XX, porém, no século XIX este nacionalismo encontrou motivo de crescimento na atividade de um importante grupo de escritores e pensadores, protagonistas do fenômeno da Nahḍa, Renascimento.

O projeto comum aos intelectuais que deram vida à Nahḍa era devolver à sociedade árabe-islâmica uma autenticidade e um dinamismo para que pudesse ocupar com dignidade o seu lugar entre as nações modernas (MASSARA, 1979, p. 98, 99).

O objetivo da Nahḍa tem como base a reconstrução do patrimônio cultural árabe, a recriação das ligações com o período da Idade de Ouro; o centro cultural desse Renascimento foram o Egito e a Síria, lugares de desenvolvimento da língua e da literatura árabe moderna, ou seja, de uma re-arabização do mundo árabe.

Na sua origem, a Nahḍa foi a forma de renovação religiosa, parecida com o puritanismo dos wahhabiticas: tema central desta renovação era o regresso às fontes da fé, purificadas de todas as escórias e deformações criadas durante séculos de decadência religiosa civil e cultural; uma vez restaurada a religião pura das origens, dos Salaf, seria capaz de dialogar com o mundo moderno. Na formação de um moderno sentimento nacional os projetos de reforma religiosa têm uma importância fundamental: a religião é, no mundo árabe e islâmico, misturada com todos os aspectos da vida social, língua, literatura, instituições e costumes.

Os principais representantes do reformismo islâmico foram Jamâl al-Dîn al-Afghânî e Muḥammad 'Abduh.

A passagem da questão religiosa a uma forma mais explicitamente política e nacional é curta. O modernismo liberal, que é a segunda maior matriz de nacionalismo árabe, visa criar nos países árabes uma sociedade moderna, como as da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, orientada para o futuro, aberta ao progresso, preservando tradições e comportamento do passado que não obstruam o desenvolvimento moderno. A gama de direções do modernismo liberal se estenderá do liberalismo burguês conservador ao marxismo (MASSARA, 1979, p. 100).

O egípcio Rifâ‘a al-Tahtâwî (1802-1873; 1216- 1289 h.) é o escritor árabe que por primeiro tentará criar a ideia nacional justificando-a nos termos do pensamento islâmico: ele foi enviado para a França pelo governo de Muḥammad ‘Alî, como imam na missão encarregada de estudar o ordenamento escolar francês, e lá foi influenciando pelo conceito de nação condicionado pelo ambiente geográfico e natural elaborado por Montesquieu.

Al-Tahtâwî, afiliado à Maçonaria (Grande Oriente árabe)⁷⁴, tentou integrar a herança cultural da idade das revoluções europeias e da renascença da pátria egípcia e conciliar a ideia de uma comunidade delimitada geograficamente: no seu pensamento são centrais os conceitos de *watan*, pátria, e *hubb al-watan*, amor pela pátria; o amor pela Pátria tem aqui um especial significado de “patriotismo territorial”, no sentido moderno: a Pátria se torna o centro daqueles deveres que, segundo a doutrina islâmica, unem os membros da ummah.

Com al-Tahtâwî ingressam no mundo árabe também as ideias socialistas; no centro da sua obra encontramos a tese fundamental da distinção entre política e religião, do trabalho humano como fonte de todos os valores, da igualdade de todos os cidadãos de uma mesma Pátria independentemente da religião.

Livros, periódicos e jornais eram canais pelos quais chegava aos árabes o conhecimento do novo mundo da Europa e da América. Muito do que publicavam era traduzido ou adaptado do francês ou inglês; o movimento de tradução começou sob Muḥammad ‘Alî, que precisava de manuais para seus funcionários e oficiais, e livros didáticos para as escolas. Alguns dos quais haviam-se formado na Europa e aprendido francês ou outra língua escreviam descrições do que tinham visto e ouvido (HOURANI, 1991, p. 399).

Para muitos intelectuais muçulmanos daquela época, o Império Otomano precisava adquirir a força de um estado moderno, mudando as leis, a administração civil e militar, para enfrentar o domínio ocidental; também a relação entre soberano (sultão) e súdito teria que mudar no sentido europeu: o pacto de fidelidade e lealdade à família imperial (governante) deveria ser transformado em um sentido de pertencimento à nação otomana – constituída por cidadãos muçulmanos e não muçulmanos, turcos e não turcos.

⁷⁴ Como muitos outros pensadores e reformadores árabes: Jamâl al-Dîn al-Afghânî, em 1878 foi admitido em uma loja maçônica de rito escocês no Cairo e em 1883 fundou a Salafiyyah; seu discípulo e sucessor, Muḥammad ‘Abduh, também maçom, em 1899 tornou-se mufti do Egito graças à aprovação das autoridades britânicas. <http://www.grandorientarabe.org/index.php?news&nid=1>
Veja-se também o cap. 5.2.1

O debate entre reformistas islâmicos foi complexo e com êxitos diferentes: um dos problemas enfrentados era a posição do Islã para com os meios da modernidade de importação europeia na gestão do Estado. Para os muçulmanos,

se a vida no mundo moderno exigia mudanças em suas maneiras de organizar a sociedade, tinham de tentar fazê-las permanecerem fiéis a si mesmos; e isso só seria possível se o Islã fosse interpretado para torná-lo compatível com a sobrevivência, a força e o progresso no mundo. Esse era o ponto de partida dos que podem ser chamados de “modernistas islâmicos”. Eles acreditavam que o Islã era não apenas compatível com a razão, o progresso e a solidariedade social, as bases da civilização moderna: se propriamente interpretado, os ordenava. Essas ideias foram propostas por Jamâl ad-Dîn al-Afghâni (HOURANI, 1991, p. 404, 405).

O pan-islamismo anti-imperialista de al-Afghâni

Paradoxalmente o homem que contribuiu ao despertar árabe não era ele mesmo árabe: foi o teólogo persa Jamâl ad-Dîn al-Afghâni (1838-1897; 1253-1314 h.), que construiu um pensamento reformista pan-islâmico que irá influenciar outros teóricos e movimentos do islamismo político dos séculos XX e XXI e expandirá ainda mais a divisão entre o pensamento islâmico tradicionalista (sufismo, esoterismo) e todo o diversificado universo do “modernismo”, ou seja, do islamismo político; ele levou para os árabes a experiência da Pérsia e da Índia muçulmana, mas mais que um teórico, ele foi um agitador revolucionário. Na Índia ele adquiriu o conhecimento da ciência e do pensamento europeu; viajou para o Afeganistão e sucessivamente para Constantinopla e o Cairo.

Aos seus discípulos ele ensinou a gravidade do perigo da intervenção europeia e a necessidade da unidade nacional para enfrentar essa ameaça, a necessidade de uma ampla unidade dos povos islâmicos e de uma constituição que colocasse limites aos governantes (MASSARA, 1979; HOURANI, 1991; AL-HIWAR, 2012); ele os encorajou a escrever nos jornais para criar uma opinião pública, formando uma consciência nacional.

No Egito ele se tornou líder do Partido Nacional (al-hizb al-watani), uma organização secreta para jovens que lutavam contra o mau governo e a crescente dominação estrangeira no país; ele pregou a ação direta. Durante um discurso em Alexandria disse:

*Ó pobre fellah (camponês)! Você quebra o coração da terra para extrair dela os meios de subsistência para sustentar sua família. Por que não arranca o coração de seu opressor?*⁷⁵

Em 1884 ele foi para Paris, onde encontrou aquele que se tornaria seu maior discípulo e sucessor, Muḥammad ‘Abduh, e juntos fundaram uma sociedade secreta de muçulmanos (ambos eram maçons), com o objetivo de trabalhar para a unidade e a reforma do Islã: eles

⁷⁵ Em Massara, 1979, p. 103.

dedicaram-se à análise política das grandes potências no mundo muçulmano, particularmente a da Grã-Bretanha no Egito e Sudão, à análise das fraquezas internas do Islã e aos meios para resolvê-las.

Em 1889 al-Afghâni foi para a Pérsia e lutou contra a concessão do monopólio do tabaco pelo Xá para uma empresa britânica, mas em 1891 o Xá o fez deportar, e ele refugiou-se em Constantinopla onde o acolheu o sultão Andülhamid que viu no pan-islamismo do pensador uma ferramenta eficaz contra a expansão ocidental e um meio de coesão da vacilante unidade do Império Otomano.

Como Ibn Taymiyya, al-Afghâni também, em várias ocasiões, encorajou o tiranicídio.

Ele deixou apenas alguns escritos, enquanto seu ensinamento foi transmitido através de longas conversas com seus amigos, provavelmente respeitando a tradição das Ordens esotéricas (Maçonaria, Rosacruzianismo, etc.) que, naquela época, utilizavam a transmissão oral aos discípulos (adeptos).

Seu pensamento

A maior parte da sua vida foi dedicada a desenvolver as linhas de defesa dos países islâmicos ameaçados pelo expansionismo europeu: ele viu a Grã-Bretanha como o principal “inimigo dos muçulmanos”. Para ele, a inferioridade dos Estados muçulmanos em face das potências europeias era causada “pelas divisões, pela ignorância, pela perda de virtudes públicas das populações muçulmanas” e não por uma “inata superioridade militar, política, econômica europeia”, porém, os sucessos europeus eram o resultado de cultura e suas aplicações práticas, enquanto a fraqueza dos Estados muçulmanos era o fruto da ignorância: os países muçulmanos eram fracos, porque a sociedade muçulmana estava em decadência (MASSARA, 1979, p. 104).

O renascimento islâmico representava, portanto, a condição indispensável para resistir com sucesso ao expansionismo ocidental e a exploração imperialista, e passava por uma reforma radical do Islã, ou seja, a recuperação dos valores autóctones em contraposição à dominação estrangeira: isso era o fator chave em torno do qual podia se concentrar a unidade do mundo oriental, da Índia até o Oceano Atlântico, e nesta visão unificadora universal, o Islã era a única herança comum dos povos do Oriente, a única ligação entre eles, e se este vínculo pudesse ser reforçado, se fosse o centro da vida deles e da lealdade, em seguida, isso geraria energias prodigiosas de solidariedade, que tornariam possível a criação e manutenção de um forte e estável Estado.

É importante sublinhar que no centro do pensamento de al-Afghânî não havia o Islã como uma religião, mas como uma civilização: para ele, o fim de toda a atividade humana não era o

serviço exclusivo de Deus, mas a criação de uma civilização humana positiva em todos os aspetos.

Al-Afghâni era um maçom, um panteísta, um céptico. Mas após ter verificado que a forma como ele ensinava e praticava o Islã afastava muitos potenciais militantes, mudou de tática. Ele se tornou um homem santo praticante, cuja imagem ainda é preservada na memória coletiva dos muçulmanos (RODINSON, 1978, p. 129).

Ele estava profundamente impressionado com os efeitos da penetração colonial no Oriente islâmico, e se apropriou da técnica ocidental para resistir eficazmente à opressão estrangeira: no seu livro escrito em farsi, “Filosofia de união nacional”, aponta a importância da preservação do patrimônio linguístico como fundação da personalidade nacional e a compreensão das bases técnicas, econômicas e sociais da vida nacional. Destaca-se também a “necessidade de assimilar a tecnologia superior do Ocidente” para recuperar e consolidar a independência nacional.

Al-Afghânî acreditava que a dimensão nacional era mais eficaz que qualquer outra (também do pan-islamismo) para a conquista e a consolidação do poder político e a independência:

As únicas relações entre homens, cujo âmbito seja grande bastante para ligar entre eles um grande número de indivíduos, são a unidade linguística a partir da qual é possível explicar a nacionalidade, a unidade nacional e a religião.

A unidade linguística, ou seja, a nacionalidade, é mais duradoura que a unidade religiosa, pois não está sujeita a alterações e transformações num curto espaço de tempo. Por esta razão vemos uma nação composta de pessoas que falam a mesma língua mudarem duas ou três vezes de religião no espaço de mil anos, sem que a nacionalidade (ou seja, a sua unidade linguística) seja perturbada.

As ligações e a união resultantes da unidade linguística têm mais efeitos que os laços religiosos (AL-AFGHÂNÎ, 1970, p. 20).

Todavia, isso não significa que ele abandonou as ideais do pan-islamismo em favor do nacionalismo: ele passou sua vida viajando em países muçulmanos, em busca de um soberano capaz de criar um Estado forte para combater o imperialismo europeu, e o denominador comum era a fé islâmica; al-Afghânî tentou também reconciliar o socialismo com tradições islâmicas, mas limpando-o de seus princípios materialistas. Em geral, ele foi um dos maiores precursores do despertar do Oriente e do pan-islamismo e é considerado o iniciador da revolução árabe contra o colonialismo ocidental: a sua influência será aprofundada através do trabalho de propaganda do seu discípulo Muḥammad ‘Abduh.

Seu ensino será seguido pelos líderes de várias revoluções no século XX: a atualidade de seu pensamento está na sua contínua luta anti-imperialista e nas suas atividades de agitador e organizador revolucionário, que visava despertar o Oriente islâmico; isso o tornaria um

precursor da ideologia do Terceiro Mundo (HOURANI, 1970; MASSARA, 1979; ALMEIDA E SILVA, 2011).

O fundamentalismo islâmico de Muḥammad ‘Abduh⁷⁶

Muḥammad ‘Abduh (1849 –1905; 1265-1322 h.) foi o principal discípulo de Al-Afghânî: ele dedicou a vida à elaboração teórica dos princípios do fundamentalismo islâmico e do renascimento espiritual do mundo árabe, porém não era um ativista político e social como seu mestre, mas um moderado que apoiava uma política de reformas graduais e um governo constitucional aberto à colaboração com as potências coloniais.

Ele definiu os tempos históricos em que os países islâmicos estavam vivendo como uma fase de estagnação que não era devida ao Islã, mas o resultado de um sistema de governo despótico e de uma teologia obscurantista.

Escreveu muitos textos teológicos, comentários do Alcorão e discursos religiosos e legais, argumentando que o significado mais profundo do Islã é racional e adequado à ciência e à filosofia modernas; rejeitava também grande parte da história e da tradição islâmica como “superstição alheia à mensagem original do profeta”. Através de seu trabalho, o Islã deixava de ser uma verdadeira religião em si para tornar-se um sistema de normas éticas para uma conduta positiva na vida, em vez de uma disciplina que prepara para o julgamento de Deus e a vida no paraíso.

Em relação ao nacionalismo, a importância do pensamento de ‘Abduh foca-se no fato que ele popularizou uma atitude esperançosa para com a política, uma crença nas atividades e possibilidades humanas de melhorar a vida, com base no racionalismo e nos princípios científicos: para ele, a história e os interesses comuns das pessoas que vivem no mesmo país cria um vínculo profundo entre eles, apesar das diferentes crenças religiosas.

O sentido da importância da unidade, que caracteriza sua concepção de reforma islâmica, caracteriza também seu conceito de nação: a unidade é essencial na vida política, e o tipo de unidades mais forte é aquela que existe entre os que compartilham o mesmo país, entendido também como centro dos direitos e deveres públicos, e de orgulho e afeto comuns - os não-muçulmanos pertencem à nação da mesma forma que os muçulmanos.

Em ‘Abduh se realizou a evolução da atitude revolucionária a reformista: ele analisava alguns temas fundamentais do pensamento islâmico e afirmava que a fraqueza do mundo islâmico em relação ao Ocidente era atribuível à “falta de dinamismo, a incapacidade de mudar

⁷⁶ Em 1899 fu nomeado Grand Muftî do Egito.

a política e religiosa, ao ceticismo supersticioso, muitas vezes visto como uma doutrina de fé” (RODINSON, 1978; MASSARA, 1979; HOURANI, 1991; VICENZI, 2006; ALMEIDA E SILVA, 2011 AL-HIWAR, 2012).

Ele propôs em resposta um sistema de educação capaz de formar uma “nova intelligentsia, um novo apelo à Razão e ao Ijtihād⁷⁷, tentando neutralizar essas escolas de direito, mas especialmente os ulemás que continuavam a interpretar a lei como se o tempo tivesse parado séculos atrás (AL-HIWAR, 2013, p. 13).

Sua ideologia visava a uma transformação gradual da sociedade egípcia através da educação, que ia transformar os espíritos por meio de organizações filantrópicas, universidades livres, etc. A “moderação” do ‘Abduh era o ponto de chegada de um processo de separação gradual do radicalismo revolucionário e da intransigência anti-imperialista de al-Afghânî: o fracasso da revolução nacionalista de Ahmed al-‘Arabi⁷⁸ e o esmagamento da revolta contra os colonizadores, o convenceram a considerar como inúteis os métodos revolucionários e a avançar na direção de uma reforma gradual da educação nacional guiada por um “déspota justo”, antes de resolver os problemas econômicos e sociais; para ele, só a educação poderia criar as condições para a modernização da sociedade e o renascimento do Oriente.

Os escritos de ‘Abduh, entre eles al-Risâlat al-Tawhîd, continuam a ser considerados entre os textos mais importantes do pensamento islâmico da Nahḍa.

1.3.3. A Nahḍa, ou renascimento oriental.

A palavra nahḍa significa “despertamento” ou “renascimento”: trata-se de um movimento cultural e político - também chamado de “modernismo” ou “reformismo” islâmico, ou *Iṣlâḥ* - que começou a manifestar-se no mundo islâmico em geral, e no árabe em particular, desde o final do século XIX. Muitos estudiosos concordam em indicar como primeiro expoente dessa

⁷⁷ Esforço de reflexão realizado pelos ‘ulemas ou muftis e os juristas na interpretação dos textos islâmicos - o Alcorão e o hadîth, para deduzir o direito islâmico, ou fiqh. Nessa forma eles podem ensinar aos fiéis o reto comportamento e ações (se são lícitas, ilícitas, reprováveis).

A partir do século X (Fechamento da porta do Ijtihād) torna-se uma ferramenta utilizada essencialmente pelos xiitas, enquanto o sunismo pratica o *taqlid* ou “imitação” (SCHACHT, 1983). Recentemente, está sendo utilizada pelo Dâ‘ish.

⁷⁸ Aḥmad ‘Urâbî (1841-1911), ou Aḥmad Pasha, foi um nacionalista e um oficial do exército egípcio. Participou de um motim em 1879 que se desenvolveu em uma revolta geral contra a administração de Khedive Tewfik dominada pelos anglo-franceses.

Foi promovido no gabinete de Tewfik e começou as reformas das administrações militares e civis de Egipto, mas as manifestações em Alexandria em 1882 foram esmagadas pelos britânicos que depuseram ‘Urâbî e seus aliados em favor de uma ocupação britânica.

escola de pensamento al-Afghânî, e outros pensadores sírios e egípcios entre os discípulos e seguidores de seu trabalho.

Começado nas escolas do Líbano nos anos 1820-30, o *Işlâh* chegou até a Síria, porém, a miséria da realidade econômica e social local não permitia um desenvolvimento do reformismo como no Egito. A nahḍa sírio-egípcia foi um momento decisivo na formação do sentimento árabe moderno: ela restabeleceu a circulação de ideias entre as províncias do mundo árabe e reformulou a linguagem, adaptando-a às necessidades comuns daquele momento histórico. Ao lado do movimento de renascimento cultural, na segunda metade do século XIX, haverá o nascimento de um movimento revolucionário árabe nacional e secreto anti-turco.

No centro do pensamento do pan-islamismo há a necessidade de reformar e purificar o islamismo e as instituições muçulmanas como uma condição para defender os povos islâmicos da agressão imperialista europeia (MASSARA, 1979; ÉTIENNE, 1987).

Comum aos movimentos reformistas e pan-islamistas do começo do século XX são alguns pontos essenciais: 1) A decadência do Islã, cujas causas estão identificadas nas inovações ilegais, em divergências doutrinárias, nos excessos místicos considerados fora do Islã original, na negação dos direitos da razão, na incapacidade de distinguir o que é importante. 2) A causa principal da decadência é a imitação e resignação passiva, incentivadas pelos governantes muçulmanos para reforçar o seu poder absoluto. 3) Os governantes despóticos apoiaram a religião falsa e subornaram toda a sociedade. 4) O estado de direito é aquele que permite aos homens de se realizarem, que protege as liberdades dos indivíduos e onde o povo controla o Estado (MASSARA, 1979; HOURANI, 1991; VICENZI, 2006; ALMEIDA E SILVA, 2011 AL-HIWAR, 2012).

‘Abd al-Rahmân al-Kawâkibî

Pan-islamismo e nacionalismo misturam-se no pensamento de ‘Abd al-Raḥmân al-Kawâkibî b. Aḥmad b. Mas‘ûd, teólogo sírio, segundo o qual o centro de gravidade do Islã teria que voltar para Meca: o califado teria que ser restaurado através de um califa árabe dos Quraish (a família do Profeta), e teria que governar sobre todos os soberanos muçulmanos. Este pensamento forneceu as bases teóricas do renascimento nacional árabe contra aquela que uma parte dos reformistas consideravam a “ilegitimidade do califado otomano”.

Muḥammad Rashîd Riḍâ

Entre os discípulos mais comprometidos a divulgar o pensamento de ‘Abduh havia Muḥammad Rashîd Riḍâ, em torno do qual se difundiu o movimento da Salafiyya.

Riđâ nasceu na Síria (1865-1935; 1281-1353 h.), mas viveu no Egito, onde se tornou discípulo e herdeiro espiritual de ‘Abduh; em 1898 fundou a revista *Al-Manar*, que será o centro ideológico do Islã político e servirá para a formação de quadros da Irmandade Muçulmana.

Em geral, ele compartilhou o conceito do Islã e das ideias pan-islâmicas de al-Afghânî e ‘Abduh; ele identificava Islã e arabismo, mas até a revolução do Jovem Turcos em 1908, apoiou a integridade do Império Otomano contra as invasões estrangeiras, embora ele fosse favorável a uma democratização das estruturas do Império e à descentralização; porém, a violenta “turquificação” do mundo árabe iniciada pelo governo de Constantinopla, depois da revolução turca em 1908, o levou ao desapego do ideal do pan-islamismo e a adesão ao nacionalismo árabe.

Durante a Primeira Guerra Mundial participou das negociações anglo-árabes que resultarão no acordo Husein - McMahon e na revolta árabe em 1916, traída pelos acordos secretos de partilha do mundo árabe entre Inglaterra e França (Sykes-Picot). Posteriormente, Riđâ foi um dos primeiros a se tornar consciente do perigo que representava o sionismo e a imigração judaica na Palestina para o mundo árabe: com ele o problema palestino começou a tornar-se central no movimento nacional árabe até atrair o sentimento de unidade do mundo árabe (GABRIELI, 1958; VALABREGA, 1967; MASSARA, 1979).

1.3.4. Os acordos Sykes-Picot, a divisão do Oriente Médio e a criação das fronteiras

No final do século XIX, havia um conflito entre três interesses no Mediterrâneo: a Grã-Bretanha queria controlar as vias marítimas e especialmente a rota para a Índia via Suez; a França queria transformar o Mediterrâneo em um “lago francês”; e a Rússia procurou uma saída direta para o Mediterrâneo⁷⁹.

Um ponto de viragem importante na vida dos povos árabes e islâmicos foi a derrota do já fragilizado Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial: qabilas árabes lideradas pelo xerife de Meca, Husein bin ‘Ali, participaram da queda do Império Otomano, mas foi principalmente o xerife Husein que desempenhou um papel fundamental, animado por objetivos de poder pessoal e domínio (VALABREGA, 1967; KEDOURIE, 1976; MASSARA, 1979; HOURANI, 1991; KARSH, 2006; REID 2013).

A colaboração dos chefes de algumas qabilas árabes aos planos anglo-francêses pela divisão do Oriente Próximo e Médio, realizou-se através da “Revolta árabe”, *al-Thawra al-‘Arabiyya*, que foi declarada em junho 1916 (Rajab 133) com o objetivo de garantir a

⁷⁹ *The lines that bind: 100 years of Sykes-Picot*, Tabler Andrew J.
<http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus151-SykesPicot-3.pdf>

independência dos territórios árabes dos governantes turcos otomanos e criar um único Estado árabe unificado de Aleppo na Síria até Aden, no Iêmen. Utilizando o recurso da religião, o xerife de Meca chamou os muçulmanos árabes à revolta contra os Turcos, acusados de violar os princípios sagrados do Islã: foi uma chamada ao jihâd contra os ímpios, os kuffâr. Por seu lado, os Turcos acusaram as qabilas árabes rebeldes de trair o califado muçulmano durante sua luta contra as potências imperialistas europeia, que estavam tentando dividir e governar as terras muçulmanas.

Trata-se da primeira aliança da história árabe entre o mundo árabe muçulmano e as potências coloniais ocidentais, a fim de criar um grande estado árabe: porém a Grã-Bretanha enganou os Árabes com um acordo que nunca foi respeitado. É importante acrescentar que nessa revolta anti-turca participou apenas uma parte da população árabe.

Quando a revolução jovem turca começou, em 1908, expandindo-se rapidamente por todo o Império otomano, o nacionalismo árabe ainda não era um movimento de massa, mesmo na Síria onde era mais forte. Muitos árabes garantiam sua lealdade primeiramente à sua religião ou seita, à sua qabîla, ou aos seus próprios governos particulares. As ideologias do otomanismo e do pan-islamismo proporcionaram uma forte competição pelo nacionalismo árabe.

A grande maioria dos árabes que viviam no Império Otomano era principalmente leal as suas próprias famílias, clãs e qabilas e, em termos de lealdades mais amplas, viam-se como muçulmanos e não como Árabes. Isso significava dar apoio ao Império Otomano, cujo sultão também afirmava ser o califa.

A teoria islâmica tradicional prega a mensagem de que todos os muçulmanos, independentemente de sua etnia ou raça, deveriam viver juntos na Ummah - geralmente interpretado significando um estado-, e por séculos os muçulmanos que viviam sob o domínio otomano, sejam eles Turcos, Curdos, Árabes, Albaneses, e assim por diante, todos viam-se como unidos por uma religião e estado comuns.

No Império Otomano, o Islã sunita era a religião do Estado, e o sultão-califa era o supremo líder religioso-político, tornando, assim, a coroa e a fé, uma coisa só.

Antes de 1914, dos cerca de dez milhões de Árabes que viviam sob o domínio otomano, apenas uns 350 estavam envolvidos em vários grupos nacionalistas em conflito, a maioria dos quais queria apenas a autonomia e não a independência.

[...] Em 1913, intelectuais e políticos do Mashriq (Oriente) árabe reuniram-se em Paris no Primeiro Congresso Árabe. Eles produziram um conjunto de pedidos para uma maior autonomia dentro do Império Otomano. [...] Hussein, um homem com ambições grandiosas, [...] começou a abraçar a linguagem do nacionalismo árabe somente depois do início da sua revolta contra o governo otomano, em junho de 1916. Mas mesmo então o nacionalismo árabe era apenas um dos muitos argumentos que ele usava para avançar reivindicações para governar a maior parte do Oriente Médio, que eram muitas vezes justificadas pela necessidade de manter unida a Ummah islâmica.

Hussein se via como o fundador de um novo império e considerava seus companheiros árabes otomanos como pessoas atrasadas, ignorantes, que ele estava “destinado” a governar (KARSH, 2006, p. 128).

Essa revolta e aliança árabe com a Inglaterra e a França podem ser vistas como uma das primeiras “maquinações” ocidentais contra o Oriente Próximo e Médio.

Durante décadas, as Igrejas católica e protestante tentaram converter muçulmanos ao cristianismo, mas em vão: elas fundaram escolas e universidades em diferentes cidades árabes, através das quais difundiram a cultura, as ideias e a ideologia do nacionalismo europeu entre a juventude árabe - eles sabiam que assim iriam enfraquecer internamente o Império Otomano e a unidade da ummah islâmica (ALKHATEEB, 2014).

Sharif Hussein declarou sua rebelião contra o Império Otomano no início de junho de 1916. Mensagens foram espalhadas (com a ajuda britânica, é claro) para os árabes por todo o império para se juntarem a Sharif Hussein, e com ele construir um novo reino árabe, livre da dominação otomana. A resposta foi medíocre, para dizer o mínimo. Além de alguns milhares de guerreiros do deserto da própria tribo de Sharif Hussein, absolutamente nenhum árabe aderiu ao lado de Sharif Hussein. Na verdade, os únicos soldados árabes que participaram da revolta, foram prisioneiros árabes de guerra capturados pelos britânicos e seduzidos a mudar de lado. Além disso decepcionando os britânicos, Sharif Hussein não parecia estar interessado no nacionalismo árabe. Sua única motivação parecia ter sido a de criar um reino do qual ele, pessoalmente, seria o governante. O ressurgimento da identidade, literatura e cultura árabe não lhe interessava tanto quanto o poder pessoal. Os britânicos não estavam querendo criar uma poderosa monarquia independente. Eles queriam uma forma leve de nacionalismo árabe que poderiam controlar como qualquer outra parte de seu império. Porém para essa ideia não existia o apoio, ao contrário dos seus cálculos pré-guerra (ALKHATEEB , 2014).

Os primeiros contatos entre o xerife Hussein e a Grã-Bretanha remontam a 1914, quando ele pediu o apoio britânico contra a Turquia; mas foi só quando a guerra eclodiu e havia o perigo iminente de uma aliança do Império Otomano contra a Tríplice Entente, que as relações entre Hussein e Grã-Bretanha tomaram consistência:

A causa dos árabes, que é a causa da liberdade, também se tornou a causa da Grã-Bretanha. Se o emir Hussein e os árabes ajudarão o Reino Unido neste conflito, a Grã-Bretanha compromete-se a não intervir de nenhuma forma nas questões religiosas ou em outras (KEDOURIE, 1976, p.19).

A seguir houve o “Protocolo de Damasco” - dirigido a Hussein e com o qual o “Movimento de libertação nacional árabe” apresentou suas próprias reivindicações -, que foi incluído nas negociações - correspondência - entre o xerife e o Alto Comissário britânico no Egito, Sir Arthur Henri McMahon, e no acordo Hussein-McMahon em março 1916. Nas cartas de Hussein a McMahon eram apresentadas de forma muito clara as reivindicações territoriais árabes, mas em sua resposta, o Alto Comissário britânico deixou de lado “o problema irritante e desafiador das fronteiras da independência árabes na Ásia”.

Depois de várias discussões, propostas e contrapropostas, as duas partes chegaram a um acordo sobre a divisão territorial do Oriente Próximo e Médio entre os Árabes, a Inglaterra (e a França); todavia, o Alto Comissário não considerou as negociações como vinculativas, embora esse tratado fosse assinado pelas partes contraentes e juridicamente válido (MASSARA, 1979, p. 257-259).

Que a violação do acordo Hussein-McMahon não fosse causal, mas parte de um plano britânico, é demonstrado pelo fato de que, em paralelo e em contemporânea às negociações anglo-árabes, tratativas anglo-francesas eram levadas adiante para definir os termos da divisão da Ásia turca entre as duas potências (MASSARA, 1979, p. 267).

Trata-se do acordo anglo-francês assinado em 6 março 1916 entre sir Mark Sykes e Charles François Picot, com o consentimento da Rússia (cujo interesse era centrado em Constantinopla e nos Estreitos), para a divisão dos territórios a leste de Suez⁸⁰.

O acordo Sykes-Picot é parte da política imperialista de usurpação, roubo, banditismo [...] para a divisão do mundo, para uma divisão e partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro, e assim por diante⁸¹.

Como sublinha Massara (1979, p. 271), o acordo roubava os Árabes de suas terras, de sua independência e de sua liberdade em proveito exclusivo do imperialismo franco-britânico, embora uma parte dos Árabes tivesse ajudado as potências europeias nesses planos coloniais. Significativo é o fato, segundo relatado por William Easterly, em *The White Man's Burden*, (2006, p. 295), que a bandeira da resistência árabe contra os Turcos «foi projetada por Sir Mark Sykes, na tentativa de criar um sentimento de “arabidade” para alimentar a revolta».

Nesta perspectiva, vários estudiosos e intelectuais muçulmanos veem uma analogia entre este fato histórico, onde o plano colonial europeu encontrou a colaboração do mundo árabe – cujos chefes tinham, por sua vez, projetos de domínio sobre amplos territórios do califado otomano -, e o papel de alguns países árabes, como Qatar, Turquia, Arábia Saudita e da Irmandade Muçulmana, nas “primaveras árabes” e nas guerras que eclodiram na Líbia, Síria e Iêmen, em 2011, com a participação das potências ocidentais. A aliança bélica entre Ocidente e Oriente se repetiria, assim, após cem anos.

O acordo Sykes-Picot foi um evento decisivo na história do mundo árabe moderno, e mais geralmente muçulmano: seus efeitos geopolíticos, económicos e religiosos ainda afetam o Oriente Médio e, por extensão, a sua relação com a realidade geopolítica que é chamada de “Ocidente”.

Como escreveu o historiador britânico Christopher Catherwood em seu ensaio “A loucura de Churchill. A invenção do Iraque”, o acordo: “adquiriu uma péssima reputação: no imaginário árabe foi representando o desenho feroz e ímpio ocidental para impor os males do colonialismo para os povos livres do mundo árabe [...]”. A agonia de um império secular, que reuniu a ecumene islâmica sunita no califado otomano em Constantinopla [Istambul], foi muito longo e doloroso para os povos envolvidos, começando pelos Turcos, traumáticamente despojado da antiga grandeza imperial. Aquela que, até então, foi chamada de “Questão do Oriente” pela diplomacia, logo tornou-se, como resultado de um *translatio* geopolítica induzida pelas grandes potências europeias, a nova questão do Médio Oriente. Após o acordo Sykes-Picot, foi discutida na Conferência do Cairo de 1921 em maiores detalhes, ou seja, em seus aspetos políticos, pelos Britânicos, agora dominadores dos territórios de Suez até a Índia.

Em Lausanne, durante as negociações para o tratado de paz com o herdeiro direto do Estado otomano, a Turquia (1923), Londres enfrentou, juntamente com as outras potências, os aspetos económicos (incluindo o petróleo).

⁸⁰ *The lines that bind: 100 years of Sykes-Picot*, Tabler Andrew J.

<http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus151-SykesPicot-3.pdf>

⁸¹ Lenin, V.I., *L'Imperialismo, fase suprema del capitalismo*, in Opera Completa, XXII, Roma, Editori Riuniti, 1966, pp. 191-192.

Na Conferência Internacional de San Remo (1920), os vencedores da Primeira Guerra Mundial já tinham tomado medidas para a criação de um instrumento jurídico *ad hoc*, o Mandato internacional (Liga das Nações), que estabeleceu, de acordo com o “direito internacional”, o domínio ocidental sobre aquela parte do antigo Império Otomano: à França foi atribuída a Síria recém-nascida (que na época incluía o Líbano), a Grã-Bretanha obteve o Iraque, a Transjordânia (hoje Jordânia) e a Palestina (incluindo o estado atual de Israel) (MOTTA SOSA, 2016).

Portanto, naquela época foram colocadas as raízes a partir das quais surgiram, nas décadas seguintes, eventos que iriam perturbar o mundo árabe e islâmico até hoje: os Dâ‘ish, por exemplo, em vários números de Dâbiq⁸² fazem ampla referência aos acordos Sykes-Picot e ao fato de que, reunindo partes da Síria e do Iraque no Estado islâmico, eles conseguiram derrubá-los, ou seja, derrubaram as fronteiras. Eles fazem da restauração do “Califado” islâmico seu primeiro objetivo político-ideológico.

A aliança entre o mundo árabe, liderado por Shaykh Ḥussein e seus filhos - a cada um dos quais foi concedida uma pequena parte do Oriente Médio fragmentado -, e as potências europeias foi lida de forma diferente pelos Árabes: alguns falaram de “traição”, em particular em relação à Palestina e à criação de Israel; outros de “aspirações nacionais árabes” e de desejo de independência - do Califado otomano e depois do colonialismo europeu.

⁸² Dabiq 5, p. 33: <https://media.clarionproject.org/files/islamic-state/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-5-remaining-and-expanding.pdf>

Capítulo 2. História do radicalismo islâmico nos séculos XX e XXI

A queda do califado e o ataque colonialista que a precedeu, causou um violento choque à sensibilidade muçulmana, despertando-a da letargia da decadência e tirando dele a falsa segurança de pertencer à “maior nação entre os homens” (GHANNUSHI, 1979, p. 13).

O colapso do Califado foi um trauma para o mundo muçulmano, embora tivesse sido ajudado pelos Árabes aliados das potências europeias, e ainda maior foi a desilusão causada pela “traição” das forças anglo-francesas que, com o acordo Hussein-McMahon, haviam prometido às qabilas árabes a independência e a criação de um grande estado médio oriental.

A declaração Balfour, em novembro 1917⁸³, com a promessa ao movimento sionista (uma das expressões do colonialismo europeu) de “facilitar o estabelecimento do Lar Nacional Judeu na Palestina” e a sucessiva criação do estado de Israel em 1948 (a inserção violenta de uma colônia ocidental na região árabe) (SAÍD, 1986; KHALIDI, 2006; PAPPE, 2006; LANO, 2009), representou o começo de uma nova tragédia coletiva árabe cujos efeitos chegam até hoje.

Após a Segunda Guerra Mundial, haverá um grande desenvolvimento de revoluções anti-coloniais, talvez o maior movimento de oprimidos da história humana: na Ásia, África, América Latina, dezenas de povos lutaram pela sua emancipação nacional.

O mundo árabe, centro de interesses econômicos e estratégicos das agendas ocidentais, foi palco de um grande despertar: a partir de Argélia até o Iraque, passando por Egito, Síria, Palestina e outros países, movimentos revolucionários cruzaram grandes regiões e envolveram milhões de pessoas; esse movimento de massa forçou as potências coloniais, especialmente os britânicos e os franceses, a se retirar. Os movimentos revolucionários nos países coloniais após a Segunda Guerra Mundial foram, portanto, a tentativa dos povos árabes a se direcionar rumo à independência real: eles formaram repúblicas cujos governos, muitas vezes, tornaram-se promotores de políticas progressistas e populares como no Iraque, na Síria, na Líbia.

Infelizmente, décadas depois, a independência das antigas colônias parece ser reduzida a quase nada: foi o que aconteceu, em particular, aos países citados acima, cujas situações são caracterizadas por conflitos, caos, instabilidade e pobreza; em geral, quase todos os países árabes do Magrebe e do Oriente Médio continuam a permanecer ligados aos blocos neo-coloniais ocidentais através do mecanismo do mercado mundial, pelas dívidas e pelas guerras, pelo controle e muitas vezes pela mesma política e presença militar estrangeira.

83 *Walter Rothschild and the Balfour Declaration*, The Rothschild Archive, https://www.rothschildarchive.org/contact/faqs/walter_rothschild_and_the_balfour_declaration, consultado em 26/9/2018

2.1. Do salafismo ao neo-salafismo

Após o fim do Califado Otomano (1517 – 1924; 922-1342 h.), o salafismo dividiu-se em várias escolas de pensamento, dando origem a um movimento novo e variado, uma parte do qual iria desenvolver, a partir das décadas de 50-60, grupos violentos, permanecendo a outra mais “quietista”, e ao longo dos anos, passou a delinear uma complexa rede de grupos e movimentos que se identificaram com o wahhabismo e, portanto, atentos aos aspectos legais, materiais da fé. Essa rede é chamada de neo-salafismo ou “neo-Salafiya”: momentos fundamentais dessa evolução será a criação de organizações de jovens muçulmanos ou as *Jam‘iyyat Shubbân al-Muslimîn* e a Irmandade Muçulmana (*Jamâ‘at al-Ikhwân al-Muslimîn*). Essa última foi fundada no Cairo em 1928 (1346 h.) por Ḥasan al-Banna’, um político e religioso egípcio, sufi e discípulo de ‘Abduh (AL-HIWAR, 2012; ETIENNE, 1987; KEPPEL, 2011; HOURANI, 1970 e 1991; LEWIS, 1988).

Através da *da‘wa*, a chamada para o Islã, o neo-salafismo se tornou uma ideologia direcionada para as massas árabes pobres, e não apenas para as elites educadas e intelectuais; suas expressões mais violentas são o jihadismo e o takfirismo⁸⁴.

2.1.1. As principais linhas do salafismo/neo-salafismo

Essas linhas podem ser sintetizadas em: 1) a quietista, a dos puritanos, voltada mais para as atividades de caridade e a missão (em árabe, *da‘wa*) de catequese; 2) o Islã militante que almeja a reestabelecer o “califado”, sem o uso da violência, mas através de mudanças pacíficas de governos; 3) o neosalafismo “jihadista”, que tem o objetivo de reestabelecer o califado através do *jihâd*, entendido como operações militares e violência: é o caso da rede de al-Qâ‘ida nos seus vários acrônimos e filiações espalhadas entre África e Ásia, e do Dâ‘ish, o Califado Islâmico da Síria e Iraque (ISIS).

Como mencionei no capítulo 1, o Dâ‘ish, em particular, é considerado pelo Islã ortodoxo como desvio do “justo caminho” da tradição profética, porque introduz notáveis elementos de modernidade, graças também à doutrina do Islã wahhabita (século XVIII), e é considerado uma derivação político-religiosa. Agora esta tendência parece ser dominante: os extremistas são vistos como “modelo” e sua língua é predominante na militância política islâmica moderna; nas

⁸⁴ Veja-se mais adiante.

redes sociais é comum encontrar muçulmanos (entre os quais convertidos) que utilizam uma linguagem agressiva, violenta, nas conversas sobre questões políticas, geopolíticas e de doutrina religiosa. A acusação de descrença (*takfir*) é bastante comum, embora seja muito grave no Islã.

Como apresentei no cap. 1, há um debate interminável sobre o fato que os salafistas podem ser definidos muçulmanos sunitas ou wahhabitas, ou seja, seguidores de uma seita e, portanto, não ortodoxos: as críticas decorrem do fato de que os salafistas não seguem nenhuma das quatro escolas jurídicas reconhecidas⁸⁵, mas, como o Dâ'ish tem mostrado, criaram sua própria doutrina e método baseada principalmente no uso dos hadiths escolhidos *ad hoc*.

Vários estudiosos do islamismo político concordam com o fato que os radicais procuram transformar o Islã e a *sharī'ah*, a lei islâmica, em um programa sistemático de ideias políticas e convertê-los em uma verdadeira constituição ideológica do século XX e XXI: isso é, segundo Campanini (2008, 2012), o “poder constituinte”, a “alternativa islâmica” contra o status quo.

Para os seguidores do movimento salafista, o significado exotérico (em árabe, *zâhir*, aparente, claro ou literal⁸⁶) do Alcorão, e especialmente as tradições, ou sunnah, proféticas, tem autoridade exclusiva em questões de crença: eles acreditam que qualquer tipo de envolvimento em assuntos espirituais – mística e esotérico – seja proibido, tanto quanto as disputas racionais (*kalam*); eles rejeitam a filosofia especulativa dos debates relativos ao desenvolvimento do credo e a consideram uma importação estrangeira, da filosofia grega, estranha à prática original do Islã.

A maioria dos salafistas está localizada no Qatar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, mas também na Jordânia, na Índia, no Bangladesh, no Egito, no Sudão, na França e na Alemanha (CRONIN, 2009, p.138).

O surgimento do islamismo político através da ação de movimentos islâmicos é um dos fenômenos principais que caracterizam o mundo muçulmano contemporâneo: o apelo ao Islã como uma cultura global, na qual a dimensão religiosa inclui no seu interior o sistema jurídico

⁸⁵ Madhhab, plur. madhâhib: senda, opinião, ideia, ideologia, procedimentos, políticas. Trata-se das escolas jurídicas islâmicas.

Cada *madhhab* representava a expressão cumulativa de um *corpus* de opiniões legais associado a grupos específicos de sábios.

No islamismo sunita surgiram várias escolas, mas quatro foram aquelas que permaneceram, cada uma denominada segundo seu fundador: 1) a escola hanafita (de Abu Ḥanafi, séc. VIII; II h.); 2) a escola malikita (de Malik ibn Anas, aproximadamente século VIII; II h.); a escola shafi'ita (de Muḥammad ibn Idris al-Shafi'i, século VIII-IX; II-III h.); 4) a escola hanbalita (de Aḥmad ibn Ḥanbal, século IX; III h.)

Hoje a divisão entre as escolas é, aproximadamente, a seguinte: Shafi'i (Malásia), Ḥanafî (subcontinente indiano, África ocidental, Egito), Malikî (África ocidental e do norte), e Ḥanbalî (península Arábica).

⁸⁶ Em oposição ao *bâṭin*, “interior”, “escondido”, esotérico. Segundo os místicos muçulmanos, o Alcorão tem um significado oculto em contraste com seu significado exterior ou aparente, exotérico.

e a esfera sócio-política, parece se tornar uma modalidade generalizada para as sociedades muçulmanas na gestão da relação com o “Ocidente” (PACINI, 1996).

Diante do resultado, muitas vezes decepcionante, da modernização econômica e social, inspirada em doutrinas políticas e econômicas de origem ocidental, o apelo ao Islã enquanto uma solução política alternativa e bem-sucedida, tal como garantido pela revelação divina, tornou-se a proposta de vários movimentos islâmicos que se espalharam no mundo árabe e muçulmano. «[...]Diferentemente do ressurgimento religioso do século XVIII, para o qual a recuperação dos muçulmanos subordinava-se necessariamente à estrita restauração do modelo islâmico original (o da Idade de Ouro), no caso dos modernistas depende não do simples resgate do passado, mas da adequação do Islã aos requerimentos da modernidade, enriquecendo-o com as descobertas da ciência moderna, sem afastá-lo da esfera pública e condená-lo à vida privada.

Portanto, enquanto o wahhabismo, por exemplo, figura no cenário do século XVIII como um movimento resistente às introduções reformistas da época, nesse sentido reacionário, os reformistas islâmicos do século XIX buscam uma reinterpretação do Islã à luz da modernidade, adotando uma política de acomodação entre fé e modernidade, como se isso fizesse parte dos deveres religiosos. Aceitar e absorver os aspectos progressivos do mundo europeu, como a evolução tecnológica e várias outras áreas do conhecimento, deveria ser interpretado pelos muçulmanos como algo, além de simplesmente positivo e necessário, digno de louvor.

Outra importante diferença entre os reformismos religiosos dos séculos XVIII e XIX é a posição de cada um com relação ao estrangeiro. Os estrangeiros que incomodavam os wahhabitas eram os otomanos. A presença europeia ainda não era sentida. Já na metade do século XIX, o cenário é justamente oposto, sendo o colonialismo europeu e a ameaça de submissão cultural francamente percebidos.

Por isso, enquanto o fundador teórico do wahhabismo, Ibn ‘Abd al-Wahhab, opunha-se à ocupação, a seu ver ilegítima, do califado pelos turcos, defendendo os árabes como líderes legítimos da *umma*, os grandes representantes do modernismo islâmico, Jamal al-Din al-Afghani e Muhammad ‘Abduh, preocupavam-se em conter a ameaça do colonialismo ocidental. Para tanto, fizeram do Islã uma ideologia anticolonialista que reivindicava ação política contra o imperialismo europeu, ainda que não contra os traços progressivos e materialmente proveitosos da civilização europeia.

O colonialismo teria, então, rendido ao modernismo islâmico um caráter anticolonialista e um tom distintamente nacionalista, no qual os reformistas associaram o conceito de nação à *umma* islâmica, propondo a restauração de uma forma de núcleo político. A associação entre os conceitos de *umma* islâmica e de nação só faz sentido filtrando-se do último as suas conotações seculares e entendendo a religião como seu elemento de integração, independente de língua, raça, etnia e diferença culturais, formulação essa geralmente denominada pan-islamismo (VICENZI, 2006, p. 82-83).

As raízes do confronto entre o Ocidente e o Islã são antigas e afundam nas experiências políticas que o mundo árabe vivenciou desde o século XIX, e que culminaram no século XX com a criação de vários estados nacionais: é um período caracterizado pela difusão/imposição da cultura europeia, seja através das políticas dos governos coloniais e mandatários, seja através do estabelecimento de novos movimentos políticos e de partidos nacionalistas árabes, muitas vezes inspirados pela ideologia secular liberal ou socialista, que levou a conflitos internos às sociedades árabes - a adoção de práticas ocidentais era vista como uma ameaça e um abandono do Islã. Assim surgiu o movimento islâmico que visava a uma islamização renovada da sociedade na frente da disseminação das práticas políticas e da cultura de inspiração ocidental, que ameaçavam reduzir o Islã à esfera privada.

A Irmandade Muçulmana

A criação do movimento da Irmandade Muçulmana é um momento fundamental da evolução do Islã político no século XX: ela pode ser considerada a matriz do islamismo contemporâneo, incluídos al-Qâ'ida e Dâ'ish; nela, a vontade de defender e estabelecer a ordem social e política islâmica em face das ameaças ocidentais se traduz em uma forma nova e moderna de organização, independente das instituições oficiais islâmicas dos Estados e que pode se espalhar entre as diferentes camadas da sociedade.

A Irmandade Muçulmana (em árabe, *Jama'at al-Iḥwân al-muslimîn*) foi fundada por Hasan al-Banna', no Egito, em 1928 (1346 h.); logo a organização difundiu-se do Egito para vários países árabes e ocidentais, em particular na Síria, Palestina, Egito, Jordânia, Iêmen, Líbia, Marrocos, Sudão, na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se de uma das mais populares organizações de islamismo político que se tornou um importante instrumento de expressão do pensamento político sunita no Oriente Médio e no norte e nordeste da África. Ela tornou-se o canal para a expressão de raiva, frustração e desilusão relativamente à secularização e à ocidentalização de milhões de muçulmanos (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 100-101).

A ideologia central da Irmandade oferece um Islã visto na sua “totalidade e integridade original”, de modo que possa lidar com todos os aspectos da vida individual e social; nessa trajetória era precisa uma penetração social capilar para permitir a mudança generalizada da sociedade e sua adequação aos valores do Islã contra várias tendências ocidentais.

Desde o início foi mais um partido político que um movimento e atualmente existem vários partidos nacionais criados a partir da Irmandade: no Egito, o *Ḥizb al-Ḥurriya wa-l-'Adâla* (Partido da Liberdade e da Justiça); na Turquia, o *Adalet ve Kalkınma Partisi*-AKP (Partido Justiça e Desenvolvimento); na Jordânia, o *Jabhat al-'Amal al-Islâmi* (Frente de Ação Islâmica); na Palestina, o *Ḥarakat al-Muqâwamah al-'Islâmiyyah*- Hamas (Movimento de resistência islâmica); na Síria, *Al-Iḥwân al-Muslimûn fî Sûriya*; no Iêmen, *at-Tajammu'u al-Yamanî li-l-Iṣlâḥ* (Congregação iemenita para a Reforma); na Líbia, *Ḥizb al-Adâla wa-l-Binâ'* (Partido Justiça e Construção), *Ḥizb al-Islâh wa-l-Tanmiyah* (Partido Justiça e Desenvolvimento) e *Ḥizb al-Waṭan* (Partido da pátria); no Marrocos, *Ḥizb al-Adâla wal-Tanmiyah* (Partido da Justiça e do Desenvolvimento); na Argélia, o *Harakat mujtama' as-silm*- Hamas (Movimento pela Sociedade da Paz); na Somália, *Harakat Al-Islâh* (Movimento da Reforma); no Sudão, *al-Jabhah al-Islâmiyah al-Qawmiyah* (Frente Islâmico Nacional), fundado por Hassan al-Turâbî, e outros.

É uma organização hierárquica, difundida no território e baseada na *da'wa*, a missão, em atividades de caridade e apoio aos mais pobres, em empresas econômicas; o objetivo de seu

fundador e seus sucessores foi a construção de uma nova geração de muçulmanos que poderia libertar o Estado egípcio das influências estrangeiras e criar um Estado islâmico.

Na perspectiva inicial da IM não havia a gestão do poder, mas a promoção de uma sociedade baseada nos valores islâmicos, a partir dos quais, posteriormente, com um extenso plano capilar de educação, de difusão da doutrina, era possível chegar ao poder e à construção do Estado islâmico. Para eles, esse estado representa o “governo da sharî‘a”, ou seja, o “governo de Deus na Terra” (PACINI, 1996): assim declararam seja Hamas, que chegou ao poder na Palestina através de eleições democráticas em janeiro de 2006 (1426 h.), seja o Partido da Liberdade e da Justiça no Egito em 2011 (1432 h.).

A Irmandade Muçulmana tomou parte, quando possível, da vida política institucional, participando nas eleições, quer no mundo árabe quer na Europa (cidadãos muçulmanos); contudo, como escrevi no cap. 1 falando da “soberania de Deus”, ela exclui qualquer possibilidade de que seja o ser humano a escolher o próprio governo, pois isso tem que ser emanção exclusiva de Deus, através de seus representantes que aplicam a lei divina deduzida a partir dos textos sagrados. Portanto acessar ao poder por meio de eleições pode ser considerada uma contradição ideológica: na perspectiva do islamismo político o poder é tomado através de conquistas, revoltas, revoluções – como fazem al-Qâ‘ida e Dâ‘ish - e não de decisões populares democráticas - essa é uma das críticas que a IM recebeu pelos dois grupos radicais, mas também pelos tradicionalistas que a acusam de se aproveitar da “modernidade ocidental” para conquistar espaço e poder.

Como me disse shaykh ‘Abdulrahman, um muçulmano sufi que entrevistei na Inglaterra em julho 2016 sobre a questão política dos grupos fundamentalistas,

a ordem democrática baseada nas eleições serve só para a legitimação da Irmandade diante dos governos ocidentais. Objetivamente eles já têm a maioria dos consentimentos no mundo árabe: esta ideologia é bastante difundida. A questão eleitoral é apenas uma forma para encontrar a solidariedade global que é precisa para exercer o poder. Trata-se de um paradoxo, ou melhor, de um paradoxo do radicalismo islâmico: de um lado eles querem a “soberania de Deus”, do outro, para obtê-la participam às eleições democráticas que são contra os princípios deles. Mas isso faz parte das táticas de cobertura e dissimulação que a Irmandade utiliza faz décadas, por causa das muitas perseguições dos regimes egípcio e sírio contra o movimento. Essa tática política e de “camaleão” levou-a a estabelecer alianças, durante a Primavera Árabe, com as forças ocidentais e, ao mesmo tempo, com o terrorismo islâmico.

O fundador da Irmandade: Ḥasan al-Bannâ’

Nasceu em 1906 (1323 h.) quando o Egito era uma colônia britânica e a população vivia submetida aos estrangeiros, que interferiam em todos os aspectos da vida política, social, cultural, econômica e religiosa. Ele se tornou um professor de Islã, um teólogo e especialista em direito islâmico e literatura árabe e desde muito jovem começou trabalhar como mestre,

entre os pobres, a Isma'iliyya, sede do quartel-general da Companhia do Canal do Suez e das tropas britânicas; participou de manifestações anticoloniais e conduziu uma vida quase ascética: ele era um sufi. Nesta cidade, posto avançado do colonialismo britânico no Egito, ele criou, em 1928 (1346 h.), a organização da Irmandade Muçulmana.

Com a criação da nova organização, al-Bannâ' procurou demonstrar que a pobreza e a falta de poder da sociedade egípcia deviam-se ao fato de o país ter fracassado na escolha de um futuro ideal: em vez de seguir os Islã mais puro, decalcou os valores da cultura ocidental (COSTA, 2001, p. 34).

Portanto, ele propôs a reintrodução da sharî'ah e o governo baseado no Alcorão; no seu projeto de reforma da sociedade ele tinha o apoio de 'ulamâ', mestres de ordens sufis, líderes de qabilas, professores, etc.: queria construir mesquitas, clínicas, centros esportivos e de negócios. A premissa era que era possível alcançar a modernização baseada nos princípios islâmicos: valores morais, caridade, cooperação, generosidade e responsabilidade (ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2012 e 2013; PACINI, 1996; CAMPANINI, 2015).

Confraria religiosa e organização política e social, em 20 anos a Irmandade se tornou um movimento político e (para)-militar com atividades anticoloniais seja no Egito seja na Palestina; do ponto de vista ideológico, seguia a linha do salafismo reformista dos pensadores do século XIX, porém al-Bannâ' considerava insuficiente o esforço intelectual deles, enquanto queria um Islã como uma ideologia global, uma espécie de movimento jesuíta da época (AL-HIWAR, 2012). Para ele, o Islã era crença e religião, nação e cidadania, religião e estado, espiritualidade e ação, livro e espada⁸⁷: trata-se da divisão típica da teologia islâmica entre vida terrena e vida ultraterrena – *dunya* e *'âkhirah*⁸⁸.

Al-Bannâ' foi assassinado em fevereiro 1949 (1368 h.) por Muḥammad Anwar al-Sâdât, naquela época oficial da inteligência do rei Fârûq.

O programa da Irmandade

Pode ser sintetizado em alguns pontos: reclamar uma constituição baseada no Alcorão, na Sunna e nas tradições dos quatro califas rashidun (Abû Bakr, 'Umar, 'Uthmân e 'Alî); defender a abolição das leis seculares e a aplicação estrita da lei islâmica a toda a sociedade; proibição da usura e dos monopólios; coleta e distribuição da *zakât*, a esmola legal islâmica, pelos carentes; prescrição das práticas alcorânicas em matéria de comportamento, vestuários, livros, relações entre homens e mulheres, jornais, filmes, etc. (COSTA, 2001, p. 34-35).

⁸⁷ O brasão da Irmandade mostra o Corão e duas espadas cruzadas.

⁸⁸ *Majmû'ât rasâ'il al-imâm Hasan al-Bannâ'* (Mensagens de al-Bannâ') durante o V Congresso da Irmandade Muçulmana, realizado no Cairo em janeiro de 1939 (dhû-l-Hijja 1357 h.).

Os Irmãos não rejeitavam, em princípio, o Ocidente, mas lutavam contra o imperialismo ocidental, como al-Afghâni e outros pensadores reformistas do final do século XIX: todos eles foram influenciados pelas ideologias ocidentais de nacionalismo, de justiça distributiva, redescobertas em termos religiosos e não seculares (AL-HIWAR, 2011, p. 6).

A ideia de Estado islâmico, segundo al-Bannâ', era de um estado onde seria aplicada a lei de Deus e a justiça social para com os mais pobres, ou seja, a maioria da sociedade; em relação aos partidos políticos, ele os condenava enquanto espalhavam divisões e conflitos entre a nação islâmica e quebravam a unidade da ummah.

A Irmandade Muçulmana considerava-se a única entidade a ter compreendido o significado verdadeiro do Islã: eles se percebiam como um grupo de elite, uma vanguarda enviada (por Deus) para despertar os muçulmanos de sua letargia; tal exclusivismo religioso degenerou em violência desde os anos 1930: o poder precisava ser tomado por meio da *da'wa*, a missão religiosa e social, de forma pacífica, porém, em caso de necessidade, era preciso utilizar o jihâd militar.

A estrutura da organização era hierárquica e com diferentes graus, e todos juravam (até hoje) lealdade e fidelidade (*ba'ya*) ao Líder Supremo e os mais confiáveis e meritórios faziam parte de uma “sociedade secreta” dentro da Irmandade, que se treinava para o jihâd militar (AL-HIWAR, 2011, p. 4-8). Tratava-se, portanto, de uma espécie de maçonaria islâmica. Isto não é surpreendente, porque, como já mencionei, muitos dos reformadores muçulmanos que no final do século XIX e início do século XX lutavam contra o colonialismo europeu, eram maçons (lojas francesas, Grande Oriente árabe)⁸⁹.

Seria interessante aprofundar as razões desse aparente paradoxo entre o pertencimento a sociedades maçônicas (ocidentais) e resistência e rebelião contra o colonialismo europeu, sobretudo porque a Irmandade não recusou receber doações para seus projetos também da “Suez Canal Company” (*Compagnie universelle du canal maritime de Suez*). O Reino da Arábia Saudita a ajudou financeiramente por décadas, mas os dois se distanciaram durante a Guerra do Golfo e se tornaram inimigos após a eleição presidencial da IM no Egito, em 2012 (1433 h.). (COSTA, 2001; HILU, 2010; ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2012, 2013; PACINI, 1996; CAMPANINI, 1999-2015). Além disso, como veremos mais adiante, a IM será usada pelos britânicos contra o “perigo” nasserista no Egito.

Talvez, tudo isso faz parte das táticas políticas utilizadas até hoje pela Irmandade, que implicam técnicas de cobertura e dissimulação (em árabe, *taqiyya*) e duplo discurso (público e privado, oficial e não oficial, interno e externo): um direcionado aos muçulmanos (do seu

⁸⁹ <http://www.grandorientarabe.org/> e RODINSON, 1978.

âmbito político e religioso) e outro aos kuffâr (os incrédulos). Parece-me a mesma tática utilizada durante as Primaveras Árabes para com a intervenção das forças militares ocidentais, em geral, e da OTAN, em particular, em relação aos levantes na Líbia e na Síria: na premissa mencionei as conversas sobre esse assunto com líderes da IM na Europa e irei aprofundá-lo no capítulo 5.

Trajectoria política

A trajetória política da Irmandade Muçulmana é dividida em quatro períodos: 1928-1952 (1346-1371 h.); 1952-1981 (1371-1401 h.); 1981-2010 (1401-1431 h.) (Primaveras Árabes, em árabe: *al-Rabî‘ al-‘Arabî*); 2011 (1432 h.) - até hoje.

O primeiro período corresponde à época da monarquia no Egito: os Irmãos foram parte do movimento da “reforma islâmica salafista”, com o objetivo de levar o país de volta para a tradição moral e cultural islâmica, através da educação e retornando à aplicação da lei islâmica; sua missão era religiosa e social, com um ponto de viragem sucessivo de caráter político.

O segundo período abriu-se com o golpe dos Oficiais Livres (em árabe, *Ḍubbât al-Aḥrâr*) que depuseram rei Farûk e levaram à presidência, Gamal ‘Abd al-Naṣir (1954; 1373 h.), e terminou com o assassinato de Muḥammad Anwar al-Sadat (1981; 1401 h.). No período nasserista o estado marginalizou os Irmãos Muçulmanos, incompatíveis com os projetos de al-Naṣir; dentro da associação nasceu uma formação violenta, baseada no pensamento radical de Sayyid Qutb: a sociedade e o Estado eram excomungados porque teriam abandonado o “verdadeiro Islã”.

Com o advento de al-Sadat (1970-1981; 1389-1401 h.), os Irmãos foram liberados da prisão e gozaram de mais liberdade na da‘wa, sua missão; o Estado os utilizou para enterrar a era do socialismo de al-Naṣir e propagar a da abertura liberal (em árabe, *infîtâh*); da parte deles, os Irmãos reduziram suas críticas ao governo por não aplicar a *sharî‘ah*, porém, depois dos acordos de Camp David (1978; 1398 h.) entre Egito e Israel, al-Sadat começou a monitorar e perseguí-los. Em 1981 (1401 h.) o grupo *Jihâd Islâmî*⁹⁰ matou o presidente.

O terceiro período (1981-2010; 1401-1431 h.) foi a época da presidência de Ḥusni Mubarak, caracterizada por grandes transformações no movimento da Irmandade: a abertura da atividade política e sindical da década de 1980, com a participação nas eleições e com atividades parlamentares que abandonaram o dogmatismo dos anos 1930 e 1940.

O quarto período começa do levante popular de Praça Tahrir, no Cairo, em janeiro 2011 (1432 h.): no início da “primavera egípcia” os Irmãos tinham-se permanecido à margem,

⁹⁰ Trata-se de uma organização violenta ativa no Egito a partir do final dos anos 70.

observando as forças políticas – em maioria, jovens e ativistas de movimentos de esquerda e liberal -, demonstrando nas ruas contra o regime, e só mais tarde, após a queda de Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011 (7 Rabî al-Awwal 1432), se juntaram à luta popular para uma troca de regime, sabendo que eles, e não os jovens e a esquerda, tinham os capitais e a estrutura política para ascender ao poder. Os militares – os verdadeiros chefes do Egito – nessa fase de transição permitiram que a Irmandade legalizasse o seu primeiro partido político, Liberdade e Justiça (PLJ), através do qual se apresentaram as eleições. Foi um dos momentos mais importantes da dramática história desse grupo radical, que finalmente se tornava “legal” assumindo um poderoso papel como ator político no novo Egito pós-ditadura; distribuindo serviços básicos - educação, assistência, saúde, alimentação - e catecismo islâmico, a uma massa de pobres sem esperança, obteve o apoio político nas eleições (COSTA, 2001; HILU, 2010; ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2012, 2013; PACINI, 1996; CAMPANINI, 1999-2015).

Irmãos temporariamente vitoriosos

Domingo 14 de janeiro 2012 (19 Safar 1433), o último dia das eleições, a Irmandade Muçulmana, com seu partido FJP, ganhou o 46% dos assentos parlamentares e se tornou o partido mais forte do espectro político egípcio, e as eleições presidenciais, em junho, levaram um dos seus membros, Muḥammad Mursi, a vencer o cargo de primeiro presidente (democraticamente eleito) do país.

Apesar de ter nascido como um movimento de reforma religiosa e social muito atento às necessidades dos sectores mais fracos, que sempre apoiaram por meio de políticas de assistência social enraizadas no território, nas últimas décadas os irmãos consolidaram sua base política entre a rica burguesia religiosa conservadora; um dos primeiros passos públicos do milionário Khairat al-Shater, chefe do escritório político da IM e um dos fundadores do PLJ, foi tranquilizar os EUA e a Europa sobre sua agenda econômica capitalista neoliberal e sobre o “livre mercado” enquanto “modelo único” para assegurar um rápido crescimento do país (ASIA NEWS-ISLAM-OGGI, 2012).

Paralelamente à participação na revolta egípcia, a Irmandade Muçulmana internacional apoiou as revoltas na Tunísia (dezembro 2010; Dhul-hijja 1431), no Iémen (janeiro 2011; Muharram 1432), na Líbia (fevereiro 2011; 13 Rabî Al-Awwal 1432), na Síria (março 2011; Rabî Al-Awwal 1432) (RIZZI, 201; GEOPOLITICA, 2012; MOULINE, 2015).

Em julho de 2013 (Rajab 1434), a presidência Mursi foi abruptamente interrompida pelo golpe militar liderado pelo general ‘Abd al-Fattaḥ al-Sisi, resultado seja de protestos populares

seja do onipotente e histórico poder do exército no Egito, e prólogo de confrontos sangrentos entre facções opostas.

Em agosto de 2012, em Assis, na Itália, participei de uma conferência sobre as “primaveras árabes”: havia políticos e representantes das sociedades civis de vários países árabes e muçulmanos, incluindo o Egito, e os egípcios denunciaram graves violações por parte do governo da IM, alegando que não havia diferenças entre o “Faraó”, como era chamado Mubarak, e Mursi - como já escrevi antes, esse último começou a falar sobre “a soberania de Deus” no país, da qual a Irmandade era a “expressão e a representante”. Algumas das pessoas, especialmente os jovens e a esquerda, logo voltaram às ruas, exigindo que as conquistas da revolução de 25 de Janeiro de 2011 (19 Safar 1432) fossem respeitadas; infelizmente, já conhecemos a conclusão da “primavera egípcia”: um fracasso, como na Líbia, no Iémen, na Síria e em todos outros lugares onde a Irmandade tentou tomar o poder para reconstruir um “califado” islâmico através das revoltas árabes. Desde junho 2013 (Rajab 1434), o novo líder egípcio e autor do golpe anti-Mursi lançou uma repressão implacável contra a organização, através de detenções arbitrárias, execuções, torturas: o novo regime matou milhares de manifestantes antigolpe e aprisionou dezenas de milhares de dissidentes. A liderança da IM e o ex-presidente Mursi foram presos e levados na prisão, onde, em 17 de junho de 2019, este último morreu.

Alguns analistas tentam interpretar os acontecimentos dramáticos no Egito através das escolhas internas da presidência Mursi: segundo relata o site francês de geopolítica, Voltairnet.com, quando a Irmandade Muçulmana chegou ao poder no Egito teria nomeado figuras ligadas ao jihadismo salafita em vários ministérios, e outros como conselheiros. E mais:

Ele e a Irmandade Muçulmana se juntaram com grupos terroristas e jihadistas para apoiar o domínio da Irmandade contra os adversários, prometeram aplicar a shari‘ah e deixar os terroristas agindo livremente no país, sem qualquer vigilância pelas autoridades (NABIH, 2014 e 2016)⁹¹.

Os artigos falam de gravações entre o presidente egípcio Mursi e o líder da al-Qâ’ida, Ayman al-Zawahiri: essas gravações mostrariam os laços entre a Irmandade Muçulmana e a

91 E (Nostra esclusiva nel testo delle registrazioni tra "Morsi" e "Al-Zawahiri": non arresterò alcun jihadista. Le istituzioni agiscono su mio comando), Albawabnews, 16/10/2013, <http://www.albawabnews.com/180109>, acessado em 21/2/2016, 5/6/2017, 4/5/2019
Recordings Revealed Between Egyptian Ousted President & Alzawahiri AlQaeda Leader, Emannabih.com, 16/10/2013, <http://www.emannabih.com/recordings-revealed-between-egyptian-ousted-president-alzawahiri-alqaeda-leader/>, acessado em 21/2/2016, 5/6/2017, 4/5/2019.

organização terrorista depois de 30 de junho 2011, quando Mursi se tornou o presidente do Egito, com promessas e compromissos assumidos pelo presidente com al-Zawahiri de não prenderem nenhum dos jihadistas ou extremistas islâmicos que cometeram violência (sob o nome de religião), enquanto ele fosse o presidente do Egito, e sua permissão pessoal para abrir campos para o treinamento de jihadistas no Sinai. Mursi teria concedido também o perdão presidencial a al-Zawahiri, que foi condenado em muitos atos de terror no Egito, Emirados e Arábia Saudita, após a mediação de Rifa‘a al-Tahtawi, Chefe de Gabinete do Presidente da República. Em uma gravação, al-Zawahiri expressou sua felicidade por Mursi ter vencido as eleições presidenciais, porque isso significava que os infiéis seculares teriam sido totalmente removidos do Egito. Al-Zawahiri confirmava a Mursi que se ele governasse o Egito de acordo com o que Deus lhe ordenava (governo de Deus) e não de acordo com a chamada “democracia”, se libertando de todos os seus oponentes, al-Qâ’ida iria apoiar a Irmandade Muçulmana; conforme o relato das gravações também outros líderes da IM tiveram contatos frequentes com a organização.

Contudo, essas notícias não são verificadas por outras fontes e circularam entre a mídia egípcia anti-IM, portanto devem ser tomadas com a devida cautela. É também verdade que, do ponto de vista ideológico, tudo isso não seria surpreendente porque, como expliquei acima, a Irmandade baseia seu pensamento na doutrina salafista e nas teorias de ibn Taymiyya: os desenvolvimentos das “primaveras”, em particular na Líbia e na Síria e as alianças com grupos ligados a al-Qâ’ida (Jabhat al-Nusra na Síria e LIFG na Líbia) contribuem a colocar dúvidas sobre as políticas da IM.

Também a ligação com o Dâ‘ish não deve ser subestimada: em Dabiq n.7, o EI chama Mursi de *tâġût*, rebelde contra Deus, pois ele não implementou a *sharī‘ah*, como tinha prometido, e acreditou na “democracia” como acesso ao governo; quanto ao resto, os tons são amigáveis, bem diferentes dos usados contra os inimigos xiitas, sufis ou cristãos⁹²: parecem, de fato, os tons utilizados para com os irmãos que “erram”.

A ligação entre a Irmandade Muçulmana e o Dâ‘ish não é uma especulação: várias fontes árabes e egípcias revelaram que é uma realidade. No entanto, a Irmandade Muçulmana sempre negou qualquer contato entre sua organização e outras terroristas como a do Dâ‘ish. É o que aconteceu e ainda acontece no Egito, na Síria, na Líbia e no Iraque é que desmente essa negação (NABIH, 2016).

⁹² *A feeble plea from the Khalaf to the tawâghît. From Al-Zawâhirî to the tâġût Morsi*, Dabiq 7, p. 18.

O teórico do jihadismo: Sayyid Qutb

Com Sayyid Qutb (1906-1966; 1323-1385 h.) há uma mudança do salafismo reformista revolucionário de al-Afghâni, anti-colonial, mas aberto à contaminação cultural (ou colonialismo cultural, dependendo da perspectiva), ao neo-salafismo mais radical, agressivo, excludente e centrado no jihadismo permanente: do neo-salafismo aos de al-Qâ'ida e do Dâ'ish, ainda mais violentos, o caminho é rápido.

Educador e professor sensível aos assuntos sociais, em 1948 (1367 h.) Qutb escreveu seu primeiro livro, “Justiça Social no Islã” (1949; 1368 h.): nesta obra o pensador (ainda não radicalizado) afirmava que, em contraste com o Cristianismo e o Comunismo, o Islã possuía seus próprios ensinamentos sociais distintos (trata-se do chamado “Socialismo islâmico”), os quais impediam a separação entre religião e sociedade, típica do secularismo (mas também de grande parte da história islâmica após a primeira ummah dos califas rashidûn), e o ateísmo (PACINI, 1993; HILU, 2010; ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2011).

A política, no Islã é baseada na equidade dos governantes, na obediência de seus súditos e na consulta mútua. [...] Trata-se da justiça social absoluta (QUTB, 1954, p. 90-104).

O “socialismo islâmico” consistiria no controle econômico de um Estado envolvido com os conceitos de justiça e equidade inscritas na lei islâmica (HILU, 2010, p. 151).

Segundo Qutb, o nacionalismo não é suficiente para alcançar a justiça social: só o Islã é capaz pois tem uma vocação universal, ou seja, é para todos os povos; porém não pode ser limitado apenas à oração, à adoração, ou em entrar nas mesquitas. A única coisa útil é governar e representar um modelo de vida: o Islã deve governar para realizar sua essência e porque é a única ideologia positiva e criativa que forma, a partir do cristianismo e do comunismo, uma combinação perfeita que reflete seus objetivos, acrescentando o equilíbrio e harmonia (QUTB, 1954). É interessante, aqui, ver as referências do pensador islamista ao cristianismo e ao comunismo – naquela época de sua vida, ele ainda tinha muita admiração pelo Ocidente -, mas irá rejeitar esse paralelismo, nos anos seguintes, como blasfemo. Foi durante sua permanência de estudos nos EUA, em 1949 (1368 h.), que ele mudou de perspectiva:

A partir desse momento tornou-se um crítico tenaz do Ocidente. Segundo Qutb, o mundo ocidental – tanto capitalista, como socialista - tinha falhado na tentativa de estabelecer uma sociedade mais humana e justa, o que tinha levado os muçulmanos a procurarem alternativas para defender as suas sociedades dos perigos da invasão de valores culturais estrangeiros e a lutar contra o Ocidente. Por outro lado, depois do tempo que passou nos EUA, Qutb começou a acusar a sociedade americana de ser racista e sexualmente depravada. Para ele, o Ocidente estava em queda civilizacional (ALMEIDA E SILVA, 2011: 105; PACINI, 1996: 38,39).

Em 1951, de novo no Egito, ele entrou na Irmandade Muçulmana, se tornando, em breve tempo, o teórico mais importante do movimento.

Para ele, a sociedade estava dividida em dois campos, o partido de Deus e o partido de Satanás, as pessoas que são submetidas às leis de Deus e as que se opõem a essas - não havia compromisso ou meio termo: era o reino de Deus ou o reino da *jâhiliyya*, a ignorância pré-islâmica (ESPOSITO, 1999, p.137); tratava-se de uma visão dualista da realidade, que inspirou a de al-Qâ'ida e do Dâ'ish: um mundo dividido entre muçulmanos verdadeiros e *kuffâr*. Segundo Qutb, se uma sociedade não era governada de acordo com os princípios islâmicos autênticos, os verdadeiros muçulmanos tinham obrigação de declarar guerra aos seus líderes opressores (ELIAS, 1999). Aqui, como em outros conceitos fundamentais, ele se situa na linha doutrinal de ibn Taymiyya:

A obediência a quem está no poder vem da obediência a Deus e a o Profeta, pois o Islã não obedece a quem está no poder como tal, mas enquanto aplica a lei de Deus e do Profeta. [...] Se ele se afastar da lei, a obrigação da obediência é cancelada e a execução de suas ordens não é mais obrigatória.

Este é, mais uma vez, a doutrina da “soberania de Deus” e do “Governo de Deus” na Terra; dessa forma, qualquer governante que não administrar um país estritamente na linha do governo de Deus, é ilegal e, em alguns casos, pode ou deve ser morto: dentro dessa categoria, há os ditadores (os tiranos de Taymiyya), mas também os monarcas ou presidentes seculares, ou socialistas. Qualquer um pode ser considerado ilegal, do ponto de vista do islamismo político, se não se submeter a “soberania de Deus” (PACINI, 1993; ELIAS, 1999; ESPOSITO, 1999; HILU, 2010; ALMEIDA E SILVA, 2011; AL-HIWAR, 2011). Foi o caso, por exemplo, dos egípcios Gamal ‘Abd al-Naṣir e Anwar al-Sadat, do sírio Ḥafīz al-Asad, e recentemente do seu filho, Bashar al-Asad, e de Mu‘ammar al-Gaddafi.

A acusação que os sufis, e, em geral, os muçulmanos tradicionais, fazem a Qutb e ao neo-salafismo, é de exercer um poder separado da espiritualidade, de ter uma leitura materialista - às vezes quase comunista da realidade -, e uma imposição e aplicação literal de regras desprovidas de qualquer conteúdo espiritual.

Roberto ‘Abd el-Kabir Aliotta, shaykh italiano da tariqa sufi Naqshbandiya e responsável de uma comunidade muçulmana no norte da Itália, um dos vários críticos de Qutb e do islamismo político, afirma:

Embora no pensamento de Qutb seja dominante a imposição da lei de Deus, na realidade se trata da tentativa de impor a autoridade humana sobre os outros. Os neo-salafistas criticam a tendência dos muçulmanos árabes, na fase pós-colonial, de imitar as modas e os estilos ocidentais, mas a sua visão do Islã é quase marxista; é, contudo, o resultado da modernidade ocidental e da “colonização do pensamento” árabe, como são muitas das teorias do islamismo político.

Na história do califado árabe e, em seguida, otomano, os califas e sultões convidavam os “santos” (figuras rejeitadas pelos salafistas), e ouviam os seus conselhos antes de tomarem decisões importantes. Havia uma espécie de hierarquia espiritual, e não de poder material, que nada tem a ver com a imposição da sharī‘ah. Da ideologia de Qutb articula-se toda a doutrina de al-Qâ‘ida e Dâ‘ish⁹³.

Seu pensamento foi estimulado por algumas situações históricas e sociais particulares: 1) pobreza extrema da sociedade; injustiça social durante a monarquia egípcia submetida à Grã-Bretanha; 2) ódio contra os ocupantes britânicos; 3) peculiaridades de caráter: ele era um idealista com um profundo senso de justiça e retidão, tinha uma grande sensibilidade e inteligência, mas também uma intransigência que o levou para o extremismo. Era um homem sozinho, nunca se casou e não teve filhos (duas coisas fora dos padrões nas sociedades árabes, especialmente naquela época); 4) ele passou 15 anos na prisão.

O testamento político de Qutb é a obra *Ma‘âlim fî l-tarîq* (Sinais na Estrada, 1964), traduzido em inglês como “Milestones”, escrito na prisão – o lugar onde o seu pensamento radicalizou-se:

É verdade que esta religião proíbe a imposição da fé pela força, mas é igualmente verdade que ela pretende destruir as forças políticas e materiais que se interpõem entre ela e os homens, que submetem o homem ao homem e que impedem o culto de Deus [...]. As razões para o jihâd devem ser procuradas na própria natureza do Islã e no seu papel no mundo, nas metas elevadas estabelecidas por Deus e para a realização das quais ele enviou seu Mensageiro e o fez Selo dos Profetas. Esta religião é uma proclamação universal da libertação da escravidão imposta por outros homens e das suas paixões; a proclamação que o reino e o domínio sobre o mundo pertence só a Deus (QUTB, 1964, p. 39-40).

Nesse livro radicalizou o programa da revolução islâmica: ele afirmava que o inimigo não era apenas o Estado, mas a sociedade egípcia precipitada na *jâhiliyya*, na ignorância preislâmica, portanto era preciso fazer o jihâd, uma luta, um esforço, em vários níveis – pessoal e militar – contra tal ignorância.

Embora geralmente se apresente Qutb como o “pai” do radicalismo islâmico dos anos 70, essa imagem deriva de uma leitura seletiva de seus escritos. Toda a reflexão de Qutb coloca a ascese e a reforma moral do indivíduo como pré-condições para a luta política. Nesse sentido ele mantém o significado tradicional de jihâd como esforço espiritual e, em caso necessário, luta defensiva contra os inimigos da comunidade muçulmana (HILU, 2010, p. 153).

Ma‘âlim fî l-tarîq foi considerado um texto que ameaçava o poder do governo e a segurança do estado, e Qutb foi preso de novo no Egito e enforcado em 29 agosto de 1966 (9 Jumâda Al-Awwal 1386).

Apesar de ser reprimida enquanto força política no Egito, a Irmandade Muçulmana acabou por se espalhar em vários países do Norte da África e do Oriente Médio, e os livros de

⁹³ Entrevista realizada em Imperia, Itália, em agosto 2016.

Qutb foram os mais lidos no mundo árabe e na Europa entre as comunidades árabe-muçulmanas.

Embora o caminho da auto-reforma moral e social, como condição necessária para qualquer ação política, fosse a linha oficial da Irmandade Muçulmanas, interpretações mais políticas e agressivas das teorias de Qutb serviram de base ao radicalismo dos movimentos islâmicos a partir dos anos 70.

O principal objetivo dos movimentos individuais da Irmandade Muçulmana é, tal como a organização “mãe”, o estabelecimento de Estados Islâmicos nos respetivos países, para que, no futuro, seja possível unir cada um desses estados num único que represente a umma (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 107).

A Irmandade de Qutb é representativa da fase em que o Islã tornou-se uma base ideológica para o desafio global da sociedade: trata-se de uma nova interpretação de conceitos que emergem a partir do texto corânico, tendo, em alguns casos, um significado não tão diferente dos que surgiram durante a Nahda, com o salafismo, no século XIX. No entanto, o contexto e o uso de terminologia específica destacam uma intransigência que os neo-salafistas afirmam ser islâmica, mas que é, ao invés, muito pessoal: por exemplo, um dos conceitos fundamentais do pensamento de Qutb e de todo o “qutbismo” sucessivo, a de “jâhiliyya”, a ignorância do período preislâmico, é aplicado a qualquer época e é utilizado para condenar governos e sociedades que não seguem a doutrina neo-salafista e todos os que não pertencem ao Islã. Portanto, um conceito com uma colocação histórico-temporal particular é desconstruído e passa a assumir uma validade atemporal, eterna. A mesma operação é feita com o conceito de jihâd (AL-HIWAR, 2011, p.30,31).

2.2. Radicalismo islâmico das lutas nacionais à globalização: o jihadismo internacional

2.2.1. Tendências e métodos dos movimentos islâmicos radicais: a religião como práxis política

Nos anos 70, a quase totalidade dos países de maioria muçulmana encontrava-se submetida a regimes políticos autoritários. No Oriente Médio árabe esses regimes geralmente buscavam afirmar sua legitimidade através da ideologia do nacionalismo árabe e, em alguns casos, do socialismo árabe. Como as demais forças políticas foram gradualmente neutralizadas ou destruídas por regimes autoritários, os grupos islâmicos passaram a constituir a principal forma de expressão de descontentamento social e político nas sociedades muçulmanas.

No mundo árabe esse processo foi acelerado com a crise produzida pela derrota dos regimes socialistas e nacionalistas sírio e egípcio diante de Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. A derrota militar e a perda de territórios (Golan, Sinai, Gaza e a Cisjordânia) para Israel foi percebida como uma prova de que os regimes nacionalistas autoritários não eram capazes de assegurar a liberdade ou a integridade da nação. A crise econômica e o declínio do padrão de vida durante a década de 70 só aumentaram e ampliaram o espectro social da oposição aos regimes nacionalistas nas sociedades árabes.

Nesse contexto, o Islã político ganhou força como veículo de um descontentamento social cada vez mais amplo. Ao mesmo tempo, os grupos islâmicos encontraram uma estrutura política que havia eliminado todos os canais de expressão de oposição ao regime vigente. A repressão sistemática de todas as formas de oposição, por parte dos regimes autoritários, criou uma lógica de radicalização que, embora seja já presente desde os anos 60, adquiriu sua forma mais violenta nas décadas de 70 e 80 do século XX (HILU, 2010, p. 159,160).

No Egito essa dinâmica foi particularmente dramática: Anwar al-Sadat que sucedeu a Naşer - grande perseguidor da Irmandade Muçulmana e de outros grupos do Islã político -, incentivou o ativismo radical em função antinasserista e anticomunista; o resultado foi o crescimento de várias organizações radicais islâmicas, atraindo jovens desiludidos pelo nasserismo (KEPEL 1993).

A utilização do islamismo político em função anti-progressista é o *leit motif* de vários regimes entre os quais a Arábia Saudita.

Qualquer que seja sua obediência política, os regimes que se instalaram no poder depois das independências instrumentalizaram a religião [...]. A maioria dos regimes tentou utilizar esses empreendedores religiosos para seu benefício a partir do início dos anos 70. Para se livrar dos movimentos de oposição, diversos regimes, entre os quais o de Anwar el-Sadat, no Egito, e de Hasan II, no Marrocos, se valeram, assim, da Irmandade Muçulmana. Sob o olhar benevolente das autoridades, esta última enfraqueceu duramente as posições da esquerda, sobretudo nos estabelecimentos de ensino, universidades, sindicatos etc. (MOULINE, 2015, p. 33).

Portanto, nesse período, como sublinha Campanini (1999-2015) o Islã abandonou o reformismo para adquirir uma fisionomia ainda mais militante: os movimentos radicais contemporâneos alcançaram uma característica mais autônoma reformulando uma nova mensagem educativa. A nova Salafiyya ganhou posições mais extremistas e rigoristas, abandonando a atitude reformista e progressista de al-Afghânî e ‘Abduh.

Campanini (1999-2015, 2005, 2008, 2012) afirma que, em geral, o Islã político contemporâneo se tornou uma tendência revolucionária, cujos discursos são revolucionários e de transformação radical da realidade para realizar o “reino do Islã autêntico”; porém, algumas das realidades fenomenológicas deste Islã político manifestaram e ainda manifestam um caráter terrorista.

Uma das causas do radicalismo na fase dos anos 80 e 90 foram as crises políticos-institucionais e econômicas que envolveram boa parte do mundo islâmico e, em particular, do mundo árabe. A explosão demográfica, a crescente diferença entre ricos e pobres, a incapacidade, apesar do progresso, de alcançar o nível de desenvolvimento tecnológico do Ocidente, a exploração dos recursos pelas organizações e grupos de poder ocidental (neocolonialismo), a repressão da sociedade civil pelos regimes corruptos e tirânicos: todos estes elementos ajudaram a tornar os países islâmicos verdadeiros “barris de pólvora social”. Portanto é correto sublinhar que o radicalismo é fruto da pobreza e da falência dos modelos ocidentalizantes como o liberismo e o socialismo. Os movimentos radicais conseguiram criar redes ideológicas, sociais e de assistência alternativas, complementares ou substitutivas dos oficiais e dos governos, demonstrando às massas de pobres a incapacidade dos governos de resolver suas exigências básicas de sobrevivência. É assim que o radicalismo islâmico entrou nas favelas das grandes cidades africanas e asiáticas. (CAMPANINI 1999-2015, p. 211-214).

Paralelamente aos eventos e causas acima mencionados, dois outros momentos históricos fundamentais na transformação violenta do islamismo político foram a ocupação soviética do Afeganistão (1979-1989) e a consequente luta dos mujâhidîn chegados de todo o mundo islâmico⁹⁴ e o golpe contra o êxito popular nas eleições da Argélia em 1990-1991, quando a FIS (Frente islâmica de salvação) ganhou a vitória, apoiado pelo povo e em protesto ao fracasso do modelo revolucionário do FLN (Frente de libertação nacional). O golpe militar, suportado pelo Ocidente preocupado pelo sucesso do radicalismo, desencadeou uma violência enorme que fugiu ao controle da FIS e gerou a difusão do terrorismo através dos GIA (Grupos islâmicos armados), autores de ações brutais que lembram muito as de al-Qâ'ida e do Dâ'ish.

Sem dúvidas as teorias políticas de pensadores como Qutb e outros alimentaram as inclinações às ações violentas, mas o fenômeno provavelmente não teria se manifestado sem as acima mencionadas causas sociais e políticas (CAMPANINI, 1999-2015, 2005, 2012; KEPEL, 2000, 2002-2003; HILU, 2010; ÉTIENNE, 1987-2001).

O radicalismo se estruturou e cresceu como “movimentismo” e como ação. O islamismo radical acrescentou a característica típica islâmica de ser uma ideologia totalizante e o fato de se envolver na recuperação da identidade entre religião e política também utilizando meios violentos. Encontramos aqui um dos sinais mais evidentes da herança da Irmandade Muçulmana [...]. E encontramos aqui também explicado o motivo para o qual a recuperação da teologia puritana, igualitária e incorruptíveis dos Kharijitas teve uma função importante na formação da ideologia dos radicais. [...] Da mensagem da Irmandade Muçulmana aos grupos militantes no Paquistão (Jama'at-i islami), à politização do xiismo com a revolução do Âyatollâh Khomeyni (1979), todos estes movimentos e dinâmicas representaram a “alternativa islâmica” que infelizmente foi derrubada pelo terrorismo. A alternativa islâmica mirava construir um novo poder constituinte, baseado na leitura modernizada dos conceitos islâmicos, que alimentou o “movimentismo” de muitas organizações radicais. A deriva terrorista de al-Qâ'ida e do Dâ'ish interrompeu este experimento e o futuro pensamento político islâmico terá que ser reconstruído a partir deste fracasso se quiser ser construtivo (CAMPANINI, 1999-2015, p. 216, 217).

2.2.2. Métodos de lutas violentas

Jihadismo

Em árabe, *jihâdî*⁹⁵: trata-se de um neologismo que identifica quem está se dedicando ao *jihâd*, no sentido de luta militar, guerra. É uma tendência dentro do radicalismo islâmico que tem como alvo a luta armada contra os inimigos: governos, regimes, povos, para atingir seus objetivos políticos e religiosos. Há vários tipos de jihadismo: da luta de libertação nacional (como na Palestina), ao jihadismo global, que é representado, por exemplo, por al-Qâ'ida e o Dâ'ish, cujos objetivos são os infieis, os murtaddîn e os kuffâr⁹⁶. O jihadismo é historicamente

⁹⁴ Veja-se parte deste capítulo dedicada al-Qâ'ida.

⁹⁵ Para o significado da raiz Jhd, veja-se o glossário.

⁹⁶ Veja-se o glossário.

presente no Islã, como relevam vários estudiosos, entre os quais Burke, Campanini, Roy, Étienne, Kepel, Bunzel, Nabih, mas tem tido um desenvolvimento moderno com a guerra contra a invasão soviética do Afeganistão e no Iraque.

O termo é usado também para distinguir os neo-salafistas jihadistas dos fundamentalistas salafistas (os quietistas e não violentos). Como escrevi anteriormente, o movimento da neo-Salafiya ou neosalafismo nasceu com a criação de organizações de jovens e da Irmandade Muçulmana.

São chamados de jihadistas os grupos do neofundamentalismo, entre os quais al-Qâ'ida e o Dâ'ish são as organizações mais conhecidas, que fazem do jihâd, como guerra ofensiva, uma prioridade e uma obrigação individual, *fard al- 'ayn*, que se impõe a cada muçulmano e em todos os momentos: a ortodoxia islâmica, ao invés, o define como uma responsabilidade coletiva, *fard al-kifaya*, limitadas no tempo e no espaço e em situações de ameaças externas à *Dâr al-Islâm*, a Casa do Islã. Tal inovação foi introduzida por Qutb e outros e, no decorrer dos anos, o jihâd tornou-se o sexto “pilar do Islã”⁹⁷.

Takfirismo

O significado do termo vem de *takfîrî*, um muçulmano que acusa outro muçulmano de apostasia: tal acusação é chamada de *takfir*, e se origina da palavra *kâfir*, infiel, o takfirismo, portanto, é um movimento de muçulmanos radicais que fazem da acusação de infidelidade contra outros muçulmanos um dos principais fundamentos de sua ideologia.

O movimento surgiu com a guerra civil na Síria, a partir de 2011, e a propagação do Dâ'ish e organizações como Jabhat al-Nusra, que tem dividido dramaticamente o mundo islâmico, forçando-o a um conflito e quebrando alianças e cooperações: por exemplo, entre Irmandade Muçulmana (incluindo o Hamas) e Qatar (sunitas), por um lado, e alauítas da Síria, o xiita Hezbollah, xiitas iranianos no outro.

Em linha de princípio, só um *'ulamâ'* pode denunciar como um *kâfir* um membro de uma das três religiões monoteístas, depois de avaliar toda a situação com bastante profundidade; contudo, um número crescente de grupos surgiu a partir do salafismo wahhabi: eles se afastaram dos métodos da ortodoxia islâmica e se concederam o direito de estabelecer o que é a apostasia, quem é um apóstata e de julgá-lo.

O takfirismo é considerado uma derivação violenta do movimento neo-salafista: enquanto o salafismo entendido como o “culto dos antepassados” é uma das formas de fundamentalismo não necessariamente violenta, o takfirismo é a sua expressão mais agressiva pois utiliza e

⁹⁷ Os pilares do culto são: profissão de fé, oração, jejum no mês de Ramadã, peregrinação e esmola.

legítima métodos de luta extremamente violentos. Ele radicaliza, usando-o como a principal prioridade e meio, a arma do jihâd para atingir os objetivos políticos e religiosos, incluindo o renascimento do califado, que representa uma das missões dos takfiris; para eles não há distinção entre o regime contra o qual lutar e os civis. Todos são dignos de morte.

Segundo a doutrina de ibn Taymiyya da “soberania de Deus”, os takfiris rejeitam o tradicional dever islâmico da obediência ao governante, e acabam criando os próprios chefes, aos quais prometem lealdade através da *ba‘ya*, o pacto de fidelidade, considerando todas as outras autoridades políticas ilegítimas.

A referência histórica dos takfiris é a famosa *fatwâ* lançada por ibn Taymiyyah contra os mongóis (século XIII; VII h.) que invadiram os territórios islâmicos: o jihâd contra os mongóis não era apenas desejável, mas obrigatório, pois eles não poderiam ser considerados muçulmanos verdadeiros, apesar do fato se terem convertido ao Islã sunita, porque governavam usando leis feitas pelos homens, em vez da lei islâmica, e viviam em um estado de *jâhiliyya*, a ignorância pré-islâmica. Ibn Taymiyyah afirmava que “cada grupo de muçulmanos que transgreda a lei islâmica deve ser combatido, mesmo quando continua a professar o credo” (TAYMIYYA; KEPEL, 2002; ESPOSITO, 2002; BURKE, 2003, 2004).

Grupos como Jabhat al-Nusra, al-Qâ‘ida, Dâ‘ish e outros são considerados jihadistas takfiristas, pois utilizam sejam o jihâd seja a acusação de takfîr.

2.2.3. Formações islamistas

Al-Qâ‘ida

Trata-se de uma rede jihadista internacional ligada à doutrina do movimento wahhabita, evolução da corrente salafista da Irmandade Muçulmana: a palavra “qâ‘ida” deriva da raiz Q‘D que traduz o significado de sentar-se, permanecer, ficar, e de “base”, no sentido de “campo militar” e base das operações, sede, fundamento; “base” nas fórmulas químicas e na geometria; trabalho de campo; pode também representar uma regra, um preceito, um princípio, um método, um modelo. Na era dos computadores e da informática adquiriu também o significado de “database”: *qaida ma‘lumat* (information base).

A expressão (como um termo comum) al-qâ‘ida foi utilizada a partir dos meados dos anos 1980 entre os radicais islâmicos no Afeganistão chegados de todo o mundo para lutar contra os soviéticos: muitos islamistas chamavam de “al-qâ‘ida” a “base” a partir da qual eles estavam operando (BURKE, 2003, p. 22). Esta explicação é corroborada pelas declarações do ex-secretário britânico das Relações Exteriores, Robin Cook, em um artigo assinado por ele e publicado no jornal “The Guardian”: pouco antes da prematura morte, disse à Câmara dos

Comuns que al-Qâ'ida não era realmente um grupo terrorista, mas uma base de dados de mujâhidîn (combatentes) e contrabandistas de armas usadas pela CIA e pelos sauditas para suportar guerrilheiros e enviar dinheiro para o Afeganistão ocupado pelos soviéticos:

Bin Laden foi o produto de um erro de cálculo monumental feito pelas agências de segurança ocidentais. Ao longo dos anos 1980 ele foi armado pela CIA e financiado pelos sauditas para fazer o jihad contra a ocupação russa do Afeganistão. Al-Qaida, literalmente “banco de dados”, era originalmente o arquivo de computador dos milhares de mujahideen que foram recrutados e treinados com a ajuda da CIA para derrotar os russos. Inexplicavelmente, e com consequências desastrosas, Washington nunca parece ter pensado que, uma vez que a Rússia estivesse fora do caminho, a organização de Bin Laden iria voltar sua atenção para o Ocidente⁹⁸.

Há outras declarações que sublinham qual era a natureza de al-Qâ'ida naquele período, como as de Pierre-Henry Bunel, um ex-agente da inteligência militar francesa, que afirmou:

Ouvi pela primeira vez sobre al-Qaeda, enquanto eu estava frequentando o curso de Comando e Estado-Maior, na Jordânia. Na época eu era um oficial francês. As Forças Armadas francesas tinham contatos estreitos e de cooperação com a Jordânia.

Ele fala de al-qâ'ida (*qâ'idat-ul-ma'alumât, qâ'idat-ut-ta'alîmât e qâ'idat-ul-mu'ti'ât*), ou seja, de termos que indicam uma base para a coleta de dados de informações:

Em meados da década de 1980, al-qaeda era um banco de dados localizado no computador e dedicado às comunicações do Secretariado da Conferência Islâmica (em Jeddá, na Arábia Saudita). [...] Os Árabes comumente usavam a palavra curta al-qaeda enquanto termo árabe para “base”. [...] Al-qaeda continuou sendo a base de dados da Conferência Islâmica. [...] Muitos grupos islâmicos poderiam pegar informações dos bancos de dados. Era natural para Osama Bin Laden ser conectado a essa rede. Ele é membro de uma família importante no mundo bancário e de negócios. Devido à presença de “estados canalhas”, tornou-se fácil para os grupos terroristas usar o e-mail do banco de dados. Por isso, foi utilizado o e-mail da al-qaeda com algum sistema de interface, fornecendo um código secreto para as famílias dos mujahedin manterem ligações com seus filhos em treinamento no Afeganistão ou na Líbia ou no vale do Bekaa, no Líbano, ou em ação em qualquer lugar nos campos de batalha onde os extremistas patrocinados por todos os “estados canalhas” lutavam. E os “estados canalhas” incluíam a Arábia Saudita. Quando Osama bin Laden era um agente americano no Afeganistão, a al-qaeda intranet foi um bom sistema de comunicação através de mensagem codificada ou dissimulada⁹⁹(BUNEL, 2005).

Sobre o treinamento militar fornecido pela CIA falam também, e em detalhes documentados, o historiador canadense Michel Chossudovsky em seus livros e artigos listados na bibliografia¹⁰⁰, em particular em “War and globalisation. The truth behind September 11” (2002), e Brzezinski, ex-conselheiro da segurança nacional do presidente Carter, em uma das várias entrevistas e declarações (entrevista de Cockburne a Brzezinski, 1998).

⁹⁸ *The struggle against terrorism cannot be won by military means*, The Guardian, 8/7/2005, <https://www.theguardian.com/uk/2005/jul/08/july7.development>, acessado em 13/3/2018.

Hillary Clinton Admits The U.S. Government Created Al-Qaeda (Video), 29/5/2012, <http://www.infiniteunknown.net/2012/05/29/hillary-clinton-admits-the-u-s-government-created-al-qaeda-video/> acessado em 21/6/2015, 11/6/2017.

⁹⁹ World Affairs, New Delhi, Apr.-Jun. 2004. Wayne Madsen Report and Global Research.

¹⁰⁰ E no seu site de pesquisa: <http://www.globalresearch.ca/>

Na bibliografia¹⁰¹ listo vários outros artigos e vídeos ressaltando essa conexão entre al-Qâ'ida e as administrações e inteligência dos EUA: trata-se seja de fontes primárias, com declarações ou entrevistas das testemunhas, seja de fontes secundárias.

Parece que a ideia de que al-Qâ'ida seja uma organização coerente e estruturada não tem base real:

Qualquer prova que eu encontrei no meu trabalho contradiz essa ideia de al-qaeda como um império do mal dirigido por uma mente organizadora. [...] A entidade mais próxima da atual al-qaeda teria existido por um breve período entre 1996 e 2002.

Sua base era o Afeganistão e o bombardeamento contra Tora-Bora representou a fase final de sua liquidação. O que temos agora é um movimento amplo e diversificado de militância islâmica radical. Suas raízes remontam ao passado, como mínimo de décadas. Seus elementos podem ser traçados nos primeiros dias do Islã.

Dezenas de milhares de pessoas são envolvidas, algumas individualmente, outras em grupos organizados. Esses grupos se movem, mudam, crescem e desaparecem. [...] Osama bin Laden não criou nada, e sua morte não leva ao fim do movimento. Ele não era o único e nem o líder mais importante da rede (BURKE, 2003, p.17).

O saudita 'Osama bin Ladin e al-Qâ'ida representam a franja radical, extremista do grande movimento que constitui a militância islâmica moderna. Suas reivindicações são políticas, mas articuladas em termos religiosos, e referem-se a uma visão religiosa do mundo. O movimento tem suas raízes nas contingências sociais, económicas e políticas (BURKE, 2003; KEPEL, 2003, CAMPANINI, 2005, 2008, 2012; NAPOLEONI 2005-2006).

As razões para as dezenas, centenas de milhares de jovens muçulmanos chegarem nos campos de treinamento jihadistas, ao longo dos últimos 30 anos, são variadas e percebidas como autênticas; até o fim dos anos 80, essa ideologia política islâmica, que foi se espalhando entre milhões de pessoas em todo o mundo muçulmano, teve como objetivo intelectual encontrar uma resposta islâmica aos desafios e às ameaças do Ocidente. Porém, logo depois e com o nascimento do grupo "al-Qâ'ida", a ideologia política islâmica se transformou em outra coisa (BURKE, 2003; CAMPANINI, 2012; AL-HIWAR, 2012).

Houve um tempo em que os ativistas islâmicos pensavam principalmente em ganhar o poder e mudar o destino de sua nação. Havia espaço em sua agenda para a gradualidade e o compromisso, e para uma grande variedade de diferentes formas de pensamento político, incluindo o radical. Agora, os extremistas não são mais uma franja: eles são os portas-bandeiras, e sua linguagem é dominante na militância política islâmica moderna, e é uma fonte de inspiração para os jovens muçulmanos irados (BURKE, 2003, p.18).

Al-'Azzam: o Irmão Muçulmano que criou os mujâhidîn e al-Qâ'ida junto com bin Ladin

O Palestino 'Abd Allah Yusuf al-'Azzam é uma figura-chave na história recente da Irmandade Muçulmana e do terrorismo dos últimos 30 anos, enquanto foi o *trait d'union*, entre

¹⁰¹ Na seção "Apoio dos EUA ao jihadistas". Trata-se de uma mínima parte da ampla documentação internacional sobre esse assunto.

a IM e a futura al-Qâ'ida, passando através da criação dos grupos de combatentes anti-sovieticos no Afeganistão.

Nasceu em Jenin, na Palestina sob Mandato britânico, em 1941 (1360 h.), e foi assassinado em Peshâwar, Paquistão, em novembro 1989 (Rabî Ath-Thânî 1410).

Graduou-se em Sharî'ah e Direito islâmico na Universidade de Damasco, na Síria, e fez o doutorado no Egito em 1973 (1393 h.); depois da Guerra dos Seis Dias em junho 1967 (Safar 1387), que terminou com a ocupação militar israelense da Cisjordânia, Azzam e sua família deixaram a Cisjordânia e se mudaram para a Jordânia: nesse país, participou em operações paramilitares contra a ocupação israelense, mas ficou desiludido com a natureza secular da coalizão de resistência palestina mantida unida sob a Organização da Libertação da Palestina (OLP) liderada por Yasser 'Arafat.

Em vez de perseguir a luta de libertação nacional orientada pela marxista OLP, apoiada pela União Soviética, Azzam imaginou um movimento transnacional pan-islâmico que transcendesse o mapa político do Oriente Médio criado pelas potências coloniais não islâmicas.

Posteriormente, tornou-se professor na Universidade "Rei 'Abdul 'Azîz" em Jeddah, Arábia Saudita, onde permaneceu até 1979 (1399): foi aí que encontrou 'Osama bin Ladin, um dos estudantes dessa universidade entre 1976 (1396 h.) e 1981 (1401 h.), que se tornou um dos seus alunos.

O ano 1979 (1399) foi crucial para o movimento islâmico, com três grandes eventos revolucionários no mundo muçulmano: 1) em 16 de janeiro de 1979 (16 Safar 1399), a Revolução Iraniana conseguiu tomar o poder no país, exilar o xá Moḥammad Reza Pahlavi, e criar o primeiro governo islâmico sob o aiatolá Ruḥollah Moṣṭafavi Musavi Khomeyni. 2) Em 20 de novembro de 1979 (29 Dhul-hijja 1399) na Grande mesquita em Meca, na Arábia Saudita, os rebeldes que tinham se levantados contra o governo foram cercados por duas semanas e foram mortos nas batalhas e execuções que se seguiram. O governo falou de uma revolta fundamentalista dissidente contra o regime saudita. Azzam foi expulso da universidade de Jeddah e se mudou para o Paquistão para participar do nascente jihâd afegã. 3) Em 25 de dezembro de 1979 (5 Safar 1400), a União Soviética, tentando suprimir uma crescente rebelião islâmica, considerada uma ameaça à parte da Ásia Central que era soviética, invadiu o Afeganistão (BURKE, 2003; CHOSSUDOVSKY, 2003; NAPOLEONI, 2005; HILU 2010; HELLMICH, 2011).

Em 1984 (1404 h.), em Peshawar, Azzam estabeleceu o Maktab al-Khidamat (Escritório dos Serviços, MAK) para receber, controlar e organizar os milhares de voluntários e o enorme fluxo de dinheiro chegando do Oriente Médio.

Azzam e o desenvolvimento do pensamento da Irmandade Muçulmana

Azzam entrou na IM desde adolescente, e nunca saiu ou negou o próprio pertencimento à organização, mas desenvolveu o pensamento desta, baseando-o principalmente nos conceitos de jihâd permanente, como *fard al-‘ayn*, obrigação individual (e não coletiva), como irá fazer o Dâ‘ish, de *istishhâd*, o martírio, como “bens absolutos”, e nas representações da “guerra cósmica” entre o “bem e o mal”, ou seja, a Ummah Islâmica versus seus inimigos. Aos jovens ele falava continuamente das “recompensas” para os mártires: o perdão de todos os pecados e as 72 virgens¹⁰²; para falar do martírio ele utilizava uma retórica poética, uma linguagem mítica, fantástica, épica, que se tornaria o modelo padrão da comunicação “martirológica” entre os jihadistas radicais a partir dos anos 90¹⁰³ (KEPEL, 2002; BURKE, 2003; MALIACH, 2010).

Ele foi o maior ideólogo dos mujâhidîn não afegãos (chamados também de afegãos-árabes): seu pensamento jihadista inspirou seja o saudita bin Ladin seja o egípcio Ayman al-Zawahiri, atual líder de al-Qâ‘ida; para Azzam, cuja principal referência ideológica era a obra de ibn Taymiyya, o jihâd no Afeganistão era uma obrigação moral para todos os muçulmanos - o sexto pilar da fé. Seu texto mais conhecido é “Defender a terra dos muçulmanos é o dever mais importante de todos”. Para ele, após a guerra no Afeganistão, o muçulmano teria o dever de lutar para que qualquer outro lugar pertencente ao Islã fosse devolvido ao Islã: Palestina, Líbano, Chade, Eritreia, Somália, Filipinas, Andaluzia, etc., portanto, os veteranos da guerra no Afeganistão representavam “uma força de ataque móvel” que poderia ser utilizada em todo o mundo islâmico (KEPEL, 2002; BURKE, 2003; MALIACH, 2010). É interessante observar esse aspecto de sua ideologia, pois, nas próximas décadas, acontecerá exatamente isso: os veteranos do Afeganistão exportarão seu conceito de jihâd para todo o mundo islâmico e até o Ocidente. Entre os jihadistas na Líbia e na Síria, como veremos nos próximos capítulos, muitos, entre os líderes combatentes, são aqueles que foram formados no Afeganistão.

Em relação a “al-qâ‘ida”, em 1987 (1407 h.), durante a guerra contra os soviéticos, ele falou de uma “vanguarda que constitui a base sólida (em árabe, *al-qâ‘ida al-sulbah*) para a sociedade futura: aqui o termo tem um sentido abstrato-ideológico; Azzam falava de uma modalidade de ativismo, ou seja da base do edifício que ele queria construir: uma vanguarda revolucionária de “fortes” que ele teria radicalizados e mobilizados no mundo islâmico. Ele, portanto, se referia a uma tática revolucionária, não a uma organização (KEPEL, 2002; BURKE, 2003; MALIACH, 2010).

¹⁰² As hurís, do árabe, al-ḥūr, meninas de olhos pretos. Jovens destinadas a quem mereceu o paraíso islâmico.

¹⁰³Veja-se no capítulo 4 a parte dedicada à “tanatofilia”.

Há estudos que afirmam que ele teve também um papel como um ideólogo na fundação do movimento de resistência islâmica Hamas na Palestina, nascido em 1988 (1408 h.).

A “base” militar.

Em 1988 (1408 h.), em Peshâwar, na fronteira com o Paquistão, bin Ladin e outros, fundaram um pequeno grupo militante; a guerra no Afeganistão estava já quase terminada e a unidade criada graças a um objetivo compartilhado por todos os grupos de mujâhidîn estava se desintegrando, então bin Ladin e seus colegas tinham que criar um grupo que pudesse superar as divisões entre as diferentes realidades de combatentes e estabelecer um exército internacional defendendo os muçulmanos da opressão.

Em 1996 (1416 h.), bin Ladin se mudou de novo para o Afeganistão: é só a partir desse momento em diante que será formado um grupo organizado com algumas dezenas de militantes; finalmente, bin Ladin conseguia realizar seus planos para uma entidade militar organizada, uma base. Contudo, não era uma organização coerente e estruturada, com células espalhadas por toda parte: continuou sendo um dos muitos grupos islâmicos radicais ativos no Afeganistão naquele momento, e nem bin Ladin nem seus companheiros estavam usando ainda o termo al-qâ‘ida para definir sua organização. Em um relatório da CIA, em 1996, se afirma que:

Em 1985, Bin Laden organizou um Frente Islâmico de Salvação, ou al-qaeda, para apoiar os mujahedin no Afeganistão. Provavelmente, tratava-se de um acampamento militar¹⁰⁴.

Além disso, nas várias relações diplomáticas e da inteligência da época, bin Ladin foi apresentado como um financiador islâmico radical.

O termo “al-qâ‘ida” foi usado pela primeira em 1997 pelo Departamento de Estado dos EUA, como uma central operacional “para extremistas sunitas”¹⁰⁵; grande parte das informações transmitidas a partir dessa época sobre a rede de bin Ladin e em relação a al-qâ‘ida, são baseadas em relatos de informantes do FBI: militantes ex-radicais que vendiam suas informações para as agências de segurança internacionais, portanto, pessoas pouco confiáveis¹⁰⁶. Isso não quer dizer que não havia nenhuma organização militar e terrorista dirigida por bin Ladin, mas que o nome al-qâ‘ida continuava a indicar uma função, uma tática, uma base militar e não o nome próprio de uma organização e tampouco de uma organização estruturada, tentacular, espalhada por toda parte e com uma ideologia claramente definida. O

¹⁰⁴ Fontes: *Patterns of Global Terrorism*, US Department of State, Office of the Coordinator for Counterterrorism, 1996 and 1998; Memo CIA, *Usama bin Laden: Islamic Extremist Financier*; US Secretary of State, National Security Archive, Freedom of Information Act, 2001.

¹⁰⁵ Veja-se nota 107.

¹⁰⁶ *US vs Usama bin Laden*, New York Southern District Court, sessão n. 19, testemunha Jamal al-Fadl, 19 março 2001.

que bin Ladin conseguiu construir entre 1996 e 2001, foi um ponto de referência para os mujâhidîn: recursos, formação, munições, competências, abrigo (BURKE, 2003; CHOSSUDOVSKEY, 2003; NAPOLEONI, 2005).

Nessa altura, a organização consistia em três elementos: 1) O núcleo do projeto e o centro da sua capacidade operacional; nesse núcleo, bin Ladin atraiu proeminentes ativistas internacionais, jihadistas com competência e experiência nas guerrilhas - em particular em Bósnia, Chechênia, Argélia, Egito e contra os soviéticos no Afeganistão. Eles também foram enviados para o mundo em missões de proselitismo militante e recrutamento. 2) Rede de dezenas de grupos islâmicos militantes. Não era uma rede internacional de movimentos obedientes a bin Ladin, mas uma realidade que recebia fundos, treinamento e preparação.

Entre 1996 (1416 h.) e 2001 (1421 h.) al-qâ'ida operou de forma semelhante a uma "financeira capitalista", patrocinando projetos apresentados por diversos grupos ou indivíduos, na esperança de que se tornassem fontes de renda. Trata-se, portanto, de uma rede de redes.

3) A ideia, a visão, a ideologia: desde 2001, este tem sido o elemento mais importante. Entre 1996 e 2001 "al-qâ'ida" recebeu muitos pedidos de assessoria e assistência econômica chegando de todo o mundo islâmico sunita para planejar e realizar ataques e massacres: tratava-se de jovens que partilhavam as ideias e os objetivos de bin Ladin. Não era apenas o pertencimento a um grupo ou a uma organização, mas o compartilhamento de uma forma de pensamento, de ação e de visão do mundo: al-qâ'ida era uma ideologia, um símbolo, uma idéia de luta (BURKE, 2003; MALIACH, 2010). O que atraía os jovens era a visão da realidade e as leituras/interpretação dos eventos e tudo isso não acabou com a perda parcial de poder e da capacidade de fornecer recursos, causada pelos bombardeios estadunidenses contra as bases de bin Ladin no Afeganistão, no final de 2001, e tampouco com a morte do mesmo shaykh: a ideia não estava morta e outras organizações apareceram no cenário mundial. (BURKE, 2003; CHOSSUDOVSKEY, 2003; PERRUCCHIETTI, 2016).

A rede de recrutamento, o MAK, criada por Azzam, por bin Ladin e outros líderes em todo o Oriente Médio, tinha ramos também nos EUA; em muitos países, a organização foi baseada na estrutura da Irmandade Muçulmana; muitos voluntários chegaram de Arábia Saudita, Iêmen, Egito, Argélia, Sudão, Iraque, Bósnia e do Sudeste Asiático (BURKE, 2003; CHOSSUDOVSKEY, 2003; NAPOLEONI, 2005; HILU 2010; HELLMICH, 2011).

A Irmandade Muçulmana desempenhou um papel-chave no recrutamento e na coleta de fundos: na Itália, alguns dos muçulmanos mais velhos (e também a inteligência italiana) se lembram de uma visita de Azzam no final dos anos 80, convidado por responsáveis locais da IM em Milão; eles prepararam um acampamento militar em Massa, uma cidade da Toscana,

para recrutar jovens voluntários. As atividades dos jihadistas eram consideradas legais e úteis pelos governos e inteligências ocidentais, e o seu trânsito foi até facilitado. Naquela época, bin Ladin era descrito como um “guerreiro da paz” pelo jornal “The Independent” (edição de 6 dezembro 1993), e em outros artigos ocidentais.

O perfil do jihadista afegão-árabe¹⁰⁷

Entre os voluntários dos anos 80, muitos dos quais jovens e com pouco conhecimento do islamismo político, alguns foram atraídos pelo dinheiro fornecido por doadores sauditas e não apenas pelo “ideal”: os líderes dos “afegão-árabes” eram quase todos de classe média e graduados, enquanto a base era composta por pessoas de baixa escolaridade e que não conheciam o contexto político e social do radicalismo islâmico e tampouco as realidades sociais e políticas do território afegão. Para eles, o jihâd tinha fins “imateriais” ou “sobrenaturais”: era o sacrifício no caminho de Deus, portanto é importante destacar que a guerra no Afeganistão contra os soviéticos representa um precedente interessante, pois o projeto de “martírio” para reconquistar as terras islâmicas não considera problemático ou paradoxal o fato de receber fundos, ajudas e armas dos Estados Unidos ou de outros países “kuffâr”. Trata-se de um radicalismo islâmico que quer lutar contra a presença ocidental - a soviética dos anos 80 no Afeganistão e, em geral, a europeia e dos EUA - nas terras muçulmanas, libertá-las ou reconquistá-las, como declarava Azzam em seus sermões, mas utiliza recursos, armas, serviços, etc., dos kuffâr e colonizadores ocidentais. Como já mencionei na introdução, para os líderes dos grupos radicais árabes atuais trata-se de um uso tático dos recursos e das forças tecnológicas e militares ocidentais para alcançar objetivos islâmicos, diante da suposta “superioridade” material e técnica do Ocidente.

Na fase da guerra contra os soviéticos, o alvo do jihâd era a libertação do Afeganistão dos incrédulos, e não o Ocidente em geral; logo depois se tornaria uma guerra permanente contra todos os invasores e opressores, ocidentais, judeus e árabes.

Em 1989, os soviéticos retiraram-se do Afeganistão, deixando as fações dos mujâhedîn lutando entre si: os vários grupos recusavam-se de aceitar a autoridade dos ‘ulâma’: quem tinha estudado nos novos centros islâmicos financiados pelos sauditas, surgidos separadamente das escolas e universidades tradicionais em todo o mundo islâmico, poderia reivindicar a liderança de grupos islamistas - era o fenômeno da “autoridade automeada” que, a partir dos anos 90, irá se difundir como uma nova forma de autoridade através da Irmandade Muçulmana em todo

¹⁰⁷ Veja-se, no cap. 4, a parte “O perfil do jovem jihadista”, em relação aos voluntários do Dâ’ish.

o mundo muçulmano e também nos centros islâmicos na Europa e nos EUA, e que com o Dâ‘ish irá alcançar o seu ponto mais alto.

Os veteranos árabes, “endurecidos pela guerra aos soviéticos” desenvolveram sua própria ideologia que foi além daquela da Irmandade Muçulmana, para incorporar a visão do mundo wahhabi: essa visão é construída e baseada na “tanatofilia” do apelo permanente ao martírio de Azzam, e na violência brutal; as teorias de al-Banna’ e de Qutb foram ultrapassadas e substituídas por uma utopia radical e violenta. De fato, os textos de Azzam não eram análises políticas radicais, como as de Qutb, mas uma exaltação da violência bruta e do martírio: qualquer coisa que não fosse o jihâd como luta armada era rejeitada. A guerra no Afeganistão reforçou o sentido radical da “luta cósmica entre o bem e o mal”, portanto, para eles, as batalhas contra os russos significavam que a causa da perda de territórios islâmicos, de opressão e sofrimento não era apenas o afastamento dos muçulmanos da “verdadeira fé”, como afirmavam os salafistas reformistas do final do século XIX e das primeiras décadas do XX, mas os planos diabólicos dos kuffâr, os incrédulos: eles continuavam a conspirar contra os muçulmanos desde o tempo do Profeta em Medina (BURKE, 2003; ATKINS, 2004; MALIACH, 2010; HILU, 2010; CAMPANINI, 1999-2015, 2008, 2012).

Para os radicais nunca houve um Estado islâmico “justo e puro” depois dos tempos do Profeta e de seus quatro sucessores (os califas râshidûn), e séculos de cultura, descobertas, invenções científicas e tecnológicas dos impérios abássida e omíada, representava (e ainda representa) apenas uma “idade escura e da perdição”.

Os jihadistas que voltaram para seus países do Afeganistão contribuíram para o surgimento de movimentos radicais violentos no Egito, na Argélia e em outros países. Enquanto o sistema comunista entrava em colapso, o Islã político se difundia. O sucessor de Azzâm, não foi o xeque saudita bin Ladin, mas o xeique cego egípcio ‘Omar ‘Abd al-Rahman (EMERSON; BURKE, 2003; MALIACH, 200; ATKINS, 2004).

Como já mencionei acima, o radicalismo islâmico como “poder constituinte”, revolucionário, termina nesse período histórico e se torna quase essencialmente terrorismo (CAMPANINI 2008; 2012). Desde 2011, com a morte (uma das várias anunciadas pelos EUA e pela mídia) de bin Ladin, o líder do movimento global é Ayman Muḥammad Rabi‘ al-Zawahiri, um médico egípcio.

Operações terroristas

As operações atribuídas a al-Qâ‘ida são: 1) os ataques as embaixadas Norte Americanas (em agosto de 1998, em Nairobi, no Quênia, e em Dâr es Salâm, na Tanzânia)

que mataram duzentas pessoas e feriram mais de cinco mil outras; 2) atentado ao USS Cole; 3) atentados aéreos terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas em Nova York, contra o Pentágono, Virgínia, e na Pensilvânia; 4) o sequestro e assassinato do repórter Daniel Pearl do Wall Street Journal e várias explosões no Paquistão; 5) O atentado à sinagoga de El Ghriba em Djerba, Tunísia, que matou 21 pessoas; 6) carro bomba em Mombasa, 2002; 7) As explosões em Riyadh em maio de 2003 e outros atentados na Arábia Saudita; 8) as explosões de Istambul, Turquia, em 2003; 9) atentados de 2005 em Bali; 10) atentados ao trem na metropolitana de Madrid em 11 de março de 2004; 11) explosões de 7 de julho de 2005 em Londres; 12) atentados de Sharm el-Sheikh em 2005; 13) em 23 de julho de 2005, no Egito, uma série de carros bombas mataram cerca de 90 pessoas e feriram mais de 150. O atentado foi a ação terrorista mais violenta na história do Egito; 14) ataques em Amman, Jordânia, em 9 de novembro de 2005 contra hotéis norte-americanos. As explosões mataram 57 pessoas e feriram 120 outras; 15) ataque contra o jornal satírico francês Charlie Hebdo, em Paris, em 7 de janeiro de 2015. A responsabilidade foi atribuída a comandos de al-Qâ'ida na Península Arábica. 12 jornalistas foram mortos.

Em geral são atribuídos a al-Qâ'ida, a pesar de não ter sempre evidencia direta (em vários casos, a organização afirmou explicitamente sua responsabilidade), ataques terroristas que, nos últimos anos, afetaram o Quênia, a Somália, o Líbano, o Iêmen, a Indonésia, o Egito, o Iraque, a Espanha, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

As filiações de al-Qâ'ida

No cenário jihadista mundial existem centenas de formações militantes radicais, muitas das quais são inspiradas pela doutrina da al-Qâ'ida. Como escrevi anteriormente, al-Qâ'ida é mais um método, uma marca, um logo, e uma espécie de “franchise”, que uma organização tentacular e com um núcleo central; as ligações entre grupos são através das trocas e movimento de jihadistas, de fluxos de capitais e de pregadores enviados nas mesquitas e nos centros islâmicos.

Os grupos locais na África e no Oriente Médio que querem ser parte de al-Qâ'ida fazem um juramento de fidelidade, *ba'ya*, ao líder – atualmente Ayman al-Zawahiri, sucessor de bin Ladin. Na parte que segue descrevo apenas algumas das mais importantes formações.

Ansâr ash-Sharî'ah: são grupos islâmicos radicais presentes em Marrocos, Mauritânia, Tunísia, Líbia, Mali, Egito, Síria, Iêmen, Líbia, sem coordenamento e coordenação entre eles.

AQAP: al-Qâ'ida in the Arabian Peninsula (na Península Arábica): é conhecida também como *Tanzîm al-qâ'idah fî Jazîrat al-'Arab* (milícia da base na Península Arábica) ou *Jamâ'at*

Anṣâr ash-sharî'ah (Grupo dos Auxiliares da Sharî'ah). É ativa desde 2009 no Iêmen e Arábia Saudita e foi criada pela fusão das filiais iemenitas e sauditas al-Qâ'ida. Portanto o grupo considera-se subordinado a al-Qâ'ida e é um dos mais ativos dos ramos ou franquias da organização. Estabeleceu-se como um “emirado” durante a revolta iemenita de 2011.

A organização é responsável por planejar vários ataques contra alvos ocidentais, incluindo o ataque à sede da Charlie Hebdo em Paris, em 7 de janeiro de 2015.

AQAP tem sido ativa na promoção do chamado “terrorism-do-it-yourself” (terrorismo-faça-você-mesmo) por parte de “homegrown terrorists”, ou jovens de origem árabe de segunda ou terceira geração, que vivem no Ocidente: eles utilizam material disponível na internet para se radicalizarem e treinarem a partir de casa, para atacarem os países aos quais não sentem pertenceres.

Um dos principais meios utilizados pela AQAP para este fim é a revista de língua Inglês “Inspire” publicada desde 2010.

(SANFELICE DI MONFORTE, 2013; COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 19/6/2015; IACSP; THE COLUMBIA WORLD DICTIONARY OF ISLAMISM).

AQI: *Tanzîm al-qâ'idah al-jihâd fî bilâd ar-râfidayn* (Organização da base do jihâd na Mesopotâmia): foi um dos maiores atores na insurgência iraquiana e desempenhou um papel central no estabelecimento do Conselho da Shura dos Mujahidîn no Iraque e no Estado Islâmico do Iraque.

O grupo foi fundado em 1999 pelo militante jordaniano Abu Muṣ'ab al-Zarqawi, ex mujâhid no Afeganistão, sob o nome *Jamâ'at al-tawhîd wal-jihâd* (Grupo do monoteísmo e do jihâd); o grupo iniciou os ataques no Iraque em agosto de 2003, cinco meses após a invasão e ocupação do Iraque pela coalizão liderada pelos Estados Unidos e o Reino Unido, alvejando representantes da ONU, instituições xiitas iraquianas, a embaixada jordana e instituições provisórias do governo iraquiano.

Nesse período da segunda Guerra do Golfo, al-Zarqawi e seu grupo alcançaram a notoriedade realizando ataques suicidas contra alvos civis e decapitações de reféns.

Em outubro de 2004 seu nome oficial tornou-se *Tanzîm al-qâ'idah al-jihâd fî bilâd ar-râfidayn* (Organização da base do jihâd na Mesopotâmia) após ter feito a *ba'ya*, o juramento de fidelidade à base de bin Ladin.

O grupo formulou um plano em quatro etapas para o controle do Iraque: 1) expulsão das forças dos EUA do Iraque. 2) Estabelecimento no Iraque de uma autoridade islâmica - um

califado. 3) A difusão do jihâd aos países seculares vizinhos do Iraque. 4) Confronto com Israel¹⁰⁸ (NAPOLEONI, 2005).

Em junho de 2006, o líder do AQI, al-Zarqawi, foi morto por um ataque aéreo dos EUA e a liderança do grupo foi assumida pelo militante egípcio Abu Ayyub Maşri, conhecido como Abu Hamza al-Muhajir; a partir de 2006 o AQI se torna Estado islâmico do Iraque (ISI).

Aqis-al-Qa'ida in the Indian Subcontinent: Jamâ'at al-qâ'idat al-jihâdi fî Shibh al-Qârrah al-Hindîyah, é um grupo salafista formado em setembro de 2014, através de uma declaração no vídeo de al-Zawahiri; reúne várias outras fações jihadistas.

Entre seus objetivos é a luta contra os governos do Paquistão, Índia, Bangladesh.

AQMI/AQIM: Tanzîm al-qâ'idah fî bilâd al-Maghrib al-Islâmî (milícia da base no Magrebe islâmico). É um grupo jihadista ativo em todo o Norte de África e nas áreas de Mali, Níger e Chade, cuja origem foi em 2005 da *Jamâ'at as-salafiyyah li-d-da'wah wa-l-qitâl* (*Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat*, Grupo Salafista para Pregação e Combate - GSPC). O GSPC nasceu na década de noventa, no contexto da guerra civil da Argélia com a finalidade de derrubar o governo argelino e criar um estado islâmico; além disso o AQMI declarou sua intenção de atacar europeus e americanos.

A maioria dos membros é composta por comunidades argelinas e do Saara (como qabilas tuaregues e berabiches do Mali) e por marroquinos dos subúrbios das cidades; a liderança é principalmente argelina: nenhum negro africano é conhecido por exercer uma posição de liderança na organização terrorista¹⁰⁹. A milícia também foi suspeita de ter ligações com o grupo militante do Chifre da África, *Al-Shabâb*.

Desde 2012, a AQMI tornou-se um ator importante na guerra civil no Mali que levou à declaração de independência do norte do país (Azawad), habitada principalmente pela componente Tuareg.

Em 2016, juntamente a outra organização, *al-Murabitûn*, a AQMI é responsável por um ataque em Ouagadougou, em Burkina Faso, contra um restaurante e um hotel que causou 30 mortes, e outro atentado na Costa do Marfim contra resorts e praias frequentadas por turistas ocidentais, causando 18 mortes (BUSS, 2011, p. 193–200).

É uma organização com um capital considerável produzido pelas atividades de sequestro e resgate de estrangeiros, extorsão, contrabando e fundos recebidos das petro-monarquias do

¹⁰⁸ Washington Institute for Near East Policy, *The War between ISIS and al-Qaeda for Supremacy of the Global Jihadist Movement*, junho 2014; acessado em 24/5/2017, 2/5/2019.

¹⁰⁹ Brown, Stephen, *Al-Qaeda's anti-black racism. Some jihadists are more equal than others*, 4/2/2013, <http://www.frontpagemag.com/fpm/176131/al-qaedas-anti-black-racism-stephen-brown>, Acessado em 24/5/2017, 2/5/2019.

Golfo: segundo estimativas das agências de inteligência, o grupo conseguiu arrecadar mais de US\$ 50 milhões na última década¹¹⁰.

São partes da AQIM também grupos como *Anṣâr ad-Dîn* e *Mujwa (Jamâ‘at at-tawhîd wal-jihâd fî gharb ‘Ifríqiyâ*, Movimento para a Unidade e a jihâd na África Ocidental). Em um artigo publicado em julho 2015 na revista *Le Monde Diplomatique*, o embaixador belga responsável pelo Sahel, Daniel Bertrand, declara que os grupos jihadistas no Mali - em particular, *Anṣâr ad-Dîn* e *Mujwa* - são autofinanciados através do tráfico de drogas, sequestros de pessoas, tráfico de seres humanos (para a Europa)¹¹¹.

HSM - *Harakat al-Shabâb al-mujâhidîn*, ou *al-Shabâb* (Movimento dos jovens combatentes, ou da juventude)¹¹²: é ativo na Somália desde 2006 e é uma ramificação da União dos Tribunais Islâmicos (“Islamic Court Union”- ICU), que se dividiu em várias fações menores após a derrota em 2006 pelo Governo Federal de Transição da Somália (TFG) e seus aliados militares etíopes. Em 2012 fez a ba‘ya, juramento de fidelidade a al-Qâ‘ida e tem relações com a AQMI e Boko Haram. Além de Somália, é ativo na Etiópia, Djibuti, Quênia e Uganda. Como todas as organizações neo-salafistas jihadista, al-Shabâb é hostil às tradições sufis.

ASL - Anṣâr ash-Sharî‘ah na Líbia. O grupo surgiu durante a recente guerra civil na Líbia, em 2011; seu líder é Mohammad al-Zahawi. É o braço armado da “al-Da‘wa wa al-Islâh”, uma instituição de caridade salafista e fez parte do “Shura Council of Benghazi Revolutionaries”, uma coalizão de islamistas e de milícias jihadistas, incluindo alguns grupos filiados à Irmandade Muçulmana de Mísrata.

(SANFELICE DI MONFORTE, 2013; COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS; IACSP; THE COLUMBIA WORLD DICTIONARY OF ISLAMISM e outras fonte na bibliografia).

Boko Haram ou *Jamâ‘at Ahl al-Sunna li-da‘wati wa l-jihâd* (Grupo do povo da Sunnah para o proselitismo e o jihâd): significa “a educação ocidental é proibida”. É um grupo islâmico radical fundado em Borno, na Nigéria, em 2002, influenciado, como outros, pela guerra no Afeganistão.

As raízes do movimento estão em Maiduguri, capital do estado de Borno, sede do shaykh (shenu), a segunda carga após a do sultão de Sokoto: o shenu é o chefe dos Kanuris, grupo da região do Lago Chade, com uma história de quase mil anos, e centros teológicos prestigiosos.

¹¹⁰ <http://www.cfr.org/>, acessado em 24/5/2017, 2/5/2019

<https://www.counterextremism.com/>, acessado em 24/5/2017, 2/5/2019.

¹¹¹ Bertrand, Daniel, *Scongiurare la frammentazione del Mali*, *Le Monde Diplomatique*, julho 2015

¹¹² http://www.criticalthreats.org/somalia/miller-al-shabaab-east-africa-july-24-2014_, acessado em 24/5/2017 e 2/5/2019.

Os kanuris têm sempre praticado uma forma tradicional de Islã, porém, nos anos '80, entre eles criou-se uma franja violenta ligada a um grupo islamista chamado *Yan Tatsine*, que desencadeou desordens, mas foi brutalmente reprimido; emergiu de novo em 2003, chamado pelo povo de “Talibã”, pois foi influenciado pela guerra no Afeganistão. Os “Talebanes” criaram aldeias semelhantes ao kibbutz israelense e direcionaram suas campanhas de violência contra as instituições governamentais, especialmente as delegacias de polícia do estado de Yobe, mas após alguns sucessos iniciais, foram varridos pelo exército e a polícia, para voltarem a se reformar nas montanhas as fronteiras entre Nigéria e Camarões.

Na Nigéria, eles rejeitaram o governo muçulmano enquanto o consideram corrupto, e começaram a atacar delegacias e instituições locais e federais.

O grupo radicalizou-se ainda mais, exacerbando a violência, depois da execução de cerca de mil membros, incluindo os líderes, em 2009, numa operação do exército e da polícia; a execução do líder e fundador, Mohammed Yusuf, que foi transmitida pela TV qatariota Al-Jazeera, desencadeou uma revolta muçulmana contra o governo federal e obteve o apoio de uma parte do povo.

Outras brutais execuções praticadas pela polícia e pelo exército a Maiduguri tinham como efeito as revoltas de muitos muçulmanos contra o governo federal e o apoio a Boko Haram; alguns sobreviventes fugiram para a Argélia, Somália - e possivelmente o Afeganistão - para treinamento militar.

Hoje, o grupo é cada vez mais brutal em seu *modus operandi*, perdendo o apoio, segundo alguns analistas, de muitos muçulmanos locais, que antes o viam como uma alternativa à elite governante corrupta: ao longo dos anos foi culpado do assassinato de milhares de civis em ataques terroristas contra o nordeste e o centro da Nigéria, ações suicidas, também contra a base das Nações Unidas em Abuja, em 2011, e o sequestro com propósito de escravidão e resgate de centenas de mulheres e crianças, incluindo o caso mais conhecido, de 276 estudantes do sexo feminino de Chibok, raptadas em abril de 2014.

As atividades terroristas do movimento são concentradas no nordeste da Nigéria (Estados de Borno, Yobe, Bauchi).

Boko Haram está travando uma brutal insurgência na África: apreendeu grandes quantidades de território, ameaçando a integridade territorial da Nigéria, abrindo uma nova fronteira, e atacando o vizinho Camarões. As autoridades estimam que cerca de três milhões de pessoas são afetadas pela crise humanitária provocada pela insurgência no Nordeste.

(NIGRIZIA, 2012, 2014, 2015; LE MONDE DIPLOMATIQUE 2/2015; BBC, 2015)¹¹³.

¹¹³ Opkara John, *Terrorismo Boko Haram*, Nigrizia, 3/1/2012

Khorasan Group: é uma formação salafista composta por militantes de al-Qâ'ida que se mudaram para a Síria e começaram a colaborar com Jabhat al-Nuṣrah: seu líder é Muhsen al-Fadhli, ex mujâhid no Afeganistão e na Chechênia. Está ligada a uma rede de financiamento de terroristas no Kuwait e recruta cidadãos europeus e norte-americanos como jihadistas.

Frente al-Nuṣrah ou *Jabhat al-Nuṣrah li-Ahli al-Shâm* (Frente do suporte ao povo do Levante/Síria), chamado também de *Tanzîm qâ'idat al-jihâd fî bilâd al-Shâm*, ou al-Qâ'ida na Síria: faz parte da rede de al-Qâ'ida na Síria e no Líbano, e é aliado do Free Syrian Army, o Exército Livre da Síria (em árabe, *al-jaysh as-sûrî al-ḥurr*).

É um grupo jihadista sunnita salafista criado em janeiro de 2012 no âmbito da guerra civil na Síria, com o objetivo de derrubar o regime de Bashar el-Assad e estabelecer um califado islâmico nas áreas da Síria e do Iraque; é responsável por execuções ferozes de civis e soldados sírios, e ataques contra cristãos, alauítas, xiitas e várias minorias, sendo superado em brutalidade apenas pelo Dâ'ish.

Como todos os grupos do radicalismo islâmico, al-Nuṣrah combina atividades de caridade - serviços sociais, saúde, educação, alimentação etc. - oferecidas à população, ganhando simpatia e apoio à luta militar e ao proselitismo religioso. Paradoxalmente, a administração norte-americana o chama de movimento islâmico “moderado”.

O chefe da al-Nuṣrah é 'Osama al-'Absi al-Waḥdi al-Jawlani, conhecido com o patronímico, *kunya*, de Abu Muhammad (pai de Muhammad); o sobrenome al-Jawlani é um *nisba*, um lugar de proveniência, neste caso, poderia indicar a origem do Golan sírio.

Em abril de 2013, o líder do ISI, al-Baghdadi, anunciou que al-Nuṣrah, enquanto parte de al-Qâ'ida no Iraque e na Síria, e o ISI tinham formado o ISIS/ISIL - Estado Islâmico do Iraque e al-Shâm - mas al-Jawlani recusou a fusão, criando uma divisão entre as duas organizações, e em junho, o líder de al-Qâ'ida, al-Zawahiri, decidiu se opor à união das duas organizações: a

Donnelly, Elizabeth, *Boko Haram, la sfida*, Nigrizia, 3/6/2014

Nigeria/Minaccia Boko Haram: campagna di terrore, Nigrizia, 3/2/2015

Chothia, Farouk, *Boko Haram crisis: How have Nigeria's militants become so strong?*

BBC News, 26/1/2015

<http://www.bbc.com/news/world-africa-30933860>; acessado em 12/4/2016.

Who are Nigeria's Boko Haram Islamists?

Chothia, Farouk, BBC Africa, 4/5/2015,

<http://www.bbc.com/news/world-africa-13809501>, acesso em 11/5/2016.

Ngassam, Rodrigue Nana, *Camarões ameaçado pelo Boko Haram*, 2/2015, Le Monde Diplomatique

Bourdeau, Roger, *Camarões ameaçado pelo Boko Haram*, Le Monde Diplomatique, 3/2016

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1816>, acessado em 18/7/2016.

partir daí começaram os enfrentamentos entre as várias organizações na Síria, com combatentes que passavam de uma parte para a outra, dependendo de salários e jogo de alianças. Em fevereiro de 2014, a liderança de al-Qâ'ida distanciou-se do ISIS, e esse último assassinou vários líderes de al-Nuṣrah, portanto al-Jawlani declarou guerra aos antigos aliados. A guerra entre os dois lados causou, até agora, centenas de mortos, que contribuem ao trágico número de vítimas dos dois grupos terroristas.

A Frente al-Nuṣrah é apoiada pelo Qatar e por várias entidades externa e recebe jihadistas de vários países ocidentais e árabes.

Islamic Front (*al-Jabhat al-Islâmiyyah*): é uma organização salafista que surgiu no final de 2013 no meio do caos da guerra civil na Síria, e é formada por diferentes grupos rebeldes. É financiada pela Arábia Saudita.

Arábia Saudita, Qatar, Turquia, Kuwayt, Emirados Árabes e outros regimes estão em competição entre si para o apoio aos grupos jihadistas através de dinheiro, armas, treinamento, aprofundando conflitos e caos no Oriente Médio.

Dâ'ish/ISIS IS, EI, ISIS, Daesh¹¹⁴

Dâ'ish é o acrônimo de *al-Dawla al-Islâmiyya fî al- 'Irâqi wa ash-Shâm*: Estado Islâmico de Iraque e Síria, abreviado em IS, ou ISIS/ISIL, “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”. Não se trata de uma formação recém nascida: sua história remonta aos anos 2000 e até 2006 é

¹¹⁴ Vídeos sobre o Estado Islâmico:

The Spread of the Caliphate: The Islamic State (Part 1), 7/8/2014;
<https://www.youtube.com/watch?v=bsCZzpmEcs>
Grooming Children for Jihad: The Islamic State (Part 2), 8/8/2014;
<https://www.youtube.com/watch?v=jzCAPJDAnQA>
Enforcing Sharia in Raqqa: The Islamic State (Part 3), 11/8/2014;
<https://www.youtube.com/watch?v=jOaBNbdUbcA>
Christians in the Caliphate: The Islamic State (Part 4), 12/8/2014;
https://www.youtube.com/watch?v=cGQwTOsh_0
Bulldozing the Border Between Iraq and Syria: The Islamic State (Part 5), 13/8/2014;
https://www.youtube.com/watch?v=Txx_THjtXOW
The Rise of ISIS - Full Episode; 5/1/2016
<https://www.youtube.com/watch?v=6ZEUTYuCrBg>
Surge in ISIS' Popularity, 22/12/2015
<https://www.youtube.com/watch?v=hQQkVCuToKs>
Islamic State recruits young children as "Cub" fighters, 10/10/2015;
<https://www.youtube.com/watch?v=wVXFYRIBf6c>
The Girls Who Fled To Syria: Groomed By The Islamic State, 1/8/2015;
<https://www.youtube.com/watch?v=JsECHXGgvpA>
Syria Iraq: The Islamic State militant group, 2/8/2014;
<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24179084>
War Against Boko Haram (Full Length), 13/4/2015;
<https://www.youtube.com/watch?v=1kimbo5c0Ak>
Her War: Women vs. ISIS (RT Documentary), 21/6/2015;
<https://www.youtube.com/watch?v=uqI0a4VgEs8>
 acessados em 11/9/2016; 22/3/2017; 2/10/2018

a trajetória do AQI descrita acima; contudo, se tornou famosa no mundo inteiro em julho 2014, quando Abu Bakr al-Baghdadi autoproclamou o “califado islâmico” nos territórios conquistados do Iraque e da Síria, durante um sermão numa mesquita de Mosul, no Iraque.

A ideologia do Estado islâmico desenvolveu-se no contexto da insurgência iraquiana do início dos anos 2000: este período viu a chegada ao Iraque de uma geração de jovens jihadistas influenciada pela linha mais extrema do jihadismo-salafismo. O mais influente destes jovens foi o jordaniano al-Zarqawi, que inspirou e criou a trajetória que o Estado islâmico continua a seguir: ele contribuiu diretamente para os dois princípios ideológicos mais importantes do Estado islâmico: o anti-xiismo extremo e um foco na restauração do califado, e apesar do fato que as visões sectárias de al-Zarqawi estivessem em conflito com a liderança de al-Qâ'ida, ele compartilhou a ênfase dessa pelo califado.

Em janeiro de 2006 a organização AQI mudou seu nome em *Shura* (Conselho) dos Mujâhidîn e, após a morte de al-Zarqawi, em junho, o grupo se juntou a outras fações jihadista e em outubro foi anunciada a fundação do *Dawlat al-‘Irâq al-Islâmiyya* (Estado Islâmico do Iraque, ISI).

Em 9 de abril de 2013, depois de ter se expandido dentro da Síria, em guerra civil desde 2011, o ISI unilateralmente proclamou a unificação do grupo com o ramo sírio de al-Qâ'ida, escolheu como sua capital a cidade síria de Raqqah e adotou o nome de “Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria”, Dâ'ish.

Com a proclamação do Estado islâmico há uma tentativa de superação do conceito de nação para e de “todos os cidadãos” e para a criação de uma “nação islâmica” só para os muçulmanos¹¹⁵.

No início de 2014 al-Qâ'ida na Síria rompeu relações com o ISIS, depois de meses de lutas internas pelo poder.

A ascensão do Estado Islâmico é o resultado de uma série de fatores, decorrentes do controle ocidental na região (a partir da divisão do Oriente Médio entre Inglaterra e França), das guerras anglo-americanas no Iraque, da predominância xiita no país após a derrubada do regime sunita de Saddam, das lutas entre qabilas locais e outras fatores: al-Baghdadi, entre outras reivindicações, prometeu apagar “a vergonha da conspiração Sykes-Picot”.

A afirmação de sua independência a ação trans-fronteiriça, os métodos extremamente brutais, o conceito de conquista territorial, tudo convergiu para que o movimento alcançasse sua maturidade. Restava uma coisa, um título, uma assinatura, um símbolo, uma identidade, um objetivo, que mesmo Bin Ladin não tinha ousado declarar: o califado.

Com o desaparecimento de Bin Ladin em maio de 2011, Al-Baghdadi balançou a galáxia jihadista, afirmou sua autoridade e passou, por sua própria iniciativa, de emir a califa. O simples “príncipe” ou “governador”

¹¹⁵*Sharî'ah alone will rule Africa*, p.7-11: *The allies of al-Qâ'ida in Shâm*, Dabiq 8

se apresentou então como o chefe supremo da comunidade muçulmana, sucessor do profeta Maomé, investido de um poder ao mesmo tempo espiritual e temporal.

O ISIS e a al-Qâ'ida têm em comum a fraternidade dos combatentes, um apelo a um jihadismo mundial no qual a umma, a comunidade muçulmana, transcende qualquer outra estrutura social – Estado, nação, etnia, cultura ou língua. Existem, no entanto, diferenças.

[...] A fraternidade promovida pelo ISIS não é seletiva, ela é aberta a todos. O movimento deve se estender ao conjunto dos muçulmanos assim como aos não muçulmanos, que vão se converter ou morrer. Ele se baseia numa comunicação extensiva que se dirige à audiência mais ampla possível, por meio de situações de combate trabalhadas, sobretudo, por meio de trechos de emissões de áudio ou de vídeo amplamente propagados nos meios de comunicação e nas redes sociais, enquanto a al-Qâ'ida difundia em conta-gotas vídeos de má qualidade de seus líderes em grutas.

[...] A noção de chefe não está ausente no ISIS, e Al-Baghdadi chega a ser objeto de redundantes antífonas laudatórias que terminam com o sempiterno Allahu akbar (“Deus é grande”). No entanto, a absolutização idólatra do líder não se sobrepõe tanto quanto na al-Qâ'ida. Com sua bandeira, com o símbolo do dedo levantado e com seus combatentes anônimos midiáticos, o que deve sobressair é o movimento em si.

Estranhamente, portanto, a ISIS finalmente realizou o desejo de representação contido na própria proposta da al-Qâ'ida: “a base”. Base popular, base fundadora, base territorial e base militar, o ISIS é tudo isso. E, contrariamente à pulverização das ações pontuais da al-Qâ'ida em Nova York, Mumbai, Madri ou Bali, altas ações armadas para a galáxia jihadista, mas tentativas isoladas sem projeto concreto, é a partir dessa base, múltipla, que o califado conta realizar seu objetivo – conquistar o mundo (THERON, 4/2/2015).

De Camp Bucca à mesquita em Mosul: a carreira do califa al-Baghdadi

Não há muitas notícias sobre o auto-proclamado califa do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, nascido Ibrahim ‘Awwad ‘Ali al-Badri al-Samarra’i, em Samarra, no Iraque, em 1971 (1390 h.), e conhecido também como doutor Ibrahim o Abu Du‘a.

Nos poucos relatos sobre sua juventude, ele é descrito como uma pessoa tímida, inexpressiva, um erudito religioso e um homem que evitava a violência; até 2004 (1424 h.), vivia em uma sala anexa a uma pequena mesquita local em Tobchi, um bairro pobre na área ocidental de Bagdá, habitada por muçulmanos xiitas e sunitas. Obteve um BA, um MA e um PhD em estudos islâmicos na Universidade Islâmica de Bagdá.

Após a invasão estadunidense do Iraque em 2003 (1423 h.), al-Baghdadi co-fundou o grupo militante *Jamâ‘at Jaysh Ahl al-Sunnah wa-l-Jamâ‘ah* (JJASJ), no qual serviu como chefe do *Comitê da sharî‘a*; em 2 de fevereiro de 2004 foi preso pelas Forças dos EUA perto de Faluja, no Iraque¹¹⁶, e preso nos centros de detenção de Abu Ghraib e Camp Bucca até 2009 (1430 h.), quando foi libertado, graças à indicação de uma comissão, definida “*Combined*

¹¹⁶ Aqui a ficha de identificação do prisioneiro al-Baghdadi:

Baghdadi Detainee File, 17/11/2014, <https://www.scribd.com/document/256164952/Baghdadi-Detainee-File> acessado em 21/12/2015, 22/3/2018;

Abu Bakr al-Baghdadi emerges from shadows to rally Islamist followers, *The Guardian*, 6/7/2014, <https://www.theguardian.com/world/2014/jul/06/abu-bakr-al-baghdadi-isis>; acesso em 21/12/2015, 22/3/2018;

A Biography of Abu Bakr al-Baghdadi, 12/8/2014, Insite blog, <http://news.siteintelgroup.com/blog/index.php/entry/226-the-story-behind-abu-bakr-al-baghdadi>; acessados em 21/12/2015, 22/3/2018;

Joshua Eaton, U.S. Military now says ISIS leader was held in notorious Abu Ghraib prison, *The Intercept*, 25/8/2016, <https://theintercept.com/2016/08/25/u-s-military-now-says-isis-leader-was-held-in-notorious-abu-ghraib-prison/>; acessado em 21/12/2015, 22/3/2018;

*Review and Release Board*¹¹⁷, que recomendou sua “libertação incondicional”. Uma escolha que tem levantado muitas questões que dão origem a várias teorias e explicações¹¹⁸.

Muito do que se sabe sobre a história al-Baghdadi não é confirmado, enquanto outras informações são disputadas a tal ponto que é quase impossível discernir entre mitos e fatos: há poucas fotos e sua aparição pública mais conhecida é a que o mostra em um vídeo durante um sermão na principal mesquita em Mosul¹¹⁹, transmitido em *streaming*, onde lançou um apelo para a guerra contra os infiéis¹²⁰.

Durante a década de 1990, [...] enquanto estava na escola de pós-graduação, al-Baghdadi teria lido as obras dos líderes da Irmandade Muçulmana que haviam adotado o jihadismo. Durante esse tempo, al-Baghdadi supostamente ficou impaciente com a Irmandade Muçulmana pelo fato que ele a via focalizada na teoria mais que na ação¹²¹.

Em 16 de maio de 2010 (2 Jumâda Ath-Thânî 1431), um ano após a libertação, uma declaração do Conselho Consultivo do Estado Islâmico do Iraque anunciou a nomeação de al-Baghdadi como líder em lugar do chefe anterior, Abu ‘Omar al-Qurashi al-Baghdadi, ou Abu Ḥamza al-Baghdadi, que foi morto em 18 de abril daquele ano, em uma operação conjunta das forças americanas e iraquianas.

Desde outubro de 2011 (Dhul-Qa`da 1432) é um dos três terroristas mais procurados pelo governo dos EUA, que ofereceram por sua captura uma recompensa de 10 milhões de dólares. (ATWAN, 2015; COUNTEREXTREMISM.COM).

Um califado não autorizado

Dia 5 de julho 2014 (7 Ramadan 1435) ele se mostrou em público pela primeira vez e abordou um discurso dentro da Grande Mesquita al-Nuri, construída pelo sultão zengide Nûrî al-Dîn Zengî em 1172-73 (567-568 h.), em Mosul, a cidade conquistada pelos exércitos de al-

¹¹⁷ AGV NEWS, março 2015; *Fox's Pirro: Obama set ISIS leader free in 2009*, em PolitiFact.com, Tampa Bay Times, 14/6/ 2014.

¹¹⁸ *ISIS Leader: 'See You in New York*, The Daily Beast, 14/6/2014.

¹¹⁹ *تنظيم الدولة يعلن "الخلافة" ويبايع البغدادي* (ISIS declara o "califado" e promete lealdade a Al-Baghdadi), Al Jazeera, 30/6/2014; <http://www.aljazeera.net/news/arabic/2014/6/30/%D8%AA%D9%86%D8%B8%D9%8A%D9%85-%D8%A7%D9%84%D8%AF%D9%88%D9%84%D8%A9-%D9%8A%D8%B9%D9%84%D9%86-%D8%AF%D9%88%D9%84%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%AE%D9%84%D8%A7%D9%81%D8%A9-%D9%88%D9%8A%D8%A8%D8%A7%D9%8A%D8%B9-%D8%A7%D9%84%D8%A8%D8%BA%D8%AF%D8%A7%D8%AF%D9%8A-%D8%AE%D9%84%D9%8A%D9%81%D8%A9> acessados em 21/12/2015, 22/3/2018.

¹²⁰ *ISIS declares creation of Islamic state in Middle East, 'new era of international jihad'*, 29/6/2014, <http://rt.com/news/169256-isis-create-islamic-state/>; acesso em 15/1/2016 e 22/3/2018

¹²¹ *Abu Bakr al-Baghdadi*, Counter Extremism, <https://www.counterextremism.com/extremists/abu-bakr-al-baghdadi>; acessado em 15/1/2016 e 22/3/2018.

Baghdadi; naquela ocasião chamou todos os muçulmanos do mundo à obediência a ele e ao sucesso de sua causa¹²².

Contudo, como sublinham vários “islamólogos” e ‘*ulamâ*’ (AL-MAWARDI; IANNUCCI, 2016)¹²³ a auto-proclamação não é suficiente para tornar legítimo o “califado”: além da forma não ortodoxa da “escolha” (*ikhtiyâr*), que deveria ser feita pelo *Majlis al-Shûra*, Conselho/Assembleia da *Shûra* (consulta)¹²⁴, nesse caso totalmente inexistente, falta completamente qualquer parecer favorável expresso pela comunidade de estudiosos (*ulamâ*) do mundo sunita e, em particular, dos da mesquita e Universidade de Al-Azhâr, ou a do Karaouine de Fez, ou da Zaytûna em Túnis. Também falta o reconhecimento explícito ou implícito da comunidade muçulmana, expressa através de um *bay‘a* (juramento de lealdade) por um grupo qualificado de fiéis de todos os países que reconhece como válido o Califado. Esta legitimidade tem que ser certificada pelo *khutba* o sermão da sexta-feira, na oração comunitária do meio-dia, que deve ser pronunciada pelo imã que a lidera, em nome do Califa reconhecido como tal: esta condição não foi garantida em nenhuma parte do mundo islâmico além dos territórios controlados pelo Dâ‘ish.

Como acrescentam os estudiosos e os *ulamâ*’ de vários países islâmicos através de pareceres jurídicos (*fatâwâ*) (IANNUCCI, 2016)¹²⁵, a decisão de al-Baghdadi não tem algum valor, significado e obrigação pelo resto dos povos muçulmanos: trata-se apenas de uma decisão limitada aos territórios conquistados pelas suas tropas e pelas qabilas que aceitaram fazer o *bay‘a*.

¹²² “الدولة الإسلامية” ينشر تسجيلًا مصورًا للبغدادي (A organização do Estado islâmico publica gravação em vídeo de al-Baghdadi), al Jazeera, 5 luglio 2014;

[http://www.aljazeera.net/news/arabic/2014/7/5/%D8%AA%D9%86%D8%B8%D9%8A%D9%85-%D8%A7%D9%84%D8%AF%D9%88%D9%84%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%B3%D9%84%D8%A7%D9%85%D9%8A%D8%A9-%D9%8A%D9%86%D8%B4%D8%B1-%D8%AA%D8%B3%D8%AC%D9%8A%D9%84%D8%A7-%D9%85%D8%B5%D9%88%D8%B1%D8%A7-%D9%84%D9%84%D8%A8%D8%BA%D8%AF%D8%A7%D8%AF%D9%8A](http://www.aljazeera.net/news/arabic/2014/7/5/%D8%AA%D9%86%D8%B8%D9%8A%D9%85-%D8%A7%D9%84%D8%AF%D9%88%D9%84%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%B3%D9%84%D8%A7%D9%85%D9%8A%D8%A9-%D9%8A%D9%86%D8%B4%D8%B1-%D8%AA%D8%B3%D8%AC%D9%8A%D9%84%D8%A7-%D9%85%D8%B5%D9%88%D8%B1%D8%A7-%D9%84%D9%84%D8%A8%D8%BA%D8%AF%D8%A7%D8%AF%D9%8A;);

acesso em 15/1/2016 e 22/3/2018.

¹²³ Veja-se também: LANO, *L’Islam e la guerra del califfo. Sventola bandiera nera*, MC 2015

<http://www.rivistamissioniconsolata.it/new/articolo.php?id=3472>

¹²⁴ É um órgão consultivo islâmico. É um método de tomada de decisão nas sociedades islâmicas. O Alcorão e o profeta Muhammad incentivaram os muçulmanos a decidir seus assuntos em consulta com aqueles que seriam afetados por essa decisão.

Os muçulmanos sunitas acreditam que o Islã exige que todas as decisões tomadas pelas e para as sociedades muçulmanas sejam feitas pela *shura* da comunidade muçulmana e acreditam que esta é a base para a implementação da “democracia representativa”, ou seja, a “democracia islâmica”.

Tradicionalmente, no entanto, o Amir/Sultan/Khalifa se consultaria com seus wazirs (conselheiros) e tomaria uma decisão, depois de levar em consideração suas opiniões.

¹²⁵ Veja-se também:

Prominent scholars declare ISIS caliphate ‘null and void’, Middle East Monitor, 5/7/2014, <https://www.middleeastmonitor.com/20140705-prominent-scholars-declare-isis-caliphate-null-and-void/>; acesso em 11/3/2017, 21/4/2018.

Como se apreende a partir de vídeos, dos artigos e de Dabiq¹²⁶, al-Baghdadi não se limitou a se declarar califa de forma arbitrária, mas afirmou que ele iria conquistar Roma e que a Europa iria ser submetida ao Islã, referindo-se a uma fórmula retórica utilizada na época muçulmana clássica, quando com “Roma” entendia-se Constantinopla, capital do império inimigo do Islã.

O califado na tradição islâmica

O papel arrogado pelo “califa” al-Baghdadi representa uma importante instituição na história da civilização islâmica: segundo a tradição, na figura do Califa (khalîfa, “vicário”) convergem a função de comando/condução do Estado (*imâra*), e aquela religiosa “sacerdotal” (*imâma*), “Estado” e “Igreja”, “secular” e “religioso”, em árabe: *dunya wa din*, e para realizar tal tarefa ele deve possuir características específicas pois este título não pode ser confiado a qualquer aspirante chefe ambicioso e agressivo, ou a um desequilibrado.

No tratado “al-Ahkâm al-sultâniyya” (As leis do governo/governance islâmicas), Abû al-Hasan ‘Alî ibn Muhammad ibn Habîb al-Basrî al-Mâwardî (972 – 1058; 361-449 h.), jurista muçulmano que viveu no Iraque, traçou um conjunto de dotes necessárias ao califa: 1) justiça, 2) sabedoria e conhecimento da arte de governar, 3) sanidade do corpo e da mente, 4) capacidade de governar e agir para o bem coletivo (e não para os próprios interesses, ou da família, qabila ou grupo), 5) coragem na tutela e na proteção do próprio país, e para conduzir um eventual jihâd contra os inimigos ou quem ameace a incolumidade do *watan* (território, país) ou da *ummah*, comunidade, 6) descendência da Banû Quraysh (a qabîla do profeta Muhammad), etc.

Não obstante o seu sucesso em certos ambientes muçulmanos, al-Baghdadi não parece possuir nenhuma dessas características, aliás, suas ações contra os “fracos” e as minorias, desde sempre protegidas pela tradição islâmica, segundo os muçulmanos ortodoxos o colocariam fora da via tradicional; portanto, ele lembraria mais um *dajjâl* (mentiroso, impostor) do que um *khalîfa* (IANNUCCI, 2016).

É nessa ótica, talvez, que mais de 126 teólogos, *mufti* e doutores em ciências islâmicas do mundo todo escreveram uma carta aberta a al-Baghdadi acusando-o de ter-se auto proclamado califa, o seu movimento de práticas que “não tem nada a ver com o Islã” e ambos de “crimes de guerra horríveis e violação dos princípios fundamentais do Islã, de uso ignorante das escrituras islâmicas desligadas de seu contexto, de perversão das regras morais e da *shari‘a* (a lei islâmica)”¹²⁷.

¹²⁶ <http://media.clarionproject.org/files/islamic-state/islamic-state-isis-magazine-Issue-4-the-failed-crusade.pdf>; acesso em 11/3/2017, 21/4/2018.

¹²⁷ <http://www.lettertobaghdadi.com/14/english-v14.pdf>; acesso em 11/3/2017, 21/4/2018.

2.2.4. A evolução do radicalismo: de Qâ'ida a Dâ'ish, diferentes estratégias

A estratégia do Dâ'ish difere daquela de al-Qâ'ida em quatro pontos fundamentais: 1) estabelecimento em um território permanente a fim de basear geograficamente o movimento; 2) o Dâ'ish passou de um esforço de desestabilização no Iraque e na Síria para uma busca de soberania nesse território, enquanto al-Qâ'ida visa à desestabilização do território, e não à sua administração direta; 3) o Dâ'ish difundiu a ideia de uma conquista impregnada de referências históricas e feita de tomadas de lugares simbólicos (Raqqah, Tikrit, Mosul), destinada a destruir a ordem regional antiga; 4) luta local, de proximidade e contínua, com o uso de meios variados que vão do terrorismo às forças convencionais, o que caracteriza a operacionalidade do Dâ'ish em relação à da al-Qâ'ida, feita de ataques intermitentes aos interesses ou símbolos ocidentais ou nos países aliados por redes clandestinas restritas. Portanto a estratégia do Dâ'ish teria por finalidade uma dominação clara sobre todos: Ocidente, sunitas moderados, xiitas, alauitas, cristãos, judeus, yezidis e alavitas; quanto a antixiismo, luta contra os curdos julgados ímpios e inferioridade das outras crenças, isso constituem o fundamento ideológico para o Dâ'ish, enquanto al-Qâ'ida se edifica sobre motivações anti-ocidentais¹²⁸(THERON, 4/2/2015). Outras diferenças: os membros da al-Qâ'ida vivem por vezes clandestinamente no seio das sociedades que condenam; os membros do Dâ'ish as rejeitam e vão viver no califado autoproclamado. É constante o apelo à *hijra*, emigração, lançado pelo Dâ'ish¹²⁹e baseado na surata IV (Na-Nisa'), versículo 97 do Alcorão: a emigração é considerada por eles um ato “revolucionário”, seguindo o exemplo do Profeta e da primeira ummah que deixaram Mecca para Medina.

Rompendo com a tradição ortodoxa islâmica ligada à família, à qabîla e a comunidade-sociedade, Dâ'ish encoraja os muçulmanos a se afastarem de suas famílias e sociedades, a emigrar para os territórios do Estado islâmico (DABIQ 4, p. 5-8): nesse sentido, de novo, o grupo se coloca fora dos padrões da ortodoxia, criando uma *bi'da*, inovação.

Além dos recursos mais modernos, há uma “evolução” de al-Qâ'ida ao Dâ'ish que se manifesta principalmente no objetivo: al-Qâ'ida tem como alvo principal os EUA e suas bases na África e no Oriente Médio, e os não-muçulmanos, enquanto o Dâ'ish tem como objetivo a Europa, o Norte da África e o Oriente Médio e, como mencionado acima, todos os “incrédulos” e “apóstatas”. Embora os atuais movimentos de al-Qâ'ida e do Dâ'ish pretendem combater,

¹²⁸ *Break the cross*, p.30: *Why we hate you & why we fight you*, Dabiq 15.

¹²⁹ *A call to hijra*, p.31: *A call to hijra*, Dabiq 3.

através de formas violentas, contra o “imperialismo”, eles parecem representar também produtos e efeitos da globalização¹³⁰.

Como escrevi acima, todas as formações do islamismo radical contemporâneo baseiam sua doutrina na ideologia do neosalafismo wahhabi e da Irmandade Muçulmana, cujos teóricos incluem Taymiyya, Qutb e outros, portanto, a diferença entre a Irmandade e o Dâ‘ish, passando por al-Qâ‘ida, é apenas no método, não na ideologia: seja al-Qâ‘ida seja o Dâ‘ish se identificam com o movimento jihadista neo-salafista. A ligação e “turning point” ideológico entre IM e os grupos chamados de al-Qâ‘ida foi a guerra contra os soviéticos no Afeganistão e a figura do pregador e ativista jihadista al-‘Azzam: foi ele, Irmão Muçulmano palestino, e não bin Ladin, seu discípulo, o responsável de ter espalhado o jihadismo global a partir dos meados do anos 80. Na cidade de Peshawar, ele fundou o movimento dos Mujâhidîn, financiados pelos Estados Unidos, Paquistão e Arábia Saudita, para o qual ele encontrou subsídios abundantes nos Estados Unidos, no período 1985-1989, e quando a guerra chegou ao fim, Azzam e bin Ladin estabeleceram al-Qâ‘ida.

(EMERSON; BURKE, 2003; MALIACH, 200; ATKINS, 2004:35; NAPOLEONI, 2005; HILU, 2010).

Nesse cenário, o aspecto religioso, sempre presente e muito poderoso, atua como um catalisador de elementos prontos ao martírio para libertar o mundo islâmico, e talvez até mesmo a Europa, dos infiéis (*kuffâr*) e os apóstatas (*râfîdî*, plural de *râfîda*; ou *murtad*) – todos termos muito utilizados pelo Dâ‘ish; contudo, muitos estudiosos e cientistas muçulmanos o consideram um projeto de *fitna*: separação e discórdia na grande *ummah* islâmica.

Violência como espetáculo

A violência desenfreada do Dâ‘ish expressa um paradigma muito claro: foco total no jihâd¹³¹; enquanto al-Qâ‘ida se financia com os resgates de seus reféns libertados, o Dâ‘ish os executa publicamente e de forma espetacular: este radicalismo extremo serve para atrair adeptos (THERON, 4/2/2015). Todavia, a espetacularidade é também uma particularidade de al-Qâ‘ida: pensemos aos ataques às Torres Gêmeas em Nova York ou ao massacre dos jornalistas da revista Charlie Hebdo em Paris, ou outros atentados. A este respeito, Hilu salienta a

importância da mídia na realização do projeto político e religioso de al-Qâ‘ida [...] quando se olha para o caráter espetacular dos atentados a ela atribuídos.

e se o islã político do passado

¹³⁰ Veja-se no cap. 4 a parte sobre o Islã e a globalização

¹³¹ *The failed Crusade*, p. 31: *There is no life without jihâd*, Dabiq 4.

se dirigia através do texto impresso a uma geração cujos horizontes intelectuais tinham sido formados na escola moderna, al-Qâ'ida usa as técnicas de mensagens/imagem do videoclipe para atrair a juventude muçulmana do mundo árabe, em cuja socialização cultural a escola perdeu considerável espaço para a televisão (HILU, 2010, p.186).

Contudo, esse modelo originou-se durante a Guerra do Golfo de 1991, quando os EUA transmitiam para todo o mundo os bombardeios de alvos civis iraquianos gravados pelas câmeras das TV *embedded* (em particular a CNN) como se fosse um show e não um massacre de inocentes: as TVs estadunidenses enviavam no ar as cenas das bombas caindo sobre as casas de Bagdá como se fossem fogos de artifício; portanto, as pessoas começaram a se acostumar com o espetáculo da morte como fosse um videogame, com as guerras de invasões apresentadas como “missões humanitárias” e com outras manipulações linguísticas de orwelliana memória. Para compreender a novidade de al-Qâ'ida e posteriormente do Dâ'ish, no cenário do jihadismo islâmico¹³² é preciso entender que os atentados-espetáculo que eles produzem ou inspiram criaram

uma gramática da violência que pode ser adotada e reproduzida em escala global. [...] O discurso do jihad global tem uma relação especular com a narrativa também mítica da “Guerra contra o Terror” e a “Defesa da Democracia” veiculada pelo governo norte-americano e seus aliados. Ambos discursos encarnam as contradições de uma violência milenarista que visa criar uma nova era de redenção baseada em um projeto político. Bin Laden e Zawahiri pregavam a restauração da moral e da justiça divina enquanto prédios, aviões, trens e ônibus eram explodidos pelos seus adeptos em Nova York, Londres e Madri. Da mesma forma, George W. Bush e Tony Blair prometiam o florescer de democracia, paz e prosperidade no Oriente Médio enquanto casas, escolas, abrigos e hospitais eram destruídos por bombardeios americanos e israelenses em Bagdá, Faluja, Beirute, Jenin e Gaza. Os atentados-espetáculo fazem eco à estratégia militar do “Shock and Awe” (Impacto e Estupefação) em um confronto onde a capacidade de mobilizar a mídia importa mais que as vítimas civis, cuja morte e sofrimento costumam ser desconsiderados e tidos como meros “danos colaterais”.

Quando um grupo islâmico adota a gramática da violência, ele tem como objetivo dar visibilidade no palco globalizado da mídia internacional às questões locais e nacionais tratadas em seu projeto político. A adoção de atentados-espetáculo garante a atenção da mídia internacional para qualquer ação violenta (HILU, 2010, p. 188, 189)¹³³.

¹³² Para aprofundar as ligações entre wahhabismo, Irmandade Muçulmana, al-Qâ'ida e Dâ'ish: “You can't understand ISIS if you don't know the history of Wahhabism in Saudi Arabia”, por Alastair Crooke, artigo publicado no site Information Clearing House em setembro 2014. O autor é um ex-agente dos serviços secretos britânicos.

بأمري تتحرك والمؤسسات جهادي أي أعتقل لن: المعزول "الظواهري" و "مرسي" بين التسجيلات بنص ننفر

(Esclusiva delle registrazioni tra Mursi e Al-Zawahiri: non arresterò alcun jihadista. Le istituzioni agiscono su mio comando).

16/19/2013, <http://www.albawabnews.com/180109>; acesso em 14/5/2017, 22/5/2019

Eman Nabih, *The partnership between ISIS and Muslim Brotherhood in the industry of terrorism and death*, 23/3/2015, <https://www.youtube.com/watch?v=L8F1yBXMdVw>; acesso em 14/5/2017, 22/5/2019
Recordings Revealed Between Egyptian Ousted President & Alzawahiri AlQaeda Leader, *Albawaba News*, Published on 16/10/2013; <http://www.emannabih.com/recordings-revealed-between-egyptian-ousted-president-alzawahiri-alqaeda-leader/>; acesso em 14/5/2017, 22/5/2019.

¹³³ A prática dos ataques “kamikazes”, dos sequestros etc., foi utilizada no Oriente Médio a partir do final dos anos 1960 pelos grupos palestinos de esquerda contra a ocupação israelense da Palestina. Porém a origem médio oriental do terrorismo encontra-se nas atividades das gangues do Irgun, da Banda Stern e de outras organizações sionistas nas décadas de 30 e 40.

Tanatofilia e martírio

O componente tanatofílico desse radicalismo segue o conceito islâmico de “martírio”, *shahâda*¹³⁴, e vai além, transformando-o no Bem Supremo e na aspiração mais alta a que o mujâhid, o combatente, deve almejar. Em várias páginas do “Manual do Mujahid”¹³⁵ é repetida essa ideia de sacrifício, de morte à qual os “soldados” dos Dâ’ish devem aspirar: “Seu trabalho não terminará até que você tenha o martírio. E pedimos a Alá que aconteça em breve”.

A martirologia faz parte da herança cultural-religiosa dos povos muçulmanos, sunitas e xiitas (além dos cristãos), e ainda hoje os termos como *fityân*¹³⁶, *mujâhid*¹³⁷, *fidâ’î*¹³⁸ ou *shâhid*, *istishhâd*,¹³⁹ “modernizados pelas guerras de libertação nacional e revolucionária, da Argélia à Palestina”, ainda têm uma conotação religiosa e escatológica muito forte, pois sua luta se torna legítima e sagrada contra apóstatas, incrédulos, tiranos, opressores etc. E, portanto, como explica Etienne (1988, p. 152), um *fidâ’î*, alguém que se imola individualmente ou *mujâhid*, um combatente, se morrem, se tornam *shâhid*.

O mujâhid é aquele que faz um esforço, uma luta interna e para o bem da sociedade; trata-se também de combatente num sentido militar; o *fidâ’î* (fadâ) redenção, o sacrifício, quem se sacrifica para uma causa ou para o seu país; *istishhâd* é ser testemunhas, depor (passivos da forma verbal IV e X), ser um mártir, morrer como um mártir. Portanto, *fidâ’î* e *mujâhid* são combatentes que uma vez mortos tornam-se mártires da fé, ou seja, *shâhid*.

¹³⁴ *Shahâda*, testemunho de fé, atestação, martírio martirio.

¹³⁵ *How to survive in the west. A mujahid guide 2015*, p. 68.

¹³⁶ Da raiz FTW, ser joven - *fatân* e, plural, *fityân*, jovens, mas também herói

¹³⁷ Da raiz *jahâda*, se esforçar, lutar; *mujâhid*, aquele que empreende um esforço, uma luta interior e para o bem da sociedade. Combatente também no sentido militar. Sobre o significado de *jihâd* veja-se o glossário.

¹³⁸ Da raiz *fadâ*, redimir-se, sacrificar-se; *fidâ’î*: que se sacrifica por alguém ou algo, para seu próprio país.

¹³⁹ *Istishhâd*, da raiz *shahida*, ser testemunha, testemunhar, na passiva da forma verbal IV e X, ser martirizado, morrer como mártir.

Shâhid, testemunha e mártir, alguém morto em batalha contra os infiéis ou em ação.

Capítulo 3. Panorâmica histórica da Líbia nos séculos XX e XXI

3.1. Introdução

O ano de 2011 marcou uma mudança radical na história da Líbia: durante o caminho da “Primavera Árabe”, em fevereiro surgiu uma revolta também contra o regime de Muammar al-Gaddafi. Irei falar da dinâmica da insurreição mais tarde, mas o que eu quero enfatizar desde o início é que já nas primeiras semanas, ela tomou a forma de um conflito civil entre o exército regular e as forças rebeldes guiadas externamente.

Começada em Bengasi e apoiada pela Resolução 1973 das Nações Unidas e das forças da OTAN, que criaram uma zona de exclusão aérea sobre todo o país, a revolta levou o Conselho Nacional de Transição (CNT), criado pelos revoltosos, a estender seu domínio, do leste ao oeste do país.

Em fevereiro de 2011, a longa onda de revoltas árabes, cujo começo se deu como manifestações de jovens em muitos países da região do Mediterrâneo, chegou até a Líbia, que, como muitos de seus vizinhos no norte da África e no Oriente Médio, estava se preparando para viver uma das maiores mudanças em sua história recente. Em um olhar mais atento, no entanto, aqui os protestos assumiram desde o início uma conotação peculiar, que tinha pouco a ver com os da Praça Tahrir no Egito ou da Avenida Bourguiba na Tunísia. Os da Líbia eram principalmente motins de *imprinting* tribal e local, que tiveram seu epicentro em Bengasi, a “capital” da Cirenaica, a região historicamente hostil a Gaddafi. Logo as revoltas deram origem à formação de milícias e grupos de combate, que, após a morte do *rais*, fragmentaram o país em um mapa de centros de poder, muitas vezes em guerra uns contra os outros.

Deste ponto de vista, seria um erro interpretar a revolta da Líbia como uma contingência do que estava acontecendo em estados vizinhos: a revolta de 2011 foi anunciada por alguns sinais de alerta que têm suas raízes no passado e nos acontecimentos que afetaram o país pelo menos nos últimos dois séculos (MERCURI, 2017, p. 11).

Uma década antes da guerra civil, em dezembro de 2003, o regime havia declarado a existência de armas de destruição em massa (ADM); desde então, ele havia dado passos significativos abrindo-se para o Ocidente, particularmente depois de duas décadas de embargo internacional e boicote.

Estava envolvido em um processo de reintegração na comunidade internacional e tinha feito esforços pela reforma econômica do país (VANDERWALLE, 2008-2011, p.1),

em árabe *infītah*, abertura; tinha começado boas relações com os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França e consolidado aquelas com a Itália; então não havia razões “legais” para atingir a Líbia. No capítulo 5, irei analisar as razões da intervenção ocidental e árabe contra a Líbia.

Em fevereiro de 2011, os principais grupos da mídia internacionais começaram a se concentrar na “violação clara e sistemática dos direitos humanos” perpetrada, supostamente,

pelo regime de Gaddafi, e no risco de massacres em Bengasi, que mais tarde provou-se serem infundados (leia-se, por exemplo, a relação *House of Commons* britânica¹⁴⁰): a imprensa europeia, estadunidense e árabe (CNN, BCC, canais franceses de TV, Al Jazeera e Al Arabiyya, com especial fervor), foram publicando artigos diários que enfatizavam a ameaça de “catástrofe humanitária” por mão do regime e a necessidade de intervir prontamente. Entre fevereiro e março de 2011 foram adotadas duas resoluções do Conselho de Segurança da ONU: em 26 de fevereiro, a resolução 1970, e em 17 de Março, a resolução de 1973, sobre “crimes contra a humanidade” que Gaddafi teria cometido contra seu próprio povo (SENSINI, 2017, p.75; VANDERWALLE, 2008-2011, p.1-7).

Agora a Líbia está no caos total, com a guerra civil até mesmo em Trípoli, com milícia desta ou daquela família ou grupo, com *qabilas*, grupos, partidos e movimentos islâmicos que disputam o país e com dois posicionamentos políticos: por um lado, o governo de Fayez el-Sarraj, por outro, o do general Khalifa Haftar, o homem que controla a Cirenaica, que é apoiado por Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Egito e França. Haftar visa o controle sobre a capital, que até agora tem sido o território de el-Sarraj e da coalizão de unidade nacional, o governo reconhecido no exterior. A Sétima Brigada, a das tribos ligadas a Gaddafi e agora do lado de Haftar, avançou para a cidade em agosto de 2018, com centenas de mortes em confrontos nos bairros de Abu Salim, Salahaddin e Rabiah, de Trípoli, e no aeroporto; o coronel Abdel Rahim Al-Kani, líder da Sétima Brigada, colocou suas forças ao redor da cidade; centenas de prisioneiros escaparam da prisão de Ain Zara. Em Trípoli, até 2011 próspera e moderna, como no resto da região não há gás, água ou eletricidade.

Uma das razões dos confrontos entre milícias é a partilha das receitas do petróleo: a enorme receita que o regime de Gaddafi estava administrando, redistribuindo-a à população, investindo-a em instalações e projetos na África, bem como dividindo-a dentro das *qabilas* fieis a ele, é agora objeto tanto de lutas internas entre os vários grupos, famílias e milícias, quanto fora, entre os países que têm grandes interesses na Líbia, como Itália e França, rivais no âmbito dessa região africana desde a época colonial, e a Grã-Bretanha e os EUA; mas também, por razões estratégicas históricas, a Rússia, e por dinâmicas regionais de poder, também Qatar e Arábia Saudita.

Na verdade, o colonialismo francês, especialmente na África, nunca acabou: o Franco francês colonial garante a Paris um forte controle da moeda de 14 estados africanos, suas ex-

¹⁴⁰ Libya: Examination of intervention and collapse and the UK's future policy options, House of Commons – Foreign Affairs Committee, 3rd Report of Session 2016-17.

colônias das regiões subsaariana e na África Central, que tornaram-se independentes nos anos 60, com mais de 160 milhões de pessoas, e um monopólio sobre seus grandes recursos de solo e subsolo - ouro, urânio, petróleo, gás, cacau e café -, no valor de 500 bilhões de dólares por ano transferidos para os cofres franceses¹⁴¹.

A Líbia, dois governos rivais e muitas milícias

Os confrontos entre milícias rivais no sul de Trípoli começaram em 3 de setembro de 2018 e continuam até o momento presente (setembro 2019). O país está dividido entre dois governos antagônicos: um em Trípoli, no oeste e outro em Tobruk, no leste e para complicar a situação, há também o Dâ'ish/ISIS, que ocupa áreas de Sirte, também rica em petróleo, e que realiza ataques frequentes.

A França do presidente Emanuel Macron é muito ativa na frente líbia; em julho de 2017 convidou para o Eliseu o chefe do governo do acordo nacional (GNA) Fayez al-Sarraj e o General Khalifa Haftar, e no dia 29 de maio de 2018 hospedou uma conferência internacional sobre a Líbia com representantes de todas as partes envolvidas na crise, dos países da região e das organizações internacionais, mas manteve fora a Itália, comprometida com a gestão de problemas institucionais internos. Quatro delegações chegaram da Líbia: a liderada por el-Sarraj, cuja autoridade não se estende muito além da capital Trípoli; a militar de Haftar, que assumiu o controle da Cirenaica e Fezzan; e a dos dois parlamentos rivais: a Câmara dos Representantes de Tobruk (HoR), reconhecida como legítima pela comunidade internacional, e o Conselho de Estado de Trípoli (CST), dominado pelas forças do islamismo político.

A Haftar, que controla a Cirenaica desde 2014, França, Rússia e Egito forneceram muitas armas, com o objetivo de ter acesso às reservas de petróleo, controladas pelo general, que está se expandindo em várias áreas inexploradas do ponto de vista do petróleo - isto em competição com a italiana ENI, que em Tripolitania tem poços de petróleo explorados há décadas. Existe, portanto, uma luta pelo petróleo entre a França, com a Total, e a Itália, com a ENI, que se soma a outras situações de lutas internas com atores locais - famílias poderosas/qabilas, milícias.

¹⁴¹ *14 paesi africani costretti a pagare tassa coloniale francese*, Africa News, 8/2/2014, <http://www.africanews.it/14-paesi-africani-costretti-a-pagare-tassa-coloniale-francese/>; acesso em 21/5/2017; Pietrobon, Emanuel, *Il problema dell'Africa si chiama Francia*, L'Intellettuale dissidente, 15/6/2018; <https://www.lintellettualeidissidente.it/esteri-3/francafrica-francia/>; 15/6/2018; Mawuna Remarque Koutonin, *14 paesi africani costretti a pagare tassa coloniale francese*, 31/8/2017, Megachip, <https://www.globalist.it/guerra-e-verita/articolo/2017/08/31/14-paesi-africani-costretti-a-pagare-tassa-coloniale-francese-2010740.html>; acesso em 21/5/2017.

Portanto, as potências internacionais apoiam esta ou aquela milícia ou qabila para acessar aos recursos petrolíferos.

A situação é complexa, confusa, intrincada: o conflito agora é entre as milícias de Trípoli de el-Sarraj, com o apoio das de Misrata, e aquelas de Haftar, com a da Sétima Brigada. Por que as milícias lutam entre si para excluir el-Sarraj e tomar Trípoli? 1) Muitas milícias que administravam os fluxos migratórios, diminuídos com o governo italiano de Lega e M5S, se tornaram sem dinheiro; 2) há uma pesada interferência da França, cujo ministro das Relações Exteriores foi à Líbia prometendo milhões de dólares para realizar eleições. Os objetivos estratégicos da Itália e da França na Líbia são concorrentes e estão ligados ao petróleo (MERCURI, 2017).

3.2. História de invasões e conquistas

A Líbia tem uma história cheia de invasões, conquistas e ocupações, do período clássico da Fenícia à influência grega e romana, depois a presença de vândalos, árabes e otomanos e, por fim, dos europeus: por milênios tem sido a terra de chegada e de governo de outras civilizações, impérios e culturas que deixaram marcas indelévels, tanto no nível arqueológico, quanto no cultural e social; “Líbia” era o nome dado pelos antigos egípcios a um povo do deserto que vivia além de suas fronteiras ocidentais: eles o deram a todos os africanos não cartagineses que viviam a oeste da fronteira do Egito.

Quando a Itália a invadiu, em 1911, aplicou o nome Líbia para as províncias do Império Otomano que tinha como alvo para a ocupação, como parte de uma política para justificar suas agressões, ligando-as aos territórios do Norte Africano do antigo Império Romano. Antes do século passado, ninguém tinha usado a palavra Líbia em relação ao que é agora o Estado líbio, e os italianos não o fizeram formalmente até 1929, quando os territórios administrados separadamente de Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan foram unidos sob uma única província. Depois da independência, em 1951, tornou-se o Reino da Líbia, em seguida a República Árabe líbia, em 1969, a Jamâhîriyya Árabe Socialista do povo líbio, em 1977, e a Grande Jamâhîriyya Socialista do povo líbio, em 1986, terminando com o Estado da Líbia em 2013 (ST. JOHN, 2011, p. 1; VANDERWALLE, 2012, p.1).

O território da Líbia consiste em três áreas: Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan; a Tripolitânia é formada pela fértil Esplanada do Jifara e pelo Jabal al-Nefusa; na parte oriental encontramos a Cirenaica e ao sul o Fezzan; quinhentos quilômetros de deserto conhecido como o de Sirte se alastram em direção à costa do Mediterrâneo, e por muito tempo representaram uma barreira que separava o país entre leste e oeste, fomentando regionalismos e divisões. A maior parte do território da Líbia está localizada dentro do Saara; centenas de quilômetros de

deserto rochoso e arenoso separam Fezzan dos assentamentos costeiros de Tripolitânia; as disparidades e os baixos níveis de interação entre as três províncias foram exacerbados pelas características físicas do território e pelas enormes distâncias. Além disso, ao longo dos séculos, as histórias separadas das três províncias e a ausência de incentivos para uma maior interação econômica criaram diferentes orientações entre os cidadãos de cada território: as tradições culturais e econômicas da Tripolitânia eram orientadas para a área ocidental do Magrebe, com a qual compartilhava sua história romana; a Cirenaica, como resultado da colonização grega, estava voltada para o leste; o Fezzan permaneceu um pequeno território seminômade pouco autônomo que interagiu principalmente com a África subsaariana.

Era, portanto, uma região onde, nos níveis geográfico, histórico, cultural e econômico, cada lado tinha laços, interesses e orientações diferentes, e muitas vezes opostos (VANDERWALLE, 2006-2012; COOLEY, 1983).

A questão das qabilas¹⁴² remonta ao século XI e foi criada como resultado da migração de grupos árabes de Banu Hilal e Bani Salim da Arábia, incentivada pelos xiitas Fatímidas, que naquela época dominavam a região, para punir seus vassalos Zirids, uma dinastia berbere que governava as atuais regiões da Argélia, Líbia e Tunísia, mas que em certo momento se rebelou ao islã xiita e começou um retorno dos berberes à ortodoxia sunita; as duas qabilas árabes impuseram a fé islâmica e o nomadismo à população indígena (ST. JOHN, 2012 e 2015; VANDERWALLE, 2006-2012; MERCURI, 2017; ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA).

Em geral, os povos berberes sempre foram rebeldes contra o poder estabelecido e contra os colonizadores, já na época das invasões árabes do norte da África, e de tempos em tempos eles usaram a religião como instrumento de luta¹⁴³.

As irmandades na Líbia: a Ordem Senussita

As irmandades estabelecidas na Líbia eram principalmente ramificações da Shadiliyya, que emergiu como filial na Líbia, assim chamada pelo nome de seus fundadores locais. A Qadiriyya também estava presente. Deve-se enfatizar que todas as ordens foram difundidas não do Egito, mas do Magreb e que a maioria delas foi estabelecida no século XIX (BALDINETTI, 2003, pp. 128-139).

Para entender a Líbia de hoje é importante conhecer a composição dos grupos familiares mais poderosos do país: a Cirenaica da metade do século XIX tornou-se o centro de um movimento religioso de grande importância e poder para o desenvolvimento futuro da Líbia unificada, a Senusiyya - nome de seu fundador, Sayyid Muhammad Ibn ‘Ali al-Sanussi, um

¹⁴² Veja-se o glossário.

¹⁴³ Veja-se no cap. 1 desta tese o parágrafo sobre os Kharigites, e a História Geral da África, UNESCO.

reformador puritano do Islã, cuja doutrina defendia a remoção do que ele considerava superstição e acréscimos não-islâmicos para retornar à “pureza”, à adesão às escrituras e à religião dos primórdios, da mesma forma que um século antes pregara Ibn al-Wahhâb, fundador do wahhabismo.

O Grand Senussi criou diferentes *zuwâya* (lojas, salas de oração) que forneciam pontos de encontro e pregação entre as várias qabilas locais, induzindo-as a se unirem à fraternidade; os membros eram conhecidos como “irmãos”, em árabe, *ikhwân*, como irão, em seguida, também ser chamados os membros da Irmandade Muçulmana e outras organizações semi-maçônicas, para-maçônicas e maçônicas que formar-se-ão durante o século XX¹⁴⁴.

O movimento espalhou-se rapidamente através de uma rede de lojas na Cirenaica, e também, em parte, em Tripolitânia, em Darfur, no Bornu e em outros territórios na África subsaariana, embora a casa-mãe e o centro de sua pregação e gestão do Movimento permanecesse entre as qabilas da Cirenaica.

A doutrina da senussiya, com sua ênfase nas práticas de purificação e ascetismo do Islã que davam solidariedade e apoio, adaptavam-se bem à ética tribal da Cirenaica, que na época ainda era uma área remota de tribos semi-nômades e nômades descendentes de árabes oriundos da Arábia no século XI. Para essas tribos, al-Senussi trouxe uma estrutura rudimentar de governança - através da cobrança de impostos e da prestação de serviços sociais, mantendo a paz dentro deles, criando assim um senso de identidade. A família Senussi deu organização política, social e econômica para a Cirenaica, controlando também as rotas da peregrinação local e comercial no território trans-saariano que estava começando a ser minado pelas ambições europeias. O núcleo da oposição à invasão italiana será criado na Cirenaica. No entanto, durante a última década do século XIX e a primeira década do século XX, a Senussia estava mais preocupada com os objetivos da França que ameaçavam algumas das áreas sob o controle da Ordem (VANDERWALLE, 2008-2011, p.19).

Preocupados com os projetos franceses, os Senussi pediram ajuda ao Império Otomano, que se recusou e, em seguida, foram obrigados a pedir ajuda à Itália, que estava ansiosa para manter boas relações com a Ordem e, ao mesmo tempo, para controlar as operações francesas no sul da Cirenaica, no Chade, e que enviou suprimentos de armas - que depois serão usadas pelo Movimento contra os colonizadores italianos.

(SENSINI, 2017, p 19-21; CRESTI, 2011, p 37-47; VANDERWALLE, 2008-2011, p 11-23, ST. JOHN, 2008-2012; COOLEY, 1983, p 34-59).

¹⁴⁴ Os membros das várias ordens esotéricas e iniciáticas, como a Maçonaria e a Ordem Rosacruz, usam o termo “irmão e irmã”, frater e soror, do latim tardio. Provavelmente, como já escrevi no cap. 1 desta tese, irmandades e ordens muçulmanas nascidos entre os séculos XVIII e XX, tomaram esses termos da tradição ocidental, pois seus líderes faziam parte das ordens maçônicas orientais ou da Europa.

Europa e Líbia

A partir de 1850, a França iniciou uma política de expansão que a teria colocado em conflito com os Otomanos ao longo do século. Em parte, com a ajuda do movimento Senussi, no início do século XX, os Otomanos foram capazes de preservar os três territórios de Cirenaica, Tripolitânia e Fezzan sob seu controle, mesmo tendo perdido a fronteira. Na luta diplomática com as potências europeias começaram a surgir as fronteiras territoriais daquela que é hoje a Líbia. A preservação da unidade territorial é talvez o legado mais notável que o Império Otomano deixou em Cirenaica, Tripolitânia e Fezzan. Nem a França nem a Grã-Bretanha tinham ambições coloniais em relação às províncias líbias; em vez disso, foi a Itália unida que cultivou um crescente interesse colonial (VANDERWALLE, 2008-2011, p 21).

Desde o final de 1881, após a colonização francesa da Tunísia, a Cirenaica, a Tripolitânia e o Fezzan eram as únicas áreas do Norte da África que não eram pretendidas por outras potências, e a Itália iniciou uma campanha diplomática para trazê-las sob seu controle, portanto foi iniciada uma política de reaproximação com a França, com a promessa que a Itália manteria distância dos territórios coloniais franceses, em troca de uma promessa equivalente da França em relação a Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan. Foi o Banco de Roma a preparar uma “penetração pacífica”, expandindo seu controle sobre o comércio, a indústria, a agricultura e estabelecendo filiais em Trípoli, Benghazi, Misrata e outras cidades. A Líbia tornou-se a “Quarta sponda” italiana.

(ST. JOHN, 2011, p. 11-12; SENSINI, 2017, p. 13-15; ST. JOHN, 2008-2011, p. 56-58; CRESTI, 2011, p. 49-50; VANDERWALLE, 2006-2012, p. 21-22; MERCURI, 2017; BALDINETTI, 2003).

A disputa entre Itália e França sobre a Líbia origina-se no final do século XIX, ou seja, no período colonial: a Itália recém-formada com a unidade da península viu no Mediterrâneo uma “saída natural”, referindo-se ao *Mare Nostrum* do antigo Império Romano; considerava a Tunísia seu território “natural” e, quando a França a ocupou entre 1881 e 1882, a Itália sofreu um duro golpe em seu orgulho expansionista:

Com a ocupação francesa, o sonho havia desaparecido: nos anos seguintes, a política externa italiana havia apoiado o status quo nos territórios mediterrâneos ainda não ocupados pelas potências europeias. [...] esta posição oficial, com o apoio britânico e alemão contra os franceses, não impediu secretamente a preparação de uma ação militar (CRESTI, 2011, p. 49 e 50).

A maior parte da Líbia era deserto, com recursos escassos para a população das duas regiões costeiras de Tripolitânia e Cirenaica; além disso, os enormes recursos minerais ainda não haviam sido descobertos:

Quantos na Itália apoiavam a oportunidade de conquista disseram, no entanto, que a pobreza do território não era causada por razões objetivas de caráter físico e climático, mas apenas por razões antropológicas,

sociais e políticas. Em particular, os árabes, por indolência, não exploravam suficientemente o solo e estavam convencidos de que os agricultores europeus o teriam tornado muito mais produtivos (CRESTI, 2011, p. 51-52).

Essas, é claro, eram motivações racistas típicas da era colonial: em essência, a Itália acreditava que, com uma política “sábia” tanto de melhoria do solo quanto dos modernos meios mecânicos e de difusão de colheitas industriais, teria feito grandes fortunas, e teria contribuído extensivamente para o desenvolvimento do território.

As evidências da história pareciam decisivas para sustentar esses argumentos: em outros tempos, os recursos do território haviam permitido o desenvolvimento de civilizações florescentes, como a grega e romana, havia importantes cidades e assentamentos cujas ruínas era testemunhas de uma presença humana mais densa. Assim, a pobreza do país não era um elemento inevitável, mas apenas um epifenômeno histórico e não devia impedir os esforços para restaurar o bem-estar e a riqueza, testemunhadas por antigas civilizações, que o país era capaz de oferecer. Esse conjunto de raciocínios, baseado em conjecturas, tornou-se a ferramenta de propaganda dos defensores da conquista que promoveu a imagem de uma Líbia muito fértil (CRESTI, 2011, p. 52).

3.3. A colonização italiana, a Segunda Guerra Mundial e os projetos de partição da Líbia (1911-1951)

A administração otomana conseguiu preservar a unidade territorial da Cirenaica, Fezzan e Tripolitânia, mas não conseguiu criar uma identidade comum ou um senso de unidade nacional, de modo que os habitantes das três províncias

entraram no século XX com identidades tribais locais e regiões que dominavam a paisagem política. O fracasso em desenvolver uma identidade nacional ampla iria ter importantes consequências nas lutas subsequentes: em primeiro lugar o desafio à ocupação italiana e, depois, a criação de um Estado independente funcional (ST.JOHN, 2011, p. 55).

A Itália declarou guerra ao Império Otomano em setembro de 1911, capturando Trípoli em outubro e, em novembro, anunciou a anexação da província norte-africana; no entanto, seriam necessárias duas décadas para subjugar o país. O resultado da ocupação italiana foi catastrófico para o povo da Líbia: as políticas coloniais italianas, que incluíram a tática da “terra queimada”, os campos de concentração, a morte por fome da população, as execuções em massa e o genocídio foram devastadoras para o povo líbio (ST. JOHN, DEL BOCA, VARVELLI, SENSINI).

No início do século XX, a Líbia era um dos últimos territórios africanos não ocupados pelos europeus, e sua proximidade com a Itália fez dele um objetivo primordial das políticas coloniais italianas. Várias foram as razões do colonialismo italiano na Líbia: uma questão de orgulho nacional, a distração das problemas domésticos desviados para o exterior, a

demonstração de poder militar italiano para a Europa, a abertura de um mercado estrangeiro, o deslocamento dos camponeses italianos pobres, a “questão agrária e o latifúndio” do sul da Itália, a busca de mercados e matéria-prima barata para o desenvolvimento econômico. O Banco de Roma foi uma parte importante da estratégia de emigração italiana e se tornou o veículo para a compra de terras, comércio e emprego da mão de obra italiana (ST. JOHN, 2011, p.58).

No entanto, a conquista da Líbia não foi uma tarefa simples para a Itália: até o início da década de 1930, os italianos tiveram que enfrentar a resistência organizada pelos Senussi.

O Império Otomano iniciou negociações com o governo italiano em julho de 1912 e, no dia 18 de outubro, foi assinado um tratado de paz em Lausanne, Suíça: a Sublime Porta não cedeu a soberania sobre o Norte de África, mas concordou em retirar suas milícias militares e civis da Líbia. Com a revolução dos Jovens Turcos, porém, a Turquia deu seu apoio à resistência contra a ocupação italiana, considerando-a “um dever moral”. O Tratado de Paz de Lausanne com o Império Otomano não conseguiu pôr um fim à luta e as qabilas e os notáveis líbios foram deixados sozinhos a enfrentar a ocupação italiana, e muitas famílias foram deportadas para a Itália.

A resistência à ocupação, nessa fase inicial, era mais forte na Cirenaica, pois era a base da Ordem Senussi e a sede da oposição militar; Sayyid Ahmad al-Sharif formou um estado Senussita e declarou o *jihâd* contra os invasores italianos em 1913; na Tripolitânia, a resistência foi menos eficaz: as tentativas de guiar os berberes Ibadi contra os invasores falharam; no Fezzan, a retirada das forças otomanas criou um vácuo de poder que a França se precipitou a preencher, enfrentando os interesses italianos.

A resistência da Líbia contra os italianos assumiu diferentes formas, dependendo das regiões e das qabilas, embora, em geral, para os muçulmanos as políticas coloniais constituíam um insulto contra o Islã e era necessário responder com o *jihâd*, entendido como guerra, confronto militar ou resistência: era principalmente o zelo religioso, ao invés do nacionalismo, empurrando os muçulmanos líbios contra os italianos ocupantes na Cirenaica italiana: o Islã forneceu as bases ideológicas, capazes de unir o esforço de resistência dos líbios contra a ocupação (ST JOHN, 2011, p. 64).

No entanto, nem todos os líbios optaram pela resistência contra a colonização italiana: uma parte da população líbia optou por ficar ao lado dos ocupantes; outros emigraram, negociaram, colaboraram ou tentaram uma mediação; a reação das várias classes sociais e frações era diferente de acordo com as regiões, e houve colaborações locais com a Itália na Tripolitânia antes de 1911; comerciantes muçulmanos e judeus, ricos e poderosos, tinham contatos comerciais com o Banco de Roma e algumas famílias apoiaram os interesses

econômicos e culturais italianos em Trípoli e, posteriormente, ajudaram as forças italianas a ocupar a cidade; interesses pessoais e de qabila misturaram-se com interesses nacionais, enquanto as rivalidades entre as várias qabilas minaram a resistência unitária à ocupação italiana.

Na Primeira Guerra Mundial, os Senussi aliaram-se às potências da Europa Central, Alemanha e Áustria-Hungria, contra a Itália; os alemães usaram Misrata como base para os submarinos e armas e munições para o movimento de resistência chegaram a bordo de submarinos alemães. Em 1915, os italianos na Líbia e os ingleses no Egito juntaram as forças, coincidindo com a entrada da Itália na guerra ao lado dos Aliados. Os alemães, aliados dos turcos, intensificaram o envio de suprimentos para os combatentes líbios. [...] O objetivo turco-alemão era neutralizar as forças italianas na Líbia e, em seguida, atacar os britânicos no Egito. A Itália esperava que os britânicos a ajudassem a conquistar a Líbia, mas esses concentraram suas operações apenas na área desértica entre o Egito e a Cirenaica. [...] Os Senussi tentaram dominar o exército britânico, mas foram derrubados no deserto ocidental do Egito. Depois desta derrota, Ahmed al-Sharif deu as rédeas do poder do movimento Sanussi para Sayyid Muhammad al-Idrissi, que em 1918 se tornou o novo Grão-Mestre da ordem; em 1952 foi a vez de Idris I. [...] A derrota dos Senussi no Egito acabou com a resistência mais acirrada contra os italianos. Idris e outros chefes cirenaicos, assessorados e ajudados pelo governo britânico, assinaram em 1917 uma espécie de armistício com a Itália, perto de Tobruk. Após ter deposto as armas e ter reconhecido suas respectivas esferas de influência na Cirenaica, italianos e sanussis foram responsáveis pela manutenção da ordem, cada um em sua própria área (COOLEY, 1983, p. 49-50).

Com a subida ao poder de Benito Mussolini, em 1922, a Itália iniciou um programa de imperialismo agressivo: o Conde Volpi, o novo governador-geral na Líbia do governo fascista, e o Marechal Badoglio começaram uma violenta campanha para ocupar a Tripolitânia; na Cirenaica, a oposição de al-Mukhtar tornou o avanço italiano muito mais difícil.

Em 1929, o Marechal Badoglio se tornou governador geral e o Marechal Rodolfo Graziani tornou-se comandante supremo no campo: os dois se tornaram famosos pela crueldade contra os líbios: execuções em massa, envenenamento de água, fechamento de poços, abate de rebanhos de ovelhas, cabras, camelos, e campos de concentração no deserto; qabilas inteiras foram postas nos campos e dizimadas (DEL BOCA, 2005; SENSINI, 2011-2017; JERARY – BALDINETTI, 2010).

Italianos, “brava gente” (boas pessoas)?¹⁴⁵

145 Itália e a conquista da Líbia:
 Storia degli Italiani in Libia (parte 1/2), 26/4/2011,
<https://www.youtube.com/watch?v=ynR8G7QtX8k>
 Storia degli Italiani in Libia (parte 2/2), 26/4/2011,
<https://www.youtube.com/watch?v=ywG7FLauWaY#t=2.775586>
 Tripoli, bel suol d'amore (I):
<https://www.youtube.com/watch?v=4nGwALkCT1c>, 30/11/2013,
 Tripoli, bel suol d'amore (II):
<https://www.youtube.com/watch?v=OG5UocFEFa4>
 acessados em 25/5/2017; 2/3/2019.

No homônimo livro, Angelo Del Boca, escritor e historiador italiano de fama internacional, traça a história da Itália ao longo dos últimos 180 anos e desconstrói o mito de conquistadores e governantes pacíficos e humanos, seja em relação ao sul da Itália, seja com suas colônias, particularmente em relação à conquista italiana da Líbia, durante a qual 100 mil líbios foram mortos entre 1911 e 1932, em campos de batalha ou em campos de concentração (DEL BOCA, 2005, p. 25).

Quando as tropas italianas desembarcaram na Líbia, em outubro de 1911, entre as várias desculpas e justificativas para a invasão do nosso país, eles alegaram que era um seu direito histórico, acrescido pela superioridade racial, cultural e tecnológica. O Tratado de Lausanne, assinado pelas autoridades otomanas em outubro de 1912, proibia os italianos de intervir no sistema educacional líbio. Também estabeleceu que eles não tinham autoridade legal sobre os juízes, que de acordo com as interpretações culturais árabe-islâmicas da época, eram responsáveis pelo sistema educacional, incluindo o currículo e os serviços educacionais, bem como professores e alunos. No entanto, apesar do tratado, a Itália utilizou a educação como meio de alcançar seus objetivos coloniais. [...] Quando conquistou a Líbia, em 1911, seu objetivo, transmitido através de propaganda, era o de civilizar a Líbia (JERARY - BALDINETTI, 2010, p. 17 e 18).

Lê-se, de fato, no jornal al-Liwâ‘al-Tarâbulusî, 1919:

Aqueles que vêm para nos modernizar (os italianos) e educar nossos filhos, deveriam fazê-lo ensinando-os de acordo com os valores e os princípios da nossa tradição e religião.

Como Jerary aponta, para os italianos o termo “civilizar” foi entendido e definido em um contexto racista e etnocêntrico; também no nível religioso, os italianos tentaram acabar com a identidade muçulmana, pelo menos até as políticas “pró-islâmicas” de Mussolini. Em seu estudo, Jerary refere-se aos testemunhos de idosos líbios que se lembram do dia em que a catedral de Trípoli foi inaugurada, e um avião sobrevoou a cidade jogando “água benta” sobre a população para batizá-la em massa. Muitos professores eram padres, em mais situações, os líbios se sentiram ameaçados com uma possível conversão em massa ao cristianismo.

Essa atitude desencadeará a reação dos religiosos. De fato, a maioria dos líderes da Resistência eram *al-murabitin*, preceptores religiosos nas mesquitas e nas zawayas, e os sufi.

A resistência contra o que era considerado um movimento de missionários cristãos para converter os líbios em massa durou todo o período da presença italiana na Líbia, de 1911 a 1943.

[...] Do lado da população, a rejeição quase total de todos os aspectos externos da cultura italiana, como alimentos, bebidas, vestuário, tradições e rituais era generalizada entre os muçulmanos da Líbia, que sentiam como sua obrigação a preservação de sua religião, língua e seus costumes contra os cristãos e italianos, e foram fortalecidos nessa atitude por imperativos nacionais e religiosos (JERARY, 2010, p. 24 e 25).

Em 1934, com a união de Tripolitânia e Cirenaica, foi proclamado o Governatorado Geral da Líbia e, em seguida, aos nativos líbios foi atribuído o estatuto de “cidadãos italianos líbios” com todos os direitos que resultaram disso; Mussolini iniciou uma política favorável aos árabes

líbios, chamando-os de “Musulmani italiani della Quarta sponda d’Italia” (muçulmanos italianos da Quarta Costa da Itália) e construindo aldeias para eles; o primeiro governador foi Ítalo Balbo, que “criou” a Líbia segundo o modelo do imperador romano, nascido na Líbia, Septímio Severo.

O bárbaro comportamento dos militares italianos, e a sucessiva política de requisição, assentamento e colonização de que foram alvo as terras aráveis para pastagem e os oásis, nunca foram esquecidos ou perdoados pelos líbios da geração de Omar al-Mukhtar ou de Gaddafi. Tal crueldade justifica as medidas punitivas que o regime monárquico e Gaddafi tomaram contra os colonizadores italianos remanescentes. [...] Em 11 de setembro de 1931, durante um confronto nas Montanhas Verdes, Omar Mukhtar foi cercado, ferido e feito prisioneiro, para depois ser enforcado diante de uma multidão de 20 mil líbios. Uma vez que a conquista italiana terminou, Mussolini decidiu fazer daquele pedaço do norte da África uma terra do novo Império Romano. Seu objetivo era transformar a Líbia na *Quarta Sponda* do *Mare Nostrum*. A Tripolitânia e a Cirenaica foram divididas nas novas províncias de Trípoli, Misrata, Benghazi e Derna. O antigo nome “Líbia” foi exumado e dado a todo o território. O Fezzan tornou-se a Tripolitânia do sul. [...] Durante o domínio fascista, a Itália fechou com as potências vizinhas dois acordos territoriais que as contrapartes ainda lembram. Em 1934, um acordo com a Grã-Bretanha e o Egito transferiu parte do Sudão anglo-egípcio para a Líbia. O acordo Mussolini-Laval de 1935 deslocou a fronteira da Líbia com o Chade, então colônia francesa, a cerca de 105 km para o sul, anexando a Faixa de Aouzou (Gaddafi a reocupou em 1973-1975). Essa concessão territorial à Itália nunca foi ratificada pelo Parlamento francês, bem ciente de quanto Mussolini desejava garantir uma fatia ou duas do bolo colonial francês. Em 1939, Mussolini incorporou formalmente a Líbia como uma província do território metropolitano (COOLEY, 1983, p. 52-55).

Em 1937, Ítalo Balbo dividiu a Líbia em quatro províncias e um território saariano: Trípoli, Bengasi, Derna, Misrata e o Território Militar do Sul, com a capital Hun.

Omar al-Mukhtar, o Leão do Deserto

Omar al-Mukhtar Muḥammad bin Farḥaṭ al-Manifi, nasceu em 20 agosto de 1858, em Zanzur perto de Tobruk, e morreu em 16 setembro de 1931, executado por fascistas italianos; recebeu sua educação inicial na mesquita local, antes de continuar seus estudos na universidade Senussi em Jaghbug, a cidade sagrada da tariqa Senussi. Ele também conhecia bem a estrutura social de sua sociedade, e era escolhido para resolver disputas intertribais.

Al-Mukhtar era conhecido também com o nome de “O Leão do Deserto”, foi o líder da resistência nativa em Cirenaica, no leste da Líbia, sob os senussi, contra a colonização italiana da Líbia: trata-se de uma figura proeminente do movimento Senussi e é considerado o herói nacional da Líbia e, mais em geral, no mundo árabe e islâmico, um símbolo de resistência contra o colonialismo ocidental até hoje. A partir de 1911, ele organizou e liderou até a morte, o movimento de resistência da Líbia contra os colonizadores italianos, depois de muitas tentativas e de anos, as Forças Armadas italianas conseguiram capturar Al-Mukhtar perto de Solonta e o enforcaram em 1931.

A vida de shaykh ‘Omar é contada com maestria em um filme de 1980 do diretor Moustapha Akkad, com Anthony Queen como protagonista, “Il Leone del Deserto”¹⁴⁶, cuja distribuição oficial na Itália ainda é proibida.

3.4. Libertação e ocupação: propostas de partição da Líbia

Com a rendição das forças do Eixo na Tunísia em maio de 1943, a Grã-Bretanha estabeleceu uma administração militar na Cirenaica e na Tripolitânia, enquanto tropas francesas na guarnição do Lago Chade tinham ocupado o Fezzan, em janeiro do mesmo ano; em 1947, com o Tratado de Paz, a Grã-Bretanha garantiu-se a administração da Tripolitânia e da Cirenaica, enquanto a França ganhou o Fezzan, em “gestão de confiança” e a Faixa de Aouzou foi devolvida à sua colônia do Chade.

Os habitantes da Tripolitânia queriam a unidade da Líbia porque viam o país como unitário. A França administrou Fezzan através de soldados franceses, administradores locais e qabilas poderosas: pretendia dominar permanentemente a província para conectar a África equatorial ao norte da África e criar uma espécie de zona de proteção para proteger essas colônias da influência da infiltração externa - a administração francesa permanecerá no comando em Fezzan até a independência, proclamada em 1951. Escreve o historiador St. John (2012):

Com a rendição das forças do Eixo na Tunísia, em maio de 1943, o governo britânico estabeleceu uma administração militar britânica para governar a Cirenaica e a Tripolitânia. As tropas francesas de guarnição no Lago Chade haviam anteriormente ocupado o Fezzan em janeiro de 1943 e o governo francês estabeleceu uma administração militar francesa para administrar o Fezzan. [...] A ordem Sanussi, que por muito tempo havia resistido à dominação italiana, aliara-se aos britânicos durante a Segunda Guerra Mundial, formando o centro de um contingente pequeno, mas simbolicamente importante, conhecido como Forças Árabes da Líbia. Composto por 5 batalhões, as Forças Árabes da Líbia usavam o emblema Senussi, um crescente branco e uma estrela contra um fundo preto.

O medo do Senussi era a dominação italiana: os notáveis de Tripolitânia, que professavam nada menos do que o ódio à dominação italiana, tinham um medo ainda maior da dominação soviética, compartilhando os sentimentos de Idris, se não todos os seus planos. [...] Temendo que suas perspectivas de independência não fossem tão seguras quanto as da Cirenaica, a população da Tripolitânia, vendo a Líbia como um país unido e sem nenhuma razão para diferenciar as províncias, tornou-se cada vez mais agitada.

[...] No sul, a França administrava o Fezzan através de uma combinação de autoridades militares francesas, a Casa dos Sayf al-Nasra, uma família local reinante, e líderes do Fezzan: desde o início, a França deixou claro seu desejo de manter o controle permanente da província para ser conectada com as colônias da região equatorial e do norte de África, e para usar como uma zona tampão para proteger essas colônias da influência externa e das infiltrações.

Em Washington, a Carta Atlântica, uma declaração de 1941 do presidente Franklin Delano Roosevelt e do primeiro-ministro Winston Churchill, representava uma definição clara dos primeiros interesses estadunidenses na Líbia. Na Carta, os Estados Unidos garantiam o respeito pela autodeterminação dos povos, bem como o progresso em direção à justiça econômica global. Na nova ordem mundial, as grandes potências teriam promovido canais de comércio mais livres e acesso mais amplo às fontes de matérias-

146 Akkad, Mustapha, *Il leone del deserto* (1980), <https://www.imdb.com/title/tt0081059/>

primas, mas não teriam tentado estabelecer mudanças territoriais que não estivessem de acordo com os desejos livremente expressos pelas populações envolvidas. A partir de 1942, o presidente Roosevelt e os outros líderes americanos referiam-se à Carta do Atlântico como uma rotina para um compromisso global (ST. JOHN, 2012, p. 85-90).

Para os movimentos anticoloniais na Líbia e em outros países, o momento histórico foi favorável para pedir autonomia ou independência; no entanto, a implementação prática dos ideais contidos na Carta do Atlântico teria deixado muitos dos que antes eram entusiastas bastante desapontados.

O Departamento de Estado dos EUA, em um memorando preparado para a primeira conferência de Quebec em agosto de 1943, destacou quatro abordagens alternativas para a questão da Líbia. A solução preferida foi a criação de uma tutela internacional para governar a Líbia como parte da ampla região africana.

[...] A ideia era colocar a administração da Líbia nas mãos de uma administração internacional com um conselho de governo formado por Grã-Bretanha, França e Egito.

[...] A Grã-Bretanha reconheceu imediatamente a importância estratégica da Cirenaica, embora Londres achasse que não tinha interesses estratégicos na Tripolitânia, além de querer tirá-la de uma potência hostil) (ST. JOHN, 2012, p. 85-90).

Em pouco tempo, porém, a posição dos EUA sobre a importância estratégica da Líbia mudará dramaticamente.

A segunda alternativa explorada no *memorandum* de 1943 era dividir a Líbia, com a Cirenaica indo para o Egito e a Tripolitânia para a Tunísia.

A terceira alternativa era o retorno da Líbia para a Itália. Embora houvesse pouco apoio a essa abordagem, havia um acordo geral de que qualquer ação possível não impediria a migração italiana na Líbia ou o aproveitamento de oportunidades iguais para os italianos na Líbia. A alternativa final discutida foi a criação de um refúgio judeu na Líbia. Essa solução incluía a criação de um estado judeu na Cirenaica e o assentamento de refugiados judeus em aldeias e fazendas evacuadas por italianos e também em terras adicionais.

[...] Na primavera de 1944, o chefe do gabinete britânico propôs uma variação da alternativa 2, a divisão da Líbia. De acordo com a proposta britânica, a Cirenaica viria a se tornar um território autônomo sob a soberania egípcia e com salvaguardas adequadas para as necessidades militares das Nações Unidas, incluindo instalações aéreas e navais em Benghazi. A Tripolitânia teria retornado ao domínio italiano, com uma garantia de desmilitarização e com o controle britânico do direito de usar a base aérea de Castel Benito. O Secretário de Estado Cordell Hull respondeu a esta proposta em um memorando ao presidente Roosevelt, argumentando que o arranjo preferido da Líbia deveria ser uma coalizão internacional, seja sobre a Cirenaica seja sobre a Tripolitânia, administrada por um comitê de especialistas responsáveis pela Nações Unidas. Essa abordagem, ele acrescentou, não impediria a criação de um emirado sanussi autônomo. No caso da rejeição britânica desta proposta, Hull sugeriu a Roosevelt de estabelecer um emirado Sanussi independente na Cirenaica, sob uma administração fiduciária egípcia (ou possivelmente britânica), seguindo as linhas da proposta britânica. A Tripolitânia poderia ter sido colocada sob uma administração internacional liderada pela Itália (ST. JOHN, 2012, p. 85-90).

No entanto, a URSS mostrou interesse no norte de África e complicou ainda mais os jogos de poder já complexos sobre a Líbia: durante a conferência de Moscou dos Ministério das Relações Exteriores, em dezembro de 1945, a URSS fez pressões por uma administração

fiduciária soviética na Tripolitânia, dizendo que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos já tinham muitas bases em todo o mundo; portanto, eles certamente poderiam levar seus interesses em consideração na região do norte da África. A partir daqui, em uma inversão do curso político, agora os EUA eram a favor da soberania italiana sobre a Líbia, provavelmente para não correr o risco de uma presença soviética na área:

Em um livro de instruções para a conferência de Potsdam, em 1945, o governo Truman [...] indicou que apoiaria uma das três soluções se propostas por outro governo. Em uma inversão política (*reversal of policy*), Washington agora apoiava o retorno da Líbia à soberania italiana, sujeita a todas as medidas de desmilitarização planejadas para a Itália. Como uma preferência secundária, apoiou a partição da Líbia em suas partes históricas com a criação, na Cirenaica, de um emirado Senussi autônomo sob a tutela britânica ou egípcia, e a Tripolitânia seria mantida sob a soberania italiana. Em caso de falha destas soluções, a administração Truman iria apoiar a partição da Líbia com um emirado Sanussi independente na Cirenaica, sob a tutela egípcia ou britânica, e a Tripolitânia seria colocada sob administração internacional, exercida pela Itália (ST. JOHN, 2012, p. 85-90).

O livro de instruções de 1945 também destacou um novo reconhecimento americano pela posição estratégica da Líbia, reconhecendo que seus portos e bases aéreas tornavam o país importante para o controle do Mediterrâneo central.

No final da Conferência de Potsdam, as respectivas posições das grandes potências sobre o arranjo das colônias italianas na Líbia foi relativamente próximo: os britânicos eram a favor da soberania sobre os territórios colocados coletivamente sob as quatro potências; os soviéticos eram a favor de três potências; e os americanos pareciam querer seguir os britânicos (ST. JOHN, 2012, p. 85-90).

Como explicam Cricco e Cresti (2012-2015), durante os *Pentagon Talks* entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, realizados de 16 de outubro a 9 de novembro de 1947, que tiveram como objetivo avaliar o compromisso anglo-americano no Mediterrâneo oriental, destaca-se que a Grã-Bretanha teria que desistir do controle exclusivo da área do Oriente Médio para iniciar uma parceria em pé de igualdade com os Estados Unidos, em nome de interesses ocidentais comuns que tendiam a impedir a disseminação da influência soviética na área, o inimigo comum.

O novo papel dos Estados Unidos no Oriente Médio não demorou a manifestar-se também na Líbia, especialmente desde que em 1948 a escalada da Guerra Fria e a eclosão simultânea do primeiro conflito árabe-israelense atribuíram cada vez mais importância estratégica para o Golfo de Sirte e seu interior mais próximo, onde, a partir de 1943, durante o governo militar britânico, tinham sido instaladas, no território da antiga colônia italiana, duas bases aéreas britânicas de El Adem (al-'Adam), na Cirenaica, e uma base americana em *Wheelus camp*, a leste de Trípoli, capazes de fornecer às duas potências o controle aéreo sobre o Mediterrâneo central e oriental; portanto, os EUA desempenharam um papel importante na determinação da forma de Estado que teria de administrar a Líbia, primeiro dentro da comissão de inquérito das quatro potências (*Four Power Commission of investigation for the former Italian colonies*) e depois no conselho consultivo da ONU para a Líbia (*United Nations advisory Council for Libya*) (CRESTI-CRICCO, 2012, p. 141).

Esta comissão decretou contra a independência da Líbia, uma vez que faltavam os requisitos mínimos para o autogoverno; esta decisão alimentou as esperanças italianas de poder novamente governar a Tripolitânia, da França de poder anexar o Fezzan, enquanto a Grã-Bretanha estava pronta para um compromisso que incluía a Cirenaica independente sendo governada pelo emir Idris, mas sob a tutela britânica, e a divisão do resto do território da Líbia entre a França e a Itália. Essa proposta foi oficializada através de um compromisso assinado pelos ministros das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Ernest Bevin, e da Itália, Carlo Sforza, em 6 de maio de 1949. Porém a decisão provocou a reação dos grupos políticos locais da Cirenaica, que forçaram Idris a declarar unilateralmente a independência da Cirenaica em 1 de junho de 1949.

O compromisso Bevin-Sforza foi projetado de acordo com as velhas lógicas coloniais europeias, negligenciando um elemento essencial para a nova ordem do Oriente Médio, ou seja, o papel dos Estados Unidos, que não podiam aceitar a própria exclusão do território líbio, principalmente devido à presença na Tripolitânia da base aérea de *Wheelus Field*.

De acordo com os EUA, havia um risco de que a Líbia, se submetida a uma nova interferência colonial, teria exacerbado o nacionalismo árabe e desestabilizado uma área considerada estratégica, portanto, os Estados Unidos pressionaram por uma total independência da Líbia: em 21 de novembro de 1949, em uma reunião da Assembléia Geral da ONU, foi aprovada a resolução 289 para a criação na Líbia, em 1 de janeiro de 1952, de um estado independente e soberano (CRESTI-CRICCO, 2012, p. 142-144).

O trabalho da comissão Pelt da ONU e a proclamação da independência

Para este fim, foi nomeado o Conselho Consultivo da ONU para a Líbia, presidido pelo holandês Adrian Pelt e composto por 10 membros representando Egito, França, Grã-Bretanha, Itália, Paquistão, Estados Unidos, as províncias e as minorias étnicas da Líbia, com a tarefa de ajudar o povo líbio na formulação de uma Constituição e na criação de um governo independente.

Todos os membros do conselho concordaram com a forma de governo monárquico-constitucional e sobre a pessoa do soberano, o Emir da Cirenaica Muhammad Idris al-Sanussi.

Sobre a escolha da forma, houve um debate animado entre os defensores da criação de um Estado unitário, como o Egito e o Paquistão, e os apoiadores de um estado federal, ou seja, os representantes de países ocidentais. Os primeiros alegavam que o modelo federal teria favorecido o nascimento de verdadeiras áreas de influência britânica, francesa e americana na Líbia, enquanto os outros reiteraram a falta de fundamento dessa hipótese, justificando a escolha da forma estatal federal com a necessidade de salvaguardar a identidade política e cultural das três províncias líbias: Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan.

[...] A posição dos Estados Unidos, embora favorável à fórmula federal, levou em conta a oposição árabe, que veio principalmente do Egito, e instou os governos francês e britânico a serem cautelosos com os nacionalistas árabes presentes na época na Líbia, não obstante fossem poucos, que pediam a constituição de um Estado unitário, na crença de que uma maior centralização reduziria as influências econômicas e

militares dos países ocidentais, geralmente mal suportadas por todos os membros da Liga Árabe (CRICCO-CRESTI, 2012, p. 144-145).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA estabeleceram que o Mediterrâneo e o Oriente Médio eram uma região considerada crítica para a sua segurança: seus pontos estratégicos eram a estabilidade política e econômica da região, entendida como crucial para a segurança dos Estados Unidos.

Era do seu interesse ter boas relações com os povos da região, tanto árabes como judeus, para distraí-los da atenção da União Soviética. Para atingir esses objetivos estratégicos, Washington tinha que evitar ser considerada uma potência hostil na região e, portanto, teve que manter relações amistosas e cultivar relações econômicas de assistência social, juntamente com a presença e a ajuda militar; também tiveram que desenvolver os recursos petrolíferos na área e garantir o direito de permitir a entrada de suas forças militares nas áreas árabes ameaçadas de guerra (ST. JOHN, 2012, p. 96-97).

3.5. Independência e Reino da Líbia

As Nações Unidas decidiram sobre a independência da Líbia quando as quatro grandes potências não conseguiram chegar a um acordo sobre seu destino final; de acordo com a resolução de 21 de novembro de 1949 das Nações Unidas, a Líbia estaria pronta para a independência entre o final de 1951. Uma assembleia nacional representando as três províncias líbias promulgou a Constituição, que foi tornada pública em 07 de outubro de 1951.

A Cirenaica, com seu emirado independente governado pelo Emir Sanussi, era forte o suficiente para garantir três grandes sucessos no novo empreendimento: 1) o estado da Líbia seria uma monarquia hereditária com o Idris Emir como seu primeiro rei; 2) deveria adotar a federação e não um sistema unificado de poder; 3) Benghazi deveria ser aceita como co-capital, junto com Trípoli.

A tarefa que os líderes das três províncias, com a ajuda dos especialistas da ONU, tiveram que realizar foi extremamente difícil. Foi somente através de compromissos, pressões e vários estratagemas que os acordos foram finalmente alcançados. Os membros da assembleia estavam cientes de particularismos locais, diferenças socioeconômicas, interesses partidários e ambições individuais. Eles também foram sábios o suficiente para considerar tudo isso. Assim, depois de negociações difíceis e discussões acaloradas, uma fórmula constitucional foi concebida e finalmente aceita e publicada dentro dos termos estabelecidos pelas Nações Unidas (SURY-BALDINETTI, 2010, p.179-180).

Trata-se de uma parte da história da Líbia que é extremamente útil para entender as dinâmicas de divisão e justaposição de interesses pessoais, grupais e regionais do país nesta fase pós-Gaddafi; Sury ressalta que o plano de fundo das personalidades que governaram o país

durante este período era uma expressão de elementos sociais de tipo religioso, familiar, burocrático e das qabilas:

O elemento religioso foi capaz de chegar à arena política através de dois canais principais: as instituições religiosas tradicionais (kuttâb, zâwiyas, tribunais da sharî'a, etc.), foram desenvolvidos através de gerações sob sucessivos governos turcos, italianos e britânicos, e seus *shuyûk* ou *ulamâ'*, que formaram suas hierarquias. Outros canais religiosos foram a Senussiya desenvolvida na Cirenaica entre as tribos beduínas, através de lojas (zâwiya) Senussi, organizadas em ordem hierárquica.

Idris Senussi foi muito cuidadoso em jogar um papel político e religioso: era o monarca do país com todos os direitos e privilégios concedidos para essa posição pela Constituição e, ao mesmo tempo, era o Shâykh de Senusiyya, com o seu carácter puramente religioso. Ele foi capaz de traçar uma linha fina que separava os assuntos políticos da vida cotidiana daqueles de natureza puramente religiosa.

[...] O elemento tribal era muito eficaz na Cirenaica, que era predominantemente beduína. As tribos tinham seus próprios costumes, tradições e modos de viver. Elas eram semiautônomas. Tiveram o cuidado de preservar sua integridade e dependência, permanecendo o mais longe possível fora do controle direto do governo. No entanto, não estavam sozinhas: os otomanos tentaram penetrá-las, seja militarmente seja de forma pacífica, os italianos tentaram destruí-las com várias armas de guerra, enquanto os britânicos foram capazes de lidar com elas com sucesso através de seus próprios shuyukh, os líderes Senussi.

Os britânicos tentaram estabelecer um emirado beduíno na Cirenaica sob os Senussi, seguindo o modelo dos Emirados hashemitas e dos Emirados do Golfo, que haviam previamente estabelecido por razões políticas, económicas e estratégicas.

[...] As tribos de Cirenaica eram apoiantes fiéis e fervorosos do Emir Idris e sua posição unificada em apoio da sua liderança foi capaz de desempenhar um papel fundamental na vida política da sua província e depois na do país.

[...] O elemento familiar foi o resultado do papel desempenhado pelas famílias tradicionais na política do país; um papel que pode ser rastreado até a história que persistirá até o final da primeira década do período em análise. Algumas dessas famílias desenvolveram sua importância porque já foram governantes do país, como os Qaramanli, os Bey, os Khoja e outros. Outros ganharam poder através de suas origens económicas como comerciantes e proprietários de terras [...]. Famílias influentes existiam nos centros urbanos de Trípoli, Benghazi, Derna e nas principais cidades rurais da Tripolitânia, em particular, nas áreas costeiras onde os laços tribais haviam se afrouxado severamente. Como na religião e na tribo, o fator familiar começou a perder muito de sua influência no final da primeira década, ou seja, a partir de 1960. Os nomes dos membros da jovem geração que apareceram na lista de governo foram escolhidos com base na educação e em suas habilidades, e não no histórico familiar (SURY-BALDINETTI, 2010, p. 180-185).

3.5.1. Rei Idris

O rei Idris começou a governar em uma situação difícil, tanto interna quanto externa, com golpes de estado em outras áreas do mundo árabe; seu poder baseava-se no apoio das qabilas na província da Cirenaica, habitada por grupos familiares seguidores dos Senussi, com exceção dos centros urbanos de Benghazi e Derna. A população do Fezzan estava espalhada pelos oásis em uma enorme área deserta governada por uma família beduína tradicional, que sob os franceses adquiriu uma posição notável, e tinha conexões com os Senussi.

A Tripolitânia, que era a mais populosa e urbanizada, sabia pouco sobre a Senussiya, já que era dominada por outras irmandades religiosas; além disso, os Senussi não gozaram de muita apreciação nesta área por causa dos conflitos entre os seus e os outros líderes na

Tripolitânia, tanto durante a colonização italiana quanto durante a Segunda Guerra Mundial: eles eram essencialmente rivais. Portanto, o rei Idris teve que enfrentar problemas sérios e complicados, incluindo regionalismos, problemas familiares, das qabilas, pessoais, lutas por posições políticas, riqueza, prestígio, questões relacionadas à federação, formadas por quatro governos das três províncias e do poder central, a busca de fundos, e as bases militares estrangeiras.

Do ponto de vista político, a Líbia dependia do Ocidente e estava ligada a ele por meio de comércio, ajuda externa, assistência técnica e da presença de especialistas europeus. Numa tentativa de evitar qualquer oposição e tentativas de revolta, Idris aboliu os partidos, proibiu as manifestações, fechou os jornais independentes e eliminou qualquer oposição organizada ao seu governo.

Internamente, ele administrou o país através de uma política de *divide et impera*, e jogou as figuras de destaque umas contra as outras, usando vários órgãos de poder como o *Royal Diwan*, a Casa Real, o Parlamento e os governos provinciais (SURY- BALDINETTI, 2010, p.191).

Os cargos de governo eram dados discriminatoriamente e removidos de acordo com amizades e inimizades, e as eleições eram controladas por meio da corrupção; do ponto de vista internacional, o rei seguiu a política externa ocidental; em geral, ele tentou manter o status quo. No entanto, dois fatores intervieram no processo de mudança, também de maneira rápida: a disseminação da educação e a riqueza gerada pela produção de petróleo.

Nos anos 60 surgiram ou se espalharam novas ideologias, novas filosofias, desde a Irmandade Muçulmana até o comunismo, ao nasserismo e ao baathismo; a trágica derrota árabe na Guerra dos Seis Dias chocou o mundo árabe inteiro, levando à necessidade de novas identidades políticas e nacionais: a identidade nacional da Líbia nasceu neste período, encorajada pelo rei Idris, que pediu aos líbios orgulho de sua história e cultura (VANDERVALLE, 2006-2011, 2012).

3.5.2. A criação da Líbia (1951-1969)

Em 24 de dezembro de 1951, a Líbia declarou a independência, assumindo o nome de Reino Unido da Líbia, uma monarquia constitucional hereditária sob o rei Idrisi al-Sanussi.

Entre 1947 e 1951 foram estabelecidas as primeiras organizações políticas, sociais e sindicais da história da Líbia, incluindo o Partido Comunista da Líbia, fundadas de maneira

clandestina, e muitas foram posteriormente fechadas, no final de 1951, pelo rei Idris e pela Grã-Bretanha. No entanto, os EUA e a Grã-Bretanha mantiveram duas bases militares.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a administração militar britânica (BMA), que governava a Tripolitânia e a Cirenaica, realizou o projeto de unificação do país, sob a soberania do Emir Idris. Em 1946, a Assembléia Nacional foi estabelecida e, em dezembro de 1949, a resolução 289 da ONU mostrou que a Líbia deveria ser um Estado independente e soberano; em 29 de março de 1951 nasceu seu primeiro governo federal, resultado de um acordo entre a Grã-Bretanha e Idris. Com a derrota da Itália, o colônos italianos voltaram para casa em massa.

Com a saída dos italianos - oficialmente a soberania colonial italiana terminou em 15 de fevereiro de 1947 - e sob a administração inglesa e francesa, surgiram os diferentes interesses de cada região: por um lado, a lealdade da Cirenaica aos Senussi, apoiada pela Grã-Bretanha; por outro lado, na Tripolitânia, haviam começado a penetrar as idéias nacionalistas, apoiadas por jovens que tinham como mito Omar al-Mukhtar e suas façanhas anticoloniais; além disso, a Tripolitânia, mais cosmopolita e urbana, mostrou-se mais unida que a Cirenaica. No entanto, as políticas na província continuavam marcadas por lutas entre facções e famílias (VANDERWALLE, 2012, p. 36).

Paralelamente aos interesses de grupos e famílias e da colônia italiana na Líbia, também pesavam os interesses dos governos da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, União Soviética e Itália. Não havia consenso sobre a gestão do território, pois a Tripolitânia e a Cirenaica tinham posições diferentes: a primeira era a favor da unidade; a segunda, representada por um único partido, o Congresso Nacional, queria a independência, juntamente com a Tripolitânia, mas sob um governo senussi; no Fezzan, ao invés, a população queria permanecer sob a administração francesa (VANDERWALLE, 1008-2011; ST. JOHN, 2012-2015; COOLEY, 1983).

Independência e alvos estrangeiros na Líbia

O interesse dos Estados Unidos e da União Soviética se desenvolve, como relatado nas páginas anteriores, com a Guerra Fria e com considerações geoestratégicas e diplomáticas. Inicialmente, durante os debates na ONU, nem a França nem a Grã-Bretanha apoiaram as tentativas de criar uma Líbia unida - a França estava interessada em manter o controle do Fezzan - e as duas potências assinaram o plano Bevin-Sforza, em 10 de maio de 1949, em que propuseram 10 anos de administração francesa em Fezzan, britânica em Cirenaica e italiana em Tripolitânia. No entanto, confrontos violentos em Cirenaica e Tripolitânia sinalizaram uma forte oposição à partição e esse plano europeu acabou unindo as instâncias de Tripolitânia e Cirenaica.

A independência proclamada pelo rei Idris em 23 de dezembro de 1951 foi, como vimos, apenas formal, já que a Grã-Bretanha continuou a administrar o destino do país, incluindo das

bases militares (SENSINI, 2017, p. 40-41). Em certo sentido, o Reino Unido da Líbia era um estado criado por e para os interesses das grandes potências e aceito pelas províncias locais que temiam outras alternativas (VANDERWALLE, 2006-2011, p. 53). O legado italiano tinha sido muito destrutivo, não tendo criado um senso de unidade, mas, ao contrário, excluindo os nativos da gestão de instituições e administração. Além disso,

muito depois do fim da colonização italiana na Líbia, todos os assuntos econômicos mais importantes permaneceram nas mãos dos cidadãos italianos do país. Assim, em outubro de 1970, Gaddafi confiscou todas as propriedades italianas e ordenou a repatriação de todos os cidadãos italianos. [...] Como resultado, o Estado assumiu o controle de todas as companhias de petróleo, com exceção da *British Petroleum*, que já havia sido nacionalizada. Assim, finalmente, a Líbia tornou-se totalmente independente: militarmente, economicamente, intelectualmente e socialmente (AYYOUB, 1987, p. 23).

Como resultado da falta de um capitalismo local, não nasceu uma burguesia na Líbia e a economia colonial não levou à formação de classes definidas ou grupos sociais que poderiam emergir como contrapartes interessadas envolvidas nos esforços para a construção de um futuro Estado; além das cidades litorâneas, o interior era marginalizado e economicamente excluído. Na Cirenaica, as obrigações e os modelos de identidade da qabila fortaleciam-se cada vez mais, tornando-se a primeira expressão de estrutura e interação social local, enquanto ocorriam negociações que levariam à independência. A oposição ao colonialismo italiano nas várias províncias manifestou-se com diferenças muito fortes, mostrando desunião e conflitos internos com foco nos interesses de qabila. A resposta à presença italiana foi, portanto, diferente, sobretudo por causa do contraste entre os partidários dos Senussi na Cirenaica e na Tripolitânia; essa divisão impediu o nascimento de uma ideologia nacionalista (VANDERWALLE, SENSINI, COOLEY).

Os futuros líbios continuaram a se identificar majoritariamente com famílias, tribos ou regiões. As grandes potências, portanto, por razões essencialmente estratégicas de Guerra Fria, decidiram criar o Reino Unido da Líbia. As duas províncias do norte sempre decidiram, por considerações estratégicas, aceitar essa criação sob a liderança de Sayyid Idris al-Sanussi. A voz do Fezzan raramente era ouvida [...]. No entanto, o conceito de um reino era um novo conceito político, desconhecido ao país ou sua população. Quando as negociações para a independência se intensificaram, Sayyid Idris estava relutante em assumir o poder sobre as três províncias [...]. Além dessas dificuldades políticas, havia a chocante realidade política e social que o país enfrentava na época da Independência: infraestrutura em grande parte destruída, sem comércio, desemprego elevado, uma renda per capita estimada em US\$ 25 por ano, 40% de mortalidade infantil e 94% de analfabetismo (VANDERWALLE, p. 41-42).

Ao contrário de outros países do norte da África, onde uma forte ideologia unificadora nacional levava à descolonização e à independência, na Líbia esta última veio inesperadamente e sem preparação, já que os líbios não tinham senso de comunhão histórica ou política. Esses fatores de desunião e divisão, juntamente com aspectos fortemente ligados às qabilas, ainda

estão muito presentes e oferecem uma das explicações para a guerra civil e o atual caos e para a disseminação de milícias de grupos armados pertencentes a essa ou àquela família, predominantes na atual Líbia.

Em março de 1953, a Líbia se juntou à Liga Árabe e em dezembro de 1955, à ONU; em fevereiro de 1959, a França decidiu por um governo de transição no Fezzan, estabelecendo uma assembleia representativa: tratava-se de uma região importante para a África equatorial francesa, e engenheiros franceses já haviam começado inspeções para localizar petróleo ao longo das fronteiras da Líbia e da Argélia.

Os primeiros campos de petróleo foram descobertos na década de 1950, mas o país, ainda com pouca soberania nacional, com uma lei aprovada em 1955, concedeu a várias empresas internacionais a exploração desse importante recurso: restavam 50% das receitas para a Líbia; a população era muito pobre, apesar do rico subsolo e ao longo da década de 1960 a situação não mudou.

Como todas as ex-colônias, após atingir a independência formal em 1951, a Líbia permaneceu firmemente ligada às potências que pregavam seu “desenvolvimento” sem, contudo, conceder uma autonomia real: a importância do país no controle do Mediterrâneo tornava indispensável para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a manutenção de duas bases militares, ocupadas durante a Segunda Guerra Mundial, a assinatura de uma aliança militar Londres-Trípoli e as concessões aos Estados Unidos da base aérea de *Wheelus Field*, e também a constituição de uma Comissão Líbio - Americana para a Reconstrução. Esta última, em todo o caso, não conseguiu fornecer qualquer ajuda real à Líbia, continuando a funcionar de forma esporádica e ser de baixa quantidade e qualidade, mesmo após a ameaça da Líbia de se aproximar da URSS. Por todas estas razões, a situação do povo líbio foi bastante dramática, sem a possibilidade de melhoria e sem soberania política. Esta situação continuou mesmo quando foram lançadas as bases para o que será a futuro melhoria, com a descoberta de enormes reservas petrolíferas e a sua exploração pelas empresas ocidentais: para avançar rapidamente com a extração, a lei do petróleo de 1955 concedeu a utilização dos poços para as principais empresas mundiais que, embora de acordo com a lei soubessem que “o petróleo pertencia ao povo líbio”, tinham a máxima liberdade de ação, desde que dividissem os lucros com o governo em 50% e não se mantivessem por muitos anos na mesma área. Já em 1959, a *Esso Standard Oil* comunicou ao Departamento de Estado dos EUA a descoberta de um campo de petróleo muito rico na Cirenaica, e o comentário em resposta foi que “a Líbia tinha ganhado na loteria”. Na verdade, mesmo se nos anos 60 a quantidade de petróleo extraída aumentou muito, a condição do povo líbio permaneceu inalterada, seja porque o Estado recebia apenas uma porcentagem das receitas, seja porque a presença militar estrangeira e a sujeição aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha impediam qualquer autonomia (PISTILLI - CRICCO, 2011).

Em abril de 1963, o sistema de governo federal foi abolido e o país adotou o nome do Reino da Líbia.

Objetivos estratégicos ocidentais

Como aponta St. John, os governos ocidentais continuaram a ver a Líbia em uma perspectiva de “guerra fria” e estratégias globais relacionadas; se, por um lado, os britânicos estavam trabalhando para consolidar as relações diplomáticas e políticas na Cirenaica, em uma

tentativa de estabilizar suas bases militares, por outro lado, a França expressara repetidamente sua preocupação de que a independência da Líbia pudesse encorajar iniciativas similares em outras partes do Norte da África. Paris, de fato, esperava manter e fortalecer sua posição no Fezzan para retardar a disseminação do nacionalismo árabe para o oeste; por sua parte, os EUA, apesar de apoiarem a independência da Líbia, estavam trabalhando para fortalecer sua presença no *Wheelus Field* antes mesmo da independência. Quanto aos italianos, eles se reconciliaram com a independência de sua antiga colônia e esperavam a oportunidade de criar acordos para proteger seus interesses econômicos na Tripolitânia (ST. JOHN, 2012, p. 102).

A derrubada da monarquia líbia não foi inesperada: durante os anos 1960, vários fatos destacaram o baixo nível de legitimidade que o reino possuía na mesma Cirenaica, devido à crescente corrupção, tanto no setor público quanto no privado, causada pela enorme renda de dinheiro derivado do petróleo; o nepotismo e o clientelismo eram muito fortes e a corrupção era generalizada, juntamente com os interesses das grandes qabilas. A exclusão política, a desunião, a ausência de nacionalismo e a parceria com o Ocidente foram percebidas como suspeitas em uma época de luta antiocidental, e criaram um terreno fértil para o golpe de 1969.

3.6. A revolução da Líbia e o regime de Gaddafi (1969-2011)

3.6.1. Uma nova fase histórica

Em 1º de setembro de 1969, um grupo de soldados liderados por um jovem oficial, Mu'ammar al-Gaddafi, depôs o rei Idris com um golpe sem derramamento de sangue e iniciou a Revolução Líbia.

Às 2h30 de 1 de setembro de 1969, a “operação Jerusalém”, assim chamada em homenagem ao movimento de libertação palestino, começa em todos os lugares que tinham uma guarnição militar significativa, a saber: Bengazi, Trípoli, Sebha, Derna e al-Bayda. Impulsionado pelo fator surpresa, o conselho do comando da revolução (CCR) toma posse facilmente e sem derramar sangue de quartéis, sede da polícia, estações de rádio e aeroportos, também porque as unidades pretorianas da Força de Defesa da Cirenaica (CYDEF) e da Força de Defesa da Tripolitânia (TRIDEF) decidem não intervir (SENSINI, 2011-2017, p. 46-48).

O golpe é implementado em poucas horas:

Às 7h30, tudo está terminado e os maiores expoentes do regime monárquico já estão presos. O único caso de resistência é em Tobruk, onde cerca de 600 homens da guarda real conseguem manter as tropas da revolução ocupadas até 4 de setembro, quando um pelotão do quinto regimento do exército líbio, agora sob o controle de jovens oficiais, força os oponentes a se renderem sem derramamento de sangue (CRICCO-CRESTI, 2011, p. 43).

O brilhante resultado da operação, como aponta Aruffo,

depende também da contribuição do componente tribal da sociedade: dos Warfalla e Magariha do Oeste, aliados à tribo Qaddhafa à qual Gaddafi pertencia (ARUFFO, 2011, p. 30).

Na estação de rádio de Benghazi, o jovem oficial Gaddafi leu a proclamação que encerrou o antigo regime, dando vida à República Árabe da Líbia (FIRST, 1974, p. 16); o rei Idris soube da notícia enquanto estava na Turquia. No primeiro capítulo do livro de John Cooley (1983) é descrito de forma muito narrativa e poética como os pais de Gaddafi, dois simples beduínos que viviam no deserto de Sirte, descobriram pelo rádio em 1 de setembro de 1969 sobre a revolução liderada por seu filho, reconhecendo sua voz.

O Conselho do Comando da Revolução (CCR), liderado por Gaddafi, iniciou imediatamente um processo de libicização e nacionalização de bancos estrangeiros no território, o aumento dos royalties as companhias petrolíferas e dos salários dos trabalhadores líbios na indústria petrolífera da Líbia; o uso do árabe foi introduzido para termos previamente expressos em inglês. Nos quatro anos seguintes, o CCR nacionalizou e transferiu as propriedades e os interesses das nove principais companhias petrolíferas dos EUA para a *National Oil Company* (NOC), uma entidade controlada pelo Estado líbio (CRICCO e CRESTI, 2011, p. 49-52). As tropas britânicas e americanas estacionadas em el-Adem e *Wheelus Field* também foram expulsas; o contingente anglo-americano deixou a Líbia em 30 de junho de 1970 (CRICCO e CRESTI, 2011, p. 49-52; VARVELLI, 2009, p.64-74).

Três são os pontos fundamentais sobre os quais se baseiam os revolucionários do CCR de Gaddafi: liberdade, socialismo e unidade (GADDAFI, 1969, p. 570-572). Gaddafi, com 27 anos, surgiu como uma figura carismática dentro do CCR que liderou a revolução.

O golpe de Estado de 1 de setembro de 1969 pôs fim a um sistema político considerado anacrônico pela maioria dos observadores. O golpe foi sem sangue. [...] Os novos líderes líbios representaram uma ruptura com o passado do país. [...] Sua formação sócio-econômica e política contrastava fortemente com o que havia fornecido a liderança durante a monarquia. Todos vinham da classe média e de tribos e famílias menos prestigiadas, que foram afiliadas ao governo Sanussi. Muitos vieram de um meio rural e eram todos jovens, exceto dois que se formaram na academia militar em 1963 (VANDERWALLE, 2011, p. 78).

Eles eram conhecidos como Oficiais Livres e eram liderados por Gaddafi, que tinha grande admiração pelo Presidente egípcio Nasser: ele era considerado um herói e um exemplo a ser seguido. Foi assim que, com sua morte em 1970, Gaddafi se tornou o guardião da revolução nasserista e assumiu o papel de “guardião” do nacionalismo e da unidade árabe, ou seja: a revolução líbia se encarregava de levar adiante o legado da revolução de Nasser no Egito.

A nova etapa da Líbia

Antes de 1969, a Líbia era um dos países mais pobres do mundo. Os poucos privilegiados que haviam se enriquecido com petróleo, percorriam Trípoli e Benghazi a bordo de Mercedes e Cadillac, ignorando as carroças puxadas por burros, os camelos e as cabanas da grande maioria das pessoas que viviam nos limites da sobrevivência. Mendigos, atendentes de estacionamento voluntários em busca de gorjetas, mendigos, proxenetas, pequenos ladrões perambulavam pelas cidades para estimular a generosidade de estrangeiros ou a oferta ocasional de um rico líbio. Naqueles dias, o centro de uma cidade, em alguns aspectos, lembrava as favelas do Cairo, Casablanca ou Argel. Apenas um tolo ou um obstinado, por mais que ele pense sobre a política de Gaddafi, negaria que o coronel do deserto tenha feito essas mudanças em seu país.

[...] Barracas ou cabanas visíveis hoje são apenas aquelas usadas pelos trabalhadores da construção, que são generosamente pagos para construir novas casas, escolas, mesquitas, pontes, rodovias, hospitais (capazes de fornecer assistência médica adequada).

[...] Muitos observadores estrangeiros testemunharam as mudanças materiais excepcionais que a riqueza do petróleo de Gaddafi e a revolução cultural trouxeram para a Líbia.

[...] Alunos do ensino médio que se destacaram particularmente no estudo foram encorajados a entrar na academia militar e receberam bolsas de estudo em universidades americanas ou cursos especiais de treinamento militar na Itália, França, Grã-Bretanha, Suécia e também na União Soviética após os acordos de 1974 (COOLEY, 1983, p. 180-185).

Ao contrário de seus detratores, o jovem Gaddafi definiu os acontecimentos de 1 de setembro de 1969 como uma verdadeira revolução (*thawra*) e não simplesmente um golpe militar (*inqilah*). Entre os líbios que entrevistei, os anti-Gaddafi rebaixaram a revolução de 1969 para “golpe”, esvaziando-a de toda programação e planejamento de mudança e condenando todas as políticas - econômicas, sociais ou internacionais - empreendidas por Gaddafi e jovens oficiais. Vários analistas citados em minha bibliografia sustentam que a mudança de regime foi mais bem-sucedida devido à incompetência do antigo regime do que a um impulso ou vontade revolucionária popular.

Nos primeiros anos do novo regime, as relações entre os Estados Unidos e a Líbia continuaram cordiais, e alguns autores, como Cooley (1983), St. John (2002, 2008), Vanderwalle (1995, 2008, 2012) e outros, afirmam que Gaddafi recebeu ajuda norte-americana para o golpe - outros, como mencionei acima, a dos italianos. De sua parte, os Estados Unidos estavam interessados em manter o novo governo líbio fora da esfera de influência soviética e manter as relações entre os dois países. Por outro lado, a retórica de Gaddafi foi contra as bases dos EUA e da Inglaterra, e não contra as relações com os dois países.

3.6.2. Ajuda externa à Revolução?

A operação para destituir o rei Idris é assumida por um grupo de Jovens Oficiais Livres, quase todos da classe rural pobre, que gira em torno do capitão de 27 anos, Mu'ammār (aquele que constrói) Gaddafi, o qual medita sobre a revolta há anos e a organiza com muita paciência e meticulosidade. As reuniões para decidir os detalhes da ação acontecem secretamente em Trípoli e na Itália. A última aconteceu de 24 a 27 de agosto de 1969 no norte da Itália, em Abano Terme, onde são definidos os detalhes finais do plano e os respectivos papéis dos conspiradores. A este respeito, o magistrado Rosario Priore, que em mais de 30 anos

de atividade tem lidado com alguns dos casos mais importantes da história judicial italiana e internacional, solicitado pela pergunta se por trás do golpe de Gaddafi houvesse de alguma forma a mão de Serviço secreto italiano, assim responde: “O golpe foi organizado em um hotel em Abano Terme. Eu realmente acho que sim, houve por detrás a mão italiana. Assim que Gaddafi assumiu o poder, para o desfile triunfal, lhe enviamos navios carregados com tanques, divisões inteiras, deixando nossas defesas indefesas nas fronteiras [...]. Sabíamos que [sob aquela caixa de areia] havia petróleo e que os depósitos eram imensos. A Líbia era uma tentação, porque poderia constituir nossa reserva estratégica de combustível para nosso desenvolvimento econômico, como de fato aconteceu... Os líbios imediatamente fecharam as bases britânicas e americanas, expulsando os militares dos dois países e a [...] Itália imediatamente se tornou o principal parceiro econômico de Gaddafi” (FASANELLA - PRIORE, 2010, p. 32 e 33).

De acordo com Cooley (1983), nos primeiros três anos da revolução líbia, os EUA encararam favoravelmente Gaddafi como um anticomunista, porém, durante as administrações de Carter e Reagan, as relações com o coronel da Líbia tornaram-se tensas e hostis. Sublinha Cooley:

Devemos lembrar que eles não haviam começado assim. O importante papel de Gaddafi na Líbia tem sido pouco conhecido e entendido pelos americanos. Mas tanto os partidários do coronel quanto aqueles que o consideram uma das piores ameaças da humanidade depois de Genghis Khan tendem a concordar com essa verdade fundamental: Gaddafi é em parte uma culpa americana.

As companhias petrolíferas americanas e outras com poderosos aliados em administrações anteriores dos EUA juntaram-se à revolução de Gaddafi, depois de terem contribuído com a corrupção do regime monárquico que ele derrubou. Mas o envolvimento americano vai além dessa colaboração comercial. Nos primeiros anos do governo revolucionário, pelo menos até o primeiro acordo de fornecimento de armas que Gaddafi e o major Jallud concluíram com a URSS em 1974, os serviços secretos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental protegeram o coronel da Líbia de seus inimigos e o ajudaram a permanecer no poder.

Muito antes de dois ex-agentes da CIA, Frank Terpil e Edward Wilson firmarem o acordo comercial de 1976 com Gaddafi para vender à Líbia informações de vários tipos sobre os serviços de inteligência americana, aos árabes do Oriente Médio parecia que Gaddafi tinha feito “um pacto com o diabo” e que se beneficiava da proteção da CIA. [...] Gaddafi não era o agente de ninguém além de si mesmo. Duas coisas contribuíram para que ele ganhasse essa reputação de “homem da América”, especialmente nos círculos esquerdistas comunistas árabes durante os primeiros anos de seu regime. Primeiro, a série de ações antissoviéticas e anticomunistas que ele colocou em prática: frequentes críticas à União Soviética e ao comunismo através de seus primeiros discursos e a mídia líbia; denúncia do papel soviético na guerra indo-paquistanesa de 1971 [...]; críticas abertas ao Tratado URSS-Iraque de 1972.

[...] As explicações dadas aos ocidentais e ao enviado de Nasser, Mohammad Haykal, sobre a revolução, foram reconfortantes e fizeram com que aceitassem o golpe em Londres e Washington, obtendo também garantias de não intervenção e reconhecimento do novo governo. pelas duas principais capitais ocidentais (COOLEY, 1982, p. 117 - 120).

O que Cooley escreveu é uma ideia compartilhada entre os adversários de Gaddafi, especialmente comunistas, islamitas e liberais: vários líbios que entrevistei argumentaram que o coronel estava “no pagamento” dos EUA, pelo menos nos primeiros anos do regime. Esta opinião deriva da posição anticomunista de Gaddafi, mas talvez também do ódio que eles tinham por ele: no mundo árabe, para desacreditar alguns líderes, costuma-se dizer que “ele trabalha para os EUA” ou “para Israel”.

Na mesma linha de Nasser, Gaddafi perseguiu os comunistas e os colocou na cadeia, como também fez com a Irmandade Muçulmana e outros opositores. Explica Cooley:

A abolição dos partidos políticos na Líbia, ordenada por Gaddafi, significou uma postura rígida contra os baathistas, da fé pró-iraquiana e pró-síria, socialistas de vários tipos e, claro, dos comunistas. Portanto, embora Gaddafi fosse um pouco excessivo em sua atitude em relação a Israel e à causa palestina, Washington o considerava um inimigo ferrenho do comunismo, o que nunca permitiria que os soviéticos conseguissem uma posição chave no norte da África: militar, políticas ou ideológica (COOLEY, 1982, p. 122).

A linguagem usada por Gaddafi era a do nacionalismo árabe na esteira do nasserismo - ele se identificava muito com Nasser e com seu sonho de unificar o mundo árabe para se rebelar contra a hegemonia ocidental. Em dezembro de 1970, surgiu a primeira agenda política do novo regime, que incluía um apelo pela remoção de todas as bases e tropas estrangeiras do território líbio, um apelo à unidade nacional e a supressão de todos os partidos políticos; no programa, havia várias referências ao islamismo, mas com novas bases religiosas, em oposição às daquelas dos ulemás associados à liderança Sanussi (falarei sobre isso no capítulo 4).

Como destacado por vários estudiosos, incluindo os já mencionados Vanderwalle e St. John, é importante contextualizar a revolução líbia no clima político e ideológico internacional da época, caracterizada por eventos internacionais particularmente dramáticos, como a Guerra dos Seis Dias, em Junho de 1967, entre o Israel bem armado e um exército corpulento de tropas árabes mal treinadas e armas obsoletas, que resultou no fracasso árabe e na ocupação do que restou da Palestina histórica pelas forças vitoriosas israelenses – uma derrota traumática para o mundo árabe e islâmico, que tomou o nome de Naksa (a recaída) (após o desastre, Nakba, causado pela criação do estado sionista no território árabe-palestino em 1948, com a consequente limpeza étnica e expulsão de centenas de milhares de palestinos nativos). A isto devem ser acrescentados os fracassos das iniciativas dos países não alinhados e do terceiro mundo; foi isso que Gaddafi começou a representar:

uma voz, portanto, que muitos outros líderes árabes não podiam mais expressar. Ele falava de verdades impronunciáveis que outros nem ousavam articular. Ele atacava amigos e inimigos com um senso de justiça que antagonizava seus parceiros mais próximos na região e muitos de seus inimigos (WANDERVALLE, 2008, p. 80).

Contudo a principal acusação feita contra os jovens revolucionários foi a falta de clareza programática e a utilização da retórica; além disso, o limite de Gaddafi, de acordo com seus detratores, era o fato de ele ter colocado mais energia, e dinheiro, em direção à região árabe e islâmica do que em seu país.

O novo regime tinha como alvo as elites políticas e econômicas da monarquia; alguns dos líbios perto da família Senussi e partidários da monarquia, que entrevistei, acusam Gaddafi de ter atacado gravemente essas elites e de ter dado poder demais ao povo, isto é, de ter criado

uma espécie de “desordem”. Ao longo dos anos, ele dirigiu-se contra burocratas de alto nível e empresários da Cirenaica, da Tripolitânia e do Fezzan; expurgou o exército dos elementos senussi, criando muitos inimigos, muitos dos quais deixaram o país para evitar serem presos, e esperaram o momento oportuno para derrubar a situação; o novo governo também tentou limpar a burocracia da corrupção - uma tarefa não fácil, dada a prática arraigada de nepotismo, clientelismo e especulação que marcou o período monárquico.

Em 14 de janeiro de 1971, Gaddafi anunciou em al-Zâwiya, uma cidade no noroeste da Líbia, na região da Tripolitânia, que o país seria “governado pelo povo” por meio de congressos populares que indicariam representantes ao Parlamento e, assim, elegeriam diretamente o presidente do país; porém, a primeira versão do governo popular foi abandonada e substituída por um sistema de mobilização mais controlado.

Em 12 de junho de 1971, em Zahf, foi anunciada a União Socialista Árabe; em 16 de abril de 1973 em Zuwârah, uma cidade no noroeste da Líbia, a capital do distrito de al-Nuqat al-Khams, na região de Tripolitania, foi implementada uma fase subsequente da revolução popular, desejada por Gaddafi, onde as estruturas políticas existentes foram canceladas, intensificando a liderança popular da revolução, e isso incluiu medidas para acelerar a remoção dos opositores do regime, ativando também uma revolução cultural e administrativa e a entrega de armas aos cidadãos líbios: a revolução popular de Gaddafi pretendia remover os obstáculos legais e administrativos que ainda existiam e dificultavam a mudança revolucionária; ele enfrentou burocratas regionais e locais que considerava hostis à sua revolução: prefeitos, diretores nacionais de rádio e TV, executivos de companhias aéreas, institutos de petróleo - os governadores de Benghazi, Derna, Ghariyan também foram substituídos; toda a prefeitura de Trípoli foi forçada a renunciar.

3.6.3. O discurso de Gaddafi em Zuwârah, em 1973: do Partido Único no estilo Nasser à Revolução do Povo

As estruturas do país foram redesenhadas de acordo com a Terceira Teoria Universal, contida na primeira parte do Livro Verde: elas representaram uma forma de democracia direta para Gaddafi e eram expressas pelos Congressos do Povo (com função legislativa) e pelos Comitês do Povo (com função executiva). Os Congressos do Povo e Comitês do Povo eram dois aspectos fundamentais do Livro Verde e da ideologia de Gaddafi.

Em 12 de outubro de 1973 foi promulgada a lei dos Comitês Populares, mas os setores vitais da economia foram excluídos dessa gestão; na realidade, Gaddafi se opôs a essa restrição e recusou-se a assinar a lei, destacando assim a possível existência de divergências entre os

tecnocratas no comando do país e os revolucionários como Gaddafi, que buscaram uma mobilização popular e gestão popular dos assuntos públicos.

O anúncio de Zuwârah foi uma medida da frustração de Gaddafi para com a apatia política no país. A verdadeira revolução, ele argumentava, era obscurecida e frustrada por elementos dentro da sociedade líbia que queriam obstruir o progresso do país. A única solução era deixar que o povo governasse a si mesmo (Vanderwalle, p. 84).

A Revolução Popular de 1973 queria criar uma liderança juvenil com raízes locais e das classes populares baixas e médias, que se distanciaria, em termos de educação e nível social, das elites tradicionais do país; no entanto, muitos dos novos quadros burocráticos eram inexperientes e, juntamente com as muitas novas agências governamentais presentes e descoordenadas, criaram uma grande confusão e, como forma de controle pelo novo regime, cresceram ainda mais a burocracia.

A partir de 1977, o elemento central do sistema político líbio serão os Comitês Revolucionários, que terão a função de proteger o sistema da revolução (eles podem lembrar, em certo sentido, os Pasdaran, os Guardiões da Revolução, no Irã).

3.7. A Sociedade Líbia do Livro Verde (1973-1986)

3.7.1. A filosofia política de Gaddafi, o Livro Verde, o nascimento do grande Jamâhîriyya

A filosofia política e a ideologia na origem dos primeiros movimentos de Gaddafi na época do golpe dos Oficiais Livres podem ser resumidas em poucas palavras: é um nacionalismo que tem como objetivo fundamental a união dos países do mundo árabe. A ação política do novo governo revolucionário terá que criar as condições necessárias para realizar essa união: é uma consequência importante a luta contra a influência dos países ocidentais, e em particular contra Israel, definida como “estado sionista”, cuja existência é a confirmação da continuidade do colonialismo ocidental no mundo árabe.

[...] Um dos primeiros objetivos da ação de Gaddafi e seus companheiros [...] é, como já vimos, a libertação da Líbia da sujeição às potências ocidentais, que tiveram sua força nas bases aéreas: era este, pelo menos no começo, o objetivo concreto para alcançar a verdadeira independência.

Quanto à política social e econômica, o coronel procurava uma distribuição mais equitativa da enorme riqueza do país, mas não era suficiente: para alcançar a unidade árabe era importante que as massas tivessem a oportunidade de se expressar livre e independentemente fora do quadro de partidos e organizações políticas, que pareciam ser as principais fontes de divisão interna.

[...] Embora aplicando-se ao seu país e tirando dele as principais raízes, o seu pensamento político nunca se limitará ao espaço político e social da Líbia, mas assumirá a forma de uma teoria do mundo, da existência e do destino da humanidade de caráter universal.

Esta reflexão, que é a base de um projeto político mais amplo, colocará Gaddafi nos primeiros anos do governo, em oposição àqueles que, mesmo entre seus colaboradores mais próximos no golpe, exigirão maior atenção à ação interna e às questões de gestão da riqueza do país de acordo com o desenvolvimento e bem-estar de sua população.

Neste contexto, 1975 representa um ano particularmente importante pelo manifestar-se de uma oposição que levará a uma maior repressão dos manifestantes e sua progressiva marginalização do aparato governamental, bem como ao fortalecimento do grupo de poder em torno de Gaddafi. Nos primeiros meses do ano, os estudantes expressam publicamente sua discordância: sua repressão leva a prisões em massa em

abril daquele ano e a introdução do serviço militar obrigatório como medida de controle e arregimentação (CRICCO - CRESTI, 2015, p. 226-228).

Naquele ano houve tentativas de golpes e tensões entre a facção política e a facção tecnocrática dos Oficiais Livres.

Em 1973, quatro anos após a revolução, o regime iniciou reformas de política econômica que lançaram as bases do caminho revolucionário até 1986, quando começou o embargo imposto pelos Estados Unidos; essas iniciativas foram financiadas por enormes recursos econômicos da venda de petróleo: 95 bilhões de dólares que elevaram consideravelmente a renda per capita dos líbios, que subiu de 2216 dólares por ano, em 1969, a cerca de 10 mil dólares por ano 10 anos depois. Na Terceira Teoria Universal do Livro Verde, Gaddafi destaca uma alternativa ao capitalismo e ao marxismo também tentando destacar as características que acreditava terem impedido o povo líbio de poder participar diretamente da revolução do país. O Livro Verde revela uma grande desconfiança e uma dura crítica à burocracia, ao *qabilismo* e à democracia ocidental (COOLEY, 1983; VANDERWALLE, 2008-2011; ST. JOHN, 2012-2015).

O Livro Verde, lançado após o golpe de 1975, foi uma elaboração do discurso de Zuwârah: ele contém as idéias utópicas de Gaddafi do ponto de vista da organização econômica, política e social da Líbia: o novo estado líbio nascido da revolução, a *jamâhîriya*, uma comunidade política fundada tanto na consulta quanto na representação política, onde os cidadãos comuns possuem os recursos do país, o exército, a autoridade e dirigem diretamente a administração do país e a sua burocracia através de um sistema de comitês e congressos populares. As várias partes do Livro Verde contêm tópicos como a desconfiança nas estruturas hierárquicas burocráticas dos estados modernos, por exemplo os ocidentais, a rejeição da presença de intermediários que, por meio da burocracia e das instituições administrativas, impedem o indivíduo de administrar diretamente suas próprias vidas. O foco central do Livro é baseado no fato de que os cidadãos comuns podem administrar diretamente as instituições administrativas e burocráticas do Estado e encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais. Muita ênfase é colocada na consulta, igualdade e democracia direta através da qual os cidadãos assumem o controle do Estado: de acordo com Gaddafi, no entanto, tais metas só podem ser alcançadas superando e removendo elementos arcaicos como o *qabilismo*; ele criticou fortemente os sistemas políticos e os Estados com base na representação: ele acreditava que eles eram repressivos porque a escolha eleitoral implica a atribuição pelo indivíduo da sua soberania pessoal para o benefício de outros; partidos políticos implicam vencedores e perdedores e perdedores têm que se submeterem as escolhas dos vencedores.

Trata-se de um conflito dentro da escolha política que leva à derrota do povo, pois o 49% deve aceitar ser dominado pelo 51% que ganhou as eleições, sem ter votado naquele partido ou alinhamento político em particular. A representação torna-se assim uma ocasião de decepção para aqueles que não venceram. Os sistemas parlamentares seriam, portanto, falsas democracias; os partidos políticos são os meios pelos quais uma maioria pequena e estreita pode usurpar o direito de falar em nome de todos. Além disso, os votos podem ser comprados: as classes sociais menos ricas, portanto, não são representadas por ninguém. Segundo Gaddafi, a luta pelo poder entre os partidos políticos, como o entre os grupos e as qabilas, é destrutiva: para ele, portanto, a única solução política e social era a democracia direta por meio da ação dos congressos populares locais, por sua vez, estes congressos davam poder a congressos superiores e comitês populares que representam seu interesse nacional. Eles representavam os ramos legislativo e executivo; acima de tudo, o Congresso Geral do Povo (GPC) e o Comitê Geral do Povo (CGP), que era equivalente a um gabinete de ministros: “Lijân fi kulli makân”, comitês em todos os lugares; todas as atividades políticas estavam contidas nesses congressos populares de base, mas as políticas externas do país eram excluídas.

O projeto de uma nova sociedade foi exibido por Gaddafi em uma série de discursos, em vários escritos, artigos, entrevistas e tomou uma forma completa em um trabalho de não grandes dimensões, o Livro Verde (al-Kitâb al-akhdar), publicado em três partes distintas entre 1976 e 1979. Os primeiros sinais da preparação de uma nova teoria política, a que então será conhecida como a Terceira Teoria Universal, já haviam ocorrido na época do discurso de Zuwârah (1973), quando vem anunciada uma revolução cultural popular e uma ação política decididamente socialista.

Em 1974, Gaddafi havia renunciado a todos os cargos administrativos e políticos - mas havia mantido os de chefe de estado e comandante em chefe das forças armadas - para dedicar seu tempo a “tarefas ideológicas”: nos quatro anos seguintes a elaboração de seu pensamento assumiu uma forma completa.

Do Livro Verde, traduzido em numerosas línguas, centenas de edições foram feitas; para difundi-lo, foi criada uma organização internacional com meios extraordinários de impressão, divulgação e organização de propaganda em torno de seu conteúdo. Suas sentenças tornaram-se slogans repetidos continuamente por multidões (CRESTI - CRICCO, 2015, p. 228-229).

O Livro Verde é um volume de 170 páginas, contendo três partes: 1) análise política e geral, 2) análise econômica, 3) análise da sociedade e sua organização. As três partes contêm as respostas de Gaddafi a problemas fundamentais da vida humana, pública e privada.

Cópias do livro foram queimadas em fogueiras públicas pelos manifestantes em Benghazi, durante a revolta de 2011.

3.7.2. A solução para o problema da democracia: o poder do povo (do Livro Verde)

Todos os sistemas políticos do mundo de hoje são o resultado da luta entre os vários aparatos para chegar ao poder. A luta pode ser pacífica ou armada, como a luta de classes, partidos ou indivíduos. Seu resultado é sempre a vitória de um instrumento de governo, seja um indivíduo, um grupo, ou uma classe, é a derrota do povo. Em outras palavras, a derrota da verdadeira democracia. A luta política que se resolve na vitória

de um candidato que obteve 51% dos votos dos eleitores, traz um sistema ditatorial sob a falsa aparência de democracia. De fato, 49% dos eleitores são governados por um instrumento de governo que eles não escolheram, mas que foi imposto a ele. Isso é ditadura. O conflito político, também, pode levar a um instrumento de governo que representa apenas a minoria; isso acontece quando os votos dos eleitores são distribuídos entre um grupo de candidatos, um dos quais obtém um maior número de votos do que cada um dos outros candidatos, considerados individualmente.

[...] As massas são completamente separadas do seu representante e ele, por sua vez, é completamente separado delas.

De fato, imediatamente após sua eleição, ele usurpa sua soberania e age em seu lugar. A democracia tradicional, dominante no mundo de hoje, abrange os membros do Parlamento com uma sacralidade e uma imunidade que nega ao cidadão. Isso significa que os parlamentos se tornaram uma ferramenta para usurpar e monopolizar o poder do povo em seu benefício. É por isso que se tornou necessário, hoje, um direito de os povos lutar, através da revolução popular, para destruir esses instrumentos monopolistas de democracia e soberania que são chamados de parlamentos, que usurpam a vontade das massas. É um direito dos povos de proclamar solenemente o novo princípio: nenhuma representação no lugar do povo.

Quando o parlamento é o resultado da vitória eleitoral de um partido, é o parlamento do partido e não do povo. Representa o partido e não o povo, e o poder executivo do Parlamento é o poder da parte vencedora e não do povo. [...] Nestes sistemas de governo, o povo é a presa pela qual se está lutando. O povo é a vítima enganada e explorada por corpos políticos que lutam para chegar ao poder e para arrebatá-lo dos votos do povo, enquanto ele está silenciosamente alinhado em longas filas que se movem como um rosário a fim de colocar seu voto nas urnas da mesma maneira em que outras cartas são jogadas no cesto de lixo. Esta é a democracia tradicional implementada em todo o mundo, seja como um sistema de partido único seja como um sistema bipartidário ou multipartidário ou até mesmo um sistema sem partido; assim, torna-se evidente que a representação é uma impostura.

[...] Além disso, uma vez que o sistema de eleição dos parlamentos é baseado na propaganda para obter votos é, portanto, um sistema demagógico no verdadeiro sentido da palavra. Os votos podem ser comprados ou falsificados; por essa razão, os pobres não podem enfrentar as batalhas eleitorais, nas quais somente o rico sempre vence.

Foram os filósofos, pensadores e autores políticos que apoiaram a teoria da representação parlamentar, os povos eram ignorantes e conduzidos como ovelhas pelos reis, sultões, conquistadores. [...] Portanto, é irracional hoje, depois da vitória da era das repúblicas e do início da era das massas, que a democracia seja a formação de um pequeno grupo de deputados, que atuam em nome das grandes massas populares. É uma teoria ultrapassada e uma experiência superada. O poder deve ser inteiramente do povo. As ditaduras mais tirânicas que o mundo conheceu foram estabelecidas à sombra dos parlamentos.

O partido

O partido é a ditadura contemporânea. É a ferramenta de governo das ditaduras modernas porque representa o poder de uma parte sobre o todo. É o mais recente sistema ditatorial.

[...] Qualquer que seja o número de partidos, a teoria é sempre a mesma. A experiência de vários partidos exacerba a luta pelo poder, que resulta na destruição de todas as conquistas do povo e na sabotagem de todo programa de desenvolvimento da sociedade.

[...] O partido é a qabîla e a seita da era moderna. A sociedade governada por um único partido é idêntica àquela governada por uma única qabîla ou uma única seita.

[...] A luta dos partidos não difere de forma alguma da luta da qabîla ou das seitas para ganhar poder. Se o sistema das qabîlas ou sectário tem que ser rejeitado ou politicamente deplorado, o sistema partidário também deve ser rejeitado e deplorado, porque ambos os sistemas procedem da mesma maneira e levam ao mesmo resultado.

Congressos populares e comitês populares

Os congressos populares são os únicos meios para implementar a democracia popular. Qualquer outro sistema é uma forma antidemocrática de governo.

[...] Os congressos populares são o último ponto de chegada do movimento dos povos em direção à democracia. Congressos populares e comitês populares são o fruto da luta dos povos pela democracia.

[...] A democracia direta, se implementada, é inegavelmente e inquestionavelmente o método ideal de governo. As sociedades se afastaram da democracia direta, já que era impossível reunir todas as pessoas de uma só vez, qualquer que fosse seu número, para discutir, examinar e decidir sobre sua política.

[...] A Terceira Teoria Universal nos apresenta uma experiência realista de democracia direta. [...] Antes de tudo, as pessoas são divididas em congressos populares básicos. Cada uma dessas conferências escolhe seu comitê-guia. Do conjunto de comitês, se formam em cada setor, congressos populares não básicos. Então, o conjunto de congressos populares básicos escolhe os comitês populares e administrativos que substituem a administração do governo. A partir disso, temos que todos os setores da sociedade são dirigidos por comitês populares. Os comitês populares que dirigem os setores tornam-se responsáveis perante os

congressos populares básicos; os segundos ditam a política a seguir para os comitês populares e monitoram a execução dessa política. Dessa forma, tanto a administração como o controle se tornam populares e acambam com a antiga definição de democracia que diz: “A democracia é o controle do povo sobre o governo”, para substituí-lo com o exato que diz: “a democracia é o controle do povo sobre si mesmo”. Todos os cidadãos que são membros desses congressos populares pertencem, por sua profissão ou suas funções, a várias categorias e setores, como trabalhadores, camponeses, estudantes, comerciantes, artesãos, empregados, profissionais.

[...] Os problemas discutidos nos congressos populares básicos, nos comitês populares, nos sindicatos e nos sindicatos profissionais tomam forma definitiva no congresso geral do povo, onde se reúnem todos as lideranças dos congressos populares, dos comitês populares, dos sindicatos, das ligas profissionais.

[...] O congresso geral popular [...] é o encontro de congressos populares de base, comitês populares, sindicatos e todas as ligas profissionais.

Desta forma, o problema do instrumento de governo será de fato resolvido e os regimes ditatoriais terminarão. O povo se tornará um instrumento de governo (O Livro Verde, p. 9-41).

Bases sociais da Terceira Teoria Universal

O motor da história humana é o fator associativo dos povos (ijtimâṭ al-qawmī). A base da dinâmica da história é o vínculo associativo que mantém diferentes grupos humanos ligados, cada um individualmente, da família à tribo até a nação (ummah).

A qabīla

A qabīla é a família que cresceu como resultado da reprodução. A qabīla é uma grande família. A nação é a qabīla que cresceu como resultado da reprodução. Portanto, a nação é uma grande qabīla. O mundo é a nação que se ramificou em várias outras como resultado da proliferação. Portanto, o mundo é uma grande nação. O vínculo que une a família é como aquele que mantém amarradas a qabīla, a nação e o mundo, exceto pelo fato de que diminui à medida que o número de indivíduos cresce. A consciência de pertencer à humanidade (insâniyya) envolve a consciência nacional (qawmiyyah); a consciência nacional envolve a qabaliyyah¹⁴⁷; a consciência da qabaliyyah é um laço familiar (Râbitat usriyyah).

[...] É muito importante para a sociedade humana salvaguardar a coesão familiar, da qabīla, nacional e internacional para aproveitar as vantagens, peculiaridades, valores e ideais trazidos pela compacidade, coesão, unidade, harmonia e amor familiar, da qabīla, nacional e humano.

[...] A qabīla é uma escola social cujos indivíduos crescem desde a infância permeando-se de ideais que se transformam em um comportamento de vida e estão automaticamente enraizados com o crescimento da pessoa.

[...] A qabīla é um abrigo social natural para a segurança do indivíduo. Em virtude de seus costumes sociais de qabilas, oferece aos seus membros o preço do sangue (diyāh) de um grupo, uma compensação (gharâmāh) de um grupo, uma vingança de grupo e uma defesa de grupo, ou seja, oferece proteção social. O sangue está na origem da formação da qabīla, que, no entanto, não se baseia exclusivamente nele. Também a afiliação (intimā) é um dos componentes da qabīla.

A nação

A nação (ummah) para o indivíduo é um abrigo político nacional, mais distante do que o social que a qabīla fornece aos seus membros. O espírito do qabilismo (qabaliyyah) é a ruína da consciência nacional (qawmiyyah), pois a fidelidade (walâ) da qabīla enfraquece aquela nacional, como a fidelidade familiar enfraquece à da qabīla.

[...] Se as qabilas de uma nação lutam uma contra a outra, apoiando cada uma seus próprios interesses, essa nação está ameaçada.

[...] A estrutura (binâ) política e aquela nacional são corrompidas se caírem a um nível social, isto é, em um nível familiar e de qabīla, interferindo com ela e assumindo seus pontos de vista.

A nação é equivalente a uma grande família que passou pelo estágio da qabīla, a multiplicação das qabīlât que se ramificaram em uma única linhagem, incluindo aquelas que pertencem a ela por afiliação em um destino comum.

[...] A nação é composta de acumulações (tarâkumât) histórico-humanas que fazem um grupo de pessoas viver na mesma parte do território, construir a mesma história, formar uma herança única para ela e acabar enfrentando um único destino. Assim, a nação, independentemente do laço de sangue, é afinal uma afiliação e um destino comum (intimâ' wa masîr).

¹⁴⁷ Da qabīla.

[...] Ignorar os laços nacionais de grupos humanos e construir uma ordem política em antítese à situação social significa realizar uma estrutura transitória, que será destruída pela dinâmica do fator social desses grupos, ou seja, pelo movimento nacional de cada nação (O Livro Verde, p. 107-132).

3.8. A era das massas

Um novo sistema de governança política foi implementado em 2 de março de 1977, com Gaddafi anunciando o início da Era das Massas. A Líbia foi renomeada *Al-Jamâhîriyya al-arabiyya al-islâmiyya al-ishtirâkiyya li-sh-sha‘ab al-Lîbiy* (jamahiriyya árabe-islâmica socialista do povo líbio).

Poder do povo (Sult ash-Sha‘ab) na era das massas

Segundo Gaddafi, o cidadão tinha que ter a possibilidade de dividir e participar da riqueza do país e das atividades produtivas, não precisava ser assalariado, ou seja, ser um trabalhador que pode ser explorado dentro do empreendimento onde ele trabalha. O cidadão, pelo contrário, tinha que se tornar um parceiro na produção. Gaddafi, no entanto, também criticava a propriedade das empresas pelo estado, como era pretendida pelo marxismo, por não ser adequada, já que o trabalhador assalariado não é mais do que um escravo do Estado que o aluga; portanto, o slogan da revolução foi: parceiros e não assalariados.

O Livro Verde mostra como as duas formas de exploração, pública e privada, usam os trabalhadores, e isso nada mais é do que “a exploração do homem pelo homem”. Assim, os trabalhadores devem assumir o controle direto das empresas econômicas, abolindo tanto a burocracia do setor público quanto a ditadura do setor privado.

Gaddafi também se opôs à posse por indivíduos, famílias, empresas dos meios de produção e meios econômicos que envolviam a exploração de outras pessoas, e em relação às casas, era contra a propriedade pelo cidadão de mais de uma, pois ele considerava injusto que uma família possuísse várias casas e outras nenhuma e que pagassem o aluguel. Portanto, era necessária uma redistribuição - uma decisão que ele implementou, confiscou as propriedades privadas dos cidadãos mais ricos e distribuindo-as aos mais pobres; as empresas, por outro lado, foram nacionalizadas. Ele também era contra o aluguel, porque, segundo ele, representava uma forma de controle sobre as necessidades de uma pessoa ou família por outros: “A casa pertence àqueles que nelas vivem (*al-bayt li-sakinihi*)”.

A nacionalização de apartamentos desocupados – que começou em 1976 - foi uma manobra que lhe valeu o ódio das classes mais abastadas, e até os empresários e mercadores que o apoiaram na revolução sentiram-se traídos. Quanto à maioria das indústrias, as nacionalizações foram implementadas pelos Comitês Revolucionários.

Em essência, a propriedade privada de empresas, lojas e indústrias foi abolida: empresários foram acusados de não gastar seus lucros e suas atividades econômicas no bem-estar da República, todas as atividades comerciais foram fechadas e supermercados estatais foram abertos; além disso, todas as profissões foram nacionalizadas, abolindo quase todo o setor privado, exceto os bancos e o setor de petróleo.

Essas políticas, que levaram os líbios mais abastados a perder propriedades, negócios e até capitais, criaram muita inimizade em relação ao regime e a Gaddafi: entre meus entrevistados, essa aversão a ele surgiu muito claramente em algumas conversas.

Em 1981, o Waqf (poderoso, em todo o mundo árabe, departamento dos bens religiosos islâmicos) também foi abolido, e removido o histórico poder dos ‘ulamâ’, líderes religiosos muçulmanos que desfrutavam de grandes direitos e influências. Vou abordar a questão da relação entre Gaddafi e o Islã no capítulo 4, uma vez que é essencial entender as dinâmicas e alianças entre movimentos políticos islâmicos e agendas ocidentais na revolta contra o regime, em 2011.

Outra das medidas radicais empreendidas foi a mudança da moeda do país: todos os líbios foram obrigados a declarar suas economias na moeda antiga e mudá-las com a nova: aqui também muitas pessoas ricas perderam quase tudo - vários dos meus entrevistados da classe alta me contaram sobre essa reviravolta traumática em suas vidas -; portanto, no final de 1981, mesmo com medidas agressivas, o regime líbio havia redistribuído as riquezas do país. Todas essas manobras econômicas, as nacionalizações, a especialização das profissões, o ataque a elite religiosa islâmica, etc., valeram aos revolucionários e a Gaddafi inúmeras e transversais inimizades, que esperaram o momento certo para se vingarem.

Todos estes aspectos controversos nas políticas revolucionárias da Líbia são interessantes, seja pelo seu conteúdo político e social seja para entender como as classes afetadas - ricas e médias - desenvolveram uma aversão contra o regime de Gaddafi que as levou em parte a deixar o país para a Europa, os Estados Unidos e o mundo árabe, em parte a se opor e, em vários casos, acabando na prisão. As classes média e alta ainda falam de um “golpe” de 1969 e não de “revolução”. Muitos deles são monarquistas e liberais, outros são a favor das formas ocidentais de democracia.

Nos anos 1970 e 1980, 50% da força de trabalho líbica era composta por imigrantes, trabalhadores especializados ou não especializados: para reduzir essa dependência do trabalho estrangeiro, o regime investiu em educação, mas no final da década de 1970 cem mil líbios instruídos e cultos deixaram no país. O setor agrícola e de construção era ocupado principalmente por trabalhadores estrangeiros.

No entanto, apesar de uma mudança radical na gestão do poder, várias áreas estavam fora da ação do Congresso Geral do Povo, como o exército, a política externa, a polícia, as políticas econômicas do país, o setor petrolífero: tratava-se, portanto, de poder do povo, mas com “limites”.

Comitês Revolucionários

Os comitês revolucionários faziam referência direta a Gaddafi, que ordenava suas atividades por meio de um “comitê central de coordenação para os comitês revolucionários” (*al-lijân al-thawriya*, tipo os *pasdaran* ou guardas pretorianos, Guardiões da revolução), que tinha sede em Bab al-Aziziya, liderado por um membro da qabîla de Gaddafi, al-Qadhahfa, Ali al-Kilani.

Entre as várias tarefas desses guardiões estava a defesa da revolução, e isso também incluía perseguição e assassinatos políticos de dissidentes, na Líbia e no exterior (VANDERWALLE, 2008-2011, p. 120). Em seu livro “O retorno”, um famoso escritor líbio, Hisham Matar¹⁴⁸, conta como os dissidentes foram perseguidos, assassinados tanto no exterior quanto em casa: o seu pai é um desses desaparecidos, provavelmente morto na famosa prisão de Abu Salim¹⁴⁹.

Inicialmente, o regime aplicou a *sharî’a*, mas as políticas implementadas foram contrárias a esses princípios, até que Gaddafi disse que essa não era mais adequada à política e à economia.

Em vários discursos importantes durante a década de 1970 e mais formalmente durante um debate mais longo e importante com o ‘alim do país na mesquita de Moulay Muhammad em 3 de julho de 1978, Gaddafi argumentou que as regras legais islâmicas não poderiam mais ser usadas como um guia para as relações políticas e econômicas nas sociedades modernas. Ele também insistiu que aqueles que apoiam sua aplicação não têm o direito de fazê-lo. Ao mesmo tempo, ressaltou que as diretrizes tradicionais para o comércio e os direitos de propriedade nas sociedades islâmicas baseadas nas ações e declarações do Profeta Muhammad não têm base legal nas sociedades modernas (VANDERWALLE, 2008-2011, p. 121).

O desenvolvimento institucional do regime revolucionário pode ser dividido em duas fases principais: a primeira, com a proclamação da Constituição provisória, feita pelo Conselho do Comando Revolucionário em 11 de dezembro de 1969; a segunda, que começou com a

¹⁴⁸ *The return: Fathers, Sons and the Land in Between*, 2016.

¹⁴⁹ Abu Salim, em Trípoli. Amnesty International pediu que fossem iniciadas as investigações para determinar a maneira pela qual vários prisioneiros morreram em 1996, em um incidente chamado “massacre na prisão de Abū Salīm”. Human Rights Watch acredita que 1.270 prisioneiros foram assassinados.
<https://web.archive.org/web/20150317043628/http://www.amnesty.org.au/news/comments/346>
acessado em 23/5/2017.

declaração da Autoridade do Povo, em 2 de março de 1977, e caracterizada pela introdução por Gaddafi da “Separação entre poderes e revolução”, em 2 de março de 1979.

A partir de então e até a insurreição de 2011, o estado líbio consistia em dois subsetores concorrentes: 1) Setor revolucionário, que incluía a liderança revolucionária, incluindo Gaddafi, membros do antigo conselho do comando revolucionário ainda em funções e os comitês revolucionários. Os comitês revolucionários eram uma ferramenta eficaz para mobilizar as massas para exercer influência política e manter o controle em nome da liderança revolucionária; 2) o setor que governa, ou o Setor de poder do Povo, era o coração da jamâhîriya de Gaddafi, um modelo de democracia direta baseada nos congressos do Povo e nos comitês do Povo. Suas funções eram regulamentadas por lei e promulgadas pela Conferência geral do povo. (VANDERWALLE, 2008-2011; ST. JOHN, 2011; COOLEY, 1983; CRESTI, 2011; SENSINI, 2017).

Taoufik Monastiri e Hervé Bleuchot (1977, p. 141-187) descrevem a evolução da Líbia revolucionária através de uma sucessão de dois sistemas institucionais correspondentes, cada um representando uma conjuntura nacional e internacional específica: o primeiro sistema cobre os anos de 1969 a 1974 e é totalmente marcado pela busca da unidade árabe, principalmente com o Egito. As instituições criadas destinam-se a adaptar-se a todas as novas situações decorrentes da fusão que se acreditava iminente e, portanto, dentro de uma estrutura supranacional. Podemos nos referir a uma espécie de governo provisório que substitui as funções de um estado nacional.

A Constituição amplamente inspirada no modelo egípcio é a essência das disposições. A estrutura de poder baseia-se num executivo forte, o CCR, que também beneficia de todas as competências de uma forma legislativa e constituinte.

[...] O coronel Gaddafi é a personalidade mais influente, o porta-voz, mas sua autoridade ainda não é absoluta. Todas as decisões importantes são assunto de longos e contraditórios e até animados debates. Por exemplo, casos envolvendo relações com os países do Magrebe, união com o Egito ou política de petróleo. Em comparação, o governo age como um simples executor da política desenvolvida pelo CCR. As relações entre os dois órgãos são estritamente reguladas, a subordinação do primeiro ao segundo é total.

Uma terceira instituição cuja importância não deve ser subestimada é a União Socialista Árabe-USA. Partido Único criado em 1971, cuja função é ampliar a fase popular do regime. A USA não é um instrumento de luta de classe, pois, segundo o coronel Gaddafi, as disparidades socioeconômicas, se existirem, devem ser eliminadas pacificamente. Todos os líbios, sem exceção, são obrigados a fazer parte de comitês locais ou provinciais. Deste ponto de vista, a USA aparece claramente como uma estrutura de controle social.

[...] A USA foi rapidamente tomada pela burocratização, falhará em sua tarefa de despertar alternâncias de poder. Seu barulho estará na origem da Revolução Popular, à qual o coronel Gaddafi dará o sinal no discurso que proferiu em Zuwârah, em 15 de abril de 1973.

O objetivo declarado da revolução popular é dar poder às massas (OTAYEK, 1986, p. 18-19).

Em abril de 1974, o coronel Gaddafi anunciou a decisão de abandonar todas as suas funções oficiais para se dedicar à ação revolucionária e elaborar a supracitada Terceira Teoria

Universal. São momentos nos quais surgiu um conflito interno, uma luta entre dois grupos: o primeiro em torno de Gaddafi e Abdelsalam Jallud; o segundo via a aliança pela USA e incluía seu secretário geral, Beshir Hawwadi, com alguns membros históricos do CCR, como Omar al-Meheishi e Abdel Moneim al-Houni. No entanto, o conflito não se limitava ao grupo dominante: refletia a luta em todos os níveis do aparato estatal e da sociedade, isto é, tratava-se de uma luta pelo poder, onde a dupla Gaddafi-Jallud desfrutava do apoio das franjas sociais mais desfavorecidas, as principais beneficiárias da revolução de 1 de setembro de 1969, enquanto o grupo Hawwadi-al-Meheishi atraía a maioria de seus clientes entre as classes médias.

Foi no final de 1975 que o confronto decisivo entre os dois grupos ocorreu, devido a uma situação de fatores internos e externos - a ruptura com o Egito e a aproximação com a União Soviética. Contestando estas diretrizes, o grupo da oposição tentou controlar o CCR, mas Gaddafi respondeu imediatamente e dentro de poucas horas o CCR foi reduzido a cinco membros no total. O coronel se tornou o líder incontestado e toda a oposição organizada foi reprimida e ele finalmente pôde aplicar sua política. Também se livrou dos partidários de Meheishi dentro dos comitês: foi a segunda parte da Revolução Popular, um movimento acompanhado por uma onda de reformas em todos os setores.

O objetivo desses movimentos era alcançar o “poder do povo”: o anúncio será feito pelo coronel em ocasião do IV Congresso da USA, na presença de Fidel Castro, em turnê pela África, como convidado de honra. Na frente de Castro, Gaddafi anunciou a devolução do poder ao povo, a dissolução dos CCR e do governo e a transformação da República Árabe Líbia na Jamâhîriya árabe líbia popular socialista: era março de 1977. “O estado das massas” nasceu.

O novo sistema era uma forma de democracia direta em nome da qual os partidos políticos foram abolidos, coerentemente com o que está escrito no Livro Verde; a USA se tornou a organização política da Jamâhîriya à qual todos os líbios são obrigados a participar: agora o poder estava inteiramente nas mãos do Povo organizado em comitês populares locais ou regionais dos quais os comitês executivos derivavam.

Além do coronel Gaddafi, outros quatro membros da antiga CCR presidem o congresso geral nacional. O governo é chamado de comitê popular geral e os ministros se tornaram secretários.

Destinado a dar novo vigor à revolução de 1 de setembro, este sistema será ainda modificado em 1979, no sentido de uma maior radicalização. Por iniciativa do Coronel Gaddafi (que supervisiona diretamente a ação), são criados comitês revolucionários. Sua principal função é controlar as atividades dos comitês populares. A composição exata dos comitês revolucionários é mantida em segredo. Sua influência é crucial porque eles falam em nome do chefe da revolução. Eles são seus líderes no topo do aparato estatal que parecem deter realmente o poder.

Em retrospecto, cada uma das etapas que marcaram os eventos da Jamahiriya pode, inquestionavelmente, ser traduzida no fortalecimento da autoridade do coronel Gaddafi.

No entanto, as derrotas registradas pela política externa, expõem-no a múltiplos protestos (OTAYEK, 1986, p. 18-23).

A contestação veio de dentro do exército: a criação de comitês revolucionários e a influência crescente dos líderes foram em detrimento da velha guarda dos Oficiais Livres. O Coronel repetidamente atacou a classe média do exército, antitética à sua visão quase gramsciana de “revolução permanente”; campanhas de imprensa foram lançadas periodicamente por al-Zahf al-Akhdar (a Marcha Verde), o órgão das comissões revolucionárias. Para piorar, houve também intervenções estrangeiras decididas sem consulta prévia do exército. Além disso, em 1980, um violento conflito eclodiu entre Gaddafi e o comandante Jallud.

Este episódio é importante na medida em que mostra que a criação do poder popular não acabou com o processo de segmentação dentro da sociedade líbia.

[...] Com o crescente descontentamento dentro do exército, a hostilidade mal disfarçada das classes médias e a exacerbação das tensões sociais como resultado das dificuldades econômicas, a queda nas exportações de petróleo, o coronel Gaddafi está cada vez mais sozinho e procurando apoio dentro de sua família e seu clã, Qaddhafa, em detrimento de seus aliados da antiga CCR. Seus familiares, portanto, encontram-se em posições de responsabilidade estratégica, como os serviços de segurança e as Brigadas Verdes, instrumentos privilegiados de poder. Muito significativamente, a região do Golfo de Sirte, onde os Gaddafi estão estabelecidos, foi favorecida dentro dos planos de desenvolvimento (OTAYEK, 1986, p.24-25).

Essa acusação de ter favorecido sua qabîla, sua família e parentes surgiu em várias das entrevistas com os líbios que encontrei. É evidente que, embora tivesse o apoio das classes populares líbias, várias camadas intermediárias se tornaram suas inimigas, como a classe média, os militares, os liberais, os progressistas das classes burguesas, os islamistas radicais, além, obviamente, dos monárquicos e das classes altas que foram imediatamente prejudicada pela revolução de 1969.

Todas essas classes e partes da população, descontentes com as políticas de Gaddafi, aguardaram o momento favorável para a “mudança de regime”: muitos trabalharam do exterior, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Quanto ao descontentamento, não atingia todo o povo: a maioria da população permaneceu ao seu lado até o final e hoje esta população é a mais penalizada tanto pela perseguição das milícias como pela crise econômica.

3.9. Organizações legislativas e executivas da jamâhîriyya

As organizações legislativas, até o levante de 2011, eram descendentes da União Socialista Árabe (USA), reformadas em 1975 e anunciadas no discurso de Gaddafi em 27 de março de 1975. Um elemento fundamental da transformação do sistema político do regime de

Gaddafi foi a dissolução da USA através da remoção de seu caráter de partido. Desde então, as células de base do partido estavam abertas a todos os líbios, tanto homens quanto mulheres, dentro de uma área e, em seguida, foram redesenhados dentro do chamado Congresso de Base do Povo. Teoricamente, todas as decisões políticas tinham que ser discutidas dentro desses Congressos de base popular e os Comitês do Povo eram um órgão executivo coletivo que respondia aos Congressos de Base do Povo. Seus membros eram eleitos a cada três anos pelos Congressos de Base do Povo. Todos os trabalhadores - professores, engenheiros, médicos, camponeses - e até estudantes, tinham que se tornar membros de congressos profissionais para expressar, várias vezes ao ano, suas ideias sobre os desenvolvimentos nacionais e internacionais. Assim, formalmente, o sistema de democracia direta na Líbia baseava-se em três pilares fundamentais: os Congressos locais de Base do Povo, os Comitês locais do Povo, as organizações profissionais; estes nomeavam representantes que tinham um mandato para o órgão legislativo nacional - o Congresso Geral do Povo -, que se reunia anualmente, e emitia resoluções locais dentro das resoluções nacionais, ou seja, leis, e designava os membros do executivo nacional, ou seja o Comitê Geral do Povo - Conselho dos Ministros.

Este sistema foi modificado em outubro de 1998 com a criação de 26 unidades nacionais, as *sha'biyat*: estas estavam entre o nível básico e o nacional, com a tarefa de melhorar a coordenação dos interesses locais, descentralizar a autoridade e assumir diferentes responsabilidades pertencentes aos Congressos Gerais do Povo.

Os Congressos de Base do Povo se reuniam três vezes por ano e discutiam problemas locais e políticas externas; em relação às questões nacionais, eles forneciam a base para as leis a serem debatidas anualmente no Congresso Geral do Povo.

Esse sistema de governo baseado nos Comitês do Povo e nos Congressos do Povo durou até o fim do regime, refletindo considerável estabilidade institucional; a Líbia foi um dos poucos países do mundo a praticar a democracia direta; contudo, observa VANDERWALLE (2008, p. 59), nenhuma ação poderia ser tomada na Líbia sem a intervenção do Setor Revolucionário. A presença dos Comitês Revolucionários enfraqueceu a democracia direta, estabelecendo limites que, se superados, eram considerados contrarrevolucionários e sujeitos a sanções. Esse sistema de democracia direta funcionava melhor com agendas que não envolviam as questões políticas internas ou externas. As agendas das várias sessões periódicas eram formuladas pela Secretaria Geral do Congresso Geral do Povo.

Segundo Vanderwalle (2008) e vários críticos do regime, a Secretária-geral ditava a ordem e a importância dos eventos a serem discutidos e, dessa forma, a democracia direta sofria a intervenção do setor revolucionário, enfraquecendo a participação popular em geral. Daí,

talvez, a escassa participação da população nas atividades políticas (VANDERWALLE, 2008, p. 56 - 58).

Os líbios não atraídos pela política

Um dos meus entrevistados, Michel Cousins¹⁵⁰, ex-diretor do Herald Libya, cidadão líbio-britânico, nascido e criado em Trípoli, e crítico ferrenho do regime de Gaddafi, destacou que “o povo líbio é historicamente apático e demonstra pouco interesse nos assuntos de seu próprio país”, enquanto Gaddafi teria gostado que ele se envolvesse mais e estivesse mais disponível para a mobilização e ao apoio à sua revolução e as várias causas estrangeiras; até mesmo ele o queria na vanguarda de um movimento revolucionário regional. Essa apatia popular, segundo Cousins e outros críticos, é causada “pela natureza do líbio pós-revolucionário, acostumado a receber tudo do estado sem ter que se esforçar para conseguir nada, nem ao nível econômico nem social e ou político”. As mesmas acusações também vêm de pró-Gaddafi, como Sami Hamani, que entrevistei em Tunis¹⁵¹

Gaddafi queria acelerar o caminho das reformas e imergir na propaganda nacionalista árabe, mas evidentemente faltavam as bases populares.

A renda do petróleo e as políticas de desenvolvimento

A situação (econômica) mudou consideravelmente com o advento de Gaddafi que chegou ao poder após a revolução de setembro de 1969: a liquidação dos interesses militares “ocidentais”, o desmantelamento das bases e o aumento constante do preço do barril de petróleo levaram em pouco tempo para a Líbia muitas receitas que poderiam ser usadas no desenvolvimento de infraestrutura para o país. A nacionalização das empresas de petróleo levou a resultados empolgantes com o crescimento constante das receitas, em face de uma diminuição gradual na extração de ouro negro (reação da Opep à crise do início dos anos 70). Deste modo, a Líbia poderia equipar-se com armas (da França, dos EUA, da Grã-Bretanha e sobretudo da União Soviética) numa tentativa de se tornar uma potência regional, algo que obteve sucesso apenas parcialmente (tanto por sua má administração quanto por causa do fracasso dos projetos pan-africanos) e acima de tudo conseguiu alcançar, além de melhorias na infraestrutura em todos os campos (estradas, educação sanitária, trabalho), um dos maiores projetos feitos pelo homem: o “*Great Man-Made River*”¹⁵² ou o projeto colossal para explorar a água contida em enormes lagos subterrâneos espalhados por todo o território (bacia de Hammada no noroeste, Murzuq no oeste, Sirte e Kufra no sudeste) para abastecer a crescente população costeira sempre precisando de água potável. A primeira fase deste trabalho terminou em 1991 com o trecho que chega perto de Benghazi, o segundo em 1996 com o “grande rio artificial” que chega a Trípoli, o terceiro em 2000 com o qual o interior tripolitano é fornecido com água, e as seguintes

¹⁵⁰ O encontrei e entrevistei em julho de 2017, em Tunis.

¹⁵¹ Veja-se o cap. 5

¹⁵² Trata-se de uma grande obra hidráulica na Líbia - a maior do gênero no mundo -, que retira água fresca (de origem fóssil) do deserto da Líbia e a leva por 700 quilômetros até as áreas costeiras de Trípoli, Benghazi, Sirte e Tobruk.

Consiste em 4000 quilômetros de dutos, escondidos na areia, com um diâmetro de quatro metros. A vazão total é de seis milhões de metros cúbicos de água por dia.

O bombardeio da OTAN em 2011 também teve como alvo esse trabalho, destruindo-o em grande parte.

fases, ainda a serem concluídas, têm o objetivo de aumentar o fluxo dos aquedutos e aumentar suas ramificações até conectar-se com a Tunísia e o Egito.

Em última análise, a visão perspicaz da gestão feita a partir de 1969 de alguns recursos do país, combinada com a plena soberania militar e política, foram os passos fundamentais para uma excelente melhoria da qualidade de vida da população líbia, especialmente em comparação com outros países que ainda hoje lutam com a falta de soberania e problemas fundamentais não resolvidos. O mesmo embargo da ONU não impediu que a Líbia cooperasse com numerosas grandes empresas estrangeiras e adquirisse conhecimentos tecnológicos fundamentais para o futuro do país, para poder evitar, pelo menos até hoje, a chantagem representada pela chamada “ajuda ao desenvolvimento” (PISTILLI, 2011).

As receitas do petróleo foram investidas também para o desenvolvimento da educação e da saúde, para o aumento do salário mínimo, dos empréstimos sem juros; em paralelo, o sistema bancário foi nacionalizado e foram confiscadas as terras que pertenciam aos italianos¹⁵³ e à monarquia senussi e redistribuídas aos camponeses, que também receberam apoio econômico do governo e subsídios para a construção de casas; vários tipos de ajuda foram dados à população menos rica; em poucos anos, milhares de pequenas e médias empresas foram criadas, beneficiando as classes populares que haviam sido excluídas da circulação da riqueza durante a monarquia. Em 1970, o petróleo fornecia quase 99% das remessas econômicas da Líbia e representava todas as exportações.

Em 1973, foram divulgados os primeiros planos plurianuais para o desenvolvimento social e econômico, e investimentos foram feitos na agricultura e em outros setores além do petrolífero. Em 1980, o regime anunciou um plano de vinte anos e um plano intermediário de cinco anos: a ideia era desenvolver outros setores usando recursos petrolíferos para tornar o país mais independente dos produtos estrangeiros e dos trabalhadores migrantes, mas no final do segundo quinquênio, em 1990, o país ainda era dependente. Os cidadãos se recusaram a se envolver em trabalhos que foram, portanto, realizados por imigrantes - vários dos meus entrevistados enfatizaram isso. As receitas petrolíferas foram redistribuídas à população, os serviços eram gratuitos e “a população não tinha motivos para trabalhar” (em VANDERWALLE, 2008, p. 114; e relatado por meus entrevistados Sami Hamami e Michel Cousins, entre outros).

A partir de 1977, a renda per capita do país subiu para mais de 11.000 dólares, a quinta maior da África¹⁵⁴, enquanto o índice de desenvolvimento humano se tornou o mais alto da África e maior que o da Arábia Saudita¹⁵⁵. Além disso, a taxa de alfabetização subiu de 10% para 90%, a expectativa de vida de 57 para 77 anos; foi garantido o trabalho aos imigrantes e o sistema social permitiu o acesso gratuito à educação e a saúde, e assistência financeira à

¹⁵³ Os bens dos italianos nascidos na Líbia foram confiscados e eles foram obrigados a deixar o país em 15 de outubro de 1970.

¹⁵⁴ *African countries by GDP per Capita*, <https://www.nationmaster.com/>, 24/7/2011

¹⁵⁵ Azad, Sher, *Gaddafi and the media*, Daily News, 22/10/2011; acessados em 26/3/2018.

habitação. Os estudantes que queriam estudar no exterior receberam bolsas de estudo na Europa, nos EUA e no Canadá.

Gaddafi também lutou contra as restrições sociais impostas às mulheres por meio de reformas: em 1970, uma lei impôs igualdade de gênero e igualdade de remuneração e, em 1971, foi estabelecida a Federação Geral das Mulheres da Líbia. Em 1972, ele proibiu o casamento de meninas com menos de 16 anos e impôs o consentimento da mulher ao casamento.

3.10. O sonho da unidade árabe que se tornou pan-africano

Acima de tudo, uma ideia obsessionava Gaddafi: a unificação de todos os povos de língua árabe: somente com a total unidade árabe, ele afirmava, pode haver verdadeira força, e a fé islâmica é necessária para criar tal unidade. Quase tudo o que Gaddafi disse, escreveu ou fez desde seus dias de escola em Sebha pode ser explicado em relação a esse sonho.

[...] Durante as primeiras semanas de consolidação do poder, Gaddafi já havia começado a planejar o que acreditava que levaria a uma futura unidade árabe; o projeto teve que ser trabalhado em conjunto com seu ídolo e mentor, Nasser. Eventualmente, teria sido incluído também o presidente do Sudão, Jaafar al-Nimeiri, outro jovem oficial que havia conquistado o poder do enorme país apenas três meses antes de Gaddafi. Os três líderes acreditavam nos mesmos princípios do “socialismo islâmico” como um trampolim para alcançar a unidade árabe (COOLEY, 1983, p. 143-144).

Em 27 de dezembro de 1969 em Trípoli foi assinado o pacto de unidade, que será o primeiro de uma série de sete planos de unidade no mundo árabe: a carta de Trípoli; em 1971, com o Egito e a Síria, o Tratado de Benghazi; em 1972 com o Egito; em 1973 com a Argélia, o Acordo Hassi Messaoud; em 1974 com a Tunísia (Tratado de Derna); em 1981 com o Chade; em 1984 com o Marrocos. Todos esses tratados destacam como Gaddafi se importava com a unidade do mundo árabe no que ele via como uma fraqueza e desunião favoráveis ao colonialismo europeu. Todos esses tratados falharão de uma forma ou de outra e ele abandonará o sonho com desapontamento e se encaminhará para o projeto de unidade pan-africana.

Na primeira década após o golpe de 1969, Gaddafi dedicou muita energia política às iniciativas regionais de política externa para trazer algum tipo de unidade e coerência ao socialismo árabe. Sua autopercepção como herdeiro ideológico de Gamal Abdel Nasser nunca foi compartilhada pelos outros líderes da região. Eles viram seu ativismo [...] com suspeita e muitas vezes com desdém. Os 7 esquemas de unificação que a jamahiriya concluiu desde 1969 com vários parceiros regionais fracassaram. [...] A raiva de Gaddafi diante da incapacidade do mundo árabe de apresentar uma frente unida contra Israel e o Ocidente e por sua impotência em tentar transformar a Liga Árabe em uma organização que pudesse adotar sua visão de solidariedade árabe, levou a numerosas disputas verbais durante os Congresso árabes que causaram mais alienação mútua (VANDERWALLE, 2008/2012, p. 294).

Sua famosa saída da reunião da Liga Árabe na Tunísia, em maio de 2004, depois de declarar que “há uma agenda do povo árabe e outra dos governos árabes”, marcou o fim de um

processo de quinze anos, feito de tentativas de conduzir a organização árabe para a unidade e os interesses comuns dos povos árabes. Enquanto isso, Gaddafi voltou sua atenção para a África: nas décadas 1970 e 1980, fortaleceu a presença da Líbia na África Subsaariana, apoiando financeira e militarmente vários golpes e tumultos regionais.

A RAU

Com a morte de Nasser, Gaddafi quis continuar o projeto de unidade do seu mestre e a RAU foi uma das tentativas mais ambiciosas: em 17 de abril de 1971, o Egito, a Líbia e a Síria formaram a União das Repúblicas Árabes - RAU -, da qual o Sudão não pôde participar devido a problemas internos. Em 4 de outubro de 1971, os líderes do Egito, Síria e Líbia se reuniram em Damasco e aprovaram uma constituição para governar o estado federal árabe: Sadat foi eleito presidente e o Cairo foi nomeado capital da federação. O novo estado federal nasceu em janeiro de 1972, com um conselho presidencial, um governo, uma assembleia federal, um tribunal constitucional federal; cada estado membro tinha o dever de intervir para “restaurar a ordem” no caso de uma revolta em um dos outros estados confederados; contudo, o idílio entre a Líbia e o Egito não durou muito devido a várias situações problemáticas e conflitantes, tanto em nível político quanto geopolítico, mas também devido a diferenças projetuais e de caráter entre Gaddafi e Sadat, e culturais entre os dois países. Uma primeira causa séria do declínio nas relações entre Gaddafi e Sadat e entre os dois países foi o ataque aéreo israelense em 21 de fevereiro de 1973 contra um avião de passageiros líbio que havia perdido sua rota e tinha se dirigido para o Sinai e foi abatido pelos aviões de combate israelenses. Os dois governos de Trípoli e Cairo começaram a discutir sobre a resposta a ser dada e, enquanto isso, tumultos anti-egípcios irromperam em Trípoli e Benghazi.

Após eventos adversos e desacordos relacionados com os objetivos estratégicos da guerra do Kippur contra Israel, em outubro de 1973, as relações entre o Egito e a Líbia entraram em crise, culminando com a entrada do Egito de Sadat no processo de paz com Israel intermediada por Henry Kissinger e que levaria ao controverso Acordo de Camp David, em 17 de setembro de 1978.

Entre Sadat e Gaddafi intervieram ataques pessoais - o primeiro chamou o segundo de “louco cem por cento” diante da mídia árabe e “terrorista imprudente”, acusando-o de conspirações contra países árabes, inaugurando assim uma longa temporada de acusações e definições ofensivas ao coronel líbio de que tanto os Estados Unidos, a partir de Reagan em diante, e os meios de comunicação ocidentais em geral teriam feito uso extensivo ao longo dos

anos. O “Mad dog of the Middle East” será lembrado (a Líbia está no norte da África e não no Oriente Médio).

Em julho de 1977, a chamada “guerra de quatro dias” eclodiu entre a Líbia e o Egito; os dois países acusaram-se mutuamente de ações subversivas e de sabotagem; além disso, Sadat deu as boas-vindas aos membros da oposição de Gaddafi que pediram asilo no Egito: um ato de inimizade total; ao mesmo tempo, o antigo e perpétuo conflito entre a Líbia e o Chade se intensificou, acrescentando mais tensões à região africana.

No início das intrincadas relações de Gaddafi com o Chade, em dezembro de 1972, a religião cristã do presidente chadiano, François Tombalbaye, torna-se um assunto de Estado: quando Tombalbaye era um convidado em Trípoli, Gaddafi ofereceu-lhe 2 milhões de dólares, além de generosos fundos da Líbia para fazer importantes projetos de desenvolvimento, desde que ele se convertesse ao islamismo. Tombalbaye recusou, mas dizem ter aceitado 100 milhões de dólares da Líbia em troca de uma faixa territorial de cem quilômetros no norte do Chade que a Líbia poderia anexar; a área, considerada rica em minerais, é chamada de Faixa de Aouzou.

[...] O presidente do Chade teve que acreditar que, ao dar Aouzou a Gaddafi, ele ter-se-ia libertado pelo menos em parte da pressão exercida pelo Frolinat, o movimento nacionalista muçulmano do norte apoiado por Gaddafi e, em menor medida, por Boumedienne.

A situação no Chade complicou o conflito entre o Egito e a Líbia (COOLEY, 1983, p. 143-169).

O Egito reorganizou completamente suas alianças regionais com o eixo Teerã-Riad-Cairo, substituindo o eixo anterior Damasco-OLP¹⁵⁶-Cairo. Fora da região, os Estados Unidos e a Europa Ocidental haviam suplantado a União Soviética como aliada do Egito. Rejeitado no Mashreq, Gaddafi voltou sua atenção para o Magrebe, onde a Líbia e a Tunísia, em janeiro de 1974, anunciaram a união de seus países na República Islâmica Árabe (RAI). A União teve forte oposição da vizinha Argélia, e no entretanto, a Tunísia mudou de ideia e a União foi destruída em poucas semanas. Gaddafi procurou construir laços com a Argélia e Marrocos, com os quais a Líbia tinha relações conflitantes e intermitentes, sempre acusadas de apoiar grupos subversivos, e finalmente desistiu do sonho da unidade árabe e voltou-se para os ideais de unidade pan-africana.

Gaddafi e a África

Como vimos, o sucessor de Nasser, Anwar El Sadat, logo se desligou de projetos de União com a Líbia e devolveu o centro geopolítico de gravidade ao Oriente Próximo, substituindo a Líbia pela Síria e Arábia Saudita; a ruptura de fato se abriu com a guerra do Kippur, em outubro de 1973. Esses eventos foram interpretados como uma vitória dos moderados árabes liderados

¹⁵⁶ Organização pela Libertação da Palestina.

pela Arábia Saudita, representantes desse novo conjunto de forças que a região desenvolverá nos anos sucessivos.

No início de 1974, a Líbia revolucionária viu-se praticamente banida do mundo árabe:

Um paradoxo cruel para um regime totalmente dedicado à causa da Ummah (OTAYEK, 1986, p. 38-39).

Gaddafi sentiu-se rejeitado nos arredores da Ummah, a comunidade islâmica, que representava um lugar político: a ambição dos Oficiais Livres da Líbia, em 1990, era colocar a Líbia em uma posição de vanguarda muçulmana contra Israel. A união com o Egito, no contexto do Mashreq, deveria ter compensado a distância geográfica e deveria ter desempenhado um papel crucial entre o Oriente Médio, o Norte da África e o Magrebe na direção do berço da ummah, no Oriente Árabe, precisamente. No entanto, essa periferia também era um lugar simbólico:

Muammar al-Gaddafi é um tipo de nacionalista árabe (qawmiyin) para o qual a unidade é uma busca incessante, um absoluto ainda mais inacessível, uma vez que sua realização deve marcar o retorno a essa idade de ouro árabe-islâmica durante a qual o Dar al-Islam estava unido sob a mesma autoridade temporal e espiritual.

[...] Em contraste, as ideias de Sadat se tornaram opostas à ideologia pan-arabista inspirada pelo nasserismo. O conflito entre Gaddafi e Sadat, além de sua dimensão pessoal, revela o declínio dos elementos nacionalistas árabes da era de Nasser.

A morte de Nasser deixa livre os campos políticos hostis ao pan-arabismo. Sadat dirigiu-se a essas forças, causando uma mudança radical no Vale do Nilo, e o Sudão se encontrará no centro dessa nova política líbia.

[...] O objetivo principal da política sudanesa da Líbia é romper o eixo Khartoum -Cairo, quebrar uma unidade política do Vale do Nilo que Gaddafi percebe como dirigida contra seu regime, para romper o cerco dos países árabes moderados (OTAYEK, 1986, p. 37-47).

Quanto à unidade do Magrebe, vista com hostilidade por Gaddafi, foi considerada uma forma de regionalismo que prejudicou a nação árabe “do Atlântico ao Golfo”.

Gaddafi percebe a unidade do Magreb como totalmente incompatível com a ideia da Ummah. Segundo ele, a distinção entre o Magreb e o Mashreq é um conceito artificial criado pelo imperialismo ocidental para perpetuar a divisão da nação árabe. As ofertas de união que a Líbia faz aos seus parceiros do Magreb nos anos 70, devem ser interpretadas como tentativas de mover o epicentro geopolítico do Magrebe para o Mashreq, o coração pulsante da ummah. Nesta hipótese, a Líbia poderia ter desempenhado seu papel de *trait d'union* entre os dois polos geográficos do mundo árabe (OTAYEK, 1986, p. 49)

No entanto, em 22 de setembro de 1970, há uma ruptura com os projetos multilaterais de cooperação magrebina, desta forma a Líbia revolucionária pretende destacar o abandono definitivo das opções diplomáticas da monarquia que a precedeu, inicialmente direcionadas para o Magreb.

A política subsaariana da Líbia repousa sobre uma dupla necessidade de criar contrapesos às ameaças percebidas do Leste, isto é, do Egito e dos chamados Estados árabes moderados, e buscar compensação

pelos problemas unionistas tanto no Mashreq quanto no Magreb. Sobre isso, baseia-se parte do interesse que a Líbia manifesta pela África negra desde 1973-1974.

A reorientação da diplomacia líbia permanece na mesma continuidade simbólica: a unidade árabe é o elemento decisivo, mas a articulação entre a ummah e o mundo africano é concebida pelo Coronel Gaddafi como uma relação dialética, ou seja, uma tem que reforçar o outro.

[...] A revalorização da política externa da Líbia para o benefício da África do Norte e do Sul do Saara desde 1974, não deve ser interpretada como uma negação dos ideais pan-árabes da revolução de 1 de setembro de 1969. É melhor falar de deslocamento desses ideais para as franjas subsaarianas da ummah, um processo particularmente evidente no que concerne ao Chade (OTAYEK, 1986, p. 74-75).

Essa mudança aparece nas palavras de Mansour Kikhia, ex-chefe da diplomacia da Líbia, que justificou o interesse de seu país na África:

A nação árabe tornou-se essencialmente africana. 70% dos árabes vivem na África, 65% das terras árabes estão na África... Sete países árabes estão localizados na África e são os mais populosos; as capitais árabes, os centros culturais e econômicos mais importantes estão na África; a língua árabe, uma das raras línguas africanas escritas, é falada por 90 milhões de árabes na África.

Kikhia evocará uma unidade árabe-africana, apelando-se à luta comum contra o imperialismo, contra o neocolonialismo e o sionismo (JEUNE AFRIQUE, n. 437, 24/3/1973).

Gaddafi havia alternado a promoção de esquemas regionais no Leste com o Egito e o Sudão, com os do oeste - Argélia, Marrocos e Tunísia: em ambas as áreas, os projetos falharam, deixando atrás de si a desconfiança e a suspeição.

Em meados da década de 1990, Gaddafi havia finalmente deixado de lado o Norte da África e o Oriente Médio, que considerava bases para promover seus esquemas pan-arabistas, e tinha-se voltado para a África subsaariana, onde ele era particularmente ativo com seus interesses, tentativas, fundos e diplomacia; a transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) na União Africana (UA), foi liderada pelo Rais líbio, bem como os esforços para a criação dos Estados Unidos da África.

Durante a maior parte da década de 1970, a África foi palco de intensa atividade e propaganda, tornando-se a arena na qual o regime conseguiu algumas de suas vitórias diplomáticas iniciais e extraordinárias.

Com seu foco no Oriente Médio, a diplomacia africana do Conselho do Comando Revolucionário começou com aberturas dirigidas aos vizinhos muçulmanos de Camerões, Mauritânia e Níger. O objetivo principal dessas iniciativas era reduzir a influência israelense na África: Gaddafi via a presença de Israel na África como a Quinta Coluna, atrás da linha da frente árabe que minava a força árabe pelas suas costas. O objetivo secundário incluía a oposição à influência ocidental, a eliminação de bases estrangeiras, a oposição ao apartheid, o apoio aos movimentos de libertação africanos, a difusão do islamismo e o controle dos recursos da região. Para combater a influência israelense, o Conselho do Comando Revolucionário

estabeleceu relações diplomáticas com os estados africanos, oferecendo-lhes assistência econômica, e depois instando-os a romper relações diplomáticas com Israel.

Em meados de 1973, o Mali, o Níger, o Congo e o Burundi cortaram relações diplomáticas com Israel; ao mesmo tempo, a Líbia começou a levantar a questão nas reuniões da Organização da Unidade Africana – OUA: ele pediu aos Estados membros que cortassem os laços com Israel e movessem a sede da OUA da Etiópia para um país “ mais adequado” para alcançar a liberdade e a unidade na África; no início de 1974, a Líbia havia alcançado o objetivo de reduzir a influência israelense na África. O país também procurou reduzir o poder e a influência ocidentais no continente; prestou assistência militar aos movimentos de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e em 1973 fechou o espaço aéreo líbio para voos sul-africanos. Além disso, em 1970, Gaddafi havia estabelecido um fundo de jihád para fortalecer as forças armadas da Líbia e apoiar a nação árabe na luta contra as forças sionistas.

O intervencionismo líbio na África era forte, especialmente em algumas áreas - Uganda e a República Centro-Africana -, onde Gaddafi apoiou os regimes de Amin e Bokassa.

No final de 1980, nove estados africanos, incluindo Gabão, Gâmbia, Gana e Senegal, expulsaram diplomatas líbios do seu país e as embaixadas da Líbia, ou cortaram relações com a Líbia. Muitos governos africanos estavam particularmente preocupados com a intrincada rede de política externa, religião e ajuda que caracterizava a política líbia, e os eventos com o Chade ajudaram a isolar o país do resto do continente (ST. JOHN, 2008-2012, p.182-189).

O anticolonialismo foi um dos principais elementos da política externa da Líbia: característica do discurso de Gaddafi foi a hostilidade ao imperialismo ocidental e um violento anti-comunismo; no entanto, será uma posição que irá suavizar gradualmente: o conflito com o Egito de Sadat, o deslocamento de um não alinhamento a um “neutralismo positivo” tinha a ver com a reaproximação com a União Soviética (OTAYEK, 1986).

Apesar de sua popularidade entre os povos da África, Gaddafi foi visto com certa desconfiança pelos governos, devido ao “ativismo político”: tropas em apoio ao ditador ugandense Idi Amin entre 1972 e 1979; envolvimento em um conflito fronteiriço contra o Chade pela posse da Faixa de Aozou, um território rico em recursos minerais, uma disputa que só foi resolvida em 1994; invocação de um jihád de muçulmanos do Congo; treinamento militar de grupos rebeldes na Libéria e Serra Leoa nos anos 90; apoio dos rebeldes tuaregues no Mali. A Líbia ficou isolada dentro da organização da Unidade Africana devido à intervenção acima mencionada no Chade, e em 1982, a maioria dos governos boicotou a reunião da OUA, organizada em Trípoli.

Nesse sentido, John P. Entelis (2008, p. 185), realiza uma feroz crítica contra as políticas de Gaddafi na África, destacando as atividades de sabotagem, insurreição armada, intervenções,

subversão, violência, assassinatos. Há muitos autores, ocidentais e árabes, que o criticam severamente. Ao mesmo tempo, temos outros que também destacam aspectos de apoio a projetos de desenvolvimento anticoloniais e união africana, como o já mencionado Otayek (1986).

Na verdade, Gaddafi investiu bilhões de dólares no desenvolvimento africano, em empresas de telefonia, hotéis, mesquitas e empresas de mineração em toda a África.

Ele foi o líder que mais fez pela criação da União Africana em 2002, organizando várias reuniões e forçando a Nigéria e a África do Sul a reagir à criação de um órgão federal. Em 2008, ele foi coroado como “Rei dos Reis” na África por 200 líderes africanos tradicionais. Em 2009, ele se tornou presidente da União Africana (ADEBAJO, 2011).

No capítulo 5 analisarei a relação entre os projetos africanos de Gaddafi e as agendas ocidentais na revolta de 2011.

Gaddafi realizou também um trabalho de descolonização da Líbia, baseando-se em vários princípios e na tragédia histórica do país, no seu carisma pessoal e colocando a continuidade entre a sua missão e a de Omar al-Mukhtar perante o povo; ele criou um senso de solidariedade: era líder e professor. O processo de descolonização da sociedade líbia a partir dos traços da cultura colonial ocidental, mas também da monarquia, ocorreu a partir de 1º de setembro de 1969 através de atos simbólicos: queima de livros e instrumentos musicais ocidentais, fechamento de igrejas e mesquitas, adoção em via de princípio do castigo islâmico, substituição do calendário gregoriano pelo islâmico.

3.11. Oposição interna e repressão

Como mencionado, a revolução criou muitos inimigos internos e externos: internamente, os partidários da monarquia, a elite monárquica que havia sido destituída e forçada a deixar o país, seus companheiros revolucionários que não compartilhavam da gestão dos recursos do país, os cidadãos comuns que foram prejudicados pelas nacionalizações. Conforme emergiu das entrevistas que realizei entre 2015 e 2019, os inimigos pertenciam essencialmente a 4 categorias: 1) movimentos progressistas de esquerda; 2) islamistas radicais; 3) monárquicos; 4) liberais da classe empreendedora. Muitos grupos de opositores foram criados no exterior, particularmente na Inglaterra e nos EUA, e no mundo árabe.

O grupo de oposição mais famoso foi a “Frente de Salvação Nacional da Líbia” - NFSL - fundada em 1981 pelo seu antigo parceiro Mohammad Mugharyif; um de seus braços armados eram as “Forças da Salvação”, que, apoiadas pela França e pelos Estados Unidos, realizaram

várias ações militares contra Gaddafi na década de 1980. De fato, no entanto, a oposição foi incapaz de se organizar e se solidificar dentro da Líbia. Tanto autores como Vanderwalle (2008, 2011, 2012), Cooley (1983), St.John (2008, 2011), Mercuri (2017) e outros, assim como vários líbios ou “naturalizados líbios”, como o já citado jornalista Michel Cousins, enfatizaram que as políticas do regime levaram a uma forma de apatia política e econômica da população: todos os serviços estavam disponíveis para o cidadão, os comitês populares seguiam linhas estabelecidas e o dissenso não era tolerado, ou melhor, era tolerado dentro da própria administração, ou seja, era “orgânico ao regime”, assim como os intelectuais.

As organizações líbias do movimento trabalhista, sindical e político, após terem sofrido repressão pela monarquia do rei Idris al-Sanusi, foram definitivamente eliminadas pelo regime. Os intelectuais de orientação marxista foram submetidos a duras repressões em abril de 1973 e dezembro de 1975.

A despolitização da população também se deve à proibição de atividades organizadas: o Estado era o único motor econômico do país, de modo que os líbios perderam o ímpeto e as motivações para gerar economia, mas também ideias políticas (VANDERWALLE, 2008, p. 126).

3.12. Crise com os Estados Unidos a partir dos anos 1980

Embargos e blocos

Até o início dos anos 80, ou seja, antes do governo Reagan, as relações entre a Líbia e os EUA eram boas, embora o antiamericanismo fosse parte da retórica de Gaddafi; no discurso revolucionário de Gaddafi havia fortes elementos antiocidentais e anticoloniais que tomavam conta das gerações mais jovens do Oriente Médio e do norte da África; ainda presente era a memória do colonialismo italiano e seu impacto devastador sobre os líbios. A retórica anti-EUA era usada por Gaddafi também para fins de coesão interna e em uma perspectiva pan-arabista, como sucessor de Nasser. Por sua parte, os Estados Unidos estavam interessados em manter a Líbia fora da órbita de interferência da União Soviética e proteger seus interesses na indústria petrolífera da Líbia.

No entanto, já em 1978, os Estados Unidos haviam começado a restringir o comércio com a Líbia com a justificativa de suspeitas de “atividades terroristas”.

O ativismo internacional de Gaddafi em apoio às lutas de libertação de vários povos, incluindo alguns na América Latina, levou a uma situação de conflito, e os EUA, no final de 1981, pararam toda a importação de petróleo bruto da Líbia e também começaram estender um

boicote econômico, romper relações diplomáticas e aumentar o confronto com o país, levando-o ao isolamento diplomático e econômico depois de 1986.

A agressividade crescente de Washington em relação à Líbia foi motivada, pelo menos oficialmente, pelo apoio líbio ao extremismo internacional e a grupos terroristas; de fato, a Líbia era uma prioridade absoluta para Ronald Reagan desde que assumiu o poder em 1981: como mencionado anteriormente, Gaddafi era anti-israelense e apoiava grupos de resistência palestinos tanto na Palestina quanto em outros estados árabes; além disso, a Líbia estava tentando se tornar uma potência nuclear¹⁵⁷ e o fato de Gaddafi ter ocupado parte do Chade, rico em urânio, criou uma grande preocupação nos EUA. O alinhamento entre a Líbia e a URSS, além disso, foi uma fonte de alerta para os Estados Unidos, assim como os planos de Gaddafi de criar uma federação de estados árabes e muçulmanos no norte da África; além disso, o então Secretário de Estado, Alexander Haig, queria tomar medidas contra Gaddafi porque ele havia usado ex-agentes da CIA (Edwin Wilson e Frank E. Terpil)¹⁵⁸ para organizar campos terroristas¹⁵⁹ (COOLEY, 1983; ST.JOHN, 2011; SENSINI, 2017).

O embargo contra a Líbia começou em 1982 criando crise econômica, inflação, aumento dos preços de muitos produtos importados e incapacidade de gerenciar a tecnologia por conta própria: isso causou sérios problemas, forçando o governo a ajustar seu orçamento para o desenvolvimento. A crise piorou quando a administração Reagan embargou os produtos tecnológicos - 60% dos técnicos na Líbia eram americanos ou europeus. Entre 1982 e 1986, as remessas de petróleo caíram de 21 bilhões de dólares para cerca de 5,4 bilhões.

Ativismo líbio fora da Líbia e a conflitualidade ocidental para com a Líbia

O regime gastou muito dinheiro em atividades internacionais e em 1981 retomou o envolvimento acima mencionado na disputa com o Chade; além disso, a interferência da Líbia na Tunísia levou a um confronto aberto com a França e os Estados Unidos, em 1981, e a França recusou-se a cumprir um contrato assinado entre uma de suas companhias petrolíferas e a empresa oficial líbia LIPETCO; porém, o confronto mais sério que a Líbia enfrentou naquela época foi justamente com os Estados Unidos que a acusaram de apoiar o terrorismo e de se envolver na subversão de vários países, de ser a favor da Palestina e, portanto, de boicotar o

¹⁵⁷ *Libya Has Trouble building the most deadly weapons*, em *The Risk Report*, vol. 1, 1/12/1995.

¹⁵⁸ <https://fas.org/sgp/jud/wilson102703.pdf>;

Maas, Peter, *Manhunt: The Incredible Pursuit of a CIA Agent Turned Terrorist*, 5/11/2002, *I Books*, p. 320.

¹⁵⁹ Seymour M. Hersh, *Target Gaddafi*, in *The New York Times*, 22/2/1987.

processo de paz , de tentar produzir armas de destruição em massa (isso é algo que então unirá a Líbia com o Iraque), de financiar o terrorismo em todo o mundo - da África ao Oriente Médio, da América Latina e da Europa.

Já em 1978, o presidente Carter havia começado a proibir a venda de armas para a Líbia e a colocá-lo na lista negra como patrocinador e defensor de terroristas etc. (OTAYEK, 1986; COOLEY, 1983; VANDERWALLE, 2008-2011; ST. JOHN, 2011; GRIMALDI, 2012; SENSINI, 2017).

Em 1981, surgiram sinais dramáticos nas relações entre a Líbia e os EUA do pós-Carter: o governo Reagan estava ansioso para mostrar seu poder no mundo islâmico e escolheu como alvo a Líbia, lançando um boicote muito duro e citando como justificativa o fato de que o regime líbio era uma fonte de desestabilização para a África, o Oriente Médio e outros países; como primeiro passo, a Embaixada da Líbia em Washington foi fechada.

Entre os momentos mais graves da crise com os EUA, houve, em agosto de 1981, o abatimento de dois jatos líbios no Golfo de Sirte pela VI frota naval dos EUA, em águas territoriais líbias (que os Estados Unidos, por sua vez, consideravam como internacionais): foi uma prova de força de Washington contra Trípoli. Como resultado dessa operação, a situação se deteriorou rapidamente: os cidadãos americanos foram proibidos de viajar para a Líbia, enquanto os da Líbia foram solicitados a voltar para casa. Em março de 1982, as exportações de petróleo da Líbia foram colocadas sob embargo e a exportação de tecnologia de petróleo dos EUA para a Líbia foi proibida.

Em 15 de abril 1986, houve mais um momento de grave tensão causado pelo bombardeio norte-americano de Trípoli e Benghazi, a *Operação El Dorado Canyon*, que causou 40 mortes, incluindo uma filha de Gaddafi, como uma resposta à alegada, e nunca comprovada, participação líbia ao ataque terrorista à discoteca La Belle em Berlim Ocidental, em 5 de abril de 1986. A Líbia respondeu com um ataque de mísseis contra Lampedusa, na Sicília, uma das bases dos EUA na Itália¹⁶⁰.

Desde o início da sua administração, Reagan tentou desestabilizar a Líbia por meio de ações secretas, ataques diretos no Golfo de Sirte, e por meio do apoio aos opositores. No Capítulo 5, irei falar sobre as estratégias e agendas de EUA-Europa contra a Líbia desde o final dos anos 1980 e até 2011, e como certos casos de “terrorismo líbio” podem ter sido “falsas bandeiras” para “mudança de regime”.

Os boicotes e os embargos norte-americanos e britânicos começaram a criar problemas econômicos e políticos dentro do país e o isolamento internacional, isto é, uma situação de crise:

¹⁶⁰ United States Coast Guard LORAN-C transmitter station.

em particular, a criada após o bombardeio norte-americano de 1986 deu início a uma reação política, que até aquele momento dificultava para começar devido à despolitização da população e à proibição de atividades organizadas. Os primeiros ataques incendiários foram realizados contra as Comissões revolucionárias em várias cidades, e em 1986 opositores do regime assassinaram Ahmad al-Warfalli, um proeminente membro do comitê revolucionário. Gaddafi acusou o islamismo radical desse assassinato e a partir daí iniciou uma campanha de repressão contra grupos islâmicos.

Todavia, o coronel conseguiu impedir a coalizão de grupos de oposição, suprindo as necessidades materiais da vida cotidiana dos cidadãos líbios - decisão que acabou sendo estratégica, pois a oposição não tinha mais uma base econômica e social para usar contra o regime. Isso, junto com a repressão dos movimentos islâmicos e uma mistura vencedora de dons carismáticos e a retórica revolucionária de Gaddafi, fizeram com que o poder permanecesse em suas mãos até a insurreição de 2011, apesar dos boicotes internacionais da Líbia, várias crises e tentativas de golpe.

Embargo internacional e abertura interna da Líbia

Na esteira dos bombardeios americanos contra Trípoli e Benghazi, em abril de 1986, o regime líbio teve que enfrentar vários desafios internos e internacionais que gradualmente reduziram a capacidade de Gaddafi de exercer suas atividades políticas no exterior e em casa.

[...] As sanções internacionais de 1992 e particularmente a resposta neutra inicial dos países árabes levaram a um importante realinhamento das relações exteriores do país (VANDERWALLE, 2008, p.137).

O período de 1986 a 1999 representa os anos mais críticos da jamâhîriyya, que veem se despedaçarem todos os projetos do nacionalismo árabe em oposição ao Ocidente. Os Estados Unidos e o resto da comunidade internacional isolam o regime ao nível político, diplomático e econômico; são os anos em que a Líbia é acusada de atos de terrorismo internacional: a explosão do voo Pan Am 103 sobre Lockerbie¹⁶¹, em dezembro de 1988, a do avião francês Uta 772 no Níger, em setembro de 1989.

Em 17 de abril de 1984, o assassinato da policial britânica Yvonne Fletcher em Londres, causada por um projétil partido, assim foi declarado por anos, da embaixada da Líbia (Gabinete do Povo) em St James's Square causou um tumulto. Fletcher tinha sido enviada para monitorar uma manifestação contra Gaddafi, organizada por dissidentes líbios, membros da Frente Nacional de Salvação da Líbia (LNSF), residentes na Grã-Bretanha, em protesto contra o

¹⁶¹ Em 21 de dezembro de 1988, um Boing 747-121, que estava voando de Londres para Nova York, explodiu em voo sobre a cidade de Lockerbie, na Escócia. No desastre, 270 pessoas morreram, 259 a bordo do avião e 11 no chão, atingidas pelos destroços do avião. A maioria das vítimas (189) era de nacionalidade americana.

enforcamento, no dia anterior em Trípoli, de dois estudantes oponentes do regime. A morte de Fletcher causou um cerco de onze dias à embaixada, após o qual as pessoas no interior foram expulsas do país e a Grã-Bretanha interrompeu relações diplomáticas com a Líbia. Além disso, entre 1980 e 1984, Gaddafi ordenou a morte de vários opositores exilados ou dissidentes, através de execuções dirigidas a Manchester e Londres (ASHMAN-TRESCOTT, 1986, p. 16–17, 25–26; RONEN, 2006, p. 271–283).

Em 1986, a reunião do G7 em Tóquio acusou a Líbia de ser responsável pelo terrorismo global; em 1988, os EUA acusaram Gaddafi e a Líbia de produzir armas de destruição em massa: a Líbia, portanto, foi a precursora do Iraque na acusação de posse de armas de destruição em massa e terrorismo. Os dois casos, em 1988-1989, relacionados ao Lockerbie e ao avião francês Uta, e a relativa propaganda político-midiática realizada pelos EUA e pela Grã-Bretanha, fizeram com que o sentimento anti-líbico surgisse no Ocidente: os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha colaboraram contra a Líbia em uma dinâmica que antecipará os eventos de 2011 e como já aconteceu em 1943.

Em janeiro de 1992, sob a presidência da Grã-Bretanha, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a Resolução 731, exigindo que a Líbia executasse pedidos dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha para a extradição de cidadãos líbios suspeitos de ter organizado atentados terroristas; posteriormente, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 748 solicitando a entrega dos suspeitos, ameaçando novas sanções contra a Líbia e quando esta recusou-se a cumprir as exigências, acusando as resoluções da ONU de violação da soberania internacional, o Conselho de Segurança, o 15 de abril de 1992, proibiu todos os voos internacionais para a Líbia e embargou as vendas de armas. Segundo a resolução, as sanções só poderiam ter sido levantadas se a Líbia tivesse concordado em entregar os suspeitos e acabado com todas as formas de terrorismo. Além disso, a Líbia foi convidada a pagar uma indenização pelas vítimas no caso de os dois suspeitos serem considerados culpados.

Em 1993, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 883, que incluía mais proibições à venda de tecnologia de petróleo à Líbia; em agosto de 1996, o Congresso dos EUA adotou o ILSA, um ato de sanções contra o Irã e a Líbia, que reforçaram ainda mais o boicote comercial internacional com a República da Líbia; no entanto, a Europa, a Liga Árabe e a Organização dos Estados Africanos violaram o boicote e as sanções, e em setembro de 1997 a Liga Árabe pediu aos seus membros medidas para aliviar as sanções contra a Líbia e, em junho de 1998, a Organização dos Estados Africanos anunciou que seus membros deixariam de cumprir as sanções da ONU se os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não tivessem concordado em levar a cabo o processo contra os suspeitos de Lockerbie em um país neutro. Em agosto de 1998, os

Estados Unidos e a Grã-Bretanha concordaram que o julgamento teria lugar em Haia; finalmente, em abril de 1999, a Líbia entregou dois suspeitos à Holanda; em janeiro de 2001, uma sentença da corte de Hague considerou culpado al-Megrahi, enquanto foi exonerado o outro suspeito; em 2003, afetada pelas sanções e pelo bloqueio, a Líbia anunciou a renúncia às armas de destruição em massa e iniciou uma “normalização” com o Ocidente.

Nos anos do *boom* econômico - anos 70 e início dos anos 80 - antes do embargo internacional e americano, o alto padrão de vida devido às receitas do petróleo criara um bem-estar geral para o qual até mesmo os críticos e aqueles que não compartilhavam as políticas do país tinham pouco interesse em contrastar. No entanto, no final dos anos 80 e nos anos 1990, quando o clima econômico mudou, com a conseqüente mudança no padrão de vida, o mau humor e uma maior propensão a atacar o regime começaram a se espalhar.

A crise interna provocada pelo conjunto de sanções, somada aos boicotes e às situações difíceis que o país enfrentava, foi controlada pelo regime, que conseguiu conter tanto a oposição interna quanto a externa, mesmo com formas de repressão, conduzidas pelo governo, seus Comitês Revolucionários e seus aparatos, que se tornaram ferramentas para controlar a dissidência.

Entre 1987 e 1988, Gaddafi condenou publicamente os excessos das organizações de segurança dos comitês revolucionários, acusando-os de terem se desviado da revolução, de prejudicá-la e de torturar seus opositores, e a partir de 1988 começaram a perder poder com cortes em sua presença no aparelho de inteligência. Também nestes anos, dezenas de prisioneiros políticos foram libertados e medidas anti-repressão foram tomadas; além disso, as fronteiras com a Tunísia foram abertas permitindo que, em 1988, mais de um milhão de cidadãos líbios visitassem o país vizinho; o Coronel também tentou trazer os dissidentes líbios de volta para casa, admitindo publicamente que o sistema legal revolucionário da Líbia havia abusado dos direitos humanos e das liberdades pessoais, e em maio de 1988, tentou impedir as prisões arbitrárias e também pediu uma codificação clara de todos os crimes pelos quais os cidadãos poderiam ser presos.

Infitah e Carta verde dos direitos humanos.

Para lidar com boicotes e isolamento internacional, Gaddafi foi forçado a fazer ajustes no nível estrutural econômico, abrindo-se novamente à liberalização econômica (em árabe *infitâh*); em junho de 1988 foi anunciada a Carta Verde dos direitos humanos. Pouco antes do início da revolta e da guerra civil em 2011, o filho de Gaddafi, Sayf al-Islam, promoveu a libertação em massa de oponentes políticos, especialmente os islamistas radicais, em uma tentativa de adaptar

a política e a sociedade da Líbia aos padrões democráticos do Ocidente e respeitando os direitos humanos de acordo com os cânones “ocidentais”.

A década de 1990 também foi marcada por desigualdades sociais, a despeito da retórica revolucionária centrada na igualdade e na solidariedade: como foi escrito acima, certos grupos, como o exército, diplomatas, burocratas e pessoas próximas à família Gaddafi, beneficiaram-se de vantagens particulares. Foi a desigualdade, as disparidades econômicas, que desencadearam os grupos islâmicos que até então haviam sido mantidos à margem, particularmente na Cirenaica, onde a resistência ao regime era particularmente forte e ligada à gestão política do islã por Gaddafi: em um relatório de 1996, os departamentos da inteligência econômica dos EUA e da Grã Bretanha¹⁶², criticando fortemente as políticas econômicas da Líbia, destacaram um fator potencial de mudança e revolta contra o regime nos grupos islamistas.

Ao longo da década de 1990, uma série de tumultos eclodiu, organizada por grupos islâmicos que, no entanto, foram severamente reprimidos por comitês revolucionários.

Exército e milícias: segurança e gerenciamento de força na Líbia.

Tanto durante a monarquia quanto durante a Jamâhîriya havia duas instituições separadas que tinham o monopólio do uso da força: o exército regular e os guardas da revolução, ou guardas pretorianos; o exército regular, depois de 1969, desempenhou um papel marginal em favor de grupos, aparatos de segurança para a proteção do regime, guardas revolucionários, etc.

Este aspecto histórico e quase estrutural da Líbia é muito interessante para entender a atual situação de profusão de milícias privadas, de pequenos exércitos a serviço deste ou daquele personagem/família/clã, pois não se trata de um fato novo, mas de um patrimônio antigo da Líbia e que depois de 2011, e especialmente após o golpe islâmico de 2014, se tornou um fenômeno generalizado e incontrolável. Sob a monarquia, de fato, corpos de guardas pretorianos haviam sido criados para a proteção do regime à custa de um exército nacional regular; durante o regime de Gaddafi, o poder real estava concentrado nas mãos de um aparato restrito ou de segurança que controlava os gânglios da vida líbica: o sistema de organizações de segurança desenvolveu-se consideravelmente com uma difusão estratificada de grupos, indicando com isso uma vontade do regime de se proteger das oposições que se formavam e se fortaleciam.

¹⁶² *Libya in the 1990's. Can its resources be salvaged?* Special report No. 2134. The Economist Intelligence Unite, New York, 1996.

Em 1974, o regime criara as Milícias do Povo baseadas no conceito de que a resistência popular e a autodefesa eram uma maneira eficiente de garantir a segurança do país; sua existência foi formalizada no artigo 9 da proclamação do poder, em março de 1977: de fato, era uma militarização da sociedade mesmo se os cidadãos não circulassem armados, mas a proteção da sociedade e do poder foi delegada às milícias; assim, instituições de segurança se desenvolveram rapidamente, permanecendo um setor separado e verticalmente integrado em organizações que se referiam diretamente a Gaddafi e seus assessores. Entre essas instituições, a mais importante era o escritório de inteligência do líder (*maktab ma'lumât al-qâ'id*) que estava no complexo de Bab al-Azizia, o complexo onde Gaddafi morava com sua família; o sistema de aparatos de segurança também incluiu a organização de segurança da *jamâhîriya* dividida em ramos da segurança interna e externa abaixo da direção da família e colaboradores de confiança de Gaddafi e o *al-Mathâba al-âlamîyya* (“Centro mundial dos combatentes” contra o imperialismo, racismo e fascismo), que lidava com a acusação e a supressão da oposição da Líbia no exílio (VANDERWALLE, 2006).

Paralelamente a esses aparelhos, havia outros mais formais, que incluíam várias organizações que não haviam sido definidas no nível constitucional e estavam nas mãos de membros de grupos familiares e colegas próximos de Gaddafi, ou seja do entourage presidencial, como o “Movimento unionista livre” (OTAYEK, 1986; VANDERWALLE, 2006; ST. JOHN, 2011).

Outros círculos informais foram o Fórum de Companheiros de Gaddafi e os comitês de liderança do Povo: criados em Derna em 1994 e crescidos em importância, eram compostos por chefes de famílias ou indivíduos poderosos no país, e tinham o objetivo de manter a estabilidade do país, controlando seja as famílias como as qabilas; foram usados para equilibrar o sistema político em relação às qabilas e aos poderosos do país.

Outro sistema consistia em organizações informais, compostas por familiares e parentes do líder e membros de qabila Qadhdhafa e outros afiliados, como os Warfalla e os Maqarha, que tinham um status muito alto dentro dos comitês revolucionários.

A infiltração de números cada vez maiores desses indivíduos, particularmente em organizações de segurança, levou alguns observadores a descrever o fenômeno como uma re-tribalização da Líbia. (VANDERWALLE, 2006, p. 149).

Portanto, o papel marginal do exército em proveito de aparatos e grupos de segurança pode ajudar a explicar a presença atual na Líbia de tantas milícias diferentes, como já destacado acima: o poder real estava e está distribuído entre diferentes aparatos de segurança e nelas estava a verdadeira fonte do poder de *jamâhîriya*. No Livro Verde, Gaddafi havia desenvolvido o

conceito de “cidadãos armados” como contraste a um exército profissional e a corpos como os comitês revolucionários, daí, provavelmente, uma das causas da presença, hoje, de uma multidão de milícias, grupos armados e gangues, reforçada pela falta de um poder central.

3.13. Mudanças e reaproximação com o Ocidente, antes da catástrofe

A Líbia de Gaddafi se aproximou da comunidade internacional a partir da década de 1990: em 1990, condenou a invasão iraquiana do Kuwait e, a partir de 1999, colaborou com os EUA e a Grã-Bretanha contra al-Qâida.

Em janeiro de 2003, a Líbia foi eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos da ONU, apesar da oposição dos Estados Unidos e de grupos de direitos humanos; em agosto, assinou um acordo no valor de 2,7 bilhões de dólares para compensar as famílias das vítimas do ataque de Lockerbie e, em uma carta ao Conselho de Segurança da ONU, assumiu a responsabilidade pelo ataque; em setembro, o Conselho de Segurança da ONU votou pela suspensão das sanções; em dezembro, a Líbia disse que queria abandonar os programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa; em janeiro de 2004, ela se comprometeu a indenizar as famílias das vítimas do desastre aéreo do Níger - o voo 772 da companhia aérea francesa Union de Transports Aériens (UTA) - em 1989; em maio, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, visitou a Líbia.

Não salvarão a Jamâhîriyya e o Coronel da tempestade que atingirá o país, em fevereiro de 2011, o pagamento de todas as sanções internacionais pelos atos de terrorismo - imputados muitas vezes injustamente à Líbia (GRIMALDI, 2012; FORTE, 2012; AWAN, 2015; SENSINI, 2017 e outros na bibliografia) e que a levou, em 2004, a aceitar o pagamento de 35 milhões de dólares às vítimas do ataque de 1986 à boate de Berlim —; a concessão, em 2005, da exploração de gás e petróleo a empresas americanas, após vinte anos; a renúncia à produção de armas de destruição em massa; a retomada, em 2006, das relações diplomáticas e do comércio com os EUA, que, após 25 anos, removerão a Líbia da lista de “estados párias”; o plano de cortes nos gastos públicos (exigidos pelas finanças internacionais e pelo Banco Mundial), em 2007, com a demissão de 400 mil funcionários públicos (mais de um terço da força de trabalho total da Líbia), para estimular o setor privado e cortar gastos públicos; a presidência, em janeiro de 2008, do Conselho de Segurança da ONU; o acordo, em agosto de 2008, entre a Líbia e os EUA para o pagamento de indenização às vítimas de ataques aéreos e, no mesmo ano, o Tratado de Benghazi com o qual as relações com a Itália estabilizaram-se - o então primeiro-ministro

italiano Silvio Berlusconi apresentou um pedido público de desculpas pelas vítimas e danos infligidos à Líbia durante o colonialismo italiano, e a assinatura de um acordo para cinco bilhões de dólares em investimentos como compensação; a visita histórica, em setembro, da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, que declarou que as relações entre os dois países entraram em uma “nova fase”; a eleição de Gaddafi como presidente da União Africana, de fevereiro de 2009 a Janeiro de 2010; a visita de Estado à Itália, em junho de 2009, e outros eventos. Apesar de tudo disso, ou talvez por causa disso e por ter desistido de ser uma grande potência militar, a Líbia será esmagada pela guerra da OTAN.

3.14. Grupos e idiomas da Líbia

A língua oficial do país é o árabe, mas são faladas também as línguas francesa, italiana e inglesa, especialmente em relação aos negócios e a política.

Os líbios reivindicam a descendência das qabilas beduínas árabes de Banû Hilâl e Banû Sulaym, que invadiram o Magrebe no século XI.

A estrutura da sociedade líbia é baseada principalmente nas qabilas: “qabaliya” (qabilismo) refere-se aos métodos de organização social através da linhagem e através de ancestrais comuns; a qabîla¹⁶³, que representa uma forma de organização social que agrupa pessoas em todo o território, foi a base da ordem social histórica da Líbia até a revolução de Gaddafi, e depois ocupou o espaço dentro da gestão do poder pós-regime.

O país é rico em qabilas espalhadas por todo o território, com muitas pequenas enclaves; nesse tipo de sociedade, as ações dos indivíduos podem trazer reputação ou vergonha coletiva à família e à qabîla; a boa ou má reputação de uma família ou qabîla, portanto, influencia decididamente a vida de indivíduos em questões sociais, políticas e níveis econômicos.

As qabilas da Líbia oferecem um sistema de referência social e cognitiva em que uma ampla gama de redes corporativas, de tamanhos diferentes, podem se organizar. Como em todas as formas de organização social, flexibilidade e inovação são igualmente importantes como criação e tradição. A qabîla é um vetor poderoso para obter privilégios, acelerar processos administrativos, obter autorizações ou se proteger da violência; cada uma é diferente de acordo com sua força e o grau de proximidade ou lealdade que possui em direção ao regime: dessa maneira, pertencer a uma comunidade primária é uma parte central na vida da maioria dos

¹⁶³ Plurale: al-Qubâ'il.

líbios, pois isso define sua identidade, mas também garante sua proteção em tempos de crise, como foi demonstrado na guerra de 2011.

As qabilas da Líbia desempenharam um papel importante na luta do país contra o colonialismo otomano e, posteriormente, italiano, com muitos membros sacrificando suas vidas. Acredita-se que atualmente haja cerca de 140 qabilas e clãs diferentes na Líbia, muitos dos quais têm influências e membros fora do país, da Tunísia ao Egito e ao Chade (BEN LAMMA, 2017).

Os grupos étnicos da Líbia

Acredita-se que os Imazighen (plural de Amazigh), berberes, são os habitantes mais antigos da Líbia; os principais grupos são os das Luatas, dos Nafûsa e dos Adassas; eles vivem em oásis costeiros e praticam a agricultura sedentária.

A maioria dos Imazighen foi assimilada na sociedade árabe, com exceção da região do Monte Nafûsah, Awjilah, Hûn, Socra e Zuwâra.

Os imazighen líbios falam línguas classificadas como afro-asiáticas, mas escritas com o alfabeto árabe; muitos falam Nafusi (uma língua amazigh) e árabe. A maioria é muçulmana sunita.

A imigração árabe na região começou no século VII, com a disseminação do Islã através de incursões militares. As invasões de Banu Hilâl e o Banû Sulaym, no século XI, trouxeram mais migrantes da qabîla nômade do leste da Arábia para a Líbia do que as invasões militares anteriores.

Os Banû Sulaym consistiam em quatro grupos principais: o Banû Hebib, o 'Awf, o Debbab e o Zegb. Os Hebib instalaram-se na Cirenaica, os outros na Tripolitania. A chegada desses e de outros grupos levou a um terremoto político e à arabização das populações Amazigh da Líbia: o resultado foi que no século XX a grande maioria dos habitantes da Líbia eram muçulmanos de língua árabe e de descendência mista.

Existem vários outros grupos sociais, além da qabîla, incluindo os *sharifs* (qabilas sagradas), originários do Fezzan, que afirmam ser os descendentes diretos da família do profeta Muhammad; sua suposta relação de sangue com o Profeta lhes dá uma posição poderosa na sociedade muçulmana. Vastas extensões de terra nos oásis do oeste da Líbia estão sob forte controle dos Sharifs.

Os **marabus** (líderes religiosos muçulmanos que se acredita terem poderes sobrenaturais), eles chegaram à Líbia vindos de Saguia el-Hamra, no que hoje é o Saara

Ocidental. As qabilas marabut são descendentes de homens santos que reivindicam um relacionamento privilegiado com Muhammad; eles acreditavam em uma vida ascética, que se manifestava em seu estilo de vida eremítico. Em áreas onde seus ensinamentos e estilos de vida os tornavam aceitáveis para os habitantes locais, eles se estabeleceram e fundaram grupos comprometidos com um estilo de vida puro.

Os **Koulouglis** são descendentes dos Janízeros (do turco, *Yeniçeri*, ou “Nova Força” de elite turca, que governou a Líbia após a conquista otomana) e dos escravos amazigh e cristãos com quem se casaram: trata-se de uma classe de escribas desde a era otomana e estão concentrados em aldeias e cidades; eles falam árabe e são muçulmanos.

O comércio de escravos trans-saarianos, que continuou até o início do século XX, trouxe negros africanos e suas culturas para a Líbia, particularmente no Fezzan e na Tripolitania; embora eles falassem línguas nílco-saarianas e línguas niger-congolesas no centro do Saara e no leste do Sudão, hoje falam árabe e adotaram o islamismo.

Pequenos grupos de nômades **tuaregues** vivem no Sudoeste, especialmente nos oásis de Ghadâmis e Ghât, mas estão gradualmente se sedentarizando.

No Sudeste, há comunidades nômades isoladas de Teda (**Tubu**) que gravitam gradualmente em direção ao norte e nos oásis de al-Kufrah.

(BEN LAMMA, 2017; ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA).

Os Imazighen hoje

Os Imazighen são os habitantes nativos do norte da África, cuja população vai da costa atlântica do Marrocos ao Egito. A chegada dos árabes, no VII século, começou devagar; treze séculos depois, sob o regime de Gaddafi, o processo de arabização foi muito forte (PAGANO-MARONE, 2015; HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA- UNESCO)¹⁶⁴.

Trata-se de uma minoria concentrada nas montanhas Nafusa, a sudoeste, perseguida pelo regime de Gaddafi juntamente com o islamismo radical, o qabilismo, os grupos étnicos - todas as particularidades étnicas, políticas, religiosas ou ideológicas que impediam a sua revolução de se espalhar no país - de fato, ele tentou erradicar as identidades culturais nacionais para promover uma visão pan-arabista e socialista. Por esta razão, os Imazighen apoiaram a revolta - muitos dos rebeldes foram recrutados na região de Nafusa.

164 Zurutuza, Karlos, *Libya's Berbers fear ethnic conflict*, Al Jazeera, 6/1/2015, <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/12/libya-berbers-fear-ethnic-conflict-2014123065353199495.html>; acesso em 1/2/2016.

Em uma entrevista realizada na Tunísia, um jovem estudante imazigh, ‘Amru Sufyan¹⁶⁵, de Zuwara, que participou da revolta de 2011, contou-me:

Do ponto de vista político, minha vida e a da minha comunidade de Zuwara sob o regime de Gaddafi sofreram muitas injustiças, mas é claro que esta injustiça tem várias razões, e que é diferente daquela que ocorria em toda a Líbia, portanto falarei sobre os vários motivos, incluindo as origens étnicas da cidade de Zuwara.

A cidade Amazigh e seus habitantes são os povos indígenas do norte da África; o regime de Gaddafi era um sistema totalitário, racista, que não reconhecia as minorias ou aqueles que não pertenciam ao seu sistema. A sua única preocupação, desde que ele assumiu o poder foi a eliminação dos outros componentes culturais e a sua arabização sem respeitar algum direito. Para alcançar esse objetivo havia um conjunto de políticas negativas para com a comunidade na cidade de Zuwara.

Uma das suas políticas mais horríveis foi o deslocamento de cidades árabes vizinhas na cidade de Zuwara; todas as instalações vitais e não vitais são lideradas pelos povos árabes com os quais não temos bom relacionamento histórico – o 90% dos órgãos repressivos como a segurança interna estão nas suas mãos. Não era possível falar o idioma original da Líbia (Amazigh) nos lugares públicos, nos anos setenta do século passado e até 2011 não podíamos conversar na nossa língua materna na televisão; os trabalhos de seminários e estudo nas escolas foi tudo um pesadelo para nós na cidade de Zuwara.

O início do pesadelo para nós foi o chamado discurso histórico que foi deliberadamente entregue nas praças de Zuwara, em 1973, onde todas as leis foram divulgadas, e foi também de Zuwara que ele anunciou sua “jamâhîriyya”, que nos ligou durante décadas.

Particpei da Revolução da Líbia na noite de 20 de fevereiro de 2011 no dia em que Zuwara se levantou: eu era um muito jovem naquela época, pois tinha apenas 16 anos de idade, mas trabalhei como assistente dos combatentes.

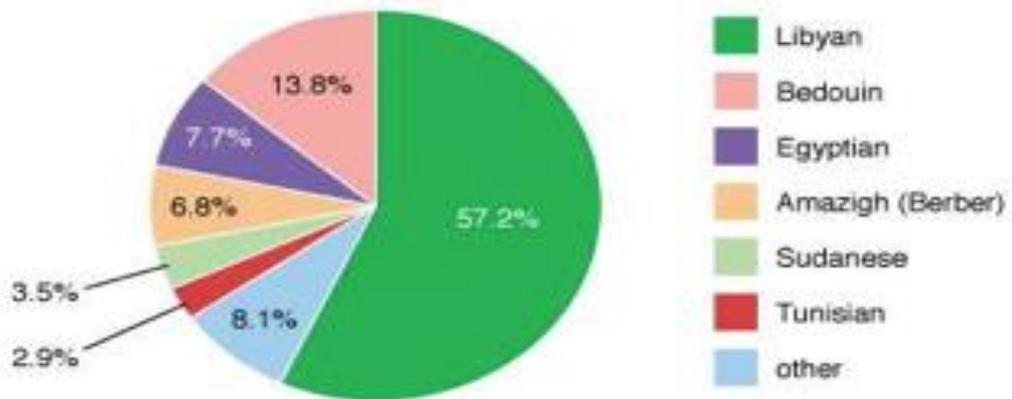
A nossa demanda é construir um estado civil governado por leis que acreditem nas liberdades e dar a todos o que têm direito; um estado que acredite no pluralismo intelectual e étnico.

Outra nossa demanda, muito pessoal, é que possamos construir a Líbia com base na sua história verdadeira, a história do Norte de África e não a história de importação imposta a partir da Península Arábica.

Os berberes reivindicam direitos contra os árabes faz 1400 anos¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Encontrei ‘Amru na sua viagem para Tunis, em 8 julho 2017. É um jovem de 23 anos, de Zuwara, a oeste de Trípoli; estuda na Faculdade de Tecnologia e Engenharia - Departamento de Tecnologia eletrônica de Zowara e é presidente da União dos Estudantes universitários e diretor da revista cultural Tafat e Chefe de Projetos de Estudos estratégicos, ativista civil desde 2013. Ele quis perguntas escritas que respondeu alguns dias depois. Entrevista realizada em árabe e inglês.

¹⁶⁶ História geral da África-III África do século VII ao XI. UNESCO

Ethnic composition (2000)

© Encyclopædia Britannica, Inc.

3.15. A revolta ou “primavera da Líbia” de 2011¹⁶⁷

3.15.1. A guerra da OTAN e a 1ª guerra civil da Líbia

Em **15 de fevereiro de 2011**, protestos eclodiram em Benghazi após a prisão do ativista e advogado Fathi Terbil, contra os quais as forças de segurança respondem com violência.

17 de fevereiro é o Dia da Fúria, em memória do quinto aniversário dos protestos sangrentos contra as caricaturas dinamarquesas consideradas blasfêmias. Milhares de pessoas saem às ruas.

Em **20 de fevereiro**, as forças rebeldes, que se infiltraram nos protestos populares, assumiram o controle de Benghazi. Outras cidades, incluindo Tobruk e Baida, também na região oriental da Líbia, acabaram sob controle rebelde.

Em **21 de fevereiro**, Sayf al-Islam Gaddafi, um dos filhos de Muammar, falando na TV líbia, depois de admitir que “erros foram cometidos” ao suprimir os protestos daqueles dias, revelou o medo de uma guerra civil e uma divisão do país, e soou o alarme sobre as riquezas do país colocadas em perigo pelas revoltas e sobre os banhos de sangue¹⁶⁸.

Em **26 de fevereiro**, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução para congelar os capitais de Gaddafi. O Tribunal Penal Internacional é encarregado de abrir investigações sobre os eventos em curso na Líbia.

Em **27 de fevereiro**, é estabelecido o Conselho de Transição Nacional - CTN¹⁶⁹, com sede em Benghazi, sob a direção de Mustafa Abdul Jalil, ex-ministro do regime, para governar as regiões líbias sob o controle das forças rebeldes.

Em **5 de março**, o CNT se autodenominou “o único representante da Líbia”. No início de março, algumas áreas da Líbia não estavam mais sob o controle de Gaddafi e passaram para uma coalizão de forças da oposição, incluindo militares desertores que se juntaram aos rebeldes. A Líbia oriental, com Benghazi, foi imediatamente tomada pela oposição, enquanto Trípoli e seus arredores cederam em agosto¹⁷⁰.

Neste período, a campanha midiática anti-regime do Qatar, através da Al Jazeera, e da Arábia Saudita, com a Al Arabiyya, é capilar: as duas emissoras de TV transmitiam serviços informando de ameaças governamentais de “massacres” e “limpeza étnica” contra os rebeldes

¹⁶⁷ Fontes da parte II do cap. 3: VANDERWALLE, 2006, 2008, 2011, 2011; ST. JOHN, 2011; SENSINI, 2017) alwatan-libya.net, Magharebia, Libya Herald, Middle East Eye, Asharq al-Awsat, The Libyan Insider, Al-Ahram Weekly.

¹⁶⁸ *Libya: Sayf al-Islam Gaddafi's defiant speech*, 21/2/2011, The Telegraph, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8339443/Libya-Saif-al-Islam-Gaddafis-defiant-speech.html>; acesso em 1/2/2016.

¹⁶⁹ International Recognition, 26/9/2011, <https://web.archive.org/web/20110926043358/http://www.ntlibya.com/InnerPage.aspx?SSID=6&ParentID=3&LangID=1>; acesso em 1/2/2016.

¹⁷⁰ *Loyalists Batter Libyan Rebels Near Strategic Oil Town*, The New York Times, 9/3/2011, <https://www.nytimes.com/2011/03/10/world/africa/10libya.html>

e as pessoas que os apoiavam. Elas relatavam que o governo estava armando milícias pró-Gaddafi para matar manifestantes e desertores¹⁷¹. A ONU também interveio através de seu Secretário Geral, Ban Ki-moon, e do Conselho de Direitos Humanos, para condenar a repressão dos protestos e, a pedido de uma delegação da oposição da Líbia, expulsa o país do Conselho. Por sua parte, os EUA impuseram novas sanções econômicas¹⁷², como já havia acontecido nas décadas de 1980 e 2000.

O Conselho de Segurança da ONU votou para remeter Gaddafi e seu governo ao Tribunal Penal Internacional.

Mustafa Abdul Jalil tornou-se chefe da CNT e Mahmoud Jibril do governo (de 5 de março de 2011 até o final da guerra).

Em **10 de março**, a França foi o primeiro estado a reconhecer oficialmente o CNT como representante legítimo do povo líbio¹⁷³.

Em **17 de Março**, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1973 por um voto de 10-0 e cinco abstenções.

A resolução do Conselho de Segurança foi proposta pela França, Líbano e Reino Unido; 10 membros do Conselho de Segurança votaram em suporte - Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Gabão, Líbano, Nigéria, Portugal, África do Sul - e membros permanentes - França, Reino Unido e Estados Unidos; 5 se abstiveram: Brasil, Alemanha e Índia e os membros permanentes China e Rússia¹⁷⁴.

A resolução sanciona o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea e o uso de “todos os meios necessários” para proteger os civis na Líbia: “O Conselho de Segurança hoje autorizou eficazmente o uso da força na Líbia para proteger os civis dos ataques, particularmente na cidade de Benghazi, no leste do país, que o coronel Muammar al-Gaddafi disse que atacaria hoje à noite para acabar com a revolta contra seu regime”¹⁷⁵.

¹⁷¹ *Gaddafi vows to crush protesters*, Al Jazeera, 26/2/2011, <https://www.aljazeera.com/news/africa/2011/02/2011225165641323716.html>

¹⁷² *US slaps sanctions on Libya*, Al Jazeera, 26/2/2011, <https://www.aljazeera.com/news/americas/2011/02/20112261461685557.html>

¹⁷³ *Libya: France recognises rebels as government*, BBC, 10/3/2011, <https://www.bbc.com/news/world-africa-12699183>

¹⁷⁴ *Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favour with 5 Abstentions*, 17/3/2011,

<https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm>;
acessos em 1/2/2017, 3/5/2019,
Libya: Nigeria votes in favour of no-fly resolution, Vanguard, 18/3/2011,
<https://www.vanguardngr.com/2011/03/libya-nigeria-votes-in-favour-of-no-fly-resolution/>
acessos em 1/2/2017, 3/5/2019.

¹⁷⁵ *Security Council authorizes 'all necessary measures' to protect civilians in Libya*, 17/3/2011, <https://news.un.org/en/story/2011/03/369382-security-council-authorizes-all-necessary-measures-protect-civilians-libya>; acessos em 1/2/2017, 3/5/2019.

Logo depois, o ministro das Relações Exteriores da Líbia, Moussa Koussa, declarou que “a Líbia decidiu por um cessar-fogo imediato e a suspensão imediata de todas as operações militares”¹⁷⁶.

Em **19 de março**, jatos militares franceses entraram no espaço aéreo da Líbia, iniciando os ataques, seguidos pelos britânicos e norte-americanos.

A secretária de Estado, Hillary Clinton, pressionou pelo envolvimento dos EUA na guerra, pela “proteção dos civis líbios”. A ação aconteceu poucas horas após o encontro entre líderes ocidentais e árabes em Paris para concordar em como implementar a resolução da ONU.

A Itália, amiga da *jamâhîriyya*, inicialmente se opôs à intervenção militar, mas como resultado de pressões e cálculos econômicos (o risco de perder a posição privilegiada nos negócios de hidrocarbonetos e outras trocas comerciais estava em jogo), concedeu o uso de bases militares dos EUA e da OTAN no seu território.

EUA e GB lançaram ataques usando 110 mísseis Tomahawk nas operações *Odyssey Dawn* e *Ellamy*.

A operação *Odyssey Dawn*¹⁷⁷ foi o codinome dos EUA na operação militar internacional na Líbia, apoiada pela Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, no período de 19 a 31 de março de 2011, mas que continuou sob o comando da OTAN como *Operation Unified Protector*, cujo apoio é essencial para a vitória dos rebeldes sobre as forças do governo. A operação terminou em 31 de outubro de 2011, depois que a CNT declarou que a Líbia estava libertada, em 23 de outubro.

A operação *Ellamy*¹⁷⁸ foi o codinome da participação do Reino Unido; *Opération Harmattan*, o da francesa.

Da sua parte, Gaddafi denunciava as intervenções estrangeiras no território líbio como “terrorismo”, declarando que o povo estava com ele e que lutaria até o fim e que todos morreriam como mártires¹⁷⁹. De fato, muitos vídeos que circulavam naquela época, e ainda disponíveis on-line, mostravam multidões oceânicas, em Trípoli e outras áreas da Líbia, demonstrando apoio ao “irmão líder”¹⁸⁰.

¹⁷⁶ *Libya: Pro-Gaddafi forces 'to observe ceasefire'*, BBC, 18/3/2011, <https://www.bbc.com/news/world-africa-12787739>; acessos em 1/2/2017, 3/5/2019.

¹⁷⁷ “*Statement: Africom Commander on Commencement of military strike in Libya*”, *US AFRICOM (19 March 2011)*

¹⁷⁸ *LIBYA: Operation ELLAMY: Questions and Answers*, 19/10/2012; <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20121019081520/http://www.mod.uk/DefenceInternet/FactSheets/MilitaryOperations/LibyaOperationEllamyQuestionsAndAnswers.htm>; acessos em 1/2/2017, 3/5/2019.

¹⁷⁹ *Gaddafi denounces foreign intervention*, Al Jazeera, 20/3/11, <https://www.aljazeera.com/news/africa/2011/03/201132094116102192.html>

¹⁸⁰ Esse apoio foi relatado também a Cynthia McKinney (2012) antigo membro do Congresso estadunidense e candidata presidencial do Partido Verde em 2008, que liderou uma delegação de observadores para a Líbia para monitorar a intervenção alegada “humanitária” da OTAN:

Em **27 de junho**, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de prisão contra Gaddafi, alegando que estava envolvido no “planejamento e implementação de uma política de ataques sistemáticos e generalizados contra civis, manifestantes e dissidentes”¹⁸¹.

Em **21 de agosto**, as forças rebeldes do Exército de Libertação Nacional (ELN, em árabe jaysh al-tahrîr al-waṭanî al-lîbî) anteriormente chamado de *Free Libyan Army*, liderado pelo líder do LIFG, Abdelhakim Belhaj, e seu braço direito, Mahdi el-Harati, entraram em Trípoli, posicionando-se na Praça Verde, mais tarde renomeada Praça dos Mártires, e declararam a capital líbica “libertada”.

O ELN-Exército de Libertação Nacional: era uma organização militar líbica, que mais tarde se tornou parte da CNT, e que por várias semanas treinou-se com a ajuda militar de forças estrangeiras, incluindo a França e os EUA, em áreas do leste da Líbia controladas pelos rebeldes, em preparação para o confronto contra as tropas do governo no oeste da Líbia. Desses treinamentos, acompanhados de fotos e extensa documentação, Sam Najjair (2013) nos conta em detalhes.

O ELN lutou pelo controle de Benghazi, Misurata, Brega, Ajdabiya, Zawiya e Ra's Lanuf e várias cidades nas montanhas do Nafusa.

A linha da frente foi, por vários meses, a região de Brega e Ajdabiya, com linhas adicionais em Misrata e nas montanhas do Nafusa.

No final de agosto, os rebeldes no leste da Líbia conseguiram tomar Brega e muitas outras cidades perto de Sirte, enquanto os rebeldes de Misrata tomaram a cidade e os arredores; rebeldes nas montanhas Nafusa dominaram a maior parte da costa oeste, incluindo Trípoli.

Em Benghazi, havia 8 mil combatentes armados: sua bandeira era a tricolor usada durante o Reino da Líbia, em 1951, que mais tarde se tornou o símbolo da revolta contra Gaddafi.

Em **16 de setembro**, a ONU reconheceu a CNT como “representante legal da Líbia” em lugar do regime de Gaddafi.

<https://www.youtube.com/watch?v=JuRHU6S1xzY>
<https://www.youtube.com/watch?v=vhDaK7Yg5d0>
<https://www.youtube.com/watch?v=9Wq1qe9CDk8>
<https://www.youtube.com/watch?v=2UymgicD7EQ>
https://www.youtube.com/watch?v=bRZwR_ZvqRc
acessados em 7/7/2018; 4/8/2019

¹⁸¹ *War crimes court issues Gaddafi arrest warrant*, The Guardian, 27/6/2011,

<https://www.theguardian.com/world/2011/jun/27/muammar-gaddafi-arrest-warrant-hague>; acessado em 7/7/2018.

Em **20 de outubro**, o ELN derrotou o que restava das tropas pró-Gaddafi, durante pesados combates em Sirte, e capturou Muammar Gaddafi, que foi brutalmente assassinado. Durante seu mandato como autoridade provisória da Líbia, a CNT foi imediatamente dilacerada por divisões internas e teve que adiar a formação de um governo “interino” várias vezes.

Em **23 de outubro**, o CNT declarou que a Líbia era “libertada” e anunciou o fim da guerra. Jibril anunciou que as consultas estavam em andamento para formar um governo provisório dentro de um mês, seguido por eleições para uma assembleia constitucional no prazo de oito meses e por eleições parlamentares e presidenciais a serem realizadas dentro de um ano. Pelo menos 30.000 líbios morreram nesta primeira fase da guerra civil.

Após a queda de Gaddafi, a Líbia, enfrentou lutas internas e protestos contra o novo regime do CNT. Começaram a se formar vários partidos políticos, como o Partido Democrata, o Partido Reformador e o do Desenvolvimento, o Grupo Nacional para a Liberdade, a Justiça e o Desenvolvimento (da IM) e se aproxima da política o vasto Movimento islâmico. Para pará-lo, o governo do CNT rejeitou o poder aos partidos com base em religião, qabilas e grupos étnicos.

2012

Em **janeiro**, os confrontos entre as forças rebeldes em Benghazi eclodiram como um sinal de descontentamento para com as políticas do CNT e o vice-chefe, Abdel Hafiz Ghoga, renunciou ao cargo.

Em **março**, executivos do CNT no leste da Líbia, rico em campos de petróleo, lançaram uma campanha para restabelecer a autonomia da região, aumentando ainda mais a tensão com a CNT central em Trípoli.

Em **junho**, houve uma tentativa do governo de controlar as milícias locais, especialmente em Zintan, na parte ocidental. Uma brigada, a al-Awfeia, ocupou o aeroporto internacional de Trípoli e uma multidão pró-autônoma saqueou o prédio da comissão eleitoral em Benghazi.

Em **7 de julho**, os líbios participaram de suas primeiras eleições parlamentares desde o fim do regime de Gaddafi: mais de 100 partidos políticos foram registrados, e foi formada uma assembleia nacional temporária de 200 membros, que substituiu a CNT, nomeando um primeiro ministro e formando um comitê para redigir uma constituição. A votação foi adiada várias vezes para resolver problemas logísticos e técnicos¹⁸².

¹⁸² *NTC to Transfer Power to Newly-Elected Libyan Assembly August 8*, The Tripoli Post, 2/8/2012, <https://web.archive.org/web/20120807043644/http://www.tripolipost.com/articledetail.asp?c=1&i=8936>; acessado em 4/7/2018.

As eleições de 2012, supervisionadas pela comissão eleitoral da Líbia com o apoio da missão especial da ONU na Líbia (UNSMIL) foram consideradas “justas e livres” pela maioria dos líbios, mas não produziram um governo forte porque o Parlamento estava fragmentado devido à falta de partidos políticos organizados. O Congresso Nacional Geral (CNG) era composto por dois grandes partidos: a Aliança das Forças Nacionais e o Partido da Justiça e Construção, além de independentes, alguns dos quais eram moderados e outros islamitas conservadores (CHIVVIS, 2014).

Em **8 de agosto**, o governo de transição entregou o poder ao CNG, eleito em julho, encarregado da formação de um governo provisório e da redação de uma nova Constituição da Líbia a ser aprovada em um referendo geral. O Congresso elegeu Mohammed Magarief, da Frente Nacional Liberal, como seu presidente.

Em **25 de agosto**, militantes islamistas atacaram e demoliram uma mesquita sufi no centro de Trípoli. Em dois dias, dois ataques tinham como alvo sites sufis.

Em **11 de setembro**, o embaixador norte-americano John Christopher Stevens e três outros norte-americanos foram mortos por militantes islamistas, incluindo combatentes de Anşar al-Sharî‘a bi-Lîbîya (“auxiliares da Sharî‘a na Líbia”) que invadiram o Consulado de Benghazi.

O chefe do CNG, Mohammed al-Magarief, prometeu dissolver todas as milícias ilegais em Benghazi depois que uma multidão expulsou Anşar al-Sharî‘a e outras milícias da cidade e perto de Derna.

Em **7 de outubro**, O primeiro-ministro líbio Mustafa A.G. Abushagur renunciou por falhar na aprovação do novo governo.

Em **14 de outubro**, o CNG elegeu o advogado de direitos humanos Ali Zeidan como primeiro-ministro.

2013

Em **maio**, o presidente do CNG, Muhammad al-Magarief, renunciou em conformidade com a nova lei que proíbe os ex-funcionários de Gaddafi de ocuparem cargos públicos.

Em **junho**, o CNG elegeu como seu presidente o deputado independente Nuri Abu Sahmain, um membro da minoria berbere discriminada pelo regime de Gaddafi.

Em **8 de junho**, eclodiram confrontos entre milícia da *Libya Shield* (LS), uma formação islamista semioficial liderada por personalidades ligadas à al-Qâ‘ida, e os manifestantes que exigem sua dissolução.

Em **agosto**, as milícias da Guarda do “Petroleum Facilities” começaram a bloquear os terminais de exportação de petróleo.

Em 10 de outubro, o primeiro-ministro Ali Zidan foi sequestrado em Trípoli por membros da *Libyan Revolutionaries Operations Room* (Ghurfatu ‘amaliyât tawâri Lîbiya-LROR) e outras milícias.

Esses incidentes destacam as rivalidades políticas que continuam a dividir o país: ao LROR foi dada a tarefa de garantir a segurança da capital pelo chefe do CNG, Nuri Abu Sahmain, que contestou o poder executivo e militar de Zidan¹⁸³.

O LROR é um grupo armado fortemente envolvido na segunda guerra civil líbia, e foi estabelecido em **2013** por Nouri Abu Sahmain, unindo as milícias existentes sob seu comando. Sua tarefa oficial era manter a ordem em Trípoli. Parece ter desviado 900 milhões de dinares líbios (720 milhões de dólares US) para o benefício do LROR.

Pouco depois de ter sido formado, o LROR tentou um golpe de estado islamista quando o grupo sequestrou o Ali Zeidan em **outubro de 2013**; posteriormente, estabeleceu uma filial em Benghazi, supostamente para enfrentar a deterioração da situação da segurança.

O LROR viu suas responsabilidades reduzidas, mas conseguiu continuar operando.

Em **15 de novembro**, grupos armados de Misrata abriram o fogo contra manifestantes que tomaram as ruas em Trípoli para pedir às milícias que deixassem a capital. De acordo com Human Rights Watch, o confronto no distrito de Gharghour causou 43 mortes e 560 feridos.

Os rebeldes de 2011 tornaram-se os governantes *de facto* da Líbia, enquanto as autoridades de transição, muito fracas, tentavam conter a violência e aumentar a sua legitimidade, e contra-atacaram as milícias para proteger o país, estabelecendo duas forças semi-oficiais: o *Libya Shield* (LS), sob o Ministério da Defesa, e o *Supreme Security Committee* (SSC), sob o Ministério do Interior. A dependência das milícias - incluindo muitas de Misrata - queria ser um momento de transição, à medida que o estado construía o exército e a polícia.

Os líbios dizem que qualquer um que controle Benghazi controlará o país, de fato, a cidade detém o pulso político da Líbia pós-revolucionária: extremistas islâmicos aliados a al-Qâ'ida a escolheram para a operação do mais alto perfil, o ataque ao consulado dos EUA em setembro de 2012; os federalistas que aspiram a voltar à constituição de 1951 denunciaram repetidamente o abandono da cidade por Trípoli; e milícias poderosas que contestam a autoridade do Estado mantiveram sua independência em Benghazi por mais de um ano e meio desde a guerra.

Para lidar com sua fraqueza pós-revolução, o nascente governo central cultivou milícias semi-oficiais para ajudar a recrutar rebeldes e guiar a autoridade do Estado. O Ministério do Interior

¹⁸³ *Libya on the Brink After Militia Violence in Tripoli*, The Washington Institute, 19/11/2013, <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/libya-on-the-brink-after-militia-violence-in-tripoli>; acessado em 4/7/2018.

contava com o *Supreme Security Committee* (SSC), enquanto o Ministério da Defesa confiava no *Libya Shield* como substituto do exército nacional. Embora o Ministério do Interior tenha feito progressos louváveis na dissolução do SSC e na integração de seus combatentes em forças policiais regulares, o Ministério da Defesa não obteve êxito. As 43 brigadas do exército não têm o comando e o controle, e a tensão entre os soldados da época de Gaddafi e os novos recrutas rebeldes é palpável.

Muitas antigas brigadas rebeldes se juntaram ao SSC e ao *Libya Shield* como unidades inteiras, impedindo sua dissolução e produzindo lealdades conflitantes [...]

De fato, o *Libya Shield* tornou-se um exército em si. Os relatórios sobre as milícias foram divulgados pela primeira vez em março de 2012, quando os rebeldes que haviam lutado na frente oriental durante a revolução foram recrutados pelos líderes das milícias e pelo governo. Suas primeiras missões foram patrulhas aparentemente inofensivas ao longo da porosa fronteira sudeste da Líbia, mas a milícia foi acusada de ter mãos pesadas quando foi enviada ao distrito de Kufra, em abril de 2012, para impedir os confrontos entre os árabes Zwai e a qabîla Tebu. A milícia ficou do lado dos árabes, provocando acusações dos Tebus de que os combatentes do *Libya Shield* estavam perseguindo “uma política de extermínio”; a milícia foi então forçada a se retirar.

Os cristãos coptas de Benghazi acusaram a 1ª brigada do *Libya Shield* de administrar um centro de tortura e marcar pessoas com uma cruz tatuada no pulso. A brigada é considerada anti-federalista e profundamente islamista; o comandante Wisam bin Hamid e seu tenente, Hafiz al-Aghuri (também conhecido como Hayaka Allah), foram identificados como simpatizantes jihadistas em um relatório da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em agosto de 2012. Além disso, durante um desfile jihadista no início de 2012 em Sirte, bin Hamid teria hospedado Mokhtar Belmokhtar, ex-líder da al-Qâ'ida no Maghrebe Islâmico e ligado ao ataque ao consulado de setembro de 2012¹⁸⁴.

2014

A 2ª guerra civil líbia: atores

A segunda guerra civil líbia começada em 2014 dura até hoje. eclodiu como um conflito entre facções rivais pelo controle territorial e pelo petróleo líbio, iniciado entre o governo da Câmara dos Representantes (HoR) eleito em 2014, também conhecido como o “governo Tobruk”; e o governo rival do CNG, também chamado de Salvação Nacional-NSG, baseado em Trípoli.

¹⁸⁴ *A Way Forward in Benghazi*, The Washington Institute, 12/6/2013, <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/a-way-forward-in-benghazi>; acessado em 4/7/2018.

O HoR, também conhecido como “Conselho dos Deputados”, mais forte na parte oriental da Líbia, tem a lealdade do Exército Nacional da Líbia, sob o comando do general Khalifa Haftar¹⁸⁵, e é apoiado pelo Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, França Rússia. O CNG, sediado na Líbia ocidental e apoiado por várias milícias, principalmente a coalizão do *Libya Dawn* (Fajr Lîbîya) e pelo *Libya Shield* (Dir‘ Lîbîya), com o apoio do Qatar, do Sudão e da Turquia.

O CNG-NSG é um órgão do governo formado por políticos dos blocos de CNG que perderam as eleições de junho de 2014 na Líbia; é liderado por Khalifa al-Ghawi. O termo *Libya Dawn Coalition*¹⁸⁶ é usado para se referir a grupos armados e ao movimento político mais amplo que apoia o NSG.

O NSG é um dos principais protagonistas da 2ª guerra civil líbica em andamento, desde a sua criação em agosto de 2014 até sua dissolução em abril de 2016. Uma facção do CNG afirmou ser o parlamento legítimo da Líbia, mas não representa a maioria dos membros desse congresso, e recusou transferir o poder para o HoR.

O NSG era apoiado pelo partido da Irmandade Muçulmana - o Partido da Justiça e Construção - e pelo grupo “Lealdade aos Mártires”, que consiste em outros grupos menores, aliados à Irmandade Muçulmana.

Após a derrota esmagadora nas eleições de 2014, caracterizada pela baixa participação, os partidos islamistas que atuavam sob a liderança de Nouri Abusahmain usaram dois grupos armados, o LRoR e o Libya Shield, para assumir o controle da capital Trípoli¹⁸⁷. O chefe do CNG, Nouri Abusahmain, nomeou Omar al-Hassi e depois Khalifa al-Ghawi como primeiros-ministros¹⁸⁸.

Dinâmicas.

¹⁸⁵ *War in Libya*, The Guardian 29/8/2014, <https://www.theguardian.com/world/2014/aug/29/-sp-briefing-war-in-libya>; acessado em 4/7/2018

¹⁸⁶ <https://www.britannica.com/topic/Libya-Dawn>

¹⁸⁷ *Libya's Legitimacy Crisis*, The Carnegie Endowment, 6/10/2014, <https://carnegieendowment.org/2014/10/06/libya-s-legitimacy-crisis/hr9j>; acessado em 4/7/2018;

Libya's civil war. That it should come to this, The Economist, 10/1/2015, <https://www.economist.com/briefing/2015/01/10/that-it-should-come-to-this>

Bashir says Sudan to work with UAE to control fighting in Libya, Al Ahram, 23/2/2015, <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/2/8/123755/World/Region/Bashir-says-Sudan-to-work-with-UAE-to-control-figh.aspx>;

acessados em 10/7/2018 e 11/4/2019

¹⁸⁸ *Libya: The Muslim Brotherhood's Last Stand?*, The Huff Post, 24/4/2014,

https://www.huffpost.com/entry/libya-the-muslim-brotherhoods-last-stand_b_5618001?ec_carp=8162882461827371922&guccounter=1

Tripoli residents face dilemma after Libya Dawn take control of capital, The Guardian, 31/8/2014, <https://www.theguardian.com/world/2014/aug/31/tripoli-residents-libya-dawn-islamist-militias>; acessados em 10/7/2018 e 12/4/2019.

O CNG não se retirou no final do seu mandato eleitoral, em janeiro de 2014, tendo votado unilateralmente em 23 de dezembro de 2013 para estender seu poder por pelo menos um ano: isso causou desconforto e protestos generalizados.

No início de 2014, a Líbia era, portanto, governada pelo CNG, que havia vencido as eleições de 2012, e era composta por dois importantes grupos políticos: a Aliança de Forças Nacionais (National Forces Alliance - NFA; em árabe Taḥâlluf al-quwwa' al-waṭaniyya)¹⁸⁹, uma aliança liderada por Mahmoud Jibril¹⁹⁰ com 58 organizações políticas, 236 ONGs e mais de 280 realidades independentes¹⁹¹, com orientação liberal e muçulmana “moderada”, e o Partido da Justiça e Construção da IM. Os dois principais grupos parlamentares falharam, no entanto, em alcançar objetivos políticos e compromissos em assuntos de maior importância para o país e foram acusados de não lidar com a segurança pública e flertar com as milícias islâmicas.

O CNG também incluía membros associados a grupos islamistas conservadores e grupos revolucionários (al-thuwwâr). Alguns membros do CNG tinham um conflito de interesses devido a ligações com as milícias e foram acusados de canalizar fundos do governo para alguns grupos armados e de permitir que outros realizassem assassinatos e sequestros.

A situação começou a degenerar, e partidos com a maioria dos assentos e outros com a minoria começaram a usar boicotes ou ameaças de boicotagem aumentando a divisão e suprimindo o debate sobre questões importantes, removendo-as da agenda do Congresso; votaram para estabelecer a sharî'a, criando uma comissão especial para “revisar” todas as leis existentes e garantir o respeito da lei islâmica, para impor a segregação de gênero e o hijâb compulsório nas universidades líbias, causando vários protestos (ST JOHN, 2014, p. 201)¹⁹².

As acusações¹⁹³ feitas contra o CNG ressaltavam que ele apoiava as práticas dos islamistas, liderados pelo mufti líbio próximo à IM, Sadiq Ghariani, contra as mulheres - ele

¹⁸⁹ Ele obteve 48% dos votos nas eleições de 7 de julho de 2012, conquistando 39 dos 80 assentos e sendo o primeiro partido, seguido pelo JCP da Irmandade Muçulmana. Os membros desta aliança pertencem principalmente às classes líbias privilegiadas.

Lacher, Wolfram, *Fault Lines of the Revolution Political Actors, Camps and Conflicts in the New Libya*, Stiftung Wissenschaft und Politik German Institute for International and Security Affairs 5/2013
https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2013_RP04_lac.pdf

¹⁹⁰ De 2007 ao início de 2011, Jibril foi político do regime de Gaddafi, chefe do Conselho Nacional de Planejamento da Líbia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico da Líbia (NEDB). Era um protegido de Sayf al-Islam Gaddafi e com ele iniciou políticas de privatização e liberalização.

¹⁹¹ *Party Profile: The National Forces Alliance*, Libyan Herald, 1/7/2012, <https://www.libyaherald.com/2012/07/01/party-profile-the-national-forces-alliance/>; acessado em 11/7/2018 e 11/4/2019.

¹⁹² Bosalum, Feras; Markey, Patrick, *Libyan assembly votes to follow Islamic law*, Reuters, 4/12/2013, <https://www.reuters.com/article/us-libya-law/libyan-assembly-votes-to-follow-islamic-law-idUSBRE9B30M220131204>; acessado em 10/7/2018 e 11/4/2019.

¹⁹³ *Mufti call for violence angers Libyans*, Magharebia, 12/6/2014, http://magharebia.com/en_GB/articles/awi/features/2014/06/12/feature-01;

Jones, Susan, *Libya's Grand Mufti Issues Fatwa Against U.N. Report on Women's Rights*, CNS News, 12/3/2013, <https://www.cnsnews.com/news/article/libyas-grand-mufti-issues-fatwa-against-un-report-womens-rights>;

emitiu uma *fatwâ*’ ordenando aos muçulmanos de obedecer ao CNG e de combater as forças de Haftar.

Além disso, em março de 2013, ele emitiu uma *fatwâ*’ condenando o relatório da ONU sobre a violência contra as mulheres e as meninas, acusando-o de “defender a imoralidade e indecência, além da rebelião contra a religião e colocar objeções claras às leis contido no Alcorão e na Sunnah”. Mais tarde, em 2013, Hamida Al-Hadi Al-Asfar, advogada dos direitos das mulheres, foi sequestrada, torturada e morta¹⁹⁴: foi acusada de criticar a declaração do Gran-Mufti. Em junho de 2013, dois políticos, Ali Tekbali e Fathi Sager, foram levados ao tribunal por “insultar o Islã” por causa de uma história em quadrinhos que promovia os direitos das mulheres; eles foram absolvidos em março de 2014. Ali Tekbali foi eleito para a nova Câmara dos Representantes¹⁹⁵.

Em **14 de fevereiro de 2014**, o general Khalifa Haftar ordenou a dissolução do CNG e pediu a formação de um comitê governativo para monitorar as novas eleições.

Em **20 de fevereiro**, novas eleições foram realizadas na Assembleia Constituinte da Líbia e eclodiram protestos em resposta à recusa do CNG em se dissolver após o fim do mandato. No mesmo mês, o general Haftar¹⁹⁶ anunciou na TV que o CNG, que recentemente estendeu seu mandato unilateralmente, foi dissolvido e, quando o CNG se recusou a abandonar o poder, Haftar lançou-lhe contra uma campanha militar, que levou a novas eleições para substituir o CNG, mas a situação se transformou novamente em guerra civil. Haftar pediu um governo provisório para supervisionar as novas eleições e solicitou aos líbios a se rebelarem contra o CNG, mas seu apelo não deu resultados – tratava-se da sua primeira aparição pública depois de seu retorno à Líbia e o início do levante contra Gaddafi em 2011, durante o qual ele se tornou um importante comandante da força rebelde no leste do país.

Anshâr al-Sharî‘a assume o controle de Benghazi. A ascensão do estado islâmico.

Valiente, Alexandra, *Libya's "Grand Mufti" Issues Fatwa Against UN Report on Violence Against Women and Girls*, Viva Libya!, 11/3/2013, <https://vivalibya.wordpress.com/2013/03/11/libyas-grand-mufti-issues-fatwa-against-un-womens-rights-report-on-violence-against-women/>; acessados em 10/7/2018 e 11/4/2019.

¹⁹⁴ *Lawyer Who Supported the Rights of Women in Libya, Found Dead*, Viva Libya! 7/1/2014, <https://vivalibya.wordpress.com/2014/01/07/lawyer-who-supported-the-rights-of-women-found-dead/>; acessado em 10/7/2018 e 11/4/2019.

¹⁹⁵ *Libya must drop charges against politicians over women's rights cartoon*, Amnesty International, 14/6/2013, <https://web.archive.org/web/20140326023115/http://www.amnesty.org/en/news/libya-must-drop-charges-against-politicians-over-women-s-rights-cartoon-2013-06-14>; acessados em 10/7/2018 e 11/4/2019.

¹⁹⁶ *Khalifa Haftar: The Libyan general with big ambitions*, BBC, 8/4/2019, <https://www.bbc.com/news/world-africa-27492354>; acessado em 12/4/2019.

Benghazi e outras cidades no leste da Líbia caíram sob o controle de *Anṣār al-Sharī'a*, afiliado a al-Qâ'ida, e de outros grupos islâmicos que organizaram uma campanha de assassinatos e ataques contra o exército, o pessoal policial e outros funcionários públicos.

O anúncio na TV de Haftar refletia o sentimento popular, especialmente em Benghazi, cuja população estava decepcionada com o fracasso do CNG e seu governo em relação às forças islâmicas. A popularidade de Haftar não é necessariamente compartilhada em outras partes do país, onde é mais lembrada por sua associação com Gaddafi e suas conexões subsequentes nos EUA. Ele também é considerado um inimigo pelos islamistas contra os quais ele lutou em Benghazi e em outras partes do leste.

Seu anúncio foi rejeitado pelo primeiro-ministro interino Ali Zeidan e suas ações foram liquidadas como uma “tentativa de golpe”.

Em **14 de março**, Ali Zidan foi demitido¹⁹⁷ da comissão parlamentar e escapou da Líbia depois que o navio petroleiro ilegal *Morning Glory* saiu do porto de Sidra, controlado pelos rebeldes, com o petróleo que eles roubaram -ele prometera interromper a partida, mas em vão. Abdullah al-Thinni foi nomeado primeiro-ministro temporário, mas um mês depois renunciou após ser alvo de um atentado junto com sua família¹⁹⁸.

Em **30 de março**, o CNG vota pela transição para a nova Câmara dos Deputados – HoR (Majlis al-Nuwâb)¹⁹⁹.

Em **abril**, uma base de treinamento antiterrorismo chamada “Campo 27”, localizada entre Trípoli e a fronteira da Tunísia, foi tomada por forças de combates sob o controle de Abd al-Muhsin Al-Libi, também conhecido como brahim Tantush, afiliado a al-Qâ'ida e ex-membro do LIFG²⁰⁰.

As forças islamitas do “Acampamento 27” são consideradas parte do *Libya Shield*, que muitos observadores ligam a al-Qâ'ida já no início de 2012.

Operação Dignity/al-Karamah: a Batalha de Benghazi.

¹⁹⁷ *Libya ex-PM Zeidan 'leaves country despite travel ban'*, BBC, 12/3/2014, <https://www.bbc.com/news/world-africa-26541979>; acessado em 12/4/2019.

¹⁹⁸ *Libya PM Quits, Says He Was Targeted in Armed Attack*, Time, 13/4/2014, <https://time.com/60814/libya-prime-minister-quits/>; acessado em 12/4/2019.

¹⁹⁹ *Congress votes to replace itself with new House of Representatives*, Libya Herald, 30/3/2014, <https://www.libyaherald.com/2014/03/30/congress-votes-to-replace-itself-with-new-house-of-representatives/>; acessado em 10/5/2015 e 11/4/2019.

²⁰⁰ *Jihadists Now Control Secretive U.S. Base in Libya*, The Daily Beast, 23/4/2014, <https://www.thedailybeast.com/jihadists-now-control-secretive-us-base-in-libya>; acessado em 10/5/2015 e 11/4/2019.

Em **16 de maio**, Haftar iniciou a Operação Dignidade (‘amaliya al-karâmah; *Operation Dignity*), atacando as bases de alguns grupos de milícias islâmicas em Benghazi.

As forças anti-islamistas da Operação Dignidade foram construídas em torno da facção de Haftar do Exército Nacional da Líbia, com o apoio de milícias locais e forças militares, terrestres e marítimas.

O exército nacional líbio - LNA ou “forças armadas árabes da Líbia”: foi formado pelo general Haftar durante a Operação Dignidade.

Em **17 de maio**, Haftar anunciou uma conferência de imprensa na qual afirmou que o CNG não representava mais o povo líbio e era ilegítimo. Ele também explicou que o objetivo principal era expurgar os militantes islâmicos da Líbia, em particular os “terroristas” Irmãos Muçulmanos²⁰¹.

Em **18 de maio**, as tropas aliadas de Haftar atacaram o prédio do parlamento, apoiado pelas Brigadas Zintan²⁰², um grupo rebelde a 170 km a sudoeste de Trípoli, que controla o aeroporto internacional da cidade, acusando o primeiro-ministro Maiteq de ser um servo de grupos islâmicos.

Em **19 de maio**, vários oficiais líbios anunciaram seu apoio a Haftar, incluindo os soldados de uma base aérea em Tobruk, outros que ocuparam parte da infraestrutura de petróleo do país, membros de uma importante milícia em Benghazi.

A operação foi lançada nas áreas orientais da Líbia, com ataques aéreos contra grupos militantes islâmicos em Benghazi.

Um grupo de cinco oficiais, identificados como líderes do Exército da Líbia, em nome do grupo liderado por Haftar, anunciou a suspensão do CNG.

Em **9 de junho**, o primeiro-ministro Maiteq renunciou depois que a Suprema Corte determinou que sua nomeação era ilegal²⁰³ e foi substituído por al-Thinni.

²⁰¹ *Libya-Karama (Some notes on Khalifa Haftar’s Operation Dignity)*, Libya Stories, 30/5/2014, <https://libyastories.com/2014/05/30/libya-karama-some-notes-on-khalifa-hafters-operation-dignity/>; acessado em 10/5/2015 e 11/4/2019;

Khalifa Haftar: My forces will reach Tripoli soon, Asharq Al-Awsat, 22/5/2014, <http://www.aawsat.net/2014/05/article55332486>; acessado em 10/5/2015 e 11/4/2019.

²⁰² *Gunfire erupts outside Libyan parliament*, Al Jazeera, 19/5/2014, <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/05/gunfire-erupts-outside-libyan-parliament-2014518141318644382.html>; acessado em 10/5/2015 e 11/4/2019.

Libya: Rogue General Khalifa Haftar Storms Parliament in Attempted Coup, International Business Times, 18/5/2014, <https://www.ibtimes.co.uk/libya-rogue-general-khalifa-haftar-storms-parliament-attempted-coup-1449045>; acessados em 10/5/2015 e 11/4/2019.

²⁰³ *Maetig accepts Supreme Court ruling and resigns*, Libya Herald, 9/6/2014, <https://www.libyaherald.com/2014/06/09/maetig-accepts-supreme-court-ruling-and-resigns/#axzz33mfyI2ck>; acessado em 11/5/2016 e 9/4/2019.

Em **25 de junho** foram realizadas novas eleições e os islamistas foram derrotados, mas rejeitaram os resultados e acusaram o novo parlamento da HoR de ser dominado pelos partidários de Gaddafi, e continuaram apoiando o antigo CNG, portanto eclodiram combates entre as forças leais ao CNG e o novo parlamento.

Em **julho**, com a difusão da insegurança, o pessoal da ONU se retirou, as embaixadas foram fechadas e os estrangeiros evacuados; o Aeroporto Internacional de Trípoli foi destruído nos combates.

A batalha do aeroporto de Tripoli - Operação Libya Dawn.

É um conflito em andamento entre fações rivais que buscam o controle do território e do petróleo da Líbia: o conflito – que eclodiu entre **julho e agosto de 2014** - no início ocorreu principalmente entre o governo da HoR-governo de Tobruk e o governo rival CNG-Governo Nacional da Salvação de Trípoli. Em 13 de julho a coalizão islamista do novo CNG (composta pelas Brigadas LROR e as brigadas da União dos Revolucionários de Misrata) lançaram uma ofensiva com o codinome “Operation Libya Dawn “ (em árabe Fajr Lîbîya)²⁰⁴ contra o aeroporto internacional de Trípoli, capturando-o em **23 de agosto** da milícia Zintan, o principal batalhão de segurança do aeroporto, que o controlava desde a revolta contra o regime de Gaddafi.

Á coalizão *Libya Dawn* pertencem ex jihadisti de al-Qâ'ida, inimigos de Gaddafi desde a década de 1990, membros da filial líbia da Irmandade Muçulmana e um grupo de comerciantes conservadores de Misrata, a serviço dos quais há o maior bloco de forças da milícia do Libya Dawn²⁰⁵.

Faz parte também a qabîla Zawia, aliada da *Libya Dawn* desde agosto de 2014; eles lutaram contra o qabîla Warshefana (com a qual está em conflito desde 2011) - cujas milícias combateram seja contra a *Libya Dawn* seja contra al-Qâ'ida. A qabîla Warshefana e os grupos armados leais de Gaddafi, da área ao sul e oeste de Trípoli, desempenham um papel importante nas forças de Haftar a oeste da Líbia.

Vários observadores sustentam que as razões para o envolvimento das brigadas de Zawia na guerra civil se encontram mais na inimizade com o Warshafana do que na oposição às brigadas

²⁰⁴ *Libya Dawn/fajr Libya*, Global Security.org,

<https://www.globalsecurity.org/military/world/para/libya-dawn.htm>; acessado em 11/5/2016 e 9/4/2019.

²⁰⁵ Anderson, Jon Lee, *Letter from Libya. The Unravelling*, The New Yorker, 23/2/2015,

<https://www.newyorker.com/magazine/2015/02/23/unravelling?intcid=mod-yml>; acessado em 11/5/2016 e 9/4/2019.

de Zintani e ao general Haftar: isso confirma ainda mais que o desastre da Líbia também tem motivações internas, atribuíveis a lutas entre as qabilas²⁰⁶.

No dia **24 de agosto**, as forças da operação *Libya Dawn* anunciaram de ter tomado a cidade e aquelas próximas e de ter repellido as milícias rivais de Zintan a 90 quilômetros ao sul da capital. Trípoli tornou-se sob o controle de grupos armados islamistas²⁰⁷.

Enquanto isso, os membros do CNG, que haviam rejeitado o resultado das eleições de junho, juntos formaram um novo Congresso Nacional Geral (CNG) e se proclamaram substitutos do HoR, com Trípoli como sua capital política, com Nuri Abu Sahmain como presidente e Omar al-Hasi como primeiro ministro. Como resultado, a maioria da HoR foi forçada a se mudar para Tobruk, aliando-se às forças de Haftar e eventualmente nomeando-o chefe do exército²⁰⁸.

As zonas de combate além de Trípoli e nas montanhas de Nafusa se expandem.

No dia **11 de outubro**, as brigadas de Zintani iniciaram uma ofensiva para ganhar o controle de várias cidades e áreas nas montanhas de Nafusa.

Houve confrontos entre as milícias das qabilas Tuareg e Tebu nas áreas do Fezzan.

Em **outubro**, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, encorajou negociações mediadas pela ONU entre o novo parlamento, o governo de Tobruk e as milícias líbias da *Libya Dawn*, que controlavam Trípoli. 100.000 pessoas foram deslocadas por causa dos combates, segundo dados da ONU.

Em **6 de novembro**, a Suprema Corte de Trípoli, dominada pelo novo CNG, declarou a HoR dissolvida, mas esta rejeitou a sentença.

Em **13 de dezembro**, as forças de Misrata, estabelecidas em Sirte, lançaram a ofensiva “Operation Sunrise” contra a Guarda da Infraestrutura do Petróleo, liderada por Ibrahim

²⁰⁶ Gartenstein-Ross Daveed e Barr Nathaniel, *Dignity and Dawn: Libya's Escalating Civil War*, International Center for Counter-Terrorism, 2/2015,

<https://www.icct.nl/download/file/ICCT-Gartenstein-Ross-Barr-Dignity-and-Dawn-Libyas-Escalating-Civil-War-February2015.pdf>; acessado em 11/5/2016 e 9/4/2019.

²⁰⁷ *Tripoli airport 'seized by Islamist militia'*, Al Jazeera, 23/8/2014,

<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/08/tripoli-airport-2014823183122249347.html>

Stephen, Chris e Penketh, Anne, *Libyan capital under Islamist control after Tripoli airport seized*, The Guardian, 24/8/2014,

<https://www.theguardian.com/world/2014/aug/24/libya-capital-under-islamist-control-tripoli-airport-seized-operation-dawn>

Libya's Islamist militias claim control of capital, The Washington Post-Associated Press, 24/8/2014,

https://www.washingtonpost.com/gdpr-consent/?destination=%2fworld%2fmiddle_east%2fegypt-denies-intervening-in-libya%2f2014%2f08%2f24%2f88b364ee-2b7d-11e4-be9e-60cc44c01e7f_story.html%3f;

acessados em 11/5/2016 e 9/4/2019.

²⁰⁸ *Libya supreme court 'invalidates' elected parliament*, BBC, 6/11/2014,

<https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-29933121>

Libya parliament rejects court ruling, calls grow for international action, Middle East Eye, 6/11/2014,

<https://www.middleeasteye.net/news/libya-parliament-rejects-court-ruling-calls-grow-international-action>;

acessados em 11/5/2016 e 9/4/2019

Jathran, e outras forças pró-Tobruk para o controle de Ras Lanuf e do terminal petrolífero de Sidra.

Vários dias de confrontos sobre estruturas de petróleo se seguiram, incluindo ataques aéreos, a maioria dos quais foi conduzida pelas forças aliadas do governo de Tobruk.

2015

Janeiro-novembro: Dâ'ish na Líbia.

A milícia do Estado Islâmico assumiu o controle do porto de Derna, no leste da Líbia.

Em **16 de janeiro de 2015**, facções rivais de *Dignity* e *Libya Dawn* declararam um cessar-fogo e concordaram em formar um governo de unidade nacional (General National Congress-GNC). O país é liderado por dois governos separados, com Trípoli e Misrata controlados por forças leais a *Libya Dawn* e o novo CNG em Trípoli, enquanto a comunidade internacional reconhece o governo de Abdullah al-Thinni e seu parlamento em Tobruk.

Benghazi é disputada entre forças em favor de Haftar e islamitas radicais (CHIVVIS, 2014; SÃO JOÃO, 2014)²⁰⁹.

Em **27 de janeiro**, homens armados atacaram o Corinthia Hotel em Trípoli, frequentado por autoridades líbias e diplomatas estrangeiros, matando dez pessoas. O Dâ'ish reivindica a responsabilidade do ataque²¹⁰.

Em **4 de fevereiro**, homens armados ligados ao Dâ'ish atacaram e tomaram o controle do campo petrolífero al-Mabruk, ao sul da cidade de Sirte, matando vários trabalhadores²¹¹.

Em 9 de fevereiro, o Dâ'ish assume o controle da cidade de Nofaliya, no distrito de Sirte, e ordena que os habitantes se “arrependam” e façam o pacto de lealdade a Abu Bakr al-Baghdadi.

²⁰⁹ *Libyan assembly votes to follow Islamic law*, Reuters, 4/12/2013, <https://www.reuters.com/article/us-libya-law/libyan-assembly-votes-to-follow-islamic-law-idUSBRE9B30M220131204>; acessado em 12/5/2016 e 10/4/2019.

²¹⁰ *Gunmen attack Corinthia Hotel in Libya; at least 10 die*, CNN, 27/1/2015, <https://edition.cnn.com/2015/01/27/middleeast/libya-corinthia-hotel-attack/>; *Libya hotel attack: Five foreigners among nine killed*, BBC, 27/1/2015; <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-31001094>; acessados em 12/5/2016 e 10/4/2019.

Gunmen storm Libyan oilfield, four workers believed killed, Reuters, 4/2/2015, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security/gunmen-kill-12-libyans-foreigners-at-oilfield-raid-idUSKBN0L80LF20150204>;

IS said to have taken another Libyan town, Times of Malta, 10/2/2015, <https://web.archive.org/web/20150213214640/>;

²¹¹ *Gunmen storm Libyan oilfield, four workers believed killed*, Reuters, 4/2/2015, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security/gunmen-kill-12-libyans-foreigners-at-oilfield-raid-idUSKBN0L80LF20150204>; acessados em 12/5/2016 e 10/4/2019.

Em **13 de fevereiro**, homens armados filiados aos Dâ'ish tomaram os prédios do governo e as estações de transmissão rádio televisivas em Sirte, dando um ultimato²¹²às outras forças militares para evacuar a cidade: em resposta, as forças do governo de CNG de Trípoli anunciaram a decisão de formar uma força conjunta para recuperar as estruturas de Sirte nas mãos do Dâ'ish, mas a reconquista não ocorreu e as milícias de Misrata se retiraram de Sirte.

Em **15 de fevereiro**, o Dâ'ish exibiu um vídeo²¹³mostrando a decapitação de 21 cristãos coptas egípcios. Em poucas horas, a Força Aérea Egípcia respondeu com ataques aéreos²¹⁴contra postos de treinamento do Dâ'ish e depósitos de armas em Derna, matando cerca de 50 militantes e 7 civis.

Aviões de guerra agindo sob as ordens do governo de Tobruk também atingiram alvos em Derna, enquanto o governo de Trípoli condenou os ataques aéreos, chamando-os de “terrorismo” e “violação da soberania da Líbia”.

Em **19 de fevereiro**, o Qatar convocou o embaixador do Cairo em protesto contra “a ação militar unilateral do Egito que pode atingir civis inocentes” e tirar proveito de uma parte do conflito na Líbia²¹⁵.

Em **20 de fevereiro**, militantes de Dâ'ish detonaram três bombas em al-Qubbah, atacando um posto de gasolina, uma delegacia de polícia e a casa do presidente do parlamento, Agila Salah, supostamente em retaliação por os ataques aéreos egípcios.

O Departamento de Estado dos EUA²¹⁶, o município de Misrata e *Libya Dawn* condenaram os ataques.

Em **14 de março**, as forças pró-Libya Dawn, unidas a Misrata e à Operação Sunrise, enfrentam os militantes do Dâ'ish em Sirte: é a “**Batalha de Sirte**”²¹⁷.

²¹² *IS gives Sirte militias until dawn Sunday to quit*, Libya Herald 14/2/2015, <https://www.libyaherald.com/2015/02/13/is-gives-sirte-militias-until-dawn-sunday-to-quit/#axzz3RIGYrCxz>; acessado em 12/5/2016 e 10/4/2019.

²¹³ Dabiq, fevereiro de 2015

²¹⁴ *Egyptian air strikes in Libya kill dozens of Isis militants*, The Guardian, 16/2/2015, <https://www.theguardian.com/world/2015/feb/16/egypt-air-strikes-target-isis-weapons-stockpiles-libya>; *Egypt 'bombs IS in Libya' after beheadings video*, BBC, 16/2/2015, <https://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-31483631>; acessados em 13/5/2016 e 10/4/2019.

²¹⁵ *Civilians killed as Egypt launches air strikes in Libya*, Al Jazeera, 16/2/2015, <https://www.aljazeera.com/news/2015/02/egypt-bombs-isis-targets-libya-mass-beheadings-150216063339037.html>

Egypt, Qatar trade barbs in dispute over Libya strikes, Reuters, 19/2/2015, <https://ca.reuters.com/article/topNews/idCAKBN0LN07520150219>; acessados em 13/5/2016 e 10/4/2019.

²¹⁶ *US State Dept condemns violent attack in Libya*, Egypt Independent, 20/2/2015, <https://www.egyptindependent.com/us-state-dept-condemns-violent-attack-libya/>; acessado em 14/5/2016 e 11/4/2019.

²¹⁷ *Libya Islamist militia attacks Daesh in Sirte*, Anadolu Agency, 14/3/2015, <https://www.aa.com.tr/en/world/libya-islamist-militia-attacks-daesh-in-sirte/66924>; acessado em 14/5/2016 e 11/4/2019.

Em várias áreas da região de Sirte ocorreram combates entre as forças de *Libya Dawn* e os militantes do Dâ'ish.

Em **13 de agosto**, 38 moradores da cidade de Sirte foram mortos pelos Dâ'ish após sua rebelião, em reação ao assassinato do mufti salafita Madkhali²¹⁸, que se recusou a entregar sua mesquita.

Entre os mortos havia duas crianças, quatro anciãos, e o restante eram combatentes da qabîla Furjan. O Dâ'ish ameaçou usar gás contra civis se os ataques contra o grupo não parassem.

Em **março**, o exército líbio lançou uma ofensiva para retomar Derna, mas não conseguiu remover o grupo. O Dâ'ish estabeleceu o controle de Sirte, a meio caminho ao longo da costa entre Trípoli e Benghazi.

Em **julho**, um tribunal de Trípoli condenou à morte o filho de Gaddafi, Sayf al-Islam, e oito outros ex-oficiais por crimes cometidos durante o levante de 2011.

Tentativas de “paz”.

Durante o **primeiro semestre de 2015**, a ONU propôs negociações entre os dois governos rivais e as milícias em guerra.

Em **junho**, Bernardino Leon, representante da ONU na Líbia, anunciou que o país corria o risco de falência.

Acordo político da Líbia e governo de acordo nacional.

Em **dezembro de 2015**, após longas negociações em Skhirat, no Marrocos, foi assinado o *Libyan Political Agreement*²¹⁹, Acordo Político Líbio, resultado de duras negociações entre forças políticas rivais em Trípoli, Tobruk e outras áreas, que concordaram em se unir como um *Governo de Acordo Nacional – GNA*: dia **17**, delegados de ambos os governos rivais assinaram o acordo com o apoio da ONU, embora houvesse opositores de ambos os lados, e o GNA foi formado. Sua primeira reunião foi em Túnis em **2 de janeiro de 2016**.

²¹⁸ *IS kills 38 in Sirte, threatens to use gas; HOR members call on International community for help*, Libya Herald, 13/8/2015, <https://www.libyaherald.com/2015/08/13/is-kills-38-in-sirte-threatens-to-use-gas-hor-members-call-on-international-community-for-help/>; acessado em 14/5/2016 e 11/4/2019.

²¹⁹ *UN welcomes ‘historic’ signing of Libyan Political Agreement*, 5/12/2015, <https://news.un.org/en/story/2015/12/518412-un-welcomes-historic-signing-libyan-political-agreement#.VyJoBkMrLKI>; acessado em 4/5/2017 e 14/4/2019.
Zaptia, Sami, *Ageela Salah now supports UN-brokered Skhirat agreement: Kobler*, Libya Herald, 1/1/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/01/01/ageela-salah-now-supports-un-brokered-skhirat-agreement-kobler/>; acessado em 4/5/2017 e 14/4/2019.

2016

Em janeiro, as Nações Unidas anunciaram o novo governo provisório baseado na Tunísia, mas nem Trípoli nem Tobruk concordaram em reconhecer sua autoridade.

Sob os termos do acordo, foram constituídos um Conselho de Presidência de nove membros e um governo provisório de dezesseis membros do Acordo Nacional para organizar novas eleições dentro de dois anos.

O HoR continuava a existir como instituição legislativa e órgão consultivo, sob o nome do *Alto Conselho de Estado*, com membros nomeados pelo *Novo Congresso Geral Nacional*.

Em 4 de janeiro, o Dâ'ish tomou o controle de Bin Jawad, no distrito de Sirte²²⁰, durante sua ofensiva na região do crescente de petróleo, após uma série de intensas batalhas armadas com forças rebeldes leais ao governo provisório líbio em Trípoli.

Em 7 de janeiro, um ataque com um caminhão bomba atingiu um centro de treinamento policial na cidade costeira de Zliten²²¹, matando 47 pessoas e ferindo dezenas de outras.

Outro ataque ocorreu no mesmo dia na entrada do porto de petróleo Ras Lanuf, matando várias outras pessoas.

O Estado Islâmico reivindicou a responsabilidade pelos massacres de Zliten e Ras Lanuf²²².

Em 23 de fevereiro, militantes do Dâ'ish colidiram com as forças associadas ao Conselho Militar de Sabratha, em Sabratha. O conflito continuou no distrito de Zawagha.

Em fevereiro, após um ano de fraco progresso, o Exército Nacional da Líbia expulsou militantes islâmicos de grande parte de Benghazi.

Em 12 de março, o Conselho Presidencial do GNA, apoiado pela ONU, emitiu uma declaração exortando todas as instituições da Líbia a iniciar a transferência de autoridade para o governo de unidade e insta a comunidade internacional a cessar todas as relações com outros governos alternativos. No comunicado, o Conselho Presidencial afirmou que um documento assinado pela maioria dos membros do HoR expressa apoio ao novo governo, conferindo legitimidade à GNA.

Em 16 de março, a União Européia decidiu aplicar sanções, proibições de viagem e congelamento de bens a Nouri Abusahmain, presidente do novo CNG em Trípoli, a Khalifa al-Ghwell, o novo primeiro-ministro do CNG e a Aguila Saleh, o presidente de HoR de Tobruk,

²²⁰ *ISIS expands control over Libyan coast: Bin Jawad captured*, Al-Masdar News, 4/1/2016, <https://www.almasdarnews.com/article/isis-expands-its-control-over-the-libyan-coast-bin-jawad-captured/>; acessado em 4/5/2017 e 14/4/2019.

²²¹ *Widespread shock and horror at Zliten carnage*, Libya Herald, 7/1/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/01/07/widespread-shock-and-horror-at-zliten-carnage/>; acessado em 4/5/2017 e 14/4/2019.

²²² *IS admits Zliten slaughter*, Libya Herald, 7/1/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/01/07/is-admits-zliten-slaughter/>; acessado em 4/5/2017 e 14/4/2019.

uma vez que eles obstaculavam a implementação do plano de resolução apoiado pela ONU para a resolução do conflito na Líbia e para o GNA²²³.

Em **24 de março**, o novo CNG, com sede em Trípoli, declara o “estado de emergência” quando membros da GNA entraram na cidade para se instalarem no governo de acordo assinado.

Em **30 de março**, apesar das tentativas do governo de CNG de bloquear o acesso ao GNA, vários membros do Conselho Presidencial, incluindo o primeiro-ministro Fayez el-Serraj, chegaram a uma base naval em Trípoli, através da Tunísia, em um barco. O CNG criticou o governo de unidade como “parcial” e a favor de seus rivais da HoR. Embora o GNA fosse o único governo reconhecido internacionalmente, sua autoridade não foi reconhecida pela HoR, pois os detalhes específicos e aceitáveis para ambas as partes não foram sujeitos a acordo, em particular no que diz respeito ao futuro do Haftar.

Em **31 de março**, o primeiro-ministro do CNG, Khalifa Ghwell, shaykh Sadeq al-Ghariani, o presidente do CNG, Abu Sahmain, o chefe do departamento de mídia, Jamal Zubia, e o comandante da milícia Salah Badi deixam Trípoli.

No **final de março**, os prefeitos de Sabratha, Zultan, Rigdalin, Al-Jmail, Zuwarah, Ajilat, Sorman e Zawia, bem como os do oeste e sul de Zawia, emitiram uma declaração conjunta de apoio ao GNA²²⁴.

Desde **março de 2016**, o conflito entre os dois governos rivais, HoR e CNG, intensificou-se e o HoR retirou seu reconhecimento ao GNA votando-se contra ele no verão de 2016 e tornando-se efetivamente o governo rival.

O GNA é reconhecido pela ONU como o governo legítimo da Líbia, embora não seja possível ter sua autoridade reconhecida no país e não consiga reunir a Líbia dividida entre qabilas, milícias e partidos.

²²³ *Libya's Presidential Council calls for transfer of power to unity government*, Reuters, 12/3/2016, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security-politics-idUSKCN0WE0YN>;

Europe agrees sanctions on Libyan leaders blocking unity government, Reuters, 16/3/2016,

Libya's U.N.-backed government to move to Tripoli within days: PM, Reuters, 17/3/2016,

<https://www.reuters.com/article/us-libya-security-politics/libyas-u-n-backed-government-to-move-to-tripoli-within-days-pm-idUSKCN0WJ2ZG>;

acessados em 5/5/2017 e 14/4/2019.

²²⁴*Libya's Tripoli Government Declares a State of Emergency*, ABC News, 24/3/2016, <http://web.archive.org/web/20160331192410/http://abcnews.go.com/International/wireStory/libyas-tripoli-government-declares-state-emergency-37914559>

Rebel Tripoli administration vanishes. Ghwell flees to Misrata, Libya Herald, 31/3/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/03/31/rebel-tripoli-administration-vanishes-ghwell-flees-to-misrata/>

Backing for the Presidency Council continues to grow in west and south; uncertainty in east, Libya Herald, 2/4/2016,

<https://www.libyaherald.com/2016/04/02/backing-for-the-presidency-council-continues-to-grow-in-west-and-south-uncertainty-in-east/>;

acessados em 5/5/2017 e 14/4/2019.

Além das principais facções, há também grupos rivais menores: o Conselho Islâmico da Shura dos revolucionários de Benghazi, liderado por *Anṣār al-Sharī‘a*, que teve o apoio do CNG e foi derrotado em Benghazi em 2017²²⁵; as províncias líbias do Dâ‘ish²²⁶; o Conselho Shura Mujâhidîn em Derna que foi então derrotado em Derna pelo governo de Tobruk em 2018²²⁷, além de muitas milícias e grupos armados, cujas alianças mudam frequentemente.

Em **2 de abril**, a National Oil Corporation declarou que iria trabalhar com o Conselho Presidencial.

Em **5 de abril**, o Governo de Salvação Nacional (GSN) anunciou sua dissolução e transferiu o poder para o Conselho Presidencial²²⁸, mas sem a aprovação de al-Ghwel e outros membros do CNG que continuaram a considerar o CNG como ativo.

Ao mesmo tempo, ao nível militar, em meados de **abril** outras operações ocorreram e repeliram os islamistas de seus redutos fora de Benghazi para Derna, a 250 km a leste.

Em **28 de abril**, o primeiro-ministro el-Serraj transmitiu um discurso na TV durante o qual declara que nomeou o ministro da Defesa do seu governo, Mahdi Barghathi, para preparar um comando conjunto e uma sala de operações para reconquistar Sirte do Estado Islâmico e que as forças para a operação eram compostas de unidades militares de todo o país²²⁹.

²²⁵ Omar Al-Hassi in “beautiful” Ansar row while “100” GNC members meet, Herald Libya, 18/11, 2014, <https://www.libyaherald.com/2014/11/18/omar-al-hassi-in-beautiful-ansar-row-while-100-gnc-members-meet/#axzz3cnd2kDDR>; acessado em 5/5/2017 e 14/4/2019.

²²⁶ Why Picking Sides in Libya Won’t Work, Foreign Policy, 6/3/2015, <https://foreignpolicy.com/2015/03/06/libya-civil-war-tobruk-un-negotiations-morocco/>; acessado em 5/5/2017 e 14/4/2019.

²²⁷ Isis in Libya: Islamic State driven out of Derna stronghold by al-Qaeda-linked militia, International Business Times, 15/6/2015, <https://www.ibtimes.co.uk/isis-libya-islamic-state-driven-out-derna-stronghold-by-al-qaeda-linked-militia-1506241>; acessado em 5/5/2017 e 14/4/2019.

²²⁸ Libya’s Tripoli Government Says Will ‘Cease Operations’, ABC News 5/4/2016, <https://www.bbc.com/news/world-africa-35974641>; GNC members announce its “dissolution” and creation of the State Council, Libya Herald, 5/4/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/04/05/gnc-members-announce-its-dissolution-and-creation-of-the-state-council/>; acessados em 6/5/2017 e 15/4/2019.

²²⁹ Zaptia, Sami, Serraj: Preparations for Sirte liberation battle underway, Libyan Express, 29/4/2016, <https://www.libyanexpress.com/serraj-preparations-for-sirte-liberation-battle-underway/>; Zaptia, Sami, Nation-wide Libyan force, under unified command, without foreign interference to liberate Sirte from IS: Serraj, 29/4/2014, <https://www.libyaherald.com/2016/04/29/nation-wide-libyan-force-under-unified-command-without-foreign-interference-to-liberate-sirte-from-is-serraj/>; Central Region Joint Operations Room announces all-out war on ISIS in Sirte, Libyan Express, 7/5/2016, <https://www.libyanexpress.com/central-region-joint-operations-room-announces-all-out-war-isis-in-sirte/>; Misratans report they have recaptured Abu Grain from IS, Libya Herald, 16/5/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/05/16/misratans-report-they-have-recaptured-abu-grain-from-is/>

Em **5 de maio**, militantes do Dâ'ish organizaram uma ofensiva contra as forças de coalizão do GNA em Abu Grein e outras áreas do centro da Líbia e várias cidades e vilas foram invadidas e ocupadas²³⁰.

Em **14 de outubro**, as forças leais de al-Ghwel tentaram um golpe contra Fayez el-Sarraj e o Conselho Presidencial do GNA: seguiram batalhas entre os partidários de Sarraj e as milícias al-Ghwel.

Em **5 de novembro**, al-Ghwel inaugurou uma usina elétrica em Al-Khums, controlada por milícias islâmicas leais ao GNS.

Ataque de Al-Bunyan al-Marsus/Guerra de Sirte²³¹.

Em **12 de maio**, foi lançada a ofensiva “*al-Bunyan al-Marsus*”, para recuperar o controle de Sirte das forças do Estado Islâmico; a luta aconteceu ao sul de Misrata.

Em **16 de maio**, as forças militares do GNA retomaram Abu Grein dos militantes do Dâ'ish. Seguiram dias de confrontos intermitentes e ataques aéreos.

Em **17 de maio**, as forças militares do GNA alegaram ter assumido o controle do distrito de al-Wishkah, a 25 km de Abu Grein.

²³⁰ *Militants stage attacks between Libyan stronghold of Sirte and coastal Misrata*, Reuters, 5/5/2016, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security-idUSKCN0XW1SN>
Heavy clashes continue in Zallah and Abu Grein between Misurata brigades and ISIS, Libyan Express, 6/5/2016, <https://www.libyanexpress.com/heavy-clashes-continue-in-zallah-and-abu-grein-between-misurata-brigades-and-isis/>;

acessados em 7/5/2017 e 16/4/2019.

²³¹ *Libyan Troops Clash With ISIS Militants Leaving 6 Dead and 17 Injured*, Libyan Gazette, 17/5/2016, *Misurata forces put grip on Al-Wishkah district, 25 km from Abu Grein*, Libyan Express, 17/5/2016, <https://www.libyanexpress.com/misurata-forces-put-grip-on-al-wishkah-district-25-km-from-abu-grein/>
Misratans say they have taken Sirte power station, Libya Herald, 29/5/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/05/29/misratans-say-they-have-taken-sirte-power-station/>
Misratans report they have recaptured Abu Grain from IS, Libya Herald, 16/5/2016, <https://www.libyaherald.com/2016/05/16/misratans-report-they-have-recaptured-abu-grein-from-is/>
Freed Gaddafi loyalists found dead in Libya's Tripoli, Al Jazeera, 12/6/2016, <https://www.aljazeera.com/news/2016/06/libyan-forces-retake-port-isil-bastion-sirte-160611131347272.html>

Libyan security forces pushing Islamic State back from vicinity of oil terminals, Reuters, 31/5/2016, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security-idUSKCN0YL1V0>

Al-Bunyan Al-Marsoos captures Harawa district, says will free Sirte in two days, The Libya Observer, 9/6/2016, <https://www.libyaobserver.ly/index.php>

Libyan forces clear last Islamic State hold-out in Sirte, Reuters, 6/12/2016, <https://www.reuters.com/article/us-libya-security-sirte/libyan-forces-clear-last-islamic-state-holdout-in-sirte-idUSKBN13V15R>

Libyan forces seize last Daesh positions in Sirte, Daily Sabah, 6/12/2016, <https://www.dailysabah.com/africa/2016/12/06/libyan-forces-seize-last-daesh-positions-in-sirte>;
 acessados em 7/5/2017 e 15/4/2019.

No **final de maio**, começou a fase sucessiva da Batalha de Sirte: as forças militares pró-GNA retiraram do Dâ'ish o controle de muitas localidades próximas à cidade de Sirte. O Estado Islâmico também perdeu as estruturas petrolíferas de Bin Jawad e Noufiliyah.

Em **1º de agosto**, as forças aéreas dos EU lançaram ataques (coordenados com o governo de unidade em Trípoli) contra as posições do Dâ'ish em Sirte²³².

Em **22 de agosto**, a HoR negou a confiança no governo do GNA.

Em **6 de dezembro**, Sirte foi declarada “livre” das milícias do Dâ'ish, depois de mais de 6 meses de luta.

2017

Em **maio**, durante uma coletiva de imprensa em Argel, o ministro de Relações Exteriores da Líbia, Mohamed Taha Siala, declarou que o GNA iria reconhecer o general Haftar como comandante supremo do Exército da Líbia se ele reconhecer o GNA em vez da HoR²³³.

Em julho, o Exército Nacional da Líbia derrotou as forças islâmicas remanescentes, encerrando a batalha de Benghazi de quase três anos.

Em **17 de dezembro**, o general Haftar declara vazio o chamado acordo “Skhirat”.

2018

Em **abril**, as forças da Operação *Dignity* começaram a se preparar para o ataque contra Derna sitiada²³⁴.

Em **2 de maio**, dois combatentes do Dâ'ish atacaram a sede da Comissão Nacional Eleitoral em Trípoli, causando 12 mortes²³⁵.

Em **7 de maio** começou a **batalha de Derna**.

Em **28 de junho**, a cidade cai nas mãos do Exército Nacional da Líbia.

Em **setembro**, houve novos confrontos entre as forças pró-GNA e as pró-Haftar.

Em **11 de setembro**, o Dâ'ish realizou um ataque a Trípoli contra a National Oil Corporation.

²³² *US launches air strikes on IS in Libya*, BBC News, 1/8/2016, <https://www.bbc.com/news/world-africa-36941934>; acessado em 7/5/2017 e 16/4/2019.

²³³ *GNA Foreign Minister names Haftar army chief, receives wave of criticism*, Libyan Express, 9/5/2017, <https://www.libyanexpress.com/gna-foreign-minister-names-haftar-army-chief-receives-wave-of-criticism/>; acessado em 7/5/2017 e 16/4/2019.

²³⁴ *Haftar and Egypt prepare to attack Derna, The New Arab reveals*, Al-Nabaa TV, 13/2/2017, <https://alnabaa.tv/en/news/view/17793>; acessado em 7/5/2017 e 16/4/2019.

²³⁵ *The Latest: Islamic State group claims twin Libya bombings*, Associated Press, 2/5/2018, <https://www.dailymail.co.uk/wires/ap/article-5682333/The-Latest-Toll-attack-Libyan-capital-rises-11.html>; acessado em 8/5/2017 e 18/4/2019.

Em **novembro**, figuras políticas importantes da Líbia participaram da conferência de dois dias em Palermo, em uma tentativa de resolver o conflito na Líbia, mas sem um ponto de virada²³⁶.

Milícias e grupos armados na Líbia²³⁷.

Existem cerca de 2000 milícias que operam em todo o país. Aqui relatamos as principais:

Libyan Dawn-Fajr Lîbîya

É um grupo de milícias islamistas que podem ser vistas como as “forças armadas” do Congresso Geral Nacional (CNG), o antigo parlamento que foi re-convocado em Trípoli. Libya Dawn tomou posse de aeronaves militares e controla praticamente todas as cidades costeiras, de Misrata à fronteira da Tunísia e também de cidades mais ao sul, incluindo Gharyan, Nalut e Jadu na cordilheira berbere de Nafusa.

O nome Libya Dawn originalmente se referia à operação da milícia para capturar Trípoli, mas agora se refere ao grupo armado. Houve uma fratura dentro da milícia em relação ao apoio às negociações patrocinadas pela ONU e o Governo de Acordo Nacional que visa reunir os governos rivais.

As Brigadas Zintan

As poderosas Brigadas de Zintan são unidades armadas financiadas pelo Governo de Acordo Nacional, ligadas à cidade de Zintan e arredores e tiveram um papel importante na revolta de 2011. Estão envolvidas no conflito líbio de 2014 no lado anti-islâmico e são aliadas, do Exército Nacional da Líbia de Haftar, e entraram em confronto em numerosas ocasiões com a *Libya Dawn*. As brigadas Zintan, al-Sawaiq e al-Qaqa são milícias anti-islamistas que operam principalmente no oeste da Líbia. Capturaram Saif-al-Islam al-Gaddafi, o filho de Mu‘ammar..

O “Conselho militar dos revolucionários de Zintan” foi estabelecido em maio de 2011 para organizar as atividades militares de 23 milícias em Zintan e nas montanhas de Nafusa. O

²³⁶ *Palermo Libya conference makes no major breakthrough, postpones elections, reaffirms LPA and Action Plan*, Libya Herald, 14/11/2018, <https://www.libyaherald.com/2018/11/14/palermo-libya-conference-makes-no-major-breakthrough-postpones-elections-reaffirms-lpa-and-action-plan/>; acessado em 8/5/2017 e 18/4/2019.

²³⁷ “Guide to key Libyan militias”, 11/1/2016, BBC, <https://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-19744533>
Rafallah al-Sahati Brigade, TRAC, <https://www.trackingterrorism.org/group/rafallah-al-sahati-brigade>
<https://www.washingtoninstitute.org>
<https://www.kcl.ac.uk/warstudies/index.aspx>
<https://icsr.info/>;
 acessados em 8/5/2017 e 18/4/2019.

Conselho é uma das milícias mais fortes da Líbia. Um de seus líderes, Osama al-Juwali, foi ministro da Defesa da Líbia de novembro de 2011 a novembro de 2012. Atualmente, a brigada é liderada por Mukhtar Kalifah Shahub, ex-oficial da Marinha da Líbia. O grupo tem várias mídias, incluindo um canal via satélite - Libya al-Watan - e várias páginas nas redes sociais.

Libya Shield

A Libya Shield é composta por várias milícias islamistas com o mesmo nome – incluído militantes qaedistas - que operam em várias partes do país. Suas forças estão geograficamente divididas em in Western Shield, Central Shield e Eastern Shield. A Central Libya Shield apóia o antigo CNG e é vista pelas autoridades de Trípoli como parte de suas forças do “Ministério da Defesa”.

O braço de Benghazi da *Libya Shield* (conhecida como *Libya Shield Force 1*) é liderada pelo comandante islamista Wisam Bin-Hamid, que combateu ao lado do grupo *Anşâr al-Sharî‘a bi-Lîbîya*, ligado a al-Qâ‘ida. Bin-Hamid também é um comandante de campo no Conselho-Shura de revolucionários de Benghazi.

Na parte ocidental da Líbia, as principais forças islâmicas são a Libya Shield central, que consiste principalmente de unidades de Misrata e da LROR.

O líder de al-Qâ‘ida na Líbia, Abd al Muhsin al-Libi, também conhecido como Ibrahim Ali Abu Bakr ou Ibrahim Tantush, atuava no oeste da Líbia, capturando a base especial das forças antiterroristas chamada “Campo 27”²³⁸ em abril de 2014, e depois perdendo-a com as forças anti-islamistas em agosto de 2014.

Milícias da *Libya Shield* ocidental e central lutaram ao lado da *Libya Dawn*, enquanto as forças da *Libya Shield* Oriental se juntaram a outras milícias islâmicas e formaram o Conselho Revolucionário da Shura para combater o Exército Nacional da Líbia de Haftar.

AQIM

Al-Qâ‘ida no Magreb Islâmico (AQIM, em árabe: Tanzîm al- Qâ‘idah fî Bilâd al-Maghrib al-Islâmî) é ativa também no Fezzan, especialmente nas áreas de fronteira.

Anşâr al-Sharî‘a

²³⁸ *Jihadists Now Control Secretive U.S. Base in Libya*, 23/4/2014, <https://www.thedailybeast.com/jihadists-now-control-secretive-us-base-in-libya>

A formação qaedista da Líbia, Anşâr al-Sharî‘a, é muito importante na parte oriental da Líbia. Em Benghazi, seus militantes estão presentes desde o levante de 2011 e continuaram a lutar contra o Exército Nacional Líbio (ENL) do governo de Tobruk.

O grupo também tem presença no Oeste, em Derna e Sabratha.

Conselho da Shura dos revolucionários de Benghazi

É uma coalizão de milícias islâmicas, composta de vários grupos, incluindo a Libya Shield 1, Anşâr al-Sharî‘a, a Brigada de 17 de fevereiro e a Brigada Rafallâh al-Sahâti, uma das mais poderosas da Líbia oriental.

Como acontece com seu proeminente membro Ansâr al-Sharî‘a, o Conselho da Shura de Benghazi é outra formação inimiga do ENL. Mantém redutos em algumas partes da cidade oriental.

O Shura Council de Benghazi tinha fortes laços com os Dâ‘ish, com o qual combateu contra Haftar na “Batalha de Benghazi”, embora nunca lhe tenha prometido lealdade. Em seguida, o Dâ‘ish o acusou de “apostasia” também por sua conexão com *Libya Dawn* e as “forças da democracia”.

O Conselho de Mujâhidîn de Derna - Shura Council

É um grupo afiliado a al-Qâ‘ida, uma coalizão de milícias islâmicas formada em dezembro de 2014, que em julho de 2015 expeliu os militantes do Dâ‘ish fora da maioria das áreas de Derna. Os confrontos entre os dois grupos se intensificaram significativamente depois que o Dâ‘ish assassinou duas figuras islâmicas ligadas ao Conselho.

Milícias salafitas.

Os salafistas combateram em aliança com o ENL de Haftar contra as milícias islamistas, em particular o Shura Council de Benghazi e os Dâ‘ish que eles consideram Khawarij (kharijita)²³⁹ depois de uma fatwa do mufti al-Madkhali saudita.

Estes são os chamados “quietistas” comprometidos em lutar seja contra Dâ‘ish seja contra as facções islâmicas rivais:

O rótulo quietista na Líbia refere-se principalmente aos seguidores do clérigo saudita Rabia bin Hadi al-Madkhali, que promove uma doutrina de obediência a uma autoridade política em exercício (wali al-amr), evitando o ativismo eleitoral ou a resistência armada, mesmo em face de um governo secular ou de uma tirania, por medo de causar *fitna* (conflito). O governo saudita usou seus ensinamentos internamente nos

²³⁹ Veja-se o cap. 1 e o glossário.

anos 90 para desacreditar o movimento popular Salafî Sahwa (o Despertar), influenciado pela Irmandade Muçulmana.

Hoje, Madkhali continua sendo um inimigo virulento da Irmandade Muçulmana, além de grupos salafî-jihadistas como al-Qâ'ida e o Estado Islâmico.

Na Líbia, a tensão quietista tem um pedigree que remonta aos meados dos anos 2000, quando o regime de Gaddafi convidou os clérigos salafistas do “establishment” sauditas para a Líbia como parte de seus esforços mais amplos para reabilitar os jihadistas salafistas no Grupo de Combate Islâmico da Líbia (LIFG). Após o início da revolução em 2011, Madkhali emitiu uma diretiva pedindo o não-apoio, e muitos de seus seguidores permaneceram leais ao regime ou permaneceram à margem, embora alguns tenham se juntado à revolta de Trípoli em 20 de agosto.

Após a queda de Gaddafi, os seguidores de Madkhali na Líbia, conhecidos como Madkhalis (embora rejeitem o termo), demoliram a herança sufi da Líbia e queimaram a literatura da Irmandade Muçulmana. Eles também formaram patrulhas anti-vício, focadas no combate ao tráfico de narcóticos, consumo de álcool e outras atividades que consideraram não-islâmicas, exemplificadas principalmente pela Kara-Força Especial de Dissuasão e grupos associados. Com o início do conflito entre os campos de *Dignity* e *Dawn*, no verão de 2014, os grupos armados de Madakhli se uniram às fações em guerra. Hoje, eles continuam a lutar ao lado do Exército Nacional da Líbia de Khalifa Haftar, no Leste, bem como a constelação de grupos armados aliados ao Conselho de Presidência de Trípoli²⁴⁰.

Estado Islâmico (IS)/Dâ'ish.

Em 2015, a Líbia viu o surgimento do Dâ'ish, mas a presença de grupos islâmicos violentos já era atestada na cidade oriental de Derna, um antigo centro jihadista: esses grupos prometeram lealdade - *baya* - ao Dâ'ish e tomaram posse de prédios administrativos locais.

Embora o Dâ'ish tenha sido expulso da maioria das áreas de Derna em julho de 2015, continuou a controlar a cidade costeira central de Sirte, a cidade natal de Gaddafi. Em junho, a estação rádio oficial do grupo, al-Bayan, que já transmite na Síria e no Iraque, começou a transmitir também em Sirte.

Dâ'ish alegou ter conquistado a cidade costeira de Bin-Jawad, além de ter uma “forte presença” em Nofilia, Sidra e Ra's Lanuf, e isso o aproxima das instalações da região rica em petróleo, levando a repetidos confrontos com a Guarda de serviços de petrolíferos.

O Dâ'ish atacou Trípoli e Benghazi lançando ataques violentos a embaixadas e hotéis em Trípoli, em janeiro e fevereiro de 2015, uma base de treinamento da polícia em Zliten, perto da capital.

O grupo também está presente em Benghazi e tem células em Trípoli.

De acordo com um relatório da ONU publicado em dezembro de 2015, o Dâ'ish na Líbia tem entre 2.000 e 3.000 combatentes, dos quais 1.500 em Sirte. O grupo parece atrair combatentes dos países subsaarianos.

As principais milícias armadas na luta contra o Dâ'ish na cidade são o Conselho Dura Mujâhidîn Shura e a Brigada dos Mártires de Abu-Salim, que são conhecidos por seus laços com *Anṣâr al-Sharî'a*.

²⁴⁰ *Quiet No More?*, Carnegie Middle East Center, 13/10/2016, <https://carnegie-mec.org/diwan/64846>; acessado em 9/5/2017 e 18/4/2019.

De fato, portanto, uma luta está em andamento na Líbia entre várias facções do islamismo radical.

Milícias Imazighen (Amazigh)²⁴¹

Estão localizadas principalmente nas montanhas Zuwara e Nafusa; lutaram ao lado do *Libya Dawn* e têm entre seus inimigos as brigadas de Zintan, alinhadas com o HoR. As razões para o conflito dos Imazighen contra a Haftar²⁴² são devidas às idéias pan-árabes deste (como já aconteceu com Gaddafi), que entram em conflito com os pedidos de reconhecimento de sua língua como língua oficial na constituição²⁴³.

A situação de fato

Quanto à situação política, em Trípoli o poder foi passado para uma coalizão militar, a Fajr Lîbîya (*Libya Dawn*), apoiada e financiada pela Turquia, Qatar e Sudão, cujo foco é representado pelos 40.000 homens da milícia de Misrata, que em agosto de 2014 assumiu o governo pelas forças da armas, expulsando o parlamento eleito regularmente em junho do mesmo ano e liderado, até março de 2016, por Khalifa Ghwell. Ao lado de Trípoli estão as Imazighen, populações berberes da área de Jebel de Zuwara, na fronteira com a Tunísia, interessadas em defender sua “especificidade etnolinguística”.

Na Tripolitânia, as forças de Misrata contendem à aquelas de Zintan, leais ao governo derrubado dos islamistas, “a regulamentação da sucessão de Gaddafi”.

Tobruk, localizada a 1200 km de distância, inicialmente se tornou a sede do chamado “governo legítimo”, expulso pelos líderes do golpe de Trípoli. Entre estes dois componentes desenvolveu-se uma luta sangrenta pelo controle do país, com intervenções militares também de atores externos. O Egito do general Abdel Fattah al-Sisi, que sucedeu a Irmandade Muçulmana com um golpe em 3 de julho de 2013, forneceu apoio militar - apoiado pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes - contra o grupo islâmico em Trípoli para expulsá-lo do governo, enquanto o segundo poderia contar com o apoio do Qatar, Turquia e Sudão. Em virtude da relação transitiva, a França, uma amiga da Arábia Saudita, tornou-se firme defensora do presidente egípcio el-Sisi.

[...] Um terceiro centro político-militar é constituído pelas milícias islâmicas com orientação salafista, principalmente Ansâr al-Shar‘îa, uma das muitas variações de al-Qâ‘ida, que controlava parte de Benghazi, a segunda cidade líbia, e Derna, em Cirenaica.

[...] Após meses de negociações fracassadas, no início de outubro de 2015, o mediador da ONU Bernardino León anunciou, com um certo orgulho, que o “governo de unidade nacional líbio” estava pronto.

Um governo que teria que reunir as duas capitais e seus relativos governos, o islamista de Trípoli e a parte “secular” que se refere a Tobruk, permitindo assim que haja apenas um interlocutor para pedir ajuda internacional contra a “invasão do ISIS” e os “traficantes de homens”.

[...] Essa negociação, no entanto, não levou em conta os muitos grupos armados da Líbia, que são aqueles que fazem o bem e o mau tempo no terreno.

[...] O coup de théâtre terminou, como esperado, em um impasse. Porque são os “bombeiros incendiários” que patrocinam suas facções favoritas: “O Egito manobra o general Khalifa Haftar, o Qatar seduz com os dolares os islamistas radicais em Trípoli, os Emirados compraram o ex-mediador da ONU Bernardino León

²⁴¹ *Libya's Berbers fear ethnic conflict*, Al Jazeera, 6/1/2015, <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/12/libya-berbers-fear-ethnic-conflict-2014123065353199495.html>; acessado em 9/5/2017 e 19/4/2019.

²⁴² *Jabal Nefusa towns declare boycott of the House of Representatives*, Libya Herald, 19/8/2014, <https://www.libyaherald.com/2014/08/19/jabal-nefusa-towns-boycott-the-house-of-representatives-over-tobruk-meetings/>; acessado em 9/5/2017 e 19/4/2019.

²⁴³ Veja-se a parte sobre os Imazighen.

para apoiar Tobruk, para não mencionar a Turquia, que da Síria devolveu os jihadistas líbios para “fazer a guerra santa em Sirte”²⁴⁴.

[...] O alemão Martin Kobler, novo enviado especial da ONU, foi para Tobruk onde conheceu Haftar.

Em meados de dezembro de 2015, um acordo foi assinado em Shkirat, no Marrocos, para instalar um conselho presidencial encarregado de formar um “governo de acordo nacional líbio” GNA [...] que, no entanto, não teve a aprovação dos parlamentos de Tobruk e de Trípoli lutando entre si pelo controle do país (SENSINI, 2011-2017, p. 187).

Seguiram-se outros confrontos que quebraram a trégua alcançada, com combates no aeroporto de Trípoli entre milícias opostas, com confrontos e tensões também em Benghazi e em outras áreas da Líbia.

O acordo alcançado em Shkirat foi o resultado da pura alquimia desejada pela ONU e por aquelas mesmas democracias ocidentais que determinaram a implosão da Líbia em 2011, nomeadamente os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a Itália. Um acordo que não apenas carecia substancialmente de qualquer apoio dos dois clãs no governo em Trípoli e Tobruk, mas também via todas as numerosas milícias líbias e qabilas hostis a tal saída política. O nome que saltou do chapéu mágico da comunidade internacional para fazer o primeiro-ministro foi o de Fayez el-Sarraj, um senhor ninguém colocado à frente do conselho presidencial e que, sozinho, não teria sido capaz de pôr os pés em Trípoli ou de sobreviver por alguns dias, como mostrou o ataque em que ele estava envolvido no primeiro passeio público (SENSINI, 2011-2017, p. 191).

As dinâmicas internacionais também desempenham um papel muito importante no caos da Líbia:

quando no verão de 2014 os anglo-americanos e os principais patrocinadores regionais da Irmandade Muçulmana (Turquia e Qatar) apoiaram o golpe islâmico com o qual a formação Fajr Lîbîya tomou posse de Trípoli, a França se viu automaticamente alinhada ao lado do governo secular que se abrigou em Tobruk, apoiado pelo Egito. Os franceses enviaram destacamentos especiais para a base aérea em Benina, auxiliando militarmente Haftar na reconquista de Benghazi (SENSINI, 2011-2017, p. 192).

Desta forma, a fratura entre a França e os EUA-GB expandiu-se, amplificada também pelo apoio russo a Tobruk; também na Líbia, como na Síria, a Rússia está tentando enfrentar a estratégia desestabilizadora da Anglo-américa, com os jihadistas a reboque, e é dentro dessas dinâmicas que os ataques terroristas “islâmicos” na França e na Grã-Bretanha podem ser lidos, onde, segundo fontes da inteligência, seriam represálias e tentativas internas de desestabilização dos respectivos serviços.

Benghazi, a “velha bruxa” anti-jamâhîriyya.

As primeiras manifestações contra o regime partiram da capital da Cirenaica, Benghazi, e foram violentas: Gaddafi chamava a cidade de “velha bruxa”, pois rebelde e um espinho ao seu lado: era de fato habitada por qabilas que eram hostis e pró-monárquicas. Alguns dos líbios que entrevistei e que vêm dessa área dizem que o Rais puniu esta região, mantendo-a em pior

²⁴⁴ Negri, A., *La grande spartizione della Libia: un bottino da quasi 130 miliardi*, Il Sole 24 Ore, 6/3/2016.

estado do que outras e investindo menos na redistribuição das receitas do petróleo; uma alta taxa de desemprego e falta de apartamentos ajudaram a criar uma situação pesada. A este respeito, Sarah, de Trípoli, contou-me²⁴⁵:

As primeiras a se levantar contra Gaddafi foram as qabilas de Benghazi; depois Sirte, Sabha e depois Trípoli. Zu'ara estava com medo de Gaddafi. Zu'ara, Jbal e várias outras áreas e qabilas odiavam Gaddafi porque elas não estavam no poder... Antes todas elas tinham medo de Gaddafi, depois se assustam entre si, quando não concordaram umas com as outras. Em cada cidade há quem quer ser o líder. Há uma disseminação de armas, mesmo entre os jovens. Nos mercados, entre frutas e legumes, você encontra bancos com armas. Gaddafi não foi amado no Ocidente porque não deixava espaço para os EUA e Israel. Ele não tinha amigos nos países do Golfo. Agora as pessoas se arrependem. Os líbios gostavam de Gaddafi, mas se ele tivesse redistribuído melhor o dinheiro do petróleo, não teriam lutado contra ele, mas ele favorecia alguns contra os outros. Havia tantas pessoas pobres na Líbia. Gaddafi deu dinheiro apenas aos africanos, no exterior e não ao seu povo. No entanto, comparado a agora, sob Gaddafi era melhor, não havia toda essa violência.

Sarah afirma que o coronel era amado, mas que o derrubaram porque ele não distribuía o dinheiro do petróleo, ao contrário, ele dava apenas aos africanos (africanos subsaarianos): esse tipo de afirmação é muito comum entre os oponentes de Gaddafi. Vários, entre os meus entrevistados - Tarek Megerisi²⁴⁶, Sam Najjair (2013), Malek el-Hajji²⁴⁷, Jamil el-Sheriff²⁴⁸,

²⁴⁵ Ela não quis me dizer seu nome verdadeiro, pois viaja muito entre a Líbia, onde está sua família, e a Itália, onde há suas atividades comerciais. Um de seus irmãos morreu durante a guerra da OTAN. Encontrei Sara em Turim, onde ela havia chegado recentemente, em 23 de agosto de 2015.

²⁴⁶ Especialista líbio em geopolítica do European Council for Foreign Relations-ECFR de Londres.

O entrevistei em Londres em janeiro de 2019 na sede da ECFR.

<https://www.ecfr.eu/%20profile/C478>

²⁴⁷ Nascido em Trípoli em 1960, ex-agente de inteligência da ONU, o entrevistei em Milão, em agosto de 2016. Nós nos tornamos amigos e muitas vezes trocamos ideias sobre a Líbia e outras questões internacionais.

²⁴⁸ Nascido em Trípoli, em 1950, tem um mestrado em Marketing e Comunicação. É um ex-gerente de uma empresa de serviços de exportação, vive entre a Itália e a Líbia.

Trata-se de um homem de negócios, rico, multilíngue e com membros da família com carreiras de sucesso em várias partes do mundo. É filho de mãe italiana e de pai líbio, um coronel do rei Idris. Sua família é monárquica, muçulmana secular e anti-Gaddafi. Entrevistei-o em 29/06/2016 via mídia social enquanto ele estava em Trípoli, e depois mantivemos contato e ainda trocamos ideias e informações.

Esharef Ali Mhagog²⁴⁹, Farida Haggiagi²⁵⁰, Kamel Treki²⁵¹, Zakaria Franka²⁵² e outros – explicaram-me que

Gaddafi não estava interessado na Líbia, e que ele a considerava pequena demais para ele, e, portanto, precisava expandir seus interesses para toda a África. Isto é, ele se sentia, mais do que o líder da Líbia, o Rei da África.

Segundo a afirmação do professor Ibrahim Maghdud²⁵³, em Benghazi

eles só pediram mais reformas, não o fim do regime: eles não foram negligenciados em comparação com os outros líbios: a universidade e o hospital mais importantes da Líbia estavam em Benghazi. Além disso, no governo tinham mais homens da Cirenaica do que de Trípoli. Em 1997, houve uma revolta islamista na Montanha Verde, *al-Jabal al-Akhdar*, e Gaddafi fez bombardear a área: ele acabou com todos. Eles estavam utilizando o plano usado contra Graziani, na era fascista, lutando e desaparecendo nas montanhas, à noite. Então ele os bombardeou. O que eles estavam pedindo? Infraestrutura, hotéis de luxo, outras coisas. Mas Trípoli não foi tratada melhor: a cidade antiga está desmoronando.

Apesar da Revolução de Setembro de 1969 e da subsequente luta contra o qabilismo, considerada uma das causas de atraso e obstáculo ao desenvolvimento, a Líbia continuou a ser um país dominado por várias e poderosas famílias em antagonismo e conflito entre elas, que o Irmão Líder conseguiu administrar com a política do “pau e cenoura” e com a do *dividet et imperat*. Alguns estudiosos leem, de fato, a Revolução de 1969 como a “revolta de algumas

²⁴⁹ Esharef A. Mhagog, músico, de Trípoli, 45 anos, vive em Roma, é anti-Gaddafi e muçulmano secular. O encontrei e entrevistei em agosto de 2016, no jardim do Conservatório de Roma.

Ele chegou na Itália aos 14 anos, com o pai: “Ele me deixou aqui para fazer tratamentos terapêuticos, mas decidi de ficar porque gostei do país. Ao nível de saúde e social era melhor que a Líbia, mais organizado. Estudei na Itália. Voltei para a Líbia em 2006, depois de 20 anos, para visitar a minha família”.

Com seu forte e simpático sotaque romano, ele me contou a história de toda a sua família e como ela dividiu-se entre pró-Gaddafi e anti, e como, na realidade, ele soubesse pouco sobre a insurreição – que ele, como outros, chama de Revolução -, embora fosse um seu defensor.

²⁵⁰ Nascida em Trípoli, 62 anos, mestre em Marketing e Comunicação, ex-gerente de uma empresa de serviços de exportação, vive entre a Itália e a Líbia. A entrevistei em 13/7/2016 via Skype.

²⁵¹ Entrevistei Kamel Treki por meio do aplicativo Messenger de FB, em 19/03/2017, pois ele estava no Cairo. Nascido em Trípoli, em 1943, formou-se em economia na Universidade de Oxford, e mora no Egito desde 1978, seja por causa do seu trabalho seja por causa da dissidência política. Atualmente é tradutor e intérprete em empresas privadas. Casado, pai de três filhos, ele pertence a uma classe alta da Líbia, progressista, esquerdista e muçulmano. Durante a entrevista, a um certo momento me pediu licença e foi orar; voltando depois de 10 minutos explicou-me: “Sou esquerdista e muçulmano praticante: para nós a religião não está envolvida com a política. O radicalismo islâmico é a ruína do mundo árabe. Meus pais ficaram na Líbia e esta é a razão pela qual eu não pude declarar abertamente minha oposição ao regime por medo de retaliação contra eles. Eu pertencia a uma classe média-alta, culta e de esquerda. Os desconfortos, os problemas que tivemos que enfrentar na Líbia devido ao regime foram principalmente a falta de liberdade de expressão”.

²⁵² Nasceu em Trípoli, em 1951; mora em Trípoli com sua família. Analista comercial na embaixada italiana em Trípoli (no escritório para a promoção do comércio italiano na Líbia). Estudou engenharia aeronáutica na Universidade Federico II de Nápoles. Trabalhou com a CNR na Itália, pesquisando energia alternativa. Ao longo dos anos, trabalhou na Libyan Airways, como “Investigador Chefe de Acidentes de Segurança em Voo”. O entrevistei via Skype em 31/03/2017.

²⁵³ O entrevistei em 24/09/2015 na Academia da Líbia em Palermo, Sicília. Ele ensina árabe e história dos países árabes nas universidades de Palermo e Roma.

qabilas contra as da Cirenaica e dos Senussi”, ou talvez, como um golpe contra o poder do qabilismo em geral, e de 2011 como uma “contra – revolução” ou recuperação do poder pelas velhas forças. No entanto, até mesmo o coronel, tendo derrubado o regime do Reino Senussi aliado do Ocidente, e o sistema de clientelismo, criou um novo, que a Cirenaica, com suas famílias poderosas e históricas, nunca aceitou totalmente; mesmo o novo estado, como afirmam muitos dos líbios que encontrei, estava baseado no clientelismo e sobre o pertencimento a este ou aquele clã, de fato, a distribuição das receitas do petróleo estava ligada à adesão e lealdade à Revolução e ao “Irmão Líder”. Portanto, a Cirenaica, penalizada pelo regime e com muito ressentimento, deu vida à revolta, que logo depois se estendeu ao resto do país. A professora Mercuri escreve:

No sistema redistributivo, muito foi pego pelos fiéis do coronel; sua tribo, junto com outras como a do companheiro revolucionário Meqarha Abdelsalam Jalloud, então distanciado-se do raís, havia monopolizado quase todos os setores da economia ao preço de repressões sangrentas. Por todos esses anos, os poderes da Cirenaica marginalizados e reprimidos no jogo tribal, alimentaram o desejo de se vingar historicamente do golpe, considerado pelos orgulhosos senussi um golpe dado pelos ocidentais líbios (MERCURI, 2017, p. 52-53).

O prof. Maghdud explicou-me que os partidos que se formaram após a revolta de 2011 eram todos com origem nas várias qabilas e que Gaddafi também tentou envolvê-las; contudo, destaca que a principal questão da revolta se deve à interferência das políticas externas de outros países:

porque os líbios queriam uma mudança, mas a revolta não nasceu como a revolução russa - um partido clandestino que organiza tudo. Podemos dizer que o descontentamento e a interferência estrangeira tornaram isso possível, embora existisse a causa interna. Quando ele abriu o país, as pessoas começaram a viajar e a ficar no exterior. No começo, era difícil entrar e sair. Quando se retornava, eles controlavam os livros. Depois, pararam de controlar. Ele e seu filho Sayf estavam fazendo aberturas, lentamente. Todos nós apoiamos a revolta, pensando “Finalmente vamos mudar, mas não sabíamos o roubo que iria acontecer mais tarde.

Uma breve história de Benghazi, a rebelde.

Em 1911, Benghazi foi invadida e conquistada pelos italianos, mas liderada por 'Omar al-Mukhtar, grande parte da população local da Cirenaica resistiu à ocupação.

Depois de ter reprimido a revolta, no início da década de 1930, o governador italiano Italo Balbo iniciou as tentativas de assimilar da população com políticas sociais, criando serviços de saúde e escolas para os cirenaicos.

No final da década de 1930, a Cirenaica era povoada por mais de 20.000 colonos italianos, principalmente ao redor da costa de Benghazi (a cidade tinha mais de 35% de italianos).

Políticas coloniais italianas iniciaram planos de desenvolvimento econômico na segunda metade da década de 1930, e em Benghazi foram construídos um novo aeroporto, uma estação ferroviária, uma estação hidroviária e assim por diante.

No verão de 1940, a guerra estourou entre os italianos e os britânicos e o desenvolvimento da infraestrutura parou.

Segunda Guerra Mundial

Durante a operação “Compass”, Benghazi foi tomada pelos italianos da “Combe Force”, em 6 de fevereiro de 1941; em 4 de abril, foi reconquistada pelas potências do “Eixo”, lideradas pelo general Erwin Rommel, do “Corpo Alemão da África”; em 24 de dezembro, foi tomada pelos britânicos durante a operação “Crusader”, mas em 29 de janeiro de 1942, mudou de ocupação novamente no avanço do “Corpo da África” em direção ao Egito.

Durante a batalha de El Alamein, as tropas egípcias-britânicas, lideradas pelo general Bernard Montgomery, derrotaram novamente o “Corpo da África”, que fez uma longa retirada para o oeste, via Benghazi, pela última vez.

Em 20 de novembro, Benghazi foi capturada pela VIII Armada britânica e posteriormente controlada pelos britânicos.

3.15.2. Segunda guerra civil líbia: a batalha de Benghazi (2014-2017)

Após a eclosão da segunda guerra civil líbia em 2014, Benghazi foi o centro de intensos combates entre o governo da HoR, aliado ao exército nacional da Líbia e o conselho islâmico Shura dos revolucionários de Benghazi e uma formação estatal islâmica (Wilayat Barqa), na cidade.

Durante os últimos meses da batalha, entre o final de 2016 e meados de 2017, grande parte do centro urbano e redutos do Conselho Shura sofreram pesados bombardeamentos e danos. Segundo relatos, os militantes de Wilayat Barqa fugiram de Benghazi no início de janeiro, e em 5 de julho de 2017, o general Haftar declarou que a cidade estava liberada; os últimos terroristas foram capturados em dezembro de 2017 (ST. JOHN, VANDERWALLE, DEL BOCA; LIBIYA HERALD).

A Líbia hoje²⁵⁴: um país à beira da falência.

²⁵⁴ Fontes: Neo.org; globalresearch.ca; howafrica.com; chathamhouse.org; MCKINNEY, 2012; AWAN, 2015; SENSINI, 2016.

Em 2010, o PIB, em bilhões de dólares, era de 187,8; em 2017, desceu para 64,4; o PIB *per capita*, em 2010, foi de 31.094 dólares; em 2017, de 9.986 dólares, mais de três vezes menos. A taxa de inflação saltou de 2,5%, em 2010, para 28% em 2017: estes são apenas alguns dados estatísticos impressionantes sobre os efeitos econômicos da “democratização” ocidental da Líbia.

Em 2010, sob Muammar al-Gaddafi, os sem-teto estavam em zero por cento; as casas eram garantidas e gratuitas; a eletricidade era gratuita; os empréstimos bancários tinham uma taxa de juros de zero por cento; os agricultores recebiam terras, uma casa, sementes e equipamentos de graça para criar fazendas no país, onde o Grande Rio artificial irrigava o Saara; porém, a OTAN bombardeou a rede de abastecimento de água, a fábrica de tubulações para que não pudesse ser reparada e bombardeou a rede elétrica.

Os casais recém-casados recebiam 50.000 dólares e as mães 5.000 dólares ao nascimento de um filho; a educação e a assistência médica eram gratuitas; o ensino superior era gratuito e os estudantes que desejavam estudar no exterior recebiam 2.300 dólares por mês e um subsídio de carro; os que precisavam de assistência médica no exterior viajavam de graça e seu tratamento era pago pelo estado; os graduados desempregados recebiam o salário médio da profissão que desejavam exercer até encontrar um emprego; o estado pagava o 50% do preço de um carro.

Antes de 1969, 75% dos líbios não sabiam ler nem escrever: hoje, a taxa de alfabetização é de 100% entre os jovens e 87% em nível nacional. A dívida externa da Líbia era zero e tinha reservas de 150 bilhões de dólares.

A Líbia tinha o maior Índice de Desenvolvimento Humano da África e Gaddafi estava para receber um prêmio da Organização das Nações Unidas por seu trabalho de desenvolvimento, mas ele planejava retirar o dólar americano das transações e substituí-lo por uma moeda africana, que teria privado os bancos ocidentais de bilhões de dólares, portanto precisava ser parado.

A guerra ocidental (e árabe) contra a Líbia destruiu o estado, não apenas a Jamâhîriya, o projeto de Gaddafi: precisamente todas as estruturas estatais, administrativas - locais e nacionais -, o exército, o aparato de inteligência e de segurança, o corpo diplomático, o tecido social e o sistema de valores coletivos; agora não há mais nada, nem uma liderança central reconhecida por todos, nem mesmo uma “nação”. O país, em colapso, está nas mãos de milícias armadas, criminosos comuns e radicalismo islâmico violento.

As tentativas de estabelecer uma autoridade central unificada falharam após as eleições de 2012, durante as quais foi negado à maioria dos líbios o direito de participar, como candidatos ou como eleitores, devido à lei de “isolamento político” imposta pelos líderes rebeldes do CTN. A HoR, eleita em 2014, não conseguiu governar o país porque, como vimos, a IM e seus aliados se recusaram a aceitar o resultado da eleição que não estava a seu favor. No entanto, a ONU, depois de ter autorizado a guerra, agora busca promover a “reconciliação” entre realidades complexas e opostas e apoiadas por governos internacionais interessados em agarrar um pedaço do butim.

Na falta de um poder executivo e policial que proteja estruturas vitais, aeroportos e fronteiras, eclodiram conflitos e se espalharam as lutas entre qabilas; é muito prolífico o tráfico de drogas e a disseminação de armas através da fronteira, bem como de armas pesadas e veículos militares. Controlam parte do território organizações como o Dâ‘ish, al-Qâ‘ida e LIFG, que constituem a principal ameaça à segurança nacional, regional e internacional da Líbia.

Essa situação levou à escalada de reivindicações separatistas regionais que representam um perigo para a unidade da Líbia e da região após o surgimento de “emirados”- refúgio para o terrorismo do Dâ‘ish e de al-Qâ‘ida; à exploração da imigração da África para a Europa chefiada por gangues terroristas, etc.

Hoje, o poder e o executivo na Líbia são divididos entre o governo de Tobruk e o Exército Nacional da Líbia, apoiado por partidários de Gaddafi, a Frente Popular de Libertação da Líbia e as milícias Warshefana; o Governo do Acordo Nacional apoiado pelas Brigadas de Misrata, Brigadas de Zintan, Milícias Amazigh, Milícias Toubou, Milícias Tuareg, Brigada de Trípoli e Guarda Presidencial, entre outros; o Governo Nacional de Salvação, apoiado pelo Conselho-Shura dos Revolucionários de Benghazi, al-Qâ‘ida no Magrebe Islâmico, o Conselho-Shura de Mujâhidîn de Darna, Ansâr al-Sharî‘a de Darna, os Mártires de Abu Salim; Estado Islâmico (Dâ‘ish), dividido em Wilayat Barqa, Wilayat Tripolitania e Wilayat Fezzan e apoiado pela AQIM.

O “triunfo da Revolução de 17 de fevereiro e a queda da ditadura” não foi suficiente para impedir que o país se desmoronasse: os vencedores, que tomaram o poder com o apoio da OTAN e uma coalizão improvável de vários grupos armados, não foram capazes de impedir a queda da Líbia no caos. Essa coalizão se separou em 2014 e o país se dividiu desde então: atualmente, existem dois “territórios” opostos, um liderado por Trípoli no oeste da Líbia e outro liderado por Tobruk, no leste, e cada um tem seu próprio governo, parlamento e forças armadas....., ou seja, um caos com muita violência.

Além disso, Trípoli, é controlada por quatro principais grupos armados, os quais, juntos, sustentam o Governo do Acordo Nacional, liderado por Fayed al-Sarraj. Seu papel oficial é garantir a segurança, servir como força policial e proteger o aeroporto, organizações governamentais e prisões, etc. Segundo diversos especialistas da região, esses grupos armados construíram um nível sem precedentes de controle sobre as organizações públicas e privadas. Eles estão envolvidos em negócios e em uma ampla gama de esquemas ilegais: incluídas várias formas de contrabando, especialmente de petróleo. Tal situação gera rivalidade com outros grupos armados que chegaram a Trípoli como vencedores após o colapso do regime.

Outro problema é que a Líbia ainda carece de líderes carismáticos que sejam capazes de unir a sociedade e convencê-la a aceitar os compromissos necessários: pelo contrário, as elites políticas existentes estão puxando em direções diferentes.

É difícil ver como as coisas poderiam ter sido de outra maneira: os esforços para implementar um acordo foram prejudicados pelo fato de a autoridade dos políticos ser limitada por sua dependência de grupos armados e de seus “padrinhos”.

Desde a queda de Gaddafi o país tem sido um exemplo trágico de como um estado que costumava ser estável e rico em reservas de petróleo pode ser derrubado; o padrão de vida dos líbios caiu drasticamente. As pessoas estão sobrecarregadas com os problemas da vida cotidiana: falta de dinheiro na economia, cortes de energia e interrupções no abastecimento de água, falta de farinha nas lojas, filas intermináveis nas padarias, etc.

A guerra civil continua até hoje, setembro 2019, com as forças de Haftar entrando em Trípoli. Os jogos de governos internacionais - Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia, Turquia, Itália, Catar e Arábia Saudita - são cada vez mais complexos e vinculados a empresas de petróleo e multinacionais e aos interesses que eles representam.

Capítulo 4. Gaddafi, o Islã, o islamismo político e a globalização.

4.1. Gaddafi e o Islã.

Gaddafi se opôs ao uso político do Islã na Revolução Verde, alegando que ressaltava a relação direta entre o homem e Deus e não deveria ser usado para fins políticos; os revolucionários deram alguns passos para provar ao povo que se comportavam dentro dos “princípios islâmicos” - como banir o álcool, por exemplo. O regime então se confrontou abertamente aos ‘ulamâ’, alienando-os para sempre (OTAYEK, 1986). Mercuri (2017) escreve:

Os oficiais livres que conquistaram o poder em 1969 não herdaram um Estado forte com uma concepção moderna de democracia nem uma sociedade integrada, mas sim um sistema, em alguns aspectos, desprovido de bases históricas, ideal para construir um regime a partir do zero.

Gaddafi, com a intenção de dar um fundamento universal à construção do novo estado, escolheu uma orientação pan-árabista, mas também islâmica. Em poucos estados muçulmanos, é possível encontrar uma distinção tão clara entre poder temporal e autoridade religiosa, entre as esferas política e espiritual. E ainda, e aqui está o grande paradoxo, o próprio Gaddafi foi o primeiro entre os líderes árabes a consolidar o componente islâmico de seus argumentos e a reintroduzir na linguagem política muitas categorias do Islã. Mesmo antes da elaboração do “Livro Verde”, o líder líbio fez uma escolha radical, atribuindo ao Islã a função de unidade e identidade necessária para a evolução do país. O primeiro sinal dessa mudança está contido no Artigo 2 da Constituição provisória de 11 de dezembro de 1969, que diz: “O Islã é a religião do Estado”.

Superando as posições dos reformistas e antecipando de uma década as dos fundamentalistas islâmicos, Gaddafi se propôs a reinterpretar o Alcorão para demonstrar como ele tivesse dentro de si todos os preceitos necessários para alcançar uma sociedade moderna e funcional. Para reforçar sua teoria, durante a primeira conferência missionária islâmica, realizada em Trípoli em dezembro de 1970, ele não hesitou em dizer que o Islã tem uma vocação universal e é a mais progressista de qualquer ideologia revolucionária. Esta releitura, se por um lado queria elevar a fé islâmica como um corpus identificador do novo estado, por outro, pretendia empobrecer o clero de todo o poder sobre os textos sagrados. O coronel, de fato, sintetizou uma divisão total entre o Alcorão e a sharî’a (o sistema legal muçulmano) e entre o Alcorão e os hadîth (o conjunto de tradições relativas aos atos e palavras do Profeta)²⁵⁵ consideradas prerrogativa dos ‘ulamâ’ (depositários e guardiões da lei religiosa) e, portanto, uma obra humana e não de fé. Por essa razão, o Rais foi apontado pelos religiosos como um apóstata.

O caminho do líder líbio em direção a essa “consciência” tem sido gradual. Originalmente, sua visão ecoava as ideias dos partidos nasseristas e do Baath²⁵⁶ porque enfatizava a unidade árabe e a oposição ao colonialismo (MERCURI, 2017, p. 40-42).

Nesse sentido, François Burgat (1995, p. 31) faz um paralelismo entre Nasser e Gaddafi, enfatizando que este último

mais arabista do que Nasser mas também mais muçulmano do que ele, contribuiu para reintroduzir referências religiosas no discurso unitário. Renegado hoje pela maioria dos movimentos islâmicos, o filho espiritual dos Rais (Nasser, nda) aparece, no entanto, como o que entre os líderes árabes mais fortaleceu o componente islâmico de seu próprio discurso movendo o centro da gravidade ideológica do arabismo nasserista.

²⁵⁵ Veja-se o glossário

²⁵⁶ O Partido Socialista do renascimento árabe que nasceu na Síria em 1953 a partir da fusão do Partido do Renascimento Árabe e do Partido Socialista Árabe.

No entanto, como Cricco e Cresti (2012-2015) apontam, a ideia pan-árabe de Gaddafi, derivada da doutrina e experiência de Nasser, difere em algumas partes, pois dá maior importância ao componente islâmico, e é

uma parte inalienável do arabismo, sua raiz étnico-cultural substancial: isso não significa que o arabismo de Gaddafi possa ser completamente resolvido em pertencer ao Islã, como é o caso dos Irmãos Muçulmanos que mais tarde se tornarão seus piores inimigos “internos”, como haviam sido para com Nasser. A importância do Islã, na estratégia da nova classe dominante da Líbia, representará um elemento de legitimidade: imediatamente após o nascimento da República Árabe da Líbia, assumirá o aspecto de algumas medidas legislativas absolutamente regressivas, como a reintrodução do castigo corporal na jurisprudência, ou ligados ao moralismo islâmico, como a proibição do álcool, o fechamento de igrejas cristãs ou a sua transformação em mesquitas, o fechamento de boates. Além disso, esta visão é consistente com a férrea disciplina moral que os jovens oficiais tinham estabelecido antes do golpe de Estado: todos eles tinham que ser crentes e os praticantes e bebedores de álcool e mulhereiros seriam excluídos da organização (CRICCO E CRESTI, 2015, p. 226-228).

A abordagem de Gaddafi ao Islã sofreu uma virada modernista em meados da década de 1970, quando ele começou a articular um secularismo funcional, argumentando que as questões materiais deveriam ter sido separadas das espirituais, uma abordagem que minou o papel dos ‘ulamâ’.

A partir do final da década de 1970, porém, o coronel enriqueceu sua doutrina com uma nova dimensão, defendendo uma forma extrema de escrituralismo islâmico no qual o Alcorão, não a sunnah, era a autoridade sobre a qual basear a reconstrução da sociedade (MERCURI, 2017, p. 40-42).

A de Gaddafi foi uma nova interpretação das leituras sagradas, apoiada também por outros estudiosos, por exemplo os marroquinos, com base na suposição de que ninguém tem a exclusividade da verdade sobre o texto religioso e onde há uma certa separação entre doutrina e mensagem.

O historiador Angelo Del Boca relatou o discurso que fez Gaddafi em 3 de julho de 1978 a um grupo de ‘ulamâ’ líbios e iraquianos, reunidos na Mesquita Mulay Mohammed em Trípoli:

Eu considero a sharî‘a como um direito positivo exatamente como o Direito romano, o Código Napoleônico e todas as outras leis elaboradas por juristas franceses, italianos, ingleses e muçulmanos [...] Acredito que os estudiosos do Islã desenvolveram uma lei positiva que sustenta bem o confronto comparado com o direito romano. Mas nunca direi que é uma questão de religião: é um direito positivo admirável, elaborado por muçulmanos, por homens de cultura muçulmana, de orientação muçulmana, que são apenas produtos da terra do Islã (DEL BOCA, 2010, p. 85-86).

Para Gaddafi, portanto, era necessário distinguir entre o Alcorão, como “palavra revelada e eterna de Deus”, e a sharî‘a, uma legislação desenvolvida pelos ‘ulamâ’, portanto pelos homens, ao longo dos séculos da história islâmica. Em maio de 1975, ele dirigiu-se para os imãs

nas mesquitas do país, dizendo-lhes para separar os aspectos mundanos, os assuntos do dia a dia das preocupações espirituais nas orações das sextas-feiras e de se focarem nesses últimos. Nos três anos seguintes, as ideias de Gaddafi sobre os fundamentos do Islã, a jurisprudência islâmica, o papel dos juristas islâmicos se moveram na direção da transcendência de Deus e da eliminação dos intermediários entre o homem e Deus; em 1978 ele argumentou publicamente que o Alcorão foi escrito em árabe para que todos pudessem entendê-lo sem a necessidade dos ‘ulamâ’ ou de outros intérpretes e quando membros do *establishment* religioso ortodoxo o desafiaram, ele respondeu, entre maio e junho, demitindo líderes religiosos críticos para com ele (DEEB, 1982, p. 101-103; JOFFE, 1995, p. 139-154).

Um mês depois, ele deu um passo decisivo quando questionou a justificativa real para a existência de uma elite religiosa; em julho de 1978, após a liderança religiosa ter declarado o Livro Verde incompatível com o Islã, ele argumentou que os componentes centrais do Islã sunita - a sunna, o hadith, os qiyas, os ijma e a sharî‘a²⁵⁷ não eram elementos essenciais do verdadeiro Islã que tinha que ser baseado apenas no Alcorão. Ao acrescentar que os indivíduos tinham o direito de aplicar um raciocínio independente à interpretação do Islã, isso minou a base de poder das elites religiosas que consideravam a interpretação do Islã como sua prerrogativa. Ele também propôs outras mudanças para a ordem islâmica estabelecida, como a modificação do calendário muçulmano - começando com a data da morte do Profeta, em vez da data de sua emigração de Meca para Medina; no entanto, o elemento crucial foi a aplicação de um raciocínio independente à interpretação do Islã (JOFFE, 1988, p. 623-627; JOFFE, 1995, p. 151-152).

A oposição a Gaddafi no nível religioso não deve ser confundida com a oposição aos homens de religião, xeques e imãs da ordem religiosa tradicional. O ascetismo muçulmano dos revolucionários nos seus primeiros anos foi traduzido em lei. No final de 1972 as punições do Alcorão, como a amputação da mão aos ladrões, entraram nas normas legais. Embora não fossem aplicadas, essas punições queriam agradar os ‘ulamâ’, os eruditos islâmicos dos quais Gaddafi, pelo menos nos primeiros anos do governo, queria o apoio para justificar o desmantelamento do círculo de poder dos senussi do antigo regime.

Com o passar do tempo, Gaddafi e seus colaboradores sempre falavam menos de religião em público, e seus princípios gerais foram estabelecidos em todas as ideias contidas no Livro Verde. Em 1978, Gaddafi tinha começado a criticar os ‘ulamâ’. Em seu ataque contra eles, os chamavam de “classe de sacerdotes inúteis”. O Islã tinha que ser uma fé que permite de comunicar diretamente com Deus e de serem todos iguais perante ele. Em um discurso proferido em uma mesquita em Trípoli para o aniversário do nascimento de Mohammad, Gaddafi informou que o Calendário muçulmano deveria ser revisto e deveria começar não com a emigração do Profeta a Meca, ou a Hegira como havia sido há 14 séculos, mas 10 anos depois, com a sua morte. Ele também levantou dúvidas sobre o valor dos hadith ou tradições orais sobre o Profeta que passam de geração para geração. Basear a religião, ele disse, em coisas fora do Alcorão é blasfêmia. Em maio de 1978, a imprensa europeia informou que o regime líbio havia substituído os imãs em Trípoli, Benghazi, Zuwara, Homs e Tajjura porque os achava culpados de fazer sermões heréticos ou até ateus.

Tudo isso, no entanto, não aumentou uma verdadeira oposição religiosa dentro do país. Em abril de 1981, as acusações sudanesas de que tropas líbias tinham massacrado importantes imãs chadianos, ou o desaparecimento na Líbia do imã xiita Musa Sadr, em setembro de 1978, foram a causa de uma publicidade

²⁵⁷ Veja-se o glóssario.

desfavorável a Gaddafi no exterior, mas pouco afetou sua posição no país. É verdade que ele proibiu a Irmandade Muçulmana e grupos similares na Líbia, criando assim a possibilidade de que eles fossem apoiados pela Arábia Saudita ou outros, mas somente os fatores religiosos dificilmente poderiam contribuir a derrubar o governo de Gaddafi; contudo, eles foram amplamente instrumentalizados pelos adversários do coronel, que tentaram espalhar rumores, ou às vezes desinformações sobre seu alegado distanciamento das regras ascéticas do Islã, por exemplo, ao que parece, com relação à sua vida sexual (hipotéticas relações com mulheres ocidentais).

A possibilidade de uma oposição tribal contra Gaddafi sempre interessou seus oponentes no exterior.

[...] Em abril de 1976, os jornais egípcios disseram que a tribo de Sirte, de onde vinha Gheddafi, havia sido favorecida porque seus membros haviam ocupado os melhores lugares nos quadros das forças armadas; a notícia levantou protestos. Em abril de 1980, quando os expurgos começaram na Líbia, o jornal caiota al-Ahram relatou notícias de uma forte oposição de líderes tribais aos planos de Gaddafi de abolir os sistemas tribais. Com a prisão de quase 200 xeques tribais, houve divisões do exército e “atos de rebelião” entre trabalhadores líbios nas áreas de petróleo, assim informava o jornal; Gaddafi então cancelou sua ordem de dissolução da estrutura tribal. Um dos oponentes no exílio, Mustafa al Barki, fundador de um importante grupo de oposição chamado Liga Nacional da Líbia, argumentou que havia dissidências nas tribos Barassa e Ubaydah na Cirenaica e também na tribo do Irmão Coronel. Mas no momento que existe como um fluxo cada vez mais acentuado de pessoas se mudando para cidades e aldeias economicamente ricas, a população tribal do campo está em declínio, e o tribalismo, como a religião, não poderiam ser um fator determinante na derrubada do governo de Gaddafi. No Livro Verde ele considera as tribos uma força desagregadora sem um papel a desempenhar na formação daquela sociedade revolucionária que ele queria. Na comunidade universitária, Gaddafi encontrou, por um lado, uma das oposições mais decisivas, por outro, os adeptos mais fanáticos.

[...] Como os estudantes exilados, aqueles líbios também são desorganizados e divididos em facções, e sofrem repressão contínua das forças de segurança.

[...] Intelectuais, escritores, jornalistas que se distanciaram das ideias e ações de Gaddafi talvez tenham encontrado situações parecidas com as dos dissidentes em muitos outros países da África e da América Latina. Muitos foram assassinados, poucos foram condenados à morte através de um processo legal, e muitos foram aprisionados.

[...] Quando a revolução cultural foi lançada em abril de 1973, Gaddafi exigiu que as doutrinas importadas nocivas que poderiam “influenciar mentes fracas” fossem removidas da cultura líbia.

[...] Naquela época, mil intelectuais foram presos e quarenta pessoas, incluindo professores universitários, advogados e escritores, foram acusados de ligações com organizações marxistas, baathistas trotskistas, irmandade muçulmana (COOLEY, 1982, p. 376-384).

A análise de Cooley remonta à década de 1980, e na época ele acreditava que “tribalismo” (qabilismo) e religião não fossem fatores capazes de derrubar o regime, mas trinta anos depois eles foram, juntamente com outras forças, como analisarei no capítulo seguinte.

O discurso islâmico líbio pega emprestada a essência de seus temas da ideologia nasserista: uma combinação de argumentos religiosos e culturais e partes e “anti-imperialistas”: uma espécie de “Teologia da Libertação” fundada no Alcorão. O Islã líbio quer ser o garante da autenticidade africana diante das influências ideológicas “estrangeiras” de inspiração ocidental ou comunista. O “Islã de Deus” se opõe ao “Islã dos Estados Unidos elogiado pela Arábia Saudita”, segundo Faruk Ahmad (um dos líderes dos programas missionários da Líbia). Um Islã que é uma revolução permanente como o comandante Jalloud declarou diante dos ministros das Relações Exteriores na Conferência islâmica, em Trípoli, em 24 e 27 de março de 1973.

Entre os vetores da difusão árabe-muçulmana havia a Legião Islâmica, um corpo de intervenção militar que representava um dos instrumentos da política africana da Líbia.

A presença islâmica ao sul do Saara não começou ontem. [...] O Saara nunca foi uma barreira entre os mundos árabe e africano, mas constituiu um nó de comunicação multidimensional entre as duas civilizações. [...] O atual movimento de islamização na África está enraizado em uma história religiosa secular. A desestruturação, amplamente e meticulosamente estudada pela literatura islâmica africana, das sociedades tradicionais da era colonial favoreceu o desenvolvimento e o ativismo árabe o amplificou. Em termos de fenômenos de representação, deve-se enfatizar que, se os africanos, especialmente os mais jovens, se mostram receptivos à formulação militante do Islã líbio, isso acontece por que eles não encontram

mais em seus processos de socialização as respostas aos problemas que são colocados às suas sociedades ou mais simplesmente ao seu “mal em viver”.

[...] O despertar ou o retorno ao islamismo após mais de 25 anos de independência levanta questões sobre as teorias da modernização política (OTAYEK, 1986, p. 82-89).

Christian Coulon fala de “revolução islâmica silenciosa” (1983).

O Islã na África Subsaariana tem predominantemente um caráter de irmandade, é segmentado, e isso torna sua manipulação mais difícil, e apesar de reivindicar sua ortodoxia e sua adesão à ummah, é um Islã com especificidade e peculiaridade, juntamente com suas instituições autônomas enraizadas em culturas territoriais locais. No entanto, a disseminação do wahhabismo mina em parte as especificidades nacionais, como evidenciado por Otayek (1986), homologando-as à uma visão e leitura do neosalafismo globalizado. Quanto à cooperação cultural, a Líbia parecia sofrer com a comparação com a Arábia Saudita e o Egito: na competição com al-Azhar ou Medina era uma perdedora, pois o prestígio destas entre os muçulmanos africanos era enorme.

No nível doutrinário, a disseminação do wahhabismo, apoiado pela Arábia Saudita, como um lento, mas inexorável caminho dos movimentos fundamentalistas ou integralistas, por exemplo (a Irmandade Muçulmana em particular), representa grandes obstáculos à disseminação da influência ideológica da Líbia. (OTAYEK, 1986, p. 91).

4.2. O Islã e a Terceira Teoria Universal: o pensamento religioso de Gaddafi.

Como Gaddafi aponta no Livro Verde, a sociedade líbia está organizada em torno da família, clã e qabilas; seu medo era que as estruturas sociais religiosas que, por si, podem ser positivas e uma fonte de ordem e coesão social, pudessem ser usadas por líderes religiosos sem escrúpulos e por qabilas, como um meio de controlar a sociedade e influenciá-la. Antes da revolução de 1969, de fato, os líderes religiosos tinham um papel muito importante, tanto no sentido positivo - luta contra a colonização italiana - quanto no sentido negativo - apoio à monarquia, orientação das massas que na época eram 90% analfabetas.

Segundo Gaddafi, os regimes e governantes ditatoriais geralmente manipulam as massas e as distanciam da religião como uma fonte fundamental de lei, a fim de promulgar novas, para que elas se ajustem aos seus interesses e pontos de vista.

Ele rejeitou a ideia de um estado secular e a obediência às leis feitas por homens ou constituições. Segundo ele, havia uma complementaridade entre costumes sociais e religião: esta assimila os costumes sociais que expressam a situação humana da sociedade; portanto, leis não religiosas e não tradicionais incentivam a luta do homem contra o homem.

Segundo Gaddafi, a fé consiste em três dimensões essenciais: compromisso, práxis e filosofia que não são separadas e independentes da própria fé, mas aspectos de uma única realidade, e quando o compromisso é uma mera formalidade ou uma identidade morna ou quando é comprometido torna-se *shirk*, ou seja, a associação de seres ou coisas com a adoração a Deus; quando é cego, sem compromisso e exclusividade, é *nifaq* ou hipocrisia; somente quando o compromisso é uma sincera aceitação da fé em Deus como “Senhor eterno e compassivo”, há os fundamentos de uma prática significativa e de uma filosofia sólida. Gaddafi via na sociedade materialista, que não possuía uma fé religiosa e um legado espiritual capaz de guiar o povo para a adoração a Deus, como uma civilização corrupta: para ele o Islã era a única fé religiosa capaz de restaurar esse equilíbrio que Deus queria para o ser humano entre matéria, espírito e moral.

Durante a primeira conferência da *da'wa* islâmica, isto é a Islamic Call Society, que ocorreu em Trípoli em dezembro de 1970, Gaddafi explicou suas opiniões sobre o Islã: o Islã é a última mensagem divina dirigida à humanidade e Mohammad é o “selo” dos Mensageiros enviados à Terra; é, portanto, responsabilidade de todo muçulmano espalhar essa fé universal; não é uma religião dirigida a um grupo humano específico, mas a toda a humanidade, porque é a última religião para todos os povos, tempos e lugares do mundo. O Islã não é entendido no Ocidente e é erroneamente considerado uma religião reacionária também por causa dos muçulmanos que muitas vezes o reduziram a superstições, rituais e mágicas.

Segundo Gaddafi no Alcorão, existem todos os setores do conhecimento humano e dos princípios morais, da ciência, matemática, astronomia etc. Como outros pensadores, Gaddafi incentivou a retornar ao Corão e apenas ao Corão para encontrar um guia, mas isso teria que ser interpretado de maneira diferente do que havia sido feito até aquele momento, para que os muçulmanos pudessem se direcionar para ele para os mais amplos princípios de moralidade, igualdade, liberdade e justiça social.

Ele argumentava que o Islã era mais justo que o comunismo - que desprezava todas as religiões - e colocava as bases para uma ordem social e econômica justa, mais capaz de garantir felicidade, prosperidade e liberdade às sociedades humanas. Gaddafi não era um pensador religioso, mas um revolucionário islâmico que tentava fazer da antiga tradição islâmica algo relevante para os problemas contemporâneos: para ele, o Islã era uma religião universal, não apenas porque pode falar aos seres humanos em todas as épocas, mas porque é universal em sua capacidade de explicar todos os fenômenos da natureza e da sociedade humana. Para ele, é uma mensagem divina única e coerente comunicada por Deus à humanidade através do profeta Muhammad no Alcorão (AYOUB, 1987, p. 28-41, 60-63).

No entanto, Gaddafi invocava uma abordagem flexível do Islã quando era possível: ele o considerava uma revolução permanente contra a riqueza desnecessária, a exploração e a opressão, um chamado à Irmandade universal ou ao internacionalismo - *umamiyya* - como um poder real que pode mover homens e revitalizar suas energias:

Sem fé, o homem se torna escravo de uma das máquinas. Mas nós, muçulmanos, somos apenas escravos de Deus. Dizemos abertamente que o Islã é um chamado ao progresso e que qualquer outro sistema como o comunismo e o liberalismo é um apelo reacionário²⁵⁸ (Al-Sijil al-Qawmî, 1976-1977, p. 361-362).

Era necessário que o Islã estabelecesse bases eficazes para a ação coletiva entre nações islâmicas, para que essas nações apoiassem todos os movimentos revolucionários de libertação sem levar em consideração se eram países muçulmanos ou não. Ele se dizia desapontado com o fato de os países não muçulmanos na África serem progressivos, enquanto os países muçulmanos geralmente eram reacionários e serviam aos interesses do imperialismo e do colonialismo. Segundo Gaddafi, o Islã deveria constituir um poder político unido capaz de salvaguardar os interesses de seus membros; tais fatores religiosos comuns devem ser traduzidos em atividade política e as tradições, as práticas e os eventos islâmicos devem ser usados para fortalecer os laços políticos e sociais entre os muçulmanos. Em várias ocasiões, o coronel se perguntava por que a Ummah, a comunidade de Muhammad, fosse “atrasada” ao nível material, enquanto as nações ao seu redor possuíam poder tecnológico e econômico ameaçando a própria existência da comunidade islâmica, e afirmava que as nações muçulmanas outrora poderosas e gloriosas, tinham abandonado o Islã (AYYOUB, 1987, p. 88-89).

Paradoxalmente, esse pensamento se encaixa no chamado “renascimento islâmico” salafista, como expliquei nos dois primeiros capítulos desta tese: “paradoxalmente”, porque Gaddafi sempre se opôs às formas do Islã salafita; segundo ele, portanto, o problema não foi causado pela fé islâmica em si, como Lewis (1973, 1988) e outros autores escrevem, mas por outros fatores: 1) o “colonialismo cruzado” tanto dos tempos antigos quanto dos modernos, contra o qual era um dever de todos os muçulmanos, da Indonésia ao Marrocos, realizar uma luta sagrada, uma guerra santa pela libertação e revolução. 2) Ter tornado o Islã, que é uma palavra de verdade, a serviço de falsos propósitos. Aqui se refere a uma mentalidade estática e tradicional que falha em se opor ao acúmulo de fortunas grandes e ilegítimas, ou à aquisição de grandes edifícios e muitos servos. Gaddafi insistiu que o Islã não é simplesmente riqueza, filhos e esposas, mas uma revolução que convida os povos ao progresso, à liberdade e ao trabalho construtivo. Ele igualou imoralidade e comportamento lascivo, que o Islã condena firmemente

²⁵⁸ Al-Sijil al-Qawmî, 1976-1977, p. 361-362.

com o capitalismo; estava convencido de que a situação das sociedades muçulmanas era o resultado de condições políticas que o colonialismo havia criado no mundo muçulmano. O verdadeiro Islã seria uma revolução armada mundial contra a escravidão e a opressão. De fato, ele interpretou o verso corânico “Prepare todo o poder que você tem contra eles”²⁵⁹ como um chamado às armas, um alistamento militar geral contra a injustiça (AYYOUB, 1987, p. 90-91). Argumentava que o Islã levasse os povos ao progresso e que, por si só, o nascimento do Islã foi uma revolução e o profeta, um líder revolucionário que se voltou contra os Omíadas, detentores do poder em Meca naquela época²⁶⁰.

Esta leitura do Islã e do profeta Muhammad é retomada por vários historiadores muçulmanos, incluindo a feminista Fatima Mernissi²⁶¹. Nesta linha de interpretação do islamismo político, também está o historiador italiano Massimo Campanini: “O islamismo como uma revolução permanente”²⁶². 3) A terceira causa de atraso dos muçulmanos se deve ao fato de que “eles esqueceram uma parte do que receberam como lembrança” ou seja, uma parte das escrituras dadas por Deus, que os escolheu como a melhor comunidade e dado a sua mensagem para toda a humanidade²⁶³, mas os muçulmanos esqueceram-se deste pedido e Deus ficou zangado com eles e, como consequência, chegou fome, doença, reação, ditadura e sujeição a potências estrangeiras²⁶⁴.

Assim, Gaddafi via na revolução de seu país uma nova esperança e lembrava a seus companheiros a idade de ouro em que o Islã brilhava no resto do mundo através da ciência, da filosofia, da arte, dos preceitos religiosos etc., ressaltando que os muçulmanos teriam reconquistado um lugar importante seja ao nível tecnológico seja no resto do conhecimento mundial.

Ele pediu diferentes interpretações do Alcorão para fornecer a base para uma mudança revolucionária radical: insistiu que os princípios fundamentais do verdadeiro socialismo se encontravam no Alcorão.

Nosso socialismo é árabe e islâmico; estamos a meio caminho entre socialismo e comunismo e socialismo e capitalismo. Nosso socialismo emana diretamente das necessidades e demandas do mundo árabe, de suas heranças e necessidades de sua sociedade; consiste em uma justiça social que implica uma suficiência de produção, uma distribuição justa. Esses princípios são encontrados na religião islâmica e particularmente no zakât (esmola legal)²⁶⁵.

²⁵⁹ Corão, VIII, 61.

²⁶⁰ Khutab wa-Ahadith al-Qaidal-Diniyah, p. 277.

²⁶¹ *The Forgotten Queens of Islam*, 1993.

²⁶² Veja-se os cap.1 e 2 desta tese.

²⁶³ Corão, III, 110.

²⁶⁴ Khutab wa-Ahadith al-Qaidal-Diniyah, p. 277.

²⁶⁵ Al-Sijill al-Qawmi, vol. 1, p. 110. Discurso proferido em 6 de novembro de 1969 na Universidade da Líbia de Benghazi.

A sua visão do socialismo islâmico, inspirava-se no pensamento de Nasser, que primeiro colocou a base ideológica do nacionalismo árabe; no entanto, Gaddafi foi o primeiro a falar do socialismo árabe-islâmico que fez uma ideologia fundamental da revolução de 1969.

Para ele, o socialismo era a base da liberdade social e política, que, em sua concepção árabe e islâmica, respeita a propriedade privada na medida em que a considera sagrada²⁶⁶, mas ao mesmo tempo difere do sistema capitalista no qual uma classe da sociedade domina todas as outras e tenta subjugar-las e humilhá-las, e do sistema comunista no qual um governo capitalista domina todas as outras classes em nome dos trabalhadores e, assim, estabelece uma sociedade baseada no capitalismo de estado. O verdadeiro socialismo, pelo contrário, promove oportunidades e justiça social e uma aliança sagrada de todos os elementos ativos da sociedade. Esse novo socialismo representa o “terceiro poder” do mundo, um poder que se recusa a ser dominado pelos outros dois poderes (AYOUB, 1987, p. 94).

Gaddafi declarava:

Nosso socialismo é o socialismo da nação árabe, o socialismo do Islã e o socialismo de todos os povos do terceiro mundo. Isso ocorre porque o Islã é uma religião da justiça, a religião do verdadeiro socialismo. O Alcorão invoca o socialismo muito antes de Marx e Lenin²⁶⁷.

4.3. Oposição islâmica ao regime da Jamâhîriyyah

A ideologia salafista, como a da Irmandade, foi introduzida na Líbia de fora, na década de 1970, na forma do wahhabismo saudita, para combater a ideologia revolucionária da Jamâhîriyyah e se espalhou parcialmente entre os jovens universitários:

Logo, os campuses universitários líbios tornaram-se o espaço não apenas da resistência religiosa passiva, mas de um ativismo anti-regime declarado (MEZRAN-CIZZA, 2015, p. 43-48).

A Líbia tem tradicionalmente ocupado uma posição única no circuito jihadista global, em parte devido à repressão do regime em parte devido à experiência dos combatentes líbios entre os mujâhidîn afegãos na década de 1980: os líbios têm sido bastante representados entre os estrangeiros nos principais locais jihadistas do mundo, mas as suas motivações diferem frequentemente das dos seus pares. Eles geralmente não atribuem a mesma interpretação extrema do Islã como, por exemplo, suas contrapartes sauditas; sua motivação para o jihâd tende a se originar de queixas políticas locais, com as habilidades e conexões desenvolvidas através da luta no exterior usada depois no contexto político na Líbia: por exemplo, a organização que representou a mais séria oposição ao regime de Gaddafi, o LIFG (grupo

²⁶⁶ Al-Sijill al-Qawmi, vol. 2, p. 37.

²⁶⁷ Al-Sijill al-Qawmi, vol. 3, p. 23.

islâmico líbio de combate, conhecido pelo termo árabe de Al-Jamâ'at al-Islâmîyyah al-Muqâtilah bi-Lîbîya, ou Muqatilah) foi fundado no Afeganistão e não na Cirenaica, na Líbia - onde travou uma brutal campanha de guerrilha de 1996-99 (PACK, 2013, 2017).

O regime despolitizou o país e tornou o engajamento público impossível fora dos limites das estruturas do governo (VANDERWILLE, 2008-2012; TRAUTHIG, 2018): portanto, a mesquita fornecia o único espaço para socialização política alternativa, e o islamismo - incluindo interpretações extremas do Islã - tornou-se a melhor ferramenta para se engajar em ativismo político e se “militarizar” durante o período pós-Gaddafi; muitos dos principais movimentos sociais que buscaram a mudança de regime durante a era de Gaddafi eram islamistas, apesar da tradicional orientação conservadora não-salafista da sociedade líbia. A Frente Nacional para a Salvação da Líbia, a principal organização da diáspora líbia anti-Gaddafi que procurava apresentar uma alternativa ao regime governamental no exílio, também usava o islamismo como uma força unificadora.

A oposição ao regime de Gaddafi, em particular a liderada pelos islamistas, como a Irmandade Muçulmana e o Partido da Libertação Islâmica, cresceu na segunda metade dos anos 80; em maio de 1984, o regime frustrou uma tentativa de atacar a residência de Gaddafi por um grupo ligado à “Frente Nacional da Salvação da Líbia”; na primavera de 1985, foram registradas duas novas tentativas de assassinato contra ele; em setembro de 1986, 26 homens foram presos, acusados de pertencer à organização do Jihâd Islâmico, um grupo que as autoridades líbias haviam descoberto poucos meses antes; em outubro de 1986, supostos membros do Hizbollâh (hizbu-llâh) - Partido de Deus da Líbia - confessaram na TV o assassinato de um membro dos Comitês Revolucionários que havia tentado impedir suas atividades comerciais privadas. Em fevereiro de 1987, nove supostos membros de dois grupos islâmicos, o Hizbollâh e o Jihâd Islâmico, foram executados em público, acusados de dois assassinatos, da tentativa de assassinato de um membro do exército soviético na Líbia e de atos de sabotagem e traição; seis dos acusados eram civis e foram enforcados em público em Benghazi, os três restantes eram soldados e foram executados por um pelotão em um quartel. Em março de 1989, Gaddafi atacou o extremismo islâmico, alegando que os movimentos religiosos radicais eram um ataque ao nacionalismo árabe, à unidade árabe, ao socialismo e ao progresso.

Os protestos se espalharam na Líbia no início de 1989 depois que as forças de segurança atacaram a mesquita de Benghazi, fechando a seção da escola corânica devido às críticas públicas às ideias religiosas de Gaddafi; várias mesquitas em Trípoli também foram atacadas pelas forças do regime. Protestos em Benghazi, Trípoli e outros locais denunciaram as condições econômicas deterioradas, oportunidades limitadas de emprego para recém-formados,

além de ataques a líderes e instituições religiosas. Entre as fontes de descontentamento popular estavam o recrutamento forçado no exército, a derrota contra as forças chadianas em 1987, onde vários milhares de líbios haviam morrido; até mesmo a oposição fora da Líbia estava crescendo. Em janeiro de 1987, vários grupos de oposição exilados se reuniram no Cairo, incluindo a “Frente Nacional pela Salvação da Líbia” (*al-Jabhat al-wataniyya li-'Inqâdh al-Lîbîyah*)²⁶⁸, a Organização Nacional da Líbia (*al-Ḥarakah al-Waṭanîyah al-Lîbîyah*)²⁶⁹, a Frente Democrática Nacional da Líbia (*al-Jabhat al-Lîbîyah al-wataniyya al-dîmuqrâtiyya*)²⁷⁰, o Movimento pela luta nacional da Líbia, que formaram um grupo unificado de oposição ao regime de Gaddafi. Ele teve que enfrentar tanto a ameaça representada pela Irmandade Muçulmana quanto pelo Salafismo: na década de 1990, uma oposição islamista espalhou-se pela FIS argelina para a Líbia.

Em março de 1990, o Congresso Geral do povo elevou Gaddafi ao *status* de líder supremo, uma posição que lhe deu autoridade para contornar qualquer decisão política com a qual discordasse; naquela época, a oposição ao regime havia-se tornado mais organizada: em algumas ocasiões havia alianças entre militantes e membros decepcionados do exército líbio, e

²⁶⁸ A Frente Nacional para a Salvação da Líbia (NFSL) foi um grupo político de oposição ao regime de Gaddafi, criado em 1981: a NFSL exigia grandes reformas liberais, como eleições democráticas, liberdade de imprensa e a separação de poderes.

Durante a década de 1980, conduziu uma campanha de oposição armada ao regime e várias tentativas de golpe - o mais notável foi o ataque armado em 1984 contra Bab al-Azizia, em Trípoli.

Depois do fracasso desse golpe e de vários outros, o grupo abandonou a militância e começou a usar táticas pacíficas para promover reformas na Líbia; em 2005, o NFSL juntou-se a outros seis grupos para formar a Conferência Nacional da Oposição Líbia; com a derrubada do regime de Gaddafi em 2011, o NFSL se dissolveu e foi substituído pelo Partido da Frente Nacional, que ganhou três cadeiras nas eleições gerais do Congresso Nacional de 2012.

O fundador e ex-líder do NFSL, Mohamed Yousef el-Magariaf, foi nomeado presidente do Congresso Nacional Geral, tornando-o chefe interino do Estado.

²⁶⁹ O Movimento Nacional da Líbia foi criado em dezembro de 1980 por opositores do regime, com uma orientação política nacionalista, de esquerda e baathista. A organização operava no exílio, principalmente entre os líbios na Europa, e nos meados da década de 1980 foi ativa entre os estudantes no exterior. Foi originalmente financiada por ba'atistas iraquianos. Em janeiro de 1987, o Movimento Nacional Líbio e outros sete grupos da oposição formaram um grupo de trabalho liderado pelo major Abd al Munim al Huni, um ex-membro do CCR que vivia em Cairo desde a tentativa de golpe de 1975.

Em julho de 2005, o Movimento Nacional Líbio participou da Conferência Nacional para a Oposição Líbia em Londres, que assinou um acordo nacional conjunto pedindo a retirada de Gaddafi do poder e o estabelecimento de um governo de transição.

²⁷⁰ A organização foi fundada nos Estados Unidos em agosto de 1980, emergindo do Comitê Democrata da Líbia; na reunião de fundação foi formado um Comitê Central que adotou os programas da organização.

Alguns de seus membros tinham uma orientação ideológica marxista e tinham muita consistência ideológica e organizacional, mas a organização tinha um número muito pequeno de membros e não cresceu muito além de seu núcleo fundador; não expandiu suas atividades dentro da Líbia.

Entre os membros-chave estavam Adulrahim Saleh, Ali Tarhouni, Mahmoud Shammam (a partir de 2011, Chefe de Informação do Conselho Nacional de Transição rebelde).

A Frente Democrática Nacional da Líbia defendeu a mobilização popular e uma consciência revolucionária necessária para enfrentar o governo de Gaddafi. A organização condenou todas as formas de exploração e qabilismo e pediu que os interesses dos setores oprimidos fossem defendidos.

O grupo participou da Conferência Geral das Forças Democráticas Nacionais em Genebra, em novembro de 1992.

isso constituía uma ameaça potencial séria ao regime, como surgirá mais tarde em 2011, com alguns dos militares que deixarão o exército e se juntarão às forças rebeldes.

Benghazi foi um centro de atividade da oposição anti-regime na década de 1990; em outubro de 1993, em Misrata, houve a maior rebelião armada ligada à Frente Nacional pela Salvação da Líbia e às unidades do Exército; em setembro de 1995, houve um ataque islâmico contra as forças de segurança em Benghazi e uma tentativa de golpe entre 1996 e 1997: todos os elementos que sugerem uma certa cumplicidade entre os islamistas e o exército.

Outro grupo se juntou ao cenário da oposição da Líbia: o Movimento dos mártires líbios (Harakat al-Shuhadâ' al-Lîbîyin), criado em 1993, e em 1995 o LIFG (grupo islâmico líbio de combate, al-Jamâ'at al-Islâmîyyah al-Muqâtilah bi-Lîbîya), que declarou o jihâd contra Gaddafi acusando-o de ser um “ladrão de riqueza nacional, ímpio, apóstata, incrédulo” e assim por diante. A organização queria derrubar o regime e substituí-lo por um estado islâmico; entre 1995 e 1998, contou com 2500 soldados, incluindo vários milicianos que se formaram na guerra do Afeganistão (MERCURI, 2017, p. 135).

Oposições também vieram de diferentes fações das qabilas, principalmente na Cirenaica; grupos de opositores líbios no exílio cresciam em número, mas continuavam sem coesão e integração. De qualquer forma, a oposição estava muito fragmentada e teve que enfrentar um apoio substancial ao regime, especialmente entre os jovens, entre os elementos mais populares da sociedade líbia: a natureza carismática da liderança de Gaddafi, a ajuda econômica distribuída, o fato de os cidadãos terem serviços e bens de necessidade, fez com que isso garantisse um alto apoio à Jamâhriyya. O coração do apoio de Gaddafi foi baseado nas forças armadas, nos Comitês do Congresso, nos comitês revolucionários, nas alianças da qabilas (ST. JOHN 2008-2012, p. 221-224).

Atividade da oposição anti-Gaddafi.

Em meados da década de 90, Gaddafi reprimiu a dissidência dentro do exército e das qabilas; depois, como mencionado, a oposição interna veio de grupos fundamentalistas islâmicos. Em 1994, o regime tentou refutar a autoridade islamista através de uma campanha anti-radical; em geral, a população da Líbia era contra o islamismo militante. Como parte desses estágios políticos, o Congresso Geral do Povo em 1997 aprovou uma série de medidas que usavam punição coletiva contra as qabilas ou indivíduos que davam hospitalidade aos islamistas.

Uma das preocupações de Gaddafi, desde que assumiu o poder em 1969, era eliminar a ameaça representada pelo islamismo político, que ele continuava vendo como um dos mais

importantes desafios internos ao seu regime: ele se referia aos islamistas como heréticos, em árabe *zanadiqa*, e em muitas ocasiões condenou o islamismo político: em 1989, por exemplo, ele declarou que era “mais prejudicial que a Aids” (PARGETER - VANDERWALLE, 2008-2011, p. 84).

Nos “Contos da tenda”²⁷¹, ele zomba de estudiosos islâmicos contemporâneos e até acusa certos partidos islamistas de serem criações da Grã-Bretanha ou do Mossad, como, por exemplo, a Irmandade Muçulmana, um movimento ao qual ele sempre se opôs. Para enfrentar essa ameaça, ele decidiu limitar qualquer apoio à oposição islamista, tomando sobre si uma autoridade religiosa maior: como mencionei, logo depois que ele chegou ao poder, tentou islamizar sua revolução socialista pan-árabe, introduzindo elementos da sharî'a, proibição de álcool e prostituição. No entanto, de acordo com George Joffe,

O Islã tornou-se o veículo através do qual Gaddafi tentou, em sua maneira popular usual, rejeitar a antiga ordem religiosa e justificar sua própria alternativa ideológica (JOFFE, 1995, p.146).

Um dos meios que o coronel mais usou para combater o islamismo político foi, no entanto, precisamente a repressão: imediatamente após a tomada do poder, em 1969, ele tentou dismantelar a elite religiosa que havia sido aliada à ordem de Sanussi e impedir o surgimento de uma oposição islamista perseguindo os suspeitos; contudo, essas políticas falharam em impedir o crescimento e a disseminação dessa ideologia, especialmente desde a década de 1980:

Gaddafi se viu confrontado com o crescente apoio doméstico a grupos como a Irmandade Muçulmana, proibida (o Ikhwan al-Muslimin), e àqueles de orientação jihadista (PARGETER, 2008-2011, p. 84)

Na realidade, como mencionei nos capítulos 1 e 2, o revivalismo político foi um fenômeno generalizado, naquela época, em todo o mundo árabe e islâmico e, como Pargeter aponta, Gaddafi era um verdadeiro nacionalista,

descendente de uma geração de líderes nacionalistas seculares que viam os islamistas como agentes reacionários do Ocidente (PARGETER, 2008-2011, p. 84).

O coronel sabia que ao nível popular o islamismo político recebia apoio, como demonstrado pelas “primaveras árabes” com a vitória da Irmandade Muçulmana em vários países. Em uma entrevista a *Die Presse*, em fevereiro de 2006, seu filho, Sayf al-Islam, afirmou

²⁷¹ *Racconti dalla tenda e altre riflessioni*, Siciliano Editore, 2016.

que se houvesse eleições democráticas no mundo árabe, os islamistas tomariam o poder. Sem dúvida, uma análise preditiva.

4.4. As raízes do islamismo político na Líbia

As raízes da presença do movimento islamistas remontam à época da monarquia do rei Idris, de 1951 a 1969, e se manifestaram em uma expressão local do movimento internacional da Irmandade Muçulmana, que foi implantada na Líbia por estudantes e professores egípcios que trabalhavam no país e por jovens líbios que haviam retornado de seus estudos no Egito; além disso, na década de 1950, o rei Idris havia dado refúgio a um grupo de Ikhwan egípcios que escapavam das perseguições no Egito e se estabeleceram na parte oriental do país (AL-NAJAR, 2004). Entre estes estava

O doutor Izzeddin Ibrahim, que se tornaria uma figura local importante para os Ikhwan em Benghazi. O rei concedeu-lhes um grau relativo de liberdade, dando a possibilidade de fundir sua interpretação fundamentalista do Islã que, como os senussi antes deles, invocava o retorno às fontes e textos originais do Islã como um meio de gerenciar o fracasso da Ummah, a comunidade muçulmana. Apesar de seus esforços, no entanto, naquele momento, a Irmandade não conseguiu obter apoio real no nível de base. Sendo principalmente uma organização cultural e religiosa, sua atração era limitada quase exclusivamente à intelligentsia.

Embora ele tenha conseguido atrair vários jovens líbios formados, a população em grande parte demonstrava uma certa apreensão em relação ao grupo. Isso ocorreu principalmente devido à suspeita de que, apesar das declarações da Irmandade de ser um movimento puramente cultural, pudesse conter uma agenda política oculta. Tais suspeitas foram evidenciadas pelo fato de membros do Movimento terem sido presos no Egito do presidente Nasser, que os via como uma ameaça ao regime nacionalista árabe.

[...] Além disso, a sociedade líbia da época era predominantemente tribal e tradicional e suspeitava de qualquer tipo de ideologia que viesse de fora (VANDERWALLE, 2008-2011, p. 85).

Evidentemente, durante a monarquia, a ideologia da Irmandade não era de grande interesse para a sociedade líbia, e as poucas correntes de oposição eram principalmente nacionalistas. Depois de chegar ao poder, Gaddafi tentou libertar o regime de todas as ameaças que estavam sendo colocadas pela antiga nomenclatura religiosa, tentando criar um novo tipo de Islã: suas ideias novas e não ortodoxas minaram a influência dos tradicionais ‘ulamâ’. Elas incluíam, na lei n. 16 de março de 1973, a abolição do Waqf (propriedades religiosas), que lhe rendeu a acusação de heterodoxia (JOFFE, 1995, p. 148).

Gaddafi foi rápido em atingir a nascente Irmandade Muçulmana da Líbia. Depois de chegar ao poder, como parte da revolução cultural de 1973, ele imediatamente deportou vários ikhwan egípcios de volta ao Egito e atacou os ikhwan líbios, juntamente com outros oponentes seculares - como as pequenas correntes baathista e marxista que começaram a se desenvolver.

Os líbios associados à Irmandade foram presos e torturados. Gaddafi transmitiu na televisão uma confissão da liderança dos Ikhwan, forçados a jurar que desmantelariam a organização e não reformariam sua liderança, encerrando efetivamente o movimento dentro do país. Posteriormente, foram oferecidas duas opções: serem libertados da prisão, mas com a condição de não se envolverem mais em atividades relacionadas à Irmandade, ou deixarem o país. Após 18 meses, muitos deles foram libertados, alguns porque

se tornaram imãs e outros deixaram o país, mas os esforços do regime conseguiram acabar com o movimento interno.

No entanto, essas medidas tomadas por Gaddafi não foram suficientes para impedir o renascimento do movimento na Líbia. Na década de 1970, quando a Líbia estava em pleno boom petrolífero, o governo enviou milhares de estudantes líbios para o exterior - principalmente para os Estados Unidos e o Reino Unido. Para muitos deles foi a primeira vez que entravam em contato com novas ideias desenvolvidas nas comunidades muçulmanas do Ocidente, com dissidentes e estudantes de todo o mundo islâmico reunidos na Europa e nos Estados Unidos, trocando ideias e experiências.

Vários estudantes líbios atraídos pela ideologia da Irmandade formaram seus próprios grupos de ikhwan nos Estados Unidos e no Reino Unido, e em 1979 começaram a se chamar Jama'a Islamiyya Libiya (PARGETER, 2008-2011, p. 86-87).

No entanto, recriar o movimento líbio foi muito difícil, pois não sobraram membros da Irmandade no oeste da Líbia e muito poucos no leste: de fato, o regime tinha reprimido todas as manifestações do movimento e esse também foi lacerado por muitas divisões internas e lutas pelo poder desencadeadas nas sedes europeias, americanas e egípcias (MAHAN, 2005).

Em 1981, no contexto de distúrbios, tensões e mudanças na Irmandade internacional entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a Frente Nacional para a Salvação da Líbia (FNSL) foi criada por um ex-irmão, Dr. Mohammad al-Mugariyaf, na tentativa de reunir oponentes do regime de Gaddafi. Os governos ocidentais e árabes não a consideravam uma organização islamista, embora sua matriz fosse o Movimento Islâmico da Líbia, liderado por Ashur Shamis. Ele, junto com outros irmãos, queria criar um grupo Ikhwan líbio independente da liderança do Cairo; nesse projeto, foram apoiados pela liderança dos Irmãos Sudaneses que viviam nos Estados Unidos e na Inglaterra e que colaboraram com Hassan al-Turabi, em rota com a liderança da Irmandade no Cairo.

Turabi queria sair do controle do Cairo, favorecendo a ideia de uma irmandade operando internacionalmente como um movimento descentralizado, com cada ramo nacional independente da liderança no Egito. O Movimento Islâmico da Líbia compartilhou essa visão e procurou atrair líbios no exterior para suas fileiras (PARGETER, 2008-2011, p. 87-88).

Solicitou-se aos irmãos líbios do exterior aderentes à Irmandade Muçulmana que se juntassem ao movimento de Shaamis.

Em 1984, Gaddafi sofreu um ataque a Bab al-Aziziya, perpetrado pela FNSL, no qual ele também acusou a Irmandade Muçulmana, e isso levou a numerosas prisões entre os Irmãos; no entanto, apesar das perseguições, a Irmandade continuou tentando criar uma rede que reunisse membros em várias áreas da Líbia e, em 1987, o grupo desenvolveu forças para criar seu próprio conselho, *shura*, e um comitê executivo, e em 1991, este conseguiu organizar uma reunião em Trípoli com membros de todo o país. Pargeter ressalta que essa expansão do Movimento coincidiu com um período de dificuldades na Líbia, iniciado na década de 1980 e devido às

sanções, que criaram uma crise econômica e um consequente abaixamento do padrão de vida ao qual os líbios estavam acostumados:

As pessoas ficaram cada vez mais frustradas e desconfortáveis quando o regime se mostrou incapaz de estender o mesmo nível de serviços e benefícios de que desfrutou durante os anos de boom econômico na década de 1970 (PARGETER, 2008-2011, p. 88).

Como mencionado acima, a partir dos anos 80, todo o mundo árabe foi atravessado pelo chamado renascimento islâmico; o neo-salafismo havia atraído algumas partes da sociedade líbia que nunca haviam apreciado as demandas progressistas da revolução de Gaddafi - por exemplo, a entrada de mulheres no exército ou em outras esferas sociais e de trabalho que as partes mais conservadoras da sociedade acreditavam ser de competência masculina. No entanto, diferentemente da vizinha Argélia, onde a FIS - Frente Islâmica de Salvação - se tornou um partido político, a Irmandade não conseguiu desenvolver nada tão articulado e difundido.

Há várias razões para isso: a Irmandade, em todo o mundo, atrai classes profissionais e é principalmente o terreno das classes burguesas no mundo árabe. Na Síria, por exemplo, a Irmandade era forte entre os artesãos e comerciantes. No Egito e em outros lugares, os ikhwan espalharam-se entre a classe média, entre estudantes, engenheiros e professores universitários. Na Líbia, aqueles que ingressaram no movimento eram principalmente membros de classes profissionais, de classe média e baixa, que encontraram na mensagem do Ikhwan uma alternativa mais sólida não apenas às excentricidades do sistema de jamahiriyya, mas também à corrupção em grande escala das redes clientelares. [...] A irmandade líbia nunca foi capaz de se desenvolver além das fronteiras de sua *intelligentsia* ou de criar o tipo de rede social como em outros países. Por esse motivo, ela não conseguiu desenvolver uma ampla atração básica que pudesse tornar o movimento capaz de resistir à repressão do regime.

Como os homólogos no resto do mundo árabe, os ikhwan líbios procuraram estabelecer um estado islâmico sob a lei da Sharia com um sistema econômico islâmico abrangente. Eles acreditavam que a melhor maneira de conseguir isso era trabalhar a partir da base, preparando a sociedade, educando-a de acordo com as ideias islâmicas.

[...] Um elemento crucial do sucesso dos ikhwan em outros países não foi tanto o seu papel político, mas sua capacidade de dominar toda a infraestrutura social através de sindicatos profissionais, uniões sindicais e associações universitárias.

[...] Devido à natureza do sistema da jamahiriya de Gaddafi - que proibia a qualquer organização profissional ou sindical de operar fora dos limites do estado, bem como o fato de que as atividades da sociedade civil eram mais restritas na Líbia do que em outros países da região - os irmãos líbios não tinham canais abertos para eles. Foi também o caso das universidades líbias onde, apesar da presença individual dos Ikhwan, eles não conseguiram desenvolver um poder básico real, pois Gaddafi havia preenchido essa área e o corpo discente de membros do movimento dos Comitês revolucionários. Portanto, os ikhwan foram forçados a tentar promover sua agenda localmente (PARGETER, 2008-2011, p. 89-90).

Na Líbia, os irmãos não conseguiram ter o instrumento de ação que a Irmandade administrava em outros países: a rede de associações de caridade; nos vários países árabes nos quais a Irmandade é difundida, ela administra e apoia a população por meios de organizações de caridade financiadas pelos países do Golfo, especialmente Qatar e Kuwait - no passado também pela Arábia Saudita - e, por meio deles, oferece assistência aos pobres e espalha na população sua ideologia, isto é, catequese. A Irmandade Muçulmana pôde, portanto, espalhar

sua doutrina entre as populações árabes - com exceção da Líbia - através da distribuição de suprimentos como comida, remédios, livros ou de assistência, graças aos sermões transmitidos por fitas de áudio e vídeo, TV, rádio.

Na década de 1990, na Líbia, os Irmãos conseguiram administrar várias escolas e campos de estudantes, além de algumas mesquitas, mas eles eram divididos internamente, e em 1995, o regime prendeu um dos grupos da IM que, sob tortura, revelou os nomes dos líderes, de modo que um grande número foi forçado a deixar a Líbia. Em 1998, o movimento foi alvo de uma vasta campanha de perseguição em massa que atingiu 152 membros, incluindo o guia geral Abdul Ahmad Izzeddin; aqueles que conseguiram não ser presos deixaram o país; além disso, um julgamento em massa condenou o líder à morte em fevereiro de 2002 e 37 outros foram condenados à prisão perpétua²⁷². O movimento não se recuperou desse golpe e as prisões em massa marcaram o fim das atividades: em uma entrevista de 25 de julho de 2005 a Al Jazeera, o guia geral do Movimento, Sulaiman Abdel Qader, declarou que não havia mais membros operacionais na Líbia²⁷³.

4.5. O Jihadismo na Líbia durante o regime de Gaddafi: os precursores do Dâ ‘ish (1980-2010)

O jihadismo na Líbia apareceu na década de 1980 com pequenas células de islamistas reunidas em torno de shuyûkh exigindo lutar contra as autoridades consideradas como não ortodoxa: em 1982, um ex-estudante universitário de Trípoli, Amir Awad al-Zuwawi, instituiu um dos primeiros grupos jihadistas e percorreu o país pregando a *da‘wa* e o *jihâd*. Seu grupo consistia em cerca de vinte meninos muito jovens, com pouca educação e atraídos pela metodologia jihadista, como tantos outros jihadistas da época inspirados pelos acontecimentos no Afeganistão - que atraíram milhares de jovens de todo o mundo árabe para lutar contra os infieis soviéticos.

Conforme explicado nos dois primeiros capítulos da presente tese, muitos árabes decepcionados pelo nacionalismo, pelo socialismo e, além disso, traumatizados pelas derrotas contra Israel, encontraram no islamismo político um desafio e uma resposta a seus problemas; no caso do Afeganistão na década de 1980, como em outras lutas jihadistas, a participação em missões radicais era, muitas vezes, e ainda é, uma fuga da rotina ou das próprias frustrações²⁷⁴,

²⁷² www.libya-watch.org/lw_paper_eng.html; acessado em 19/6/2018 e 21/4/2019.

²⁷³ Al Jazeera, “Bila Hudud” (Senza restrizioni), 31/7/2005

²⁷⁴Veja-se a seção “O Perfil do jihadista” neste capítulo.

ou uma maneira de ganhar dinheiro, etc., portanto, as motivações de ontem não são diferentes das de hoje. Além disso, a Irmandade Muçulmana, como outros movimentos, na ocasião do jihâd no Afeganistão, foi convidada nos Estados Unidos, onde abriu escritórios e, em seguida, realizou atividades de recrutamento; também não se deve esquecer que a luta contra os “infiéis comunistas” pela “causa de Allah” (*fi sabilī-l-llâh*) tinha uma forte atração por parte da sociedade árabe e era apoiada pelos Estados Unidos precisamente em uma função antissoviética, já que os islamistas políticos eram vistos por Washington como “aliados naturais” contra o comunismo (BRZEZINSKI, 1997)²⁷⁵.

No caso da Líbia, os jihadistas também foram inspirados pelos ensinamentos do xeque Mohammad Abd al-Salam al-Bishti, o famoso imã de Trípoli nomeado pelo rei Idris. Quando Gaddafi chegou ao poder em 1969, al-Bishti não pôde aceitar sua revolução “islâmica” não ortodoxa ou sua tentativa de reduzir o poder do *establishment* religioso formal. Embora ele não tenha pregado explicitamente o jihad contra o regime, foi a primeira figura pública a articular a ideia de que o papel de Gaddafi não era legítimo no sentido islâmico e, como tal, ele se tornou a figura de maior inspiração e influência para aqueles que depois desafiaram o regime mais abertamente.[...] Em 1980, Gaddafi decidiu se livrar pessoalmente de seu “padre problemático” (PARGETER, 2008-2011, p. 93).

Foi assim que al-Bishti foi preso, mas seus sermões se tornaram um importante meio de educação para os jihadistas; como em outros países, especialmente na Europa, as células jihadistas eram formadas por pequenos grupos de jovens, que se encontravam em segredo em casas, lojas, mesquitas, para ouvir sermões gravados em fita de áudio ou vídeos, ou para ler ou escutar testemunhos de combatentes no Afeganistão.

Em 1986, um grupo jihadista sequestrou e matou um líder dos comitês revolucionários, Ahmad Mubah al-Warfalla, mas os assassinos foram capturados e enforcados em Benghazi.

Após a vitória contra os soviéticos no Afeganistão, no final dos anos 80, o islamismo político se espalhou por todo o mundo árabe e também na Líbia: em 1989, um imã da mesquita de Benghazi, shaykh Fahkih, lançou seu jihâd no país e conseguiu reunir cem seguidores e criar a *Harakat al-Jihâd* com o objetivo de lançar uma revolta começando em Benghazi, tentando envolver a Irmandade Muçulmana, mas sem sucesso. A revolta fracassou: foi reprimida pelas forças de segurança da Líbia e Fahkih foi morto; esse evento deu ao regime a oportunidade de

275 Veja a seção “Suporte dos EUA aos jihadistas” na bibliografia e Zbigniew Brzezinski to the Mujahideen: "Your cause is right and God is on your side!", 4/9/2014,

https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=A9RCFZnWGE0

The CIA's Intervention in Afghanistan, Global Research, 15/10/2001, <https://archives.globalresearch.ca/articles/BRZ110A.html>;

acessados em 2/7/2018 e 23/4/2019.

lançar uma campanha de detenção em massa contra milhares de islamistas suspeitos de serem parte de grupos radicais ou simpatizantes.

O jihâd do LIFG (Grupo Islâmico da Líbia para o combate), na Líbia.

Nos anos 90, o fenômeno islâmico reapareceu novamente, ameaçando o regime de Gaddafi: centenas de líbios de Trípoli e Benghazi, a maioria deles com educação básica, foram para o jihâd no Afeganistão nos anos 80; entre eles também estavam membros da Irmandade Muçulmana. Os membros do LIFG também eram membros da Irmandade (AWAN, 2015; FORTE, 2012; Grimaldi, 2012; ROSENTHAL, 2013; SENSINI, 2011), como emergirá mais tarde durante a revolta da Líbia em 2011, que discutirei no cap. 5. Seus campos de treinamento foram colocados em áreas entre o Paquistão e o Afeganistão, e como quase todos os jihadistas estrangeiros que foram lutar no Afeganistão originários de outros países árabes, depois que o jihâd terminou, eles foram para casa e direcionaram sua atenção ao seu país.

O LIFG foi formado por volta de 1990 por um grupo de veteranos da Líbia, cujo objetivo era a luta contra Gaddafi e sua remoção violenta do poder, como mostrado nesta entrevista²⁷⁶.

Eu acredito que os déspotas se impondo ao nosso mundo islâmico estão seguindo as mesmas políticas em geral, todos estão enfrentando o Islã - ou mais corretamente - enfrentando qualquer movimento islâmico reformador; são todos faraós que não têm consciência quando se trata de lidar com muçulmanos.

No que diz respeito à presença e à atividade islâmica na sociedade em geral, Gaddafi se distingue de fato por estar sufocando todas as atividades islâmicas, lidando com o assunto desde suas raízes sem distinção. Assim, pensamos que muitas de suas políticas estão em conformidade com as políticas que estão sendo praticadas pelos sionistas na Palestina ocupada. Exemplos disso são as execuções, prisões em massa, demolições de casas e punições coletivas. Gaddafi também se distingue pelo fato de dedicar um dia específico para enforcamentos e execuções de estudantes nas universidades, sendo 7 de abril de cada ano. Neste dia, ele enforca alguns dos estudantes que se opõem ao seu regime, no centro da universidade, na frente de milhares de outros estudantes, a fim de desencorajar a oposição e plantar medo e desespero no coração dos estudantes.

[...] O regime de Gaddafi e sua terceira visão mundial - como ele o define - segundo a qual ele forçou o povo líbio a viver como prisioneiro, contém insignificâncias, bobagens e slogans que não têm benefício nem significado. O regime líbio força o seu povo a aceitar essas políticas porque o próprio regime não tem nenhuma reivindicação válida de poder, nem apoio da massa para suas políticas nem para sua permanência no poder. Por esse motivo, Gaddafi está sempre ansioso para acabar com qualquer ameaça.

Rashed acusa o regime de Gaddafi de ter enfraquecido a economia, favorecido o mercado negro, deixado nas mãos de qabilas e grupos relacionados aos Gaddafi, e espalhado valores culturais ocidentais que diferiam dos islâmicos - em particular os direitos das mulheres na

²⁷⁶ *Interview with the Spokesperson for The Fighting Islamic Group in Libya* - Brother Omar Rashed, Fas.org, 26/4/1999; www.fas.org/irp/world/para/docs/fig-interview.htm; acessado em 4/7/2018.

família e na sociedade, que o coronel havia protegido, introduzindo mudanças radicais e positivas que, no entanto, não estavam alinhadas com a visão islamista. Além disso, ele foi acusado de deixar a população em situação de pobreza e atraso, e isso ter-lhe-ia provado a rejeição de todos os estratos da sociedade; contudo, isso não corresponde à realidade, como *The Foreign Policy Journal* também escreveu em janeiro de 2013²⁷⁷. É interessante ressaltar que, à pergunta do entrevistador sobre os efeitos do possível desaparecimento sangrento - assassinato - de Gaddafi e a queda do regime, Rashed responde:

Quanto aos prós e contras, não há dúvida de que existem alguns aspectos negativos que se desenvolverão como resultado do desaparecimento repentino de uma pessoa como Gaddafi. Os dois pontos negativos mais importantes são: que o país entre em uma longa guerra civil e com uma base tribal. Esse problema não depende de nenhuma evidência substancial e não passa de uma preocupação, e a possibilidade de tal eventualidade é muito mínima.

As atividades do LIFG permaneceram ocultas: eles criaram seus campos no Afeganistão, perto das fronteiras com o Paquistão, treinando e esperando o momento de agir em casa; no entanto, o retorno à Líbia não foi tão fácil, porque as fronteiras eram rigidamente controladas e muitos deles foram forçados a permanecer do lado de fora.

Em 1992, eles foram expulsos do Afeganistão, juntamente com al-Qâ'ida e outros grupos, e se estabeleceram no Sudão, encontrando-se mais perto da Líbia (TAWILLE, 2005).

Em uma entrevista²⁷⁸, Noman Benotman, um veterano da guerra no Afeganistão e ex-membro do Comitê da Shura do LIFG, que então se estabeleceu em Londres, onde foi um dos fundadores do Libya Human and Political Development Forum, explica as razões pelas quais ele havia viajado para o Afeganistão em 1989, após o fim do jihâd antissoviético: ele queria lutar contra o comunismo e o seu grupo, "Muqâtila", queria desenvolver habilidades de luta enquanto esperava o dia em que retornassem à Líbia para lutar contra o regime de Gaddafi e criar um Estado Islâmico:

Estávamos desenvolvendo as capacidades de nossa organização, o (grupo de combate). Nosso objetivo era derrubar o regime de Gaddafi e estabelecer um estado islâmico em nosso país.

Todos foram treinados com armas letais e em combate militar - no início dos anos 90 havia 800 combatentes líbios no Afeganistão. Sobre os laços com o povo de bin Ladin, ele responde:

²⁷⁷ *Contrary to popular belief, Libya, which western media described as "Gaddafi's military dictatorship", was in actual fact one of the world's most democratic States*, *The Foreign Policy Journal*, 12/1/2013, <https://www.foreignpolicyjournal.com/2013/01/12/gaddafis-libya-was-africas-most-prosperous-democracy/>; acessado em 5/7/2018.

²⁷⁸ Mahan, 22/3/2005, <https://jamestown.org/program/from-mujahid-to-activist-an-interview-with-a-libyan-veteran-of-the-afghan-jihad>; acessado em 5/7/2018.

É claro que todos já ouvimos falar de Osama bin Ladin e de sua dedicação inabalável ao povo afegão e ao vitorioso Jihad contra a superpotência soviética. Mas a Muqatilah não tinha nenhuma conexão significativa com bin Ladin ou as pessoas ao seu redor.

Também eu gostaria de desafiar a noção prevalente no Ocidente de que Bin Laden foi o líder do Mujahidin árabe. Havia vários grupos árabes importantes e todos eles tinham seus próprios líderes.

Aqui ele não nega as conexões com bin Ladin, simplesmente as chama de “não significativas”: a al-Qâ‘ida de Bin Ladin era um dos muitos grupos jihadistas e certamente não o único. No que diz respeito à formação do LIFG, Benotman destaca o importante papel do ex-veterano da jihâd no Afeganistão, o emir Awatha al-Zuwawi:

Zuwawi é um personagem muito importante. A maioria dos líderes fundadores e quadros do Grupo de Combate eram membros da organização secreta formada por Zuwawi em 1982.

Benotman então explica qual foi o primeiro ataque de Muqâtila na Líbia: em maio de 1995, a operação de resgate de um de seus combatentes feridos e hospitalizados

Esta operação não foi planejada pelo grupo e foi uma operação clandestina por um dos comandantes dentro Líbia. Eles conseguiram libertar os cativos feridos e fugiram da cena. Mas esta operação alertou a inteligência líbia para alguns dos planos da organização.

Sobre os métodos usados pela organização para treinar seus membros na Líbia, explicava que os combatentes foram treinados para se misturarem entre criminosos comuns e a todo tipo de violência e brutalidade. Mas a operação de maio de 1995 forneceu informações importantes sobre eles aos serviços de inteligência da Líbia, que conseguiram rastreá-los e encontrá-los em uma fazenda perto de Benghazi, usada como uma importante base de treinamento.

Em outubro de 1995, o LIFG publicou uma declaração na revista *al-Fajr* em Londres, solicitando a derrubada do regime de Gaddafi²⁷⁹, e os ataques semanais começaram contra os objetivos do regime em Benghazi e Derna.

Até meados de 1996 (a organização) tentava garantir a segurança e a sobrevivência de seus membros dentro do país. Ficou claro que o Grupo queria salvar o maior número possível de pessoas. Portanto, a ordem foi dada às pessoas mais importantes para deixar o país imediatamente. E se recusassem, seriam demitidos do Grupo. Para as pessoas que permaneceram no país, foram dadas instruções para não instigar ataques. Eles só foram autorizados a se defender dos ataques armados do regime.

A partir de 1996, iniciou-se uma nova fase, marcada por violentos combates contra as forças do governo e liderada por veteranos do jihâd no Afeganistão, caracterizada por quatro confrontos de particular relevância perto de Derna, em uma área montanhosa. Quanto às repetidas tentativas de assassinato de Gaddafi, Benotman afirma que elas eram:

²⁷⁹ Gambill, Gary, *The Libyan islamic fighting group (LIFG)*, The James Town foundation, 24/3/2005, <https://jamestown.org/program/the-libyan-islamic-fighting-group-lifg-2/>; acessado em 4/7/2018.

em resposta aos métodos brutais das forças de segurança que tentavam estabilizar o regime. Uma das primeiras tentativas de derrubar o coronel foi em fevereiro de 1996.

O jihadista nega que essa tentativa do LIFG tivesse o apoio da inteligência britânica, como pensavam vários analistas.

Para derrotar os jihadistas, ou mujâhidîn, como os combatentes se autodenominavam, no verão de 1996, o regime lançou uma campanha no leste da Líbia com ataques aéreos e terrestres contra as bases LIFG nas montanhas, e prendendo dezenas de suspeitos islamistas e seus simpatizantes.

Em novembro de 1996, o grupo tentou assassinar Gaddafi em Brak, no deserto; outras tentativas de assassinato foram feitas em 1997 e 1998.

No que diz respeito a al-Qâ'ida, Benotman agora nega qualquer vínculo, que ele anteriormente chamava de “não significativo”:

Nunca houve um único caso de um membro do LIFG estar envolvido em terrorismo internacional. O LIFG sempre esteve totalmente focado na Líbia. Nosso objetivo final era a criação de um estado islâmico na Líbia. Não tínhamos um modelo específico em mente. Naquela época, tínhamos apenas uma visão. Estávamos ocupados demais lutando contra o regime, para dedicar tempo ao planejamento da Líbia pós-Gaddafi.

Quanto aos vínculos entre Abu Anas al-Liby, capturado no Afeganistão pelas forças americanas, Benotman afirma que em 1995 ele rompeu os laços com al-Qâ'ida e se juntou ao LIFG; além disso, ele exprime críticas suas e da sua organização pelo ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, considerando-o “o calcanhar de Aquiles de toda a tendência jihadista”.

Em 1998, o grupo foi virtualmente derrotado e anunciou o fim da luta pedindo a todos os membros da organização que deixassem o país e fossem para o Afeganistão ou a Europa-Grã-Bretanha (MAHAN, 2005); em Londres, os membros do LIFG se misturaram com os do GIA argelino, incluindo Abu Qatada al-Filastini, conhecido como o shaykh do grupo.

Gaddafi acusou repetidamente o grupo de ser um fantoche criado pela inteligência americana e em uma entrevista na TV, ele declarou:

Os simplórios árabes lutaram pela América no Afeganistão. A CIA americana supervisionou o treinamento dessas falsas testemunhas, daquelas pessoas simples. Após o fim da questão afegã, os Estados Unidos disseram a eles: “Agora volte e lance o jihâd em seus países”. Como lutavam em nome da América no Afeganistão, lutam na Líbia em nome da América²⁸⁰.

²⁸⁰ Entrevista com Gaddafi por Hamdi Qandil no Sirte Conference Center. Transmissão na rede de televisão da Líbia em 29/08/1997.

Primeiras ligações líbias com o Dâ'ish

A história da ligação da Líbia ao Dâ'ish pode ser rastreada à ascensão do grupo no Iraque após a queda de Saddam Hussein; em particular, as cidades orientais líbias de Derna e Benghazi tinham fortes ligações com a al-Qâ'ida no Iraque (AQI), afiliação sunita iraquiana de al-Qâ'ida fundada por Abu Musab al-Zarqawi em 1999, que mais tarde evoluiu para o Dâ'ish sob a liderança de Abu Bakr al-Baghdadi em 2013²⁸¹.

No final de 2007, os chamados “Registros de Sinjar” revelaram detalhes sobre o grande número de estrangeiros que reforçaram suas fileiras: havia um contingente líbio entre os combatentes que se juntaram entre 2006 e 2007; Darnah contava com 52 combatentes, Benghazi 21²⁸². O número relativamente alto de combatentes de Darnah e Benghazi foi associado a movimentos islâmicos de destaque, visando a mudança de regime no leste da Líbia, e como resultado enfrentou uma perseguição radical durante os anos 90. Muitos dos membros desses movimentos, incluindo o LIFG, foram chamados de “árabes afegãos”, mujâhidîn árabes voluntários que foram para o Afeganistão para apoiar grupos extremistas como al-Qâ'ida e os Taleban nos anos 80 e 90 (PARGETER, 2008, p. 94).

As conexões que os “árabes-afegãos” líbios fizeram com redes extremistas globais e as experiências que os combatentes líbios tiveram com a AQI, na década seguinte, facilitaram as relações e os padrões de movimento (da Líbia ao Iraque e vice-versa) que informariam a futura relação entre o Dâ'ish e a Líbia e as muitas tentativas dos jihadistas de derrubar o regime de Gaddafi a partir dos anos 1990.

É significativo que o pai de Salman Abedi, o terrorista de 22 anos do atentado de 22 de maio de 2017, em Manchester, fosse membro do LIFG e, portanto, tivesse acesso a essas redes: isso destaca que as origens do ISIS na Líbia, e dentro da diáspora da Líbia, datam do LIFG, e que esses vínculos continuam a exercer algo semelhante a uma dependência do caminho atual das ações do ISIS (PACK, 2017, p. 8).

Alguns de seus ex-líderes se distanciaram de al-Qâ'ida e reiteraram sua intenção de se envolverem nas regras democráticas da nova Líbia; clandestinamente, alguns antigos membros do LIFG podem estar entre os que ajudaram a criar a rede de al-Qâ'ida.

Em 2007, Ayman al-Zawahiri, na época segundo no comando de al-Qâ'ida e atualmente seu mais alto líder, proclamou a afiliação do LIFG com a organização (ROSENTHAL, 2013).

²⁸¹ Veja-se o cap. 2.

²⁸² *Al-Qa'ida's Foreign Fighters in Iraq: A First Look at the Sinjar Records*, Combatting Terror Center at West Point, <https://www.ctc.usma.edu/v2/wpcontent/uploads/2010/06/aqs-foreign-fighters-in-iraq.pdf>, 10; Gambill, Gary, *The Libyan Islamic Fighting Group (LIFG)*, The James Town foundation, 24/3/2005, <https://jamestown.org/program/the-libyan-islamic-fighting-group-lifg-2/>; acessado em 14/9/2018 e 11/6/2019.

Esse elo é questionado, em uma espécie de revisão histórica do grupo, por alguns estudiosos e analistas geopolíticos próximos dos establishment dos países da OTAN, após a colaboração entre o LIFG e a Organização atlântica liderada por Rasmussen: por isso era necessário restabelecer uma certa distância entre o LIFG e a al-Qâ'ida - uma distância que ao nível ideológico, doutrinal e metodológico não existe. O próprio ministro das Relações Exteriores italiano, Franco Frattini, na época da intervenção militar na Líbia havia alertado sobre os “rebeldes”, afirmando: “Não sabemos muito sobre eles, mas sabemos que eles são perigosos e há elementos da al-Qâ'ida entre eles”²⁸³.

O LIFG estava totalmente engajado no jihâd em várias partes do mundo muçulmano e, como consequência, foi classificado como uma organização terrorista cujos líderes foram presos e processados em todo o mundo – por exemplo, Abd Rahman al-Faqih, membro do Conselho Shura do LIFG, foi ligado por um tribunal britânico ao ataque terrorista de 2003 em Casablanca, no Marrocos, e a Abu Mus'ab al-Zarqawi, fundador da al-Qâ'ida no Iraque; Sami al-Sa'adi, aliás Abu al-Munthir, ideólogo do LIFG, foi supostamente envolvido em uma campanha de propaganda para incentivar os jovens muçulmanos britânicos na realização de ataques terroristas em seu país de origem como uma retaliação para com o envolvimento britânico no Afeganistão.

No início dos anos 2000, a maioria dos líderes do LIFG havia sido aprisionada na Líbia - devido à colaboração efetiva entre os serviços antiterroristas da Líbia e do Ocidente - e suas organizações haviam sido decapitadas.

Enquanto encarcerados, eles realizaram uma revisão abrangente da ideologia jihadista de seu movimento, moderada por 'Ali Sallabi, e sua validação foi garantida por proeminentes acadêmicos islâmicos da Líbia e outros países muçulmanos: a revisão, referida pela palavra árabe *al-Muraja'ât*, concluiu que o uso da violência como meio de derrubar governos em países muçulmanos era ilegal do ponto de vista islâmico.

Essa fatwâ foi amplamente considerada um sério golpe ideológico aos jihadistas do tipo al-Qâ'ida, porém esta nunca respondeu à revisão do LIFG (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012; Rosenthal, 2013)²⁸⁴.

Como resultado de *al-Muraja'ât*, o LIFG deixou de existir oficialmente e seus líderes foram libertados em 2010, junto com centenas de militantes islâmicos, como parte de um processo de “reconciliação e diálogo” liderado pelo filho de Gaddafi, Sayf al- Islam.

²⁸³ Corriere della Sera, 23/2/2011.

²⁸⁴ *The Revolution Belongs to All Libyans, Seculars or Not*, The Guardian, 27/9/2011, <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/sep/27/revolution-belongs-to-all-libyans>; acessado em 14/9/2018 e 11/5/2019.

Este processo foi fortemente contestado por líderes seniores do regime, incluindo o próprio Gaddafi e por altos funcionários dos serviços de segurança da Líbia, mas provavelmente foi apoiado pelo governo dos EUA, como indicado pela presença do embaixador americano no discurso de março de 2010 de Sayf al-Islam, marcando a libertação de Belhaj e 213 outros presos islâmicos (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012; ROSENTHAL, 2013). Esses fatos também podem adicionar mais apoio à leitura da “conspiração contra a Líbia” pelas agendas americana e islâmica.

Embora não esteja claro se o LIFG reconstituiu suas fileiras e a cadeia de comando durante a revolta líbica, é provável que ex-líderes do LIFG tenham utilizado sua antiga rede e a típica retórica e táticas de al-Qâ'ida para conseguir apoio entre os rebeldes e para marcar vitórias militares. Abd al-Hakim al-Hasidi e Sufian Ben Qhumu, ex-agentes do LIFG, foram citados nas fases iniciais da revolta como tendo posições de comando em Darnah, a cidade no Leste da Líbia famosa pela forte presença de jihadistas.

Os ex-líderes do LIFG provavelmente sabiam sobre a presença de al-Qâ'ida na Líbia, por causa da sua familiaridade e seu conhecimento profundo da comunidade de jihadistas da Líbia. No entanto, é possível um distanciamento da AQSL no esforço para manter relações com o Ocidente, o que eles certamente consideram essencial para preservar e consolidar suas posições no governo.

Em uma coluna que escreveu para *The Guardian* de Londres, Belhaj (2011) defendeu seu passado jihadista como ditado pelas circunstâncias únicas da Líbia sob a ditadura de Gaddafi, e projetou uma imagem de moderação e pragmatismo em sua visão rumo a nova Líbia, sem, no entanto, desistir de sua agenda islâmica (TAWIL, 2010; ROSENTHAL, 2011; NORDLAND, 2011; THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

É interessante observar aqui como a Grã-Bretanha e os EUA, como a própria Clinton admitiu, garantiram todo o espaço possível a grupos e jihadistas que até o ano anterior à eclosão da revolta líbica eram considerados terroristas perigosos e alvo de “guerra contra o terror”: “Como isso pôde acontecer em um país que ajudamos a libertar?” A secretária de Estado Hillary Clinton ponderou após os ataques de 11 de setembro de 2001 em Benghazi que deixaram o embaixador americano na Líbia Chris Stevens e três outros americanos mortos. Aconteceu que apoiando a rebelião líbica contra Gaddafi, os EUA e seus aliados “esqueceram” a guerra “contra o terror” e garantiram a vitória de forças extremistas islâmicas que vinham combatendo na década anterior, como evidenciam Rosenthal (2012), Forte (2012), McKinney (2012), Awan (2015), Sensini (2016, 2017) e muitos outros autores citados na bibliografia.

Atualmente, al-Qâ'ida parece ter optado por uma abordagem descentralizada que se concentra na infiltração de milícias islamistas locais; por exemplo, em março de 2012, *Dunia al-Watan*, um jornal palestino, publicou um artigo com um vídeo descrevendo uma parada militar supostamente organizada pelas Katiba al-Ahrâr Lîbîya (Líbia Livre), comandada por Wisam Ben Hamid, na cidade de Sirte, uma antiga fortaleza de Gaddafi, que parecia uma demonstração qaedista: de fato, Wisam, um líbio de 35 anos da cidade de Darnah, foi apontado como líder de al-Qâ'ida na Líbia. O mesmo artigo relatou que Mokhtar Bel Mokhtar, o líder da AQMI no Saara, compareceu ao desfile como o convidado de honra de Wisam. Ele também foi citado por *Thawrat Líbia*, uma agência de notícias líbica, como líder da Dir' al-Libîya (Escudo da Líbia) ou al-Ahrâr al-Lîbîya, uma katiba envolvida na luta contra a minoria africana Tubu em Kufra, uma cidade no sudeste da Líbia, em nome do exército líbio.

Outra formação que se acredita estar próxima da rede clandestina de al-Qâ'ida é Ansâr al-Shari'a em Darnah, leste da Líbia; o batalhão é liderado por Sufian Ben Qumu, ex-agente de al-Qâ'ida, acusado pelos moradores de Darnah de realizar ataques, especialmente contra as antigas autoridades líbicas, mas também contra pessoas que discordam de al-Qâ'ida e até mesmo líderes anteriores do LIFG²⁸⁵.

A rede clandestina da al-Qâ'ida provavelmente está recrutando milicianos locais para se infiltrar e manipular as milícias, que devem, pelo menos por algum tempo, manter suas capacidades armadas e influência política. Mahmoud Jibril, o ex-primeiro-ministro e membro sênior do Conselho Nacional de Transição (CTN), alertou²⁸⁶ sobre tal infiltração em uma reunião em março de 2012 em Bruxelas, quando culpou as potências ocidentais por deixarem a Líbia nas mãos de milícias extremistas islâmicas. Como citado acima, Jibril renunciou sob pressão de 'Ali Sallabi, um proeminente clérigo muçulmano próximo à Irmandade Muçulmana, e de 'Abdel Hakim Belhaj, o poderoso líder do Conselho Militar de Trípoli, uma milícia de 20 mil pessoas que dividia o controle de Trípoli com outras duas milícias.

Comentando o discurso de Jibril, dia 28/3/2012, *Al-Quds al-'Arabi*, um jornal do Oriente Médio com sede em Londres, sugeriu que al-Qâ'ida já controla grandes áreas na Líbia, confirmando a convicção que as milícias locais são dominadas por extremistas islâmicos.

²⁸⁵ Qureshi, Asim, *Interview with Abdul Baset Azzouz*, Cageprisoners-London, 23/4/2008, <http://www.ageprisoners.com/our-work/interviews/item/146-interview-with-abdul-baset-azzouz>
Letter to Prime Minister Tony Blair, Libya-Watanona-Manchester, 12/6/2006, <http://www.libya-watanona.com/news/lcoma/lc13066y.htm>

Robertson, Nic e Cruickshank, Paul, *Al Qaeda Sent Fighters to Libya*, U.S. military.
 Al-Qaeda's Military Parade in the Libyan Town of Sirt – video, *Dunya al-Watan-Gaza*, 26/3/2012, <http://www.alwatanvoice.com/arabic/news/2012/03/26/263533.html>;
 acessados em 18/10/2018 e 13/6/2019.

²⁸⁶ *Al-Lîbîya wa Ghadabu al-Sayd Jibril (Libya and the Anger of Mr. Jibril)*, al-Quds al-'Arabi [London], March 28, 2012, <http://www.alquds.co.uk/>; acessados em 18/10/2018 e 13/6/2019.

4.6. Jihadistas no alvo de Gaddafi

Em meados dos anos 90, Gaddafi suprimiu a dissidência dentro de grupos militares e tribais; a partir de então, a oposição interna veio em grande parte de grupos fundamentalistas islâmicos. Ao liquidar os islamistas radicais como “cães loucos”, Gaddafi controlou sua influência em uma política tripartida que implicava enfraquecer a autoridade religiosa dos ulemas, refutando as ideias islamistas e reprimindo duramente a oposição islamista. Para aumentar sua legitimidade política e estabelecer sua autoridade indiscutível, Gaddafi pediu uma aplicação estrita da lei islâmica. O Congresso Geral do Povo respondeu em fevereiro de 1994, estendendo a aplicação da lei islâmica e concedendo novos poderes aos líderes religiosos, incluindo o direito de emitir decretos religiosos.

Ao mesmo tempo, o regime tentou desmentir a autoridade islamista por meio de uma campanha anti-islamista. Tentando manter o leme entre duros oponentes religiosos e a população, que em grande parte rejeitava o islamismo radical, Gaddafi instruiu as forças de segurança a lidar severamente com os radicais islâmicos. Como parte dessa política, o Congresso Geral do Povo, em 1997, aprovou uma série de medidas que autorizavam a punição coletiva para tribos ou indivíduos que davam hospitalidade aos islamistas. [...] Benghazi foi o centro das atividades da oposição nos anos 90 (ST. JOHN, 2008-2012, p. 254-255).

No final dos anos 90, Gaddafi conseguiu destruir todas as formas de oposição organizadas na Líbia: o raís desencadeou uma repressão violenta contra os islamistas - tanto os moderados quanto os radicais -, e o LIFG não conseguiu desenvolver uma rede de apoio dentro do país, como no caso do GIA na Argélia ou de outros movimentos islamistas no Egito e em outros países. Apesar de ter fornecido muitos e bem treinados combatentes no Afeganistão, o nível e a presença de jihadistas líbios na Líbia permaneceram “limitada”, com ações caracterizadas por decisões imediatas e ditadas pelo pânico, um elemento que os levou ao fracasso: “Os jihadistas eram desesperados e sua rebelião foi mal planejada e destinada ao fracasso desde o início” (MAHAN, 2005).

Em abril de 2000, três dos oito militantes islâmicos chegaram à Líbia com uma *extraordinary rendition* (entrega extraordinária) da Jordânia. Em 2007, os serviços de segurança da Líbia prenderam vários supostos militantes islamistas na região de Benghazi. Como os Ikhwan, o LIFG era um movimento essencialmente dirigido do exterior que limitava sua atração interna e cuja principal base de apoio permanecia na área leste da Líbia, que, como mencionado no cap. 3, era de longa data uma região conservadora rebelde contra o governo da qabila Qadhafi e cuja capital, Benghazi, na década de 1990 se tornou um centro de atividades anti-regime e conhecida por ser uma das cidades mais famosas da Líbia pelo jihâd, como destacam videoclipes ligados a al-Qâ‘ida espalhados na internet desde 23 de fevereiro de 2006, por ocasião de protestos violentos contra o consulado italiano causados por “caricaturas anti-islâmicas”²⁸⁷.

²⁸⁷ No momento, os vídeos não estão mais disponíveis.

Ao longo dos anos, o LIFG foi revigorado com o apoio logístico e material da AQIM (al-Qâ'ida in the Islamic Maghreb), uma formação argelina nascida como um grupo salafista para a pregação e o combate (GSPC) e que em 2007 mudou seu próprio nome. Grupos de oposição continuaram as atividades fora da Líbia, sem conseguir encontrar uma linha política e de ação comum, dadas as muitas diferenças; seis desses grupos se reuniram em agosto de 2000 para discutir uma estratégia unificada (ST. JOHN, 2008-2012, p. 255); no entanto, por causa de grandes diferenças ideológicas e conflitos entre fações, não foi encontrada uma base comum.

Em maio de 2003, alguns grupos da oposição assinaram uma Declaração de Acordo sobre os fundamentos e objetivos da luta líbia, na qual afirmavam seu compromisso de lutar contra o regime de Gaddafi, enfatizando também que essa luta era de responsabilidade do povo líbio e somente do povo líbio.

Os eventos de 11 de setembro de 2001, no entanto, combinados com a reabilitação da Líbia na comunidade internacional após a decisão de Gaddafi de abandonar as armas de destruição em massa (ADM) em dezembro de 2003, permitiram que o líder líbio acabasse o que restava dos movimentos islamistas da Líbia (PARGETER, 2008-2011, p. 98).

Em sua luta contra o islamismo radical, Gaddafi compartilhou informações de inteligência com agências de inteligência ocidentais sobre suspeitos jihadistas líbios e, quando, em dezembro de 2004, os Estados Unidos colocaram o LIFG na lista negra das organizações terroristas, chamando-o de organização afiliada a al-Qâ'ida, isso foi visto como uma vitória de Gaddafi - na época a Líbia era vista como um aliado na guerra contra o terrorismo. O bombardeio do Afeganistão pelos EUA em novembro de 2001 fez com que vários membros do LIFG fugissem, incluindo líderes políticos e espirituais, que foram presos e entregues à Líbia em março de 2004.

Um destino semelhante, em um caminho diferente, também aconteceu com Abdelhakim Belhaj, o futuro líder da revolta de 2011²⁸⁸.

Até a Grã-Bretanha, em 2005, incluiu a organização na lista negra internacional e prendeu cinco membros suspeitos de terrorismo; além disso, assinou um acordo com a Líbia através do qual os suspeitos de terrorismo líbio presos na Grã-Bretanha poderiam ser devolvidos com uma *rendition* (entrega) a Trípoli: foi uma vitória de Gaddafi que acusou repetidamente o país de receber líbios, e não estava errado.

No entanto, as atividades contra o regime continuaram no exterior, e em Londres, entre 25 e 26 de junho de 2005, foi feita uma nova tentativa de criar uma oposição unida entre os vários grupos: a Conferência de Oposição Nacional da Líbia, de que incluía sete grupos da

²⁸⁸ Veja-se o cap. 5.1.7 sobre Belhaj.

oposição considerados moderados, mas a Irmandade Muçulmana não participou. A declaração de consenso nacional, divulgada no final da conferência, pedia o retorno à “legitimidade constitucional”, a criação de um governo de transição, a expulsão de todos os membros do regime que foram culpados de crimes contra a humanidade. A conferência pediu a Gaddafi que se demitisse, recusando assim a ação armada e afirmando que as Nações Unidas eram responsáveis pela restauração da Constituição da Líbia. Os organizadores se distanciaram dos Estados Unidos, apontando que a mudança política na Líbia tinha que ser realizada sem interferência estrangeira, criticando também os Estados Unidos por normalizarem os laços com o regime e por praticarem padrões duplos no que diz respeito aos direitos humanos na Líbia (ST. JOHN, 2008-2012, p. 254-257).

Um dos meus entrevistados, Raphael Luzon²⁸⁹, representante da Comunidade Judaica Líbia na diáspora, na Inglaterra, contou-me sobre as reuniões que ocorreram em Londres durante anos, e em particular na fase que antecede a revolta, entre os vários cidadãos líbios, incluindo líderes islamistas, na tentativa de organizar a “mudança de regime” em Trípoli. Durante entrevistas que fiz em Manchester e Londres entre 2015 e 2018, com líderes da oposição a Gaddafi, incluindo jihadistas, essa informação me foi confirmada; em particular, Londres surge como um centro e confluência de cidadãos líbio-britânicos envolvidos na revolta de 2011; os jihadistas também estavam presentes no resto do Reino Unido e da Irlanda. De fato, das minhas pesquisas de campo na Grã-Bretanha, parece que muitos líbios anti-regime estavam no Reino Unido.

Isso também é confirmado pelo terceiro relatório (2016-2017) da House of Commons - Foreign Affairs Committee - “Libya: Examination and collapse and UK’s future policy” – que aborda a questão do papel britânico na revolta de 2011 contra Gaddafi.

Sobre o envolvimento britânico com movimentos políticos islâmicos, Gaddafi comentou em um seu site pessoal, logo após os ataques de 11 de setembro 2001:

²⁸⁹ O entrevistei em Londres em 14 de junho de 2016. É um jornalista judeu líbio que mora em Londres. Entramos em contato em março de 2016, através de um empresário líbio, conhecido por ambos, Jamil Sherif, também um dos meus entrevistados. Luzon é o presidente dos “Judeus líbio na diáspora” e conhece muitos fatos e pessoas. Escrevi-lhe um e-mail, apresentando meu trabalho, e ele me respondeu imediatamente, gentilmente, disponibilizando-se para me encontrar. Antes da reunião, trocamos vários outros e-mails e me convidou a ler seu livro “Tramonto Líbico”, publicado pela editora judaica de Florença, Itália, La Giuntina, em 2015. Finalmente, em julho de 2016, ele me recebeu em seu lindo apartamento em Hendon, um subúrbio de Londres, com móveis árabes e muitos elementos da cultura judaica. Luzon é um homem muito gentil, que conta sua vida em um rio de palavras. Continuamos amigos, pelo interesse comum pela numerologia cabalística, apesar de nossas opiniões diametralmente opostas sobre a questão israelense-palestina. Nascido em Trípoli em 1954 e criado em Benghazi, ele fugiu para a Itália com sua família durante um pogrom antijudaico em 1967, e encontrou refúgio em Roma, onde ficou por 28 anos e onde se formou, para depois se mudar para Israel e de lá para Londres. Seu pai era um rico comerciante tripolino.

Se acreditamos que os jovens treinados em Peshawar, que entraram no Afeganistão, acompanharam bin Ladin e se espalharam pelos quatro cantos da Terra, são membros da chamada al-Qâ'ida, então a Grã-Bretanha compartilha a parte do leão²⁹⁰.

Por outro lado, considerado o papel neoimperial da Grã-Bretanha, não diferente do francês, não surpreende que, como aconteceu com os Estados Unidos no Afeganistão durante a luta antissoviética, os islamistas fossem considerados válidos aliados contra a Líbia de Gaddafi.

Na Líbia, uma sociedade muçulmana homogênea com 95% da população sunita, o islamismo radical era fraco, ao contrário de Egito, Argélia, Tunísia, Iêmen, onde estavam presentes a Irmandade Muçulmana e grupos radicais, incluindo al-Qâ'ida; contudo, embora o povo líbio fosse conservador e pouco aberto a inovações religiosas e não demonstrasse grande interesse no islamismo pregado pela al-Qâ'ida e por suas afiliadas do norte da África como a AQIM, o componente líbio representava o segundo maior grupo de combatentes estrangeiros (*foreign fighters*) no Iraque depois dos sauditas (PARGETER, 2011).

4.7. O regime e o “perdão” aos islamistas: auto-sabotagem ou inevitabilidade política?

Em uma entrevista realizada no início de setembro de 2015 na Academia Líbia da Itália, em Palermo, o prof. Ibrahim Maghdud disse-me:²⁹¹

A maioria dos oponentes presos era islamista: irmãos muçulmanos, combatentes líbios (al-Mujâhida al-Líbîya, que estavam no Afeganistão) de Abdelhakim Belhaj. Ele agora tem um importante poder militar; era de al-Qâ'ida, próximo de bin Ladin, mas depois ele criou sua própria formação. Fez o jihâd no Afeganistão, na Malásia, mas em seguida foi capturado pela CIA com uma *rendition* à Líbia e colocado na prisão, de onde depois foi libertado. Faz parte de um dos grupos que estão desestabilizando o país.

Ao longo dos anos, várias organizações, incluindo Amnesty International, Human Rights Watch e o Departamento de Estado dos EUA registraram e catalogaram as violações dos direitos humanos do regime de Gaddafi: prisões arbitrárias, detenções sem julgamento, tortura, desaparecimentos, julgamentos injustos, pena de morte.

²⁹⁰ *Brother Leader of the Revolution Moammar Ghadhafi presents an analysis about the actual crisis the world is passing through about terrorism*, citado em *The New Frontiers of Jihad: Radical Islam in Europe*, por Alison Pargeter, USA/UK, 2008; <http://www.algathafi.org/terrorism/terrorism.htm>; acessado em 19/10/2018.

²⁹¹ Entrevistei o prof. Maghdud em 24/9/2015 na sede da “Academia da Líbia” em Palermo, Sicília. Ele ensina árabe e história dos países árabes nas universidades de Palermo e Roma.

Durante horas, ele contou-me sobre a situação na Líbia, revelando um certo apoio ao regime de Gaddafi, embora ele ressaltasse que “todos éramos a favor da revolta”, mas me deu a impressão de que essa declaração era uma maneira de esconder seu apoio ao regime, do qual ele falou bastante positivamente.

Após a entrevista, nos meses seguintes, tentei entrar em contato com ele novamente, mas sempre me negou a comunicação; mais tarde, soube por fontes confiáveis que ele estava na Suíça, organizando um grupo político, talvez ligado a Sayf al-Islam Gaddafi.

As críticas às violações dos direitos humanos se intensificaram em janeiro de 2003, quando o embaixador da ONU na Líbia foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos; além disso, em 2004, Amnesty International, após sua primeira visita à Líbia, emitiu um relatório denunciando o regime por graves violações dos direitos humanos. Contudo, em 2005, Human Right Watch concluiu que a Líbia tinha tomado medidas importantes para melhorar a condição dos direitos humanos, mas denunciou algumas violações, como o uso de violência contra prisioneiros, restrições à liberdade de expressão e associação, prisões políticas²⁹².

Em março de 2006, os Comitês Gerais do Povo criaram o “Escritório de Direitos Humanos” e “perdoaram” 132 presos políticos, incluindo 84 membros da Irmandade Muçulmana; em março de 2010, eles libertaram outros 202 prisioneiros, incluindo 34 membros do LIFG; em agosto, outros 37 prisioneiros islâmicos foram libertados após concluir um programa de reabilitação.

Apesar das políticas adotadas pelo governo líbio, em março de 2007, o Departamento de Estado dos EUA, em seu relatório anual sobre direitos humanos, chamou a Líbia de um regime autoritário com um baixo histórico de direitos humanos e, sempre naquele ano, Reporters Without Borders a criticou pela falta de mídia independente.

Em 2009 a “Qadhafi International charity and Development Foundation”, organização fundada por Sayf al-Islam, emitiu o primeiro relatório de direitos humanos catalogando violações e pedindo reformas; em dezembro de 2010, a Sociedade de Direitos Humanos da Líbia, um grupo sempre afiliado a Sayf, solicitou reformas adicionais, incluindo a criação de uma constituição que colocaria os presos sob supervisão legal e também exigiu uma redução no controle da mídia (ST. JOHN, 2008-2012, p. 269-270).

No final de 2006, Sayf al-Islam Gaddafi havia promovido um diálogo com a liderança LIFG na prisão como parte do programa “Reforma e Mudança”.

O regime tentou convencer o LIFG a concordar em renunciar à violência em troca de sua libertação. A liderança do LIFG ficou feliz em iniciar esse diálogo, embora essa decisão não tenha sido bem aceita por um grupo de militantes da Líbia ainda ativos nas áreas da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. [...] Gaddafi também tomou medidas para neutralizar os elementos mais moderados da oposição islamista, incluindo a Irmandade.

Em março de 2006, depois de meses de disputas, discussões e diferenças dentro do regime, Gaddafi finalmente libertou os Irmãos que haviam sido presos em 1998, sob uma iniciativa lançada por seu filho Sayf al-Islam. Isso foi, em parte, uma tentativa de provar ao Ocidente que o regime se havia transformado e agora mostrava genuíno respeito aos direitos humanos e que merecia sua respeitabilidade recém-obtida. Foi também, no entanto, um meio astuto de neutralizar a organização e enfraquecer a oposição no exterior. Pouco antes da libertação dos Irmãos da prisão, a Suprema Corte os condenou, o que significa que eles ainda eram considerados culpados e deixados livres apenas pela graça do próprio líder e, mais importante, foram forçados a aceitar que, uma vez liberados, não se envolvessem nunca mais em atividade política fora da estrutura do sistema Jamahiriya. O regime estava claramente confiante de que, com tanta pressão, esses

²⁹² *Libya, words to deeds: the Urgent need for human Rights reform*, HRW, Jan. 2006.

ikhwan não teriam ousado tentar se envolver novamente em nenhuma atividade. Além disso, a vontade da Irmandade de aceitar essas condições rendeu-lhe algumas críticas por ter capitulado perante o regime. Ao mesmo tempo, a Irmandade não queria comprometer a promessa do regime de libertar seus membros, o que levou à sua ausência da maior conferência da oposição realizada em Londres em junho de 2005, levando a novas divisões da oposição já dividida (PARGETER, 2008-2011, p. 100).

Sobre a reabilitação dos radicais, o advogado Ramadan al-Amani²⁹³ explicou-me, ressaltando o papel britânico:

Em 2002-3, Sayf al-Islam abriu o diálogo através de al-Ghariani, da IM: ele tirou da prisão várias pessoas, que depois participaram da revolta. Esses grupos são como cobras: eles fazem apenas o que é útil em seu plano. O regime estava sob pressão internacional e foi forçado a fazer concessões a esses grupos. Grupos islamistas, incluindo a IM, tiveram grande apoio da Grã-Bretanha: desde as décadas de 1980 e 1990, eles receberam ajuda da GB - estudos, uma residência em Londres. Eles usaram a *taqiya* (dissimulação), não disseram que eram da IM.

Também o prof. Maghdud destaca “pressões internacionais” para a libertação dos jihadistas:

Sayf al-Islam teve a ideia de anistiá-los e tirá-los da prisão, embora o pai não concordasse; contudo, ele com Abdel Jalil, pressionado por grupos ocidentais de direitos humanos, libertou os fundamentalistas islâmicos em 2007; eles haviam prometido, jurando sobre o Alcorão, de se envolverem apenas em uma oposição pacífica.
Magdi el-Harati é IM: ele e Belhaj lutaram juntos.
Grupos islâmicos (apoiados por Qatar, Turquia, Reino Unido, EUA) recebem armas dos EUA.

O pai Gaddafi não concordava com a decisão do filho, talvez porque conhecia mais profundamente a mentalidade de certas forças radicais e, de fato, os islamistas quebraram o pacto com o regime em 2011.

Uma leitura dessa decisão pelo regime, e em particular por Sayf al-Islam, pode também ser a da auto-sabotagem política e o início do desastre na Líbia (SENSINI, 2011; FORTE, 2012; GRIMALDI, 2012; AWAN, 2015), porém, o advogado Naser Mizughi²⁹⁴, um doutorando em Direito em Londres e um ferrenho pró-Gaddafi, argumenta que o regime não tinha escolha a não ser de cumprir os ditames da lei internacional e libertar presos políticos.

²⁹³ Ramadan al-Amani, advogado, nasceu em Benghazi em 1984; onde estudou jurisprudência se tornando procurador-geral. Entre 2013 e 2014, trabalhou em Trípoli e em Túnis, como consultor jurídico, mas após a guerra civil de 2014 a situação piorou e ele resolveu morar em Tunes, com sua esposa, colega de trabalho.

Ele trabalha como ativista e defensor dos direitos humanos em Tunis. Em janeiro de 2016, ingressou no CIHR como pesquisador jurídico - (Cairo Institute for Human Rights Studies, http://www.cihrs.org/?page_id=48&lang=en).

O CIHR encontra-se em um belo edifício no bairro Cité Jardins de Tunis, uma área elegante, cheia de vilas, perto da área das embaixadas e de Midan Pasteur.

Falamos um pouco em árabe e em inglês. Ramadan é pró-revolta, mas agora é muito triste por causa da situação na Líbia.

²⁹⁴ Nazer Salim Mizughi, nascido em Trípoli em 1977, advogado, doutorando em direito em Londres; é filho de um ex-embaixador do regime e é pró-Gaddafi. Estava na Líbia durante a revolta de 2011. O entrevistei na SOAS em Londres em novembro de 2018.

Em 2009, como advogado, apoiei a decisão de Sayf de libertar os presos políticos da prisão, incluindo os jihadistas. Tudo estava sob controle: eles foram observados, monitorados. A ideia era ter um país mais justo, liberal e moderno. Poderia ter sido um momento de mudança, de modernização da Líbia; porém, de um protesto popular para alcançar alguns direitos civis, chegou-se a destruir o país com a participação de forças internas - sobretudo islamistas ligadas à IM, com mercenários, criminosos comuns, todos financiados pelo Qatar e ajudados e organizados por EUA, França e Grã-Bretanha, que queriam uma mudança de regime.

Agora a Líbia está nas mãos de milícias e quadrilhas criminosas: aquelas que eram consideradas patriotas graças aos serviços da TV Al Jazeera (e às redes ocidentais) que desempenharam um papel sujo, divulgando notícias falsas sobre os massacres em Trípoli). A população acreditou que pessoas como Belhaj e Ghariati e outros pagos pela CIA fossem heróis... Além disso, quero enfatizar que a de 2011 não foi uma revolução, mas um conflito interno, doméstico cujo resultado foi um desastre até hoje.

A “pressão internacional” na libertação de presos islamistas relatada por várias fontes mencionadas acima é significativa, à luz do que aconteceu alguns meses depois: é de fato interessante que Sayf al-Islam tenha sido “aconselhado” neste processo de “perdão” dos jihadistas pela Grã-Bretanha, que será uma das três potências ocidentais a liderar a guerra contra a Líbia, e pela guia espiritual da Irmandade Muçulmana líbia, que junto com outras realidades hostis ao regime, solicitarão a intervenção da ONU.

Muitos dos combatentes islamistas libertados participarão do levante contra Gaddafi. O dossiê da “Economist Intelligence Unit”²⁹⁵, que encontrei nos estantes dedicados à Líbia, na biblioteca SOAS de Londres, datado na década de 1990, explica como uma possibilidade de mudança de regime poderia surgir dos islamitas.

Mizughi, o prof. Maghdud e outros entrevistados líbio ajudaram a confirmar a hipótese da minha pesquisa: a conexão entre o islamismo radical e as agendas ocidentais na Líbia, que discutirei no capítulo 5.

Em 10 de novembro de 2009, um dia antes da libertação de vários prisioneiros do LIFG de Abu Selim, uma equipe da CNN foi visitar a prisão²⁹⁶, destacando o grande interesse dos EUA no processo de “reeducação” dos combatentes, na “guerra contra o terrorismo” empreendida pelo governo americano, porém, pouco mais de um ano depois, o regime líbio, como aliado nesta guerra, voltou a ser o antigo inimigo a ser derrubado.

Durante o processo, que durou mais de dois anos, a ideologia do LIFG foi revisada e em setembro de 2009, o grupo publicou um novo “código” jihadista, um documento de 417 páginas intitulado “Estudos Corretivos no entendimento do jihâd, aplicando a moralidade e o julgamento de pessoas”, no qual diversos membros retrataram a própria trajetória política

²⁹⁵ Beschorner, Natasha (and Smith Andrew), *Libya in the 1990's*, Special report n. 2134, The Economist Intelligence Unit, UK-USA.

É uma agência de inteligência americana e britânica para o monitoramento geopolítico internacional. O relatório em questão lida com a situação econômica da Líbia nos anos 90, portanto em embargo total e boicote internacional. Encontrei este documento na biblioteca da SOAS, em Londres, em 2015.

²⁹⁶ *Jihad and juice inside Libya's terror jail*, 10/11/2009, CNN, <http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/11/09/libya.jail/index.html>; acessado em 23/11/2018 e 13/6/2019.

islâmica, anunciaram sua ruptura com al-Qâ'ida²⁹⁷ e declararam que os ataques contra civis não estavam de acordo com seus objetivos²⁹⁸. O LIFG parece ter julgado que o equilíbrio de vantagens estava em deixar al-Qâ'ida, porém, analistas apontam que diversos membros do LIFG haviam “se treinados para se tornarem atores importantes” na al-Qâ'ida e a retirada do grupo representou um “golpe moral” para a rede. Naquela época, Sayf al-Islam afirmou que aqueles prisioneiros foram libertados pois não eram mais um perigo para a sociedade²⁹⁹, porém, imediatamente após a libertação dos últimos prisioneiros do LIFG, eles lançaram o Movimento Islâmico para a Mudança (*al-haraka al-islamiya lil-taghyir*), que visava uma transformação da cena política da Líbia. A IM e o LIFG têm colaborado desde o início da revolta, como escrevi na introdução desta tese³⁰⁰, e se é verdade que os dois movimentos não tinham muitos seguidores na Líbia - e isso foi confirmado por todos os meus entrevistados, tanto os pró-regime quanto os contras - e estavam em fileiras muito reduzidas devido à perseguição (TRAUTHIG, 2018), é legítimo perguntar como eles foram capazes de organizar e liderar a revolta contra o regime, se não com uma poderosa ajuda externa, como veremos mais adiante.

4.8. Islã e globalização

4.8.1. Islamismo como um veículo e um produto da globalização

Gaddafi considerava o islamismo político, em sua forma mais radical, um fator desestabilizador permanente e um dos frutos da contaminação entre religião e meios da modernidade ocidental, não diversamente de vários estudiosos, cujo pensamento irei analisar aqui em seguida.

Em seus textos, Daniele Conversi (2009) e Oliver Roy (2002 e 2005) evidenciam como o radicalismo islâmico representa um veículo e um produto da globalização, mais do que a “antítese à modernidade”; de forma parecida, Étienne (1987) descreve o nascimento dos

²⁹⁷ *Extremist group announces split from al-Qaeda*, The Telegraph, 9/7/2009, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/5788302/Extremist-group-announces-split-from-al-Qaeda.html>; acessado em 21/10/2018 e 14/6/2019.

²⁹⁸ *The Libyan Islamic Fighting Group – from al-Qaida to the Arab spring*, The Guardian, 5/9/2011 <https://www.theguardian.com/world/2011/sep/05/libyan-islamic-fighting-group-leaders>; acessado em 21/10/2018 e 15/6/2019

²⁹⁹ *Ex-Guantánamo prisoner freed in Libya after three years' detention – and information about “ghost prisoners”*, 5/9/2010, <https://web.archive.org/web/20120604051432/http://www.cageprisoners.com/our-work/opinion-editorial/item/513-ex-guantanamo-prisoner-freed-in-libya-after-three-years-detention-and-information-about-ghost-prisoners>; acessado em 21/10/2018 e 15/6/2019.

Ex-Islamists walk free from Libyan jail, 1/9/2010, Reuters, <https://af.reuters.com/article/topNews/idAFJ0E68003B20100901?sp=true>; acessado em 23/10/2018 e 15/6/2019.

³⁰⁰ *Ex-jihadists in the new Libya*, The Foreign Policy, 29/8/2011, <https://foreignpolicy.com/2011/08/29/ex-jihadists-in-the-new-libya/>; acessado em 23/10/2018 e 15/6/2019.

movimentos islâmicos como resposta à modernização promovida pelos estados-nação e como “islamização da modernidade”. Roy escreve que a religião, concebida como um conjunto de normas descontextualizadas, pode ser adaptada a cada sociedade, porque cortou as ligações com uma determinada cultura e permite às pessoas viver em uma espécie de comunidade virtual, desterritorializada que inclui qualquer crente (2002-2005).

O deslocamento maciço para o Ocidente de populações oriundas de países muçulmanos, nos últimos anos, e a criação de um espaço como minoria, encoraja a criação de comunidades religiosas desligadas das realidades islâmicas de origem; neste contexto, o Islã em si, como sistema de interconexões sociais e religiosas, reinventa-se: onde, em pátria, a comunidade era o referente supremo, na “diáspora”, os muçulmanos redescobrem-se como “indivíduos” que operam escolhas pessoais, muitas vezes quebrando a tradição e a cultura da terra natal; o próprio grupo é percebido como “cercado”, circundado por um ambiente hostil – dos *kuffâr* -, entre os quais é obrigado a viver e dos quais precisa ser protegido, possivelmente pedindo ao Estado de reconhecer sua identidade como minoria, e quando este e seus representantes tornam-se “inimigos”, devem ser derrubados, assassinados: é o “sovranicídio”, pregado por Ibn Taymiya³⁰¹ e outros pensadores islâmicos, e é também o caso da Líbia.

A dinâmica que leva à radicalização, após a reislamização e ao “renascimento” de muçulmanos (ex “laicos”) é uma redescoberta de uma identidade específica, em contraposição e antagonismo àquela dos “infiéis”, como Roy explica:

a reislamização é a consciência de que a identidade muçulmana, até hoje considerada como dada enquanto parte de um conjunto cultural herdado, pode sobreviver somente se for reformulada e explicitada, além de qualquer contexto cultural específico, europeu ou oriental que seja. Está ligada à vontade de definir um Islã universal, além das culturas específicas (ROY, 2002, p. 10-11).

Nessa ótica, portanto, o radicalismo islâmico representa um útil instrumento para propor um modelo universal que supere as divisões e negue o passado:

esta pesquisa da universalidade acontece, sim, contra a cultura de origem, mas também contra a cultura ocidental (ROY, 2002, p. 1).

O Islã contemporâneo parece ser um Islã global e uma parte da globalização, e permeado por “valores” ocidentais, *in primis* a própria noção de “valor” e “direitos humanos”; dessa forma, ocidentalização e islamismo político não são antitéticos e ocidentalizar o Islã não significa mudar sua natureza ou torná-lo liberal: trata-se, como salienta Roy, da adoção de uma

³⁰¹ Veja-se os cap. 1 e 2.

visão ocidental dos valores que é compatível com o radicalismo, aliás, pode até mesmo favorecê-lo.

A ocidentalização do Islã transforma a religiosidade, não a religião, ou seja, a relação pessoal entre o crente e a religião: se, de fato, observamos as ações da rede de al-Qâ'ida e de suas novas filiações, inclusive o Dâ'ish, notamos, como já mencionado, o amplo uso dos meios da modernidade – desde o domínio sobre poços de petróleo no Iraque, na Síria, na Líbia e em várias áreas africanas, e as armas recebidas pelos EUA, Europa, Turquia, Qatar e Arábia Saudita para as guerras na Líbia e na Síria, até o uso profissional dos meios de comunicação, como vídeos de alto nível e tecnologia atual, revistas, imagens.

O salto de qualidade dos “arcaicos” vídeos da al-Qâ'ida de bin Ladin, com as gravações das “cavernas” (na realidade bastante tecnologizadas) de Tora Bora, no Afeganistão, durante toda a década de 2000, às perfeitas *performances* do Dâ'ish é algo notável também para quem não é um esperto em meios de comunicação (NAPOLEONI, 2005; BURKE, 2004).

A separação entre Islã, política e cultura, comporta a assunção de um Islã que seria somente religião. O paradoxo é que os protagonistas da separação são justamente aqueles que querem, ou queriam, ver no Islã uma religião totalizante, que, portanto, não separa a religião da política. De forma provocatória, pode-se afirmar que os verdadeiros atores da secularização do Islã hoje não são exatamente os muçulmanos laicos, pois estão fora da reformulação do religioso, mas sim os islamistas, pois tentam remediar à cisão crescente entre cultura e religião por meio de uma exacerbação da religião, que tem como resultado de destacá-la um pouco mais do político e do cultural. Esta evolução é caracterizada, em negativo, pela reintrodução, por parte dos islamistas, da autonomia do político e da prioridade atribuída pelos neofundamentalistas aos valores e à cultura (ROY, 2002, p. 17).

4.8.2. Inovação e violência

A modernidade emerge em modo particular na relação entre o Islã radical e o uso da violência, que é artificialmente ligada à tradição islâmica: trata-se, como explicam os muçulmanos tradicionalistas, de uma inovação, *bid'a*, portanto um paradoxo. Esta inovação se torna explícita, por exemplo, na transformação do jihâd de uma obrigação defensiva coletiva a obrigação individual e permanente³⁰².

Contudo, afirma Roy, a maioria dos conflitos definidos “religiosos” são, na verdade, “étnico-nacionais” e o Islã não é uma exceção, mesmo que seja evidente que, em vários casos de conflito, não últimos aqueles no Iraque, na Líbia e na Síria, o jihâd é instrumentalizado pelos neofundamentalistas, por um lado, e pelos governos ocidentais do outro – exagerando a

³⁰² Dabiq 3, *A call to hijra*: “There is no life without jihad”, p. 31

dimensão islâmica por questões de política interna ou externa. Muitas vezes a violência “islâmica” é, na verdade, anti-imperialista e antiamericana (e antissionista): trata-se, como explica Roy, das “consequências da descolonização”.

Os meios que os jihadistas utilizam – violência brutal e atentados suicidas – são considerados anti-islâmicos pelos ortodoxos uma introdução moderna emprestada por outras tradições e pelas lutas seculares dos movimentos e grupos nacionalistas. Muitos dos terroristas kamikazes árabes eram, em origem, pouco praticantes e em cisão com as tradições familiares ou sociais de pertencimento³⁰³: os militantes de al-Qâ’ida como aqueles do Dâ’ish cortaram os laços com a família e com a própria pátria (*watan*)³⁰⁴, dois elementos básicos no Islã ortodoxo.

Muitos combatentes jihadistas, de fato, islamizaram-se novamente no Ocidente ou em países considerados “laicos”, como a Tunísia (de onde chega a maioria dos que aderiram aos grupos jihadistas, que se uniram ao Dâ’ish ou às redes de al-Qâ’ida). Aqui o Islã é individual, “faça-você-mesmo”, construído através dos sermões ouvidos em certas tevês (em particular al-Arabiya e al-Jazeera) ou em sites por predicadores improvisados e com poucos estudos. Escreve Roy:

Esses neofundamentalistas não reconhecem mestre algum no Islã e, pelo resto, conduzem frequentemente uma vida muito pouco conforme aos preceitos da religião. É impressionante a continuidade das ações de bin Ladin com o movimento anti-imperialista e terceiro-mundista ocidental dos anos sessenta e oitenta. (2002, p. 20).

Provavelmente, especula Roy, os jovens proletários ou da boa burguesia que ingressam nos grupos jihadistas teriam sido membros dos grupos revolucionários anti-imperialistas somente algumas décadas atrás³⁰⁵, tanto é que é possível encontrar, nas redes sociais, os comentários de admiração de homens e mulheres adultos, outrora militantes contra o “sistema” capitalista, para com os gestos das tropas do Dâ’ish: há quem usa o termo de “revolucionários” e está à espera de “grandes mudanças” no Oriente Médio (Palestina inclusive) e no Ocidente, por mãos das tropas do “Califa”.

Roy afirma que não se pode ler o anti-imperialismo intrínseco no jihadismo somente como uma consequência dos problemas sociais das periferias urbanas ocidentais e árabes ou como uma reação identitária das minorias marginalizadas ou dos povos oprimidos no Oriente Médio: por exemplo, no caso da Líbia, um dos países árabes, juntamente com a Tunísia e a

³⁰³ Irei aprofundar esse assunto na seção “O perfil do jovem jihadista”.

³⁰⁴ Dabiq 3, *A call to hijra*, “Those who break off from their tribe”, p. 6-8.

³⁰⁵ Nos meus livros “Voci di donne” (2002) e “Islam d’Italia” (2005), escritos após pesquisas de anos entre as comunidades muçulmanas na Itália, vários entrevistados – seja homens seja mulheres - convertidos ao Islã e simpatizantes da linha neo-salafita, declararam um passado em grupos “radicais” de esquerda ou de direita.

Arábia Saudita, que produziu o maior número de jihadistas dirigidos para áreas de conflito no mundo islâmico entre o final dos anos '80 e 2011, não podemos falar de “marginalização” ou falta de possibilidades de estudo ou pobreza. Em geral, entre as fileiras radicais estão presentes muitos filhos das classes médias e altas ocidentais e árabes; tal radicalismo é também, ou talvez principalmente, uma consequência de uma mudança radical no Islã contemporâneo, uma desideologização dos movimentos islamistas clássicos (como a Irmandade Muçulmana, por exemplo) e da renúncia do seu papel internacional (pan-árabe e pan-islâmico) a favor de uma mudança pragmática, de aceitação do poder ou da *governance*; isto é, a renúncia à “revolução permanente” e à luta³⁰⁶.

Islamistas e neofundamentalistas. Com as diferenças devidas à profunda complexidade de vários grupos ou redes, são definidos islamistas aqueles movimentos islâmicos que fazem do Islã uma ideologia política e que têm como objetivo a islamização da sociedade, a derrubada dos regimes anti-islâmicos e a criação de um Estado islâmico. Através da tomada do poder tentam islamizar a sociedade: são um exemplo concreto os Irmãos Muçulmanos na Tunísia e no Egito, na fase sucessiva às “Primaveras Árabes”. De fato, a acusação principal contra o governo da Irmandade, no Egito, movida pelos grupos seculares egípcios que se levantaram junto aos muçulmanos, em 2011, contra o regime de Mubarak, foi a de querer islamizar uma sociedade que por tradição era “laica”; a partir daqui, o apoio de muitos cidadãos e movimentos liberais ao golpe no verão de 2013, que derrubou o governo da IM.

Na Tunísia, a tomada do poder, em seguida às eleições livres, do movimento al-Nahda (Irmandade Muçulmana), e a mudança islamizadora da sociedade tunisiana, secular, tinha suscitado amplos protestos, até à crise do governo e às novas eleições; em particular, al-Nahda é acusada de ter sido muito complacente (ou, pior, de ter aberto as portas) para com os grupos de jihadistas, e de ter levado o país à instabilidade atual.

Para todos os movimentos islamistas dos anos setenta e oitenta, o acesso ao poder era fundamental para islamizar a sociedade do seu interior; desde o final dos anos oitenta, até os dias atuais, com a difusão dos grupos que fazem do jihâd o seu principal objetivo, podemos falar de neofundamentalismo, ou seja, de movimentos radicais que se destacam daqueles “clássicos” do Novecentos e que, frequentemente, se acham em antagonismo com eles (ROY, 2002). Existe um conflito, portanto, dentro do islamismo radical, entre os movimentos “velhos” e geralmente mais “quietistas”, e aqueles das últimas três décadas, que são mais violentos.

³⁰⁶ Veja-se o cap. 2.2. “Radicalismo islâmico das lutas nacionais à globalização: o jihadismo internacional”.

“Nacionalização” do Islã. Entre o final dos anos 90 e o novo milênio, os movimentos islamistas clássicos viraram mais nacionalistas que islamistas, em detrimento da “gestão e representação do fator religioso”, substituído por um espaço autônomo: portanto, há um processo de nacionalização dos “islãs” em favor da predominância política. Isso acontece seja nos países de origem seja nas terras de imigração, onde sua integração no sistema político enfraquece, até banalizá-la, sua capacidade de “mudar o sistema”: a deles é uma islamização que não atrapalha o poder e onde a democracia é um instrumento (nunca uma finalidade) para a conquista dos espaços políticos. A política é, de fato, parte integrante da ideologia fundamentalista (ROY, 2002, 2005, ÉTIENNE, 2001; KEPEL, 2002-2003).

O processo de secularização tomado pelos movimentos fundamentalistas clássicos (IM, Gia algeriano, khomeinismo iraniano, movimentos paquistaneses) e a supervalorização do estado em relação à religião, criou um vazio ideológico que o neofundamentalismo preencheu, a partir de al-Qâ‘ida e toda sua galáxia espalhada entre África e Ásia, até o Dâ‘ish.

Nos vários números da revista *Dabiq* encontram-se os anátemas contra Hamas, os Irmãos Muçulmanos e outros movimentos que pertence à “velha escola” do fundamentalismo islâmico, considerados pelo Dâ‘ish pouco aderentes a uma leitura literalista e jihadista.

A “pragmatização” do islamismo político pre-jihadista produziu uma re-islamização violenta que é religiosa, mas, sobretudo, política; o objetivo do Dâ‘ish é, de fato, ocupar os espaços geográficos de poder, não o de islamizar os estados “por dentro”: é a conquista dos povos e dos territórios por meio das armas e dos pactos de fidelidade de grupos étnicos e familiares (no Iraque, na Síria e na Líbia), das várias qabilas, e da conversa forçada. Ao Estado Islâmico não interessa que nos territórios árabes que está conquistando haja muçulmanos, que, segundo a lei corânica precisam ser respeitados, junto com os Povos do Livro (cristãos e judeus), mas interessa que a população jure fidelidade e se submeta à autoridade do “califa” e siga estritamente suas indicações na vida privada e social.

Segundo Roy, o desenvolvimento do islamismo teve o efeito paradoxal de reforçar o campo político em detrimento do religioso, ou seja, de acentuar os processos de conquista progressiva da autonomia da religião perante a política, portanto, o Islã político é “o triunfo da política” sobre a religião, e não o contrário, e por esta razão é fortemente contestado pelos muçulmanos tradicionalistas. Uma vez alcançado o poder – no Parlamento, no governo ou na presidência de um estado – o radicalismo se torna conservador e, enquanto tenta manter o poder por qualquer meio (veja-se em Trípoli), concentra-se em questões morais: isso aconteceu com a Irmandade Muçulmana e aliados jihadistas depois das eleições na Líbia, em 2012 e 2014 e a seguir. Para eles torna-se uma questão central a “moral sexual”, os valores, os costumes, ou

seja, as manifestações externas da religião, os símbolos identitários que podem distinguir os muçulmanos dos “infiéis” ocidentais e de suas “modas pecaminosas”. Eis, então, a insistência sobre o “véu” para as mulheres, sobre a vestimenta para os homens, sobre o controle da sexualidade etc. Trata-se de uma reação mais ou menos forte ao imperialismo cultural ocidental, mas

é portador de um modelo de cultura reativo, e acaba por confundir a cultura e o bom costume. Integrou a modernização (social e tecnológica), da qual representou um fator, mas se choca com a aporia de uma “cultura islâmica”, e isso se traduz com uma abordagem neofundamentalista com a diversão, fundado sobre a proibição e sobre a limitação (ROY, 2002, p.34).

Assim, pelas ruas de Benghazi, “libertadas” do regime, massas de pessoas agitavam a bandeira negra qaedista e chamavam a aplicação da sharí‘a, a moralização dos costumes, o retorno das mulheres nos lares e assim por diante³⁰⁷ (ROSENTHAL, 2013, p. 17-35).

Halal made in USA. A limitação é baseada sobre o lícito e o ilícito, *halal e haram*, mas sempre, paradoxalmente, com a modalidade e as escolhas que se contrapõem à tradição em favor de uma globalização, ou de uma americanização: armas, carros, veículos blindados, comida, tecnologia dos EUA e do Ocidente em geral foram recebidos e exibidos durante todo o levante do 2011 na Líbia por grupos jihadistas. E ainda mais paradoxalmente, o Dâ‘ish, expressão máxima e mais violenta de todas as formas de anti-occidentalismo da luta jihadista takfirista³⁰⁸, mostra uma tecnologia bélica e comunicação ultramoderna feita nos EUA.

Para mencionar questões menos violentas, falando do declínio da cozinha tradicional sob os efeitos da indústria do *fast food*, plenamente casada pelos neofundamentalistas, Roy evidencia:

“Comida *versus* cozinha” é um bom exemplo da oposição entre código e culturas. O neofundamentalismo não se preocupa com a cozinha. O que for que seja *halal* está valendo, quaisquer que sejam os ingredientes e a receita. Quando abrem um restaurante, nunca promovem uma cozinha otomana ou marroquina, mas comida *halal*, e muitas vezes simplesmente oferecem os mesmos *fast food* ocidentais. Analogamente, as vestimentas *halal* podem se basear em impermeáveis, luvas, cachecol à moda ocidental (cha-Dior, jogo de palavras iraniano entre chador e Dior), etc. *Halal* se torna assim um código adaptável a cada cultura. Os objetos param de ter uma história e um significado cultural, uma vez escolhidos encontram pedidos normativos e não se referem a uma cultura específica. Para os neofundamentalistas, o hambúrguer é visto como culturalmente neutro se feito segundo as normas religiosas (ROY, 2005, p. 271).

Paradoxal é o caso da “Mecca Cola”, apresentado pelos líderes das comunidades islâmicas como a alternativa “ética” à Coca Cola:

O Islã globalizado parece ser culturalmente mais neutro da “americanização”. Onde a última é baseada na imposição de uma matriz cultural global (e daí um processo de desculturalização), o Islã globalizado é mais

³⁰⁷ Libya, *Hundreds Of Heavily Armed Salafi-Jihadist In Benghazi Demand Sharia Law 9/June/2012*, 17/9/2012, <https://www.youtube.com/watch?v=JHCFqdDFrqM>; acessado em 11/7/2015; 12/7/2019.

³⁰⁸ Veja-se os cap. 1, 2 e o glossário.

interessado em estabelecer novos códigos, normas e valores, indiferentemente da forma cultural deles. O lançamento da Mecca-Cola na França durante o ápice do antiamericanismo global (2000-2003), com os mesmos ingredientes da Coca-Cola, mas com um nome diferente, confirma que a simbólica oposição à americanização é compatível com uma mais profunda, e talvez substancial, forma de “americanização” (CONVERSI, 2009, p. 355).

Mecca-Cola foi um experimento de “orgulho” islâmico financiado pelas multinacionais dos Países do Golfo, parecido demais ao original americano para ter um sucesso duradouro, ou talvez, enquanto representava apenas uma reação simbólica³⁰⁹.

Todavia, seja no mundo islâmico seja entre os muçulmanos europeus, é muito comum achar marca “americana” na mesa ou nas roupas (Nike e Converse All Star são os exemplos mais famosos), assim como os membros do Dâ‘ish ou de al-Qâ‘ida andam pelas cidades e vilas “conquistadas”, na África e no Oriente Médio, a bordo de potentes veículos *off road*. Uma cena do belo filme *Timbuctu* mostra um chefe jihadista árabe que se diverte como uma criança dirigindo um SUV produzido no “Ocidente corrupto”; trata-se de imagens emblemáticas do paradoxo e das profundas contradições do islamismo político.

Como mencionado acima, a mesma tecnologia em níveis profissionais utilizada nos vídeos do Dâ‘ish (lembremos aquele do soldado jordaniano queimado vivo) demonstra como os meios e os símbolos da modernidade ocidental são parte integrante da “cultura” do radicalismo islâmico. Não último, a fobia sexual que conota os grupos neosalafistas foi transformada em uma espécie de pornografia satisfeita e exposta ao mundo pelas tropas do “califado” islâmico: sequestros e estupros de mulheres árabes (iraquianas, sírias, yazidis) e ocidentais, vendidas ao leilão, passadas de emir para emir, em uma rota da escravidão sexual contrária às regras islâmicas. Por exemplo, a violência sexual e a escravização de mulheres imigrantes subsaarianas pelas tropas jihadistas, na atual Líbia, é um fenômeno denunciado por várias organizações internacionais e eu também pude coletar histórias horríveis durante uma visita em um centro de acolhida de imigrantes chegados da Líbia, em Catania, na Sicília³¹⁰.

De fato, nos atos dos Dâ‘ish e dos qaedistas emergem um individualismo e um narcisismo fortíssimos, em antítese, como afirmado anteriormente, à visão comunitária e moralista do Islã ortodoxo, e uma teatralização da religião que é reduzida a um monte de regras e desligada da tradição islâmica e mais ligada aos complicados e numerosos códigos judaicos. Desta forma, inventaram para si um Islã faça-você-mesmo ou *prêt-à-porter*. E, em definitiva, as partes mais

³⁰⁹ Aqui um meu artigo publicado em 2003 sobre a Mecca Cola: um fenômeno que durou pouco tempo: <http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2003/07/25/arriva-la-mecca-cola-islam-con.html>

³¹⁰ Lano, Angela, *A destruição da Líbia e a questão dos migrantes e refugiados*, 2018, <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

violentas do Islã radical foram identificadas como um aspecto da modernidade ocidentalizada (CONVERSI, 2009, p. 355).

Do ponto de vista religioso, os jihadistas transformam o Alcorão em um simples distribuidor de códigos privados de referências a uma sociedade concreta e, portanto, bem adaptável a qualquer realidade. Exatamente como fazia bin Ladin e outros líderes da al-Qâ'ida e como faz atualmente al-Baghdadi, eles escolhem entre a multidão (são milhares) de *hadith*, os ditos e feitos do Profeta, os que parecem favorável e podem apoiar suas próprias ações ou as do seu grupo.

Autodidatismo e autoreferencialidade, atitude sectária, redução drástica do *corpus* conceitual islâmicos, redução do “sagrado” à sacralização da religião em si, e consequente rigidez dogmática, individualismo em detrimento da dimensão comunitária e coletiva, obsessão pela apostasia (a procura da “verdade” na falta de um verdadeiro saber e na exclusão dos sábios - os *awria's* da tradição ortodoxa) e dos ‘*ulâma*’, os cientistas/estudiosos islâmicos: o islamismo jihadista enraíza-se na exclusão de tudo aquilo que é “outro” de si mesmo: substitui a *Ummah*, a comunidade muçulmana, com uma comunidade virtual, imaginada, criada via internet, desterritorializada e concentra-se em um jihâd individual e permanente, no uso atrevido da tecnologia e dos meios da modernidade. Trata-se de um fenômeno complexo em cisão com a secular tradição islâmica ortodoxa e um produto-efeito da modernidade e da globalização político-religiosa (ROY, 2002, p.111-140).

O perfil do jihadista.

Como surgiu a partir das investigações sobre os vários ataques terroristas no mundo, o perfil dos terroristas não responde aos padrões do fanático religioso: todos eles bebem, têm história de drogas, não frequentam as mesquitas, não oram; vizinhos os descrevem como alegres, sociáveis, curtindo a vida...

Este esquema se aplica tanto aos jihadistas que pertencem à classe média e alta quanto às populares, ou seja, todos parecem laicos, pelo menos, no seu recente passado; portanto, para os muçulmanos de origem e os convertidos, o jihadismo representa uma “conversão”, um renascimento pessoal, uma nova vida - e isso acontece pouco antes de se alistar nas filas das organizações jihadistas. De certa forma, a transgressão de suas vidas anteriores transitou para um Islã fora da tradição ortodoxa e que representa, *de facto*, uma ruptura, uma extrema modernização. Um fenômeno semelhante às conversões, na América Latina, para seitas

evangélicas (militantes) por jovens com dependência da droga, álcool ou outros problemas sociais.

Não é à toa que alguns estudiosos – entre eles psicólogos, sociólogos, médicos -, falam de formas de sofrimento psíquico e social comum a vários jihadistas: depressão, isolamento, instabilidade psicológica, infância ou adolescência difíceis, hipersensibilidade, fraqueza, sentimento de alienação ou de não-pertencimento a um “lugar” e a um “tempo”, um “território”, a uma “sociedade”. Este parece ser o background comum entre o jihadista que vem de bairros ricos e aquele que mora nas banlieues, muçulmano de origem ou convertido que seja - em ambos os casos, parece tratar-se de vazios existenciais que a família e a sociedade não conseguem preencher, mas que encontram respostas nas redes sociais – Facebook, sites e outros.

Além disso, a extrema sensibilidade e um idealismo excessivo ou raiva por causa das injustiças sociais (do subúrbio até o resto do mundo) são impulsos para se buscar justiça e lei fora da sociedade ocidental, no Islã, e, em particular, na sua visão mais extrema e politizada. Estados Unidos, Israel, França, Grã-Bretanha, Rússia, mas também o Irã e alguns regimes árabes são considerados por esses jovens como a causa do mal que assola o mundo, particularmente a Ummah (comunidade dos crentes) Islâmica, e têm que ser combatidos.

O Dâ‘ish, portanto, com a sua propaganda de heróis, “jovens leões”, bonitos, cosmopolitas, “anti”- Ocidente (no conceito mais amplo de Europa, EUA e regimes árabes e islâmicos corruptos e infiéis), consegue atrair jovens numa faixa de idade entre os 15 e os 25 anos, em crise de identidade, sentimentos conflituosos e instabilidade emocional.

No final dos anos 90, fiz uma pesquisa sobre os muçulmanos na Itália e os convertidos ao Islã, uma das primeiras pesquisas sistemáticas e analíticas italianas sobre esses assuntos: entrevistei homens e mulheres em várias cidades italianas e de várias classes sociais; o resultado desta pesquisa, que durou vários anos, foi publicado em revistas, jornais e em três livros³¹¹. O que me impressionou foi a elevada percentagem, entre as mulheres que abraçaram o islamismo e que participavam das atividades em centros salafistas, de um passado de instabilidade sociopsicológica, de droga, de etilismo, de abandono familiar, ou de pais fugitivos ou violentos ou ausentes, mães incapazes ou doentes. Esta vida passada sofrida era contada para descrever o “antes” e o “depois” da conversão, ou seja, a transformação de uma vida no “vício” ou na “doença” a uma na fé e na “direção certa”.

Mesmo entre os homens havia um histórico de drogas, álcool, violência pessoal; a maioria, porém, chegara da militância política - em partidos de extrema-direita ou extrema-esquerda - e encontrou na organização e disciplina islâmica um ponto de referência,

³¹¹ Veja-se na seção bibliográfica.

particularmente no movimento salafista³¹². As leituras principais, para muitos deles, eram os textos clássicos do salafismo: Ibn Taymiyya, Sayyid Qutb, e outros.

Depois de anos, a situação não mudou: sigo muitos perfis de muçulmanos em redes sociais, falo com líderes e pessoas comuns das comunidades islâmicas na Europa e no Mediterrâneo: a situação é a mesma, mas mais ampla do que no passado.

Esta é a declaração de um responsável de uma mesquita anti-salafista na Itália:

Entre os convertidos que ultimamente estão se apresentando no nosso centro, eu só vejo pessoas com distúrbios psicológicos graves. E tem vários casos de muçulmanos imigrados que manifestam verbalmente atitudes violentas em relação aos não-muçulmanos, resultado de desordem mental na qual a leitura de textos salafistas agressivos, a escuta de sermões violentos através da Internet ou em outras mesquitas têm exasperado.

Violência jihadista como desordem mental ou como reação à marginalização social e política?

O “Centre de Prévention contre les Dérives Sectaires liées à l'Islam” (Centro de Prevenção contra o sectarismo relacionado ao Islã)³¹³ foi contatado por mais de 160 famílias na França, com filhos jihadistas, cujos testemunhos são a base do relatório de 90 páginas. A pesquisa, que envolveu antropólogos, sociólogos, assistentes sociais, médicos, salienta que um percentual relativamente elevado de jovens (40% dos pesquisados) que se juntaram aos grupos jihadistas sofriam de depressão ou mostravam fragilidade psicológica. Isso leva os pesquisadores a supor que “a doutrinação funcione mais facilmente nos jovens hipersensíveis que estão fazendo perguntas sobre o significado de suas vidas”.

Perfil das famílias e dos jovens

As famílias que entram em contato com o CPDSI são todas de cidadãos franceses. Apenas um 10% têm avós que imigraram ou se estabeleceram na França metropolitana, depois de viver nas Índias Ocidentais,

³¹² Veja-se cap. 1 e 2.

³¹³ Dounia Bouzar, Christophe Caupenne, Sulayman Valsan, *La métamorphose opérée chez le jeune par les nouveaux discours terroristes*, por, 2014, em <http://www.bouzar-expertises.fr/metamorphose>, I.1.2. L'origine des familles.

O CPDSI é uma organização privada fundada pela pesquisadora e antropóloga Dounia Bouzar que visa lutar contra a radicalização islâmica na França.

Bastie Eugénie, *Le profil inattendu des djihadistes français*, 19 novembro 2014, em <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2014/11/18/01016-20141118ARTFIG00158-le-profil-inattendu-des-djihadistes-francais.php>;

acessados em 4/9/2016, 14/3/2017.

Alemanha, Argélia, Tunísia, Marrocos ou na Ásia. Esses jovens afetados pelo radicalismo declaram de se sentir “sem território”, pertencentes ao “nada” e crescido em um “blackout”.

O novo discurso terrorista consegue atingir os jovens que são bem estabelecidos na sua história familiar e cujos avós são ou não originários de outro território. Em relação ao exílio, a imigração ou o “território”, isso não aparece mais como um indicador chave no perfil de jovens afetados pelo novo discurso terrorista. (BOUZAR, CAUPENNE, VALSAN, I.1.2).

A classe social das famílias é média e alta em 84% dos casos pesquisados pelo CPDSI, com forte representação de professores e alta formação educacional (50% de 84%). O restante é dividido entre as classes popular e a alta; além disso, 80% das famílias se declara ateuista, e o restante 20% são budistas, judeus, católicos ou muçulmanos. A faixa etária mais afetada é a de 15-21 anos (63%); a de 21-28 anos corresponde ao restante 37%; pessoas com mais de 30 anos parecem muito raras.

A pesquisa mostra que, em comparação com o passado, quando as conversões ao radicalismo (islâmico ou evangélico) eram características de classes populares, especialmente com baixa escolaridade e desestabilizadas, das segundas gerações de imigrantes, de minorias, de jovens em ruptura social ou política ou ansiosos para abraçar uma causa, nos últimos tempos, elas afetam todas as classes sociais e podem derrubar um jovem escolarizado ou um campeão de natação, em pleno sucesso e mobilidade social.

A islamização da periferia da Europa é um fenômeno real, mas no geral marginal [...]. Na verdade, não se pode ver no radicalismo islâmico uma consequência da exclusão social, não apenas porque muitos militantes (mesmo bin Ladin, por exemplo) não têm nada de marginal em termos socioeconômicos (ROY 2002, p. 23).

Diferente, porém, é a visão de outros estudiosos, que leem o radicalismo islâmico em termos de “revolução” e rebelião contra o *status quo* e contra a marginalização social e política de massas de pessoas, seja no Ocidente seja no Oriente. O radicalismo islâmico pode ser considerado, portanto, uma ideologia de oposição que produz o islamismo político (CAMPANINI 2012, p. 40). Nesse sentido, o islamismo radical pode representar uma força de atração por jovens europeus e árabes, enquanto movimento global, cujo poder baseia-se em seis pontos identificados por Richard Hrair Dekmejian em: 1) Alternativa islâmica. Dá uma nova identidade a uma infinidade de indivíduos alienados que perderam sua orientação social e espiritual. 2) Define a visão de mundo dos crentes em termos inequívocos, identificando as fontes de bem e mal. 3) Oferece formas alternativas de confrontação com um ambiente hostil. 4) Fornece uma ideologia de protesto contra a ordem estabelecida. 5) Fornece um senso de dignidade e de pertencimento e um refúgio espiritual à incerteza. 6) Promete uma vida melhor, em uma utopia islâmica projetada para o futuro, na Terra e nos céus (DEKMEJIAN, 1995, p. 49-50).

Muçulmanos marginalizados. Depressão e vida vazia

O caso das comunidades islâmicas na França, país da “Liberté, Egalité, Fraternité”, é emblemático:

Ela marginaliza, empobrece e persegue os muçulmanos: das 67.500 pessoas atualmente na cadeia na França, cerca de 70 por cento são muçulmanos. Na prisão, os jovens são deixados a si mesmos e os mais vulneráveis encontram refúgio nos sermões inflamados de alguns personagens radicais³¹⁴.

Segundo Lamya Kaddor, milhares de jovens deixam a vida confortável na Europa para aderir ao Estado Islâmico, onde fazem treinamento de guerra, para depois morrer em um atentado suicida, como os ataques de Paris. O papel dos europeus — descendentes de imigrantes e convertidos — nas tropas do Dâ'ish é cada vez maior. Lamya, alemã filha de imigrantes sírios, considera o terrorismo islâmico como um movimento de protesto de uma geração que se vê como vítima da sociedade, da escola ou da família (2015).

Cinco dos meus alunos de religião desapareceram um dia, sendo mais tarde localizados na Síria, para onde tinham ido lutar com o EI. Fiquei perplexa, tentando descobrir as possíveis causas. Em todos eles havia uma sensação de exclusão, déficit emocional ou simplesmente a falta de amor na família, o que fez deles vítimas fáceis de mesquitas radicais
[...] Os imãs radicais só encontram ouvidos onde há jovens disponíveis, que tendem ao jihadismo como uma manifestação de movimento de protesto de uma geração nascida na Europa, que sofre com a falta de raízes e por ver os pais como vítimas da discriminação e da falta de chances de mobilidade social³¹⁵.

A voz do psicólogo Ahmad Mansour se junta àquelas que argumentam que os problemas que levam jovens a aderirem ao jihâd são mais psicológicos do que socioeconômicos. Cerca de 40% dos novos jihadistas sofrem de depressão e descobrem a ideologia como conteúdo para preencher uma vida que julgavam vazia. O aspecto da violência só se torna presente mais tarde³¹⁶.

Em seu livro, Sam Najjair (2013)³¹⁷, líbio-irlandês que foi à Líbia para se juntar à revolta e entrou nas Brigadas de Trípoli³¹⁸, escreveu que, vendo os vídeos da Líbia circulando na época,

³¹⁴Harriete, Alexander, *What is going wrong in France's prisons?*, 17/1/2015, em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/11352268/What-is-going-wrong-in-France-prisons.html>; acessados em 4/9/2016, 14/3/2017.

³¹⁵ Magalhães-Ruether, Graça, *O berço de 'guerreiros santos' na Alemanha*, 29/11/2015, <http://oglobo.globo.com/mundo/o-berco-de-guerreiros-santos-na-alemanha-18172716#ixzz3texewmsc>; acessados em 4/9/2016, 14/3/2017.

³¹⁶ Magalhães-Ruether Graça, 29/11/2015

³¹⁷ Vídeos sobre Najjair:

Interview with Sam Najjair, author of "Lions of the Tripoli Brigade", 4/4/2016, <https://www.youtube.com/watch?v=Or-pnugzCEM&feature=share>; acessado em 4/9/2016, 14/3/2017.

Sam the Sniper NAJJAIR: Memories of 17th February Revolution, *ImazighenLibyaTV*, 7/10/2013, <https://www.youtube.com/watch?v=Zt5YA-8RSI4>; acessado em 4/9/2016, 14/3/2017.

³¹⁸ Muammar Gaddafi - The Tripoli Brigade (part 1), 9/9/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=R605xjoi2I4>; acessado em 4/9/2015, 14/3/2017;

ele sentiu vontade de fazer algo, mas não tinha recursos, mas um dia sua mãe telefonou para ele dizendo que seu irmão mais novo, Yusef, havia se juntado a seu cunhado Mahdi el-Harati em Benghazi e estava treinando com “pessoas boas” e que estava “muito orgulhosa dele”. Sam ficou muito impressionado com o telefonema de sua mãe, perguntando-lhe se ele também pretendia ir.

Ele explica que sua mãe entendia a situação existencial na qual ele se encontrava e que precisava ir à Líbia para lutar por um objetivo, e que isso seria uma mudança radical em sua vida. Em suma, o jovem precisava sair de uma situação existencial deprimente, sem objetivos, e a revolta na Líbia ofereceu-lhe a oportunidade de mudar.

Doença e uso de drogas

Entre a juventude seguida pelo CPDSI desde março de 2014,

apenas 5% dos jovens tinham cometido atos de “pequena criminalidade” no início da adolescência. Em contraste, 40% deles experimentaram surtos de depressão com vários sintomas: depressão, anorexia, autolesões, isolamento (BOUZAR, 2014).

Como já mencionado, o centro supõe que o doutrinamento funcione mais facilmente no caso de jovens “hipersensíveis” que estão fazendo perguntas sobre o significado de suas vidas, o seu lugar e papel no mundo. O discurso radical reverte sutilmente sua percepção: nunca se sentiram conectados com o mundo, nunca foram entendidos pelos “outros”, sempre se sentiram “diferente”, precisamente porque eram eleitos por Deus enquanto “pessoas puras capazes de receber a verdade para salvar o mundo da perversão”. Tudo está conectado e interativo:

No primeiro tempo, a fragilidade dos jovens na relação para com o mundo parece ser um terreno fértil para a entrada nos movimentos radicais; em segundo tempo, a ruptura com o resto do mundo é uma consequência do doutrinamento sectário, para fortalecer a autoridade do discurso e do grupo de pares (BOUZAR, 2014).

Instabilidade e sofrimento, alcoolismo e outros vícios, parecem emergir também na personalidade da jovem Hasna Ait Boulahcen³¹⁹ que morreu na explosão do jihadista que estava

Muammar Gaddafi - The Tripoli Brigade (part 2), [FRANCE 24 English](#)

9/9/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=qec5Mq4iSbg>; acessado em 4/9/2015, 14/3/2017.

³¹⁹ *Hasna Ait Boulahcen, première femme kamikaze d'Europe qui n'a jamais lu le Coran et buvait de l'alcool*, 11/2015,

[http://www.wikistrike.com/2015/11/hasna-ait-boulahcen-premiere-femme-kamikaze-d-europe-qui-n-a-jamais-lu-le-coran-et-buvait-de-l-](http://www.wikistrike.com/2015/11/hasna-ait-boulahcen-premiere-femme-kamikaze-d-europe-qui-n-a-jamais-lu-le-coran-et-buvait-de-l-alcool.html?utm_source=ob_share&utm_medium=ob_facebook&utm_campaign=ob_sharebar)

[alcool.html?utm_source=ob_share&utm_medium=ob_facebook&utm_campaign=ob_sharebar](http://www.wikistrike.com/2015/11/hasna-ait-boulahcen-premiere-femme-kamikaze-d-europe-qui-n-a-jamais-lu-le-coran-et-buvait-de-l-alcool.html?utm_source=ob_share&utm_medium=ob_facebook&utm_campaign=ob_sharebar).

Willsher, Kim, *Hasna Aitboulahcen: police examine remains of 'cowgirl' turned suicide bomber*, The Guardian, 19/11/2015,

<http://www.theguardian.com/world/2015/nov/19/paris-attacks-police-examine-remains-of-cowgirl-turned-suicide-bomber>;

acessados em 12/5/2016; 1/2/2017.

com ela durante a invasão da polícia, a Saint-Denis, no subúrbio de Paris, poucos dias depois dos ataques terroristas de 13 de novembro 2015.

O perfil de outro homem-bomba é de uma pessoa que frequentava bares de traficantes de drogas.

Em relação aos vídeos divulgados pelo Dâ'ish, com cadáveres arrastados no chão por veículos, corpos despedaçados, órgãos internos comidos, estupros de meninas, é evidente uma ferocidade espetacularizada, que seus objetivos são incutir medo e, ao mesmo tempo, atrair os jovens acostumados à violência dos videogames, movendo a fronteira entre realidade e fantasia. Quanto a Alcorão e aos *ahâdith*, os ditos e feitos do Profeta, são muito claros em relação às regras em tempo de guerra: não matar mulheres, crianças, idosos; não destruir a natureza; não desmembrar os cadáveres etc. Portanto, o jihadismo constitui uma perigosa inovação, *bid'a*, proibida no Islã. O próprio conceito de jihâd (aqui no sentido de esforço militar, guerra, *al-jihâd al-asġaru*, o jihâd menor) foi manipulado pelos grupos salafistas wahhabitas: a prioridade dada ao jihâd o transformou numa obrigação do indivíduo (*farġ al-'ayn*), que assim é imposta a cada um, em todos os momentos, enquanto, ao invés, a Tradição ortodoxa o considera um dever coletivo (*farġ al-kifâya*) e portanto limitado no tempo e no espaço e obrigatório nas situações de ameaças, ou seja, quando o *Dar al-Islâ*, o Território Islâmico, é ameaçado por inimigos.

Uso de anfetaminas

Nesses anos emergiram dados sobre o consumo e a distribuição de drogas por grupos jihadistas seja na Síria seja na Líbia e em outros lugares: investigações realizadas separadamente pelas agências de notícias *The Guardian*³²⁰ *Reuters*³²¹ e o *Time magazine*³²² descobriram o crescente comércio de “Captagon” de fabricação síria: trata-se de uma anfetamina consumida no Oriente Médio, mas quase desconhecida em outros lugares, que gera recursos de milhões de dólares dentro do país, alguns dos quais certamente são usados para comprar armas. Combatentes usam o estimulante para ajudá-los a continuar a guerra.

320 Henley, Jon, *Captagon: the amphetamine fuelling Syria's civil war*, *The Guardian*, 13/1/2014, <http://www.theguardian.com/world/shortcuts/2014/jan/13/captagon-amphetamine-syria-war-middle-east?CMP:> acessado em 13/5/2016; 2/2/2017, 1/7/2019.

321 Stephen, Kalin, *Insight - War turns Syria into major amphetamines producer, consumer*, *Reuters*, 13/1/2014, [http://uk.reuters.com/article/2014/01/13/uk-syria-crisis-drugs-idUKBREA0B04K20140113;](http://uk.reuters.com/article/2014/01/13/uk-syria-crisis-drugs-idUKBREA0B04K20140113;_) acessado em 13/5/2016; 2/2/2017, 1/7/2019.

322 Baker, Aryn, *Syria's Breaking Bad: Are Amphetamines Funding the War?*, *Time*, 28/10/2013, [http://world.time.com/2013/10/28/syrias-breaking-bad-are-amphetamines-funding-the-war/;](http://world.time.com/2013/10/28/syrias-breaking-bad-are-amphetamines-funding-the-war/) acessado em 13/5/2016; 2/2/2017, 1/7/2019.

De acordo com as investigações jornalísticas, o Captagon, que contém fenethylamine sintética, foi produzido pela primeira vez na década de 1960 para tratar a hiperatividade, a narcolepsia e a depressão, mas foi proibido na maioria dos países na década de 1980 pois muito viciante. Agora permanece muito popular no Oriente Médio.

Padrões na radicalização islâmica na Europa

Para Katherine Brown, do Departamento de Estudos de Defesa do King's College de Londres e membro da Rede de Estudos Islâmicos:

O Estado Islâmico nunca contou com os chamados “lobos solitários”, como se chegou a supor recentemente. Essas pessoas que agem sozinhas teriam outras formas e, quem sabe, motivações distintas. O mais comum para a organização terrorista é a estrutura de célula com uma relação de confiança estabelecida apenas entre alguns poucos escolhidos. E assim tem sido nos últimos anos. É difícil estabelecer o que têm em comum os jovens radicalizados e o que os faria, como europeus, atacar os próprios países onde nasceram. Mesmo assim podemos dizer que política, mazelas sociais e uma crença em um futuro diferente os motiva³²³.

A linguagem jihadista atrai: segundo o International Centre for the Study on Radicalization do King's College de Londres, quase 20 mil estrangeiros se uniram às fileiras jihadistas na Síria e no Iraque³²⁴: quatro mil são europeus. Raramente a radicalização é feita nas mesquitas: não é nos centros religiosos que os jovens se encontram, mas nos cybercafé, nas livrarias, nas universidades, na internet, como testemunha Sam Najjair (2013): ele relata que começou a se envolver com a guerra na Líbia através da internet e durante seus encontros com amigos em um cyber-café em Dublin. De família muçulmana, tinha sido sempre pouco ou quase nada praticante e dedicado “a uma vida de vícios e de exclusão social”. A “conversão” religiosa e a militância política chegaram quase simultaneamente com a decisão de se juntar às fileiras dos grupos de combatente liderado, como explicados antes, por chefes do LIFG e de outras realidades radicais na Líbia.

A partir da leitura da “tendência ao narcisismo”, Nazir Afzal, um proeminente procurador do Reino Unido, declarou ao jornal Time:

Os terroristas do ISIS (que se dizem “soldados”) são narcisistas, correm atrás da glória e estão se vendendo graças a vídeos profissionais que os fazem parecer fascinantes e sexy. [...] Eles fazem os jovens (recrutados pelo jihadismo) se sentirem queridos e amados, [...] e os afastam de seus amigos e famílias.

³²³ Vivian, Oswald, *Padrões se repetem na radicalização islâmica na Europa*, O Globo, 29/11/2015, <http://oglobo.globo.com/mundo/padroes-se-repetem-na-radicalizacao-islamica-na-europa-18172774>; acessado em 13/5/2016; 2/2/2017, 1/7/2019.

³²⁴ <https://www.kcl.ac.uk>; acessado em 13/5/2016; 2/2/2017, 1/7/2019.

As observações de Afzal vieram depois que alguns estudantes fugiram do Reino Unido para se juntar ao ISIS na Síria: ele observa uma semelhança emocional entre adolescentes radicalizados e aqueles que se preparam para encontrar parceiros sexuais na internet:

As técnicas de sedução são as mesmas. No caso do ISIS, a radicalização está sendo feita online e face-to-face com pregadores carismáticos, sedutores, que estão incentivando os jovens “a ir para o lado escuro”³²⁵.

Ele acredita, portanto, que a radicalização deve ser abordada através de especialistas, como uma dependência psicológica.

Uma das questões é que os jovens atraídos pelo radicalismo consideram os pregadores salafistas e os líderes do Dâ'ish como “estrelas” do cinema ou *popstar*. Uma muçulmana italiana escreveu recentemente no Facebook:

O problema é porque um jovem francês de origem argelina, e muitos outros como ele, não vão aprender o Islã com a ajuda de um imã real, com uma sólida formação teológica, mas prefere ouvir os delírios de loucos no YouTube. Eu o vi com meus próprios olhos em mesquitas alemãs: quando o centro islâmico convidava teólogos de al-Azhar, do Cairo, chegavam poucas pessoas; quando eram convidadas as “estrelas” radicais de YouTube, com linguagem violenta e inculta, com limitado conhecimento do árabe, abuso da palavra “kuffar” (incrédulos), capuz por cima da túnica, multidões de jovens se reuniam na mesquita.

Jihadismo via Internet

Os pesquisadores do CPDSI apontam que a Internet é um meio de comunicação, um espaço de substituição, para a comunidade, Ummah: um espaço virtual sagrado que apareceu como o único território real do ponto de vista do grupo radical, a partir do qual é possível se proteger e lutar contra o “caos do mundo pervertido”.

Os jovens afetados por este discurso vivem como indivíduos globalizados, mas não se percebem parte de nenhuma cultura e de nenhum espaço da política nacional: é aqui que o estabelecimento do Dâ'ish, proclamado em junho 2014, abriu o caminho para o reconhecimento de um espaço territorial comum, aceitado, para a Ummah virtual, porém a Internet manteve-se o principal meio de comunicação para a passagem do território virtual a um território específico. A Internet é um poderoso meio de comunicação, recrutamento, doutrinação por comunidades com “valores” partilhados: após a sedução virtual vai ter o encontro físico com o grupo jihadista, lá no território islamizado do Dâ'ish onde o “videogame” e o “war-game” se transformam em realidade.

³²⁵ Bunyan Nigel, *Senior Muslim lawyer says British teenagers see Isis as 'pop idols'*, The Guardian, 15/4/2015, <http://www.theguardian.com/world/2015/apr/05/senior-muslim-lawyer-says-british-teenagers-see-isis-as-pop-idols>; acessado em 5/5/2016 e 2/2/2017.

O manual do jihadista ou mujâhid

Porque muitas pessoas da Europa e dos EUA, além do mundo árabe, foi participar das guerras contra a Líbia e a Síria?

Na internet, não é difícil encontrar a revista do Dâ'ish, Dâbiq ou os “manuais do combatente” para aprender a arte da dissimulação, ou taqiyyah, e fingir ser bons cidadãos (como espões ou agentes infiltrados de agências de inteligência) e preparar ataques terroristas; do engano e da trapaça (cartões de crédito clonados, phishing, vários roubos) contra os kuffar, incrédulos, ou as técnicas de guerrilha urbana, meticulosamente descritas, ou da “célula adormecida a ser ativada no momento certo quando a ummah (comunidade dos crentes) precisar; ou até as modalidade “dark”³²⁶ de comunicação via internet entre combatentes, para não serem descobertos pela polícia em todo o mundo.

326 Todo o mundo da Dark Internet e da Dark Net: https://en.wikipedia.org/wiki/Dark_web; acessado em 5/5/2016 e 2/2/2017.

Capítulo 5. Convergência de interesses internacionais contra a Líbia: as agendas das potências ocidentais e árabes e o islamismo radical.

5.1. Da “primavera” líbica à mudança de regime, com a colaboração do islamismo local e internacional

5.1.1. As Primaveras Árabes, a “Primavera da Líbia”

Na esteira das “primaveras árabes” na Tunísia, Egito e outros países, a Líbia do coronel Mu'ammar al-Gaddafi foi dominada pela insurreição em fevereiro de 2011: protestos eclodiram em Benghazi e se espalharam para outras cidades, provocando confrontos entre forças de segurança do governo e rebeldes. Em janeiro de 2011, Gaddafi havia lançado algumas reformas econômicas, talvez para impedir que a Líbia se envolvesse, como seus países vizinhos, em insurreições: reduziu impostos e taxas sobre alimentos importados e outros produtos, mas a medida não foi bem-sucedida em comparação com resultados positivos em estratégias semelhantes dos governos do Marrocos e da Jordânia, por exemplo, que bloquearam os protestos pela raiz. Contudo na Líbia, como explicarei, outros jogos e agendas internacionais estavam em ação há algum tempo, contra as quais as reformas já iniciadas pelo regime não tiveram força alguma. Em fevereiro de 2006, tinham eclodido manifestações violentas em Benghazi, após a publicação de caricaturas dinamarquesas sobre o profeta Maomé³²⁷, que se transformaram em slogans anti-regime (ST. JOHN, 2008-2012, p. 256-257) e anti-Ocidente, que, talvez, tinham sido preparatórias para o levante de 2011, liderado por grupos jihadistas (ROSENTHAL, 2013, p. 7-16).

As revoltas árabes não foram todas iguais (LANO, 1/2013), uma vez que cada uma delas acontecia por meio de diferentes dinâmicas e resultados: as da Tunísia e do Egito foram genuinamente populares, as da Líbia e da Síria foram algo diferente cujos efeitos devastadores ainda são evidentes; contudo, a tendência é inserir

a revolta líbica no contexto das chamadas primaveras árabes, os movimentos de protesto que, entre 2010 e 2011, afetaram muitos estados do norte da África e do Oriente Próximo. No entanto, não é possível assimilar os levantes de 2011 a um único grande movimento [...]. Todas as revoltas tiveram suas causas, suas reviravoltas e seus resultados e, por isso, hoje, os países que no início chamamos indistintamente da “Primavera Árabe” aparecem como um prisma em constante evolução. [...] Deste ponto de vista, seria um erro interpretar os eventos líbios de 2011 como meras contingências do que estava acontecendo nos estados vizinhos. Na Jamâhîriyya os protestos assumiram uma conotação peculiar em relação àqueles dos outros países afetados pelo fenômeno e, por essa razão, a Líbia representa uma espécie de “exceção regional” seja pela forma como as revoltas começaram, tanto pela forma como evoluíram e, finalmente, pelas suas consequências (MERCURI, 2017, p. 49-51).

(MCKINNEY, 2012; FORTE, 2012; SENSINI, 2011, 2011-2017; AWAN, 2015; GRIMALDI, 2012).

³²⁷ As caricaturas foram publicadas em 15 de fevereiro de 2006 em um jornal dinamarquês.

O *casus belli* da revolta apareceu em 15 de fevereiro de 2011, com a prisão de Fathi Tarbel, advogado das famílias dos presos massacrados na prisão de Abu Salim em 26 de junho de 1996³²⁸, e desencadeou protestos em Benghazi, caracterizados por confrontos entre manifestantes e forças de segurança, que causaram várias vítimas; os protestos também envolveram El Bayda, no leste da Líbia, onde dois manifestantes foram mortos, e em Zintan, no sudoeste de Trípoli. Farid Adly, jornalista e escritor líbio³²⁹, explica:

Na Líbia, a situação é diferente de outras revoltas árabes. Aqui tivemos uma guerra civil com intervenção estrangeira. O protesto foi realizado por jovens, mulheres, famílias de prisioneiros presos na notória prisão de Abu Salim, e em 15 de fevereiro de 2011, após a prisão do advogado Fathi Terbil, dois dias antes do planejado “Dia da Fúria”, convocado para o dia 17, em memória do quinto aniversário do massacre de Benghazi. O regime respondeu ao protesto popular com o antiaéreo colocado sobre caminhões e helicópteros, atingindo as pessoas nas ruas. No início, as manifestações eram não-violentas, pacíficas, como na Tunísia e no Egito. A população pensou em derrubar o tirano como nos outros tumultos em andamento, mas a reação de Gaddafi foi muito violenta.

As manifestações foram organizadas via redes sociais como em outros países árabes, mas seu objetivo era pedir reformas nos campos econômico, social, habitacional, de trabalho e de combate à corrupção: a população nas praças não pedia uma mudança de regime.

Sobre a eclosão da insurreição, as opiniões entre meus entrevistados são muito discordantes, diria opostas: por exemplo, explicou-me o prof. Ibrahim Maghdud que a revolta eclodiu quase por acidente: “eles prenderam um advogado em Benghazi, para interrogá-lo”. Para Aida Elhadi³³⁰, na praça, em fevereiro de 2011, havia 10 pessoas, não era a Líbia toda: “a primavera árabe não foi feita para tirar o ditador, isso não importava, foi apenas pelo dinheiro da Líbia e esta é uma coisa nojenta”.

No entretanto, o advogado de Benghazi, al-Amani, afirma exatamente o oposto, dizendo que

a revolta foi uma verdadeira revolução, que foi apoiada pela maioria da população de Benghazi, digamos 80%. Em 17 de fevereiro de 2011, de Ajdabiya, a oeste de Benghazi, onde a revolução começou, até a fronteira com o Egito, Gaddafi perdeu seu território em quatro dias. Este território depende das qabilas, muitas e grandes, que se juntaram à revolta. Em Al-Bayda, quando a revolução começou, as pessoas disseram à polícia e aos militares que eles estavam lutando contra seus primos e eles abaxaram os braços e se juntaram à multidão. Isso aconteceu em todos os lugares onde as tribos controlavam o território, também em Zintane.

³²⁸O escritor Hisham Matar conta esses fatos no romance *O Retorno*. Sua família pertencia à alta burguesia progressista e secular, opositora do regime: seu pai desapareceu na prisão de Abu Salim.

³²⁹Nascido em Benghazi em 1947, vive na Itália desde 1966; de esquerda, secular e anti-regime: o entrevistei duas vezes, em 12/5/2012 - em ocasião do lançamento de seu livro, *La rivoluzione libica*, e em 29/8/2015.

³³⁰Com Aida Elhadi, depois de trocar contato no FB, apresentadas por outros entrevistados líbios, combinamos de nos encontrar para uma conversa via messenger: assim ela contou-me que nasceu em Trípoli, em 1960, de um pai líbio e uma mãe italiana, que mora entre Roma e Trípoli, e pertence a uma família rica, muçulmana, mas secular. Não era a favor de Gaddafi, mas condena veementemente aqueles que iniciaram a revolta. Su FB tem uma página dedicada à cultura da Líbia, onde publica muitas fotos de anos atrás e onde expressa grande sofrimento para a situação atual da Líbia, apesar de pertencer àquelas famílias que ainda têm uma qualidade de vida digna.

Há uma narrativa muito diferente entre os meus entrevistados, dependendo se eles vêm de Trípoli, Sirte, Benghazi: os da Cirenaica, historicamente opositores do regime, tendem a falar de “multidões” de manifestantes anti-Gaddafi; entre os tripolitanos há oponentes e simpatizantes e, de qualquer modo, contam fatos menos exaltados, a menos que não sejam islamistas. No entanto, de acordo com vários analistas mencionados na bibliografia, entre os quais Sensini (2011-2017), que, como outros, estava presente “no campo”:

em 15 de fevereiro, em Benghazi, “estudantes” islâmicos - em grande parte desconhecidos aos próprios professores universitários - criam o “movimento de libertação”. Assim que os protestos começaram, islamistas e elementos atribuíveis ao crime local aproveitaram do caos para atacar a prisão de máxima segurança perto de Benghazi com o objetivo de libertar líderes islâmicos (SENSINI, 2011-2017, p. 108).

Segundo os pesquisadores do “Atlantic Council” (2017), grupos jihadistas juntaram-se rapidamente às revoltas, apesar de sua recente reconciliação com o regime; uma *fatwa* emitida pelo futuro Gran Mufti Sadeq al-Ghariani, na qual articulou uma legitimidade islâmica para as revoltas anti-Gadafi, foi fundamental para o recrutamento precoce; portanto, este momento crítico mudou as revoltas em um caso ideológico: al-Ghariani invocava diretivas divinas claras para que os jovens líbios participassem do jihâd “contra o tirano” e muitos, mesmo sem uma orientação islamista, se sentiram encorajados a responder a esse chamado do mufti, que provocou manifestações em Trípoli. Surgiu um bloco de jovens rebeldes (*thuwwar*) que passou imediatamente sob o comando de redes islamistas; “Allâhu Akbar” se tornou o emblema da revolução, o *takbir* (Allâh é o maior) o hino de batalha: o islamismo radical forneceu a trilha sonora da revolução (ROSENTHAL, 2013); portanto, infiltrando a rebelião, eles transformaram o slogan em uma mudança de regime, um projeto caro a vários grupos de oponentes, e aos EUA, Grã-Bretanha e França. A este respeito, Maghdud conta:

As pessoas se reuniram na frente do tribunal para exigir a libertação do advogado Terbil; no meio da multidão, a revolta começou, mas não pediu o fim do regime, e sim uma mudança nas políticas do país. Foi assim que alguém começou a gritar; ao redor, havia comitês revolucionários que estavam armados: alguém estava atirando e morreram quatro ou cinco pessoas. Em outras partes do mundo árabe as “primaveras” estavam em andamento e as pessoas começaram a invocar a revolta, a polícia disparou e matou. No dia seguinte - onde tudo nasceu - no funeral dessas vítimas, enquanto as pessoas estavam saindo, várias passaram perto de um quartel - os Comitês Revolucionários dispararam alguns tiros (eles estavam perto do armazém de armas) e os tiroteios reais começaram, aqui e ali, e contra o exército.

Dois ministros do governo foram inspirados pela situação e usaram-na: foi assim que o Conselho de Transição - CTN - foi estabelecido com os ex-ministros da Justiça e do Interior à frente. Este último também foi comandante das brigadas militares, um general. No entanto, não foi uma decisão improvisada, já que o Governo de Transição estava pronto nos EUA e simplesmente aguardava a oportunidade para a mudança de regime.

Da mesma opinião é o advogado Ayman Gabala³³¹:

³³¹ Aymen Gabala, nascido em Taruna, a 70 km de Trípoli, em 1982; jornalista, formado em direito, trabalha como advogado em um escritório de advocacia em Bolonha, na Itália. O entrevistei em Roma, em 3 de julho de 2016. O primeiro contato ocorreu em 2015, através da apresentação de um conhecido líbio. Conversamos através do Skype, mas ele era muito cauteloso e decidiu não me dar a entrevista; contudo, trocamos o contato no FB e, a partir daí,

Foi uma conspiração internacional bem organizada e durante anos: era improvável que os jovens rebeldes líbios pudessem organizar uma revolta tão bem, apesar de terem sofrido lavagem cerebral por Al-Jazeera. Houve jogos internacionais da OTAN. Muitos jovens obtiveram bolsas de estudo do governo da Líbia, com cobertura de saúde e financeira. Quando o estado envia para o exterior para um projeto de mestrado ou doutorado, com todas as despesas pagas, eu aproveito a oportunidade para tramar contra o estado? Eles tinham oportunidades incríveis, que os outros não tinham, e os usaram para conspirar contra o governo. Esses estudantes estavam em Londres e desacreditavam Gaddafi e o governo. Devemos ser objetivos: é tão perverso este ditador que os envia ao redor do mundo para estudar? Ele investiu pesadamente em recursos humanos. Você sabe quantos líbios existem no mundo, quem estuda, graças a este projeto desejado por ele? 15.000, especialmente no setor científico. Ele dizia: “Devemos investir em recursos humanos. Nossa herança não é o petróleo. Precisamos enviar centenas de milhares de líbios para o exterior, para que eles possam aprender sobre outras civilizações e culturas”. Porém, eles afirmavam que ele era louco. Quem promoveu essas leis foi louco? Era um louco Sayf al-Islam que os apoiou por anos, para irem para a França, para os EUA, para o Reino Unido? A revolta foi criada em Londres, com o envolvimento de muitos estudantes manipuláveis cercados por forças e grupos de opositores. Agora, a maioria dos líbios que estão na Líbia acordaram, devido à deterioração da vida diária, dos serviços básicos... Eles entenderam que foi uma conspiração contra a Líbia e agora esperamos que eles se juntem ao Sayf al-Islam e que esqueçam a expressão “liberdade e democracia”, que um país não democrático como o Qatar, onde as mulheres não podem sair na rua, gostaria de exportar para a Líbia. Esses estados tirânicos do Golfo querem levar os “direitos humanos” para a Síria, o berço da civilização, e onde as mulheres sempre desfrutaram de todos os direitos em um estado tolerante... Damasco era uma cidade de referência para estudantes árabes, com muitos direitos, e a Arábia Saudita, outro país que viola todos os direitos humanos, tinha a pretensão de levar a “democracia”? A Arábia Saudita, que nem sequer tem um parlamento, apoia os rebeldes para levar a democracia à Síria. Mas quem eles querem enganar? Mesmo na Líbia, éramos muito avançados...

Como mencionado no cap. 4, também Raphael Luzon, judeu líbio que escapou da Líbia em 1967 devido à perseguição racista, confirma para mim, mesmo do seu ponto de vista anti-regime, que a revolta foi preparada, entre os vários locais estrangeiros, também em Londres, e que a dinâmica em curso naqueles dias “não poderia ser extemporânea”. Ele conta que

exilados líbios que estavam em Londres tinham o hábito de vir comer pratos da Líbia em minha casa uma vez por semana. Passamos noites e noites conversando e nos perguntando: “Será que iremos derrubar Gaddafi, um dia?”, mas ninguém acreditava.

Uma amiga da Líbia, uma muçulmana, colocou-me em contato com outros exilados líbios (próximos à IM) do regime de Gaddafi; os encontros se intensificaram e com minha esposa abrimos a casa para novos amigos e nos tornamos um ponto de referência para todos os líbios em Londres: para eles havia um lugar da Líbia em Londres. Eu estava feliz, eufórico por este novo universo criado em torno de mim como uma nova possibilidade. Quando a revolta eclodiu em 17 de fevereiro de 2011, eu estava em minha casa, sentados, eu e minha esposa, Hana, assistíamos a TV: a multidão agitava centenas de bandeiras novas, mas também da velha Líbia senussita. “Olhe - eu disse para minha esposa - tudo foi planejado, caso contrário, quando eles teriam tempo para produzir todas aquelas bandeiras? Nós compartilhamos a emoção à noite, na sala de estar da nossa casa, junto com os convidados que vieram até nós para discutir - longas e animadas discussões - sobre o futuro da Líbia.

começamos a conversar. Como aconteceu com outros entrevistados, essa comunicação lenta, mas contínua, fez com que Gabala confiasse em mim e, em julho de 2016, finalmente concedeu-me a entrevista. Conversamos durante horas, agradavelmente, em um café no bairro “líbio” de Roma, ou seja, onde, desde o final da década de 1960, muitos líbios anti-regime e especialmente judeus da comunidade líbica, refugiaram-se. Outro entrevistado, Raphael Luzon, chefe da comunidade judaica da Líbia na diáspora, que conheci em Londres em 14 de junho de 2016, também me contou sobre isso.

Gabala é totalmente pró-Gaddafi. De 2008 a 2010, trabalhou como jornalista, na Líbia, para um jornal de Sayf al-Islam Gaddafi, *Oya-Tripoli*, e mudou-se para a Itália antes da revolta de 2011 para fazer um mestrado em economia em Roma.

Após a revolução de 2011, a maioria dos nossos amigos exilados retornou à Líbia, cada um tendo uma posição não negligenciável: alguém se tornou ministro, muitos embaixadores, alguns secretários-gerais de ministérios, em suma, cargos-chave. Como resultado, eu imediatamente tive um ótimo lugar na platéia: convidaram-me para me juntar a eles, ir visitá-los.

O governo secular de Abdel Jalil teve que contar com todos os tipos de milícias para manter a ordem e o aparato no lugar. E isso criou uma falta de segurança palpável.

As milícias competiam pelos territórios, a violência crescia sem controle, as mortes de inocentes começaram a serem dezenas de milhares, e as prisões estavam cheias de homens torturados. No entanto, começamos a ouvir as primeiras vozes sobre os movimentos islâmicos que estavam se organizando e já estávamos discutindo com medo de sua possível ascensão violenta.

É interessante o fato que Luzon, apesar da história dos encontros, até mesmo em sua casa, com exilados islâmicos, fique surpreso que os movimentos radicais - liderados pela Irmandade Muçulmana e o LIFG - estejam subindo ao poder: o islamismo político é uma das forças internas e externas imediatamente envolvidas na revolta. Como já mencionado, o discurso de Obama no Cairo, “A new beginning”, foi o início da nova fase das relações com o islamismo radical que, de “inimigo” e na lista negra, se tornou o “useful asset” (ferramenta útil)³³² como já aconteceu com os mujâhidîn em Afeganistão na época da invasão soviética.

Em 17 de fevereiro, no Facebook, organizações líbias não especificadas, em Londres, lançam o slogan “Libya Now” (Líbia Agora) enquanto em Benghazi, al-Bayda e Darnah, manifestações contra o governo estão em andamento pedindo a libertação de alguns militantes islâmicos presos nos dias anterior. Durante a noite, o governo, que decidiu cumprir as exigências dos manifestantes, liberta 110 islamistas detidos. Pouco depois, vários grupos de indivíduos, com armas, facas, bastões, coquetel Mólotov, atacam prédios do governo e quartéis da polícia e tomam posse de muitas armas (SENSINI, 2011-2017, p. 108).

Os dois principais partidos contra Gaddafi eram os islamistas e os liberais, explica-me Kamel Treki³³³, que acrescenta:

Havia diferentes categorias de oponentes: 1) esquerdistas progressistas; 2) islamistas; 3) monárquicos; 4) empresários liberais etc.; porém, as várias tendências não tiveram contato entre elas. Todos trabalhavam sozinhos, na verdade às vezes brigavam entre si por motivos triviais. Os grupos islâmicos radicais - a Irmandade Muçulmana e al-Qâ'ida - eram os mais organizados também porque eram financiados e apoiados pelos sauditas e pelo Qatar, mas os mais ativos eram os de al-Qâ'ida, ao contrário de agora, que a Irmandade Muçulmana tomou o poder.

Sam Najjair conta em seu livro (2013), nas redes sociais e em muitas entrevistas dadas a jornais britânicos e irlandeses, que no dia 17 de fevereiro, “Dia da ira”, convites para participar do protesto começaram a circular no Facebook e também foram relatados pela Al Jazeera; as primeiras impressões eram aquelas que ele tirou de vídeos postados no YouTube naquela época, então não eram diretas: Sam não participou do protesto desde o início, mas acompanhou a evolução na internet e na TV. Ele cita uma “enorme” manifestação em frente a um prédio de

³³² É um termo usado pelo historiador canadense Michel Chossudovsky em seu livro *War and globalisation. The truth behind september 11*, Global Outlook, 2002, em relação ao jihadismo islâmico e as agendas ocidentais, e é de uso comum nos textos de geopolítica.

³³³ Veja-se nota 251.

Gaddafi em Tobruk, no leste da Líbia; com a eclosão da primavera árabe na Tunísia, seu cunhado, o jihadista Mahdi el-Harati, foi para a Líbia, mas foi impedido de entrar por países vizinhos, viajou para o Sudão e de lá, através do deserto, entrou em território líbio, chegou a Benghazi juntando-se aos combatentes de Trípoli.

Com os Najjair, Sam e Yusuf, tive a oportunidade de falar em Manchester, em agosto de 2015, ambos veteranos dos combates na Líbia - no encontro estava presente uma mulher, conhecida ativista muçulmana líbica-britânica anti-Gaddafi, Lucinda Gasuda, e esposa de um proeminente militante islamista. Os Najjair são cunhados de Mahdi el-Harati, que, como mencionei na Premissa desta tese, conheci na Freedom Flotilla rumo Gaza: ele foi o braço direito do líder do LIFG, ‘Abdelhakim Belhaj - por longos anos na lista negra dos EUA e da Inglaterra por terrorismo, e preso por Gaddafi após uma *extraordinary rendition*³³⁴. El-Harati e Belhaj colaboraram com a OTAN e entraram em Trípoli, derrubando o regime.

A Líbia e a Síria representam uma categoria muito diferente de reação - a saber, uma mudança de regime oportunista realizada por Washington, seus aliados europeus da OTAN e clientes de regimes regionais. Em meados de março de 2011, os EUA, a Grã-Bretanha e a França exploraram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU sob o pretexto de “proteger os direitos humanos” para lançar uma campanha de bombardeios aéreos de sete meses na Líbia. Esse crime de guerra resultou na derrubada de Muammar Gaddafi e seu assassinato nas mãos de jihadistas apoiados pela OTAN. Gaddafi sempre foi alvo da hostilidade imperialista ocidental. Sob a capa das revoltas populares da Primavera Árabe, os EUA e seus aliados tiveram a chance de mudar o regime na Líbia. Contudo, sete anos depois, a mudança de regime provou ser desastrosa para o povo da Líbia, transformando o país outrora socialmente desenvolvido em um estado fracassado no caos dos jihadistas senhores da guerra. A poética cruel da justiça é que a Líbia tem assombrado a Europa desde então com uma crise de migrantes devido à sabotagem criminal da OTAN daquele país e transformando o Estado falido em uma porta de entrada para milhões de migrantes do continente africano.

Na Síria, protestos menores ocorridos em meados de março de 2011 foram infiltrados por provocadores norte-americanos e europeus, como aconteceu na Líbia, que depois se transformaram em uma guerra total. Cerca de 500 mil pessoas foram mortas nos quase sete anos de guerra travada pelos EUA, Grã-Bretanha, França, Arábia Saudita, Qatar, Israel e Turquia, patrocinando mercenários jihadistas, que gravitaram para a Síria de dezenas de países ao redor do mundo. O plano de mudança de regime liderado pelos EUA para derrubar o presidente Bashar Al-Assad fracassou principalmente porque a Rússia, o Irã e o Hezbollah do Líbano intervieram com apoio militar ao Estado sírio (CUNNINGHAM, 2018).

Em 20 de fevereiro, Sayf al-Islam foi na TV para denunciar a “conspiração externa” contra a Líbia: em Benghazi, Darnah, Tobruk e al-Bayda, os rebeldes estavam atacando quartéis e tomando armas, tanques, veículos blindados e artilharia antiaérea. A maioria do exército não se uniu à revolta, mas deixou o quartel: isso aconteceu em Misurata, al-Khums, Tharunah, Zelten, Zawiya e Zuwara. Em 21 de fevereiro, o ‘*ulamâ*’ da Irmandade Muçulmana e pregador

³³⁴ A extradição extraordinária é a prática de sequestrar ou capturar pessoas e enviá-las para países onde enfrentam um alto risco de tortura ou abuso nos interrogatórios.
<https://www.aclu.org/other/fact-sheet-extraordinary-rendition>; acessado em 11/11/2016.

da TV Al-Jazeera, Yusuf al-Qaradawi, emitiu uma *fatwâ* contra Gaddafi: “emito uma fatwâ endereçada aos oficiais, aos soldados líbios que são capazes de matar Mu'ammarr Gaddafi: (quem pode) atirem contra ele e libertem o país de sua presença”.

5.1.2. ONU, OTAN e a zona de exclusão aérea sobre a Líbia.

A França pressionou por uma ação internacional contra a Líbia em fevereiro e março de 2011 [...] e acelerou o processo em direção à Resolução 1973, reconhecendo o Conselho Nacional de Transição como um legítimo governo líbio em março de 2011. O ex-chanceler francês Alain Juppé, que apresentou a resolução de 1973, declarou em seu discurso ao Conselho de Segurança que “a situação no terreno é mais alarmante do que nunca, marcada pela reconquista violenta das cidades”. Ele ressaltou a urgência da situação, argumentando que “ainda temos muito pouco tempo, talvez apenas algumas horas”. Uma análise subsequente sugeriu que a ameaça imediata aos civis foi exagerada publicamente e que a reconquista das cidades não levou a vítimas civis em massa. Olhando para além dos argumentos apresentados no Conselho de Segurança da ONU, outros fatores, além da proteção civil, pareciam influenciar a política francesa. Os exilados líbios baseados na França tiveram um papel influente no aumento dos temores sobre um possível massacre em Benghazi. O professor George Joffé, professor visitante do King's College em Londres, nos disse que “as decisões do presidente Sarkozy e de sua administração foram guiadas por aliados líbios exilados dentro do establishment intelectual francês e ansiosos de pressionar por uma mudança real em Líbia” (HOUSE OF COMMONS, 2016-2017, p. 10).

As Nações Unidas foram levadas pela França e por “exilados” líbios não identificados no país em direção ao conflito, como aconteceu com a Síria, onde um “grupo de apoio aos direitos humanos na Síria” formado por um sírio ligado à Irmandade Muçulmana, que vive em Londres, tenta, desde 2011, de levar as forças ocidentais declarar guerra à Síria.

Em julho, o “Grupo Internacional de Contato sobre a Líbia” reconheceu oficialmente o principal grupo da oposição, o Conselho Nacional de Transição (CNT), formado em fevereiro de 2011, como um governo legítimo; em agosto, formações militares de rebeldes treinados pela França, Grã-Bretanha, Qatar e EUA, entre os quais muitos membros do LIFG e de al-Qâ'ida, apoiados por bombardeios da OTAN, entraram em Trípoli declarando sua “libertação”.

O relatório da House of Commons (HoC, 2016-2017) e o do jurista e acadêmico estadunidense Francis A. Boyle (2013)³³⁵ ressaltam que faltaram as “evidências”³³⁶ da inteligência para a intervenção armada: a HoC afirma que entre o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair e Gaddafi havia negociações em andamento, em janeiro de 2011, para encontrar uma solução diplomática e não-bélica para a crise, mas que o então primeiro ministro David

³³⁵ Professor de direito internacional na “University of Illinois College of Law”, EUA, internacionalmente famoso por suas campanhas contra as violações dos direitos humanos.

³³⁶ *Years after NATO's destruction of Libya, British parliament report reveals there was no evidence of Gaddafi attacking civilians*, 28/10/2016, <https://www.sott.net/article/332409-Years-after-NATOs-destruction-of-Libya-British-parliament-report-reveals-there-was-no-evidence-of-Gaddafi-attacking-civilians>; acessado em 11/11/2016 e 3/5/2018.

Cameron recusou-se a considerar o conselho de seu colega³³⁷ (HoC, 2016-2017, p.19-20). No entanto, Boyle (2011, 2011-2017), Awan (2015), Forte (2012) revelam a decenal agenda norte-americana - que vai de Reagan, passando por Bush, Clinton para chegar a Obama -, visando destruir a Revolução Verde de Gaddafi e o sistema jamâhîriyya e finalmente assumir o controle dos enormes recursos do país.

As mesmas questões levantadas pelo HoC são destacadas pela ex-membro do Congresso estadunidense e candidata presidencial do Partido Verde em 2008, Cynthia McKinney (2012), que em 2011 liderou uma delegação de observadores para a Líbia para monitorar a intervenção alegada “humanitária” da OTAN³³⁸: a ex-senadora fala claramente de crimes de guerra, notícias falsas (*fake news*) que levaram à guerra, de interesses econômicos e estratégicos dos EUA e aliados, e estratégias semelhantes às que levaram ao ataque ao Iraque.

Ela conta como, durante sua visita a escolas, universidades, hospitais, bombardeados pela OTAN, as pessoas lhe perguntavam: “Por que vocês fizeram isso conosco?”, desconstruindo a propaganda da mídia ocidental e do Qatar, e as declarações de rebeldes que afirmavam ter o total apoio da população líbia.

McKinney também denuncia as “punições coletivas” da OTAN contra civis que refutam fortemente as declarações da administração dos EUA, e do resto da comunidade internacional, de querer “travar guerra” para “proteger” os civis - a chamada “responsabilidade de proteger” (RtP). Orwell docet: guerra é paz.

Figuras internacionais a favor da guerra como John McCain, Paul Wolfowitz, Bernard Henri Levy e outros que anteriormente intervieram para defender a causa de outros conflitos, foram mobilizadas em favor da guerra contra a Líbia, e emires e personalidades poderosas de diferentes monarquias do Golfo. Nazemroaya (2012) explica que essa frente intervencionista foi liderada pela França de Sarkozy e pela Grã-Bretanha de David Cameron, enquanto

como em um jogo entre as partes, o presidente Obama fingiu relutância por uma solução armada e deu a ideia de rebocar os aliados. Tal comportamento é de fato devido à imagem pública de si mesmo que Obama queria proteger em geral, tendo em consideração as origens africanas (especificamente do Quênia), suas

³³⁷ Foreign Affairs Committee, *Tony Blair and Gaddafi call*, 25/2/2011, 1115-1145; Foreign Affairs Committee, *Tony Blair and Gaddafi call*, 25/2/2011, 1535-1600; Foreign Affairs Committee, *Tony Blair and Gaddafi call*, 25/2/2011, 1535-1600

³³⁸ *Cynthia McKinney in Libya*, 8/6/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=JuRHU6S1xzY>;
Cynthia McKinney on Libya, 22/6/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=vhDaK7Yg5d0>;
Cynthia McKinney on Libyan TV [21-05-2011], 23/5/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=9Wq1qe9CDk8>;
Cynthia McKinney: NATO and Western Media Lie about Libya, 14/6/2011,
<https://www.youtube.com/watch?v=2UymgicD7EQ>;
Cynthia McKinney on "Eyewitness Libya", 25/6/2011, https://www.youtube.com/watch?v=bRZwR_ZvqRc;
 acessados em 11/12/2015, 3/7/2017, 7/3/2019.

credenciais eleitorais do suposto “candidato da paz” e também por um cálculo cínico: Gaddafi gozava de fortes simpatias dentro da comunidade afro-americana (NAZEMROAYA, 2012, p. 221).

Os testemunhos de McKinney na Líbia e os discursos de Louis Farrakhan³³⁹, líder da “Nação do Islã” nos EUA, são entre as muitas demonstrações facilmente rastreáveis no YouTube: em várias ocasiões públicas, Farrakhan denunciou o presidente Obama, acusando-o de ter “traído o povo afro-americano com a guerra contra a Líbia”.

Desde o início do conflito, o governo líbio convidou inspetores da União Africana, da ONU e da União Europeia, e até mesmo da OTAN, para investigar sobre acusações levantadas ao nível internacional da mídia, tentando até o final a carta da negociação, como afirma o relatório da HoC (2016-2017) acima mencionado, porém líderes da OTAN e do CNT rejeitaram qualquer proposta de mediação.

Em março, Gaddafi aceitou também o plano para o cessar-fogo e as reformas políticas elaboradas pela União Africana, mas de novo, os EUA e os outros países da OTAN se recusaram a ouvir; a União Africana propôs várias vezes um plano para o cessar-fogo e a criação de um corredor humanitário³⁴⁰, mas todas as propostas para as negociações foram rejeitadas: o governo de Trípoli aceitou também a ideia de uma marcha de reconciliação através das áreas da guerra da Líbia, mas isso não encontrou nenhum interesse internacional ocidental. Além disso, o regime elaborou uma nova constituição, envolvendo as qabilas na responsabilidade de manter paz e estabilidade política, ao fim de evitar confrontos armados e ataques da OTAN, mas todas as tentativas foram boicotadas e sabotadas, incluindo um acordo que teria levado a

³³⁹Farrakhan Press Conference on Libya, Pres. Obama and Col. Gaddafi, 31/3/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=6EwiGk9TXCE>

Louis Farrakhan Tells Obama Not To Kill Muammar al-Gaddafi:

<https://www.youtube.com/watch?v=U1WV-k2Mzgz>

Farrakhan on “Coalition of Demons” attacking Libya, Africa, 15/6/2011:

<https://www.youtube.com/watch?v=qNLqQ2cN-PA>

Farrakhan Full Speech: War on Libya, Africa (Harlem, NY):

<https://www.youtube.com/watch?v=Yr6iHd-1XUM>

Farrakhan Explains Why Western Powers Hate Gaddafi and Libya:

https://www.youtube.com/watch?v=fer_-JE2Sb8

Minister Farrakhan on Ghaddafi & Libya, 27/2/2011, part 1 of 2:

<https://www.youtube.com/watch?v=355U5cQz9sQ>

Farrakhan on Hillary Clinton: “That’s a Wicked Woman”:

<https://www.youtube.com/watch?v=cu41CPQw0hg>

Farrakhan talks about Gaddafi death and calls nato 2011

<https://www.youtube.com/watch?v=DiyZPRc84IM>;

acessados em 11/12/2015, 3/7/2017, 7/3/2019.

³⁴⁰ Libya: Gaddafi has accepted roadmap to peace, says Zuma, The Guardian 10/4/2011:

<https://www.theguardian.com/world/2011/apr/10/libya-african-union-gaddafi0-rebels-peace-talks>;

acessado em 13/12/2015, 7/3/2019.

usar fundos congelados para garantir ajuda humanitária à população carente (MCKINNEY, 2012; FORTE, 2012; SENSINI, 2011, 2011-2017; AWAN, 2015; GRIMALDI, 2012; NAZEMROAYA, 2012).

Em 8 de março, a OTAN começou a monitorar o espaço aéreo da Líbia usando voos de vigilância e reconhecimento; em 10 de março, a Aliança Atlântica sitiou as águas territoriais da Líbia e em 23 de março foi estabelecido um embargo naval.

A imposição da zona de exclusão aérea na Líbia resultou em ataques armados de terra e céu. Os alvos líbios no terreno tinham que ser sistematicamente identificados, rastreados e finalmente atacados. Será entendido que, com uma cadeia operacional semelhante para a OTAN, era necessário ter homens no local muito antes do início oficial do bombardeio. É aqui que entram os homens da CIA, SAS e outras estruturas similares dos estados da Aliança Atlântica. O verdadeiro propósito da guerra começou a se tornar cada vez mais evidente. Com o passar dos dias, o primeiro-ministro britânico David Cameron foi alvo de críticas cada vez mais frequentes, não apenas dos partidos da oposição, mas também de seu próprio campo, com alguns parlamentares conservadores que não hesitaram em criticar abertamente seu líder. O parlamentar John Baron, por exemplo, acusou Cameron de mentir para a House of Commons da Grã-Bretanha, expressando seu protesto nas seguintes palavras: “Quando chegou a hora de submeter o assunto à Câmara, grande ênfase foi dada à assistência humanitária. Só mais tarde o registro mudou, se tornando uma missão de mudança de regime (NAZEMROAYA, 2012, p. 222-223).

Os ataques também afetaram muitos alvos civis, como a Casa da Moeda (causando um impacto imediato sobre a moeda corrente e, portanto, no poder de compra e venda de produtos básicos); como hospitais e clínicas, áreas residenciais e industriais; campus universitários; estruturas de água e eletricidade; salas de conferências cheias de líderes religiosos que tentavam promover o diálogo para a reconciliação nacional; infraestrutura e edifícios do governo; registros públicos; ônibus; sedes de associações e estruturas culturais e de saúde que nada tinham a ver com objetivos militares, mas que, no grande negócio da reconstrução, como já aconteceu no Iraque, renderiam bilhões de dólares às várias empresas internacionais ligadas à coalizão internacional de guerra.

É evidente, como vários analistas apontam, que a operação de guerra dos EUA/OTAN tinha interesses diferentes dos “humanitários” e, ao invés, os de uma mudança de regime, com tudo o que se seguiria, em termos de gerenciamento de recursos importantes e ricos negócios de energia, controle de reservas monetárias e reconstrução: como evidenciado pelos textos dos autores citados acima, já em abril, vários países da OTAN enviaram assessores militares aos insurgentes para operações de mudança no governo em Trípoli. Najjair (2013) relata isso em diferentes partes de seus escritos, mas com um propósito completamente diferente da denúncia: ele fala sobre isso com grande entusiasmo.

A Reuters³⁴¹ informou em 30 de junho de 2011 que a França havia declarado publicamente que estava fornecendo armas às forças hostis ao regime de Gaddafi em toda a região das Montanhas Ocidentais; o emir do Qatar, Hamad Bin Khalifa al-Thani, também afirmou a mesma coisa durante uma entrevista com o colunista da CNN, Wolf Blitzer; além disso, cargas de armas de vários tipos chegaram a Benghazi, vendidas como “ajuda humanitária”.

No final de outubro, o chefe da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, foi à Líbia para marcar o fim formal da missão: então, depois de 26.000 voos, 10.000 ataques aéreos, 6.000 alvos atingidos, 600 tanques e veículos blindados e 400 lançadores de foguetes destruídos, a Organização Atlântica deixou o país, apesar dos pedidos do CNT para continuar a permanecer no território; em seguida, uma delegação das Brigadas de Trípoli encontrou Rasmussen no hotel Rixos - Najjair publicou as fotos³⁴² em seu livro e nas redes sociais - onde o chefe da OTAN recebeu os agradecimentos dos combatentes, jihadistas incluídos, “por todos os esforços” que a organização tinha feito para atingir esse objetivo.

Compartilham a mesma opinião sobre a intervenção da OTAN o especialista líbio em geopolítica do European Council for Foreign relations-ECFR de Londres, Tarek Megerisi³⁴³:

Em 2011, o papel da OTAN e dos EUA foi fundamental, com a guerra aérea, sem a qual a Líbia se tornaria outra Síria, com milícias do Estado Islâmico em todo o lado. Do ponto de vista militar, o apoio foi fundamental.

e o jornalista Adly, ao qual perguntei o que ele achava do fato de que a OTAN pudesse ter intervindo na Líbia para outros propósitos diferente da “libertação” do país do regime:

Não podemos dizer “não” à guerra em geral: nós devemos primeiro eliminar as ditaduras. Este deveria ter sido o lema dos pacifistas. É verdade, a OTAN queria o nosso petróleo, mas as intervenções militares têm um alto custo e temos que reembolsá-lo. De qualquer forma, os países pertencentes à OTAN receberam petróleo do próprio Gaddafi, embora ele tivesse afirmado de ser “anti-imperialista”. O mal menor foi escolhido: a derrota dos meus ideais pacifistas foi a nossa vitória. A zona de exclusão aérea foi uma derrota pessoal para mim, mas correspondeu à vitória do povo. É uma questão de lógica política. A OTAN fez o seu trabalho com o mínimo de vítimas civis. A coalizão internacional árabe-ocidental deve receber o crédito por ter mantido a palavra: mudou o regime, o perigo acabou, a OTAN declarou o fim da missão de guerra. E desde o final de outubro de 2011, a Líbia começou uma nova fase de liberdade.

As reivindicações deste jornalista, talvez o mais pró-guerra de todos os meus entrevistados, revelam dados não corroborados pelos fatos no terreno, pelas milhares de vítimas civis, pela imensa destruição e caos, pela disseminação do terrorismo islâmico na Líbia e assim diante, e muitos, entre italianos e líbios, o atacaram nas redes sociais, por sua posição de

³⁴¹ Charbonneau, Louis e Hamuda, Hassan, *France defends arms airlift to Libyan rebels*, Reuters, 29/6/2011, <https://www.reuters.com/article/us-libya/france-defends-arms-airlift-to-libyan-rebels-idUSTRE7270JP20110629>; acessado em 10/12/2015, 7/4/2019

³⁴² Veja-se no final da tese.

³⁴³ O entrevistei em Londres em janeiro de 2019 na sede da ECFR, <https://www.ecfr.eu/%20profile/C478>

“esquerdista atlantista” - *de facto*, faz parte de uma ampla representação europeia da chamada “esquerda para a guerra”. Contudo, outros líbios como o músico Esharef Mhagog³⁴⁴ argumentam que a intervenção militar evitou um massacre do regime em Benghazi:

A OTAN e os franceses armaram a parte oriental da Líbia, que então agradeceu a Sarkozy. Se não tivessem começado a bombardear, em 19 de março de 2011, Gaddafi teria destruído Benghazi, pois ele sempre detestou o leste da Líbia, pois fora vítima de um ataque, nessa área, na década de 1990, e prometeu vingança: cortou a corrente elétrica, a comida etc. Era um ditador e jogava com as divisões: todo mundo sabia que ele odiava a parte oriental e que, portanto, a revolta tinha que começar de lá. No Oeste eles não podiam fazer nada porque eram controlados pelo exército. Os orientais foram armados pelos egípcios, os franceses e a Irmandade Muçulmana, outras vítimas da perseguição de Gaddafi por muitos anos.

Contudo acrescenta que a guerra civil foi uma situação ruim:

Acho que fomos enganados pelo Ocidente. Antes de acreditar na Revolução³⁴⁵, eu sabia o que o regime significava - eu havia estudado a História da Líbia, mas não achei que com essa desculpa eles pudessem nos enganar.

Para o empresário monárquico anti-Gaddafi, Jamil el-Sheriff³⁴⁶:

nós precisávamos disso porque Gaddafi tinha o segundo exército mais poderoso do Norte da África depois do Egito. Nós, rebeldes, em comparação, estávamos desarmados.

Em suma, para eles, a OTAN realizou uma espécie de ação “salvadora”: para o entusiasta Najjair (2013), de graça, para o mais realista Adly, com pagamento em petróleo e interesses no território; porém, essa lógica da guerra como um “mal menor” ou como uma liberação da tirania gera certo desconforto - e a situação líbia dos últimos anos mostra como essa liberação seja aleatória. O mesmo, Megerisi, paradoxalmente no que diz respeito às suas posições pró-guerra, destaca:

Gaddafi era um ditador, mas em consideração da situação atual, a qualidade de vida dos líbios era melhor sob seu regime do que hoje. Nós substituímos um Gaddafi por outros dez.

Muito crítico para com a interferência estrangeira e o bombardeio da OTAN è, em vez, o advogado Gabala:

A propaganda afirmou que a OTAN interveio para “proteger” o povo líbio, mas é falso; tem algo de errado em eliminar instituições do Estado, forças militares... Quem estava interessando em tudo isso? O verdadeiro objetivo, para a OTAN, era criar desastre, instabilidade, um país subjugado, no caos, para permitir sua divisão e dominação. O movimento anti-Gaddafi não estava limpo, apenas queria destruir o Estado; forte foi a presença estrangeira, desde o início, incluindo a dos membros da Irmandade Muçulmana, vindos do exterior e apoiados pelos EUA, Grã-Bretanha, Irlanda e Egito. Eu me pergunto: o Ocidente realmente queria só mudar o regime e dar liberdade à Líbia (e aos outros países envolvidos nas primaveras árabes)? Nós já experimentamos isso com o Iraque, o Iêmen, o Afeganistão: já vimos como os povos “democratizados” vivem. Eu não acredito em exportação de democracia. Seis meses de bombardeio da OTAN: o que eles trouxeram? O caos. A OTAN tornou-se um perigo para o mundo islâmico e árabe. Tinha um papel de “proteção” contra a URSS, mas agora tem apenas um papel ofensivo. Se o critério é exportar a democracia,

³⁴⁴ Veja-se nota 249.

³⁴⁵ Ele, como outros apoiadores da revolta, a chama de Revolução.

³⁴⁶ Veja-se nota 248.

então atacamos todos os países onde existem regimes, como a Arábia Saudita e o Qatar. A Arábia Saudita é uma aliada do Ocidente, por isso ninguém pode ameaçá-la.

Depois de anos de guerra, em uma conspiração internacional contra o povo líbio, agora o norte da África é um território onde milícias e grupos jihadistas estão se expandindo.

Sobre o papel da OTAN na África no novo milênio, fala amplamente e detalhadamente Nazemroaya (2014, p.191-232)³⁴⁷ e, em particular, na Líbia da operação³⁴⁸ “Odyssey Dawn” a “Unified Protector”.

A interferência mais flagrante e sensacional da Aliança Atlântica em solo africano veio com a agressão contra a Líbia. O ex-comandante da OTAN, Wesley Clark, confidenciou que a Líbia (com Somália e Sudão) há muito tempo foi incluída em uma lista de nações que o Pentágono estava planejando atacar e subjugar usando os eventos de 11 de setembro 2001 como pretexto. Os objetivos restantes da máquina de guerra dos EUA foram identificados fora da África: Iraque, Líbano, Síria e Irã. [...] O cenário em que ocorreu a agressão da Aliança Atlântica contra a Líbia foi preparado a partir do já bem conhecido discurso proferido por Barack Obama no Cairo em 2009, intitulado “Um novo começo”; seguiram-se os levantes geopolíticos que chegaram com as revoltas da chamada “Primavera Árabe”. O discurso de Obama foi, de fato, o anúncio oficial de um enorme plano de reestruturação do mundo árabe pelos Estados Unidos, com apoio para a promoção da “democracia” em todos esses países. Na realidade, a operação era tudo menos desprovida de cálculos utilitaristas por parte de Washington, como demonstram as reações (ou melhor, a falta de reações) aos protestos populares em Bahrein, Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita. Mesmo antes de sua eleição, o futuro presidente dos Estados Unidos tomou conhecimento de um plano elaborado com a ajuda de uma longa série de departamentos e agências governamentais para redesenhar o cenário geopolítico em Oriente Médio e Norte da África. A equipe que cuidou da primeira campanha eleitoral de Obama à Casa Branca participou de várias reuniões com representantes do Departamento de Estado, representantes de várias multinacionais e, em particular, numerosos grupos de proeminentes ativistas políticos de alguns estados do mundo árabe (NAZEMROAYA, 2012, p. 218).

Washington passou os anos sucessivos planejando mudanças de regime nos estados envolvidos, concentrando-se em técnicas de infiltração de movimentos populares árabes e, no caso da Líbia e da Síria, fomentando revoltas armadas usando grupos treinados por algum tempo para cumprir seus objetivos: na Líbia, um desses grupos seria o Grupo de Combate Islâmico da Líbia (LIFG) (GEOPOLITICA, 2012)³⁴⁹.

No começo, grande parte da opinião pública mundial acreditava que o que estava acontecendo na Líbia tivesse que ser atribuído a um movimento de protesto popular de natureza pacífica, apesar do fato de que logo houvesse uma escalada violenta mesmo na ausência de manifestações pró-governo, como aconteceu nos países vizinhos. Uma nota interessante é que a Grã-Bretanha e a França haviam organizado manobras militares conjuntas em novembro de

³⁴⁷ Veja-se também: GEOPOLITICA (2012) e *The U.S. military is conducting secret missions all over Africa*, Vice, 25/10/2017, https://news.vice.com/en_us/article/ywn5yy/us-military-secret-missions-africa; Acessado em 3/12/2017, 14/4/2018.

³⁴⁸ Na nova língua orwelliana introduzida com a primeira guerra contra o Iraque (2/8/1990 – 28/2/1991), “operação” é o nome “clínico” por guerra; “efeito colateral”, por vítimas inocentes; “operação cirúrgica”, por bombardeio direcionado (com vítimas inocentes); “democratização”, por bombardeios e ocupação permanente de um país soberano; “exportação da democracia”, por invasão permanente, guerra e exportação de caos, e assim por diante.

³⁴⁹ Geopolítica, vol. 1/2012 e vol. 3/2014.

2010 contra um inimigo indicado com o nome fictício de “Southland”, que supostamente era a Líbia³⁵⁰.

Entre fevereiro e março de 2011, vários países membros da OTAN já haviam enviado corpos especiais e *contractors* privados³⁵¹ no território líbio para preparar uma operação de mudança de regime supervisionada pela OTAN: o governo Obama admitiria mais tarde que a CIA estava operando diretamente dentro da Líbia e estava comprometida em apoiar insurgentes locais em coordenação com dezenas de comandos britânicos e membros das unidades do MI6, Special Air Services (SAS) e Special Boat Services (SBS) (HOSENBALL, 2011).

Nazemroaya, observador de “campo” durante a revolta, conta que

Os combatentes estrangeiros começaram a se infiltrar na Líbia pela fronteira egípcia e outros foram transportados diretamente pelo Mediterrâneo. Aqueles que estavam trazendo combatentes estrangeiros para a Líbia eram na verdade os mesmos que acusaram Gaddafi: a maioria dos milicianos que se opunham às forças regulares de Trípoli eram na verdade formados por estrangeiros. Este é um ponto que posso testemunhar pessoalmente: aconteceu de eu estar presente na Líbia nos dias da guerra quando pelo menos um negociador (lembro-me que era uma mulher) recebeu um visto para entrar no país para discutir a libertação de alguns prisioneiros com passaportes dos EUA, mais provavelmente homens das Forças Especiais ou agentes da inteligência.

Alguns milicianos pró-governo e soldados regulares do exército de Trípoli que lutavam contra o que chamavam de “invasão estrangeira do país”, também me contaram sobre a presença de elementos das forças francesas e do Qatar. Após a queda da capital Trípoli nas mãos da OTAN e das forças anti-governamentais, deixei a Líbia a bordo de um pequeno barco no qual também estava presente o reverendo Walter Fauntroy (ex-deputado do Distrito de Columbia na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos) e três italianos recém-libertados que haviam sido pegos com equipamento militar depois de ter se infiltrados no país para derrubar o regime. Deve-se enfatizar que os três haviam caído nos braços dos aparatos de segurança da Líbia, mesmo antes do início oficial das hostilidades. Os italianos eram considerados prioridades do governo de Roma, tanto que foram levados para Malta.

A crise da Líbia havia sido prevista há algum tempo por líderes da Aliança Atlântica e países aliados. Poucos meses antes do início da violência, um diplomata norte-americano foi expulso do país depois que, em setembro de 2010, em violação das leis internacionais, e por ordem superior, tinha realizado uma missão secreta na região das Montanhas Ocidentais. A versão oficial das autoridades líbias foi que o diplomata americano foi expulso por coordenar atividades subversivas que mais tarde emergiram como ligados à insurreição armada no país.

Os alegados massacres que serviram de base à autorização da ONU para a zona de exclusão aérea na Líbia nunca foram provados; pelo contrário, o tempo revelou que a Liga Líbia para os Direitos Humanos (LLHR), o órgão que apresentou as acusações perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, estava em total conflito de interesses: os membros do grupo, de fato, entraram no Conselho Nacional de Transição em papéis de absoluta importância e, portanto, eles tinham todo o interesse em desacreditar Gaddafi aos olhos do resto do mundo (NAZEMROAYA, 2012, p. 219-220).

5.1.3. “Responsabilidade de proteger” ou licença para matar?

A comunidade internacional respondeu ao que a mídia chamou de “derramamento de sangue”, ou seja, a repressão do regime contra os manifestantes, com a resolução n.1970 do

³⁵⁰ Comando de Defesa e Operações Aéreas, Southern Mistral 11: dispositivi schierati, 15/2/2011. [http://www.southern-](http://www.southern-mistral.cdaoa.fr/GB/index.php?option=com_content&view=article&id=38&Itemid=104%3E)

[mistral.cdaoa.fr/GB/index.php?option=com_content&view=article&id=38&Itemid=104%3E](http://www.southern-mistral.cdaoa.fr/GB/index.php?option=com_content&view=article&id=38&Itemid=104%3E)

³⁵¹ <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/contractor>; acessado em 13/01/2018.

Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 26 de fevereiro de 2011, que impôs sanções a Gaddafi e pediu ao Tribunal Internacional de Justiça para investigar os ataques contra os cidadãos. Como vimos, em 17 de março, o Conselho de Segurança impôs, com a resolução 1973, uma zona de exclusão aérea e autorizou os Estados membros a “tomar todas as medidas necessárias para proteger civis ameaçados de ataque” e exigiu o cessar-fogo imediato, também impondo a proibição de voos no espaço aéreo da Líbia e sanções adicionais. A Liga Árabe apoiou a resolução da ONU e tanto o Qatar como os Emirados Árabes Unidos forneceram aviões de apoio da OTAN.

Em 20 de outubro, Gaddafi foi brutalmente capturado e morto, provavelmente com a cobertura aérea da França, enquanto outras milícias tomaram Sirte, sua cidade natal; em 23 de outubro, o CTN declarou a Líbia oficialmente “liberada” e anunciou planos para realizar eleições democráticas dentro de oito meses; em novembro de 2011, com a acusação, nunca comprovada, de “crimes contra a humanidade”, foi aprisionado Sayf al-Islam, filho de Mu'ammarr, intelectual e reformista que havia trabalhado para uma abertura da Líbia para os direitos políticos e civis e que tinha libertado vários oponentes do Islã radical aprisionado pelo regime (que depois participaram da revolta).

Oficialmente, a guerra contra a Líbia terminou em outubro de 2011, e foi considerada uma “vitória”, um triunfo, do então presidente francês Nicolas Sarkozy, do primeiro-ministro britânico David Cameron e da secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton que, como um moderno Júlio César do “Veni, vidi, vici”, afirmou durante uma transmissão ao vivo na TV CBC: “Vimos, vimos, ele morreu”, referindo-se ao assassinato do coronel; expressão acompanhada de uma grande gargalhada. De acordo com suas declarações, em uma língua orwelliana à qual os meios de comunicação e políticos nos habituaram, a intervenção militar sob a égide da OTAN era a única maneira de “proteger” a população civil dos “massacres” do regime e de “estupros” de massa que as tropas de Gaddafi - às quais teria sido previamente fornecido o Viagra -, teria realizado contra as mulheres líbias em cidades e aldeias. Esses horrores, inventados por alguns jornalistas, ou mesmo pelo conselheiro de Hillary Clinton, Sidney Blumenthal, como veremos mais adiante, foram a justificativa oficial da guerra.

Sob a sigla “Responsabilidade de Proteger” (RtoP ou R2P) há, de fato, uma nova forma de colonização “humanitária” de regiões inteiras do mundo, e representa um “duplo standard” da “comunidade internacional”, que escolhe *ad hoc* os países contra os quais aplicar as regras, chamando-os de “estados canalha”³⁵² e implementando boicotes, bloqueios, embargos e sanções

³⁵² Da expressão inglesa “rogue states”, usada na geopolítica em referência a estados que ameaçam a paz ou a estabilidade mundial, <http://www.forum-scpo.com/geopolitique/concept-rogue-state.htm>; acessado em 4/12/2017, 16/4/2018.

- como contra a Líbia e o Irã, por exemplo -, mas fechando os olhos para com os massacres e a limpeza étnica perpetradas por outros governos amigos, como a Arábia Saudita contra o Iêmen e Bahrayn, ou Israel, contra os Territórios ocupados da Palestina histórica e do Líbano.

A responsabilidade de proteger (RtoP) é uma nova norma internacional de segurança e direitos humanos para lidar com o fracasso da comunidade internacional em prevenir e impedir genocídios, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade.

A coalizão internacional pela Responsabilidade de proteger (ICRtoP) reúne ONGs de todas as regiões do mundo para fortalecer o consenso normativo para a RtoP, aprofundar a compreensão das normas, pressionar para reforçar as capacidades de prevenir e deter o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e mobilizar ONGs para pressionar por ações para salvar vidas em países com situações específicas de RtoP³⁵³.

A campanha RtoP começou em dezembro de 2001, através da divulgação de um relatório³⁵⁴ da “International Commission of Intervention and State Sovereignty (ICISS)” e, coincidentemente, com o início dos bombardeios americanos contra o Afeganistão e guerras subsequentes. Promovida pela “esquerda para a guerra” (pro-war Left) dos EUA e da Europa em ocasião da guerra contra o Iraque, a R2P foi um “presente” para a direita neoconservadora, que a usou para justificar a teoria oficial de Washington e Londres das “armas de destruição em massa” no Iraque. Em 2003, como em 2011, muitos argumentaram que o Ocidente “não tinha escolha” a não ser a intervenção armada “para salvar” os povos iraquiano e líbio e o resto do mundo de “um ditador brutal que usa as armas de destruição de massa contra seu próprio povo”. Todos sabem que a notícia das armas de destruição em massa de Saddam foi uma invenção; da mesma forma, também está surgindo em relação à Líbia que os “genocídios” ou massacres de massa foram pelo menos “exagerados” pela mídia e por políticos.

(FORTE, 2012; GRIMALDI, 2012; MCKINNEY, 2012; BOYLE, 2013; LENDMAN, 2013; MUHMO, 2013; VANDEPITTE, 2013; BARAKA, 2014; NAZEMROAYA, 2014; ULFKOTTE, 2014; SENSINI, 2011-2017; HENNINGSSEN, 2016; PERUCCHIETTI, 2016; HOUSE OF COMMONS, 2016-2017).

É interessante a análise que Boyle (2013) faz sobre as políticas de intervenção militar contra estados estrangeiros por parte das várias administrações dos EUA e a comparação entre as justificativas:

A questão é que a definir “Estado canalha” um Estado são, em geral, países que, por suas vezes, praticam violações internacionais, invadem, travam guerras para roubar recursos naturais, oprimem etc.

³⁵³ Responsibility to protect (“RtoP” or “R2P”): <http://www.responsibilitytoprotect.org/>; acessado em 4/12/2017, 16/4/2018.

³⁵⁴ <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>; acessado em 4/12/2017, 16/4/2018.

A Rp2 é uma versão reconstruída e desinfetada da velha doutrina da “intervenção humanitária” que o governo neoliberal de Clinton e a OTAN haviam anteriormente tentado ressuscitar em uma tentativa vã de justificar suas guerras ilegais contra a Sérvia em 1999. O roteiro de guerra neoliberal de Obama/OTAN em 2011 contra a Líbia parece ter plagiado o roteiro da intervenção neoliberal Clinton/OTAN contra a Sérvia. Ambas as guerras dos EUA/OTAN trouxeram razões humanitárias para a guerra contra a Sérvia e contra a Líbia. [...] Nas duas guerras neoliberais, utilizaram a força aérea [...] trabalhando com exércitos mercenários por procuração e conseguindo expulsar o legítimo governo da Sérvia no Kosovo e de Gaddafi na Líbia. Ambas as guerras foram originalmente planejadas pelos Estados Unidos e pela OTAN para estabelecer regimes fantoches que governariam esses países em seu nome. Ambas as guerras dos EUA/OTAN criaram catástrofes humanitárias.

[...] As principais potências militares do mundo, os Estados Unidos e os membros da Aliança da OTAN estão por trás da maioria das piores atrocidades e catástrofes do mundo moderno. No entanto, hoje estas grandes potências brancas e racistas equiparam eufemisticamente a doutrina da intervenção humanitária com o mais evanescente “Responsibility to Protect - Rp2”.

[...] Hoje, EUA/OTAN/AFRICOM/CENTCOM (Comando Central dos EUA) estão bastante ocupados em recolonizar a África e a redesenhar o Oriente Médio em parceria com Israel, uma combinação da Conferência de Berlim de 1884-1885, juntamente com os acordos Sykes-Picot de 1916. Não há fim à vista. Nem mesmo a luz proverbial no fundo do túnel da guerra global lançada pelas potências imperiais e coloniais brancas e racistas ocidentais, na aliança criminal dos Estados Unidos, OTAN, Europa e Israel contra os árabes, os muçulmanos, os estados e os povos africanos para subtrair seus recursos de hidrocarbonetos com um pretexto ou o outro ou com diferentes pretextos combinados. Na construção do consentimento (Manufacture the consent) para as guerras americanas de agressão para alcançar o domínio global é usada qualquer tipo de propaganda, implementando inexoravelmente a “visão conjunta” do Pentágono de 2000 e obtendo uma dominação de amplo espectro da humanidade até 2020.

(BOYLE, 2013, p. 154-156; 176-178).

O objetivo dessas operações sob cobertura “humanitária”, portanto, seria a subtração e o controle dos recursos naturais dos povos que eles alegam proteger e a missão real do AFRICOM³⁵⁵: a Líbia, ressalta Boyle (2013), foi a primeira vítima do AFRICOM e não será a última. Além disso, a guerra da coalizão internacional, destacam Forte (2012), Boyle (2013),

³⁵⁵ AFRICOM, US Africa Command, criada sob sugestão do israelo-estadunidense *Institute for Advanced Strategic & Political Studies* (IASPS). Foi inaugurado pela administração Bush em 2007, sob o comando do general afro-americano William E. Ward, ex-coordenador de segurança entre Israel e a Autoridade Palestina: “Today, I am pleased to announce my decision to create a Department of Defense Unified Combatant Command for Africa. I have directed the Secretary of Defense to stand up U.S. Africa Command by the end of fiscal year 2008. This new command will strengthen our security cooperation with Africa and create new opportunities to bolster the capabilities of our partners in Africa. Africa Command will enhance our efforts to bring peace and security to the people of Africa and promote our common goals of development, health, education, democracy, and economic growth in Africa. We will be consulting with African leaders to seek their thoughts on how Africa Command can respond to security challenges and opportunities in Africa. We will also work closely with our African partners to determine an appropriate location for the new command in Africa”.

(“President Bush Creates a Department of Defense Unified Combatant Command for Africa”, <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/02/20070206-3.html>

<http://www.africom.mil/>The White House, 2007).

Sobre a AFRICOM:

Arrives, Jane’s Defence Weekly, 1/10/2008;

<http://www.africom.mil/>;

http://www.usaraf.army.mil/MAP_INTERACTIVE/INTERACTIVE_MAP.swf;

<http://ww4report.com/node/3154>;

Lawson, Letitia (January 2007), *Strategic Insights*. Retrieved 10/3/ 2007;

<http://www.nigrizia.it/>; <http://www.internazionale.it/>; <http://www.mosaicodipace.it/mosaico/a/31027.html>

Lin Zhiyuan, [U.S. moves to step up military infiltration in Africa](http://www.usa.com),

People’s Daily, 26/2/2007

<http://www.africom.mil/about-the-command/cornerstones>;

acessados em 14/11/2016, 21/4/2018.

Awan (2015) e outros, tinha o objetivo acima mencionado de tomar posse dos recursos líbios e, mais em geral, do continente africano, em concorrência com a China, cujas atividades industriais e comerciais na África estão em expansão exponencial – a China, sublinha Forte (2012), tem projetos para milhões de dólares na Líbia.

Proteger o povo da Líbia?

A Líbia tem sido uma oportunidade para o Ocidente para afinar a R2P. Esse projeto geopolítico foi liderado pelos novos “intervencionistas humanitários” liberais, liderados pela América de Barack Obama, a França de Nicolas Sarkozy e a Grã-Bretanha de David Cameron. Eles começaram seu plano de ataque contra a Líbia em 2010, mas sob a cobertura da bandeira da OTAN. Para começar, os políticos e a mídia ocidentais buscaram enquadrar a dissidência política na Líbia como parte do movimento mais amplo da “Primavera Árabe”, apoiando no campo, ao mesmo tempo, grupos de oposição armados.

O golpe inicial veio na forma de uma afirmação exagerada da mídia ocidental: “Gaddafi está usando sua Força Aérea para atacar manifestantes democráticos pacíficos nas ruas de Benghazi e Trípoli”. Graças a essas declarações, foi aprovada a Resolução 1973³⁵⁶ das Nações Unidas, exigindo uma zona de exclusão aérea, que rapidamente se tornou uma “zona de bombardeio” da OTAN. Mais mentiras seguiram. [...]

Olhando para trás, é óbvio agora que Barack Obama, Hillary Clinton e Susan Rice trabalharam juntos para perverter a R2P, para alcançar uma agenda corporativa geopolítica e internacional. Cinco anos depois, a Líbia continua sendo um estado falido. O vácuo de poder criado por Barack Obama e seu grupo de apoio da OTAN criou uma nova ponte para o ISIS. É claro que os Estados Unidos retomaram oficialmente o bombardeio do país³⁵⁷, supostamente para derrubar os terroristas, mas parece mais provável que os arquitetos neoliberais da destruição da Líbia preferiram “operações de baixa intensidade” a longo prazo, em vez do “Choque, espanto e ocupação”³⁵⁸ utilizada anteriormente por Washington.

[...] O governo Obama nunca se preocupou em apresentar qualquer base jurídica tangível para suas guerras de agressão não declaradas. [...] Durante uma entrevista com a FOX News em abril de 2016³⁵⁹, Obama fez a rara admissão de que a Líbia era o “pior erro” de seu mandato, “provavelmente não planejamos para o dia seguinte o que deveria ser a coisa certa para fazer na intervenção na Líbia”. [...] Nenhum deles teve problemas a inundar países do Oriente Médio com armas letais - se isso ajudar a derrubar governos e nações que eles consideram “desfavoráveis”. Este foi demonstrado ser o caso tanto na Líbia³⁶⁰ como na Síria³⁶¹. A fim de cobrir sua corrida armamentista e evitar outro escândalo eleitoral para Clinton, uma moção foi apresentada pelo Departamento de Justiça - para eliminar todas as acusações contra Marc Turi, o traficante que mediou parte do comércio ilegal de armas de Washington de acordo com gravações do tribunal federal³⁶².

[...] O que deve ficar claro é que, longe de ser uma doutrina internacional válida para a paz, a prosperidade e o “Poder Inteligente”³⁶³, a Responsabilidade de Proteger tem sido usada e abusada pelos Estados membros da OTAN, liderados pelos Estados Unidos, pela Grã Bretanha e a França para perpetrar, entre outras coisas, genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e outros “crimes contra a humanidade”. Vimos no Iraque, vimos na Líbia e vemos isso novamente na Síria, no Iêmen e em outros lugares do mundo nos últimos 20 anos. Seria fácil deixar os intervencionistas liberais para trás dizendo que a R2P é uma “falha”. A realidade é que a R2P é uma monstruosidade usada pelos Estados Unidos e seus irmãos da OTAN como um engano geopoliticamente correto em relação ao direito internacional a fim de servir seus interesses “nacionais” ou transnacionais (HENNINGSEN, 2016).

³⁵⁶https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110927_110311-UNSCR-1973.pdf; acessado em 14/11/2016, 21/4/2018.

³⁵⁷ <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/01/us-airstrikes-against-isis-libya-pentagon>

³⁵⁸ “Shock, awe and occupation”

³⁵⁹<https://www.theguardian.com/us-news/2016/apr/12/barack-obama-says-libya-was-worst-mistake-of-his-presidency>; acessado em 14/11/2016, 21/4/2018.

³⁶⁰<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/10218288/CIA-running-arms-smuggling-team-in-Benghazi-when-consulate-was-attacked.html>; acessado em 14/11/2016, 21/4/2018.

³⁶¹<https://www.nytimes.com/2016/01/24/world/middleeast/us-relies-heavily-on-saudi-money-to-support-syrian-rebels.html>; acessado em 14/11/2016, 21/4/2018.

³⁶² <https://21stcenturywire.com/2016/10/05/spectre-of-benghazi-doj-drops-charges-against-alleged-arms-dealer-of-libyan-weapons/>; acessado em 15/11/2016, 22/4/2018.

³⁶³ “Smart Power”, <https://21stcenturywire.com/2016/04/19/an-introduction-smart-power-the-human-rights-industrial-complex/>; acessado em 15/11/2016, 22/4/2018.

É, portanto, uma fraude “inteligentemente construída” que viola a legalidade internacional, a soberania nacional de estados individuais e cujos efeitos são atribuíveis a crimes de guerra, como Boyle documenta detalhadamente nos capítulos 5 e 6 do seu livro (2013, p. 154-196); assim, em nome da “proteção de civis”, a OTAN bombardeou a Líbia por sete meses, com uso maciço de urânio empobrecido, matando, ferindo, causando doenças fatais, destruindo estruturas civis, incluindo o maior trabalho hidráulico do mundo, o já mencionado “Grande Rio Artificial” (GMR, em árabe: *al-Nahar as-sinâ ‘î al-‘aẓîm*), todos endossados pela ONU e com o envolvimento de 40 nações.

Isso produziu um desastre tanto no nível humano quanto no ambiental, como denuncia Mustafa Fetouri e a “Associação de Vítimas da OTAN e Guerra à Líbia (ANWL)”, criada pelas famílias das vítimas³⁶⁴, da qual o advogado Gabala também falou comigo; tanto McKinney quanto Fetouri, e investigações recentes, denunciam a presença, na capital líbia, Trípoli, e Bani Walid, a sudoeste da cidade, de contaminação de urânio empobrecido - usado no bombardeio da OTAN.

A OTAN usou armas letais de urânio empobrecido (DU) durante sua campanha aérea de sete meses contra a Líbia, enquanto intervinha para apoiar grupos que se rebelaram contra o governo de Mu‘ammar Gaddafi no outono de 2011? Os civis foram mortos no bombardeio, dia e noite, apesar de não terem tido nenhum papel na guerra civil que varreu a Líbia entre março e outubro de 2011?

A resposta a ambas as perguntas é um grande sim, mas se você perguntar aos líderes da OTAN, é provável que eles neguem tudo ou evitem completamente as questões. Fiz as duas perguntas ao ex-vice-secretário-geral da OTAN, o diplomata estadunidense Alexander Vershbow, depois de seu discurso de abertura em uma conferência da OTAN em Madri, em 15 de outubro de 2015.

Perguntei-lhe se a OTAN reconhecia algum dos civis que ele havia matado na Líbia e o que ele pretendia fazer com eles. Ele ficou surpreso com a pergunta, hesitou um pouco e depois disse: “Nossa missão na Líbia foi levar a cabo uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para proteger o povo líbio e achamos que foi uma missão bem-sucedida”. Ele se recusou a falar mais, mesmo quando eu repeti a pergunta quando ele desceu do pódio. Vershbow insistiu novamente em negar qualquer irregularidade da OTAN [...].

É certo que a OTAN matou dezenas de civis líbios que estavam em suas casas; isso foi documentado por Amnesty Internacional e Human Rights Watch, bem como por uma dúzia de grupos locais de direitos humanos³⁶⁵

No relatório acima mencionado, a House of Commons admite:

Em março de 2011, o Reino Unido e a França, com apoio dos EUA, levaram a comunidade internacional a apoiar uma intervenção na Líbia para proteger os civis dos ataques das forças leais a Muammar Gaddafi. Esta política não foi apoiada por uma inteligência precisa. Em particular, o governo não conseguiu

³⁶⁴<https://www.facebook.com/828442307335366/photos/a.828442477335349/828442480668682/?type=1&theater>; acessado em 16/11/2016, 20/4/2018.

³⁶⁵ *NATO intervention in Libya resulted in civilian deaths and an environmental disaster*, Middle East Monitor, 1/8/2018,

<https://www.middleeastmonitor.com/20180801-nato-intervention-in-libya-resulted-in-civilian-deaths-and-an-environmental-disaster/>;

<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>; acessados em 16/11/2016, 20/4/2018.

identificar que a ameaça aos civis era superestimada e que os rebeldes incluíam um elemento islamista significativo. No verão de 2011, a intervenção limitada para proteger os civis se transformou em uma política oportunista de mudança de regime. Esta política não foi suportada por uma estratégia para apoiar e formar a Líbia pós-Gaddafi. O resultado foi o colapso político e econômico, as milícias e as guerras intertribais, as crises humanitárias e de migrantes, as violações generalizadas dos direitos humanos, a disseminação de armas do regime de Gaddafi por toda a região e o crescimento do ISIL no norte da África. Através de sua tomada de decisões no Conselho de Segurança Nacional, o ex-primeiro-ministro David Cameron foi responsável pelo fracasso em desenvolver uma estratégia coerente na Líbia (HoC, 2016-2017, p.3).

Também o potencial aéreo líbio tem sido descrito como uma “grande ameaça” para os civis, enquanto, na realidade, foram poucas dúzias de helicópteros: na prática, como mencionado antes, vários meios árabes e ocidentais disseminaram notícias falsas para guiar a opinião pública, como evidenciado por Udo Ulfkotte em “Gekaufte Journalisten” (Jornalistas comprados, 2014) onde relata sua própria experiência, oferecendo-se como testemunha de uma forma de fazer jornalismo sem ética e escrúpulos e aos serviços das agências de inteligência, de governos, etc.

Estamos diante do uso de meios de comunicação de massa que não se limitaram simplesmente a realizar uma genérica propaganda de guerra, mas realizaram uma ação mais sofisticada, ou seja, uma combinação de religião dos direitos humanos e humanitarismo de guerra. Algo que havia sido delineado durante a intervenção da OTAN na ex-Iugoslávia, mas que no caso da Líbia assumiu características que nunca foram vistas antes.

A guerra, portanto, teve um ímpeto e um processo de legitimação decisivo precisamente no nível da informação da mídia de massa que, neste caso, não se limitou a espalhar informação generosamente fornecidas por comandos militares e secretários de estado, mas desempenhou um papel militar importante. (SENSINI, 2011-2017, pag. 164).

5.1.4. Informação e propaganda de guerra

Boatos e propaganda ajudam a revolta

Todas as mulheres da África subsaariana que os rebeldes encontraram foram classificadas como “franco-atiradoras contratadas por Gaddafi que mataram os revolucionários”, enquanto eram, na maioria dos casos, cidadãs imigrantes - trabalhadoras ou esposas, filhas de muitos trabalhadores estrangeiros - que o regime contratava para funções civis. O livro de Najjair (2013) é fortemente motivado com relação ao uso da violência, típico de conflitos civis ou guerras: o inimigo é descrito como o pior dos ladrões, como estuprador, como animal, para incentivar - como ele a chama - a retaliação, a vingança em nome das vítimas, das “mulheres abusadas” pelos soldados de Gaddafi. Uma das coisas que ele conta e que circulavam na época é que Gaddafi “trouxe mercenários de diferentes países para a Líbia para ajudá-lo na campanha de terror. Ele havia feito isso porque suas tropas estavam se esvaziando por causa dos soldados

que deixavam o exército para se juntarem à revolução e também porque os soldados líbios achavam impossível atirar em seu próprio povo”: estas notícias, muitas das quais eram “boatos”, criaram entre os combatentes árabes, especialmente os jihadistas, fortes reações racistas e uma caça feroz ao “negro africano” que continua até hoje.

Os irmãos Najjair disseram-me que “ouviam” coisas terríveis que esses mercenários ameaçavam fazer ao povo líbio e estórias de destruição e massacres, e que isso os motivou ainda mais a participar da guerra contra o regime; também houve relatos de mercenários “cheios de álcool e drogas e viagra que estupraram mulheres líbias”. Eles ouviram “vozes” (Sam e Yousuf Najjair nunca são testemunhos diretos) sobre as tropas de Gaddafi que “entravam em cidades rebeldes estuprando mulheres nas ruas, como uma tática de terror”. Trata-se de uma notícia falsa amplamente usada como propaganda entre as tropas rebeldes – irei falar desse assunto mais tarde. Sam faz uma tentativa bem-sucedida de descrever os rebeldes líbios como heróis românticos, bons crentes, exatamente como aconteceu na Síria, onde os qaedistas eram chamados de “heróis” pelos jornais, um pouco parecido com o que aconteceu com Osama bin Ladin³⁶⁶ na época da guerra contra os soviéticos no Afeganistão³⁶⁷.

Os boatos das mulheres abusadas por soldados do regime concentravam-se contra cidadãos de pele escura, refletindo aqui muito do racismo e dos preconceitos árabes para com os africanos negros em geral, mas também o ódio do líbio contra o líbio e, em particular, o ódio do líbio do exterior e do árabe que se uniram à revolução contra o lealista líbio.

Najjair (2013) escreve de prisões onde os combatentes detinham muitos dos chamados “mercenários” – em maioria cidadãos de Gana, Mali e Chade -, enquanto acreditavam que os africanos subsaarianos tivessem sido alistados como mercenários nas fileiras do exército do regime. Ele conta que entrou na prisão gritando e insultando esses supostos mercenários e dizendo que eles haviam roubado dólares de Gaddafi e matado os “líbios dignos”, isto é, os rebeldes. A ideia de invasores negros africanos é uma obsessão, para Sam, e para muitos outros rebeldes e jihadistas que prenderam e torturaram todos os cidadãos sub-saarianos que eles encontram nas ruas.

Portanto, a situação de conflito e guerra civil, misturada com preconceito racial, fez com que áreas inteiras povoadas por líbios e trabalhadores imigrantes negros fossem alvo de

³⁶⁶ Veja-se a foto nas páginas finais desta tese.

³⁶⁷ *Anti-Soviet warrior puts his army on the road to peace: The Saudi businessman who recruited mujahedin now uses them for large-scale building projects in Sudan. Robert Fisk met him in Almatig*, The Independent, 6/12/1993, <https://www.independent.co.uk/news/world/anti-soviet-warrior-puts-his-army-on-the-road-to-peace-the-saudi-businessman-who-recruited-mujahedin-1465715.html>; Acessado em 7/8/2017, 4/6/2019.

violência sem precedentes: houve imediatamente um movimento massivo de população civil, em particular das áreas onde tem havido uma “limpeza étnica”³⁶⁸.

Impressionante é o caso da cidade de Tawargha³⁶⁹, povoada principalmente por líbios negros, com 30.000 pessoas deslocadas.

Dramática é também a situação de Sirte³⁷⁰, completamente destruída pelo bombardeio da OTAN e pelos ataques dos jihadistas (AWAN, 2015; FORTE, 2012; LANO, 2019). Forte fala de “limpeza étnica de Sirte”:

enquanto fiel a Gaddafi e pelo fato de que a “alegada defesa de civis” e “democratização” ou “libertação” se aplica apenas aos partidários dos insurgentes que receberam campo livre para massacres, vingança e qualquer outra coisa. [...] A “intervenção liberal” nada mais é do que uma “guerra neo-imperial altamente seletiva com o objetivo de assegurar o controle (político) de seus clientes sobre os recursos físicos essenciais (FORTE, 2012, p. 106).

Cynthia McKinney denuncia tais práticas e acusações contra os cidadãos negros da Líbia como “propaganda racista comparável à sofrida pelos americanos negros”³⁷¹.

O genocídio em Benghazi, cujo alarme foi lançado pelos EUA, pelos rebeldes, pela mídia e pelas agências humanitárias, não ocorreu; em vez disso, migrantes da África subsaariana foram mortos (FORTE, 2012, p. 110); como vimos, a HoC britânica fala mais diplomaticamente de “medos superestimados” e “falta de intelligence clara”.

³⁶⁸ Há depoimentos em vídeo, artigos e livros – entre os outros (FORTE, 2012) –, sobre a violência e brutalidade de grupos e milícias jihadistas seja líbias seja estrangeiras contra negros líbios e imigrantes.

³⁶⁹ *Libya – The Racist Revolution – Tawargha*, Human Rights Investigation, 12/9/2011, <https://humanrightsinvestigations.org/2011/09/12/libya-the-racist-revolution-tawargha/>;

Ethnic cleansing, genocide and the Tawargha, 26/9/2011, <https://humanrightsinvestigations.org/2011/09/26/libya-ethnic-cleansing-tawargha-genocide/>;

Tawargha – the final solution, 14/9/2011, <https://humanrightsinvestigations.org/2011/09/14/tawargha-the-final-solution/>;

Amnesty and racist rebel atrocities in Libya; 32/8/2011, <https://humanrightsinvestigations.org/2011/08/31/amnesty-racist-rebel-atrocities-libya/>;

30 000 personnes déplacées de Tawargha – Libye, Amnesty International-France, 5/12/2012, <https://www.youtube.com/watch?v=hc2bVguE8I8>;

La vie des Noirs libyens ou la tribu des Tawargha dans UN camp de réfugiés (18/10/2011).flv, *Nerrati Afrique*, 19/10/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=KVc6vXHPH5c>;

You Wouldn't Want to be Black in the New Libya, Tawargha, 26/4/2012, <https://www.youtube.com/watch?v=-jhT5u6ecTQ>

Libya militia 'terrorises' pro-Gaddafi town of Tawargha, BBC, 31/10/2011, <http://www.bbc.com/news/world-africa-15517894>;

NATO's slow genocide in Libya: Syria is next, InfoWar, 19/4/2011, <http://www.infowars.com/natos-slow-genocide-in-libya-syria-is-next/>;

Tawargha, cidade negra, extermínio, 1/11/2011, <https://midia crucis.wordpress.com/2011/11/01/tawargha-cidade-negra-extermínio/>;

acessados em 11/11/2015, 3/12/2016; 5/5/2019.

³⁷⁰ Sirte era a “capital” dos projetos e das políticas Pan-Africanas e da União Africana de Gaddafi, ou seja, de uma colaboração generalizada e ampla entre os Estados africanos liderada pela Líbia. Projetos e políticas que preocupavam muito tanto os EUA quanto a Grã-Bretanha e a França, e precisavam ser derrubadas.

³⁷¹ *Cynthia Mckinney on Libya State TV defending Black People in Libya*, 22/5/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=tFjzY-V3a2s>; acessado em 3/12/2016; 5/5/2019.

Interessante, mais uma vez, é a perspectiva de Nadjair, que continua a nos oferecer um “interior” da guerra, como se fosse um videogame ou um filme de ação de Hollywood: ele descreve as incursões em prédios como se fosse um agente da SWAT, e cenas violentas que mostram a força e o poder dos rebeldes contra os presos, em particular cidadãos negros subsaarianos. Tais cenas e outras ainda piores, são, segundo a opinião de Boyle, “crimes de genocídio contra a Líbia e os líbios” cometidos pelos EUA/OTAN e por tropas mercenárias por procuração contra cidadãos negros líbios e trabalhadores imigrantes subsaarianos em violação do artigo 2 do Convenção sobre Genocídio de 1948 (BOYLE, 2013, p. 186; mas também MCKINNEY, 2012, p. 63; FORTE, 2012, p. 112-114).

O papel da mídia³⁷²

Os boatos – portanto “factóides” e não fatos - e a informação imprecisa quando não completamente infundada e manipulada, tem sido fundamental na construção do “consenso para a guerra”, para citar Chomsky (2002), como aconteceu em todos os conflitos das últimas duas décadas; em particular, muito importante foi o papel da mídia oficial, aquela relacionada à OTAN e incorporada (*embedded*) aos rebeldes, e a do Golfo, como Al Arabiyya e Al Jazeera. Explica, Nazemroaya:

Desinformação e informações não verificadas começaram a se espalhar como fogo. As três mais populares eram: 1) O Coronel Muammar Gaddafi havia enviado mercenários subsaarianos de pele escura ao seu país para reprimir o povo líbio de suas legítimas aspirações; 2) Trípoli implantou aeronaves de combate para atacar manifestantes desarmados; 3) atos de genocídio e massacres indiscriminados estavam ocorrendo em Benghazi e em outras grandes cidades da Líbia.

Todas essas afirmações acabariam sendo imprecisas, no mínimo. Na realidade, uma manipulação grosseira da verdade estava ocorrendo. Os supostos mercenários subsaarianos de pele escura eram na verdade cidadãos líbios pertencentes a grupos étnicos negros que regularmente serviam na segurança, na polícia e no aparato militar de sua terra natal. Os meios de comunicação de massa dos países da Aliança Atlântica (com destaque da CNN estadunidense e da BBC britânica) haviam denegrido e retrato os líbios da pele negra como sujeitos estranhos ao seu próprio país, recorrendo também a narrativas discriminatórias (2012, p. 219).

Nazemroaya como outros analistas, ressaltam que os ataques dos jatos líbios, na realidade, nunca ocorreram e os líderes da OTAN, convenientemente, esqueceram-se imediatamente após intervir militarmente e remover o coronel Gaddafi do poder com uma longa campanha de bombardeio.

Qualquer pessoa com experiência no campo da aeronáutica militar pode testemunhar a inutilidade e impossibilidade da parte de Gaddafi de recorrer a ataques do céu para tarefas de ordem pública durante manifestações populares. Não só isso: o exército russo tinha imagens e dados de satélite que mostravam

³⁷² Veja-se também:

Gaddafi, Sayf al-Islam, Herland Report - Memorandum on Libya: Fabrications against the State, Leadership and Army, 19/4/2017, <http://www.hannenabintuherland.com/europe/memorandum-on-libya-fabrications-against-the-state-leadership-and-army-by-dr-saif-al-islam-gaddafi/>; acessado em 3/11/2018; 5/5/2019.

que nada disso havia acontecido; notar que até mesmo o presidente Obama e outros líderes da Aliança Atlântica tiveram acesso a tais informações e se pode, portanto, deduzir que eles estavam absolutamente conscientes da total falta de fundamento dessa notícia (NAZEMROAYA, 2012, p. 219).

Sensini (2011-2017) e *Famiglia Cristiana*³⁷³, um jornal conservador italiano e destinado às famílias, destacam, em relação à informação manipulada e à mídia *embedded*, que a “mãe de todas as mentiras”, das quais todas as outras derivam, deve ser localizada apenas alguns dias após o início da revolta, quando a TV via satélite al-Arabiya reporta via Twitter em 23 de fevereiro, “um massacre de dez mil mortos e pelo menos 50.000 feridos na Líbia com bombardeio aéreo de Trípoli e Benghazi” e “sepultura em massa”. A fonte é Sayyid al-Shanuka, que fala de Paris como suposto membro líbio do Tribunal Penal Internacional³⁷⁴ e a circulação dessas mensagens ocorre via hashtags, ou seja, etiquetas ou palavras-chave usadas na plataforma de microblogging para vincular uma mensagem específica a um tópico. A notícia vai imediatamente ao redor do mundo e oferece a principal justificativa para reunir o Conselho de Segurança da ONU, porém a desmentida por parte do Tribunal Penal internacional, que declara que “o Sr. Sayyid al-Shanuka - ou el-Hadi Shallouf - não é, de forma alguma, um membro consultor do Tribunal. O Sr. Shanuka fala apenas por si mesmo”³⁷⁵, não é transmitida pela mídia, que deixa, portanto, em circulação apenas a notícia falsa. A confirmar que se tratava de um “fake” há também o fato que as forças armadas russas estavam monitorando a Líbia do espaço e não encontraram sinais de ataques de jatos líbios contra civis³⁷⁶.

Antes da “reaproximação” entre o Ocidente e Gaddafi, durante anos a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos operaram mais ou menos secretamente para desestabilizar a Líbia. De fato, como foi reconhecido por fontes do governo americano, em várias ocasiões³⁷⁷ Washington tentou operar uma mudança de regime em Trípoli. [...] As falsificações das informações por Al-Jazeera levaram Ghassan Bin Jiddo, diretor do escritório de correspondências da Al Jazeera em Beirute e durante anos chefe de um dos mais seguidos programas de aprofundamento político no mundo árabe, a se demitir em 23 de abril de 2011 da TV controlada pelo Qatar, lançando fortes acusações contra a emissora, que era culpada de ter seguido uma linha editorial “dupla” em relação às revoltas que estavam ocorrendo no Oriente Médio (SENSINI, 2011-2017, p. 115-125).

Além disso, a Reuters e a Al-Jazeera transmitiram imagens de protestos de outros países para a mídia mundial, alegando que eram da Líbia³⁷⁸; mas paralelamente à manipulação de

³⁷³ *Libia: e se fosse tutto falso?*, Famiglia Cristiana, 14/6/2011, http://www.famigliacristiana.it/articolo/libia_14061115251.aspx; acessado em 18/19/2017.

³⁷⁴ <http://twitter.com/#!/JoReport/statuses/40458755497918464>

³⁷⁵ *Clarification on media information regarding the ICC position on the Libyan situation* (ICC-CPI-20110224-MA88), 24/2/2011.

³⁷⁶ Galushko I., *Airstrikes in Libya did not take place – Russian military*, Russia Today, 1/3/2011.

³⁷⁷ Gwertzman B., Schultz, *Advocates US covert Programs to depose Gaddafi*, The New York Times, 28/4/1986; Krauss C., *Failed Anti-Gheddafi effort leaves US picking up the pieces*, The New York Times, 12/3/1991.

³⁷⁸ IRIB international, 13/5/2011.

A técnica de publicar ou transmitir imagens de massacres de outros lugares do mundo ou de outros momentos históricos é amplamente usada na construção de notícias falsas e geralmente não é resultado da distração do jornalista ou do editor, mas de cálculos precisos e ocorre repetidamente em vários cenários geopolíticos e de guerra.

informações, a mídia europeia e estadunidense trouxe água para o moinho de guerra, exaltando figuras de jihadistas europeus-líbios, fazendo retratos muito positivos, em alguns casos heróicos - por exemplo, o jornal irlandês *The Irish Times*³⁷⁹ publicou artigos exaltando o papel dos líbios irlandeses³⁸⁰ na revolta de 2011, alguns dos quais eram combatentes ligados a al-Qâ'ida:

Vários líbios com ligações com a Irlanda desempenharam papéis de destaque no levante do ano passado. Entre eles estão Mahdi el-Harati³⁸¹, comandante da Brigada de Trípoli, uma das principais unidades rebeldes que liderou o avanço da capital líbia em agosto. Os homens que serviram sob al-Harati incluíam vários da Irlanda que deixaram empregos como engenheiros e médicos para se juntarem à revolução. Muitos outros com ligações irlandesas, alguns com dupla cidadania, lutaram em algumas das batalhas mais ferozes da guerra, trataram os feridos nos hospitais da linha de frente ou levaram ajuda humanitária para algumas das áreas mais afetadas. Agora, um ano após o início da revolta, muitos líbios-irlandeses estão ajudando a moldar a Líbia pós-Gaddafi.

Alguns trabalham como ministros ou funcionários do governo interino; outros estão criando partidos políticos à medida que a democracia nascente da Líbia toma forma; mais ainda estão tentando desmobilizar as milícias que emergiram durante o conflito do ano passado. Muitos outros estão ajudando com o trabalho de reconstrução e ajudando o renascimento da economia do país.

Quanto a el-Harati, que o principal jornal italiano em 2012 comparou a Che Guevara³⁸², tornou-se prefeito de Trípoli³⁸³ - cargo que ocupou por um curto período, para depois voltar ao jihãd na Síria -, em 2015 foi convidado na Itália por uma delegação de empresários³⁸⁴. Vale a pena, aqui, abrir um breve parêntese sobre a “flutuação política italiana” para com a Líbia e o jihadismo: em 8 de janeiro de 2011 - quando Gaddafi ainda governava a Líbia - o então ministro das Relações Exteriores italiano, Franco Frattini, afirmou: “Se a Líbia não tivesse uma política de controle antiterrorista forte como a da área de Benghazi, as células terroristas ficariam terrivelmente perto da nossa casa³⁸⁵. E uma semana depois: “Acredito que devemos apoiar fortemente os governos daqueles países nos quais reis ou chefes de Estado construíram regimes

³⁷⁹ Mary Fitzgerald, *The Libyan-Irish building a post-Gadafy country*, Irish Times, 25/2/2012, <https://www.irishtimes.com/news/the-libyan-irish-building-a-post-gadafy-country-1.470418>; acessado em 18/19/2017 e 13/1/2019.

³⁸⁰ Os líbios constituem uma das maiores comunidades árabes da Irlanda. Desde a década de 1960, os líbios foram para a Irlanda por razões profissionais ou educacionais, e muitos permaneceram, muitas vezes se casando com cidadãos irlandeses. Uma parte significativa da comunidade líbia na Irlanda pediu asilo político a partir dos anos 90.

³⁸¹ *Former Tripoli mayor and Irish-Libyan national blacklisted by Saudi Arabia*, Libya Express, 12/6/2017, <http://www.libyanexpress.com/former-tripoli-mayor-and-irish-libyan-national-blacklisted-by-saudi-arabia/>

³⁸² *Síria: Mahdi al-Harati, il 'Che' della primavera araba*, Il Corriere, 30/7/2012, <https://video.corriere.it/siria-mahdi-al-harati--che-primavera-araba/a1c3efca-da09-11e1-aea0-c8fd44fac0da>; acessado em 18/19/2017 e 13/1/2019.

³⁸³ *Irish rebel warrior Mahdi al-Harati elected mayor of Libyan capital Tripoli*, Irish Mirror, 7/8/2014, <https://www.irishmirror.ie/news/irish-news/irish-rebel-warrior-mahdi-al-harati-4018149>; acessado em 18/19/2017 e 13/1/2019.

³⁸⁴ *Il sindaco di Tripoli, Mahdi el-Harati, in visita a Città di Castello*, 4/2/2015, <https://tuttoggi.info/il-sindaco-di-tripoli-mahdi-al-harati-in-visita-a-citta-di-castello/255801/>; acessado em 18/19/2017 e 13/1/2019.

³⁸⁵ *Libia: Frattini, Gheddafi controlla situazione altrimenti esplosiva*, Adnkronos, 8/1/2011.

seculares mantendo o fundamentalismo à distância. A prioridade número um é a prevenção do fundamentalismo e dos embriões do terrorismo. [...] Eu faço o exemplo de Gaddafi”³⁸⁶.

Porém, logo depois, em abril, declarou que Benghazi, a sede do novo governo líbio, era “o único interlocutor legítimo e representante do povo líbio”³⁸⁷.

Trata-se de declarações relatadas pelo Corriere della Sera, o jornal que o ano seguinte definirá o jihadista el-Harati o “Che Guevara líbio” e “personalidade carismática”. Sobre el-Harati prefeito, uma das minhas entrevistadas, Diana Ghariany³⁸⁸, escreveu no FB, em 19 de agosto de 2014:

#WhoHO the fuck elected him? He is an MI6/CIA spy working mostly for the Americans. So, again, I am asking who the fuck elected him? Unless he is self-elected, he will end badly. He is one of the worst mercenaries ever and his militia is the notorious Liwaa al-Umma. Not only did he kill Libians he ever stole money³⁸⁹.

Estes são apenas alguns exemplos do papel da mídia europeia em relação aos fatos da Líbia; mas vamos seguir em frente: vídeos no YouTube mostram a presença de equipes dos canais TV France 24, CNN, BBC e outras estações *embedded* com milícias rebeldes, com jornalistas filmando seus preparativos, ficando o tempo todo com os milicianos, no entretanto que eles preparavam o avanço nas linhas do inimigo; por exemplo, jornalistas americanos e franceses passaram um bom tempo com a milícia de el-Harati, e isso é documentado em vários vídeos³⁹⁰: ao minuto 09:00 deste [vídeo](#)³⁹¹ vemos el-Harati, líder das brigadas de Trípoli, com o líder do LIFG, Belhaj³⁹². Trata-se de uma das numerosas “provas” da colaboração pública e oficial entre as forças da OTAN, a mídia internacional e as formações islâmicas radicais.

³⁸⁶ *Arginare il fondamentalismo. E' questa la priorità dell'Europa*, Il Corriere della Sera, 17/1/2011.

³⁸⁷ *Libia, il governo riconosce gli insorti. Frattini: 'Armare i ribelli? Non escluso'*, Il Corriere della Sera, 4/4/2011.

³⁸⁸ Nós falamos várias vezes via Messenger. Nasceu em Trípoli, onde mora ainda hoje; é uma economista líbia, pró-Gaddafi, estudou na “London School of Economics and Political Science – LSE”. Escrevia em um blog usando um pseudônimo, por medo de ataques, <https://libyaagainstsUPERPOWERmedia.org>, que foi fechado.

³⁸⁹ #Quem diabos o elegeu? Ele é um espião do MI6/CIA, trabalhando principalmente para os americanos. Então, novamente, eu estou perguntando quem diabos o elegeu? A menos que ele seja auto-eleito, ele terminará mal. Ele é um dos piores mercenários de todos os tempos e sua milícia é a notória Liwaa al-Umma. Ele matou os líbios e roubou dinheiro.

³⁹⁰ Veja-se nota 318.

³⁹¹ Veja-se nota 318.

³⁹² *Libya's controversial rising star*, Al-Jazeera, 19/11/2011

<https://www.youtube.com/watch?v=IWeafZd1ScQ>

From jihadist to Libyan war hero, Euronews, 1/11/2011,

<https://www.youtube.com/watch?v=IWeafZd1ScQ>;

acessados em 22/3/2017 e 2/4/2019.

Escreve o site francês de geopolítica Voltairenet³⁹³ que em 2010, “com uma barba bem arrumada e uma cobertura de ONG, Mahdi el-Harati foi enviado pelo MI6 na “Freedom Flotilla”, em uma missão para entregar ajuda humanitária a Gaza”.

Como escrevi na Premissa da presente tese, viajei com Mahdi el-Harati a bordo de um dos barcos da Freedom Flotilla, em maio 2010; passamos todos juntos algumas semanas em Atenas, para prepararmos a missão - tirei fotos³⁹⁴ dele com outros companheiros de viagem ligados à Irmandade Muçulmana. Um ano depois, com a revolta líbia, el-Harati participou da guerra ao lado do líder qaedista - LIFG Belhaj, em colaboração com a OTAN; claramente nem eu nem a maioria dos 700 participantes da missão humanitária sabíamos quem realmente era el-Harati, que parecia uma pessoa quieta, amável e sempre sorridente e prestativa, e com espanto, no ano seguinte, descobrimos seu papel no levante líbio e suas ligações...

A partir destes fatos e das fotos que tirei, construí, em 2015, meu projeto de pesquisa: foi um ponto de partida para a hipótese de minha tese, ou seja, a colaboração entre o islamismo político e as agendas ocidentais.

False flag (Sob uma bandeira falsa) e terrorismo sintético.

Os jornalistas Ulfkotte (2014) e Pino Cabras (em PERUCCHIETTI, 2018), explicam que “terrorismo sintético” é uma cadeia infinita de ações nas quais os atores estão sempre sob observação pela *intelligence* que os manipula para seus próprios fins: o que, no sentido comum, é chamado de “terrorismo” é predominantemente uma forma de manipulação de massa, coberta por entidades estatais e usada com a colaboração dos meios de comunicação de massa e o consentimento de seus donos, que manipulam medos, fobias, instintos mais radicais e coletivos e os utilizam, quando necessário, para fins políticos. Há participação entre os vários serviços secretos, as inteligências internacionais e grupos islâmicos, incluindo os Dâ'ish e al-Qâ'ida: lembramos que em várias ocasiões Zbignew Brezinski e John McCain chamaram os jihadistas de “ferramentas úteis”.

Em seu livro, Enrica Perucchietti (2018) analisa a história das “False Flag”³⁹⁵ dos últimos 100 anos, que arrastaram estados e governos para as guerras: a expressão “Sob uma bandeira

³⁹³ “Journalist” Paul Conroy is MI6 operative, Voltairenet, 7/3/2012, <https://www.voltairenet.org/article173025.html>; acessado em 22/3/2017 e 2/4/2019.

³⁹⁴ Veja-se na parte final da presente tese, na seção das fotos.

³⁹⁵ “False Flag” para o caso iraquiano:

Crofton Black and Abigail Fielding-Smith, *Fake news and false flags*, The Bureau of investigative journalism, 2/10/2016, <http://labs.thebureauinvestigates.com/fake-news-and-false-flags/>; acesso em 26/9/2018 <https://www.ilfattoquotidiano.it/2016/10/07/terrorismo-e-media-i-filmati-di-al-qaeda-erano-made-in-usa/3079184/>; acessados em 22/3/2017 e 2/4/2019.

Para o caso sírio:

falsa” tem origem em batalhas navais, nas quais o uso de uma bandeira diferente da real na iminência de um ataque era considerado aceitável desde que a bandeira real fosse içada no início do ataque; a partir de então, isso indica operações de guerra ou terroristas sob uma bandeira falsa, isto é, destinada a fazer as pessoas acreditarem que o ataque é realizado por grupos diferentes dos executores reais, legitimando possíveis represálias ou aproveitando a oportunidade para fins militares, de guerra, de segurança, geopolíticos ou econômicos, ou todas essas coisas juntas (PERUCCHIETTI, 2018, p. 22).

A “Falsa Bandeira” produz sempre o resultado desejado, isto é, a manipulação do consentimento e uma onda de “pensamento único”, criando as condições para explorar oportunidades bem calculadas, 1) deixando certos fatos acontecerem ou empurrando-os para depois explorá-los; obviamente, os estrategistas não se importam com as possíveis vítimas, consideradas “efeitos colaterais” de pouca importância; 2) outras vezes os ataques são realmente criados sob uma bandeira falsa para atingir um objetivo ou mais objetivos, após ter manipulado a “ferramenta útil”, como no caso de jihadistas e vários terroristas, ou ter cooptado espiões, informantes, infiltrados e assim por diante: trata-se de estratégias bem planejadas para alcançar fins específicos. As “operações de bandeira falsa” são usadas para encontrar bodes expiatórios - o inimigo – sobre o qual jogar a responsabilidade de tragédias, e têm sido usadas há pelo menos 100 anos: George Orwell fala disso em 1984. Por exemplo, “graças” ao ataque terrorista às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos iniciaram um novo período de guerra que levou às ofensivas contra o Afeganistão e o Iraque, inaugurando a era da “guerra preventiva” de George W. Bush.

Em “The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives” (1997), Brzezinski explica, mencionando o caso “Pearl Harbor”, que antes de tal ataque a população era contrária à guerra, mas devido ao choque causado pelo ataque japonês (do qual o exército e o governo dos EUA haviam recebido em tempo informações de inteligência que provavelmente lhes teriam permitido evitá-lo), foi criado precisamente o consentimento ao conflito.

Em épocas mais recentes, o ataque às Torres Gêmeas e outras ações terroristas dos últimos 15 anos levaram as populações a aceitar várias leis antidemocráticas, e criaram um grande medo para com os muçulmanos – islamofobia -, necessário para tomar medidas restritivas contra as liberdades pessoais e para guerras mascaradas como “luta contra o terrorismo islâmico”;

acrescenta-se também a tática, muitas vezes vencedora, da acusação de “complô” ou “conspiração” que rejeita qualquer análise crítica que não seja a desejada pelo “mainstream”.

O terrorismo de Estado pode ter vários objetivos, como criar premissas para desencadear uma guerra, reformas radicais, como manipular e desestabilizar a opinião pública: para isso, a mídia se torna um dos elementos fundamentais do “terrorismo sintético”, em sua função de manipulação da opinião pública. O historiador Webster Tarpley escreve: “O terrorismo sintético é o meio pelo qual as oligarquias desencadeiam contra os povos guerras secretas que seria impossível fazer abertamente. A oligarquia, por sua vez, sempre tem o mesmo programa político. [...] O programa da oligarquia é se perpetuar” (TARPLEY, 2007, p. 76).

O bode expiatório é fundamental, como pode ser visto em todos os ataques dos últimos anos na Europa - em Barcelona, Londres, Manchester, Paris, Nice, etc. -, onde toda vez emergem anomalias ou esquisitices que a grande mídia tenta cobrir, mas que são reconhecidas por especialistas da intelligence e por estudiosos e observadores mais atentos: passaportes dos terroristas encontrados nos lugares do crime, casos de homonímia, dinâmica de filmes de ação; inconsistências de vários tipos.

Nestes anos de pesquisa de doutorado sobre a Líbia, após cada ataque terrorista “islâmico”, no norte da África ou na Europa, um dos meus entrevistados, Malek el-Hajji³⁹⁶, ex intelligence ONU, enviava-me mensagens no whatsapp, com algumas pistas de leitura ou interpretação sobre o ataque terrorista: ele não falava muito, mas me dava dicas e informações e convidava-me a juntar detalhes e peças para reconstruir dinâmica, antecedentes, possíveis motivações, atores e contexto político. Ele queria que eu entendesse, saindo dos padrões estabelecidos pela mídia internacional e tirando minhas próprias conclusões de forma independente, e quando me aproximava às interpretações que ele, com base em seu trabalho, considerava reais, me dizia: “Você está bem pertinho...”, ou “Bingo!” O mesmo aconteceu com outro amigo da inteligência, com quem, ao longo dos anos de trabalho jornalístico, construí uma sólida amizade.

Como ressaltam el-Hajji e outros, entre os elementos de estranheza que todos os ataques terroristas têm em comum há que os agressores são todos mortos: ninguém permanece vivo para dizer quem os enviou, os treinou, os ajudou etc. Além disso, eles são frequentemente vistos, antes do ataque, em outros Estados, ou estão na lista dos “perigosos”, são monitorados, mas, apesar de tudo isso, eles conseguem preparar o ataque e executá-lo, fazendo com que os rastros desapareçam, incidentalmente, pouco antes da ação. Um advogado italiano, Carlo

³⁹⁶ Veja-se nota 247

Corbucci, que acompanhou vários casos de “terrorismo islâmico” na Europa, fez uma longa e detalhada pesquisa sobre essas “esquisitices”³⁹⁷, revelando falsificações e mistificações.

Muitas vezes, os executores de ataques terroristas são pessoas social ou psicologicamente mais frágeis, mais alcançáveis e mais manobráveis de parte dos responsáveis reais de tais operações³⁹⁸. Observa Tarpley:

Eles podem ser fanáticos nos quais as intenções criminosas são desencadeadas, ou patéticos, ideólogos e idiotas; frequentemente eles são também marginalizados e, em geral, desajeitados nas operações que empreendem.

[...] Para os responsáveis dos terroristas, é de vital importância que eles não percebam que este ou aquele parceiro é, na verdade, um agente duplo, um provocador a cargo da CIA paralela ou de alguma outra agência cúmplice (2007, p. 89).

No Oriente Médio e no Norte da África há muitos conflitos e golpes de estado eclodidos para manter o controle sobre os campos petrolíferos e os recursos, e o MI5 e o MI6, os serviços ingleses, junto com os franceses e americanos, usaram frequentemente técnicas da Bandeira Falsa. Entre a estratégia de tensão nas décadas de 1970 e 1980 na Itália e massacres relacionados, e a estratégia de tensão/choque de civilizações entre o Ocidente e o islamismo radical, existem muitas semelhanças, especialmente na dinâmica e na “direção” das operações, conforme escrevem vários artigos de pesquisadores franceses de Reseuvoitaire.net, Thierry Meyssan e Fabrice Boudinet. Tratar-se-ia da mesma forma de manipulação psicológica e construção de consenso para as guerras através do terror - isto é, a utilização de “ferramentas” táticas como grupos subversivos da extrema-direita ou extrema-esquerda, no caso dos anos 70 e 80; terroristas islâmicos, em casos recentes. E todos seriam de alguma forma manipulados (PERUCCHIETTI, 2013; IMPOSIMATO, 2013).

Isto, não diferentemente das estratégias e golpes implementados na América Latina nos anos 70 e 80 pela CIA: no início dos anos 90 foram desclassificados documentos americanos sobre a colaboração entre Nixon-Pinochet-Kissinger, mais tarde renomeados como “arquivos do terror”, que relatavam em detalhes o destino de milhares de sul-americanos sequestrados, torturados, mortos nos anos 70 e 80 pelos exércitos e serviços secretos de Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, com mais de 50.000 assassinatos, 30.000 desaparecidos e 400.000 presos. Portanto, tratar-se-ia sempre da mesma técnica comprovada usada por décadas.

A questão do controle através da manipulação do imaginário e da emotividade das massas é fundamental para entender como funciona a fase após um ataque sob uma “falsa bandeira”: a técnica da Falsa Bandeira pode de fato servir para o *casus belli* útil para mais um conflito que, em um estado normal, o povo nunca aceitaria, ou para introduzir restrições à privacidade e à liberdade individual. A partir da atual desordem

³⁹⁷Corbucci, Carlo, *Il terrorismo islamico, falsità e mistificazioni*, 2011, Roma. E <http://www.agenziastampaitalia.it/politica/politica-estera/7107-terrorismo-islamico-falsita-e-mistificazione-intervista-allavvocato-carlo-corbucci>

³⁹⁸Veja-se no cap. 4 o parágrafo “O perfil do jovem jihadista”.

mundial, a história é continuamente reescrita enquanto a mídia tenta distrair a opinião pública, apagando traços e desviando o olhar de qualquer coisa que possa causar problemas ao poder (PERUCCHIETTI, 2016, p. 245).

“A história pode ser reduzida a farsa, especialmente se tiver um propósito político”, escreveu Brzezinski (2007, p. 24)³⁹⁹ a propósito de projetos dos EUA para estabelecer uma “nova ordem mundial”, isto é, o projeto imperialista para exportar a “pax americana”, uma “paz perpétua”: esse projeto utiliza estratégias e estratagemas destinados a modelar a história para justificar guerras cujos interesses envolvem apenas os “lobbies” e as corporações e certamente não os povos; entre os estratagemas encontramos a mentira, o engano, a manipulação e o sacrifício de vidas inocentes.

Por trás de toda promessa de paz perpétua feita por um poder que aspira à dominação global, sempre há intrigas e o risco de que a paz prometida se transforme em um cemitério para aqueles que se iludiram e acreditaram cegamente em uma utopia. A história ensina que as utopias muitas vezes dão lugar a terríveis distopias.

[...] A globalização e a promoção de uma “consciência global” entre as massas, por um lado, e as técnicas da guerra psicológica, a estratégia da tensão, as falsas bandeiras, por outro, constituíram as armas fundamentais para apoiar os planos [...] do imperialismo americano. Brzezinski falou abertamente sobre o papel americano, visando “moldar” cultural e politicamente a sensibilidade das massas, de modo que os esforços para continuar a exportar o modelo americano com violência fossem justificados, mesmo aos olhos da opinião pública (PERUCCHIETTI, 2016, p. 246).

Manipulação de fatos e indústria das revoluções.

Uma das táticas usadas por décadas contra os inimigos do *establishment* global é a do descrédito veiculado pela mídia, e Saddam Hussayn, Gaddafi e Assad se transformaram em monstros graças à manipulação da mídia que foi capaz de misturar mentiras e meias-verdades, fatos e factoides, difamações e sarcasmo, em um amálgama de propaganda que ajudou a destruir sua imagem como líderes, tornando-os tiranos que precisavam serem derrubados: Gaddafi (como Assad) foi chamado de “cachorro louco”, um “louco”, um “novo Hitler”, um ditador sanguinário, um agente duplo e muito mais. Observando eventos marcantes na história das últimas décadas no mundo árabe e islâmico, podemos ver os mesmos padrões, modelos, recorrentes para a construção do “inimigo” e as consequentes “revoluções coloridas”, pois a geopolítica dos EUA para o Oriente Médio permanece a mesma: jogos de guerra e de poder que, através de financiamento, manipulação, treinamento de rebeldes, fomentam massacres e insurreições para mudanças de regime; sobre este assunto, em 2 de fevereiro de 2005, o Presidente George W. Bush, em seu discurso sobre o estado da União⁴⁰⁰, havia declarado: “A

³⁹⁹ Citação de Brzezinski de *18 Brumário de Luigi Bonaparte* por Karl Marx.

⁴⁰⁰ Bush, George, *The State of the Union*, The White House, 2/2/2005, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2005/index.html#4>; acessado em 17/9/2018.

América está ao lado dos aliados da liberdade em apoio aos movimentos democráticos no Oriente Médio e além, com o objetivo final de acabar com a tirania em nosso mundo”.

Em vez de tranquilizar sobre a intenção, tais declarações soam como trombetas de guerra e visões de desestabilização para a África e o Oriente Médio, como os eventos posteriores mostraram: por trás da exportação dos valores “democráticos” da liberdade, desencadearam-se guerras que nada têm de democrático. Eugenio di Rienzo (2015, p. 39) argumenta que a ideologia da democracia avançada leva as nações em luta a usarem novas estratégias para não se engajar em conflitos convencionais de longo prazo, onerosos em termos econômicos e de vidas humanas. No entanto, isso leva a guerras de atrito de baixa intensidade que começam a partir de guerras civis causadas pela desordem em que o país inimigo precipita depois de ter desencadeado revoluções aparentemente pacíficas; tudo isso destaca um padrão comum para as guerras não convencionais: 1) revoluções violentas, 2) caos, anarquia e guerra civil, 3) guerra de atrito.

Os movimentos juvenis [...] no Oriente Médio receberam um financiamento substancial de acordo com um método que é constantemente repetido e que vê a adoção, por líderes de protestos, de técnicas não violentas inspiradas nas obras de Gene Sharp, autor do manual de libertação não violento “Como quebrar um regime”. As técnicas ensinadas por Sharp são usadas em “Revoluções coloridas”, “Primaveras Árabes” e na Ucrânia. (PERUCCHIETTI, 2016, p. 130).

Para as mudanças de regime, revoluções coloridas, os Estados Unidos e os países da OTAN usam também ONGs⁴⁰¹ e movimentos da “sociedade civil” nos países que querem “democratizar”.

Nos últimos 30 anos, Washington desenvolveu uma ampla rede de organizações governamentais e não governamentais, empresas e instituições, que constituem uma verdadeira diplomacia paralela, em grande parte privada, que o Departamento de Estado e a CIA usam para realizarem seus planos estratégicos sem aparecer oficialmente.

[...] Várias fundações e organizações privadas em Washington, Belgrado e Doha ofereceram assistência a ativistas. Alguns deles foram treinados por associações nas quais são presentes a CIA ou outros serviços secretos (MACCHI, 2012, p. 59).

Trata-se, essencialmente, de uma forma diferente de colonialismo, onde a ONU e as ONGs representam “equipe de combate” em um esquema de “comunidade internacional” que tem relação de parentesco com as representações coloniais, ou seja, são o rosto maquiado do mesmo colonialismo:

Esta nova legitimidade, e a popularidade que a sustenta, têm, entretanto, outras consequências. Elas foram inúmeras vezes, por exemplo, utilizadas pela administração americana para apresentar sob um

⁴⁰¹ *The US Empire, the CIA, and the NGOs*, American Herald Tribune, 17/7/2017, <https://ahtribune.com/in-depth/1789-william-engdahl-cia-ngos.html>
O imperialismo da virtude, Le Monde Diplomatique, 1/5/2000, <https://diplomatique.org.br/o-imperialismo-da-virtude/>; acessados em 17/9/2018.

ponto de vista mais favorável suas ofensivas depois do atentado de 11 de setembro: “Estou seguro, declarava Colin Powell em outubro de 2001, que temos ótimas relações com as ONGs que são multiplicadoras de forças para nós, uma parte muito importante da nossa equipe de combate [...] Porque estamos todos comprometidos com o mesmo objetivo, ajudar a humanidade, ajudar cada homem e cada mulher no mundo que necessite, que tenha fome, [...] dar a todos a possibilidade de sonhar com um futuro que será mais radiante⁴⁰².

Em relação às manipulações realizadas pelos políticos e os principais meios de comunicação na década de 2000 na guerra contra o “terrorismo islâmico”⁴⁰³, o ex-ministro do Meio Ambiente britânico, Michael Meacher, em um artigo intitulado “This War on terrorism is bogus” (Esta guerra contra o terrorismo é falsa), explicou:

Os ataques de 11 de setembro deram aos Estados Unidos um pretexto ideal para usar a força para garantir sua dominação global.

[...] Agora sabemos que foi escrito por Dick Cheney (vice-presidente), Donald Rumsfeld (secretário de defesa), Paul Wolfowitz (vice de Rumsfeld), Jed Bush (irmão mais novo de Bush) e Lewis Libby (chefe do gabinete de Cheney) um projeto para a criação de uma Pax Americana global. O documento, intitulado “Rebuilding America's Defenses”, foi escrito em setembro de 2000 pelo “think tank” neoconservador “Project for the New American Century/PNAC” (MEACHER, 2003, p. 69).

Como Tarpley aponta (2006, p. 339), assim que pesquisadores independentes ou jornalistas tentam investigar essa ou aquela questão, a acusação de conspiração aparece imediatamente e a busca é imediatamente desacreditada e ridicularizada.

Em seu livro-inquérito, “Overthrow” (2006), o ex-correspondente do *New York Times* Stephen Kinzer ressalta a existência de um processo em etapas que precede e caracteriza os golpes e as mudanças de regime organizadas por Washington nos últimos 100 anos, começando da no Havaí em 1893 até a no Iraque em 2003, e como explica Naomi Klein em *Shock Economy*⁴⁰⁴:

Os políticos americanos transformam uma motivação econômica em uma política ou geoestratégica. Eles tomam por certo que um regime que aborrece ou perturba uma empresa americana deve necessariamente ser antiamericano, repressivo, ditatorial e, provavelmente, um instrumento nas mãos de algum poder estrangeiro ou interesse que quer prejudicar os Estados Unidos.

[...] Os políticos devem convencer o público da necessidade de intervir, e neste ponto começa uma dura luta do bem contra o mal, e a possibilidade de libertar uma nação pobre oprimida pela brutalidade de um regime que consideramos como uma ditadura: por que qual outro tipo de regime incomodaria uma empresa americana? A grande parte da política externa americana, portanto, é um exercício de proteção em massa no qual uma pequena elite com interesses egoístas mistura suas necessidades com as do mundo inteiro (KINZER, 2007, p. 353-354).

⁴⁰² Da “missão civilizatória” à ação humanitária, *Le Monde Diplomatique*, 1/9/2005, <https://diplomatie.org.br/da-missao-civilizatoria-a-acao-humanitaria/>; acessado em 17/9/2015.

⁴⁰³ https://www.globalresearch.ca/mapping-a-world-from-hell-76-countries-are-now-involved-in-washingtons-war-on-terror/5624988?utm_campaign=magnet&utm_source=article_page&utm_medium=related_articles

⁴⁰⁴ Entrevista de Naomi Klein a Stephen Kinzer, em “Democracy Now!”, 21/4/2006, www.democracynow.org, e relatada em “Shock Economy”.

Kinzer observa que as administrações mais belicistas são aquelas com políticos que vêm do mundo empresarial como as famílias Bush, Rumsfeld e Cheney, cujo objetivo principal é o lucro das multinacionais e das empresas nas quais estão envolvidos, e com as quais a Casa Branca está ligada: com a exportação da democracia, é também exportado o modelo de livre mercado, como aconteceu com a Líbia e como tentaram com a Síria, e para cujo projeto os EUA/OTAN aliaram-se com o islamismo político, que, como escrevi no cap. 2, está, em termos econômicos, em consonância com o capitalismo neoliberal e seus valores.

Em 2008, Condoleezza Rice introduziu o termo “Novo Oriente Médio” para indicar a última parte do estabelecimento da “Nova Ordem Mundial” sobre uma vasta região do mundo, através de equilíbrios políticos, mas acima de tudo econômicos, redesenhados e aderente à doutrina neoliberal. Alguns de meus entrevistados, além de vários estudiosos, se perguntaram como foi possível que uma revolta popular como a da Líbia tivesse tido a chance de se organizar imediatamente ao nível econômico e bancário, privatizando o Banco Central, sem esperar o tempo necessário para que o Estado se restabelecesse. A este respeito, escreve Sensini:

Os rebeldes da Cirenaica, antes de estabelecer um governo provisório, criaram o Central Bank of Benghazi (Banco Central de Benghazi-CBB) em 19 de março de 2011, o primeiro caso na história da humanidade de “revolta bancária”, mas com uma tarefa importante: administrar formalmente os fundos soberanos da Líbia uma vez “descongelados” pelos Estados Unidos e pelas principais potências europeias. Quem os gerenciou foi o gigante bancário britânico HSBC, o principal depositário dos investimentos líbios “congelados” no Reino Unido: uma equipe de altos funcionários “trabalhou” junto com os “rebeldes” para criar a nova instituição bancária (SENSINI, 2011-2017, p. 161)⁴⁰⁵.

A hipótese mais óbvia, apontam os dois advogados líbios que entrevistei, Naser Mizughi e Aymen Gabala, é que

Forças rebeldes e agendas ocidentais iam juntas no entretanto que o Ocidente forneceu diretrizes e direções. Este é o projeto para o Novo Oriente Médio e Norte da África concebido por George Bush e Condoleezza Rice e iniciado no começo de 2000. A revolta foi criada em Londres e os estudantes eram cercados e pagos pelos oponentes.

A grupos de estudantes foram dados financiamento milionário vindos diretamente de Washington e de empresas de consultoria que ensinam desafios revolucionários em cada país através de oficinas (MACCHI, 2012; PERUCCHIETTI, 2016).

O propósito desses recursos é espalhar uma “democracia aberta para o mercado livre” e criar uma classe de “amigos” em países estrategicamente importantes. Se nos primeiros anos o foco é principalmente na América do Sul, na última década ele se espalha por toda parte. [...] Em 2010, muitos dos países onde

⁴⁰⁵ Veja-se também:

Libyan Rebels form Central Bank, Economic Policy Journal, 28/3/2011;
A Bengasi nasce la “Banca centrale” dei ribelli, Il Sole-24Ore, 27/4/2011

explodiram os protestos da “Primavera Árabe” nos meses seguintes receberam milhões de dólares (MACCHI, 2012, p. 56-57).

Awan (2015), Forte (2012), Grimaldi (2012), Perucchiatti (2016), Sensini (2011-2017) e outros evidenciam como a teoria subjacente à doutrina da “guerra preventiva” não nasceu com Bush e não terminou com sua administração; de fato, com o governo democrático de Obama, as técnicas para promover a “democracia” americana no mundo simplesmente refinaram-se: em vez da força, agora elas preferem confiar em financiamento, pressão e manipulação em massa e as “primaveras árabes” têm sido um grande experimento em massa nessa direção.

Entre as técnicas de plágio coletivo, a mais frequente é a criação de causas humanitárias *ad hoc*, para desacreditar, por um lado, o “inimigo” e, por outro lado, manipular os sentimentos das pessoas recorrendo a palavras-chave universais com alto conteúdo emocional, como “verdade”, “liberdade”, “justiça”, “democracia”, “direitos humanos”, “genocídio”, “purificação”, “valas comuns”, etc. Ao carregar esses termos do significado escolhido, pretendemos desencadear como resultado a condenação coletiva - por exemplo, em relação a um líder, para legitimar uma medida cínica ou exagerada como um embargo, em vez de um verdadeiro conflito de guerra (PERUCCHIETTI, 2016, p.144).

Um dos exemplos práticos é a aplicação do chamado “tratamento de Milosevic” ao Coronel Gaddafi: subitamente ele se tornou o “inimigo internacional”, outro bin Ladin, um terrível ditador sangrento, a ser eliminado a todo custo; a França liderou a operação “Unified Protector”, apresentada, como escrito acima, à opinião pública internacional como uma “intervenção humanitária” para proteger os civis líbios “massacrados por Gaddafi”, mas na realidade tratava-se do apoio para seus aliados rebeldes em Benghazi e suas agendas comuns.

A fim de alcançar o objetivo da mudança de regime, foi encenada mais uma campanha da mídia para mostrar como o povo líbio estava em perigo, até mesmo recorrendo a fotos e sequências de valas comuns que já haviam sido usadas para desacreditar Milosevic e horrorizar a opinião pública: como já mencionado, a TV via satélite al-Arabiya denunciou um massacre em um Twitter, falando de “10.000 mortos e 55.000 feridos”, bombardeios aéreos de Tripoli e Benghazi e valas comuns⁴⁰⁶ - as notícias das sepulturas coletivas e dos bombardeios fizeram a volta do mundo, oferecendo assim a principal justificação para a guerra ao Conselho de Segurança e depois à OTAN; obviamente, a negação da notícia pelo próprio Tribunal Penal Internacional foi silenciada⁴⁰⁷. A citada *Famiglia Cristiana*⁴⁰⁸ escreveu naquela ocasião:

⁴⁰⁶ *Reasons and False Pretexts: Why are They Making War on Libya?*, Global Research, 24/3/2011, <https://www.globalresearch.ca/reasons-and-false-pretexts-why-are-they-making-war-on-libya/23983>; acessado em 13/1/2018.

⁴⁰⁷ <https://www.icc-cpi.int/NR/exeres/8974AA77-8CFD-4148-8FFC-FF3742B-B6ECB.htm/>; acessado em 13/1/2018.

⁴⁰⁸ Veja-se nota 373.

A guerra da OTAN na Líbia (operação “Unified Protector”), da qual a Itália participa, é apresentada à opinião pública internacional como uma intervenção humanitária “para proteger o povo líbio massacrado por Gaddafi”. Na realidade, a OTAN e o Qatar estão mobilizados por razões geoestratégicas, em apoio a um dos dois grupos armados no conflito, os rebeldes de Benghazi (por outro lado está o governo). E essa guerra [...] será lembrada como um “colapso de informação”, imbuída de mentiras e omissões – que estão sendo estudadas pela *Fact Finding Commission* (Comissão de apuração dos fatos) fundada em Trípoli por uma empreendedora italiana, Tiziana Gamannossi, e por um ativista camaronês, com a participação de ativistas de vários países.

[...] Há fotos ou vídeos desse massacre de milhares de pessoas em fevereiro, em Trípoli e no Leste? Não. O bombardeio da aviação da Líbia em três distritos de Trípoli? Nenhuma testemunha. Nenhum sinal de destruição: os satélites militares russos⁴⁰⁹ que monitoraram a situação desde o início não detectaram nada. E a “vala comum” na beira do mar? É o cemitério (com sepulturas individuais!) de Sidi Hamed, onde em agosto passado foi feito um trabalho normal de deslocamento dos restos dos corpos. E os massacres ordenados por Gaddafi no leste da Líbia em fevereiro? Nada: mas é possível que ninguém no lugar tivesse um celular para tirar fotos e filmar? O especialista geopolítico camaronês Jean-Paul Pougala (professor em Genebra) também aponta que hospitais em toda a África não teriam sido suficientes para abrigar os 55 mil feridos, onde apenas um décimo dos leitos está reservado para emergências.

Garotos líbios desalojados por Misurata. O trabalho de demonizar o inimigo, já sugerido com sucesso pela agência do grupo Wirthlin aos Estados Unidos para a guerra contra o Iraque, teve sucesso no caso da Líbia. “Gaddafi usa mercenários negros”. Os soldados líbios são sempre chamados de “mercenários”, “milícia”, “franco-atiradores”. Em particular, os meios de comunicação sublinham a presença, entre os combatentes pró-governo, de cidadãos não líbios, subsaarianos; os rebeldes fotografam, como prova, vários cadáveres, mas muitos líbios das tribos do sul são de cor preta.

[...] **“Gaddafi usou bombas a fragmentação em Misurata”.** Munições de dispositivos letais Mat-129 foram encontradas na cidade por organizações não-governamentais e pelo *New York Times*. No entanto, de acordo com pesquisa da Human Rights Investigation (HRI), relatada por vários sites, podem ter sido disparadas por navios da OTAN.

“Massacre de civis em Misrata”. Nos confrontos entre exército de Gaddafi e rebeldes armados, dezenas ou centenas de civis foram certamente mortos. Mas cada uma das duas partes faz à outras acusações de massacres e atrocidades.

Dezenas de milhares de vítimas civis, efeitos colaterais dos “mísseis” da OTAN. Além das centenas de civis mortos nos bombardeios aéreos que começaram em março (mais de 700, segundo o governo líbio) e centenas de feridos ainda hospitalizados, a guerra já causou mais de 750 mil deslocados e refugiados: dados fornecidos por Valerie Amos, do Escritório Humanitário das Nações Unidas, mas que data de 13 de maio. Trata-se de cidadãos líbios que se mudaram para outras partes do país e, acima de tudo, muitos migrantes que perderam seus empregos e temiam a violência (mais de 66.000 cidadãos retornaram no pobre Níger: mais de 1.500 migrantes já morreram no Mediterrâneo desde o começo do ano).

Atrocidades cometidas contra negros e migrantes. Segundo as denúncias dos governos africanos, dos imigrantes negros na Líbia e dos testemunhos recolhidos por organizações humanitárias como a *Fédération internationale des droits de l’homme* -Fidh⁴¹⁰, no leste da Líbia - controlada pelos rebeldes - inocentes trabalhadores migrantes foram acusados de serem “mercenários de Gaddafi” e linchados, torturados, mortos ou sujeitos a atos de racismo e roubo. Os rebeldes, como vários vídeos provariam, executaram e abusaram de soldados líbios, negros em particular⁴¹¹. Até agora, a comunidade internacional ignorou essas denúncias. Desde o início da guerra civil na Líbia, várias propostas de negociação foram feitas, primeiro por governos latino-americanos e depois pela União Africana (UA), que previam um cessar-fogo e eleições de curto prazo. Todas elas foram ignoradas pela OTAN e pelos rebeldes.

5.1.5. O inverno líbio após a mudança de regime: o testemunho de Sami Hamami, de empresário a pobre e desesperado.

⁴⁰⁹ *Airstrikes in Libya did not take place*, RT, 1/3/2011

<http://rt.com/news/airstrikes-libya-russian-military/>; acessado em 13/1/2018.

⁴¹⁰ *Libye : “Des exactions “anti-noirs” dans les zones rebelles”*, l’Express, 19/5/2011, www.lexpress.fr/actualite/monde/libye-des-exactions-anti-noirs-dans-les-zones-rebelles_994554.html; acessado em 15/1/2018.

⁴¹¹ *Haram: l’ira della folla sul cadavere di un presunto mercenario*, Fortress Europe, 12/4/2011, <http://fortresseurope.blogspot.com/search/label/Rivoluzionari%20e%20razzisti%3F%20I%20video>; acessado em 13/1/2018.

Escolhi relatar na íntegra a seguinte entrevista pois a considero emblemática da condição da maioria dos líbios na Líbia pós-Gaddafi e pelas conclusões que muitos dos opositores de Gaddafi compartilham: “estávamos melhor antes da revolta”.

Túnis, 7/3/2017. Espero duas horas e meia na rua, sob o sol, antes de tomar o táxi: é a hora de maior tráfego; ligo para meu contato líbio, Sami Hamami, com o qual tenho que me encontrar para a entrevista, avisando-o do meu atraso. Finalmente chego ao distrito da lagoa, Lac 1, em frente a um hotel, o Concorde, Sami me está esperando: é um homem na faixa dos cinquenta anos, grande e gordo, de pele muito escura. Antes de aceitar me encontrar, hesitou por dias: não confiava... Tínhamos feito amizade no FB e ocasionalmente conversávamos via Messenger, mas era muito cauteloso, sendo contrário à revolta, um acesso anti-islamista, e na posição de refugiado na Tunísia tornava-se suspeito de todos.

Hamami nasceu em Trípoli em 1964, onde se formou, para depois estudar na Itália, na Suíça, na Tunísia, mas agora é um homem triste e irritado: perdeu tudo, deixando a Líbia para viver em Túnis com sua esposa e filhos. Não me diz por que ele deixou o país, nem como e do que vive na Tunísia, já que está desempregado, mas conta que era um homem de negócios, rico.

Não deixei a Líbia por causa da revolução, mas por outras razões. Na época de Gaddafi, a Líbia estava segura, havia segurança em todo o país. Quatro milhões de habitantes podem viver em paz: carros, saúde, moradia, escolas, universidades, tudo era gratuito. Agora é um desastre. Os líbios fora da Líbia não podem trabalhar, porque não sabem falar línguas estrangeiras, não estão preparados profissionalmente, porque quando você mora em um país onde tudo é de graça, você não tem motivos para estudar e se preparar. Gratuidade foi um problema sério: os jovens foram educados a não ter que trabalhar para viver. Gaddafi estava errado: dar dinheiro, dar tudo de graça foi um erro; ele enviava diretamente para Londres pessoas que estavam acostumadas a viver no deserto, e elas não estudavam, se divertiam; teria sido necessário enviá-los para Trípoli primeiro.

A verdadeira democracia era a de Gaddafi, pois a do Ocidente, dos EUA, da Itália, não é democracia: há pessoas pobres que vivem nas ruas, e isso não acontecia na Líbia. Não se encontrava uísque, mas pão sim e todos tinham comida para comer. Não podemos viver a democracia do jeito que vocês querem; sua democracia não se adapta à nossa mentalidade e não são vocês ou os EUA que têm que decidir sobre nossa vida e sistema político, social e econômico. Isso se chama colonialismo.

Quando pergunto se ele considerava Gaddafi um ditador, responde rindo:

Até um policial pode ser um ditador. Um presidente é como um deus: é normal atacar aqueles que querem tomar o seu lugar; os ricos, antes de Gaddafi, eram poucos - mil famílias; com ele ou sem ele, a Líbia teria sido rica, por causa do petróleo. Agora o dinheiro é levado pelos EUA e pela Itália.

A tragédia líbia deriva do empobrecimento da Europa, que precisava de gás e petróleo gratuitos. É um cenário decidido pelas “Sete Irmãs”, pelas corporações: Gaddafi queria mudar a dinâmica ocidental para com a África - ele queria montar um satélite africano, um banco e uma moeda africana etc. Gaddafi não era um anjo, mas os que governam agora são demônios: El-Serraj e Haftar são demônios. O primeiro é um espião italiano, enquanto Haftar, como é sabido, era um espião de inteligência dos EUA. Trata-se de dois não-líbios.

Quero saber se ele pode voltar para Trípoli:

Não, não posso, tenho problemas com os Ikhwan, a IM: eles são delinquentes; os EUA de Obama os apoiaram. As Sete Irmãs decidiram colocar um presidente, na Casa Branca, cujo irmão é um líder da IM no Sudão.

A comunidade judaica líbia levou a Europa a travar uma guerra contra a Líbia: devemos lembrar o papel desempenhado na França pelo famoso intelectual Bernard Levy.

A situação econômica dos líbios aqui na Tunísia, mas também no Egito, é difícil: não temos sequer um pouco de dinheiro para comer. Somos 500 mil na Tunísia. No Egito eles são mais e com os mesmos problemas.

Quanto as razões da revolta anti-regime:

Estrangeiros entraram na Líbia: só 1% do país se revoltou contra o regime: o líbio pensa em dinheiro, pensa em seu próprio negócio: encontrou-se em uma situação da qual não podia imaginar as consequências. Foi a revolução da IM, das redes sociais do Ocidente, criadas de fora. E agora os líbios anti-Gaddafi se arrependem porque o país está arruinado.

A situação no Oriente Médio e no Norte da África mudará quando a Turquia entrar em colapso.

A este ponto da entrevista, considerando o que ele disse, pergunto-lhe se era pró-Gaddafi.

Eu preferia Gaddafi, porque com ele havia comida, segurança, casa, trabalho, dinheiro. Quanto à liberdade, quem se importa? Prefiro não falar, mas comer, sair na rua, dar um futuro aos meus filhos, ter um lar, que poder criticar, mas viver sem nada. Gaddafi nos deu o que comer, deu as casas, mas não nos deixou expressar livremente. O que vale poder insultar um presidente, mas não ter nada para comer?

5.2. Os movimentos islâmicos radicais na Líbia de hoje⁴¹².

A Líbia ocupa uma posição única na geografia global jihadista, pois, como já mencionado, representa um importante centro de movimentos de combatentes estrangeiros desde, pelo menos, a década de 1980 e após a queda de Muammar al-Gaddafi, em 2011, continuou a manter uma posição importante dentro do jihâd mundial: como o novo aparato

⁴¹² Fontes:

The Library of Congress – Federal Research Division

https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2013_RP04_lac.pdf,

Ansar al-Sharia Facebook page: <http://www.facebook.com/ansarelsharieah>

<http://yemenpost.net/Detail123456789.aspx?ID=3&SubID=5256>

Sherif Elhelwa, *Waiting for al-Qaeda in Libya*, IPT News, 16/4/2012,

<http://www.investigativeproject.org/3537/waiting-for-al-qaeda-in-libya>

“Multaqha Ansar A-Shari’a Al-Awal Fi Benghazi” (First Gathering of Supporters of Sharia in Benghazi), Libya al-Yom (Tripoli) 9/6/2012, <http://www.libya-alyoum.com/news/index.php?id=21&textid=10124>

“Islamic Sharia in Benghazi”, YouTube, 7/6/2012,

<http://www.youtube.com/watch?v=xfdcNzYaqwc&feature=youtu.be>

‘Atiyah al-Libi, “A-thawarat al-Arabiyah wa Mawsimu al-Hasad” [The Arab Revolutions and the Season of Harvest], al-Malamih wal Fiten [jihadist blog], 12/9/2011,

Elourfi, Asmaa, *Al-Qaeda Elements Surface in Derna*, Magharebia, 5/4/2012,

http://www.magharebia.com/cocoon/awi/xhtml1/en_GB/features/awi/features/2012/04/05/feature-01

Zelin, Aaron and Lebovich Andrew, *Assessing Al-Qa’ida’s Presence in the New Libya*, Combating Terrorism Center at West Point, 22/3/2012,

<http://www.ctc.usma.edu/posts/assessing-al-qaidas-presence-in-the-new-libya>

Rosenthal, John, *The Islamist Plot: The Untold Story of The Libyan Revolution*, National Review Online, 17/2/2012,

<http://www.nationalreview.com/articles/291316/islamist-plot-untold-story-libyan-rebellion-johnrosenthal?pg=1>; acessados em 28/8/2017 e 22/9/2018.

estatal líbio não conseguiu consolidar suas instituições durante o inicial período pós-Gaddafi de 2012-2013, o vácuo político e de segurança tornou o país o lugar ideal para os combatentes jihadistas que voltavam do jihâd no Iraque e na Síria; grupos jihadistas também puderam estabelecer, à força, sua própria área exclusiva de controle, especialmente em Benghazi e Darnah.

Ao longo de 2014, os combatentes jihadistas se incorporaram progressivamente em muitas das principais milícias do país e, como o governo da Líbia fraturou-se em dois, muitos grupos jihadistas quiescentes optaram por apoiar indiretamente a facção de Trípoli ao se envolver em conflito violento contra as forças alinhadas com o governo de Tobruk, General Khalifa Haftar. Nessa altura, a Líbia se tornou um ponto para os jihadistas implementarem seu “treinamento de pós-graduação em jihâd”, lutando ao lado do Dâ‘ish (ATLANTIC COUNCIL, 2017, p. 3)⁴¹³.

5.2.1. A Irmandade Muçulmana na Líbia.

A filial líbica da Irmandade Muçulmana foi fundada em 1949, no entanto, não tinha sido capaz de operar abertamente até a Guerra Civil da Líbia, em 2011.

Uma conferência pública foi realizada pela primeira vez na Líbia em 17 de novembro de 2011 e contou com a presença do líder da Irmandade Muçulmana da Líbia, Suleiman Abdelqader, e da Tunísia, Rashid Ghannouchi; em 24 de dezembro de 2011, foi anunciada a intenção de formar um partido político para a eleição da Conferência Nacional Pública prevista para junho de 2012⁴¹⁴: no encontro de cerca de 700 pessoas em um salão de festas em Benghazi, o líder da Irmandade líbica elogiou a rebelião e pediu às facções da Líbia que se unissem: “Reconstruir a Líbia não é uma tarefa para um grupo ou um partido, mas para todos, com base em sua capacidade”⁴¹⁵.

Suas declarações pareciam ser uma expressão de apoio à ideia de um governo interino tecnocrático; ele enfatizou a natureza moderada do grupo em seu discurso:

⁴¹³ *Eye on ISIS in Libya, ISIS in Action*, 3/11/2014,

<http://eyeonisisinlibya.com/isis-in-action/action-3-november-2014/>; acessado em 28/8/2017 e 22/9/2018.

⁴¹⁴ *Muslim Brotherhood to Contest Libyan Elections as Independent Party*, The Tripoli Post, 24/12/2011 <https://web.archive.org/web/20150505212829/http://www.tripolipost.com/article/detail.asp?c=1&i=7553>; acessado em 28/8/2017 e 22/9/2018.

⁴¹⁵ *Muslim Brotherhood goes public with Libya summit*, Reuters, 18/11/2011, <https://www.reuters.com/article/us-libya-muslim-brotherhood/muslim-brotherhood-goes-public-with-libya-summit-idUSTRE7AG2OY20111117>, acessado em 28/8/2017 e 22/9/2018.

Não queremos substituir uma tirania por outra. Todos juntos, queremos construir uma sociedade civil que use o Islã moderado em sua vida cotidiana.

Agora, nossa tarefa comum é proteger a Líbia, conversar uns com os outros em vez de lutar.

A reunião foi convocada após a revolução para nomear uma nova liderança à medida que a Fraternidade evoluiu de uma organização no exílio para um grupo baseado em toda a Líbia e acabou formando um partido político, o partido da Justiça e Construção (Justice and Construction Party/Justice and Development Party (em árabe *Hizb Al-'Adâla Wal-Binâ'*), fundado em 3 de março de 2012 em Trípoli⁴¹⁶, com o qual iria disputar as eleições gerais da Líbia. Os líderes do novo partido disseram que eram independentes do conhecido grupo da Irmandade Muçulmana da Líbia tanto administrativa como organizativamente.

Justiça e Construção competiu nas eleições do Congresso Nacional Geral da Líbia em 2012, recebendo 10% dos votos e conquistando 17 dos 80 assentos na lista de partidos, ficando em segundo lugar atrás da Aliança das Forças Nacionais.

Segundo a pesquisadora Inga Trauthig, do King's College de Londres, a Irmandade Muçulmana estava ciente de que não poderia ter conseguido resultados semelhantes aos do Egito ou da Tunísia, porque durante décadas o regime de Gaddafi opôs uma luta árdua contra a difusão desse movimento (TRAUTHIG, 2019, p. 20-21).

Enquanto o partido terminou em segundo lugar nas eleições, lutas internas na Aliança das Forças Nacionais permitiu que o braço político da Irmandade consolidasse gradualmente o controle sobre a Líbia, apoiando a eleição de Nouri Abusahmain, um amazigh e “islâmico moderado”, sobre os candidatos seculares que foram derrotados: isso deu à Irmandade uma posição forte, de modo que, uma vez que Ali Zeidan foi demitido⁴¹⁷ por manuseio indevido de remessas de óleo da Morning Glory, a Irmandade, colocou um político islâmico moderado e pró-negócios, Ahmed Maitiq⁴¹⁸, como o primeiro ministro⁴¹⁹.

⁴¹⁶ *Muslim Brotherhood formally launches party*, Libya Herald, 3/3/2012, <https://www.libyaherald.com/2012/03/03/muslim-brotherhood-formally-launches-party/>; acessado em 29/8/2017 e 22/9/2018.

⁴¹⁷ *Islamist party quits Libya's government*, BBC, 21/1/2014 <http://www.libyaherald.com/2014/01/16/sack-zeidan-or-take-blame-for-libyas-woes-muslim-brotherhood-tells-congress/#axzz30mtYnyJV>; <http://www.libyaherald.com/2014/03/11/congress-sacks-zeidan-elections-for-new-legislature-in-july/#axzz30mtYnyJV>; acessados em 29/8/2017 e 22/9/2018.

⁴¹⁸ *Islamist-backed businessman named Libya PM*, Telegraph.co.uk, 4/5/2014

⁴¹⁹ *Confusion surrounds Libya PM's election*, Al Jazeera, 5/5/2014

Entre a base de apoio PJC estão vários outros líderes rebeldes da guerra civil e expatriados ricos da Líbia que retornaram após a guerra⁴²⁰; o partido é considerado a força política mais organizada do país, semelhante à Irmandade Muçulmana Egípcia⁴²¹.

A IM na mira dos ex-aliados contra o regime

Em Julho 2013, um proeminente ativista político da Líbia foi assassinado na cidade de Benghazi: trata-se de Abdelsalam al-Mismari, um advogado, e um dos primeiros organizadores de protestos de 2011, que posteriormente tinha se tornado um crítico dos grupos armados que ajudaram a derrubar Gaddafi e que desde então se recusaram a entregar suas armas; ele era contrário à presença da Irmandade Muçulmana na Líbia. Alguns culpam a Irmandade do assassinato e manifestantes tomaram as ruas, invadindo os escritórios do Partido da Justiça e Construção em Benghazi e em Trípoli.

Um artigo de 2014 da publicação americana *Foreign Policy* descreveu o PJC como um “partido machucado” e observou que não obteve altos níveis de apoio público⁴²²; em novembro de 2016, o ex-primeiro-ministro da Líbia, Khalifa al-Ghawil, declarou em um entrevista à *Libya Al-Hadith* TV, que o PJC estava arruinando o país; ele havia feito declarações semelhantes antes, em última análise, alegando que a Irmandade tinha uma “agenda que era contra os interesses dos líbios”⁴²³. Em junho de 2017, a Câmara dos Representantes da Líbia (HoR) produziu uma lista de terroristas dentro da Líbia com ligações com o Qatar, enquanto patrocinador do terrorismo⁴²⁴; a lista foi assinada por Talal Almaihib, presidente do Comitê de defesa e segurança nacional da HoR: na lista foram nomeados muitos membros da Irmandade, incluindo o membro executivo, Nizar Kiwan, o principal doador, Abdulrazaq al-Aradi, e Ali Salabi, “o homem considerado a mente ideológica da Irmandade Muçulmana”.

⁴²⁰ *Muslim Brotherhood formally launches party*, Libya Herald, 3/3/2012

Muslim Brotherhood forms party in Libya, Al Jazeera, 4/3/2012

⁴²¹ *Muslim Brotherhood goes public with Libya summit*, Reuters, 17/11/2011;

Muslim Brotherhood forms party in Libya, Al Jazeera, 4 March 2012;

Islamist-backed businessman named Libya PM, Telegraph.co.uk, 4/5/2014;

<http://www.libyaherald.com/2014/04/27/sawan-re-elected-head-of-justice-and-construction-party-for-four-years/#axzz30mtYnyJV>

<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=32490>

<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=32493>;

acessados em 30/8/2017 e 22/10/2018.

⁴²² *Libya's Muslim Brotherhood Struggles to Grow*, Foreign Policy, 1/5/2014

⁴²³ *Justice and Construction Party to sue Ghwell*, Libya Herald, 17/11/2016,

<https://www.libyaherald.com/2016/11/17/justice-and-construction-party-to-sue-ghwell/>; acessado em 1/9/2017 e 23/10/2018.

⁴²⁴ *Muslim Brotherhood party says HoR terror list is defamation*, Libya Herald, 11/6/2017,

<https://www.libyaherald.com/2017/06/11/muslim-brotherhood-party-says-hor-terror-list-is-defamation/>; acessado em 1/9/2017 e 23/10/2018.

5.2.2. Al-Qâ'ida na Líbia.

A presença de al-Qâ'ida na Líbia foi relatada nos primeiros estágios da revolta de 2011. No primeiro dia da rebelião, uma multidão enfurecida atacou delegacias de polícia e prédios do governo e, três dias depois, em 20 de fevereiro de 2012, um homem-bomba destruiu a sede das forças de segurança de Gaddafi em Benghazi.

O governo de Gaddafi acusou al-Qâ'ida de instigar a rebelião, apontando para ex-líderes do LIFG como responsáveis da insurgência islâmica que visava criar um emirado islâmico no leste da Líbia, especialmente em Darnah (Derna), uma cidade famosa pela exportação de jihadistas, porém os oponentes do regime, incluindo muçulmanos seculares, rejeitaram as alegações como propaganda: eles defenderam as táticas violentas dos rebeldes como um meio legítimo de combater a repressão do aparato de segurança do Estado e pressionaram o Ocidente para uma intervenção militar. Para muitos entre eles a revolta líbica tinha uma inegável base espontânea e popular que não poderia ser reduzida apenas a uma insurgência liderada pela al-Qâ'ida, como Gaddafi declarava.

O CNT, que fez lobby pela intervenção militar ocidental e permaneceu oficialmente aliado ao Ocidente, nunca controlou totalmente o movimento rebelde: sua ala militar, liderada pela primeira vez por 'Abdel Fattah Yunus, ex-chefe do Estado-Maior do exército de Gaddafi, carecia de uma cadeia de comando funcional para a rebelião que encontrava-se díspar e fragmentada.

Yunus foi assassinado em julho de 2011, provavelmente por uma das fações rebeldes islâmicas próximas à al-Qâ'ida - um fatwâ circulou durante o mesmo período nos sites jihadistas, na Internet, recomendando o assassinato de ex-assessores de Gaddafi que “não se arrependeram por seus erros” -, mas, de qualquer maneira, o caso, que não foi totalmente investigado, empoderou os islamitas do LIFG dentro do CNT, e 'Abdel Hakim Belhaj, chefe do LIFG, foi nomeado pelo presidente do CNT como o comandante militar de Trípoli, controlando o Conselho Militar de Trípoli (CMT). Mais tarde, com o seu aliado político, 'Ali Sallabi, um clérigo proeminente com ligações ao ramo internacional da Irmandade Muçulmana, forçou a renúncia de Mahmoud Jibril, o ex-diretor executivo do CNT, que eles provavelmente consideraram muito secular. Esses dois líderes islâmicos – Belhaj e Sallabi - desempenham um

papel importante na nova Líbia, em parte devido ao apoio que se acredita que eles possam ter do Qatar (ROSENTHAL, 2013)⁴²⁵.

Em 2011, al-Qâ'ida tentou explorar a "Primavera Árabe" no norte da África para seus próprios propósitos: a Liderança Sênior da al-Qâ'ida (AQSL), baseada no Paquistão, tentou construir uma rede clandestina na Líbia enquanto buscava sua estratégia de reforçar sua presença no Norte da África e no Oriente Médio. Embora a tentativa anterior da AQSL de cooptar o Grupo de Combate Islâmico da Líbia (LIFG) fosse inconclusiva, a revolta líbia pode ter criado um ambiente propício ao jihâd fortalecendo a grande e ativa comunidade dos jihadistas líbios, que é conhecida pelas ligações com o jihâd internacional.

O principal objetivo da AQSL na Líbia era e ainda é estabelecer um emirado islâmico como parte de seu objetivo geral de restabelecer o califado; no Paquistão emitiu orientação estratégica para seguidores na Líbia e em outros lugares para aproveitar a rebelião da Líbia. A orientação estratégica da AQSL era: coletar armas, estabelecer campos de treinamento, construir uma rede em segredo, estabelecer um estado islâmico e instituir a *sharî'a*.

A AQSL do Paquistão enviou agentes seniores de confiança como emissários e líderes que podiam supervisionar a construção de uma rede e estabeleceu uma na Líbia, mas permanece clandestina e prefere não usar o nome da al-Qâ'ida.

Ansâr al-Sharî'a, liderada por Sufian Ben Qhumu, um ex-detento de Guantánamo, incorporou cada vez mais a presença de al-Qâ'ida na Líbia, como sublinham sua propaganda social ativa, os discursos extremistas, etc.

Os adeptos de al-Qâ'ida na Líbia usaram a revolta de 2011 para estabelecer milícias bem armadas, bem treinadas e experientes em combate e ainda a rede clandestina está em fase de expansão, realizando treinamentos e campanhas de mídia em plataformas de mídia social, como Facebook e YouTube; no entanto, provavelmente continuará a mascarar sua presença sob o mais amplo movimento salafista líbio, com o qual compartilha uma ideologia radical e uma intenção geral de implementar a *sharî'a* na Líbia e em outros lugares.

Afilizadas de al-Qâ'ida, como a AQIM, também estão se beneficiando da situação na Líbia: a AQIM faz parte da rede clandestina de al-Qâ'ida na Líbia para assegurar o fornecimento de armas para suas áreas de operações no norte do Mali e da Argélia.

⁴²⁵ *Murasalat Siriyah Bayna Thuwaru Libya wa Munathir al-Qâ'ida* (Secret Correspondences between Libyan Rebels and an Al-Qaeda Ideologue), Ennahar [Algiers], 23/7/2011
<http://www.ennaharonline.com/ar/specialpages/international/84825>;
 Farge, Emma, *Interview-Libya Islamists Call for PM Jibril's Exit*, Reuters, 20/9/2011,
<http://af.reuters.com/article/egyptNews/idAFL5E7KK3SB20110920>; acessados em 1/9/2017 e 23/10/2018.

As eleições de julho de 2012 não conseguiram gerar uma liderança nacional forte e unificada que pudesse enfrentar a insegurança crônica representada pela multiplicidade de milícias locais, que a rede clandestina da al-Qâ'ida provavelmente infiltrou; paralelamente, a rede recruta e treina jihadistas locais e estrangeiros para serem enviados para a Síria (ROSENTHAL, 2013).

5.2.3. Orientação religiosa étnico-política.

A AQSL (al-Qâ'ida senior leadership) na Líbia provavelmente defende uma orientação religiosa semelhante à dos Talebãs, que exige uma adesão estrita à prática e aos princípios do Islã neo-salafista, conforme interpretados pelos clérigos radicais; seus militantes e simpatizantes utilizam elementos que expressam certas características identitária do grupo: barbas compridas, roupas afegãs, intolerância para com o menor desvio do que eles acreditam ser o caminho certo do Islã.

Ao enfatizar a adesão estrita às regras religiosas, a AQSL provavelmente busca promover uma divisão entre extremistas salafistas e islamistas moderados como uma forma de alimentar o radicalismo e transferir a crença popular para uma versão mais extrema do Islã, como aquela que al-Qâ'ida normalmente defende.

Acredita-se que a rede al-Qâ'ida em Darnah seja responsável por vários atentados que atingiram ex-funcionários públicos: esses assassinatos seletivos podem constituir outra ferramenta de recrutamento para a al-Qâ'ida entre ex-rebeldes desencantados que ainda desejam vingança, ao mesmo tempo em que prejudicam os esforços de reconciliação nacional do governo.

A AQSL na Líbia está usando divisões étnicas e de qabila para construir alianças e apoio, especialmente no Sul, onde qabilas árabes em Kufra e Sabha estão lutando contra a minoria africana Tubu (Tebu) que fica na fronteira entre a Líbia e o Chade.

Como afirmado por Atiyah al-Libi, um líder líbio de al-Qâ'ida morto em agosto de 2011, em um documento escrito intitulado “As Revoluções Árabes e a Temporada da Colheita”, o objetivo estratégico da AQSL na Líbia é promover “uma real, radical mudança revolucionária que afirmaria a supremacia das palavras de Allâh e o domínio da *sharî'a*”: a mensagem refere-se ao objetivo de al-Qâ'ida de estabelecer um estado islâmico como um emirado que faria parte do califado islâmico imaginado pela organização; no processo, al-Qâ'ida tentará minar as tentativas de reconstrução das instituições estatais líbias como uma forma de dificultar o estabelecimento de fortes capacidades de contra terrorismo estatal que possam impedir sua

capacidade de crescer na Líbia. Isto é, evitará o ressurgimento das estruturas e condições presentes no regime de Gaddafi que durante décadas impediram a disseminação do islamismo político jihadista (ROSENTHAL, 2013; ATLANTIC COUNCIL, 2017).

5.2.4. O Estado Islâmico.

Em um vídeo da execução de um cidadão egípcio, em agosto de 2014, em Darnah, o grupo Majlis Shûra Shabâb al-Islâm (Conselho Islâmico da Juventude Shura) ostentou a bandeira negra do califado islâmico⁴²⁶. Durante esse período o Estado Islâmico expandiu suas áreas de ação em Benghazi, Sirte, Trípoli e outras no sul da Líbia, reivindicando vários ataques terroristas, incluindo a execução de 21 cristãos coptos egípcios cujos vídeos circularam em todo o mundo e foram comentados na revista do Dâ'ish, Dabiq.

No começo post-levante, as ligações entre os jihadistas na Líbia que prometeram fidelidade ao Dâ'ish e os centros de comando do grupo em Mosul e Raqqa eram soltos; no entanto, devido ao fluxo constante de pessoas da Síria para Darnah, Trípoli e Benghazi, a franquia do Dâ'ish na Líbia veio a imitar muitos dos principais atributos da “casa mãe”, incluindo seus métodos brutais de governança (ZELIN, 2016, p. 3).

A partir de 2013, combatentes líbios do Estado Islâmico começaram lentamente a voltar do jihâd no Iraque e Síria, estabelecendo-se principalmente em Benghazi e Darnah, cidades desde sempre anti-Gaddafi, culminando no reconhecimento oficial de três novos “emirados” correspondentes às três províncias históricas otomanas da Líbia: Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan no oeste, leste e sudoeste da Líbia, respectivamente, e representando um passo estratégico do Dâ'ish para projetar seu poder dentro da Líbia, apesar de ter apenas influência em poucas cidades costeiras.

O grupo capitalizou a guerra civil dentro de Sirte, cooptando alguns elementos jihadistas baseados ali, bem como membros de qabilas descontentes que tinham sido afiliadas ao regime de Gaddafi; baseando-se nessas alianças e reprimindo brutalmente seus oponentes, grupos comprometidos com o Dâ'ish estabeleceram-se como a única autoridade governamental em Sirte, em 2015, implementando sua nova visão de *imama* (estado islâmico), *takfir* (a denúncia de apostasia) e o controle territorial⁴²⁷. Depois que o “Emir” Abu Bakr al-Baghdadi, reconheceu

⁴²⁶Public execution' in football stadium shows Libya's descent into lawlessness, AI, 22/8/2014, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/08/public-execution-football-stadium-shows-libya-s-descent-lawlessness/>; acessado em 1/9/2017 e 23/10/2018.

⁴²⁷Rosenblatt, Nathaniel, *All Jihad Is Local: What ISIS' Files Tell US About Its Fighters*, New America Foundation, July 2016, <https://na-production.s3.amazonaws.com/documents/ISISFiles.pdf>; acessado em 1/9/2017 e 23/10/2018.

formalmente os emirados do Dâ'ish na Líbia, eles estão atraindo recrutas para expandir o território.

Em dezembro de 2016, após uma ofensiva de oito meses, as milícias de Misrata, apoiadas por ataques aéreos dos EUA, conseguiram tirar o Dâ'ish de Sirte; embora seu modelo territorial tenha entrado em colapso, os combatentes do EI continuam a manter sua presença na Líbia.

A perda do controle territorial do Dâ'ish na Líbia o levou a mudar de tática: da construção do Estado às guerrilhas e ataques. O atentado suicida na arena de concertos em Manchester em 22 de maio de 2017, que foi reivindicado pelo Dâ'ish e foi conduzido por um líbio britânico com ligações a redes jihadistas na Líbia, indica uma potencial mudança no uso do território líbio para conduzir ataques de choque e terror no Ocidente, e ao mesmo tempo para atrair recrutas para a Líbia (ATLANTIC COUNCIL, 2017, p. 2).

É também importante ressaltar que um número significativo de combatentes do EI na Líbia não é líbio, mas principalmente da Tunísia, do Egito e do Sudão; no entanto, as razões pelas quais o Dâ'ish foi capaz de estabelecer seus emirados satélites na Líbia foram em grande parte internas à Líbia⁴²⁸. Os combatentes líbios, do Dâ'ish especificamente, e os jihadistas em geral, não podem ser entendidos isoladamente do contexto da Líbia pós-revolta e da circulação global de combatentes jihadistas: desde o levante de 2011, os grupos líbios já envolvidos ou posteriormente atraídos pelo jihadismo foram motivados pelo desejo de “completar” a revolução - isto é, purgar a Líbia dos vestígios de Gaddafi e impedir o surgimento de um aparato estatal central e democrático⁴²⁹.

5.2.5. Ansâr al-Sharî'a.

Trata-se de um dos “produtos fortemente armados da revolução líbia que domina a segunda maior cidade da Líbia”, como foi descrito por France24⁴³⁰, e pode ser a nova face de al-Qâ'ida na Líbia, que está afirmando sua presença localmente e através da Internet (via mídias sociais): é uma milícia salafista-jihadista baseada em Benghazi, que surgiu em 2011, durante a guerra civil, e que como parte de sua estratégia ataca civis.

⁴²⁸ *Minister: 1,000 Tunisians fighting for ISIS in Libya*, Al-Arabiya, 7/9/2016, <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2016/09/07/Minister-1-000-Tunisians-fighting-for-ISIS-in-Libya.html>; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

⁴²⁹ Omar Ashour, *Between ISIS and a Failed State: The saga of Libyan Islamists*, The Brookings Institution, August 2015, https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Libya_Ashour-FINALE.pdf; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

⁴³⁰ *Who are Libya's Ansar al-Sharia?*, France24, 14/9/2012, <https://www.france24.com/en/20120914-libya-islam-attack-consulate-benghazi-who-are-ansar-al-sharia-al-qaeda>; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

Dia 7 de junho de 2012 o mundo assistiu a sua primeira grande aparição pública: uma manifestação de duzentas caminhonetes montadas com artilharia ao longo da Praça Tahrir, em Benghazi, exigindo a imposição da Sharî'a⁴³¹; de acordo com o *New York Times*, “diplomatas ocidentais que assistiram disseram que ficaram chocados com o armamento da exibição”⁴³². O líder do grupo, shaykh Muhammad al-Zahawi, proibiu a participação às eleições parlamentares pós-guerra civil, em julho 2012, alegando que elas eram anti-islâmicas: como a maioria dos grupos do islamismo político neo-salafistas, eles acreditam que só Deus tem autoridade para fazer as leis tornando a tentativa de democracia da Líbia inválida e pregando que a Sharî'a é a única forma de justiça verdadeira. Trata-se do conceito da “soberania de Deus” e do “Governo de Deus” na Terra⁴³³ pregado por Ibn Taymiyya, o “pai do islamismo radical”, no século XIII, e por seus discípulos nos séculos seguintes, e a base ideológica dos movimentos do Islã político e jihadista.

Ansâr al-Sharî'a prometeu continuar sua luta: estabeleceu o quartel-general em Benghazi e começou a marcar seu território garantindo o controle dos equipamentos estatais e militares locais na cidade, incluindo o principal hospital⁴³⁴; o seu nome está ligado ao planejamento, em junho 2012, de um ataque contra o embaixador britânico, e em agosto a destruição de santuários sufis⁴³⁵ em todo o país.

O que é mais preocupante sobre os recentes ataques a locais sufis tem sido a reação do governo - uma resposta que misturou tolerância e colaboração ativa. Grande parte dessa ambivalência resulta da fraca legitimidade e recursos do governo provisório do país, o Conselho Nacional de Transição (CTN).

Desprovido de um efetivo exército e polícia, o CTN foi forçado a cooptar as numerosas “brigadas” revolucionárias do país, substituindo-as por forças de segurança provisórias como os Comitês Supremos de Segurança (CSS) e Forças Armadas da Líbia, que nominalmente reportam ao Ministério do Interior e ao Chefe do Estado-Maior do Exército, respectivamente.

Invariavelmente, esses corpos mal treinados contêm várias milícias salafistas que usam seu mandato do governo para impor costumes sociais draconianos, conduzir vinganças contra oficiais da inteligência da era Gaddafi e atacar os sufis (WEHREY, 2012).

Os jihadistas, em geral, não são amados pela maioria da população líbia, que, como já mencionei, é muçulmana mas não radical, com a exceção de enclaves na parte oriental: em 21 de setembro de 2012, depois de protestos maciços contra as milícias jihadistas em Benghazi, centenas de manifestantes invadiram a sede de Ansâr al-Sharî'a, derrubaram as bandeiras e

⁴³¹ *Benghazi Islamist rally angers locals*, Libya Herald, 9/6/2012

⁴³² *A Rising Militia Leader*, The New York Times, 29/12/2013, <http://www.nytimes.com/projects/2013/benghazi/index.html#/?chapt=1>; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

⁴³³ *Hukm Allâh*: veja-se os cap. 1 e 2.

⁴³⁴ *Who are Libya's Ansar al-Sharia?*, France24, 14/9/2012,

<https://www.france24.com/en/20120914-libya-islam-attack-consulate-benghazi-who-are-ansar-al-sharia-al-qaeda>; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

⁴³⁵ *The Battle of the Shrines*, Sharron Ward, Foreign Policy, 12/9/2012,

<https://foreignpolicy.com/2012/09/12/the-battle-of-the-shrines/>; acessado em 3/9/2017 e 25/10/2018.

incendiaram um veículo dentro da base⁴³⁶, e no dia seguinte o grupo foi forçado a sair de seus quartéis em Benghazi. Apesar disso, em dezembro de 2012, o grupo ainda existia, mas com uma posição mais discreta, e em março de 2013, retornou a Benghazi e começou a patrulhar hospitais e postos de controle, e tentou obter apoio local através da *da'wa*, da provisão de serviços sociais, de patrulhas de segurança, da coleta de lixo, do estabelecimento de clínicas médicas e escolas religiosas, fornecendo serviços humanitários aos residentes: as atividades de caridade, como escrevi antes, são estratégicas para os movimentos do islamismo político para infiltrarem o tecido social e moldarem as escolhas sociais e políticas do povo, lá, onde o estado está faltando ou é ausente.

No final de 2013, Ansâr al-Sharî'a abriu uma filial em Darnah, sob o slogan "Um passo para a construção do estado islâmico", e estabeleceu uma presença nas cidades líbias de Ajdabiya e Sirte⁴³⁷ (ELJARH, 2014) e, em janeiro de 2015, introduziu a polícia religiosa islâmica e um tribunal da sharî'a em partes de Benghazi (ZELIN, 2015).

Em 16 de maio de 2014, após tensões prolongadas entre islamistas e anti-islamistas, forças militares leais ao general Khalifa Haftar lançaram uma ofensiva aérea e terrestre de larga escala, Operação Dignidade, contra grupos de milícias islâmicas em Benghazi, entre os quais Ansâr al-Sharî'a; o grupo e outras milícias islâmicas e jihadistas juntaram-se como "Conselho-Shura dos Revolucionários de Benghazi" e lançaram uma contraofensiva contra unidades leais a Haftar nos meses seguintes, em grande parte expulsando-as da cidade em agosto do mesmo ano. Nessa ofensiva eles capturaram várias bases do exército e apreenderam armas e equipamentos⁴³⁸. No final de 2014, muitos membros da Ansâr al-Sharî'a, incluindo a maioria de sua organização em Sirte, desertaram para o "Dâ'ish na Líbia" e em 30 de março de 2015, o principal chefe religioso do grupo, Abu Abdullah Al-Libi, prometeu fidelidade ao EI; em 2017 o grupo se dissolveu, com muitos dos restantes combatentes indo para o EI.

⁴³⁶ *Protesters storm main Islamist militia HQ in Libya's Benghazi*, Reuters, 21/9/2012, <https://www.reuters.com/article/libya-benghazi-militia-headquarters/protesters-storm-main-islamist-militia-hq-in-libyas-benghazi-idUSL5E8KLNGY20120921>

Libyan Islamist militia swept out of Benghazi bases, Reuters, 22/9/2012, <https://af.reuters.com/article/libyaNews/idAFL1E8KM09O20120922>; acessados em 3/9/2017 e 25/10/2018.

⁴³⁷ *Ansar al-Sharia returns to Benghazi*, Magharebia, 26/2/2013.

Slow death of Derna, Magharebia, 28/2/2014; acessado em 4/9/2017 e 26/10/2018.

⁴³⁸ *Islamists seize key Benghazi army base as Tripoli fire rages*, AFP, 30/7/2014,

<https://news.yahoo.com/islamists-main-military-benghazi-004825173.html>

Islamist groups in Libya post pictures of seized army bases, The Daily Star, 7/8/2014,

<http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2014/Aug-07/266334-islamist-groups-in-libya-post-pictures-of-seized-army-bases.ashx#axzz39fMnAUmY>

Libya's anti-Islamist offensive suffers setback, IHS Jane's, 24/7/2014,

<https://www.janes.com/article/41155/libya-s-anti-islamist-offensive-suffers-setback>; acessados em 4/9/2017 e 26/10/2018.

Nações Unidas, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos designaram Ansâr al-Sharî‘a como uma organização terrorista.

5.2.6. Libyan Islamic Fighting Group (LIFG).

Durante as revoltas de 2011, atores políticos islâmicos e milícias jihadistas dividiram-se em três grupos principais, todos com diferentes focos: o LIFG no campo de batalha, outros grupos salafistas na aplicação de suas doutrinas sociais e religiosas e a Irmandade Muçulmana nos processos sociais e políticos da Líbia.

O LIFG que, como escrevi até aqui, tem ligações estabelecidas com o jihâd internacional e com al-Qâ‘ida⁴³⁹, levou o crédito primário pelas principais ofensivas contra o regime, como a tomada de Trípoli, e usou a revolta para formar milícias que se engajaram em desenvolvimentos políticos pós-conflito e buscaram moldar a religiosidade na Líbia; eles utilizaram suas redes globais para adquirir os fundos, as armas e a experiência para criar seus próprios feudos na Líbia e a narrativa revolucionária. Como já mencionado, um dos grupos islâmicos mais organizados que combateram o regime foi um contingente de antigos membros do LIFG liderados por Belhaj, o “árabe afegão” líbio⁴⁴⁰: as revoltas permitiram que a franja mais militante moldasse a incorporação de jihadistas nas milícias revolucionárias da Líbia.

Com o início das rebeliões em 15 de fevereiro de 2011, Belhaj foi de Trípoli para Misrata e começou a contatar outros membros do LIFG, formando a Brigada Umar al-Mukhtar em março de 2011 com ex-membros do grupo e outros jihadistas, além de líbios não islamistas que buscavam treinamento militar mais sofisticado: a política do LIFG em aceitar e treinar combatentes não islamistas melhorou a reputação do grupo e facilitou a radicalização de novos quadros. Além disso, o nome de Umar al-Mukhtar, poderia atrair recrutas não islamistas - incluindo os da diáspora ocidental - e integrar-se mais facilmente a oposição militante mais ampla (ATLANTIC COUNCIL, 2017, p. 10).

A força do LIFG durante e imediatamente após a revolta derivou do apelo mais amplo de suas ideologias entre os diferentes grupos de oposição, seu conhecimento relativamente avançado em combate e atividade política clandestina, e sua forte ligação com o Qatar; os movimentos políticos não islamistas careciam dessas vantagens, criando um vácuo no qual

⁴³⁹ Tam, Hussein, Abdul Hakim Belhaj: Why I rejected bin Laden’s invitation to join al-Qaeda, MEE, 30/6/2019, <https://www.middleeasteye.net/big-story/abdul-hakim-belhaj-libya-alqaeda-binladen>; acessado em 1/7/2019.

⁴⁴⁰ Profile: Libyan rebel commander Abdel Hakim Belhadj, BBC, July 4, 2012, <http://www.bbc.co.uk/news/worldafrica-14786753>; acessado em 1/7/2019.

grupos como o LIFG poderiam exercer controle desproporcional sobre a política e a segurança da Líbia (ATLANTIC COUNCIL, 2017, p. 11).

Portanto, as franjas islâmicas jihadistas e militantes usaram a luta revolucionária, sua retórica anti-ditatorial e revivalista islâmica, e o caos pós-Gaddafi para impedir o surgimento de qualquer autoridade central coerente na Líbia capaz de neutralizá-las: para garantir um refúgio seguro para suas atividades, incluindo armas e fundos, recrutamento e deslocamento de combatentes, inclusive em altos cargos em novas instituições de segurança, os jihadistas foram capazes deliberadamente de minar e infiltrar os procedimentos formais de construção do Estado.

Várias milícias, também conhecidas como qatibas (batalhões/brigadas), formam a maior parte da rede de al-Qâ'ida na Líbia, como indicado pela participação do primeiro grupo de apoio à sharî'a realizado em 7 e 8 de junho de 2012, em Midan Tahrir (praça da Libertação) em Benghazi, hospedado por Ansâr al-Sharî'a. Segundo Libya al-Youm, um jornal de Trípoli, pelo menos 15 milícias participaram do evento: Free Libya Martyrs (Benghazi, Darnah, Kufra), Abu Salim Martyrs (Darnah, Kufra), Faruq (Misrata, Rafallah), al-Sahati (Benghazi), Revolutionaries of Sirt (Sirt, Benghazi), Martyrs (Benghazi), Gulf of Nofaliya Martyrs, Nofaliya Shahid Saleh al-Nass (Benghazi), Ansar al-Hurriya (Benghazi), 'Umar al-Khattab (Benghazi), Ansar al-Sharia (Benghazi), Agency for Preventive Security (Tripoli), Abu 'Ubayda Bin al-Jarrah (Benghazi), Al-Quwarsha Martyrs (Benghazi), Shahid Mohamed al-Hama (Benghazi, Sirt), Mountain (Al-Bayda, Benghazi), and Al-Nur (Darnah).

5.2.7. As ligações da Irmandade Muçulmana, al-Qâ'ida e o Dâ'ish

O plano da CIA e do Departamento de Estado que visava derrubar os regimes árabes laicos e substituí-los pela Irmandade Muçulmana foi realizado em 2011 com a Primavera Árabe, e hoje, todos os grupos jihadistas compartilham a ideologia da Irmandade⁴⁴¹ que se baseia na doutrina salafita. Grupos terroristas como o Dâ'ish utilizam táticas diferentes da IM - massacres e execuções - para ter controle total de um país, mas o objetivo comum é tomar o poder para construir um império islâmico baseado em suas ideologias.

Antes de ascender às posições mais altas de al-Qâ'ida e do Dâ'ish, Abu Bakr al Baghdadi, Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri pertenciam ao ambiente da Irmandade Muçulmana, um precursor ideológico, como escrevi anteriormente. As trajetórias desses três líderes extremistas

⁴⁴¹ Veja-se cap. 2.1.2.

destacam a significativa sobreposição ideológica entre os mais notórios grupos islâmicos violentos de hoje - al-Qâ'ida e o Dâ'ish - e o movimento mundial da IM: como progenitora do movimento islâmico moderno, ela teve uma influência profunda no sistema de crenças que alimenta as outras duas organizações, pois esses grupos compartilham fundamentos ideológicos baseados nos escritos do falecido ideólogo da Fraternidade Sayyid Qutb.

A IM representou também uma ponte para jovens islamistas - incluindo bin Laden, al-Baghdadi e al-Zawahiri - para grupos jihadistas mais violentos. Os três grupos têm a mesma doutrina e uma visão compartilhada visando estabelecer um califado global, embora suas estratégias de ação possam divergir: a Irmandade não mantém vínculos formais com al-Qâ'ida e o Dâ'ish, e na superfície os três grupos podem parecer diferentes, enquanto al-Qâ'ida e o Dâ'ish defendem o jihadismo violento e a Irmandade busca oficialmente transformar as sociedades a partir de dentro. "Irmandade Murtadd [apóstata]", é a capa de março de 2016 da já mencionada revista *Dabiq* do Dâ'ish, que denuncia a suposta apostasia da Irmandade (CEP, 2019): o grupo publicamente desprezou a Irmandade como um "câncer devastador" dedicado "à religião da democracia, em vez de Allâh", mas apesar de suas diferenças operacionais, a Irmandade forneceu a plataforma usada para doutrinar os jovens no islamismo e uma ponte para os recrutas se formarem no islamismo mais violento do Dâ'ish. As fações dentro dos grupos também se apoiaram mutuamente com base em objetivos comuns, inimigos comuns e apoio a uma frente islâmica unida (CEP, 2019).

Membros da Irmandade na Líbia se juntaram aos campos de treinamento de al-Qâ'ida e do Dâ'ish: de acordo com uma reportagem de janeiro de 2016, os jovens membros da Irmandade recebem entre 150 e 250 dólares US por dia para participar dos campos de treinamento da Líbia⁴⁴² (CEP, 2019).

Em janeiro de 2016, o jornal árabe *Asharq al Awsat*⁴⁴³, com sede em Londres, informou que o Dâ'ish, al-Qâ'ida e a Irmandade Muçulmana estavam discutindo a formação de um conselho conjunto (shura') na Líbia, segundo documento vazado obtido pelo jornal. O jornal

⁴⁴² ..الوصول ترقب قوائم علي أسمائهم وضع: أمنية مصادر .ليبيا في التفخيخ بمعسكرات الجماعة شباب من 30 بأسماء تتفرد "نيوز البوابة"
«صاحي» الحدود وحرس, 27/1/2016, <https://www.albawabhnews.com/1740816>; acessado em 1/7/2019.

⁴⁴³ Documentos líbios: Dâ'ish, al-Qâ'ida e a Irmandade estão planejando se fundir em um "Conselho da Shura" unificado 14/1/2016), «مؤحد», <https://aawsat.com/home/article/551851/%D9%88%D8%AB%D8%A7%D8%A6%D9%82-%D9%84%D9%8A%D8%A8%D9%8A%D8%A9-%C2%AB%D8%AF%D8%A7%D8%B9%D8%B4%C2%BB-%D9%88%C2%AB%D8%A7%D9%84%D9%82%D8%A7%D8%B9%D8%AF%D8%A9%C2%BB-%D9%88%C2%AB%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%AE%D9%88%D8%A7%D9%86%C2%BB-%D9%8A%D8%AE%D8%B7%D8%B7%D9%88%D9%86-%D9%84%D9%84%D8%A7%D9%86%D8%AF%D9%85%D8%A7%D8%AC-%D9%81%D9%8A-%C2%AB%D9%85%D8%AC%D9%84%D8%B3-%D8%B4%D9%88%D8%B1%D9%89%C2%BB-%D9%85%D9%88%D8%AD%D8%AF>; acessado em 2/7/2019

informou que as discussões de uma aliança se devem ao fato de os grupos quererem enviar uma mensagem de oposição conjunta dos islamistas da Líbia ao governo de unidade.

5.2.8. Relações entre a Irmandade e os governos ocidentais desde os anos 50.

Em 1997, os líderes da Irmandade Muçulmana participaram da criação de um corpo representativo de muçulmanos na Inglaterra chamado “Conselho Muçulmano da Grã-Bretanha” (The Muslim Council of Britain)⁴⁴⁴; ela também tem posições importantes na América do Norte: desde os anos 1950, Washington tem-se envolvido repetidamente em alianças secretas com a Irmandade Muçulmana ou seus ramos na luta contra o comunismo, e trabalha com muçulmanos europeus, acreditando que eles poderiam ser úteis para operações secretas da CIA. Por exemplo, em 1953 na Universidade de Princeton, onde a política anticomunista estava sendo desenvolvida pouco antes do surgimento de países independentes com maioria muçulmana, representantes da CIA e da Casa Branca estavam em contato com Said Ramadan, o sucessor espiritual do fundador, Hassan al-Banna; com a ajuda de Washington nos anos 1960, a Irmandade Muçulmana apareceu nos EUA. Em 1963, o movimento fundou uma “Associação de Estudantes Muçulmanos” e mais tarde a “Sociedade Islâmica do Norte América”, The Muslim American Society, bem como várias outras organizações⁴⁴⁵.

Em 1954, depois que o pan-arabista Gamal Abdel Nasser chegou ao poder no Egito, ele começou a buscar uma política independente que não se alinhasse com os interesses do Reino Unido e dos EUA: o MI6 e a CIA subsequentemente começaram a desenvolver planos para assassiná-lo com a participação ativa da Irmandade (ODINTSOV, 2013).

Em 1979, com o início da campanha liderada pelos soviéticos no Afeganistão, o interesse especial da Casa Branca, da CIA e dos islamistas da Irmandade Muçulmana criou condições para o apoio direto desta última à luta antissoviética e muitos dos mujâhidîn tornaram-se posteriormente o núcleo da agora bem conhecida organização terrorista al-Qâ‘ida⁴⁴⁶ (ODINTSOV, 2013).

Em 2011, a Irmandade Muçulmana, com o apoio da CIA, esteve envolvida na derrubada do regime de Muammar Gaddafi na Líbia. [...] Com o apoio ativo de Washington e especialmente da CIA, a Irmandade Muçulmana conseguiu estabelecer uma posição poderosa em muitos países. Considerado pela inteligência dos EUA como “uma ferramenta útil na luta contra regimes desfavoráveis”, o movimento fortaleceu suas fileiras para incluir não apenas funcionários ideologicamente leais, mas também militantes que estiveram envolvidos em confrontos armados com governos na Tchetchênia, no Daguestão, Afeganistão, Líbia e Síria, e já demonstraram sua capacidade de usar armas no Egito (ODINTSOV, 2013).

⁴⁴⁴ <https://mcb.org.uk/>; acessado em 2/7/2019.

⁴⁴⁵ *The Truth about the Muslim Brotherhood*, The Cairo Review, 2018, <https://www.thecairoreview.com/essays/the-truth-about-the-muslim-brotherhood/>; acessado em 3/4/2019.

⁴⁴⁶ Veja-se cap.2

O vídeo “The partnership between ISIS and Muslim Brotherhood in the industry of terrorism and death”⁴⁴⁷ contém um resumo sintético mas claro e eficaz da ligação ideológica entre a Irmandade Muçulmana, al-Qâ‘ida e o Dâ‘ish.

5.3. Figuras-chave do jihadismo anti-Gaddafi na Líbia:

5.3.1. Abdelhakim Belhaj⁴⁴⁸

Abdelhakim Belhaj (nome de batalha, Abu Abdullah al-Sadiq), é uma figura fundamental não só para a queda de Trípoli nas mãos dos rebeldes, mas também para entender as alianças e colaborações entre as potências ocidentais, o Qatar, a IM e o jihadismo: sua trajetória militante, desde o início de suas atividades de mujâhid no Afeganistão até as de jihadista na Líbia e as conexões com a al-Qâ‘ida e, talvez, com o Dâ‘ish, é muito importante para a presente pesquisa.

Nascido em 1º de maio de 1966 em Trípoli, Belhaj estudou na Universidade Al-Fateh, onde se graduou em engenharia civil; durante os anos seguintes, morou no Sudão, na Turquia, no Paquistão, na Síria, em Londres e na Dinamarca: trata-se de uma figura chave do islamismo político de matriz jihadista na Líbia, pois foi o *emir* do LIFG e é atualmente o líder do Partido conservador islâmico al-Watan; em 2011 liderou a tomada de Trípoli pelas forças rebeldes apoiadas pela OTAN e em agosto foi nomeado como chefe do CTM - Conselho Militar de Trípoli -, as forças leais ao Conselho Nacional de Transição (CNT) que derrubou Muammar Gaddafi e tomou Tripoli após a captura de Bab al-Aziziya (o Palácio Presidencial).

Nos anos ’80, na tentativa de mudar o regime da Jamâhîriyya, Belhaj se juntou a outros jovens islamistas que formaram um grupo, mas foram expulsos do país: ele foi para Arábia Saudita e depois entrou no Afeganistão em 1988 e se tornou um combatente islâmico na guerra soviético-afegã.

Em 1992, após a tomada de Kabul pelos mujâhidîn, ele viajou pelo Oriente Médio e a Europa Oriental, antes de retornar à Líbia em 1992, onde formou o LIFG e a partir de 1994, em uma campanha de insurgência baseada no leste da Líbia, em particular nas al-Jabal al-Akhḍar (Montanhas Verdes)⁴⁴⁹, tentou derrubar o coronel Gaddafi, mas fracassou. Uma rebelião do LIFG foi esmagada em Benghazi em 1995 e 1.800 membros do LIFG foram presos, Belhaj e

⁴⁴⁷ *The partnership between ISIS and Muslim Brotherhood in the industry of terrorism and death*, <https://amara.org/it/videos/NwnYTvILFvCB/info/the-partnership-between-isis-and-muslim-brotherhood-in-the-industry-of-terrorism-and-death/>; acessado em 3/4/2019.

⁴⁴⁸ *From Holy warrior to hero of a revolution: Abdelhakim Belhadj*, 25/8/2011, Asharq alawsat, <http://www.asharq-e.com/news.asp?section=1&id=26357>; acessado em 3/4/2019.

⁴⁴⁹ *Libya’s rebel leader with a past*, Vicken Cheterian, Le Monde Diplomatique, 5/2012, <https://mondediplo.com/2012/05/08libya>; acessado em 3/4/2018.

outros líderes do LIFG fugiram para o Afeganistão e se juntaram aos Taleban; outros entraram nas fileiras da al-Qâ'ida. Vários combatentes do grupo também ocuparam posições de destaque na liderança de al-Qâ'ida. O American Center for Democracy publicou um relatório de outubro de 2014, escrito por J. Millard Burr⁴⁵⁰, o qual sugeria que em 1996 Belhaj tinha seguido bin Ladin quando o líder da al-Qâ'ida mudou o centro de suas operações do Afeganistão para o Sudão.

A relação entre o LIFG e al-Qâ'ida foi oficialmente confirmada em outubro de 2001, quando o Conselho de Segurança da ONU designou o grupo como uma entidade terrorista por sua associação com al-Qâ'ida, bin Ladin e os Talibãs: o Conselho de Segurança especificou que a relação do LIFG com al-Qâ'ida foi substanciada através do envolvimento do grupo no

financiamento, planejamento, facilitação, preparação ou perpetração de atos ou atividades por, em conjunto com, sob o nome de, em nome ou em apoio, fornecimento, venda ou transferência de armas e material correlato para ou apoiar atos ou atividades de al-Qâ'ida, [...] 'Osama bin Ladin e os Talibãs'⁴⁵¹.

A invasão do Afeganistão pelos EUA após o 11 de setembro 2001 dispersou novamente os combatentes do LIFG; em 6 de março de 2004, em Kuala Lumpur, na Malásia, Belhaj e sua esposa Fátima Bouchar que estava grávida, embarcaram em um avião para Londres onde pretendiam obter asilo político, mas foram presos por agentes da CIA, que receberam informações do MI6 britânico⁴⁵², durante uma escala no aeroporto de Bangkok, na Tailândia, onde foram colocados em uma prisão secreta da CIA e, na noite do 8 de março, foram embarcados para Misrata, na Líbia e após o desembarque foram levados à prisão.

Os ataques terroristas em Nova York em 2001 trouxeram para o LIFG uma escolha: a luta armada à qual todos se subordinaram seria global ou deveria ser direcionada para o seu próprio ambiente local? Na resposta o grupo se dividiu: parte do LIFG se recusou a se juntar à guerra contra o "inimigo distante" (os EUA e a Europa) e limitou a luta contra o "inimigo próximo" - o regime de Gaddafi -, entre eles havia Belhaj e Noman Bin Othman, que morava em Londres. Aqueles que discordaram - e permaneceram na região Afeganistão-Paquistão - foram integrados em al-Qâ'ida e forneceram a bin Ladin líderes importantes do jihâd, como Abu Yahya al-Libi (uma figura importante de al-Qâ'ida que escapou da prisão de Bagram no Afeganistão em

⁴⁵⁰ Burr, J. Millard, *Libya – Ali al-Salabi and the Re-Emerging Muslim Brotherhood*, American Center for Democracy, 13/10/2014; acessado em 3/4/2018.

⁴⁵¹ *Libyan islamic fighting group - United Nations Security Council Subsidiary Organs*, 27/6/2018, www.un.org; acessado em 3/4/2019.

⁴⁵² *MI6 knew I was tortured, says Libyan rebel leader*, The Guardian, 5/9/2011, <https://www.theguardian.com/world/2011/sep/05/abdul-hakim-belhaj-libya-mi6-torture?intcmp=239>
Special report: Rendition ordeal that raises new questions about secret trials, The Guardian, 8/4/2012, <https://www.theguardian.com/world/2012/apr/08/special-report-britain-rendition-libya>; acessados em 3/2/2018.

2005). Dois anos depois, o número dois de al-Qâ'ida, Ayman al-Zawahiri, afirmou que o LIFG havia-se juntado à organização.

Havia também um terceiro grupo: as centenas de militantes do LIFG que foram detidos em prisões líbias, onde concluíram que sua tentativa de derrubar o regime de Gaddafi por meio de revoltas armadas havia fracassado: o fato de assistir ao desenvolvimento da insurgência jihadista na Argélia ou no Egito teria levado à mesma conclusão, que os regimes árabes que tinham o apoio das potências mundiais eram fortes demais para serem derrubados pelas guerrilhas ou pelo terrorismo. Esses militantes foram libertados em três momentos a partir de 2009, com o último grupo de 110 sendo libertado em 16 de fevereiro de 2011 (o dia em que a revolta explodiu em Benghazi) (CHETERIAN, 2012).

Belhaj foi libertado em 2010, com 214 outros militantes, como resultado de um processo de desradicalização de extremistas islâmicos, liderado por Sayf al-Islam, filho de Gaddafi, encorajado pelo governo britânico e auxiliado pelo shaykh Ali al-Sallabi, um líder líbio da Irmandade Muçulmana na Líbia e colaborador de longa data de Belhaj, que desempenhou um papel importante no envolvimento do Qatar na garantia da anistia para os prisioneiros⁴⁵³.

Ali al-Sallabi é um afiliado político da Irmandade Muçulmana que foi preso por seu suposto envolvimento em uma tentativa de assassinato de Gaddafi. Ele deixou a Líbia para estudar na Arábia Saudita e no Sudão, e acabou se mudando para o Qatar no final dos anos 90; retornado à Líbia após o levantamento das sanções contra o regime líbio em 2003, Sallabi contribuiu ativamente ao programa de desradicalização para ex-prisioneiros militantes. Assim como Belhaj, Sallabi foi uma figura chave na derrubada de Gaddafi, em particular como um dos canais para as armas do Qatar na Líbia⁴⁵⁴.

Entrevistado por *Le Monde Diplomatique* (CHETERIAN, 2012), Belhaj explicou a extensão de seu envolvimento na derrubada do regime:

Meu papel não se limitou à libertação de Trípoli. No dia 18 de fevereiro fui a Misrata e encontrei os shabab [jovens], e no dia seguinte estive em Zawiyat Sabrata para encontrar os rebeldes. Então fui para o subterrâneo, temendo que a segurança viesse atrás de mim. E foi o que aconteceu: eles prenderam meu pai e meu irmão. Durante seis semanas eu me escondi em vários lugares em Trípoli, coletando dinheiro, preparando casas seguras e contatando jovens com experiência militar para sair de Trípoli.

Em abril ele foi de barco para a Tunísia, onde se encontrou com rebeldes, depois mudou-se para Benghazi para ajudar a estabelecer o “Batalhão 17 de fevereiro”; em 14 de julho, recebeu

⁴⁵³ Burr, 2014.

⁴⁵⁴ Dagher, Sam, Levinson Charles, Coker Margaret, *Tiny Kingdom's Huge Role in Libya Draws Concern*, Wall Street Journal, 17/10/2011, <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052970204002304576627000922764650>; *Abdelhakim Belhadj, le parrain incontournable de la Libye*, Mondafrique, 26/10/2014, <https://mondafrique.com/abdelhakim-belhadj-le-parrain-incontournable-de-la-libye/>; acessado em 3/2/2018.

uma ordem do ministro da Defesa do CTN para transportar armas e munições para a região oeste onde, após meses de guerra, liderou a tomada de Trípoli.

Em novembro de 2011, Belhaj e a esposa Fátima Bouchar ingressaram com uma ação judicial contra o governo britânico por cumplicidade na entrega do casal para o regime líbio em 2004⁴⁵⁵, e em abril de 2012, foi divulgado pela mídia de massa britânica que o governo estava oferecendo a Belhaj mais de 1 milhão de libras esterlinas em compensação pela “rendition” à Líbia de Gaddafi, mas requeria em troca o arquivamento do caso⁴⁵⁶.

Em maio de 2012, renunciou ao seu posto como chefe do CTM para participar das eleições parlamentares daquele ano, como líder do Partido Al-Watan (A Nação)⁴⁵⁷.

De heróis, colaboradores da OTAN, a novamente terroristas que ameaçam a Líbia e a África. Uma justificativa para o AFRICOM?

De repente, a mídia ocidental, aquela que até recentemente havia narrado os “atos heroicos” dos jihadistas contra o tirano Gaddafi, começou a falar sobre seus laços com o terrorismo, com a al-Qâ’ida, com o Dâ’ish, como se tivesse descoberto apenas naquele momento uma realidade diferente daquela que contou para construir o consentimento para a guerra. É legítimo perguntar se essa consciência tardia não esconde outros interesses, sempre bélicos, como a militarização permanente da Líbia pelas tropas ocidentais ou pelo AFRICOM. Criar o perigo terrorista sempre prova ser útil. Eis aqui que a correspondente da Fox News Channel Intelligence, Catherine Herridge, afirmou em março 2015, que,

um dos supostos líderes do Dâ’ish no norte da África, Belhaj, foi visto pelos EUA como um parceiro na derrubada do ditador líbio Muammar Gaddafi em 2011.

Agora, é alegado que ele está firmemente alinhado com o ISIS e apoia os campos de treinamento no leste da Líbia. Os críticos dizem que a nova posição da Líbia como refúgio seguro para o ISIS reflete um dos mais significativos fracassos políticos da chamada Primavera Árabe⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ *Rendition documents: Bouchar and Belhaj begin legal action against the British government*, The Guardian, 8/4/2012,

<https://www.theguardian.com/law/interactive/2012/apr/08/torture-claim-libya>

<https://www.theguardian.com/world/2012/apr/10/libyan-dissident-compensation-uk-rendition>

Special report: Rendition ordeal that raises new questions about secret trials, The Guardian, 8/4/2012,

<https://www.theguardian.com/world/2012/apr/08/special-report-britain-rendition-libya>; acessado em 3/2/2018.

⁴⁵⁶ *Libyan dissident offered money to avoid MI6 appearing in open court*, The Guardian, 10/4/2012,

<https://www.theguardian.com/world/2012/apr/10/libyan-dissident-compensation-uk-rendition>

MI6 'to offer £1 million' in Libya rendition case, The Telegraph, 19/4/2012,

<https://www.telegraph.co.uk/news/politics/9195112/MI6-to-offer-1-million-in-Libya-rendition-case.html>; acessados em 11/2/2018.

⁴⁵⁷ *Libya's Belhadj quits military post for politics*, BBC, 15/5/2012,

<https://www.bbc.com/news/world-africa-18078436>; acessado em 11/2/2018.

⁴⁵⁸ *Herridge: ISIS Has Turned Libya Into New Support Base, Safe Haven*, Foxnews, 2/3/2015,

<https://insider.foxnews.com/2015/03/02/catherine-herridge-isis-has-turned-libya-new-support-base-safe-haven>; acessado em 11/3/2019.

Alguns dias antes das declarações de Herridge, James Clapper, diretor da National Intelligence estadunidense, afirmou, durante uma audiência do Comitê de Serviços Armados do Senado dos EUA, dia 26 de fevereiro de 2015, que “a Líbia representa um país de preocupação primordial na guerra contra o terrorismo e que os grupos jihadistas e islâmicos estão fortalecendo seu poder na nação, que é o mais preocupante de todos os países da região. A Líbia é um ímã porque, essencialmente, não tem governo”⁴⁵⁹.

Com o título significativo de “Abdelhakim Belhaj, le parrain⁴⁶⁰ incontournable de la Libye”, Clément Fayol escreve em *Mondafrique* (2014)⁴⁶¹ que a trajetória de Belhaj é semelhante à de muitos islamistas de sua geração: Afeganistão, Sudão, Turquia, prisões líbias. Ele participa da insurreição da Líbia em 2011 e conta com o apoio do Qatar e de Al Jazeera para se posicionar como um dos homens fortes da Líbia.

Sem uma real base popular, a sua real influência reside largamente nas suas redes, que vão desde Washington a Paris e Istambul, até à Tunísia, a sua verdadeira espinha dorsal.

[...] Abdelhakim Belhaj, uma personalidade sem mandato oficial ou hierarquia institucional, [...] este islamista é hoje uma das personagens mais poderosas do país.

Antigamente odiado e caçado, hoje é essencial. Depois de ter sido financiado e apoiado pelo Qatar na véspera da revolução, ele viajou desde o exterior para consolidar sua posição de força dentro do país e [...] ele se mudou de Doha, quem é suspeito de financiar o ISIS.

Muito próximo do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, e dos islamistas da Tunísia, incluindo Ghannouchi, o líder do Ennahdha, o amigo Belhaj tem principalmente suas entradas em Washington. Mas este político não sabe ser prisioneiro de suas alianças.

[...] Com apenas 22 anos de idade, Abdelhakim mudou-se para Peshawar no norte do Paquistão, onde seguiu o treinamento militar e espiritual organizado por Abdallah Youssef Azzam e ‘Osama bin Ladin, os dois criadores da al-Qâ’ida.

No início dos anos 90, quando a frente do jihâd internacional afegã-paquistanesa fechou e a primeira guerra iraquiana mudou o jogo, ele e seus camaradas líbios estabeleceram-se no Sudão, onde bin Ladin foi favorecido pelo autocrata ‘Omar al-Bashir.

Sem estarem integrados ao organograma da al-Qâ’ida, os islamistas líbios tiram proveito de suas boas graças e criam o embrião do que se tornará o Grupo Islâmico na Líbia (LIFG).

No Sudão, Abdelhakim fez numerosas incursões para organizar operações contra o regime; subiu rapidamente a escada do grupo de resistência e foi nomeado emir durante a criação oficial do grupo em 1995.

Abdul Hakim Belhaj: Libyan rebel commander who got UK apology, BBC, 10/5/2018, <https://www.bbc.com/news/world-africa-14786753>; acessado em 11/3/2019.

⁴⁵⁹ James Clapper: *Libya a “magnet” for terrorism*, 26/2/2015, The Washington Times, <https://www.washingtontimes.com/news/2015/feb/26/james-clapper-libya-magnet-terrorism/>; acessado em 11/2/2018.

⁴⁶⁰ Le parrain: o padrinho, mas aqui no sentido de chefe de quadrilha, padrinho da mafia.

⁴⁶¹ Fayol, Clément, *Abdelhakim Belhadj, le parrain incontournable de la Libye* Mondafrique, 26/10/2014, <https://mondafrique.com/abdelhakim-belhadj-le-parrain-incontournable-de-la-libye/>; acessado em 11/3/2018.

As primeiras prisões e torturas de militantes do LIFG permitiram que Gaddafi identificasse o islamista que ousava desafiá-lo. Ao mesmo tempo, o presidente sudanês temia demais seu vizinho para continuar a cobrir os resistentes líbios e começou a colaborar com os serviços da Líbia. Abdelhakim deixou o Sudão e se estabeleceu na Turquia em 1996; em seguida, começou um longo período de exílio, onde tentou forjar ligações com alguns Estados para patrocinar sua luta.

Belhaj, o inimigo dos americanos.

O ataque de 11 de setembro complica seus planos. A ONU coloca o LIFG na lista de organizações próximas a al-Qâ'ida.

A “guerra ao terror” do governo Bush força-o a tentar a sorte no Irã, onde ele é preso, depois no Iraque, às vésperas da intervenção americana. Ele finalmente decide sair para a China. Até o dia em que as autoridades chinesas entenderem que ele é um dos homens mais procurados do mundo.

Em trânsito na Malásia no início de 2004, ele foi preso por agentes do serviço britânico, MI6, antes de ser recuperado pela CIA, que o colocou em uma prisão secreta em Bangkok com sua esposa.

Depois de torturá-lo e humilhá-lo, espões americanos o entregaram ao notório Abdallah Senoussi, chefe da inteligência líbia.

Washington vê, de fato, na Líbia, um possível aliado contra os diferentes grupos islâmicos, como confirmado depois pelos cables diplomáticos revelados por Wikileaks.

Encarcerado com executivos da LIFG, ele é aconselhado a negociar.

O filho favorito do autocrata da Líbia, Sayf al-Islam, está encarregado das negociações. Os islamistas assinam um documento, “Estudos Corretivos”, onde eles se destacam de al-Qâ'ida. Belhaj será libertado em 23 de março de 2010.

Fayol ressalta a ligação entre Belhaj e o Qatar.

Entre a sua libertação e a revolução líbia de 2011, Belhaj desaparece um pouco do radar e está sob vigilância do regime. Um empresário próximo às instituições líbias pós Gaddafi disse que “nós vimos que ele desembarcou com a Al Jazeera no momento da tomada de Trípoli.

Embora seu prestígio possa ter sido grandemente manchado pelo perjúrio do ano anterior, ele ainda se encontra no centro do movimento de protesto.

Através de um jornalista de *Le Monde*, Isabelle Mandraud, que dedicou uma biografia autorizada - “Do Jihad às urnas” - ele afirma que sua legitimidade vem dos ativistas.

Na verdade, o Qatar está impulsionando-o de volta no centro do palco.

“Seu poder vem do apoio financeiro do Qatar”, disse um consultor envolvido no caso da Líbia.

“E se ele não é o único a receber dinheiro, ele é um dos mais antigos beneficiários”, acrescenta.

Quando Abdelhakim Belhaj se aproximou do Qatar? O eixo deste link foi Ali Mohamed al-Sallabi. Esse homem, muito próximo de Belhaj, foi identificado pelo *Wall Street Journal* como o principal elo entre Doha e os insurgentes da Líbia.

Na época, o emirado [...] estava em uma aliança sob a bandeira da OTAN [...] e apoiava o Islã político.

No final de agosto de 2011, Abdelhakim Belhaj apresentou-se como governador militar da capital, flanqueado pela Al Jazeera, que de repente lhe deu o título de “xeique”.

O Conselho Nacional de Transição (CTN), antes do fato, validará sua posição alguns dias depois.

No final de 2011, a nova Líbia está laboriosamente tentando fazer uma transição política.

Neste jogo, o islamista não é muito talentoso. No momento da reunião de Doha, em 26 de outubro, ele irrita seus rivais políticos da CTN quando é convidado por seus patrocinadores a falar em nome da rebelião da Líbia.

Poucos meses depois, ele nem sequer foi convidado para a Turquia para uma reunião de islamistas líbios em preparação para as eleições de 2012. Em 7 de julho de 2012, alguns meses depois de ter abandonado seu governo militar, ele foi derrotado por um candidato do movimento da Irmandade Muçulmana. Seu partido, El Watan, recebe apenas uma cadeira no Congresso Nacional. É o fracasso da transição através da urna.

Para o antigo emir do LIFG a política não é a senda certa, mas felizmente para ele e seus 5.000 homens, as armas ainda têm voz na Líbia. “Ele pode confiar em seus tios e entes queridos, que ele conseguiu colocar em instituições-chave e ministérios”, disse um antigo alto funcionário do Conselho Nacional de Transição. Além do apoio dos fiéis padrinhos do Qatar e da Turquia, “ele declara entre dez e vinte mil homens que o Estado paga e financia refeições e munições”, disse o político líbio. Por meio de Doha, mas também de

suas antigas relações no Afeganistão, ele também pode contar com muitos relés nos países vizinhos e no Ocidente, com Washington em particular⁴⁶².

Fayol salienta também a proximidade entre Belhaj e a Tunísia do líder de Ennahda, Rached Ghannouchi, que ele conheceu no Afeganistão; na França também, ele pode confiar em redes fortes: depois da revolta, no final de agosto de 2011, o islamista encontrou o general francês Benoit Puga, chefe de gabinete de Nicolas Sarkozy e François Hollande.

Em maio passado (de 2014) ele foi recebido no Quai d'Orsay e, mesmo que “todos tenham sido convidados pelo Ministério francês”, como diz um membro do antigo CNT, o símbolo é forte. Uma rede chamando outra, ele foi identificado por todos como o homem de referência na Líbia.

Além de seu tradicional apoio, “ele está agora no centro de todas as estratégias diplomáticas estrangeiras”, diz um diplomata ocidental⁴⁶³.

Sem uma base política real, ele não pode realmente esperar concorrer a altos cargos, mas dada a fragmentação das instituições, ele sabe que não é a presidência ou o governo que tem o poder real, portanto se destaca como o padrinho líbio.

As pessoas esperam em frente ao seu escritório”, lembra o diplomata que o encontrou várias vezes. “Ele conhece todo mundo, é temido por seus visitantes que, na aparência, se mantêm cortês e afáveis.

Em Trípoli, ele controla desde a revolução o aeroporto militar de Mitiga, chamado de aeroporto Belhaj, e desde este verão (2014) também detém o segundo aeroporto através de aliados milicianos islâmicos.

[...] Paralelamente, ele continua mantendo vínculos com a embaixadora norte-americana Deborah Jones, que consulta regularmente o islamista. Para um observador atento da Líbia, “é claro que todas as chancelarias o consultam”.

[...] Na época, enfrentando os jornalistas, ele teve que justificar suas ligações com al-Qâ'ida, hoje a CNN permite que ele explique como pode ser o homem providencial que a Líbia estava esperando⁴⁶⁴.

Este documento é interessante pois se acrescenta à lista de fontes que atestam a colaboração entre a IM e os movimentos próximos ao qaedismo e ao Dâ'ish, e o fato de que os estados membros da OTAN, que até 2010 mantiveram tais movimentos em sua lista negra, começaram a reconhecê-los como referências políticas na Líbia ou em outros países.

5.3.2. O braço direito de Belhaj: Mahdi el-Harati, da Freedom Flotilla1 à revolta na Líbia

Ele viveu por duas décadas em Dublin, na Irlanda, onde se casou com uma garota líbio-irlandesa e ensinou árabe; em maio de 2010, fez parte da Freedom Flotilla para Gaza, enquanto gravitante na área da IM na Europa.

⁴⁶² Veja-se nota 461.

⁴⁶³ Veja-se nota 461.

⁴⁶⁴ Veja-se nota 461.

Retornou na Líbia em 2011 para fundar e comandar a Brigada de Trípoli treinada no Qatar, e do Exército de Libertação Nacional (*Jaysh al-Tahrîr al-Waṭanî al-Lîbî*), uma organização militar associada ao Conselho Nacional de Transição (CTN).

Em agosto de 2011, liderando a Brigada de Trípoli, el-Harati desempenhou um papel determinante na batalha de Trípoli⁴⁶⁵: como já escrevi, jornalistas estadunidenses, britânicos e franceses foram *embedded* com os grupos de jihadistas liderado por ele e ofereceram relatos e reportagens em primeira mão do avanço de el-Harati sobre Trípoli e seu ataque de homens contra a antiga residência de Gaddafi, Bab Al-Azizia⁴⁶⁶. Ele então se tornou o número 2 do Conselho Militar de Trípoli, e depois se juntou aos jihadistas na Síria, em dezembro de 2011, durante a guerra civil, e formou o grupo Liwa al-Umma⁴⁶⁷; em setembro de 2012, sua brigada se juntou ao Exército Sírio Livre, mas pouco depois Harati deixou a Síria e retornou para a Líbia, onde em 2014 tornou-se prefeito de Trípoli⁴⁶⁸.

Em 9 de junho de 2017, no contexto da crise do Golfo, el-Harati é designado como “terrorista” pela Arábia Saudita devido às suas ligações com o Qatar⁴⁶⁹.

De acordo com um relatório da TV Líbia *Alhadath*⁴⁷⁰, documentos da inteligência síria descrevem uma jornalista britânica, Mary Fitzgerald, do *Irish Times*, seguindo el-Harati (*embedded*) durante os combates na Síria, como um agente secreto; em agosto e setembro de 2013, agências de inteligência sírias divulgaram para outras agências fotos e descrições da mulher com um mandado de prisão, explicando que ela trabalhava com o jihadista líbio. Também declararam que as Brigadas de Trípoli, comandadas por Belhaj e el-Harati, receberam apoio e treinamento das Forças Especiais do Qatar, especificando o nome do coronel treinador: Hamad Abdullah al-Marri. El-Harati teria recebido fundos pelo financiador de al-Qâ‘ida, Hajjaj

⁴⁶⁵ *Irish Libyan Mahdi al-Harati leads the overthrow of Colonel Gadafy*, Irishcentral, 29/8/2011, <https://www.irishcentral.com/news/irish-libyan-mahdi-al-harati-leads-the-overthrow-of-colonel-gadafy-128581813-237408811>; acessado em 11/3/2018.

⁴⁶⁶ *Storming Tripoli*, The Times, 28/8/2011, <https://www.thetimes.co.uk/article/storming-tripoli-896mfscn7qf>; acessado em 15/3/2018.

⁴⁶⁷ *Rebel army moves command centre inside Syria to organise fractured forces*, The Irish Times, 24/9/2012, <https://www.irishtimes.com/news/rebel-army-moves-command-centre-inside-syria-to-organise-fractured-forces-1.536948>

Modérés, salafistes, terroristes... Qui sont les insurgés syriens, Le Figaro, 1/2/2016, <http://www.lefigaro.fr/international/2016/01/31/01003-20160131ARTFIG00158-cartographie-des-forces-insurgees-syriennes.php>; acessados em 15/3/2018.

⁴⁶⁸ *Irish-Libyan elected mayor of Tripoli*, The Irish Times, 7/8/2014, <https://www.irishtimes.com/news/world/africa/irish-libyan-elected-mayor-of-tripoli-1.1889519>; acessado em 15/3/2018.

⁴⁶⁹ *L'Arabie saoudite et ses alliés publient une liste de terroristes liés au Qatar*, RFI, 9/6/2017, <http://www.rfi.fr/moyen-orient/20170609-arabie-saoudite-allies-liste-terroristes-qatar-daech-al-qaeda-freres-musulmans>; acessados em 15/3/2018.

⁴⁷⁰ *Mahdi al-Harati, Mary Fitzgerald & the MI6 | Libya Alhadath TV*, 15/5/2018, <https://www.youtube.com/watch?v=qmu0Kes0uGA>; acessado em 15/3/2019.

bin Fahd al-Ajmi, na lista negra da ONU e dos EUA, e teria treinado jovens extremistas militantes para serem enviados à Síria e ao Iraque.

El-Harati foi colocado em uma lista negra pelos Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Arábia Saudita, Egito e outros países por ligações e apoio ao terrorismo e à frente al-Nusra na Síria, e por atividades relacionadas com o terrorismo com patrocínio do Qatar; a lista seguiu a crise diplomática do Qatar em 2017⁴⁷¹, com o qual várias nações cortaram relações por seu alegado “apoio financeiro ao terrorismo internacional”.

É interessante remarcar que el-Harati foi descrito como um herói, um libertador da Líbia e da Síria pela mídia ocidental e árabe até 2017 – um blogger o comparou à figura de Garibaldi⁴⁷² -; foi recebido por políticos europeus, em seu papel como prefeito de Trípoli - mas de repente voltou a ser um jihadista próximo a al-Qâ'ida.

5.4. Líbia pós-revolta

Como já escrevi no capítulo 3, a Líbia pós-revolta é uma sociedade militarizada com jovens auto declarados jihadistas sem direção, prontos a seguirem qualquer um que ofereça um propósito significativo para suas habilidades de combate recém-adquiridas: a rede clandestina da al-Qâ'ida provavelmente está tentando atraí-los por meio de uma mistura de ideologia, intimidação e incentivo financeiro; por exemplo, em Darnah, Ansâr al-Sharî'a realiza ataques clandestinos dirigidos aos funcionários do antigo regime e servidores públicos, que al-Qâ'ida normalmente considera “apóstatas”, provavelmente como uma forma de atrair os jovens que mantêm ressentimento contra Gaddafi.

A propaganda da AQSL é cheia de elogios para os combatentes que pegam as armas em nome de Deus, e sua mensagem é transmitida a todos os rebeldes líbios sem distinção, como forma de propaganda. Membros de al-Qâ'ida na Líbia seguiram a *fatwa* de al-Qâ'ida contra o

471 *Arab powers list 59 individuals as Qatar-linked terrorism supporters*, Al Arabiyya, 9/6/2017, <https://english.alarabiya.net/en/News/gulf/2017/06/09/Arab-countries-release-list-of-terrorist-financiers-supported-by-Qatar.html>; acessado em 15/3/2018.

Saudi-led group blacklists 18 individuals, groups, Al Jazeera, 25/7/2017, <https://www.aljazeera.com/news/2017/07/saudi-led-group-blacklists-18-individuals-groups-170725092826117.html>

Arab nations list 59 individuals, 12 entities on Qatar-linked terror list, Khaleej Times, 9/6/2017, [https://www.khaleejtimes.com/arab-nations-list-59-individuals-12-entities-on-qatar-linked-terror-list-;](https://www.khaleejtimes.com/arab-nations-list-59-individuals-12-entities-on-qatar-linked-terror-list-;_) acessados em 9/2/2019.

472 *Mahdi al-Harati: A Libyan Garibaldi?*, 07/10/2017, <http://www.tamhusein.co.uk/2017/10/mahdi-al-harati-libyan-garibaldi/>; acessado em 16/3/2018.

Conselho Nacional de Transição que foi considerado “envolvido, assim como toda a Líbia, no pântano da servidão aos cruzados”.

(THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 23-24).

Um relatório de março de 2012 no jornal *El-Khabar* salientou que a Líbia tornou-se o centro de uma rede destinada a enviar jihadistas à Síria, onde foi declarado o jihâd para derrubar o regime do presidente Bashar al-Assad pelos clérigos muçulmanos mais influentes no mundo árabe sunita: o jornal informou que uma investigação conjunta dos serviços de segurança francesa e argelina identificou 21 argelinos e cinco cidadãos franceses de descendência norte-africana entre os combatentes de al-Qâ'ida na Síria; todos supostamente passaram pela Líbia para treinamento antes de viajar para a Turquia com passaportes líbios falsos e cruzar a fronteira entre a Turquia e a Síria. O jornal afirmou que al-Qâ'ida abriu pelo menos dois campos de treinamento na Líbia - um perto da cidade de Houn, no centro do país, e o outro perto de Sahl 'Ajlah, no leste da Líbia. Esses acampamentos são organizados para treinar voluntários para o jihâd do Magrebe, Egito e Europa (europeus de descendência norte-africana).

Militantes de al-Qâ'ida estão usando os países que derrubaram seus líderes nas “Primaveras Árabes” como base para treinar jovens ocidentais radicais em possíveis ataques⁴⁷³. “A presença de campos de treinamento na Líbia para jihadistas na Síria e em outros lugares não surpreende [...], dada a propensão histórica dos jovens líbios para o jihâd e a falta de uma autoridade central forte que pudesse impedir que tal treinamento ocorresse” (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 28).

Em 2012, a Rússia acusou a Líbia de abrigar rebeldes sírios, treinando-os para atacar Damasco, mas o primeiro-ministro Abdel Rahim al-Kib, repreendeu o embaixador russo Vitaly Churkin quando este falou de “um centro de treinamento especial” para os revolucionários sírios enviados para a Síria para atacar o governo “legal” durante uma reunião do Conselho de Segurança da ONU na Líbia. “O primeiro-ministro, no entanto, não elaborou a questão do campo de treinamento. Em vez disso, ele reiterou uma promessa de apoio político e financeiro para a insurreição síria contra a ditadura do presidente Assad”⁴⁷⁴ (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 28).

Salafistas jihadistas que defendem a ideologia de al-Qâ'ida na Líbia estão no controle de dezenas de mesquitas e salas de oração no país; eles são retornados do Afeganistão, Iraque e

⁴⁷³ Elkhobar, Algiers, 13/3/2012, <http://www.elkhabar.com/ar/politique/283238.html>; *L'inquiétude Grandit sur les Chiffres Djihadistes dans l'Est de la Libye*, Françaises Nouvelles, Paris, 23/5/2012, <http://www.francaisenouvelles.com/linquietude-grandit-sur-%E2%80%8B%E2%80%8Bles-chiffres-djihadistes-dans-lest-de-la-libye/>; acessados em 9/1/2019.

⁴⁷⁴ *Russia Accuses Libya of Harboring Syrian Rebels, Training Them to Attack Damascus*, Al Arabiya, Dubai, 8/3/2012, <http://www.alarabiya.net/articles/2012/03/08/199327.html>; acessado em 8/1/2019.

Iêmen, como os do LIFG. A rede clandestina de al-Qâ'ida está envolvida no assassinato de ex-funcionários públicos do regime de Gaddafi, provavelmente como vingança contra o antigo regime, e isso atrai uma audiência considerável, especialmente entre ex-rebeldes e clérigos que sofreram abusos do passado.

A motivação de al-Qâ'ida provavelmente permanece a mesma - a criação de uma filial na Líbia para promover sua agenda global, que é, pelo menos em teoria, o restabelecimento do califado islâmico. No entanto, provavelmente tornam essa meta inatingível sua capacidade diminuída e imagem manchada, resultante dos esforços de contra terrorismo dos EUA e do Ocidente, especialmente a constante vigilância e eliminação física de seus principais agentes no Paquistão.

[...] A rede clandestina de al-Qâ'ida provavelmente está se infiltrando em milícias islâmicas locais como forma de criar um sistema de filiais locais, que provavelmente pretende mobilizar conforme necessário para desestabilizar o governo central e intimidar as comunidades locais.

Em junho de 2012, Ansâr al-Sharî'a encenou um comício de grande escala e uma demonstração de força militar envolvendo dezenas de veículos militares, com os islamistas usando a roupa tradicional dos mujâhidîn afegãos.

Alguns líderes descreveram-se como islamistas e pediram a implementação da sharî'a semelhante àquela que os Talebãs implementaram no Afeganistão ou al-Qâ'ida na Somália e no Iêmen. A demonstração de força militar consistiu em um desfile no qual cerca de 30 batalhões de Benghazi, Darnah, Misrata, Al-Nufilyah, Ajdabiyah e outras cidades da Líbia participaram da primeira reunião em apoio à sharî'a em Benghazi.

[...] Tal sistema de filiais locais poderia usar as mesquitas locais como uma infraestrutura de apoio para um movimento religioso e popular que poderia amedrontar os políticos que tentam concorrer em uma plataforma islâmica moderada, assim poderia aumentar a aceitação política da versão extrema do Islã de al-Qâ'ida.

É improvável que um governo central fraco dominado por islamitas enfrente um movimento tão radical, pelo menos a curto prazo. O ministro dos Assuntos Religiosos expressou a fraqueza de seu governo quando lamentou o "sequestro" de mesquitas por imãs extremistas impostos por milicianos. Duas dessas milícias islâmicas locais — Ansâr al-Sharî'a and al-A'hrâr Lîbiyâ — são a ponta do iceberg (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2012, p. 30-37).

Em dezembro de 2016, o grupo terrorista foi expulso de Sirte pelas milícias de Misrata, que reportam ao governo de unidade nacional; novamente, como durante a Guerra Fria, e o jihâd antissoviético, a Líbia está entre os países com o maior número de jihadistas que se juntaram ao Estado Islâmico para lutar na Síria e no Iraque; no entanto, ao contrário de outras experiências radicais árabes, o país caracteriza-se pelo fato de que muitos dos militantes que se juntaram à jihâd já pertenciam a grupos extremistas como o AQMI e depois se tornaram o Dâ'ish; outros grupos radicais na Líbia são: a rede Jamal Muhammad (Benghazi e Darnah), Mokhtar Belmokhtar *al-Murâbiṭûn* (no sudoeste da Líbia), Ansâr al-Sharî'a na Tunísia (Zuwarah, Darnah, Ajdabiya)⁴⁷⁵.

Naquele momento, muitos tentaram descartar a questão como uma guerra entre duas fações: islamistas em Trípoli e secularistas ou anti-islamistas em Tobruk, mas a realidade, agora sabemos, é muito mais complexa. No coração da guerra da Líbia há interesses locais, tribais e regionais, e não apenas um desacordo sobre o papel do Islã na política. Se é verdade, de fato, que Haftar usa o mantra da luta contra o terrorismo islâmico para adquirir legitimidade e patrocínio, o tema ideológico é muito menos relevante do que a necessidade de conquistar recursos e controle territorial. Não é uma coincidência que a ação anti-islamista de Haftar tivesse seus portos e campos petrolíferos como objetivos e, até hoje, o general parece muito mais cuidadoso

⁴⁷⁵ Fonte: Rand Corporation, junho de 2014.

em conquistar os poços do crescente petrolífera que lutar contra áreas de resistência jihadistas. Por outro lado, a Líbia é muito diferente da Síria e do Iraque. Na antiga Jamâhîriyya, o ISIS não podia explorar as divisões sectárias, como no leste, pois o país é 90% muçulmano sunita (MERCURI, 2017, p. 143).

E, em resumo, com sua ideologia islamista e transnacional, o Estado Islâmico é um ator externo, um estragador, cuja ambição à hegemonia do califado é incompatível com os objetivos e interesses das fações líbias em luta. (MEZRAN, 2015, p. 44).

O retorno do jihadismo líbio.

Vários analistas e acadêmicos internacionais explicam que a Líbia é atualmente considerada um dos estados com alta presença de fenômenos ligados ao radicalismo islâmico: uma das principais consequências da revolta da Líbia é, na verdade, o ressurgimento do jihadismo interno, aparentemente adormecido nos quarenta anos de Gaddafi.

A queda do Rais viu o revanchismo - ou o nascimento - de numerosas organizações extremistas, a partir de Ansâr al-Sharî'a (ASL), um movimento ativo no leste do país desde 2012, cujos membros se fundiram em parte nas fileiras do movimento do Estado Islâmico que, apesar de ter sido expulso da sua capital líbia, Sirte, em dezembro de 2016, continua presente em algumas áreas do país.

No sul, por outro lado, parece estar enraizada a rede de al-Qâ'ida no Magrebe Islâmico-AQMI, reforçada pela chegada, através das porosas fronteiras líbias, de combatentes que retornam de outros cenários operacionais no norte da África e no Oriente Médio. Porém, seria aproximado reduzir esse fenômeno aos anos mais recentes. O jihâd na Líbia certamente não é uma realidade dos últimos tempos, mas reflete a trajetória seguida por muitos dos vizinhos regionais a partir dos anos 80, começando com a Tunísia e o Egito: do território de origem a outros teatros, como o Afeganistão e o Iraque (e mais recentemente a Síria), e de lá, novamente, para os países de partida (MERCURI, 2017, p. 133).

De acordo com Mercuri (2017), Trauthig (2018) e outros estudiosos, o radicalismo líbio pode ser considerado o resultado das “Políticas internas de grande parte dos quarenta anos de Gaddafi e do complexo de inter-relações entre o regime e os movimentos islâmicos no país”: essencialmente, as repressões anti-islamistas do regime teriam exacerbado o fenômeno, ao invés de erradicá-lo. Contudo, outros autores e vários líbios que entrevistei, incluindo o antigo membro da inteligência da ONU Malek el-Hajji, sublinham que a população da Líbia sempre foi pouco interessada ao Islã salafista.

Embora, como vimos, vários líbios participaram do jihâd em muitos países muçulmanos, a maioria da população não tinha interesse para com o islamismo político. De fato, a liderança e muitos membros da oposição anti-regime que guiaram a insurreição de 2011 tinham bases na Europa e não na Líbia, como ressalta Mercuri:

Até os anos imediatamente após o golpe, o Rais deliberadamente conseguiu enfraquecer qualquer contraparte possível ao seu poder. Na contínua aniquilação de toda a oposição, o coronel percebeu que o

Islã poderia ser o obstáculo mais insidioso. Por outro lado, a monarquia que derrubou era filha da Senussia, ou melhor, da Confraria islâmica da Cirenaica que se opôs ao colonialismo italiano e deu ao país seu mais famoso e honrado mártir, Omar al-Mukhtar. É por isso que o líder líbio decidiu implementar o possível para enfraquecer o elemento religioso na esfera pública. Ao longo dos anos, houve várias colisões com alguns grupos islamistas, a maioria dos quais, no entanto, não nasceu dentro do país, mas veio de fora. Em particular, o regime teve que lidar com pelo menos três correntes: a Irmandade Muçulmana, os grupos salafistas e os jihadistas do grupo Combatente Islâmico Líbio (LIFG).

A chegada da Irmandade Muçulmana na Líbia remonta a 1949, quando Idris al-Senussi recebeu alguns membros do grupo que fugia da repressão do líder egípcio Nasser. Apesar da popularidade desfrutada pelo movimento no Egito, não conseguiu criar raízes na Líbia senussi, um estado tribal tradicional e geralmente desconfiado para com qualquer ideologia importada do exterior (MERCURI, 2017, p. 134).

Mercuri e Pargeter (em VANDERWALLE, 2008-2012) oferecem a mesma leitura do fato de que a Irmandade Muçulmana foi capaz de atrair apenas uma pequena elite e não os níveis mais populares e mais difundidos: segundo Mercuri (2017), no início da revolução de 2011, a IM colaborou com o regime e muitos deles, retornando à Líbia, trabalharam para a “Qadhafi international charity and Development Foundation” de Sayf al-Islam, mas depois se uniram à revolução. Contudo, não concordo plenamente com esta afirmação: as forças islâmicas tomaram parte imediatamente na revolta e logo a manipularam. Durante a entrevista, Magdud me disse:

Organizações islamistas líbio-americanas - Frente de Salvação da Líbia, Irmandade Muçulmana - nos EUA e na Europa estiveram em contato com a inteligência dos EUA sobre a Líbia e assim que a revolta começou, correram para a Líbia. Um deles tornou-se o presidente do Congresso nacional, outros primeiros-ministros ou com importantes cargos. Mahdi el-Harati era o líder, e havia estudado nos EUA. Eles tinham participado do jihãd no Iraque ou no Afeganistão. Outros estavam na Europa. São os que estão agora dificultando o diálogo nacional, incluindo o solicitado pela ONU. Isso é o que o povo líbio que não está envolvido em questões de poder pensa deles.

Elementos da IM e de outros movimentos de islamismo político, libertados da prisão, estavam colaborando com o regime, mas outros Irmãos da Líbia, especialmente os do exterior, imediatamente entraram na insurreição e a pilotaram, apresentando-se nas eleições locais de 2012 com o partido Liberdade e Justiça, apenas para serem derrotados pela aliança das forças nacionais de Mahmoud Jibril.

O já citado Raphael Luzon, representante da comunidade judaica líbia, confirmou a presença de elementos da IM líbia na Inglaterra nas reuniões de preparação à revolta.

Como mencionado anteriormente, em 2010 o LIFG assinou um acordo com Sayf al-Islam renunciando à luta armada.

As revoltas de 2011 explodiram quando o regime libertava os últimos combatentes. Naquele momento, todos os ex-milicianos que estavam fora da prisão estavam livres para pegar as armas. A ameaça jihadista que no passado tinha sido reprimida de forma sangrenta, depois acalmada pela abertura do filho de Gaddafi, reaparece em toda a sua violência.

[...] A guerra civil na Líbia deixou como legado uma série de milícias, inicialmente sob o genérico cartel de “rebeldes anti-regime”, que, uma vez derrubado o raís, recusaram-se a se integrar em um único exército nacional ou em forças policiais. Além disso, as várias potências internacionais envolvidas no teatro líbio com a ação da coalizão exacerbaram o caos armando os grupos de milícias que o Conselho Nacional de Transição e os governos que seguiram nunca foram capazes de desarmar. Em outras palavras, os jogadores internacionais pareciam perder a evidência de que armar grupos locais para alcançar um objetivo de curto prazo resultaria em desordem interna, já que formar combatentes não é o mesmo que construir um exército.

As revoltas de 2011, portanto, libertaram todas as tensões internas, antes reprimidas pela força, mas não foram capazes de governá-las, favorecendo o ressurgimento de atores locais coesos, determinados e, acima de tudo, bem armados (MERCURI, 2017, p. 136-137).

Em vários textos de estudiosos europeus ou americanos ressalta que a responsabilidade da situação líbia que levou à insurreição de 2011 é atribuível ao regime, e não, acima de tudo, à “comunidade internacional” que sujeitou um país próspero a embargo e sanções internacionais e ao pagamento de enormes capitais como compensação por ações terroristas cujo envolvimento líbio nunca foi realmente provado. De fato, essas perdas econômicas e embargo enfraqueceram economicamente o país, tornando-o vulnerável também à disseminação da doutrina salafista e aos seus métodos de catequese e caridade que tomam conta dos estratos empobrecidos da população: todos os grupos do islamismo político, da Irmandade Muçulmana - que o usou pela primeira vez no tempo do seu fundador, el-Banna - até al-Qâ'ida, utilizam o método da assistência socioeconômica para fazer proselitismo entre as classes populares e pobres das sociedades muçulmanas, e isso permite-lhes espalhar sua doutrina e ganhar adeptos ou votos. A política de da'wa - assistência social é usada há anos pela Arábia Saudita na África subsaariana, com o resultado da disseminação do radicalismo islâmico em muitas áreas onde anteriormente havia um islamismo sufi, pacífico e tolerante.

Parece-me que esse tipo de pesquisa acadêmica que tente ordenar causas e efeitos de certas situações políticas e geopolíticas no mundo islâmico ainda encontra-se com dificuldade, na Europa – no caso líbio há uma espécie de adaptação dos pesquisadores a um “mainstream” que considera o regime de Gaddafi (e de Assad na Síria) o “mal absoluto” e o nascimento do islamismo radical dentro do país como uma espécie de reação, mesmo que haja agora uma abundância de materiais institucionais, como o do Congresso dos EUA, da House of Commons britânica, de documentos desclassificados da inteligência que destacam as responsabilidades dos estados ocidentais e a presença do jihadismo qaedista na rebelião.

Em particular, na Itália, estamos vendo um fenômeno novo em comparação com as décadas anteriores a 2011, quando o país era um aliado do regime de Gaddafi: de repente, imediatamente depois a eclosão da revolta, houve uma mudança radical também na narração dos fatos e sua adaptação às versões divulgadas pelas França, Qatar, EUA e Grã-Bretanha. A controversa e conflituosa (até o último momento) decisão italiana de participar da guerra contra Gaddafi levou a uma inversão de posições de jornalistas e vários intelectuais: essa dinâmica foi tão rápida quanto a já citada do então ministro das Relações Exteriores, Frattini.

Ao nível acadêmico europeu - italiano, em particular -, quando se fala sobre a deriva do jihadismo, raramente se enfrentam as ligações entre este e as agendas ocidentais: especialmente

em relação à Líbia é como se o radicalismo fosse algo separado da situação geopolítica e fosse apenas um produto interno líbio e árabe.

Desde 2001, destaca-se um alinhamento de vários intelectuais e pesquisadores italianos, especialmente aqueles que aparecem frequentemente na TV e nos jornais, com o jornalismo oficial de massas e com a narrativa do neocolonialismo internacional; poucas são as vozes seja ao nível jornalístico seja universitário que, sobre assuntos quais “Afeganistão”, “Iraque”, “Líbia” e “Síria”, tentem oferecer análises diferentes e mais aprofundadas da narrativa de massa. Por exemplo, dia 31 de janeiro 2019 participei de um simpósio sobre a Líbia, em Turim, na Itália, organizado pela Universidade e por SeSaMO (Società di Studi sul Medio Oriente), intitulado: “Atores, práticas e temas de resistência na história e na memória da Líbia contemporânea”, onde os vários palestrantes discutiram sobre os tipos de resistência ao colonialismo italiano e sobre a heterogeneidade política interna na resistência a Gaddafi, mas onde nenhuma menção foi feita sobre as políticas ocidentais para com a Líbia desde a administração Reagan até a derrubada do regime. Apenas um pesquisador de um instituto de pesquisa privado enfrentou rapidamente essa questão e, após a conclusão do evento, conversamos sobre essa falta dos aspectos geopolíticos atuais, concordando que se tratava de uma lacuna acadêmica e de uma forma para não sair da “zona de conforto” enfrentando controvérsias e hostilidades com o mundo político nacional, como, por exemplo, as posições amigáveis dos governos italianos em relação ao governo islamista de Trípoli. Apenas alguns anos atrás, faculdades italianas de estudos árabes organizavam congressos, palestras, eventos sobre a Líbia convidando professores do regime e, de fato, aceitando financiamentos para importantes publicações sobre os temas do colonialismo italiano, mas agora muitas coisas mudaram.

Em tudo isso, parece-me ver uma continuação dos estudos “orientais” que Edward Said criticou em seu livro “Orientalismo” (1978).

Além disso, desde as “primaveras árabes” os movimentos do islamismo político, como a Irmandade Muçulmana, se tornaram, na Itália e na maior parte da Europa e dos EUA, interlocutores privilegiados e politicamente reconhecidos: interessante é, nesse sentido, o artigo “The Muslim Brotherhood and its struggle for legitimacy in post-Gaddafi Libya” (TRAUTHIG, 2018) publicado pelo prestigioso “ICSR-Department of War Studies” do King’s College de Londres, onde descreve-se a IM em termos de vítima da brutalidade e repressão do regime de Gaddafi e como um interlocutor legitimado, argumentando que a narrativa que a relata como uma “conspiradora” contra a jamâhîryya tem base apenas na “propaganda do regime”.

Observa-se também na impossibilidade da IM de ativar suas redes de caridade na Líbia, uma das causas da sua falta de sucesso político e social - ou seja, não conseguiu melhorar, através de atividades de caridade, sua imagem destruída pela propaganda de Gaddafi.

Nenhuma menção é feita ao fato de que na Líbia, onde o sistema de educação, saúde, bem-estar e universidade era eficiente e desenvolvido, obviamente não havia necessidade de organizações de beneficência⁴⁷⁶ com uma base político-ideológica ligada ao radicalismo para oferecer à população o que o governo já garantia. Pelo contrário, essa oportunidade de “caridade perdida” é vista no artigo como uma falta e não como um elemento que impediu o estabelecimento de ideologias e metodologias salafistas na Líbia; no entanto, devemos lembrar, conforme analisado nos capítulos anteriores, que a Irmandade Muçulmana estabeleceu-se ao governo em Trípoli, apesar de ter perdido as eleições, usando as ferramentas da “democracia” eleitoral para, depois, se livrar dela assim que alcançou o poder; além disso, cercou-se de elementos do ex LIFG e de al-Qâ’ida.

As análises contidas no artigo do ICSR-Department of War Studies, extraídas de uma pesquisa mais ampla sobre a Irmandade, oferecem-me uma das várias confirmações da minha hipótese de pesquisa sobre os interesses estratégicos convergentes entre o islamismo político e as agendas ocidentais: esse, como outros textos encontrados em centros de estudos dos EUA que analisam o papel da Irmandade Muçulmana, é uma das “provas” da “simpatia” que essas potências ocidentais tiveram para com o islamismo político enquanto funcional à queda de Gaddafi: “A Irmandade Muçulmana da Líbia pode oferecer uma agenda genuinamente nacional ao povo líbio, fundada em sua ideologia e transcendendo as perspectivas locais e regionais” (TRAUTHIG, 2018, p. 21).

O já mencionado relatório de 1996 do Departamento de Inteligência Econômica dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha viu, mesmo então, no islamismo político, um potencial antagonista do regime de Gaddafi⁴⁷⁷.

Se é verdade que as forças islâmicas não foram as únicas inspiradoras da insurreição líbia, desencadeada por causas econômicas, sociais e anticorrupção, elas a infiltraram imediatamente, em conjunto com outros grupos (forças progressistas, monárquicas e neoliberais, historicamente anti-regime), como explicam a House of Commons britânica e vários estudiosos

⁴⁷⁶ Como no Egito sob Mubarak, por exemplo, ou na Tunísia de Ben Ali, ou na Palestina ocupada por Israel, onde, faltando completamente os serviços, organizações de caridade têm um papel fundamental no fornecimento de ajuda para as amplas seções de população carente.

⁴⁷⁷ *Libya in the 1990's*, Special report n. 2134, The Economist Intelligence Unit, UK-USA.

e analistas internacionais como Forte (2012), Rosenthal (2013), McKinney (2012) e outros acima mencionados, e a transformaram em “mudança de regime”.

Como escrevi acima, houve tentativas no passado de derrubar o regime e várias reuniões em Londres, como também testemunham as pessoas que entrevistei: jihadistas encontrados em Manchester, contaram, com um certo orgulho, como a revolta líbia foi imediatamente “liderada” pelas forças islâmicas.

Sobre o importante papel do LIFG na revolta, acrescenta Mercuri:

Deve ser lembrado que alguns ex-membros do LIFG desempenharam um papel crucial durante o conflito de 2011. Um deles é o mencionado primeiro líder do grupo, Belhaj, depois preso pela CIA e depois entregue a Gaddafi em 2004, e libertado em 2008, juntamente com outros 170 afiliados, como parte da campanha de reintegração na sociedade de ex-islamistas apoiada por Sayf al-Islam. Belhaj, que podia contar com vários milhares de homens bem organizados, foi fundamental na captura de Trípoli, em agosto de 2011, tornando-se, então, chefe do conselho militar da capital e, portanto, por várias razões, um dos principais atores da cena política do oeste do país. Após os tumultos de 2011, muitos se alinhavam fora de seu escritório: era tratado como um ídolo por vários combatentes e considerado como um “pequeno Rei” de Trípoli⁴⁷⁸ (MERCURI, 2017, p. 137-138).

A este respeito, em 2017, o *Washington Post* publicou um artigo interessante sobre a nova vida de Belhaj e outros ex-jihadistas: “These Libyans were once linked to al-Qaeda. Now they are politicians and businessmen”⁴⁷⁹.

A estudiosa italiana destaca a presença de al-Qâ’ida já nos estágios iniciais da revolta:

Isso também explica o ativismo na Líbia de qaedistas ou ex-qaedistas [...] presentes desde os primeiros estágios da insurreição armada na Cirenaica. Seria devido a eles, por exemplo, o ataque suicida de 17 de fevereiro de 2011, que destruiu a sede das forças de segurança de Gaddafi, dando lugar aos tumultos nos dias seguintes. Alguns combatentes retornariam à Líbia com a tarefa de forjar elos entre as milícias salafistas locais e a liderança de al-Qâ’ida. Em uma reportagem da CNN, em dezembro de 2011, destaca-se a solicitação da organização a enviar para a Líbia veteranos dos teatros afegãos e iraquianos para cooptar grupos locais e como possíveis treinadores⁴⁸⁰.

Segundo fontes da inteligência, Ayman al-Zawahiri, entre 2011 e 2012, enviou cerca de 200 homens à Líbia para organizar suas forças e formar um novo exército. A estratégia de recrutamento foi baseada na infiltração de combatentes dentro das milícias locais, na tentativa de direcioná-los para os objetivos do jihâd global.

Visto dessa perspectiva, o papel de al-Qâ’ida na Líbia reflete, em uma perspectiva mais ampla, a transformação dessa organização de um ator monopolista do terrorismo radical islâmico para um agregador de formações radicais e grupos salafistas em função tática, para transformar o país em uma espécie de zona franca para seus milicianos.

⁴⁷⁸ Reportagem RAI, com entrevista:

Fantasmia della nuova Libia, Rai, 2014;

<http://www.lastoriasiamonoi.rai.it/cerca.aspx?s=i%20fantasmi%20della%20nuova%20libia>;

acessado em 25/11/2018.

⁴⁷⁹ *These libyan ex-militiamen were once linked to al-Qaida*, The Washington Post, 27/9/2017,

https://www.washingtonpost.com/world/middle-east/these-libyan-ex-militiamen-were-once-linked-to-al-qaeda-now-they-wield-power-in-a-new-order/2017/09/27/8356abf8-97dd-11e7-af6a-6555caeb8dc_story.html?noredirect=on&utm_term=.a6b09a469be5;

acessado em 25/11/2018.

⁴⁸⁰ <https://freebeacon.com/wp-content/uploads/2012/10/LOC-AQ-Libya.pdf>; acessado em 25/11/2018.

Por outro lado, as frágeis fronteiras líbias são inegavelmente funcionais a al-Qâ'ida, que pode contar com um Estado colocado no centro de numerosos tráficos ilegais, do petróleo cru até as armas e a de seres humanos. Além disso, a situação de semi-anarquia em que a Líbia ainda é hoje ofereceu à rede uma oportunidade única de entrar no território também com o propósito de recrutar e treinar combatentes. Novamente a Cirenaica aparece como o terreno mais fértil para a criação de campos de treinamento. (MERCURI, 2017, p. 139-141).

Da Líbia, como atestam muitas entrevistas concedidas a jornais, TV e livros, os jihadistas partiram para a Síria – entre eles, el-Harati - com o objetivo, até agora fracassado, de derrubar o regime sírio. Um dos meus entrevistados, o jornalista Adly, apesar do suporte à guerra da OTAN, revelou-me estar preocupado com a presença do islamismo radical na Líbia: “O islamismo radical é um problema sério: tanto o “moderado” quanto o jihadista. Através das leis, eles querem impor linhas que não estão na tradição da Líbia. Os líbios são crentes, mas com um Islã muito tolerante. Isso é um islamismo de importação que eles trouxeram do Afeganistão”. Para explicar o caos em curso na Líbia e os “erros” na gestão pós-regime, ele disse que são atribuíveis a “uma pesada interferência das forças islâmicas, que, tendo perdido as eleições de 2014, impuseram sua força através da presença massiva de suas tropas e, em vez de aceitar a resposta popular, tentaram derrubar o processo democrático”.

Como já mencionado, os movimentos do islamismo político usam meios democráticos, como eleições, parlamentos, governos, para subir ao poder, mas quando o resultado eleitoral não é o que eles esperavam, eles vão contra a vontade popular: é o que aconteceu na Líbia em 2014⁴⁸¹. O músico Mhagag explicou-me:

Em junho de 2014, foram realizadas as eleições e os moderados venceram. A Irmandade Muçulmana de Misurata-Trípoli não reconheceu o resultado eleitoral, não aceitou a derrota e mandou embora os eleitos, que se refugiaram em Tobruk, de modo que os primeiros tomaram o poder em Trípoli.

O papel da IM na rebelião foi positivo, no começo, negativo depois, já que após cada revolução, chegando ao poder, outros mecanismos assumem o controle. Além disso, é impensável que a democracia possa ser estabelecida imediatamente, isso é o que nos ensina a História.

A IM no começo parecia se mover para o rumo certo - mesmo se eu imediatamente tivesse dúvidas - mas logo depois foram introduzidos mecanismos de radicalismo religioso, que entraram em confronto com os pontos de vista dos moderados e seculares: ela queria impor a todos a sharí'a na Constituição, enquanto os moderados não aceitavam que entrasse, embora concordassem que a Líbia é islâmica.

A IM está no governo com el-Serraj e não quer Haftar e ele não quer a IM: os dois lados discutem sobre os artigos do acordo assinado em Marrocos e sobre o governo do GNA.

Maghdud ressalta que Gaddafi tinha uma “visão clara do fenômeno islamista”:

A maioria dos opositores presos era islamista: Irmãos Muçulmanos, Combatentes Líbios (al-Mujahida al-Libiya, que estavam no Afeganistão), de Belhaj - ele agora tem um importante poder militar; era da al-Qâ'ida, próximo a Bin Ladin, mas depois criou a sua própria formação. Estava no Afeganistão, na Malásia, fazendo jihâd. Ele faz parte de um dos grupos que estão desestabilizando o país. Sayf al-Islam teve a ideia de anistiá-los e tirá-los da prisão. O pai não concordava. Mas ele, com Abdel Jalil, sob pressão de grupos

⁴⁸¹ Veja-se o cap.3.

ocidentais de direitos humanos, libertou os fundamentalistas islâmicos em 2007, que prometeram, jurando sobre o Alcorão, que fariam uma oposição pacífica. Os grupos islâmicos são apoiados por Qatar, Turquia, Reino Unido, EUA e recebem armas dos EUA.

O movimento da Irmandade Muçulmana já existia na Líbia, outros vieram dos EUA, como o Jaysh al-Tahrîr, o exército de libertação. As ligações da IM são com o Qatar, a Turquia, o Reino Unido, os EUA e alguns outros países ocidentais. Todas as suas armas são americanas.

Contei-lhe que muitos dos IM com os quais falei afirmam que o Dâ'ish é uma invenção dos progressistas ou de Assad, na Síria, mas ele rebateu:

Não, absolutamente, impossível, conhecemos a história: Dâ'ish vem da al-Qâ'ida de al-Zarqawi, al-Zawahiri, bin Ladin, nascido em 2003, como Dawla al-Iraq, e depois adotou outros nomes.

Do ponto de vista científico, todos estes grupos nasceram da Irmandade Muçulmana, por isso é absurdo que eles digam agora que o Dâ'ish é uma criação de outros.

Nasceu daí, então eles começaram a se dividir, a se misturar com o wahhabismo, a se transformar em grupos de mujâhidîn no Afeganistão, depois começou o relacionamento com os EUA. Em suma, a história é conhecida por todos. A matriz é esta, mas houve diferentes desenvolvimentos. Para eles são “irmãos que erraram”. Como podem dizer que um movimento extremista islâmico nasceu do Baath, um partido secular, fundado, acima de tudo, por um cristão?

Na verdade quem criou o Dâ'ish são os EUA. Isso é admitido pelo diretor de inteligência dos EUA e Hillary Clinton em seu livro “Hard Choices”⁴⁸².

Ela diz que em uma reunião eles queriam criar um grupo: admitem que o criaram porque “nós queremos um Islã como nós queremos, um único interlocutor, um mercado único”. São questões internas, como na Arábia Saudita. Eles querem um estado como a Arábia Saudita, seu aliado, não estão interessados em democracia e outras coisas. Eles querem um mercado aberto.

Mas, ao mesmo tempo, os EUA dizem que querem combater o Dâ'ish.

Eles não podem lutar contra al-Qâ'ida no Mali e ao mesmo tempo apoiar al-Nusra e outros grupos: é uma contradição, típica da política cínica dos EUA.

O Dâ'ish tomou posse de todos os poços de petróleo no norte da Síria e no Iraque, ganhando 2 milhões de dólares por dia. Mas quem compra isso? Não me digam que não sabem de onde vem o petróleo... Mesmo na Líbia, por um tempo, o Dâ'ish e o al-Nusra venderam petróleo líbio e de Malta foi para a Europa. É uma política cínica: eles querem saber quem vence. Qual é o objetivo de uma delegação dos EUA ir a Trípoli para conversar com esse governo, se eles reconheceram o governo eleito de Tobruk?

Jamil Sherif também fez acusações semelhantes contra a Irmandade Muçulmana:

Eles ganharam o 3%, mas desencadearam o inferno em Trípoli e tomaram o poder implementando um novo golpe. E em que base “democrática” a IM pensou que com 3% eles poderiam ter o poder? Eles contaram com o fato de que, depois de chamar a OTAN, tinham o direito de comandar? Eles não tinham base; não querem eleições nem direitos, apenas uma nova ditadura. Mas todas as pessoas estavam contra ele: os 97% não os querem. São rejeitados em todos os lugares.

Perguntei-lhe se era previsível que a IM tomasse o controle da situação e Jamil respondeu-me que o Qatar é o chefe de toda a IM no mundo e é amado pelos governos ocidentais onde investe milhões de dólares, portanto era de interesse geral deixar a Irmandade fazer isso.

Na mesma linha de análise coloca-se Kamel Treki, explicando-me que os radicais islâmicos - IM e grupos ligados a al-Qâ'ida na Líbia - eram os mais organizados também porque eram financiados e apoiados pelas monarquias do Golfo.

⁴⁸² Clinton, Hillary, “Hard Choices” Simon & Schuster in 2014

Eles causaram muitos problemas ao regime e foram os autores de dezenas de ataques contra o ditador. Os mais ativos eram os de al-Qâ'ida, ao contrário de agora que a Irmandade Muçulmana tomou as rédeas.

À minha pergunta se a IM e a al-Qâ'ida haviam cooperado, Treki respondeu:

Sim, sempre fizeram isso, mesmo que no começo tivessem diferenças, mas agora são realmente aliados. Pelo menos esse é o caso na Líbia. Os islamistas estão enraizados em Misrata e controlam a capital Trípoli e o governo de reconciliação desejado e apoiado pelo Ocidente. El-Serraj não é nada além de seu fantoche. Mas os ataques que ocorreram contra as forças de el-Serraj pareceram vir das forças islamistas da mesma "coalizão", ou seja, trata-se de um confronto interno entre grupos e milícias. As forças envolvidas são duas: os IM aliados de al-Qâ'ida na região oeste, e os liberais atualmente aliados ao antigo regime na área oriental do país.

Haftar é o homem forte do leste do país, porque ele controla o antigo exército que ele restaurou com a ajuda do Egito, e é apoiado pelo parlamento eleito pelo povo.

Sobre a questão das qabilas e seu apoio político, ele explicou-me:

Todas as qabilas do leste junto com as duas principais do oeste, Zintan e Werfella, estão com Haftar. Quanto ao povo, está dividido: Misrata, Zwara e Zliten estão com os islamistas, enquanto Trípoli, em sua maior parte, está com Haftar. O povo de Trípoli está prisioneiro dos islamistas. Vários islamistas europeus, tanto líbios como estrangeiros, mudaram-se para Trípoli nos últimos anos. Existem milhares deles por aí. Por que você pensa que eles se mudaram da Europa para Trípoli? Para verificar ou apoiar suas forças? É natural. Eles se sentem protegidos e querem compartilhar o poder. Sou contra qualquer intrusão estrangeira no meu país, tanto do Oriente quanto do Ocidente e não gosto de Haftar, mas infelizmente tenho que apoiá-lo porque é a única esperança da Líbia contra os radicais islâmicos.

Para Treki, como para a maioria dos meus entrevistados, a insurreição de 2011 não funcionou: o motivo do fracasso é o vazio político criado após a queda do antigo regime, onde o caos instalou-se e deu à IM a oportunidade de assumir o controle, no entretanto que a OTAN não conseguiu gerir o pós-Gaddafi.

5.5. Jihadismo e islamismo político cúmplices das agendas ocidentais na revolta líbia

5.5.1. As agendas das potências ocidentais e árabes e o islamismo radical

Em seu livro, Boyle escreve:

Afirmo que os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a OTAN desviaram uma legítima, mas muito breve, primavera árabe em Benghazi, para promover suas agendas imperiais com o objetivo de: 1) roubar petróleo e gás da Líbia, 2) derrubar a revolução anti-imperialista e anti-colonial de Gaddafi, 3) restaurar a dominação neocolonial no norte da África e no Mediterrâneo perto do estratégico Egito, para melhorar o controle do Magreb, o sul do Mediterrâneo e o Sahel; 4) da Líbia, eles sabiam que poderiam projetar melhor seu poder imperial em direção ao sul, rumo o resto do continente africano. [...] Todo o Magrebe e Sahel estão agora abalados pela guerra dos EUA contra a Líbia de 2011 que servirá de pretexto para mais penetração e intervenção do Ocidente no norte da África, Sahel e Saara, sob a justificação da necessidade de combater o “terrorismo internacional”, que deliberadamente fomentaram, em primeiro lugar, importando e armando extremistas religiosos para derrubar Gaddafi, o inimigo de longo prazo dos fundamentalistas. [...] Os EUA/NATO estão agora exportando seus extremistas religiosos e mercenários por procuração da Líbia e de qualquer outro lugar para a Síria através da Turquia, do Líbano e da Jordânia para derrubar o governo de Assad e balcanizar ainda mais o Levante (BOYLE, 2013, p. 178).

Como já mencionado, vídeos⁴⁸³ de TV francesas, durante a revolta, mostram jihadistas europeus-líbios ligados às milícias do LIFG, considerado uma organização na órbita de al-Qâ'ida na Líbia⁴⁸⁴, e ao qaedismo; as equipes de TV francesas, britânicas e americanas continuaram integradas (*embedded*) aos jihadistas europeus-líbios durante as semanas de batalha e bombardeio da OTAN, oferecendo à história um testemunho direto da colaboração entre as forças islamistas e ocidentais. Apenas jornalistas não-*mainstream* tentaram contar a dinâmica da revolta também de outros pontos de vista, e não apenas dos rebeldes.

As agendas ocidentais anti-Gaddafi e seus projetos contra o neocolonialismo na África encontraram aliados prontos e válidos em todos aqueles (muitos) inimigos que o Coronel havia criado nos 40 anos de poder⁴⁸⁵, todos pertencentes, essencialmente, às classes médias e altas, que as políticas de nacionalização perseguidas haviam prejudicado profundamente: progressistas seculares, conservadores neoliberais, islamistas aderindo a movimentos conservadores e neoliberais do islamismo político - pelo que diz respeito aos islamistas e os comunistas, havia a circunstância agravante das perseguições políticas às quais tinham sido submetidos durante décadas. Todas essas frentes inicialmente uniram as forças na revolta contra o regime, para se dividirem e se tornarem rivais no final da guerra da OTAN, pois não havia um projeto comum; somado a isso estão os conflitos entre as muitas qabilas⁴⁸⁶.

⁴⁸³ Veja-se notas 317 e 318.

⁴⁸⁴ Veja-se nota 479.

⁴⁸⁵ Veja-se cap. 4.

⁴⁸⁶ Enfrentar o discurso do qabilismo líbio mereceria outra tese de doutorado, tantas são as dinâmicas históricas, sociais, religiosas e geopolíticas envolvidas.

O islamismo político é conservador e próximo das doutrinas econômicas neoliberais e, do ponto de vista religioso, sempre considerou Gaddafi uma espécie de inovador incrédulo; os partidos islâmicos que participaram das “primaveras árabes” no Norte da África e no Oriente Próximo e Médio não são “revolucionários”, no plano econômico, mas partidários da doutrina capitalista neoliberal (LANO, 2013); o chefe do LIFG, Abdelhakim Belhaj, em pouco tempo, de um jihadista se tornou um empresário milionário com um avião particular (CRÉTOIS, 2017, DEGHANPISHEH, 2017). Escreve em *Le Monde Diplomatique* Patrick Haimzadeh (outubro de 2012), ex-diplomata francês em Trípoli:

Os principais partidos não-islâmicos são descritos como “liberais” - mas todos são ferozes defensores do sistema econômico neoliberal; o mais conhecido deles é a National Forces Alliance (Tahalouf al-quwwa al-wataniyya) liderada por Mahmoud Jibril. Este rico empresário trabalhou em estreita colaboração com o filho mais novo de Gaddafi, Sayf al-Islam, e ajudou a liberalizar a economia da Líbia no início de 2000; foi também um membro fundador do CTN, juntamente com Mustafa Abdel Jalil, e durante a guerra civil estava em contato regular com Sarkozy e Bernard-Henri Lévy (o escritor francês que solicitou a intervenção ocidental). Outros partidos na região leste são o National Front Party (Hizb al-jabha al-wataniyya), uma vez conhecido como a Frente Nacional para a Salvação da Líbia, fundada por Muhammad Yousef Megharief em 1981, quando ele estava no exílio no Reino Unido.

Em relação à Irmandade Muçulmana, tem sido amplamente usada pelos serviços secretos de alguns países ocidentais: por exemplo, como já mencionado no cap. 2, a inteligência britânica demonstrou interesse por essa organização desde que a Irmandade foi criada, pois permitia que o Reino Unido controlasse as colônias e desafiasse a crescente influência alemã no Egito. Lembramos que quase todos os líderes fundadores de grupos salafistas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX eram membros de lojas maçônicas de rito inglês ou escocês no Oriente Médio⁴⁸⁷.

Em relação aos Estados Unidos, após o 11 de setembro, escreve Odintsov (2013) que a Irmandade Muçulmana foi acusada de ajudar e encorajar os terroristas, mas que isso não impediu que as agências de inteligência dos EUA usassem os “Irmãos Muçulmanos” para implementar seus planos para o Oriente Médio e Norte da África no contexto das “Primaveras Árabes”. Escreve Cartalucci, ex militar estadunidense, pesquisador de geopolítica e escritor:

⁴⁸⁷ Veja-se, o cap. 1 e, entre os vários textos sobre o tema, os seguintes: Samir, Raafat, *Freemasonry in Egypt: Is it still around?* Insight Magazine, 1/3/1999; Kaak, Lisa, *What did Muhammad Abduh do?* 31/3/2010, <http://www.arabnews.com/node/341054>; shaykh Fidahussein, Hatim Nakhoda (maçom e muçulmano), *Islam and Freemasonry*, http://www.freemasons-freemasonry.com/islam_freemasonry.html; <http://www.freemasons-freemasonry.com/freemasonry-islamic-countries.html>; acessados em 4/1/2019.

Sommer, Dorothe, *Freemasonry in the Ottoman Empire: A History of the Fraternity and Its influence in Syria and the Levant*, Tauris, London 2015.

O Departamento de Estado dos EUA através de sua rede global de subversão estrangeira financiada e dirigida pelo Fundo Nacional para a Democracia (NED) e uma miríade de ONGs falsas, desencadeou uma revolta coordenada em todo o Oriente Médio⁴⁸⁸. Os manifestantes serviram como uma cortina de fumaça atrás da qual militantes fortemente armados iniciaram campanhas de violência contra as forças de segurança das respectivas nações alvo de desestabilização. A violência no Egito não foi relatada em grande parte devido à velocidade com que o governo entrou em colapso e os confrontos cessaram. No entanto, em países como a Líbia e a Síria, onde os governos permaneceram resolutos, a violência continuou a aumentar. Enquanto os Estados Unidos tentavam fingir ignorância, surpresa e até desprazer a “Primavera Árabe”, logo se alinhavam abertamente com todo e qualquer grupo de oposição em todo o Oriente Médio. Na Líbia, a visita do senador norte-americano John McCain a Benghazi seria a manifestação política da ajuda militar, financeira e diplomática prestada aos militantes que lutavam contra o governo de Muammar Gaddafi. Esses combatentes não eram “rebeldes pró-democracia”, mas sim militantes experientes do LIFG, uma franquia oficial da al-Qâ’ida no norte da África. Um de seus líderes, Abdelhakim Belhaj, acabaria por se encontrar no poder em Trípoli depois do colapso do governo líbio, e tirou sua fotografia com o senador McCain⁴⁸⁹ (CARTALUCCI, 2014).

O lobby de McCain tinha o papel de assegurar a al-Qâ’ida e seus afiliados armas suficientes para derrubar o governo de Gaddafi na Líbia; logo depois, al-Qâ’ida e suas afiliadas levaram seus combatentes e armas fornecidas pela OTAN para o jihâd na Síria através da Turquia (SENSINI, 2011-2017; FORTE, 2012; GRIMALDI, 2012; AWAN, 2015).

Embora os EUA tenham-se referido repetidamente aos militantes que lutam contra o governo e o povo da Síria como “moderados”, a grande maioria desses combatentes são extremistas sectários, muitos dos quais nem mesmo são sírios, e enquanto os Estados Unidos e seus aliados tentam alegar que a ascensão do Dâ’ish na Líbia é um fato recente, as muitas organizações terroristas são uma consolidação do envolvimento nos combates da Síria desde o começo, em 2011 (CARTALUCCI, 2014; MCKINNEY, 2012, SENSINI, 2011-2017, GRIMALDI, 2012, NAZEMROAYA, 2014).

O próprio Departamento de Estado dos EUA admitiria que a franquia síria de al-Qâ’ida, Jabhat al-Nusra, estava entre os grupos militantes armados mais proeminentes que lutavam contra o governo sírio, a partir de 2011: a declaração oficial da imprensa do Departamento de Estado dos EUA intitulada “Denominações Terroristas da Frente Al-Nusrah como Alias da al-Qâ’ida no Iraque” diz explicitamente que:

Desde novembro de 2011, a Frente al-Nusrah registrou quase 600 ataques - mais de 40 suicidas, e operações com dispositivos explosivos improvisados - nos principais centros urbanos, incluindo Damasco, Aleppo, Hamah, Dara, Homs, Idlib e Dayr al-Zawr. Durante estes ataques numerosos inocentes sírios foram mortos⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ As chamadas “primaveras árabes”.

⁴⁸⁹ Veja-se as fotos no final desta tese.

⁴⁹⁰ <https://www.state.gov/press-releases/>; acessado em 5/11/2018.

A partir da análise do material coletado até o momento, fontes primárias e secundárias, ou seja, de documentos, vídeos, fotos, depoimentos, entrevistas, emerge que a OTAN entregou a Líbia a al-Qâ'ida e seus grupos, e isso foi intencional, ciente do perigo e dos efeitos; também está claro que a al-Qâ'ida foi rapidamente mobilizada para depois se mover para a Síria e repetir o “sucesso” da OTAN, desta vez derrubando Damasco: o plano era derrubar Damasco com rapidez suficiente para que o público em geral nunca descobrisse quem estava realmente lutando nas fileiras das forças por procuração dos Estados Unidos⁴⁹¹. Todavia, este plano, por causa da resolução do povo sírio e da ajuda da Rússia, fracassou, pelo menos até 2019; Jill Stein, política e ex candidata à Casa Branca, escreveu no twitter dia 25 dezembro 2016: “Caso você não saiba, os Estados Unidos financiam e armam grupos terroristas como al-Qâ'ida e o ISIS quando precisam deles para atrapalhar um país”⁴⁹².

5.5.2. Bilhões em Armas, Dinheiro e Equipamentos

Desde 2011, os Estados Unidos e seus aliados, tanto europeus quanto regionais, forneceriam aos jihadistas que estavam combatendo o governo da Síria bilhões em dinheiro, armas, equipamentos e até veículos – também a imprensa ocidental teve que admitir isso, mas sempre com a ressalva de que a ajuda estava indo para os chamados “moderados”; durante três anos esses “moderados” receberam a ajuda combinada dos Estados Unidos, Reino Unido, membros do União Europeia, Turquia, Arábia Saudita, Qatar e Jordânia (CARTALUCCI, 2014; MCKINNEY, 2012, SENSINI, 2011-2017, GRIMALDI, 2012, NAZEMROAYA, 2014).

Sobre as responsabilidades dos EUA na queda do regime de Gaddafi, a deputada estadunidense Tulsi Gabbard também se expressou claramente admitindo que foi um erro que precipitou o país no caos: “Foi um erro dos Estados Unidos eliminar Gaddafi e Hussein. A Líbia e o Iraque ainda estão se recuperando dos efeitos de nossos ataques. Precisamos aprender com

⁴⁹¹ *US and Europe in 'major airlift of arms to Syrian rebels through Zagreb*, 8/3/2013, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/9918785/US-and-Europe-in-major-airlift-of-arms-to-Syrian-rebels-through-Zagreb.html>;

Arms Airlift to Syria Rebels Expands, With Aid From C.I.A., 24/3/2013, <https://www.nytimes.com/2013/03/25/world/middleeast/arms-airlift-to-syrian-rebels-expands-with-cia-aid.html?pagewanted=all&r=0>;

acessados em 27/11/2018.

⁴⁹² <https://twitter.com/drjillstein/status/813213099427827712?lang=en>; acessado em 17/12/2018.

Stein: gli USA armano i terroristi quando vogliono destabilizzare un Paese, 26/12/2016, <http://www.controinformazione.info/stein-gli-usa-armano-i-terroristi-quando-vogliono-destabilizzare-un-paese/>; acessado em 17/12/2018.

nossos erros, encerrar nossa política de mudança de regime e implementar uma política de reescalonamento e paz”⁴⁹³.

Acredito, porém, que chamar de “erros” planos de mudança de regime seja um pouco ingênuo, precisamente com base no que foi analisado até aqui.

EUA/Europa, a rede jihadista e os antecedentes terroristas do LIFG.

Explicou-me um dos meus entrevistados, Zakaria Franca:

O estabelecimento do estado islâmico na Líbia foi uma manobra pilotada: a prova é sua ascensão meteórica tanto quanto sua queda. Durante anos, uma grande ambiguidade foi mantida em direção à galáxia jihadista, até o Dâ'ish, para gerar instabilidade, caso contrário não seria compreensível como conseguiu desintegrar, ou colocar em crise, nações inteiras em um curto prazo. Basicamente, estas são bandos mercenários. Não é concebível que demore tanto tempo para detê-los, portanto há uma duplicidade ocidental neste assunto: através dos meios de comunicação, acontece o jogo com a opinião pública. O Dâ'ish teve sua extensão máxima em uma parte da costa da Cirenaica e da Tripolitania, entre fevereiro e maio de 2015, graças a uma hemorrhagia de deserções da Ansâr al-Sharî'a, bem como a contribuição logística e a administração dos emissários de Abu Bakr al-Baghdadi do Iraque. Nunca seria possível entrar sem o consentimento dos poderes locais e da Irmandade Muçulmana, subsidiada pelo Qatar e pelos Estados Unidos, e em contato com qualquer expressão de terrorismo: a Irmandade Muçulmana do Partido Justiça e Constituição, batida em todas as eleições desde a queda de Gaddafi, deu ilegalmente vida ao Novo Congresso Geral, forçando o Congresso Geral Nacional designado em 2014 a se exilar na cidade de Tobruk e, sob a liderança de Omar al-Hasi e depois da autoridade islamista Khalifa Ghwell, controlam Trípoli e outras áreas, com o braço armado das milícias qaedistas. Não vamos esquecer que Obama apostou na Irmandade Muçulmana no Egito e, quando al-Sisi fez seus movimentos, ele só teve que aceitar.

Paradoxalmente, no entanto, após os ataques de 11 de setembro de 2012 em Benghazi, que deixaram o embaixador americano na Líbia, Chris Stevens, e três outros americanos mortos, a então secretária de Estado Hillary Clinton quis perguntar com um certo desânimo: “Como isso pôde acontecer em um país que ajudamos a libertar?” Respondendo indiretamente a Clinton, o especialista geopolítico britânico Rosenthal (2013) explica:

Isso aconteceu porque, ao apoiar a rebelião líbia contra Gaddafi, os Estados Unidos e seus aliados, de fato, mudaram de lado na guerra contra o terror, garantindo a vitória de algumas das forças extremistas islâmicas que vinham combatendo na década anterior. O resultado é uma Líbia que hoje está sob o domínio de brigadas jihadistas fortemente armadas que não fazem segredo de sua lealdade a al-Qâ'ida, orgulhosamente pilotando a bandeira da al-Qâ'ida em plena luz do dia em Benghazi e outras cidades líbias. Além disso, como os ataques de 11 de setembro em Benghazi deixam claro, se os EUA mudaram de rumo na Líbia para unir as forças com à dos jihadistas, os jihadistas permanecem exatamente como sempre foram, com a mesma ideologia e o mesmo ódio da América.

O estudioso conta a história da rebelião da Líbia traçando os itinerários de alguns dos notórios veteranos do jihâd internacional que serviram como principais comandantes e

⁴⁹³ *Tulsi Gabbard Hits Mainstream Media With Hard Facts on US Regime Change Policy*, 18/1/2018, <https://www.mintpressnews.com/tulsi-gabbard-hits-mainstream-media-with-hard-facts-on-us-regime-change-policy/236440/>

Tulsi Gabbard on Regime Change War,

<https://www.tulsigabbard.org/tulsi-gabbard-on-regime-change-war;>

[https://twitter.com/tulsigabbard/status/953333589713801217?lang=en;](https://twitter.com/tulsigabbard/status/953333589713801217?lang=en) acessados em 17/12/2018.

estrategistas da rebelião, depois mostra como a OTAN ajudou a criar um novo herói jihadista no cerco de Sirte; destaca também que, muito antes do início da “Primavera Árabe”, o LIFG elaborou um plano para derrubar o regime de Gaddafi usando alguns dos métodos clássicos do terror jihadista: um plano que seria colocado em prática na rebelião de fevereiro de 2011.

A aparição das bandeiras de al-Qâ'ida em Benghazi após a “libertação” não deveria ter causado surpresa, já que desde o início da rebelião na Líbia era sabido entre os estudiosos, os ambientes da inteligência e do contraterrorismo que a área oriental da Líbia, o coração da rebelião, era um posto avançado do apoio de al-Qâ'ida.

A presença de elementos da al-Qâ'ida era conhecida pelo então ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, e também pelos líderes americanos: eles sabiam que a região da Cirenaica, e especialmente a costa nordeste, era uma base de apoio para o ramo iraquiano de al-Qâ'ida e seu jihâd.

Em outubro de 2007, a coalizão de forças iraquianas capturou registros de pessoal de al-Qâ'ida durante uma incursão perto da cidade de Sinjar, não muito longe da fronteira síria.

Definidas como gravações Sinjar, ou Sinjar Records⁴⁹⁴, documentavam o recrutamento de estrangeiros que se juntavam a al-Qâ'ida no Iraque entre agosto de 2006 e agosto de 2007 (ROSENTHAL, 2013, p. 29).

O segundo mais importante contingente de recrutas chegou do nordeste da Líbia: como escrevi nos capítulos anteriores, Benghazi e Darnah forneciam a maioria das milícias; ambas foram as primeiras a se revoltar contra Gaddafi, em fevereiro de 2011, e se tornaram as fortalezas da rebelião tomando uma importância desproporcional em relação ao seu pequeno tamanho.

Apesar das declarações e entrevistas, emitidas pelos líderes do LIFG durante a revolta de 2011, de não pertencerem à rede de al-Qâ'ida, há evidências produzidas ao longo dos anos pelos tribunais britânicos e espanhóis e várias investigações que revelam exatamente o oposto - é interessante ressaltar que a mídia ocidental, como vimos anteriormente, omitiu esta importante informação ao público e, em vez disso, deu bastante espaço aos jihadistas apoiados pela OTAN. Em novembro de 2007, o líder de al-Qâ'ida, Ayman al-Zawahiri, anunciou a incorporação oficial do LIFG à rede da al-Qâ'ida; os dois grupos tinham uma relação de dez anos de estreita cooperação nos centros jihadistas no Sudão e no Afeganistão (KOHLMANN, 2007, p. 10); mas além dessas ligações, investigações policiais sobre os atentados de 11 março 2004 em Madri⁴⁹⁵ revelaram registros telefônicos que mostraram que em janeiro do mesmo ano, Belhaj do LIFG estava em contato com um dos líderes da célula terrorista que mais tarde realizaria os ataques, Abdelmajid Fakhel, chamado o “tunisiano” (ROSENTHAL, 2013, p. 37). Investigações policiais e tribunais britânicos chegaram a conclusões segundo as quais algumas pessoas ligadas ao terrorismo também eram membros do LIFG, como um tal Ziyad al-Hashim (ROSENTHAL, 2013, p. 38-41), que a “Special immigration appeals Commission” do Reino

⁴⁹⁴ *Al-Qaida's Foreign fighters in Iraq: a first look at Sinjar Records*, Combating terrorism at West Point, 12/2007.

⁴⁹⁵ <https://www.britannica.com/event/Madrid-train-bombings-of-2004>; acessado em 18/12/2018.

Unido tinha definido como um “jihadista global com ligações com os Talibã e al-Qâ’ida e com relações estreitas com vários membros proeminentes do LIFG, Belhaj incluso”⁴⁹⁶.

De acordo com o contra-terrorismo espanhol, um dos terroristas envolvidos no ataque à ferrovia de Madri telefonou para um membro proeminente do LIFG em Londres alguns minutos antes dos explosivos serem detonados⁴⁹⁷.

Em meados da década passada, o Reino Unido tornou-se um porto seguro para muitos membros do LIFG e, ao mesmo tempo, os investigadores espanhóis que investigavam sobre o ataque à estação de Madri encontraram um amplo contexto de contatos entre os terroristas e o LIFG; além disso, terroristas de al-Qâ’ida na Espanha com conexões com a célula do ataque de 11 de setembro em Nova York, receberam treinamento em um campo jihadista do LIFG no Afeganistão, o “Mártir Abu Yahya”, nos anos imediatamente anteriores a 11 de Setembro de 2001⁴⁹⁸.

Desta perspectiva, não é por acaso que o papel de Belhaj na rebelião da Líbia tornou-se público somente depois que suas forças tomaram o controle de Trípoli, no final de agosto de 2011: a conquista de Trípoli foi essencialmente o trabalho do bombardeio da OTAN que destruiu as defesas da cidade e derrubou o antigo regime - Belhaj e seus homens, enquanto isso, se limitaram a entrar e tomar o que sobrava da cidade. Sem dúvida, teria reduzido o entusiasmo do público ocidental pela campanha aérea da OTAN se tivesse sido revelado que o bombardeio estava pavimentando o caminho para a rede de bin Ladin assumir o controle da capital líbia; portanto, desde então, tornou-se comum ler na imprensa americana e europeia que o LIFG, após sua longa história de proximidade com al-Qâ’ida, era simplesmente uma organização “patriótica” dedicada a derrubar o regime de Gaddafi na Líbia (AWAN, 2012; FORTE, 2012; SENSINI, 2011-2017; GRIMALDI, 2012).

Rosenthal afirma que, as conexões do LIFG com o bombardeio em Madri deixaram bem claro que o LIFG estava fortemente envolvido no jihâd global.

[...] A revelação de Abdulhakim Belhaj como comandante das forças rebeldes em Trípoli deu uma confirmação espetacular do envolvimento da ala líbia de al-Qâ’ida na revolta anti-Gaddafi. Além disso [...] com a eclosão de tumultos no oeste da Líbia, o governo da Líbia disse a diplomatas europeus que o levante em Darnah estava sendo conduzido por um ex-detento de Guantánamo [...]. A declaração foi recebida com escárnio pelos comentaristas americanos - apesar da evidência das gravações de Sinjar e apesar da recente cooperação da Líbia com os esforços de contra-terrorismo dos EUA. (ROSENTHAL, 2013, p. 50-53).

⁴⁹⁶ Special Immigration Appeals Commission judgment, 27/4/2007, Appeal n: SC/42 e 50/2005.

⁴⁹⁷ El Mundo, 11/5/2004.

⁴⁹⁸ Reinares, Fernando, *11-M: la conexión al Qaeda*, El País, 17/12/2009; Reinares, Fernando, *The Madrid Bombings and global jihadism*, Survival, vol. 5. No.2, April/May 2010; Reinares, Fernando, *The evidence of al Qaeda's role in the 2004 Madrid attack*, CTC Sentinel (Combating terrorism center at West Point), vol.5 issue 3, March 2012.

Na realidade, não havia apenas um militante de al-Qâ'ida envolvido em um papel de liderança na rebelião em Darnah: havia outro chamado Abu Sufyan bin Qumu, um antigo companheiro de bin Ladin no Afeganistão e no Sudão. Documentos vazados do Departamento de Defesa dos EUA sobre os detidos de Guantánamo revelaram contatos terroristas de Qumu, incluindo Belhaj; em uma entrevista ao jornal italiano *Il Sole 24Ore*⁴⁹⁹ em março de 2011, Abdulhakim al-Hasadi, um dos dois líderes qaedistas da revolta de Darnah, admitiu ter recrutado pessoalmente 25 líbios para serem incluídos nas formações jihadistas no Iraque - alguns deles voltaram para a Líbia e lutaram contra as forças armadas da Líbia em Ajdabiya, uma cidade estratégica a cerca de 150 quilômetros ao sul de Benghazi, na estrada costeira que liga Benghazi a Trípoli.

A entrevista com *Il Sole 24Ore* apareceu em 22 de março, poucos dias depois dos ataques maciços da OTAN terem forçado o exército líbio a se retirar de Ajdabiya, permitindo que as forças rebeldes entrassem sem oposição, apesar da mídia européia e americana relatar as ligações entre esses líderes da revolta e al-Qâ'ida. É dedutível aqui que as forças ocidentais no comando da OTAN sabiam com quem estavam lidando, mas os ajudaram apesar de tudo (AWAN, 2012; FORTE, 2012; SENSINI, 2011-2017; GRIMALDI, 2012; ROSENTHAL, 2013). Algumas semanas mais tarde, de fato, o exército regular da Líbia retomou novamente o comando de Ajdabiya, rejeitando as forças rebeldes, mas novamente, o bombardeio maciço da OTAN mudou a direção dos eventos em favor dos rebeldes.

Durante uma entrevista com um repórter francês que lhe perguntou sobre a ajuda que estava recebendo de seu antigo inimigo, os Estados Unidos, al-Hasadi respondeu: “Quem está afogando vai usar qualquer um, até mesmo o diabo”⁵⁰⁰.

Rosenthal (2013), Forte (2012), Sensini (2011-2017), Grimaldi (2012), Awan (2012), Nazeremroya (2014) e vários outros estudiosos e analistas internacionais apontam que os líderes da revolta, como Belhaj, Qumu e al-Hasadi, eram todos veteranos jihadistas ligados a al-Qâ'ida conhecidos pelos líderes americanos antes do início do conflito na Líbia. Dia 29 de outubro 2011, o site internet islamista *Al-Fetn* (alfetn.com)⁵⁰¹ publicou um retrato de Wisam bin Hamid (o comandante das forças rebeldes em Sirte, cuja unidade percorria a cidade com as bandeiras pretas do jihâd, e que em 20 de outubro tinha capturado e massacrado Gaddafi), que o mostrava como o “mujâhid que havia lutado contra os batalhões de Gaddafi na Líbia e combatido a guerra

⁴⁹⁹ *Noi insorti, islamici e tolleranti*, *Il Sole 24 Ore*, 22/3/2011,

https://st.ilssole24ore.com/art/notizie/2011-03-22/insorti-islamici-tolleranti-063503.shtml?refresh_ce=1; acessado em 20/12/2018

⁵⁰⁰ *Avec les djihadistes de Derna*, *Le Nouvel Observateur*, 14/4/2011.

⁵⁰¹ <http://alfetn.com>; acessado em 20/12/2018.

santa no Afeganistão e no Iraque”, isso significa, com al-Qâ’ida; o texto de Al-Fetn foi acompanhado por uma foto mostrando os homens de Hamid: cabelos longos, longas barbas, vestidos como combatentes afegãos.

O LIFG havia elaborado um plano para desestabilizar o regime de Gaddafi, que incluía muitas das técnicas usadas depois na eclosão da rebelião na Líbia em fevereiro de 2011: um documento manuscrito com detalhes do plano foi descoberto pela polícia britânica durante uma incursão na casa de um refugiado líbio, em Birmingham, em outubro de 2005; na mesma residência, foi encontrado um CD com um manual para a construção de uma bomba⁵⁰².

Vários membros do LIFG refugiaram-se na Grã-Bretanha, incluindo o já mencionado Ziyad al-Hashim, um propagandista do LIFG ligado tanto a Belhaj quanto a membros do ataque terrorista de Madri⁵⁰³. Paradoxalmente, mais uma vez, a lista das Nações Unidas das pessoas relacionadas a al-Qâ’ida inclui pelo menos oito membros do LIFG (ROSENTHAL 2013; AWAN, 2012); porém apesar de tudo isso, os governos ocidentais e a OTAN patrocinaram esses rebeldes, armando-os e financiando-os, e apoiando-os com meses de bombardeio sobre a Líbia e depois continuaram a apoiá-los na Síria.

5.5.3. Inteligências estrangeiras já presentes nas áreas das revoltas.

Como escrito antes, a revolta começou com manifestações populares, mas imediatamente se transformou em uma mudança de regime: já havia inteligência estrangeira e militantes islâmicos no território, muitos dos quais foram libertados pelo Gaddafi; com a retomada do antagonismo histórico entre a Cirenaica, a Tripolitania e o Fezzan, potências como a França, os Estados Unidos e o Reino Unido concordam imediatamente em apoiar incondicionalmente os manifestantes - em grande parte compostos por islamistas senussitas, pela Irmandade Muçulmana do Egito, por jihadistas argelinos, marroquinos, tunisianos, jordanianos, afegãos etc. - liderados por dois altos dignitários do antigo governo líbio: o ex-ministro da Justiça Mustafa Abdel Jalil, e o ex-ministro do Interior, general Abdel al-Fatah Younis, e por nostálgicos do rei Idris (FORTE, 2012; AWAN, 2015).

Conforme Sensini, “antes da insurreição na Cirenaica, no entanto, constatou-se que dezenas de agentes ingleses e comando do MI6, de unidades do Serviço Aéreo Especial (SAS),

⁵⁰² Secretary of State for the home department, 30/4/2009, paragraph 9 (sentencing remarks of Mr. Justice Mackay).

⁵⁰³ Special Immigration Appeals Commission judgment, 27/4/2007, Appeal No. SC/42 and 50/2005 (paragraph 71). Secretary of State for the Home Department-and-(1)AT (2) AW, 20/3/2009

da Companhia de Navios Especiais (SBS), CIA e da Direção Geral da Sicurité Exterieur (DGSE) francês estavam secretamente operando no local com o objetivo de treinar e organizar militarmente as fileiras rebeldes” (SENSINI, 2017, p. 82).

A este respeito, naquele período um jornal da direita italiana escreveu que Londres tinha implantado suas forças especiais na Líbia poucos dias após o início da revolta em Cirenaica, “notícia que deixa muitas dúvidas em aberto sobre o papel britânico na explosão da revolta tribal contra Gaddafi”⁵⁰⁴; a França e a Inglaterra estavam fornecendo aos insurgentes armas e veículos para conquistar Trípoli⁵⁰⁵. Ressalta Sensini (2017, p. 82) que era “imediatamente evidente” uma substancial presença militar e de inteligência estrangeira na Líbia, mesmo antes de qualquer mandato da ONU ser dado para uma zona de exclusão aérea (*no-fly zone*), e o estudioso de geopolítica francês, Thierry Meyssan (2011), observa que era provável que os comandos das Forças Especiais empregadas pela OTAN no terreno fossem mais numerosos do que os combatentes líbios. Sobre este assunto Maghdud explica:

os franceses chegaram, com Bernard Levy, que levou dois ou três dos rebeldes para a França, fazendo com que eles se encontrassem com Sarkozy, que imediatamente reconheceu o Conselho de Transição e conversou sobre isso com seus colegas europeus; na Alemanha, um poderoso e rico Irmão Muçulmano, Zidan, facilitou essas relações e o Conselho foi reconhecido.

A ONU, em 48 horas, decidiu dar apoio ao ataque, mas não deu luz verde imediatamente; no entanto, os franceses começaram a bombardear antes da autorização. Com o bombardeio dos franceses, todos os outros chegaram: Canadá, Dinamarca, Austrália, 40 Estados. Eles bombardeavam e as milícias avançavam via terra. Quando Levy interveio, os EUA chegaram e entraram no governo de transição.

Então a revolta foi imediatamente infiltrada do exterior: eles estavam esperando o momento certo para intervir, porque havia a oposição, a Frente de Salvação, que estava lá, nos EUA.

Escreve Najjair que “os comboios de combatentes líbios chegados do exterior, partiam da Tunísia, percorreram toda a Tunísia até a fronteira ocidental da Líbia e entravam na Líbia a bordo do seu Mitsubishi” (2013, p. 131).

Ele acrescenta que na fronteira da Tunísia os guardas tunisianos não os controlavam: essa travessia era muito ativa tanto para os refugiados que deixavam a Líbia quanto para os rebeldes que entravam; depois, ele conta sobre a presença dos líbios que viviam nos Estados Unidos - por exemplo, Los Angeles - que falavam com sotaque americano e que haviam sido treinados na SWAT; explica também que ele foi treinado para receber oficiais dos EUA e da OTAN enquanto visitavam seus quartéis, e que foram hospedados por brigadas locais em Nalut; seu grupo rebelde tinha comunicação contínua com a OTAN e “era muito importante para os nossos planos. Ficamos felizes em nos mostrarem com eles”.

⁵⁰⁴ *Soldati occidentali tra i ribelli, Libero*, 1/6/2011

⁵⁰⁵ *Libya: SAS Mission that began and ended in error*, The Daily Telegraph, 6/3/2011.

Najjair fornece muitos detalhes técnicos relacionados à presença militar dos EUA e explica que os líderes das Brigadas “discutiam as estratégias com o grupo dos EUA” - desde março de 2011, as forças internacionais implementaram a resolução do Conselho de Segurança da ONU contra a Líbia e fortaleceram o embargo de armas e a zona de exclusão aérea (no-fly zone).

Toda comunicação de Najjair, tanto no livro quanto nas redes sociais, tenta exaltar a parceria entre os combatentes e os “aliados” dos EUA. Além disso, ele fala sobre as reuniões com os americanos em termos de planos e alvos militares, de uma “grande quantidade de armas”.

Interessante também é o fato de ele descrever o relacionamento com os ocidentais: sempre havia pessoas interessantes nos lugares em que eles avançaram - jornalistas ocidentais documentavam o cotidiano em cidades liberadas e operadores da ONU para ações de desminagem; ele trabalhou muito com jornalistas: conta de ter conhecido vários - italianos, espanhóis, ingleses, franceses, de canais brasileiros - e estava muito interessado em enviar mensagens anti-ditatoriais em toda a América Latina, pois ele sabia que na América do Sul havia grande apoio a Gaddafi. Ele descreve o avanço progressivo para Trípoli, em agosto, e em particular a Zawiya: a apreensão dos legalistas e os SUV dos revolucionários se aproximando, a fuga dos civis, os postos de gasolina em chamas, cidades e subúrbios “liberados” e a guerra urbana; as cidades liberadas foram organizadas em conselhos locais e apoiaram o Conselho Nacional de Transição. Afirma também que havia todos os tipos de armas, munições, suprimentos e novos Mitsubishi, Cherokee: os rebeldes estavam, portanto, muito bem armados e recebiam suprimentos contínuos.

Há descrições que lembram cenas do filme “Rambo”, e as fotos em que é retratado parecem com as de um filme de Hollywood - guerreiros musculosos, com ataduras na cabeça, óculos escuros espelhados, guerreiros pesadamente armados que andam nas ruas mostrando sua força machista⁵⁰⁶: eis aqui a violência como espetáculo e a narrativa de guerra, da “bela guerra”, da guerra vitoriosa, quando os rebeldes avançam sobre Trípoli, prontos para matar qualquer “inimigo”.

Vários estudiosos que já mencionei, como Nazemroaya (2014), Sensini (2011-2017), Forte (2012), Grimaldi (2012), Awan (2012), Boyle (2013), Rosenthal (2013), e outros, argumentam que os rebeldes não eram civis, mas uma força armada.

⁵⁰⁶ Veja-se as fotos na parte final desta tese.

De acordo com um estudo realizado por analistas da Academia Militar dos EUA em West Point⁵⁰⁷ sobre setecentos documentos apreendidos no Iraque pelas forças de ocupação dos EUA em 2007, cujos resultados foram então processados pelo especialista geopolítico Webster Tarpley⁵⁰⁸, ressalta que o corredor que vai de Benghazi a Tobruk, passando pela cidade de Darnah, representa uma das principais áreas de alta densidade de terroristas jihadistas no mundo e é a principal fonte de combatentes suicidas em circulação. Darnah é relatada como uma espécie de forja mundial de kamikazes de exportação, superando até mesmo a Arábia Saudita em termos percentuais⁵⁰⁹ - Darnah e Benghazi estão em conflito religioso e de qabilas com o governo de Trípoli desde a revolução de 1969; a base institucional específica para o recrutamento de guerrilheiros na Cirenaica está associada ao LIFG: o grupo manteve uma forte presença em Cirenaica e foi liderado por Abu al-Laith al-Liby, um combatente na guerra do Afeganistão e um colaborador próximo de ‘Osama bin Ladin⁵¹⁰. De acordo com os dois estudiosos de West Point, Felter e Fishman, os principais bastiões do LIFG e do subsequente grupo AQMI eram Benghazi, Darnah e al-Bayda.

A fusão dos dois grupos terroristas em 2007 significou que os combatentes líbios se tornaram uma parte cada vez mais importante da atividade da al-Qâ‘ida como um todo, removendo o centro de gravidade dos sauditas e dos egípcios, que já estavam presentes em grande número entre suas fileiras⁵¹¹.

Felter e Fishman sugerem que seria também possível usar os ex membros do LIFG, agora al-Qâ‘ida, contra a Líbia de Gaddafi, criando uma aliança entre os EUA e um segmento daquela organização terrorista: neste sentido, eles podem ter exacerbado as divisões entre os líderes do LIFG e a base de poder tradicional egípcia e saudita de al-Qâ‘ida⁵¹², aliando-se, sugere Sensini, com os fundamentalistas líbios de al-Qâ‘ida contra Gaddafi (2017, p. 99) - confirmação que pode ser encontrada no relatório da “Economist intelligence unit” dos EUA e da Grã-Bretanha (BESCHORNER e SMITH, Special Report No 2134, 1996).

Em suma, antes os jihadistas da Cirenaica eram os piores inimigos dos EUA no Iraque, constituindo o foco dos combatentes suicidas. Agora eles são os aliados na guerra para derrubar Gaddafi (CHIESA, CABRAS, 2011, p. 94).

⁵⁰⁷ Felter, J. E Fishman, B., *Al-Qâ‘ida’s foreign fighters in Iraq: a first look at the Sinjar records*, Harmony project, Combating terrorism Center, Department of Social Sciences, US Military Academy, West Point, 2007.

⁵⁰⁸ Tarpley, W.G., *The CIA’s Libya rebels: the same terrorists who killed US, NATO troops in Iraq*, in Tarpley.net, 24/3/2011; *Al-Qâ‘ida: pawns of CIA insurrection from Libya to Yemen*, in Tarpley.net, 3/4/2011; acessado em 12/8/2018.

⁵⁰⁹ WikiLeaks secret cables: Chris Stevens, CDA, Embassy Tripoli, Dept of State, 2/6/2008, *Extremism in Eastern Libya*, 15/2/2008 (in CableSearch.org); acessado em 12/8/2018.

⁵¹⁰ El-Khoury, B. Selwan, “Il nuovo fronte dei guerrieri di Dio”, Limes, n.2, aprile, p. 208

⁵¹¹ Felter, J. E Fishman, B., 2007, p. 27.

⁵¹² Felter, J. E Fishman, B., 2007, p. 28

Um artigo de *The Telegraph*, publicado dia 29 março 2011⁵¹³, confirma mais uma vez a presença qaedista entre os rebeldes e o fato que os líderes ocidentais estavam ciente disso; salienta Sensini que se trata de uma espécie de “remake” do que os americanos fizeram quando tentaram incitar a população do Afeganistão a se rebelar contra a ocupação soviética nos anos posteriores a 1979: foi a opção escolhida pela Casa Branca de Reagan contra a URSS, isto é, armar os mujâhidîn afegãos de bin Ladin com sofisticados mísseis Stinger e outras armas modernas (SENSINI, 2017, p. 99).

De março de 2009 até a eclosão da rebelião em Cirenaica, o número de ex-terroristas libertados pelo governo líbio foi de 350 e 850 nos cinco anos anteriores à revolta; Sensini lembra que, incrivelmente, a última onda de liberações, de 110 pessoas, ocorreu em 16 de fevereiro de 2011, ou seja, um dia antes da “revolução”:

um grupo de fanáticos criminosos foi proclamado pela grande mídia de todo o mundo como a nova classe dominante capaz de garantir um futuro de democracia à Líbia, mas pelo que vimos até agora, o Conselho dos rebeldes de Benghazi não puderam fazer nada além de arrastar o país para o caos de um estado fantasma composto de pequenos feudos locais sob o comando de senhores da guerra ou chefes tribais. Uma situação que, paradoxalmente, parece ser o objetivo das políticas dos EUA, e não apenas na Líbia (SENSINI, 2017, p. 101,102)⁵¹⁴.

O site de inteligência israelense DEBKAFfile revelou que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França haviam enviado centenas de instrutores militares para a Cirenaica, insinuando a hipótese de que eles tinham a tarefa de passar o “*know-how*” para os insurgentes⁵¹⁵; paralelamente grandes quantidades de armas e rebeldes passaram pela Arábia Saudita e Qatar e foram introduzidas pela fronteira egípcia⁵¹⁶.

Neste contexto, o papel do Qatar foi, entre outras tarefas, a do fornecimento aos “rebeldes” de armas e meios contra o pagamento em petróleo: a troca foi oficializada⁵¹⁷ e Shaykh Hamad Bin Khalifa al-Thani foi, de fato, o primeiro chefe de Estado a dar reconhecimento oficial aos rebeldes líbios, a fornecer à OTAN os aviões de combate francesas Mirage F1 e americanos C-17 Globemasters; a fornecer-lhes lançadores de mísseis MILAN e controlar as exportações de petróleo da Cirenaica, violando assim as resoluções da ONU de 1970 e 1973 que proibiam de “armar os rebeldes” porque não eram representantes do governo oficial da Líbia (SENSINI, 2017, pag. 90).

⁵¹³ *Libya, al-Qaida among libyan rebels. NATO chief fears*, The Telegraph, 29/3/2011.

⁵¹⁴ Veja-se também: *Who are the Libyan freedom fighters and their patrons?*, The Asia-Pacific Journal, n.3, 28/3/2011.

⁵¹⁵ *US military advisers in Cyrenaica. Gaddafi's loses his air force*, in Debkafile, 25/2/2011.

⁵¹⁶ *Egypt said to arm Libya rebels*, The Wall Street Journal, 17/3/2011;

Armamenti: i nostri aiuti umanitari ai ribelli libici, Rinascita, 11-12/6/2011.

⁵¹⁷ *Libyan rebels say they're being sent weapons*, New York Times, 16/4/2011.

Cada grupo, família, milícia líbica refere-se a uma das 150 qabilas presentes no país, a do LIFG seria a dos 'Abaidat, pertencente à confederação Harabi - os 'Abaidat incluíam a maioria do Conselho rebelde -, portanto, a rebelião parece uma mistura de ódio contra Gaddafi, islamismo político, qabilismo e localismo, como apontam vários analistas que incluí na bibliografia. O cenário mais realista, portanto, parece ser que

os clãs cirenaicos aproveitaram a oportunidade que lhes foi oferecida pelas revoltas na maior parte do norte da África e do Oriente Médio para se vingar do golpe com o qual, em 1969, vários oficiais do exército liderados por Gaddafi haviam deposto seu rei Idris, um al-Sanussi instalado no trono da Líbia após a Segunda Guerra Mundial por americanos e britânicos (DOTTORI, 2011, p. 46).

É interessante perguntar se havia elementos do terrorismo qaedista dentro do Conselho, e sobre o fato de muitos dos nomes de seus membros terem sido mantidos em segredo por pertencerem a redes terroristas, segundo quanto ressaltam Sensini (2017, pag. 104), analistas de *Limes* (BANDOW, 2011, p. 175) e de outros sites geopolíticos internacionais⁵¹⁸, e vários entre os meus entrevistados.

5.5.4. Os EUA e o radicalismo islâmico

Os EUA e a Grã-Bretanha usaram o radicalismo islâmico para suas agendas, como aconteceu no final dos anos 80 com a infiltração no território afegão pelos serviços secretos americanos seis meses antes da invasão por milícias soviéticas, como afirma Brzezinski: “É verdade que fornecemos ajuda ao mujâhidîn antes da invasão [...]. Nós não empurramos os russos para a invasão, mas conscientemente aumentamos a possibilidade para que eles fizessem isso”⁵¹⁹.

Em 2011, algo semelhante aconteceu com a eclosão da “Primavera da Líbia”; a Irmandade Muçulmana desempenhou um papel-chave no recrutamento e na coleta de fundos: em 2011 e 2012, em vários centros islâmicos europeus geridos por eles, pregadores chegados principalmente do Qatar e da Tunísia convidavam os jovens muçulmanos, convertidos e das segundas e terceiras gerações árabe-europeias, através de sermões agressivos, a se juntarem aos jihadistas na Líbia e na Síria; na Europa toda foram milhares os cidadãos a se tornarem jihadistas e entre eles há também adultos, e vários casos de mulheres e mães com criança pequena⁵²⁰.

⁵¹⁸ *Evidence: NATO-backed Libya “Rebels” are clearly terrorists*, in Black Star news, 13/7/2011.

⁵¹⁹ AFP, 12/10/2000

⁵²⁰ Um dos casos foi o de Maria Giulia Sergio (Fatima, nome islâmico), uma jovem italiana convertida ao Islã, que se uniu ao Dâ'ish na Síria com o filho de poucos anos. Parla Fatima, jihadista italiana: “Decapitiamo in nome di

A CIA recrutou a Irmandade Muçulmana para travar uma guerra por procuração contra a União Soviética no Afeganistão, o que levou à retirada dos soviéticos do Hindu Kush. Desde então, a CIA usou mercenários para combater outras guerras por procuração nos Bálcãs, na Chechênia e no Azerbaijão. Por causa das guerras de agressão contra o Iraque, a Líbia, a Síria e o Iêmen, os Estados Unidos e seus estados vassallos criaram uma violência sectária que levou a guerras civis.

Neste momento, a CIA e a Irmandade Muçulmana estão presentes na forma do Dâ'ish na Síria e no Iraque. Toda a primavera árabe foi secretamente planejada e financiada por Washington e ONGs. A ex-secretária de Estado Hillary Clinton foi uma figura chave junto com sua bizarra assistente da Irmandade Muçulmana, Huma Abedin.

[...] A RAND Corporation, que é um think tank do Pentágono responsável pelo desenvolvimento de técnica de “turbulência”, como Facebook e a mídia social, para impulsionar os protestos, desempenhou um papel fundamental.

No caso da Líbia de Gaddafi, uma mudança de regime mais urgente foi considerada necessária, como revelam os agora famosos e-mails do DCLeaks e Wikileaks de Hillary para seu consultor particular Sidney Blumenthal. Gaddafi, que contrariamente à sua imagem demonizada construiu a Líbia com o mais alto padrão de vida em toda a África, estava prestes a revelar a criação de uma aliança de bancos centrais muçulmanos e a introdução do Dinar do Ouro para a venda de petróleo, excluindo os dólares americanos.

[...] Como Hillary escreveu a Blumenthal, isso teve que ser bloqueado por qualquer meio. Os meios para “bloquear” foram os bombardeamentos ilegais da Líbia e o assassinato de Gaddafi, transformando a Líbia num campo de escombros. O plano original do Pentágono-Departamento de Estado da CIA pedia a derrubada imediata de outro espinho no lado de Washington, imediatamente após Gaddafi, ou seja, Bashar al-Assad na Síria.

Isso não funcionou bem apesar dos planos de Washington e uma grande tragédia humana tem crescido desnecessariamente em 6 anos - essencialmente uma guerra liderada pelos EUA⁵²¹.

Sobre a relação entre o Ocidente e o islamismo radical, o advogado Gabala afirma que a Grã-Bretanha e os EUA sempre apoiaram grupos islâmicos.

Pouco antes da eclosão da Primavera Árabe, eles convidaram delegações do movimento da Irmandade Muçulmana da Tunísia, Egito, Líbia e Síria para Washington... Por quê? Porque eles querem a instabilidade permanente desses países: onde o islamismo político toma o poder, o caos começa, pois é um instrumento de instabilidade e desestabilização dos países árabes.

O Ocidente encorajou grupos islamistas ligados a serviços de inteligência internacionais: Londres e outras cidades da Grã-Bretanha se tornaram a base de grupos islamistas. O antigo Congresso da Líbia tinha 60 representantes de grupos islamistas. E onde eles moram? Todos em Londres.

Por que Londres e Washington devem desestabilizar a Líbia e interferir nos assuntos internos?

O problema não era “rebeldes versus regime”, mas do Ocidente contra a Líbia. As forças ocidentais têm usado grupos islamistas como uma ferramenta para desestabilizar o país.

A mesma coisa aconteceu no Egito, que, no entanto, foi salvo por El-Sisi, um homem que vem da inteligência. Ele tinha entendido que a IM, o movimento radical, financiado pelo Ocidente e Qatar, iria desestabilizar o país, e interveio com o exército. Este é o jogo e é claro. Este é o novo Oriente Médio projetado por George Bush e Condoleezza Rice que começou no início de 2000.

À minha pergunta sobre o porquê, segundo ele, os movimentos islâmicos odiavam Gaddafi, respondeu:

Allah”, Il Corriere della Sera, 15/7/2006, http://www.corriere.it/esteri/15_luglio_06/parla-fatima-jihadista-italiana-decapitiamo-nome-allah-612672f2-2421-11e5-a98d-32629d3b799b.shtml; acessado em 1/5/2015, 3/6/2019.

⁵²¹ *The US Empire, the CIA, and the NGOs*, American Herald Tribune, 17/7/2017,

<https://ahtribune.com/in-depth/1789-william-engdahl-cia-ngos.html>; acessado em 1/5/2015 e 3/6/2019.

Seu objetivo era tomar o poder. Não foi só Gaddafi que não os aceitou, mas toda a sociedade; eles estavam presentes, mas em menor grau, e estavam conectados com o Qatar e a Arábia Saudita que financiavam centros e escolas islâmicas. Quando livros e pessoas ligadas ao wahhabismo foram descobertos, recebendo ordens de Londres, Arábia Saudita e Qatar, eles foram processados porque violaram a lei: ofensa criminal contra o Estado, punível com pena de prisão ou morte (código penal líbio de 1953).

O que fizeram os islamistas em 1996? Tentaram tomar o poder e mataram policiais, mas foram punidos imediatamente e sentenciados à prisão. Vamos dar um exemplo: Abdelhakim Belhaj e Khaled Sherif. Belhaj era um qaedista, ele foi no Afeganistão e depois se mudou para a Líbia, foi acusado de crimes terroristas.

Ele se tornou uma referência dos EUA e foi usado por potências ocidentais, em particular pela Grã Bretanha. Sherif é ele que comanda Trípoli agora: é a pessoa encarregada da segurança; era um jihadista da Jamâ'at al-Islâmîyya al-Muqâtila bil-Libîyâ (LIFG) e havia sido julgado e condenado por crimes contra o Estado: tentou atacar quartéis, centros de poder e segurança estatais.

Depois, há Ahmed Saadi, um nativo de Taruna, e outros, com dupla cidadania, Líbio-ocidental, que estimularam o movimento jihadista em Trípoli; eles afirmaram que queriam morrer como mártires e ir diretamente para o céu...

Um sujeito importante é o braço direito de Belhaj, Mahdi el-Harati, ex-prefeito de Trípoli. Ele também é um jihadista que recebeu dinheiro da CIA. Por isso lhe digo que não foi uma revolta limpa, a de 17 de fevereiro: no território foi cumprida uma traição à soberania do Estado.

A maior parte da população estava com a regularidade do estado e as instituições; antes de 2011 havia segurança. Vamos deixar de lado os princípios da democracia ocidental, que vimos o que fizeram no Iraque. Em 1993, Gaddafi fez uma declaração contra os grupos islâmicos que tinham acabado de nascer na Líbia: “Não podemos nos permitir que uma pessoa governe em nome de Deus”⁵²². “A religião é a sua escolha, é Deus que julga” (daí a acusação de ateísmo que os islamistas fizeram contra ele). O movimento islâmico no poder não é aceitável, nunca. Ele disse isso. “Se eles tomarem o poder na Líbia, as mulheres nunca poderão sair. Eles vão aplicar a shari‘ah, como está fazendo o Dâ‘ish”. Um homem como este deveria ter sido apoiado pelo Ocidente, não combatido - se é verdade que o Ocidente combate o terrorismo.

Outro entrevistado, Kamel Treki, ressalta que houve uma aliança tática entre a OTAN e a al-Qâ‘ida no início da revolta e logo depois com a IM.

Em 2014, Chossudovsky discutiu “26 coisas sobre o ISIS” em relação à situação síria, que podem ser adaptadas à dinâmica da guerra contra a Líbia:

Os EUA têm protegido tanto a al-Qâ‘ida quanto o ISIS-ISIL-Dâ‘ish.

A Força aérea dos EUA sempre agiu em nome dos terroristas, bombardeando as forças do governo sírio.

O Estado Islâmico (ISIS) foi até 2014 chamado al-Qâ‘ida no Iraque (AQI)⁵²³.

Al-Nusra é uma afiliada de al-Qâ‘ida que cometeu inúmeras atrocidades na Síria. Agora é considerado pelos EUA a “oposição moderada”, lutando contra as forças do governo sírio.

Os terroristas são descritos como vítimas da agressão do governo sírio. Desde o início, as atrocidades cometidas pelos terroristas são casualmente atribuídas às forças do governo sírio.

Aqueles que recrutaram, treinaram e financiaram os terroristas são defendidos pela “comunidade internacional” como guardiões da “paz mundial”. Os últimos incluem os chefes de estado e chefes de governo dos EUA, Grã-Bretanha, França e Turquia, entre outros. É chamado de “Responsabilidade de Proteger” (R2P).

A guerra liderada pelos EUA contra o Estado Islâmico é uma grande mentira.

Ir atrás de “terroristas islâmicos”, realizar uma guerra preventiva mundial para “Proteger a Pátria Americana” é usado para justificar uma agenda militar.

O Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) é uma criação da inteligência dos EUA. A “Agenda de Contra-terrorismo” de Washington no Iraque e na Síria consiste em Apoiar os Terroristas (CHOSSUDOVSKY, 2014).

⁵²² Veja-se no cap. 2 o *hukumat-allâh* da IM e de todos os movimentos do islamismo político.

⁵²³ Veja-se o cap. 2.

5.5.5. Intervenção da OTAN em apoio aos rebeldes e os e-mails Blumenthal-Clinton sobre a Líbia

Gaddafi estava longe de ser um “santo”: ele lidou com seus inimigos na maneira mais brutal e foi culpado de inúmeras ofensas contra a humanidade, porém no mundo há muitos outros assim, ou piores, cujos países não estão sujeitos a sanções dos EUA ou a sete meses de ataques de aviões e mísseis dos EUA-OTAN; em relação ao mundo árabe, podemos pensar nas violações diárias dos direitos humanos perpetradas no Bahrein, no Iêmen, na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes e assim por diante; sem mencionar o estado colonial israelense, inserido em um contexto árabe do Oriente Médio, em direção à população nativa da Palestina. A cena da captura, tortura e morte de Gaddafi é horrível, como mostra o vídeo⁵²⁴: as potências ocidentais deixaram uma horda de milicianos agir sem ser perturbada, pois contra o “monstro” tudo é permissível, e a ação do assassinato de Gaddafi despertou a risada de Hillary Clinton.

Graças ao FOIA (Freedom Of Information Act), uma parte da correspondência entre a então secretária de estado Hillary Clinton e seu conselheiro Sidney Blumenthal foi publicada no site do Departamento de Estado, confirmando a suspeita de que forças de treinamento especiais tinham ligações com a al-Qâ'ida: ele relata que unidades especiais britânicas, francesas e egípcias estavam treinando militantes líbios ao longo da fronteira egípcio-líbia e nos subúrbios de Benghazi⁵²⁵, portanto, essas forças especiais estavam no território imediatamente após o início dos protestos que começaram em meados de fevereiro em Benghazi.

A partir de 27 de março da suposta simples “insurreição popular”, agentes externos já estavam “supervisionando a transferência de armas e suprimentos para os rebeldes”, incluindo “um suprimento aparentemente infinito de fuzis AK47 e munição relacionada”.

Apenas alguns parágrafos após essa admissão, em vez disso, a cautela está sendo solicitada para com as milícias que essas forças especiais ocidentais estavam formando. De fato, havia a preocupação de que “grupos terroristas/radicais como o LIFG e a al-Qâ'ida no Magreb Islâmico (AQMI) se infiltrassem no CNT e em seu comando militar”⁵²⁶.

Em particular, um e-mail de Blumenthal acrescentava que as autoridades de segurança europeias estavam avisando que a AQMI estava

⁵²⁴ *Gaddafi Death Timeline*, LeakSourceArchive, 21/10/2011, https://www.youtube.com/watch?v=Cao0Qdr-EYc&has_verified=1; acessado em 13/10/2017 e 12/5/2019.

⁵²⁵ Unclassified U.S. Department of State Case No. F-2014-20439 Doc No. C05782401 Date: 12/31/2015, <https://www.foreignpolicyjournal.com/wp-content/uploads/2016/01/110327-new-intel-State-Dept.pdf>; acessado em 13/10/2017 e 12/5/2019.

⁵²⁶ Hoff, 6/1/2016, <https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/6551>; acessado em 13/10/2017 e 12/5/2019.

observando os acontecimentos na Líbia, e elementos dessa organização estiveram em contato com qabilas na parte sudeste do país. Essas autoridades [europeias] estão preocupadas que em uma Líbia pós-Gaddafi, a França e outros países da Europa Ocidental devem agir rapidamente para garantir que o novo governo não permita que a AQMI e outros estabeleçam entidades locais pequenas e semiautônomas - ou 'Califados' - nas regiões produtoras de petróleo e gás do sudeste da Líbia⁵²⁷.

O perigo dos grupos terroristas islamistas explorarem o vácuo de poder que a administração Obama e seus aliados ocidentais estavam criando dentro da Líbia foi bem entendido em março de 2011, mas a suposta missão “R2P” pressionou ainda mais: os defensores da “R2P” também fecharam os olhos para a evidência de que negros africanos que trabalhavam para o governo de Gaddafi estavam sendo sistematicamente cercados e assassinados, como mencionado anteriormente nesse capítulo. Como Blumenthal relatou a Clinton, “Falando em absoluta confiança, um comandante rebelde afirmou que suas tropas continuam a executar sumariamente todos os mercenários estrangeiros capturados nos combates”⁵²⁸.

Como Brad Hoff do *Levant Report* escreveu⁵²⁹,

os historiadores da guerra da OTAN em 2011 na Líbia certamente notarão algumas das confirmações verdadeiramente explosivas contidas nos novos e-mails⁵³⁰: admissões de crimes de guerra por os rebeldes, treinadores especiais de operações dentro da Líbia desde o início dos protestos, a al-Qâ'ida incorporada na oposição apoiada pelos EUA, nações ocidentais disputando acesso ao petróleo líbio, as origens nefastas da absurda reivindicação de estupro em massa com o Viagra e a preocupação com as reservas de ouro e prata de Gaddafi que ameaçam a moeda europeia.

Desses e-mails desclassificados fala também a investigação da já mencionada House of Commons britânica (2016-2017), republicando essas motivações, relatando violações e pedindo ao governo explicações:

Em fevereiro e março de 2011, a França liderou a comunidade internacional a levar a cabo o caso de uma intervenção militar contra a Líbia. A política britânica seguiu a decisão tomada pela França. [...] Os EUA eram bastante reticentes quanto ao envolvimento militar [...]. Grã-Bretanha e França influenciaram os EUA a apoiar a resolução 1973.

⁵²⁷ *Hillary Clinton knew she was helping Islamists move into power in Libya*, Islam Media Analysis, 7/11/2016, <http://www.islamedianalysis.info/hillary-clinton-knew-she-was-helping-islamists-move-into-power-in-libya/>; <https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/6551>; acessados em 13/10/2017 e 12/5/2019.

⁵²⁸ *What Hillary Knew about Libya*, por Robert Parry, 13/1/2016, Commondreams, <https://www.commondreams.org/views/2016/01/13/what-hillary-knew-about-libya>; acessado em 13/10/2017 e 12/5/2019.

⁵²⁹ *New Hillary Emails Reveal Propaganda, Executions, Coveting Libyan Oil and Gold*, por Brad Hoff, 4/1/2016, Levant Report, <https://levantreport.com/2016/01/04/new-hillary-emails-reveal-propaganda-executions-coveting-libyan-oil-and-gold/>

Parry, Robert, *Hillary Clinton's Failed Libya 'Doctrine'*, Consortium News 1/7/2015, <https://consortiumnews.com/2015/10/22/hillary-clintons-failed-libya-doctrine-2/>; acessados em 13/10/2017 e 12/5/2019.

⁵³⁰ https://foia.state.gov/Search/results.aspx?searchText=*%&beginDate=&endDate=&publishedBeginDate=20150522&publishedEndDate=20150522&caseNumber=: acessado em 14/10/2017 e 13/5/2019.

Algumas linhas depois, o relatório acrescenta que faltaram “dados reais e informações sobre a situação na Líbia, sobre sua história, estrutura tribal e complexidade regional, e sobre as razões pelas quais a revolta eclodiu em Benghazi e não em Trípoli”, ressaltando que de seis milhões de líbios, os rebeldes eram apenas 30.000, e não toda a população, como declarado pela mídia internacional⁵³¹ e pelos “senhores da guerra”; também destaca como Benghazi era a fortaleza do islamismo radical, com as forças qaedistas e do LIFG envolvidas na rebelião.

Questionando a veracidade das ameaças que Gaddafi teria dirigido ao seu próprio povo, o relatório britânico destaca também como estas foram, pelo menos, superestimadas; portanto, as tão aclamadas “razões humanitárias” e a ajuda à população líbia “massacrada”, ou prestes a ser, pelo tirano eram apenas mentiras para justificar uma intervenção que tinha razões econômicas, petrolíferas e geopolíticas, e de mudança de regime⁵³². Contudo não termina aqui: outras confirmações surgem em outros e-mails coletados em um artigo do jornalista investigativo britânico Robert Parry (13/1/2016), onde se fala dos crimes de guerra cometidos pelos rebeldes, das atividades de treinamento na Líbia a partir do início dos protestos e de jihadistas de al-Qâ’ida incorporados (*embedded*) com as tropas rebeldes apoiadas por EUA e OTAN. A esse respeito, há também uma abundância de vídeos que os próprios jihadistas registraram e divulgaram para celebrar suas ações⁵³³.

Como outros analistas internacionais⁵³⁴, Parry (13/1/2016) ressalta que as informações sobre “massacres”, “violações” e “Viagra” usado pelas tropas regulares líbias contra cidades “inimigas” eram apenas “rumores” ou mera propaganda que, segundo o jornalista, poderia vir do mesmo Blumenthal. Quando Najjair (2013) fala disso, nunca oferece um testemunho, embora indireto, mas cita os “boatos”, que é uma cadeia de “cara-caio teriam dito que”. As acusações de genocídio e estupro em massa, que justamente o indignam e o motivam a se envolver na guerra contra o “tirano” Gaddafi e suas tropas, são propaganda usada pelos

⁵³¹Como escrevi, a mídia internacional sabia quem eram e a quais grupos pertenciam certas figuras proeminentes da revolta: *Libya's controversial rising star*, Al-Jazeera, 19/11/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=lWeafZd1ScQ>
From *jihadist to Libyan war hero*, Euronews, 1/11/2011, <https://www.youtube.com/watch?v=lWeafZd1ScQ>; acessados em 15/11/2017 e 18/6/2019.

⁵³²*Gadhafi's Gold-money Plan Would Have Devastated Dollar*, 11/11/2011, <https://www.thenewamerican.com/economy/markets/item/4630-gadhafis-gold-money-plan-would-have-devastated-dollar>; acessados em 15/11/2017 e 18/6/2019.

⁵³³Libya's terrorist training camps, CNN, 19/1/2013, <https://www.youtube.com/watch?v=3bFzKnVgXE4>; acessados em 15/11/2017 e 18/6/2019.

⁵³⁴Entre os quais: Brown, Ellen, *Exposing the Libyan Agenda: a Closer Look at Hillary's Emails*, Counterpunch, 14/3/2016, <https://www.counterpunch.org/2016/03/14/exposing-the-libyan-agenda-a-closer-look-at-hillarys-emails/>
Hoff, Brad, *Hillary Emails Reveal True Motive for Libya Intervention*, Foreign Policy Journal, 6/1/2016, <https://www.foreignpolicyjournal.com/2016/01/06/new-hillary-emails-reveal-true-motive-for-libya-intervention/>; acessados em 15/11/2017 e 11/08/6/2019.

treinadores militares daqueles jovens que chegam à Líbia de metade do mundo árabe e ocidental: faz parte do “pacote” de lavagem cerebral. Citando essa propaganda ou rumores, Parry pergunta:

Então vocês pensam que teria sido mais fácil para o governo Obama mobilizar o apoio americano por trás dessa “mudança de regime”, explicando como os franceses queriam roubar a riqueza da Líbia e manter a influência neocolonial francesa na África, ou que os americanos responderiam melhor graças à propaganda sobre Gaddafi que distribuía Viagra para suas tropas para que eles pudessem estuprar mais mulheres, enquanto seus atiradores atacavam crianças inocentes? Bingo!

Infelizmente, um mês depois, os rumores veiculados pelo Departamento de Estado dos EUA, e nunca realmente confirmados, de estupros com Viagra e ataques de soldados de Gaddafi contra crianças, tornaram-se material credenciado para uma apresentação da ONU da então embaixadora dos EUA, Susan Rice⁵³⁵, e de lá, eles provavelmente retornaram como “ouvidos” entre os rebeldes na Líbia - isto é, um círculo vicioso.

Na realidade, a ofensiva militar de Gaddafi foi dirigida contra grupos islâmicos radicais, mas quem preparava a propaganda, no governo Obama, transformou a questão em “Gaddafi está massacrando o povo do leste da Líbia”, exigindo assim a operação “Responsabilidade para proteger”, liderada pelos Estados Unidos.

Em suma, como em todos os outros conflitos anteriores de roubo contra a África e o Oriente Médio, foi necessário criar o Monstro para depois destruí-lo, não diferentemente do que aconteceu com o Afeganistão, o Iraque e o que ainda acontece com a Síria: como Perrucchietti (2018) explica, as notícias para o *casus belli* são frequentemente inventadas, seja por jornalistas, seja por políticos ou por várias inteligências - lembremo-nos do caso retumbante das crianças “mortas nas incubadoras” pelos soldados de Saddam Hussayn na Guerra do Golfo de 1990-1991, que acabou sendo uma farsa. Portanto, o roteiro da mudança de regime é sempre o mesmo e funciona todas as vezes, porque os leitores e espectadores estão distraídos e não se lembram de nada; quanto aos jornalistas, eles nunca se incomodam em denunciar seus colegas mentirosos quando estão envolvidos em negócios de tão alto nível e, como aponta Parry:

A forma como o jornalismo tradicional costuma trabalhar nos Estados Unidos é que um jornalista que desafia a propaganda do governo dos EUA contra um “inimigo” estrangeiro coloca sua carreira em risco. [...] E como a realidade - seja ela qual for - geralmente é confusa, quase nunca há justificativa para uma postura corajosa. Portanto, para a sua carreira, é melhor seguir em frente com propaganda ou permanecer em silêncio. Uma realidade similar existe dentro do governo dos Estados Unidos. Os analistas honestos de inteligência não podem esperar recompensas se desmascararem um desses problemas de propaganda, especialmente depois que algumas autoridades proeminentes dos EUA saíram publicamente e venderam a mentira para o povo. Desacreditar o Secretário de Estado ou o Secretário de Defesa ou o Presidente não é um ótimo passo para a carreira.

⁵³⁵ *Gaddafi 'supplies troops with Viagra to encourage mass rape', claims diplomat*, The Guardian, 29/4/2011, <https://www.theguardian.com/world/2011/apr/29/diplomat-gaddafi-troops-viagra-mass-rape>; acessado em 15/11/2018 e 18/4/2019.

No entanto, como dissemos até agora, não foram apenas os EUA e a Grã-Bretanha que desencadearam o conflito com a Líbia: a França desempenhou um papel fundamental. O então presidente Nicolas Sarkozy elogiou a derrubada do sistema político da Jamâhîriyya e a execução de Gaddafi.

Sarkozy queria que o Estado líbio fosse destruído e que Gaddafi fosse assassinado por lhe ter emprestado milhões de dólares em 2007 para financiar sua campanha presidencial. Rumores e, posteriormente, provas documentadas surgiram para substanciar essas alegações (AZIKIWE, 2018).

De acordo com um artigo publicado por *France24* dia 21/3/2018: “Agentes anticorrupção e infrações fiscais e financeiras da França estão interrogando Sarkozy no subúrbio parisiense de Nanterre, onde ele está detido desde terça-feira (20 de março) de manhã. É a primeira vez que as autoridades questionam Sarkozy em relação a este dossiê”.

Acrescenta Azikiwe (2018) que a derrubada de um governo africano legítimo e o assassinato de seu líder constituem crimes contra a humanidade decorrentes do desejo de manter a dominação neocolonial do imperialismo sobre o continente.

O estado da Jamâhîriyya anterior à guerra liderada pelo Pentágono-OTAN representou as aspirações não só das pessoas na Líbia mas também dos estados membros da UA. A Líbia era politicamente estável, não devia dinheiro a instituições financeiras globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e prestou assistência a outras nações africanas nas áreas de assuntos sociais, tecnológicos, monetários e religiosos.

[...] Embora a Líbia sob o regime da Jamâhîriyya tenha modificado sua posição em várias questões relacionadas ao seu tratamento com os EUA e outros estados imperialistas, o Ocidente queria derrubar o governo para tomar seus campos de petróleo e reservas estrangeiras no valor de mais de 160 bilhões de dólares US. Um pretexto para um genocídio iminente contra os rebeldes financiados pelo Ocidente, que procuraram remover o governo Gaddafi, foi utilizado para justificar uma guerra de mudança de regime.

Os rebeldes nunca poderiam ter derrubado o governo líbio por conta própria. Por isso, convocaram seus pagadores em Washington, Londres, Paris e Bruxelas para garantir uma vitória do neocolonialismo. No entanto, este esquema não trouxe à existência o regime conforme procurado no período pós-guerra.

Esta crise se estende além das questões legais enfrentadas por Sarkozy. Além disso, é um problema do imperialismo moderno que busca novos caminhos de conquista para fins de exploração e lucro (AZIKIWE, 2018).

A França ainda mantém seus interesses em toda a África e em outras partes do mundo: Paris está em dura competição com Londres e Washington por seu *status* dentro da “matriz imperialista” relacionada ao controle do petróleo, minerais estratégicos e rotas comerciais essenciais.

A guerra contra a Líbia representou a primeira campanha completa do Comando Africano dos EUA (AFRICOM), que foi estabelecido sob a administração do presidente George W. Bush em 2008 e que foi fortalecido e reforçado pelo presidente Barack Obama. Três estados

africanos, Gabão, Nigéria e África do Sul, votaram a favor da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU.

O desempenho de combate das forças terrestres rebeldes foi reforçado por pessoal e inteligência fornecidos por estados como o Reino Unido, França, Turquia, Qatar e Emirados Árabes Unidos.

A Resolução de 1973 instou os Estados membros das Nações Unidas a garantir a “estrita implementação do embargo de armas”. No entanto, nos disseram que a comunidade internacional fechava os olhos para o fornecimento de armas aos rebeldes. Lorde Richards destacou “o grau em que os Emirados e os Qatar... desempenharam um papel importante no sucesso da operação terrestre”. Por exemplo, o Qatar forneceu mísseis antitanque franceses a certos grupos rebeldes. Fomos informados de que o Qatar canalizou suas armas para milícias favorecidas e não para os rebeldes como um todo (HOUSE OF COMMONS, UK, 2016-2017).

O Painel de Peritos das Nações Unidas⁵³⁶, nomeado para examinar o impacto da Resolução 1973, identificou a presença de armas líbias na Argélia, no Chade, no Egito, em Gaza, no Mali, no Níger, na Tunísia e na Síria, e concluiu que “Armas originárias da Líbia reforçaram significativamente a capacidade militar de grupos terroristas que operam na Argélia, Egito, Mali e Tunísia”. As armas do regime de Gaddafi levaram a uma proliferação de armas pequenas e leves, e artilharia pesada, através da África do Norte e do Oeste - as armas pequenas da Líbia aparentemente acabaram nas mãos dos militantes do Boko Haram. Além disso, a instabilidade política na Líbia levou a um ambiente favorável para grupos terroristas, incluindo o Dâ'ish e grupos afiliados: Patrick Porter, Professor of Strategic Studies na Universidade de Exeter, afirma que “a falta de um governo eficaz está criando oportunidades para o Estado Islâmico”⁵³⁷. O Dâ'ish usou sua presença na Líbia para treinar terroristas: por exemplo, Sefeddine Rezgui, o atirador que matou turistas na Tunísia em junho de 2015, foi treinado pelo Dâ'ish em sua base em Sabratha, juntamente com os dois homens armados que mataram 22 turistas no museu Bardo, em Túnis⁵³⁸.

⁵³⁶ *The situation in Libya: prospects and role of the Council of Europe*, Reference to committee: Doc. 13812, Reference 4140 of 26 June 2015. 2018 - Second part-session, <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=24533&lang=en>; acessado em 17/11/2018 e 19/4/2019.

⁵³⁷ *Libya: Examination of intervention and collapse and the UK's future policy options Contents*, 7/1/2016, <https://publications.parliament.uk/pa/cm201617/cmselect/cmcaff/119/11907.htm>; acessado em 17/11/2018 e 19/4/2019.

⁵³⁸ *Libya: Examination of intervention and collapse and the UK's future policy options Contents*, 7/1/2016, <https://publications.parliament.uk/pa/cm201617/cmselect/cmcaff/119/11907.htm><https://publications.parliament.uk/pa/cm201617/cmselect/cmcaff/119/11907.htm>; acessado em 17/11/2018 e 19/4/2019.

Em relação ao kamikaze e a sua suposta ligação com o LIFG, conhecido pela Segurança e Inteligência Britânicas, Cartalucci (2017) ressalta que esse grupo foi apoiado pela OTAN contra Gaddafi, e mantém grande presença na área de Manchester.

O *Telegraph* em seu artigo publicado em 26/5/2017⁵³⁹, explica que Salman Abedi, 22 anos, acusado de ser o homem-bomba de Manchester, que teria sido conhecido pelos serviços de segurança, voltou da Líbia na semana do ataque, e que os investigadores acreditam que ele tinha viajado para a Síria e tinha se radicalizado antes de retornar para o Reino Unido para causar uma carnificina durante um show na cidade onde nasceu. Porém, enquanto os relatos iniciais tentaram elaborar uma narrativa focada em um “lobo solitário” é muito provável que foi uma operação realizada por alguém que adquiriu experiência militante através de contato direto com uma organização terrorista, ou foi dirigido por uma organização terrorista com vasta experiência. O mesmo artigo do *Telegraph* também explica:

Um grupo de dissidentes de Gaddafi, que eram membros do líbio LIFG, morava perto de Abedi, na região de Whalley. Entre eles estava Abd al-Baset Azzouz, pai de quatro filhos de Manchester, que deixou a Grã-Bretanha para administrar uma rede terrorista na Líbia, supervisionada por Ayman al-Zawahiri, sucessor de Osama bin Ladin como líder da al-Qaeda. Azzouz, 48 anos, especialista em fabricação de bombas, foi acusado de administrar uma rede da al-Qaeda no leste da Líbia. O *Telegraph* informou em 2014 que Azzouz tinha 200 a 300 militantes sob seu controle e era um especialista em fabricação de bombas⁵⁴⁰.

Cartalucci (2017) ressalta que não apenas o senador McCain, mas políticos proeminentes dos EUA viajariam até a Líbia para oferecer pessoalmente apoio a Belhaj: em uma foto⁵⁴¹ notória, o senador americano John McCain é visto apertando as mãos e oferecendo um presente ao líder jihadista após o colapso do governo líbio.

O governo britânico parece ter categoricamente falhado em informar os residentes de Manchester da ameaça que vivem abertamente em sua cidade, enquanto a população britânica está dividida e distraída com uma estratégia mais geral de tensão focada sobre Islã, muçulmanos e islamofobia, a ameaça muito específica de terroristas sancionados pelos EUA e pelo Reino Unido que vivem e operam dentro das comunidades britânicas é ignorada pelo público. No entanto - para as agências britânicas de segurança e inteligência - é improvável que uma ameaça de segurança tão óbvia seja simplesmente “negligenciada”. O fato de extremistas prosperarem dentro das comunidades britânicas sem intervenção do governo indica cumplicidade e não incompetência (CARTALUCCI, 2017).

Concordo com a análise de Cartalucci, pois, tendo visitado Manchester em 2015⁵⁴², um ano antes dos ataques, e entrevistado jihadistas que haviam participado da guerra civil na Líbia, tive a chance de ver como partes da cidade foram transformadas em guetos de radicalismo islâmicos:

⁵³⁹ *Everything we know about Manchester suicide bomber Salman Abedi*, The Telegraph, 26/5/2017, <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/05/26/everything-know-manchester-suicide-bomber-salman-abedi/>; acessado em 18/9/2018 e 9/3/2019.

⁵⁴⁰ The Telegraph, 26/5/2017.

⁵⁴¹ Veja-se no final desta tese.

⁵⁴² Lano, Angela, *Islam: Finché il jihadismo rimane “halal”*, MC, 1/10/2017, <http://www.rivistamissioniconsolata.it/2017/10/01/islam-finche-jihadismo-rimane-halal/>

o que me intrigava era o fato de que o governo britânico, as instituições locais e os serviços de inteligência deixassem grande parte da cidade nas mãos de extremistas na época, e tentava me convencer que eles os monitorassem, os controlassem, mas evidentemente a verdade era outra... Realmente fiquei surpresa que tanta carga radical não explodisse em um ataque terrorista; infelizmente, minhas percepções eram bem fundamentadas e a tragédia seguiu em maio 2016.

Cartalucci aponta que os membros do LIFG não apenas ajudaram os governos dos EUA e da Inglaterra na derrubada do governo líbio em 2011, mas também seguiram em frente - com armas e dinheiro ocidentais - para a Turquia, membro da OTAN, onde organizaram uma invasão no norte da Síria. Belhaj mora atualmente entre Líbia e Turquia: Istambul é centro de atividade de desestabilização contra a Síria, como pode ser deduzido também a partir de um artigo de *The Telegraph*⁵⁴³ publicado em novembro de 2011 e intitulado “Líder islamista líbio encontrou o grupo de oposição do Exército Sírio Livre”:

Abdulkhkim, chefe do Conselho Militar de Trípoli e ex-líder do Grupo de Combate Islâmico da Líbia, reuniu-se com líderes do Exército Sírio Livre em Istambul e na fronteira com a Turquia”, disse um oficial militar que trabalha com Belhaj. Mustafa Abdul Jalil (o presidente interino da Líbia) mandou-o para lá. [...] As reuniões vieram como um sinal de um crescente vínculo entre o jovem governo da Líbia e a oposição síria.

Belhaj também discutiu o envio de combatentes líbios para treinar tropas, disse a fonte. Tendo destituído um ditador, jovens triunfantes, ainda cheios de fervor revolucionário, estão dispostos a derrubar o seguinte.

Da Líbia, portanto, líderes jihadistas se mudaram para a Síria para tentar mais uma mudança de regime sob a bandeira preta do radicalismo: sob o comando de Mahdi el-Harati, mais de 30 combatentes líbios entraram na Síria para apoiar os rebeldes do Exército Sírio Livre em sua guerra contra o regime do presidente Bashar al-Assad; as tropas de el-Harati eram formadas por centenas, possivelmente milhares de combatentes que depois se fundiram com outros grupos militantes sírios, incluindo a franquia síria da al-Qâ'ida - Jabhat al-Nusra.

É interessante notar que o LIFG foi removido da lista de organizações terroristas pelo “Bureau of Counterterrorism and Countering Violent Extremism” do governo dos EUA em 12/9/2015⁵⁴⁴: estava na lista negra desde 2004 e era definido pelo “Home Office”⁵⁴⁵ britânico como um grupo que “faz parte do movimento extremista global islâmico, inspirado pela al-Qâ'ida” e que “montou várias operações dentro da Líbia”.

⁵⁴³ *Leading Libyan Islamist met Free Syrian Army opposition group*, 27/11/2011, The Telegraph, <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8919057/Leading-Libyan-Islamist-met-Free-Syrian-Army-opposition-group.html>; acessado em 18/9/2018 e 9/3/2019.

⁵⁴⁴ <https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>; acessado em 18/9/2018 e 9/3/2019.

⁵⁴⁵ O departamento do governo britânico dos Assuntos domésticos. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/795457/Proscription_website.pdf; acessado em 18/9/2018 e 9/3/2019.

À medida que esses jihadistas deixavam a Síria e voltavam para casa, os do LIFG retornavam principalmente ao Reino Unido, onde eram conhecidos pelas agências de segurança e inteligência norte-americanas e britânicas há anos. Com eles traziam de volta o conhecimento técnico e a experiência bélica.

A possibilidade de os EUA, a França e o Reino Unido estarem usando terroristas para agilizar suas respectivas agendas geopolíticas não deve surpreender - particularmente em relação ao LIFG - já que a organização se desenvolveu, como escrito anteriormente, dos combatentes mercenários usados contra os soviéticos no Afeganistão nos anos 80. E concordo com Chossudovsky (2003), Chiesa (2011), Grimaldi (2012), Sensini (2011, 2011-2017), Awan (2015), Cartalucci (2017) e outros afirmando que o surpreendente é que o público ocidental continua a reagir emocionalmente a cada ataque terrorista em vez de mais racionalmente tentar enxergar planos e padrões repetidos.

5.6. A guerra árabe-ocidental à Líbia. Cui prodest?

5.6.1. O que o Ocidente queria alcançar com a mudança de regime?

O objetivo real era estender a influência ocidental no continente africano e a Líbia era a porta de entrada para isso, portanto enquanto Gaddafi estivesse ao comando, esse objetivo nunca poderia ser realizado: eis aí a propaganda anti-Gaddafi e o desenvolvimento do discurso “pró-democracia” que abriu o caminho para a intervenção liderada pela OTAN. O relatório da House of Commons britânica (2016-2017) alista claramente os pontos críticos, de importância crucial para Sarkozy, por trás da intervenção militar e da mudança de regime na Líbia. Portanto, para alcançar esses objetivos, foi implementada uma estratégia dupla: por um lado, a intervenção da OTAN e, por outro lado, foi permitido o envio de armas às milícias islâmicas:

A comunidade internacional fez vista grossa ao fornecimento de armas aos rebeldes. Lord Richards destacou “o grau de envolvimento dos Emirados e do Qatar no sucesso da operação terrestre”. Por exemplo, o Qatar forneceu mísseis antitanque franceses a certos grupos rebeldes. Fomos informados de que o Qatar canalizou suas armas para milícias favorecidas. (HOUSE OF COMMONS BRITÂNICA, 2016-2017).

Embora ainda muitas pessoas acreditem que a crise na Líbia esteja ligada a uma revolta geral das “Primaveras Árabes”, isso está longe de ser verdade: por um lado, uma revolta popular geral contra um regime autocrata não pode ter caído em um caos puro, se não pelo envolvimento de grupos extremistas financiados por estrangeiros, que, como expliquei até aqui com a ajuda de entrevistas, documentos e bibliografias, e de relatórios públicos ocidentais (dos EUA e UK), é precisamente o que aconteceu na Líbia. O relatório da House of Commons (2016-2017)

contesta a narrativa oficial ocidental de que foi uma revolta geral: “Agora está claro que as milícias islâmicas militantes desempenharam um papel crítico na rebelião a partir de fevereiro de 2011. Eles se separaram do exército rebelde, se recusaram a receber ordens de comandantes não-islâmicos e assassinaram o então líder do exército rebelde, Abdel Fattah Younes”.

O fato de o Ocidente “fechar os olhos” ao apoio que certas milícias recebiam dos países árabes é, de fato, uma indicação da cumplicidade ocidental em facilitar o surgimento de grupos islâmicos na Líbia. E como o relatório afirma mais uma vez:

Perguntamos a Lord Richards se ele sabia que Abdelhakim Belhaj e outros membros do LIFG afiliado à al-Qaeda estavam participando da rebelião em março de 2011. Ele respondeu que “era uma área cinzenta”. Ele acrescentou que “um quórum de respeitáveis líbios assegurava ao Ministério das Relações Exteriores” que as milícias islâmicas militantes não se beneficiariam com a rebelião. Ele reconheceu que “com o benefício da retrospectiva, isso era, na melhor das hipóteses, uma ilusão”.

5.6.2. A tentativa de “golpe” líbio contra o colonialismo financeiro na África⁵⁴⁶

O e-mail de 4 de abril de 2011 enviado por Blumenthal a Clinton confirma a preocupação para com o dinar de ouro, e em particular, é relatado que o então presidente francês Nicolas Sarkozy pretendia aumentar sua influência no norte da África e pôr fim aos planos de Gaddafi de substituir a França como potência dominante na África francófona.

Imediatamente após a divulgação de 3.000 e-mails do servidor pessoal de Clinton, em dezembro de 2015, foram tornadas públicas duas das razões pelas quais a França e os EUA travaram uma guerra contra a Líbia: as reservas de ouro do país e a salvaguarda do franco africano-CFA. Em um e-mail que data 2/4/2011, enviado por Blumenthal para Clinton é mencionado o fato que o governo de Gaddafi detém 143 toneladas de ouro e uma quantidade similar em prata e que o ouro foi acumulado antes da rebelião e deveria ser usado para estabelecer uma moeda pan-africana baseada no dinar de ouro da Líbia: este plano foi concebido para fornecer aos países africanos francófonos uma alternativa ao franco francês (CFA). Trata-se de um e-mail “desclassificado”, que assim continua em um comentário que relata a conversa que Blumenthal teve com oficiais de inteligência franceses:

Segundo especialistas, essa quantidade de ouro e prata é avaliada em mais de 7 bilhões de dólares. Os serviços secretos franceses descobriram este plano logo após o início da atual rebelião, e esse foi um dos fatores que influenciaram a decisão do presidente Nicolas Sarkozy de envolver a França no ataque à Líbia. De acordo com esses indivíduos, os planos de Sarkozy são guiados pelos seguintes assuntos: 1) O desejo de obter uma parcela maior da produção de petróleo da Líbia, 2) Aumentar a influência francesa no Norte

⁵⁴⁶ *Exposing the Libyan Agenda: A Closer Look at Hillary's Emails*, 13/3/2016, <https://ellenbrown.com/2016/03/13/exposing-the-libyan-agenda-a-closer-look-at-hillarys-emails/>, acessado em 11/11/2018.

da África, 3) Melhorar sua situação política interna na França, 4) Proporcionar ao exército francês a oportunidade de reafirmar a sua posição no mundo, 5) Abordar a preocupação de seus conselheiros sobre os planos a longo prazo de Gaddafi para suplantam a França como potência dominante na África francófona⁵⁴⁷.

Além disso, em um e-mail anterior datado dia 27 de março de 2011, Blumenthal fala sobre os interesses franceses no conflito e cita “especialistas” que teriam dito que Sarkozy “está fazendo lobby para que a França saia da crise como principal aliada de qualquer novo governo tome o poder”. A Líbia era considerada a nona região do mundo em tema de recursos petrolíferos, com 42 bilhões de barris por dia, aos quais se adicionavam gás e água - todos os recursos que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França queriam controlar. Além disso, o banco da Líbia cunhava moeda e emprestava sem juros para financiar obras públicas; de fato, a política adotada por Gaddafi era oposta à do sistema ocidental, e estadunidense em particular, onde a maioria dos serviços é pago pelo cidadão. Por essa razão, a Líbia não estava endividada com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional: o país podia ditar as regras, e não ser lhes sujeito.

Como já mencionado, Gaddafi queria criar uma moeda única africana, o dinar de ouro, como uma moeda comum dos países pertencentes à União Africana, mas o dinar de ouro teria arriscado desvalorizar o dólar e o euro, tornando-se uma moeda mais apreciada no mundo africano e árabe para o comércio, empobrecendo as economias dos países que as usam nas trocas comerciais. Além disso, teria forçado os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e outros países a usar essa moeda para poder realizar transações comerciais com os países da União Africana. Assim, o dinar de ouro teria subvertido a senhoriagem que é baseada em um falso critério monetário em mãos aos bancos supranacionais e privados, e não mais aos estados. Os estados africanos venderiam petróleo e outros recursos não mais em dólares ou euros, mas em dinar de ouro; o valor de uma nação dependeria do ouro armazenado em seus cofres e não do número de notas trocadas: tudo isso teria sido uma subversão total da ordem econômica existente (SENSINI, 2011-2017; CHIESA-CABRAS, 2011, FORTE, 2012; KUZNECOV, 2012; MCKINNEY, 2012; GRIMALDI, 2012; BOYLE, 2013; ROSENTHAL, 2013; NAZEMROYA, 2014; AWAN, 2015).

Ainda mais importantes foram os investimentos da Líbia na realização das três grandes instituições financeiras lançadas pela União Africana: o banco de investimento africano baseado em Sirte, o Fundo Monetário Africano - FMA, em Yaoundé, nos Camarões, o Banco Central Africano, em Abuja, na Nigéria. A principal tarefa da FMA é promover o comércio criando o mercado comum africano. Um passo necessário para a estabilidade financeira e o progresso da economia do continente que poderia decretar o fim do Franco CFA, a moeda que 14 países antigas colônias francesas são forçados a usar.

⁵⁴⁷ US Department of State, H: France’s client and Q’s gold. Sid, 2 April 2011, C05779612

É claro que tal perigo não poderia ter sido gerido pelo chamado Ocidente e Sarkozy assumiu a liderança no golpe contra a Líbia. Sua é a declaração: líbios atacaram a segurança financeira da humanidade”, ao passo que para a humanidade, obviamente, significava o Ocidente, e em particular suas finanças (SENSINI, 2011, p. 155).

Escreve o especialista em geopolítica Thierry Meyssan:

A “queda de Gaddafi” era o objetivo estratégico dos Estados Unidos e foi alcançado. Nunca houve uma “revolução democrática” na Líbia, mas uma secessão da Cirenaica. Nunca houve aplicação do mandato da ONU que visava “proteger a população”, mas houve o massacre de 160.000 líbios, dos quais três quartos são civis, sob o bombardeio da Aliança (figuras da Cruz Vermelha Internacional) (MEYSSAN, 2015).

O jornalista Mostafa El-Ayoubi (2016) segue a mesma linha de pensamento, afirmando que o objetivo disfarçado da guerra, como foi descoberto mais tarde, não tinha nada de “humanitário”, e que a OTAN queria simplesmente remover um regime não alinhado e trazer a Líbia de volta à esfera de influência dos EUA/OTAN, dada a sua posição geoestratégica e os enormes recursos energéticos que possui, o petróleo em primeiro lugar. Ele ressalta que:

A França, com a eliminação de Gaddafi, evitou o perigo de uma moeda pan-africana, que o Rais queria criar, e que teria tirado o franco CFA, que o governo francês está impondo há décadas às antigas colônias. O projeto monetário de Gaddafi foi revelado pela correspondência eletrônica de 2011 de Hillary Clinton, então chefe da diplomacia americana, que vazou em dezembro de 2015. Isso explica em grande parte o importante papel que Paris desempenhou na queda de Trípoli. No passado, em 1963, a decisão do presidente togolês Olympio de sair do franco CFA custou-lhe a vida. A França pretende tomar posse do sul da Líbia porque é estratégico, e continuar monitorando de perto suas “antigas” colônias. Grã-Bretanha e Itália (mais marcadamente) dependem dos EUA, que tem a sala de controle. [...] O papel de Londres e Roma estará subordinado aos interesses de Washington. Esses interesses consistem em controlar os recursos do petróleo e manter o dólar como a moeda de transação das matérias-primas e impedir aos rivais russos e chineses de pisar em um país estratégico como a Líbia, do qual Gaddafi havia revivido a proposta de de-dolarização das transações petrolíferas (EL-AYOUBI, 2016).

Os e-mails entre Clinton e Blumenthal representam admissões de infiltrações na Líbia desde o início dos tumultos, da presença de al-Qâ’ida na oposição apoiada pelos EUA, da luta dos países ocidentais pelo petróleo da Líbia e a preocupação com as reservas de ouro e prata de Gaddafi ameaçando o euro.

Através da desclassificação dos e-mails mencionados acima, descobrimos que a França de Sarkozy considerou o coronel e seu regime “uma ameaça à segurança financeira mundial”⁵⁴⁸ por causa da tentativa de Gaddafi de estabelecer uma moeda africana independente e alternativa ao franco CFA⁵⁴⁹, e ao dólar.

⁵⁴⁸ Newman, Alex, *Gadhafi’s Gold-money Plan Would Have Devastated Dollar*, The New American, 11/11/2011, <https://www.thenewamerican.com/economy/markets/item/4630-gadhafi-s-gold-money-plan-would-have-devastated-dollar>; acessado em 11/11/2018.

⁵⁴⁹ Konarè, Mohamed, *Come la Francia piega l’Africa con il Franco CFA*, 6/11/2018, <https://www.byoblu.com/2018/11/06/come-la-francia-piega-lafrica-con-il-franco-cfa-mohamed-konare/>
Collon, Michel, *Le nouvel ordre colonial de l’occident*, 3/9/2014, <https://www.youtube.com/watch?v=PGv0J4KRIME&t=408s&fbclid=IwAR2FFJEfoIGxufS94Y8AfRY3cJtD0rgqtmUQcqiVofOMSXL8Z7OrMzuxoMg>; acessado em 11/11/2018.

A extensão da ameaça financeira apresentada pela Líbia de Gaddafi é clara se considerarmos a história da troca comercial ouro-dólar-petróleo:

Depois de 1944, o dólar americano foi trocado de forma intercambiável por ouro como moeda de reserva global. Quando os Estados Unidos não puderam mais assegurar reservas em dólares, na década de 1970, firmaram um acordo com a OPEP para “apoiar” o dólar com petróleo, criando o “petrodólar”. O petróleo seria vendido apenas em dólares americanos, que seriam depositados em Wall Street e outros bancos internacionais. Em 2001, insatisfeito com o declínio no valor dos dólares que a OPEP estava obtendo para seu petróleo, o iraquiano Saddam Hussein quebrou o pacto e vendeu petróleo em euros. A mudança de regime rapidamente se seguiu, acompanhada pela destruição generalizada do país. E na Líbia, Gaddafi quebrou o pacto; mas ele fez muito mais do que vender seu petróleo em outra moeda: durante décadas, a Líbia e outros países africanos tentaram criar um ouro pan-africano. Sob a liderança de Gaddafi, as nações africanas foram convocadas pelo menos duas vezes para a unificação monetária. Os países discutiram a possibilidade de usar o dinar líbio e o dirham de prata como a única moeda possível para comprar petróleo africano.

Até a recente invasão dos EUA/OTAN, o dinar de ouro foi emitido pelo Banco Central da Líbia (CBL), que era 100% estatal e independente. Os estrangeiros tiveram que passar pelo CBL para fazer negócios com a Líbia. O Banco Central da Líbia emitiu o dinar, usando 143,8 toneladas de ouro no país. Gaddafi (presidente da União Africana de 2009) concebeu e financiou um plano para unificar os estados soberanos da África com a moeda de ouro (Estados Unidos da África). Em 2004, um Parlamento Panfricano (53 nações) desenvolveu planos para a Comunidade Econômica Africana - com uma única moeda de ouro até 2023. Os países africanos produtores de petróleo estavam planejando abandonar a petro-dólar e exigir o pagamento em ouro para óleo/gás. Gaddafi fez mais do que organizar um golpe monetário africano: ele havia mostrado que a independência financeira poderia ser alcançada (JOHNSTON, 2011)⁵⁵⁰.

Como ressalta, entre os outros, Maximilian Forte (2012, pag.66):

O objetivo da intervenção militar dos EUA era interromper um modelo emergente de independência e uma rede de colaboração na África que facilitaria o aumento da auto-suficiência africana e que contrastava com as ambições econômicas, geoestratégicas e políticas das potências europeias e dos Estados Unidos.

Em maio de 2011, o analista financeiro Anthony Wile, diretor do site neoliberal *Daily Bell*⁵⁵¹, assim comentou sobre a guerra contra o regime líbio:

Planos para atacar Muammar Gaddafi aparentemente datam cerca de 20 anos, e até o presidente dos EUA, Ronald Reagan, tentou matá-lo, considerando-o uma ameaça ao poder americano. Os últimos ataques estão de acordo com a onda mais ampla de agressão lançada pela elite de poder anglo-americana que está na próxima fase de sua implementação da “nova ordem mundial”. [...] Mas pode haver outra razão para os ataques da Líbia que explicam seu tempo. [...] Gaddafi estava planejando introduzir um dinar de ouro - uma única moeda de ouro africana, uma verdadeira partilha de riqueza.

⁵⁵⁰ Veja-se também: *Exposing the Libyan Agenda: a Closer Look at Hillary's Emails*, por Ellen Brown, 14/3/2016, <https://www.counterpunch.org/2016/03/14/exposing-the-libyan-agenda-a-closer-look-at-hillarys-emails/> Hoff, Brad, *Hillary Emails Reveal True Motive for Libya Intervention*, Foreign Policy Journal, 6/1/2016, <https://www.foreignpolicyjournal.com/2016/01/06/new-hillary-emails-reveal-true-motive-for-libya-intervention/>; acessados em 22/2/2015, 3/6/2019.

⁵⁵¹ *Gaddafi Planned Gold Dinar, Now Under Attack*, 5/5/2011, <https://www.thedailybell.com/all-articles/editorials/anthony-wile-gaddafi-planned-gold-dinar-now-under-attack/> *Gadhafi's Gold-money Plan Would Have Devastated Dollar*, 11/11/2011, <https://www.thenewamerican.com/economy/markets/item/4630-gadhafis-gold-money-plan-would-have-devastated-dollar>; acessados em 22/2/2015, 3/6/2019.

Na mesma linha de leitura coloca-se mais um analista, Ilana Mercer⁵⁵²:

Se as nações árabes e africanas tivessem começado a adotar uma moeda apoiada pelo ouro, isso teria tido importantes repercussões para os endividados governos ocidentais, mais significativos do que as supostas revoltas “democráticas” que atingiram a região este ano. [...] Se Gaddafi tivesse desencadeado uma revolução monetária impulsionada pelo ouro, ele teria feito mudar o seu próprio povo e o mundo em geral. Uma revolução de ouro liderada por Gaddafi, no entanto, teria colocado em risco as posições dos banqueiros centrais e de seus “agentes”⁵⁵³ de poderes políticos e da mídia.

A já citada criação pelos “rebeldes” de um “banco central” no lugar do “banco” do Estado lançou mais uma questão sobre a operação militar ocidental contra a Líbia: a decisão foi tomada um mês depois do início da revolta e da guerra civil, durante uma reunião em 19 de março, na qual o Conselho de Transição fez o anúncio, juntamente com o da criação de uma nova companhia de petróleo. Além disso, ele designou o Banco Central de Benghazi como uma “autoridade monetária competente nas políticas monetárias da Líbia”, nomeando também o Governador. É legítimo ter algumas dúvidas, se considerarmos a vulgata, difundida pela mídia e pelos governos da coalizão internacional anti-regime, segundo a qual foram insurgentes entre o povo que lançaram sua revolta contra Gaddafi, sem planejamento e de forma totalmente espontânea. Observa, de fato, Robert Wenzel em uma análise para *The Economic Policy Journal*⁵⁵⁴: “Eu nunca ouvi falar de um banco central criado em poucas semanas por um levante popular. Isso sugere que temos um pouco mais de um grupo de rebeldes e que existem algumas influências bastante sofisticadas”.

Ele acrescenta que a insurgência parecia um “grande jogo de petróleo e dinheiro”, com os verdadeiros rebeldes sendo usados como “fantoques e como cobertura”, enquanto a transferência de controle sobre o dinheiro e as reservas de petróleo estava sendo realizada.

Portanto, pode ser afirmado, em base ao material até aqui relatado - que representa uma pequena parte dos documentos, incluindo artigos, dossiês, livros e arquivos desclassificados - que a agressão contra a Líbia não teve como principal objetivo a segurança da população, mas a dos bancos, da finança global, do dinheiro e do petróleo⁵⁵⁵. A guerra da OTAN e dos rebeldes

⁵⁵² Mercer, Ilana, *Gadhafi a gold bug? Finally, a believable conspiracy*, *The Western Journal*, 25/08/2011, <https://www.wnd.com/2011/08/337881/#B1LXJF19OuuE0JWq.99>; acessado em 22/2/2015, 3/6/2019.

⁵⁵³ Do inglês “broker”.

⁵⁵⁴ *Libyan Rebels Form Central Bank*, EPJ, *Economic Policy Journal*, 28/3/2011, <http://www.economicpolicyjournal.com/2011/03/libyan-rebels-form-central-bank.html>; acessado em 22/2/2015, 3/6/2019.

⁵⁵⁵ Brown, Ellen, *Exposing the Libyan Agenda: a Closer Look at Hillary's Emails*, *Counterpunch*, 14/3/2016, <https://www.counterpunch.org/2016/03/14/exposing-the-libyan-agenda-a-closer-look-at-hillarys-emails/> Perucchiatti, Enrica, *Franco CFA, neocolonialismo, e dinaro oro di Gheddafi: le vere ragioni della guerra in Libia?*, *Uno Editori*, 23/1/2019, https://unoeditori.com/franco-cfa-dinaro-oro-gheddafi-le-vera-ragioni-della-guerra-in-libia/?fbclid=IwAR23jmdGI5_ydGeyK3C7VU3FHeechRLhxx7BSyl7Jx_4tAvzssRyKfFdhOU; acessado em 3/6/2019.

jihadistas – exaltados, como mencionado acima, em livros, serviços de TV e artigos de jornais, por intelectuais da esquerda neoliberal e por governos de diferentes estados europeus -, abriu as portas para a conquista da Líbia pelo neoliberalismo e pela violência jihadista: a privatização dos setores estratégicos da economia nacional da Líbia, a venda de seu setor público e de empresas nacionais foram certamente parte de um esquema predefinido da OTAN, em parceria, imediatamente após a derrubada do regime, com o Conselho Nacional de Transição que, com uma pressa surpreendente, como vimos criou uma nova companhia de petróleo um novo banco nacional, quando o conflito estava apenas começando⁵⁵⁶.

A nova companhia de petróleo e o Banco Central baseados na Cirenaica foram apenas os primeiros passos na conquista dos setores energético e financeiro da economia líbia, um espólio que atraiu muitos e a partir do qual começou outra invasão financeira, que levou à colonização da Líbia e de toda a sua esfera econômica.

Enquanto o Banco Central de Benghazi veio à luz sob o controle da britânica “Hong Kong and Shanghai banking Corporation (HSBC)”, uma empresa bancária em Hong Kong e Xangai, a nova companhia de petróleo logo acabou na órbita financeira do Qatar. O petróleo bruto começou a ser exportado da Cirenaica sob o olhar atento de Doha.

O produto da venda de petróleo foi usado ilegalmente pelos rebeldes, financiando a compra de armas, violando assim o tratado sobre o comércio de armas.

[...] Os ambientes bancário e financeiro dos países da OTAN foram particularmente favoráveis à guerra precisamente porque acreditavam que poderiam colocar as mãos nos investimentos e ações do governo líbio. Os principais patrocinadores do ataque incluem a sempre presente Goldman Sachs, a Société Générale SA, o grupo Carlyle, o JP Morgan Chase e o grupo de gerenciamento Och-Ziff Capital.

Não só começou uma corrida para despir os setores estratégicos da economia da Líbia e as empresas do setor público, mas abriu-se também a tendência de empréstimos maciços. A Líbia, um país que até então tinha a sorte de não ter qualquer dívida financeira externa, estava em dívida com uma série de empréstimos fraudulentos. Foram usados até os fundos financeiros congelados para garantir empréstimos com juros altos ao Conselho Nacional de Transição. O “European Bank for reconstruction and Development” também entrou em cena com o pagamento de empréstimos aos insurgentes sob o pretexto de promover a democracia. (NAZEMROYA, 2014, p. 227).

A guerra e os aliados da OTAN do Conselho Nacional de Transição arrastaram a Líbia para a armadilha da dívida; a agressão contra a Jamâhîriyya também conseguiu remover um estado emergente que incomodava muito no continente africano: o ministro da Cooperação Internacional da Líbia, Mohammed Siala, explicou como os EUA e seus principais aliados na UE (especialmente o Reino Unido e a França), não consideraram favoravelmente os planos de Trípoli para um desenvolvimento autônomo da África que poderia fechar-lhes as portas do continente.

Le email della Clinton rivelano il vero motivo dell'intervento in Libia, 26/6/2017, <https://comedonchisciotte.org/le-mail-della-clinton-rivelano-il-vero-motivo-dellintervento-in-libia/>
Hoff, Brad, *Hillary Emails Reveal True Motive for Libya Intervention*, Foreign Policy Journal, 6/1/2016, <https://www.foreignpolicyjournal.com/2016/01/06/new-hillary-emails-reveal-true-motive-for-libya-intervention/>; acessado em 3/6/2019

⁵⁵⁶ Varner, William, *Il Consiglio dei ribelli libici dà vita a una propria compagnia petrolifera per rimpiazzare quella di Gheddafi*, Bloomberg, 22/3/2011; acessado em 3/6/2019.

As ações da Líbia estavam atrapalhando as estratégias desses estados visando manter a África como um subúrbio não industrializado e subdesenvolvido dos quais saquear os recursos naturais brutos e não processados.

A guerra contra a Líbia também representa um ponto de virada para o entendimento franco-alemão, com a submissão final da França à Casa Branca. A Alemanha, por outro lado, tentou resistir ciente dos efeitos desastrosos que o controle do petróleo líbio por outros atores poderia ter sobre o euro e sobre as economias de diferentes países da UE, e tentou estabelecer um papel após a guerra, propondo que na Líbia, a OTAN fosse substituída por um contingente de paz da UE.

(NAZEMROAYA, 2014, p. 228).

5.6.3. Disputas comerciais e políticas

A França e a Inglaterra queriam com a guerra por as mãos no mercado líbio e excluir a Itália, até então um parceiro privilegiado⁵⁵⁷; entre a França e a Líbia havia uma disputa comercial aberta em 2007, quando Gaddafi cancelou o pacote de acordos, substituindo as empresas francesas por russas ou italianas, e provocando a reação de Sarkozy (BECHIS, 2011) que prontamente retaliou contra o coronel e procurou mostrá-lo como um tirano assassino do próprio povo, encontrando na Inglaterra e nos Estados Unidos, inimigos históricos da Líbia, aliados contra o regime.

Entre as já citadas razões da desestabilização da Líbia também deve ser mencionada a concorrência em projetos de autonomia africana entre 1) a Rússia e os EUA, 2) os EUA e a China e 3) os EUA e a Líbia: Sirte era, e ainda é, um foco de investimento internacional e de competição entre potências mundiais, e uma fonte de preocupação para os EUA e a Europa na histórica amizade entre a Líbia e a URSS e depois com a Rússia (que se absteve de apoiar a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU sobre a intervenção da OTAN contra a Líbia), que continuava a manter os EUA à margem (FORTE, 2012, p. 55-56).

⁵⁵⁷Perucchiatti, Enrica Marletta, Gianluca *Governo Globale*, Arianna Editrice, Bologna-Cesena, 2012; *Incontro Gheddafi-Sarkozy. L'apertura di credito al leader*, 11/12/2007, La Stampa, <https://www.lastampa.it/2007/12/11/esteri/incontro-gheddafisarkozy-polemiche-e-contratti-miliardari-714YVHP0IAEsLMjeBkNh6O/pagina.html>;

Présidentielle 2007: Kadhafi aurait financé Sarkozy, Mediapart, 12/3/2012,

<http://www.mediapart.fr/journal/international/120312/presidentielle-2007-kadhafi-aurait-finance-sarkozy>;

State Department releases over 3,000 Clinton emails on New Year's Eve, Fox News, 28/4/2016,

<https://www.foxnews.com/politics/state-department-releases-over-3000-clinton-emails-on-new-years-eve>;

Clamorosa intercettazione: la guerra di Sarkozy a Gheddafi e all'Italia, Scenari Economici, 9/1/2016,

<https://scenarieconomici.it/clamorosa-intercettazione-guerra-sarkozy-allitalia-libia-gheddafi/>;

Thawne, Elizabeth, *Morning Gold Fix*, in www.zerohedge.com;

https://nicolettaforcheri.wordpress.com/2014/02/04/la-zona-franco-appannaggio-del-signoraggio-coloniale-della-francia/?fbclid=IwAR3SoFQzaJY3up07hrpi_rSp5hZwhK9erOrdYWLihokO18cosXWRJep0JBg;

https://nicolettaforcheri.wordpress.com/2018/12/13/eurozona-tutte-le-eccezioni-della-francia/?fbclid=IwAR1WBrEn_3wrEkO2gIZy157nz6Nep7lnz8FZ4rFTKxHaVhZ2-PFASFA_wis;

acessados em 1/6/2018.

A China, que foi também um dos estados a se abster de apoiar a resolução da ONU, teve investimentos extensivos em Sirte: a China Railway Construction Corporation iniciou um projeto de 1,7 bilhão de dólares US para construir uma linha ferroviária ligando Sirte a Trípoli. A Líbia, segundo a embaixada dos EUA, era “um dos maiores parceiros comerciais chineses na África”; Sirte, em particular, era a interseção de várias linhas de competição internacional pela dominação na África: a linha de competição entre os EUA e a China, com a segunda que está expandindo sua influência por toda a África, e a linha de competição entre EUA e Líbia, na determinação do projeto de quem iria prevalecer (FORTE, 2012, p. 58).

Assim como o governo da Líbia começou a desmoronar após seis meses de contínuos bombardeios da OTAN contra suas tropas e brigadas civis, os EUA imediatamente correram para garantir oportunidades de negócios, especialmente os tipos que foram bloqueados antes. [...] À medida que as batalhas enfureciam em Sirte, no final de setembro de 2011, o embaixador americano Gene Cretz retornou a Trípoli [...] e imediatamente participou de uma conferência do Departamento de Estado com cerca de 150 empresas americanas que esperavam fazer negócios com a Líbia (FORTE, 2012, p. 61).

Um dos grupos bloqueados por Gaddafi era, por exemplo, a Bechtel, especializada em petróleo e gás, que opera em sessenta países, trazendo receitas bilionárias para os EUA e com conexões com a CIA - a família de bin Ladin era o investidor saudita com cerca de 10 milhões de dólares -, no entanto, como Gaddafi era um inimigo de al-Qâ'ida e contra o apoio saudita ao salafismo, ele impediu a Bechtel de operar em Sirte⁵⁵⁸.

Até mesmo o então primeiro-ministro turco Tayyip Erdogan e membros da OTAN visitaram Trípoli, durante os combates em Sirte, na esperança de fazer negócios com os novos governantes.

Uma semana antes de Muammar Gaddafi ser assassinado em Sirte em 20 de outubro, uma delegação de 80 empresas francesas chegou a Trípoli para se reunir com o novo regime do CNT e o novo ministro da Defesa britânico, Philip Hammond, exortou as empresas britânicas a “arrumar suas malas” e ir para Trípoli. As empresas ocidentais de segurança, construção e infraestrutura transformaram a dependência e o apoio da CNT à OTAN em uma vantagem competitiva, pois identificaram oportunidades lucrativas na Líbia. (FORTE, 2012, p. 62).

No já mencionado relatório especial n. 2134, de 1996, sobre a Líbia, há um artigo com o título significativo “Can its resources be salvaged?”, a “Economist intelligence unit” (BESCHORNER, SMITH, 2016), que conta em detalhes a situação econômica, social e política da Líbia, com particular atenção aos seus recursos e à gestão da Jamâhîriyya, direcionando o estudo a uma possível mudança de regime e analisando cenários e atores, tensões internas: por

⁵⁵⁸ Dept. of connections: the contractors, The New Yorker, 5/5/2003

exemplo, na página 64 trata do tema de “lealdades tribais” e “privilégios”, colocando-os em relação e passa depois a falar

das forças contra Gaddafi criadas por um sentimento de desilusão, de cinismo de jovens líbios sujeitos a um regime compulsivo e repressivo percebido como opressivo e cuja doutrina do socialismo islâmico é condenada por todos por introduzir o controle centralizado do Estado sobre todos os aspectos da economia.

O relatório continua criticando e denegrindo a figura de Gaddafi e o sistema escolar, a falta de participação política, de atividades de diversão e recreação - como cafés, clubes esportivos, cinemas -, o declínio econômico e as restrições financeiras da maioria dos líbios, os salários congelados e assim por diante, sem sequer mencionar a década de sanções econômicas pesadas e embargos ao quais a Líbia foi submetida pelo governo dos EUA.

O relatório passa a mencionar os vários grupos da oposição para avaliar sua capacidade de implementar uma mudança de regime:

Há uma frente recém-formada de nacionalistas, liberais, socialistas e fundamentalistas islâmicos. [...] A desilusão cresceu consideravelmente devido ao fato de que não há alternativas claras para Gaddafi. [...] A oposição externa não é percebida como credível [...] e a da Frente Nacional de Salvação da Líbia é vista pelos seus detratores como conivente com a CIA (1996, p. 65).

Finalmente, o texto continua falando sobre os militantes islâmicos na Líbia e seu papel de ameaça à estabilidade do regime:

O fundamentalismo islâmico, ou populismo, como sua forma contemporânea pode ser descrita com mais precisão, atraiu a atenção da mídia devido às ameaças à estabilidade política e às demandas violentas e intransigentes por parte de seus adeptos, e sua filosofia da violência religiosa insurgente contra um poder secular tem um longo pedigree e numerosos apoiantes.

[...] Na Líbia, onde nenhuma oposição é tolerada, a oposição islâmica não é apenas excluída, mas também reprimida. [...] A oposição religiosa à Jamâhîriyya difere da dos grupos islâmicos que lutam contra regimes conservadores nos vizinhos Egito, Tunísia e Argélia e representa um retorno às gerações anteriores de fundamentalismo islâmico em conflito com o socialismo árabe.

Isso não impediu o surgimento de um vasto espectro de grupos de oposição islâmicos que vão desde a Irmandade Muçulmana conservadora até as associações mais progressistas identificadas com o movimento da Salafiya promovido pelo estudioso egípcio Mohammed Abdu no século XIX [...] para organizações militantes como a Partido da Libertação Islâmica e organização do Jihad islâmico.

Embora os grupos islâmicos - divididos e fracos - não tenham ligações aparentes com a oposição secular [...] eles são uma força latente a ser considerada. Eles atraem especialmente aqueles que foram feridos pelo modo como Gaddafi atropelou as crenças e costumes tradicionais durante a propagação de suas teorias políticas. [...] O Livro Verde e seu conceito de socialismo islâmico realmente ofenderam as sensibilidades religiosas. O principal campo de recrutamento de grupos islâmicos são os jovens, apesar da forte doutrinação do sistema educacional da Jamâhîriyya. As universidades da Líbia são o principal ponto da radicalização islâmica, apesar do fato de que os campos são estritamente controlados pelos chamados comitês estudantis revolucionários. Barba e véu estão voltando (1996, p. 67-68).

O relatório então analisa os cenários em uma Líbia pós-Gaddafi, argumentando que um governo civil é “altamente improvável”, assim como uma mudança pacífica da administração, já que “não há nenhum sucessor ou mecanismo constitucional designado ou procedimento para

facilitar uma transferência de poderes” e afirma que o sistema Jamâhîriyya não teria sobrevivido ao seu inventor; salienta a possibilidade de um “golpe militar”, com a tomada do poder pelas forças armadas e uma tentativa de formar um “governo de transição nacional” com os civis.

Na minha opinião, a parte que segue é particularmente interessante, com particular referência ao Islã:

as forças centrífugas em ação na Líbia de Gaddafi tornariam muito provável que sua derrubada fosse seguida por um período de caos, a eclosão de conflitos entre fações e a liquidação de dívidas antigas contra a qabila al-Qaddhafi, comitês revolucionários, serviços de segurança, vingança contra os membros da base de poder de Gaddafi e, possivelmente, até mesmo o ressurgimento da rivalidade tradicional entre Trípoli e Benghazi. Neste contexto, os tecnocratas líbios deveriam tentar manter algum tipo de ordem administrativa para evitar um colapso total. [...] Será mais fácil reparar a economia líbia do que os danos causados à sociedade em nome do desmantelamento do estado; os sucessores de Gaddafi terão que direcionar a maior parte de sua energia para a reconstrução interna. [...] Um regime pós-Gaddafi terá que ser mais responsável com os jovens e dar maior ênfase ao setor privado. [...] O Islã deveria ter uma parte motivadora (1996, p. 68-70).

Os projetos africanos de Gaddafi eram contrários, como vimos, às agendas americanas e europeias e suas corporações, e esses atores internacionais usaram o radicalismo islâmico para a mudança de regime: eles esperaram que as condições certas fossem cumpridas, sabendo que se apresentariam através do islamismo político e sua capacidade de desestabilizar e derrubar o “tirano”, isto é, o “mau governante” que não obedecia aos ditames baseados na doutrina salafista. Como escrevi nos capítulos anteriores, essa concepção do tirano digno de morte se desviar do caminho “islâmico” está muito enraizada no pensamento político islâmico, desde a época dos kharijitas até o presente com a Irmandade Muçulmana e sua filiação ideológica - al-Qâ'ida e o Dâ'ish. Para derrubar o tirano, o radicalismo não hesitou em se aliar a “inimigos” (pelo menos declarados como tal, embora vimos que a IM historicamente tinha boas relações com a Grã-Bretanha e depois com os Estados Unidos de Barack Obama e Hillary Clinton) como os EUA, Israel, Europa, OTAN, pois os objetivos em jogo eram maiores do que as consequências dessas alianças e seus compromissos ideológicos. Os ambientes da inteligência e os departamentos das relações internacionais dos Estados Unidos e Grã-Bretanha conheciam essas dinâmicas internas e as fortes rivalidades entre as qabilas, e esperavam que o momento propício se manifestasse; quanto aos serviços secretos franceses, estavam na Líbia já antes da revolta, agitando as divisões internas.

Ao nível organizacional e ideológico, o papel das formações islamistas foi fundamental, em particular da IM líbia na diáspora - especialmente em Londres -, do LIFG e de al-Qâ'ida; ao nível militar, os grupos jihadistas tiveram uma função mais de terror e desestabilização da

população do que de operação real: como foi escrito, sem o bombardeio da OTAN, eles não teriam conseguido derrubar o regime.

5.6.4. As agendas ocidentais estão em pleno andamento.

De acordo com o que foi escrito até agora, parece-me confirmada e documentada a hipótese da convergência de interesses entre a mudança de regime desejada pelos Estados Unidos e as potências europeias e os planos do islamismo radical que visava criar uma vasta área geoestratégica e rica em recursos, entre o norte da África e o Oriente Médio, onde recriar o Estado Islâmico, sob a proteção e controle do Qatar e da Turquia, e administrado pela Irmandade Muçulmana e outras forças do islamismo político salafista. Tudo isso, utilizando instrumentalmente o descontentamento popular por um padrão de vida mais baixo do que o desejado. Todavia, este projeto ambicioso do islamismo fracassou junto com as primaveras árabes, deixando vastas áreas do mundo árabe devastadas por guerras e subjugadas às agendas neocoloniais ocidentais e ao Golfo Pérsico (Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos) e onde as redes de al-Qâ'ida e do Dâ'ish impõem suas leis, e ferramenta útil, motivam a presença do AFRICOM e de tropas estrangeiras.

Novos cenários de guerra estão no horizonte também contra o Irã, um importante ator muçulmano não árabe em jogo no Oriente Médio, em competição com o inimigo histórico, a Arábia Saudita, e com a Turquia, e em aliança com o Qatar; a mídia internacional, mais uma vez, como aconteceu com o Afeganistão, o Iraque, a Líbia e a Síria e muitos outros, está preparando o consentimento para a próxima guerra contra mais um país rico em recursos e importante ao nível geoestratégico.

Conclusões

A presente tese tinha como objetivo destacar, em uma trajetória iniciada com a análise histórica do radicalismo islâmico desde suas origens até nossos dias, os vínculos operacionais, mas também ideológicos (veja-se a parte sobre a globalização e o islamismo), entre o islamismo e as agendas ocidentais, com atenção especial à Líbia. Para não dar à minha pesquisa uma conotação muito ideológica, escolhi usar o termo mais genérico de “agendas” e não os de “imperialismo ocidental”, ou de “neo-imperialismo” (apesar de serem utilizados em muitas pesquisas e livros de historiadores e especialistas em geopolítica), para enfatizar os aspectos geopolíticos e as atividades das políticas ocidentais. Contudo, isso não significa que o chamado Ocidente - o vasto grupo de membros da OTAN, liderado pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, com uma França muito ativa e dominadora, e seguidos por Emirados Árabes, Qatar e Arábia Saudita – não esteja implementando planos neocoloniais: sem dúvida está em plena atividade colonizadora e a guerra contra a Líbia é um dos muitos trágicos exemplos. A “coalizão dos dispostos” (*coalition of the willing*)⁵⁵⁹, uma quadrilha internacional de governos predadores dos recursos de outros países, parece ter ainda muita “vitalidade” bélica, embora, graças à Rússia e à China, por enquanto não conseguiu fazer guerra contra a Síria, pelo menos não diretamente.

Como já aconteceu no período colonial europeu – com os chamados Estudos Orientais -, os países envolvidos nas políticas imperialistas produzem estudos importantes de políticas, geopolítica, religião etc. e análise aprofundada. A maior e melhor quantidade de estudos sobre o mundo árabe e islâmico e sobre a Líbia vem dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, dois dos países que, juntamente com a França e a Itália, estão mais envolvidos nas dinâmicas líbias; portanto, em meu trabalho bibliográfico tive a oportunidade de consultar muitos textos de centros de estudos estadunidenses e britânicos, tanto sobre o islamismo radical quanto sobre questões geopolíticas do Oriente Médio e do norte da África. Nestes dois países, existem centros de pesquisa de alto nível e até jornalistas altamente qualificados.

De março 2015 a fevereiro de 2019, na minha pesquisa bibliográfica, trabalhei com os textos e as análises de importantes estudiosos internacionais - professores universitários de antropologia, ciência política, relações internacionais, história, estudos islâmicos e geopolítica;

⁵⁵⁹ A “Coalizão Multinacional no Iraque” (em inglês “Força Multinacional - Iraque”, “MNF-I”) é o grupo de países agregados pelos Estados Unidos para derrubar o regime iraquiano de Saddam Hussein durante a Guerra do Iraque da primavera de 2003 e, em seguida, para participar da “estabilização” (leia-se, ocupação do território e dos recursos) do Iraque. Essa coalizão às vezes é chamada de coalizão do “dos dispostos” (*coalition of the willing*), um termo usado pelo governo Bush durante a invasão para elogiar os países que o apoiavam ou estavam participando.

consultei uma ampla variedade de livros, artigos, documentos, verificando suas confiabilidades com base nos autores.

Em relação à pesquisa de campo, fiz 30 entrevistas, das quais 25 a líbios na Tunísia e na Europa e via Skype, Messenger e WhatsApp na Líbia (porque, por razões de segurança não foi possível ir até lá), e cinco a muçulmanos de vários países. Procurei escolher pessoas com diferentes visões políticas e contextos culturais, a fim de ter a maior variedade possível de opiniões; portanto, cada um forneceu-me versões e diferentes motivações do drama líbio: da questão das lutas entre qabilas e entre movimentos e facções, às políticas do regime, às interferências e agendas externas (ocidentais e árabes), ao islamismo radical, aos longos anos de sanções e embargo internacional. Encontrei líbios que viam em Gaddafi e em seu regime de quarenta anos a responsabilidade do desastre, e outros que apontavam o dedo para os planos neocoloniais ocidentais de mudança de regime, roubo de recursos e ataque aos projetos pan-africanos do Coronel; outros que o odiavam profundamente ou que o exaltavam; outros que agradeciam à OTAN por sua ajuda no levante (bombardeio) e apoio aos rebeldes, e aqueles que estão pedindo uma investigação internacional por “crimes contra a humanidade” contra os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a OTAN e que acreditam que as verdadeiras razões para a derrubada do regime estão nas políticas pan-africanas (contraditórias) do “Irmão Líder” e em seus projetos de dinar africano do ouro. Portanto, sintetizando, há três linhas principais de pensamento: pró-Gaddafi, com poucas críticas para com suas políticas; os adversários, com pouca inclinação para reconhecer suas políticas positivas; os muitos “arrepentidos” da revolta de 2011: são os ex-adversários que agora, dada a dramática situação da Líbia, afirmam que “era melhor antes”. Eles estão dispostos a rever as políticas do antigo regime de maneira mais favorável, diante do caos atual e da ameaça do radicalismo islâmico e dos saqueadores do imperialismo ocidental. Mas é tarde demais e não há muitas esperanças de paz e estabilidade na Líbia, pelo menos nas próximas décadas.

Da minha pesquisa de campo e bibliográfica, das várias fontes - primárias e secundárias – ressalta-se que o “caos da Líbia” tem múltiplas e diversificadas causas internas e externas: certamente, na base da revolta, havia uma necessidade geral de mudança interna, por maiores espaços de debate social e político, de maior equidade e distribuição de riqueza e poder, que, como escrevi, eram administrados principalmente pelas qabilas ao redor dos Gaddafi. Como evidenciado por vários meus entrevistados e textos analíticos, a maioria da população líbia não queria uma mudança “de” regime, mas uma mudança “no” regime, ou seja, mais “democracia” e liberdade, portanto, a onda de revoltas da chamada Primavera Árabe envolveu jovens e adultos também na Líbia. A parte da população que queria derrubar o regime foi, em particular (mas

não somente), a dos islamistas da Irmandade Muçulmana e os LIFG, que, como vimos, foram severamente perseguidos, sofrendo tortura, prisão e execuções: lembro-me dos duros comentários de vários conhecidos da Irmandade Muçulmana europeia em relação a Gaddafi, durante os meses do levante e da primeira guerra civil, que o acusavam, e não sem razão, de ter usado muita violência contra seus colegas da Irmandade líbia. Essa violência produziu um ódio visceral que, combinado com questões ideológicas e com o projeto do neo-califado, sobre o qual escrevi nos capítulos anteriores, levou-os a se unirem às forças da OTAN e a devastar um país até então relativamente próspero e com um bom padrão de vida.

Contudo, para evitar cair na justificativa das escolhas devastadoras da Irmandade Muçulmana e seus aliados do LIFG e da al-Qâ'ida (também com efeitos trágicos em outros países como na Síria e no Iêmen), deve-se lembrar que todos esses grupos tentaram, durante anos, derrubar o regime da jamâhîriyya por questões ideológicas, políticas e religiosas, que pouco tinham a ver com o bem-estar da população no seu complexo, mas, sobretudo, com visões de um sistema sociopolítico particular: o do islã político. Para esses movimentos, como vimos, Gaddafi e sua Revolução Verde eram uma representação blasfema, um governo e um governante “ruins” que precisavam ser derrubados. A partir daqui começou a perseguição de Gaddafi e de seus comitês revolucionários contra os inimigos internos. Tratava-se de dois sistemas de pensamento e de mundo conflituosos e incapazes de coexistir sob o mesmo céu líbio.

Minha pesquisa ressalta que o islamismo jihadista infiltrou-se na revolta desde os primeiros dias, transformando-a em “mudança de regime”: como vimos, na troca de e-mails entre Hillary Clinton e Sidney Blumenthal, é explicado que os fatos, esvaziados de propaganda e manipulações, contam “verdades” diferentes daquela difundida durante os meses de bombardeios da OTAN, ou seja que rebeldes no leste da Líbia incluíram muitos elementos jihadistas, como o LIFG e al-Qâ'ida no Magreb Islâmico (AQIM), que se infiltraram no Conselho Nacional de Transição. Os e-mails mostram também que Sarkozy estava muito preocupado com estas questões e queria entender “o papel da Irmandade Muçulmana na liderança rebelde”. Blumenthal, por sua vez, explica que a inteligência europeia temia que o novo governo pudesse autorizar a AQIM ou outros grupos islâmicos a criar “pequenas entidades locais semi-autônomas” ou “califados” nas regiões produtoras de petróleo e gás do sudeste da Líbia.

Em março de 2011, políticos e inteligências ocidentais estavam conscientes do sério risco representado pela presença do islamismo radical e do terrorismo, prontos para explorar o vácuo de poder que a guerra estava criando na Líbia, mas essa consciência não os fez desistirem, tudo

pelo contrário: as milícias jihadistas receberam todos os meios militares possíveis, foram financiadas e até treinadas, uma vez que eram a ferramenta útil para o neocolonialismo e seus roubos de recursos.

A desempenhar um papel importante a este respeito, no entanto, havia a proximidade dos vários representantes da IM aos Estados Unidos, que ressaltou em particular durante as primaveras árabes, como já mencionei na premissa e nos capítulos 1 e 2 desta tese: durante meu trabalho jornalístico entre as comunidades islâmicas na Europa e no mundo árabe, no período das revoltas de 2011, muitas vezes assisti a discussões sobre a cooperação entre a IM e os Estados Unidos e, em particular, no que diz respeito à Líbia, em apoio ao bombardeio da OTAN. Esta aliança entre as forças do islamismo político internacional e os EUA foi considerada útil e frutífera para a mudança de regime na Síria e na Líbia, por exemplo; o presidente Obama, como escrevi, era considerado um “irmão” por causa de suas origens familiares e proximidade ao movimento da IM e um aliado confiável. Parecia-me, naquela época, que não existia uma abordagem crítica em relação a essa colaboração, nem uma análise dos prováveis efeitos “colaterais” da derrubada dos regimes sírio e líbio, dos bombardeios ocidentais e do caos que certamente iria seguir. De fato, em nenhum momento de discussões presenciais ou em conversas nas redes sociais dos “Irmãos”, ouvi ou li análises políticas ou geopolíticas que levassem em consideração potenciais desenvolvimentos negativos ou resultados destrutivos - para os dois países e populações - das atividades de mudança de regime, ou que suas escolhas pudessem ter como consequência o desastre humanitário na Síria e na Líbia desde 2011.

Nada disso foi levado em conta e qualquer um que tentasse colocá-los diante de prováveis cenários futuros dramáticos era acusado de “não entender nada”, de “não conhecer nossos planos” ou de apoiar os novos “Hitler” (Assad e Gaddafi). Portanto, o pensamento fundamental dos líderes da IM internacional era a queda dos dois regimes que eles odiavam, devido às perseguições que a família Assad na Síria e Gaddafi na Líbia desencadeara nas últimas décadas contra seus membros e líderes.

Contudo, além de serem considerados “tirânicos”, os governos sírio e líbio eram julgados como infiéis pois o da Síria é alawita (e não-sunita), e o da Líbia não representativo da doutrina salafista e, pior, era seu inimigo declarado. Era, pois, necessária sua substituição por governos onde a lei islâmica pudesse ser aplicada e, acima de tudo, em vista da criação de uma vasta área, do norte da África ao Oriente Médio, governada pelo movimento da IM e seus líderes: isto é, um moderno “califado” sob a direção da Turquia e do Qatar, cujos regimes são apoiadores e patrocinadores da Irmandade.

Este plano previa o uso da força bélica, o treinamento militar ocidental, o suprimento maciço de dinheiro, armas e recursos para os líderes jihadistas e o estabelecimento de regimes dominados pela Irmandade, que os EUA consideravam “ferramentas úteis”, do norte da África ao Oriente Médio.

Por seu lado, entre 2011 e 2014, os governos europeus, parte desses planos para a reconfiguração das regiões árabes e islâmicas ricas em recursos, e cientes do papel da IM, permitiram que milhares de jovens e adultos deixassem as cidades europeias para o jihád na Líbia e na Síria, que se treinassem nos campos da al-Qâ‘ida e do Dâ‘ish, que voltassem para suas casas para fazer prosélitos pelas guerras em curso e assim por diante. Milhares e milhares de jihadistas transitaram na Grã-Bretanha como na Itália, na França e na Alemanha, tolerados ou “ignorados” pelos serviços, porque uma mudança de regime estava em andamento na Líbia e na Síria. Essas considerações - resultado de anos de pesquisa e observação -, foram confirmadas por líderes de mesquitas e centros islâmicos não-salafistas na Itália e por amigos de serviços de inteligência.

Fortalecida por esse poderoso apoio, que também incluiu a Turquia e o Qatar, a Irmandade juntou seus antigos e ambiciosos projetos de dominação regional e de criação de uma vasta área islamista com os das agendas coloniais ocidentais, tornando-se útil ao plano da Nova Ordem ocidental como uma ferramenta de desestabilização e caos permanente.

Alguém, agora, entre os membros da IM, começou a perceber que se tinham reproduzidas dinâmicas semelhantes às de cem anos atrás entre líderes árabes e a Grã-Bretanha, que levaram aos notórios acordos de Sykes-Picot e à divisão do mundo árabe entre França e Inglaterra. Outros entenderam que, talvez, não valesse a pena derrubar o regime, ainda que não democrático, ao preço do derramamento de sangue e da destruição; mas muitos outros continuam a pensar que agiram de forma coerente com seus princípios, que, como vimos, não são antitéticos aos do capitalismo neoliberal belicista ocidental, nem aos princípios da globalização.

De fato, como escrevi no cap. 4, globalização, modernidade e islamismo político não são rivais ideológicos, mas estão em uma relação de causa-efeito, sendo este último um produto das outras duas. Portanto, a posição de muitos Irmãos da elite islamista europeia e americana é coerente com os princípios nos quais sua ideologia se baseia, isto é, o capitalismo neoliberal. Recentemente li comentários em um grupo Whatsapp de jovens da IM que ia nessa direção, principalmente para com a Síria. Quanto à Líbia, eles são mais silenciosos: Trípoli e seus arredores ainda estão nas mãos de seus colegas da Irmandade, embora as ações de Haftar na região possam levar a mudanças de cena. De qualquer forma, eles ainda têm os Estados Unidos

e a Grã-Bretanha (e os inevitáveis Qatar e Turquia) ao seu lado, enquanto a Itália tenta ficar com todos, para não perder posições estratégicas.

Perspectivas e cenários futuros

O relatório do Comitê de relações exteriores do parlamento britânico⁵⁶⁰ reconheceu que a intervenção ocidental na Líbia em 2011 não se baseou apenas em informações falhas, mas também pavimentou diretamente o caminho para o ressurgimento de grupos terroristas islâmicos no país. O que havia sido propagado inicialmente como uma espécie de “intervenção humanitária” para “proteger” os civis da “tirania de Gaddafi” logo levou ao notório jogo de mudança de regime e ao desastre subsequente, à proliferação de grupos islamistas e à transformação da Líbia em um estado fragmentado.

Na Líbia de hoje os grupos políticos islamistas e as milícias são os verdadeiros “senhores”, e em conflito entre si ou com alianças instáveis e fluidas entre uma formação radical e a outra, com diferenças tênues no “método”, mas com as mesmas origens doutrinárias. Como muitos analistas e historiadores internacionais observam, esses grupos são a principal força no vasto território líbio: estão no controle das áreas mais importantes de petróleo ou gás, ou no trânsito dos condutos de ambos os lados dos recursos energéticos. Portanto, é difícil definir quais serão os futuros cenários, se não os de um conflito a baixa intensidade, mas contínuo, entre as várias forças em campo.

Um possível equilíbrio poderia ser representado pelo retorno ao poder dos Gaddafi, isto é, de Sayf al-Islam, apoiado por Haftar, e a renúncia forçada do governo islâmico de Trípoli, como alguns de meus entrevistados têm especulado; porém outras partes da população se opõem a essa solução e contestam quem o governo de Trípoli quem as ações de Haftar.

Para ter o controle de Trípoli, o exército de Haftar, dentro do qual convergiram militares pró-Gaddafi, tem que desarmar e neutralizar as milícias inimigas, caso contrário, a instabilidade continuará.

Há muitos interesses externos em jogo na Líbia e uma guerra por procuração entre os vários governos internacionais está em andamento; muito dinheiro e muitas armas circulam entre grupos, qabilas e milícias. Além disso, como mencionei anteriormente, não há figuras carismáticas ou proeminentes no cenário político que possam reunir as várias partes da

⁵⁶⁰ House of Commons, Foreign Affairs Committee, “*Libya: examination of intervention and collapse and UK’s future policy options*”, third report of Session 2016-17

população com história, tradições culturais e sociais bastante diferentes e com relações conflitantes.

Afinal, além de todas as análises e conclusões possíveis, a guerra da OTAN contra a Líbia realiza os planos coloniais dos anos 40: a separação do país entre esferas de interferência e controle estrangeiros e sua divisão. O que não foi realizado naquele período é proposto novamente a partir de 2011, e pelo que vemos até agora, há uma boa chance de ser realizado graças à ajuda do radicalismo. De fato, o islamismo substituiu um “governante ruim” por dezenas de outros muito piores. O “governo de Deus na Terra” desejados pelos seguidores de Ibn Taymiyya e al-Wahhab não se realizou, isto é, fracassou; em troca disso, está se espalhando o governo das multinacionais, pouco divino e muito humano, o caos e guerra permanente, motor de muitos negócios e enormes lucros. Quem sabe o que pensaria disso Ibn Taymiyya, o pai do islã político...

Quero concluir com as palavras do prof. Boyle:

Hoje, EUA/OTAN/AFRICOM/CENTCOM estão bastante ocupados em recolonizar a África e a redesenhar o Oriente Médio em parceria com Israel, uma combinação da Conferência de Berlim de 1884-1885, juntamente com os acordos Sykes-Picot de 1916. Não há fim à vista. Nem mesmo a luz proverbial no fundo do túnel da guerra global lançada pelas potências imperiais e coloniais brancas e racistas ocidentais, na aliança criminal dos Estados Unidos, OTAN, Europa e Israel contra os árabes, os muçulmanos, os estados e os povos africanos para subtrair seus recursos de hidrocarbonetos com um pretexto ou o outro ou com diferentes pretextos combinados.

Na construção do consentimento (Manufacture the consent) para as guerras americanas de agressão para alcançar o domínio global é usada qualquer tipo de propaganda, implementando inexoravelmente a “visão conjunta” do Pentágono de 2000 e obtendo uma dominação de amplo espectro da humanidade até 2020... (BOYLE, 2013, p. 154-156; 176-178).

Ou muito além desta data...

A escolha é entre mim e al-Qâ'ida. A Europa retornará aos tempos de Barbarossa. O regime aqui na Líbia está bem. É estável. Tento me fazer entender: se alguém ameaça, se tenta desestabilizar, isso leva à confusão. [...] Milhares de pessoas invadirão a Europa da Líbia. [...] Será uma crise mundial, uma catástrofe que se espalhará do Paquistão para o norte da África. [...] O risco de o terrorismo se espalhar em escala planetária é evidente.⁵⁶¹

⁵⁶¹ Entrevista de Gaddafi em 3/3/2011 a *Le journal du dimanche*. O artigo desapareceu do jornal, mas pode ser encontrado em outros sites:

<https://www.parismatch.com/Actu/International/Mouammar-Khadafi-on-a-tire-sur-personne-libye-guerre-civile-146414>

<http://blog.ilgiornale.it/rossi/2015/02/17/libia-gheddafi-e-quella-profezia-inascoltata/>; acessados em 21/7/2018 e 5/6/2019.

Glossário

’Ākhirah: reino espiritual, em oposição ao mundo e suas preocupações e posses terrenas temporais, o *dunya*.

Allâh: Deus.

É utilizada pelos falantes a língua árabe de todas as fés abraâmicas, incluindo judeus e cristãos, para se referir à mesma divindade monoteística.

O termo também era utilizado pelos habitantes pagãos politeístas de Meca como referência a um deus criador.

Na Arábia pré-islâmica *Allâh* não era considerada a única divindade: ele tinha companheiros, filhos e filhas - um conceito que o Islã revogou de maneira firme.

Existem semelhanças e diferenças entre o conceito de Deus expresso pelo Corão e pela Bíblia judaica: a palavra tem a mesma raiz de “el”, um dos termos que designam o Deus único na Bíblia e que forma o sufixo de numerosos nomes próprios de origem hebraica ou aramaica - Daniel, Rafael, Miguel, Gabriel e inclusive Abdallâh (“servo de Deus”) com referência ao termo *Allâh* que também designava, antes mesmo do Islã, um deus do panteão em Meca.

A palavra é uma contração de al-Ilâh, “O Deus”.

O termo “deus”, que se refere a qualquer outra divindade, é *ilâh*, plural *ilâhât*.

Al-faqîh: é um especialista na *fiqh*, a ciência do direito islâmico.

Um alfaqui é um experto em uma das escolas tradicionais do *fiqh*, chamadas *madhab*.

No Islã sunita, existem as escolas Hanafi, Hanbali, Maliki e Shafi’i.

O alfaqui é um mestre na metodologia (*usûl*) usada por uma ou mais destas escolas, e é capaz de aplicá-la para chegar às decisões tradicionais da sua respectiva escola.

’Ālim, plur. **’Ulamâ’**: sábio, erudito, conhecedor da lei islâmica. Trata-se de um teólogo.

Aiatolá ou **aiatola** (em farsi *Ayatollah*, em árabe, *ayatul-Lâh*) é considerado sob as leis do Islã xiita o mais alto dignitário na hierarquia religiosa.

Existe uma diferença entre xeque, aquele que estudou a sharî’a em uma universidade islâmica, e o Aiatolá.

Este último é um título dado apenas àqueles que têm merecimento, seja por aclamação ou nomeação de outro Aiatolá ou indicação de um xeque.

Para ser um aiatolá, além de conhecimento e discernimento, ele deve ser descendente direto de Maomé.

Aiatolá significa “sinais de Alá” (singular: *ayah*, sinal).

Bayah: transação comercial; é um juramento de fidelidade e aliança a um líder.

Bid’a: inovação, novidade, doutrina herética, heresia.

Dâ’ish ou Daesh: al-Dawlat al-Islâmiyyah fî al-’Irâq wa sh-Shâm, estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIS), ou ISIS ou ISIL. Trata-se de uma organização radical islâmica.

Dâbiq: é uma revista online para fins de propaganda. Foi publicada pela primeira vez em julho de 2014, em diferentes idiomas. O primeiro número indica a data “Ramadân 1435” no calendário islâmico.

A revista está disponível, como muitas outras comunicações deste tipo, usando navegadores que permitem o acesso ao *deep web*.

Dâbiq é o nome de uma região no norte da Síria, mencionada em um *hadîth* de Şahîh Muslim, onde teria que acontecer a batalha apocalíptica final entre os Muçulmanos e os Rûm (termo erroneamente traduzido como “Romanos” enquanto trata-se dos Bizantinos, Império Oriental), que terminará com a vitória do primeiro e com o triunfo final do Islã na Terra.

Dajjâl: o mentiroso; falso profeta. Al-Masih ad-Dajjâl é “O impostor”, “enganador”, o falso Messias, o Anticristo. Na escatologia muçulmana se trata de uma figura representante o mal: o Impostor disfarçado como o Messias, antes do Dia da Ressurreição.

Dâr al-Islâm: Casa da Paz, ou seja, os países muçulmanos.

Dâr al-Ḥarb: Casa da guerra, ou seja, os países ainda não muçulmanos, com os quais se estabelece um pacto ou tratado de paz que os transforma em Dâr al-‘Ahd (Casa do pacto). Atualmente é usada a expressão Dar al-Kufr: Casa de descrença, em relação aos países não-muçulmanos.

Da‘wa: a prática de divulgação do Islã no mundo. Trata-se de uma obrigação.

Dunya: o mundo material com suas preocupações e posses terrenas temporais.

Fatwâ, plural, fatâwâ: no direito islâmico é um pronunciamento legal emitido por um especialista na lei religiosa sobre um assunto específico.

Fiqh: a jurisprudência islâmica. Significa literalmente “entendimento” e, no seu sentido islâmico, “jurisprudência”, pois a compreensão do Corão e da Sunnah servia para determinar as decisões legais.

O historiador Ibn Khaldun define o fiqh como o “conhecimento dos mandamentos de Deus sobre a ação, descrita como wâjib (obrigatória), ḥarâm (proibido), mandûb (recomendado), makrûh (reprovado) ou mubâh (indiferente)”.

Fitna: tribulação, desacordo, disputa, separação e discórdia na grande ummah islâmica; guerra civil. Nesse caso indica o primeiro conflito civil violento e dramático - teológico, mas também político - que se desenvolveu no início do Islã, na época dos califas ortodoxos, os Rashidun.

Hijra, Hégira, separação, migração. É a migração ou viagem do Profeta Muḥammad e seus seguidores de Meca a Yathrib, Medina, em 622. A partir dessa data começa o calendário muçulmano.

Muhâjirûn são os primeiros muçulmanos, que com o Profeta Muḥammad, fizeram a hégira, a emigração.

Ḥadîth, plur. ‘aḥâdîth. Representam um corpus de lendas, fatos e histórias sobre a vida do Profeta Muḥammad que compõe a Sunnah.

A lei islâmica, shari‘a, é deduzida pelo Alcorão e pela Sunnah.

Para a maioria dos muçulmanos, o hadîth contém uma exposição com autoridade dos significados do Alcorão.

Os ‘aḥâdîth foram escritos a partir do século VIII (menos de 100 anos após a morte de Maomé e seus companheiros). Mais tarde, eles foram editados. Este processo tomou duas formas:

musnad - classificação de acordo com os nomes dos tradicionalistas

musannaf - classificação de acordo com o tema; editado de acordo com o conteúdo.

Os diferentes ramos do Islã (sunitas e xiitas) aceitam diferentes coleções de ‘aḥâdîth.

A cadeia de autoridades: todos os ‘aḥâdîth são acompanhado de uma lista de autoridades (*isnâd*), em forma de cadeia de transmissão oral.

Essas cadeias são essenciais na hora de determinar a validade e o alcance da tradição.

Os atribuídos a Maomé são, evidentemente, mais valiosos que os demais.

As cadeias podem ser bastante largas, porém a maior parte delas é de um século ou dois depois da morte de Muḥammad.

O problema é que há milhares e milhares de ‘aḥâdîth e cada grupo, movimento, pessoa, pode escolher o que considera útil para justificar suas escolhas ou políticas. Por exemplo, o Dâ‘ish faz uso extensivo de ‘aḥâdîth, procurando os que tornam legal o seu comportamento.

Entre os estudiosos muçulmanos há uma discussão importante sobre esse assunto.

Ijtihâd: “esforço de raciocínio independente”. Da raiz verbal JHD, fazer um esforço, lutar, “lutar consigo mesmo” por meio de uma profunda reflexão.

Designa o esforço de reflexão que os ‘ulamâ‘ ou muftî, juristas muçulmanos, empreendem para interpretar os textos fundadores do Islã (o Corão e a Sunnah) e deles deduzirem o direito islâmico e informarem o fiel sobre a natureza de uma ação (se é lícita, ilícita, reprovável, etc.)

Ijtihâd é definido como um processo de raciocínio jurídico através do qual o jurista derivava ou racionalizava leis sobre a base do Alcorão e da Sunnah, durante o período inicial do Islã (SCHACHT, 1983; AL-HIWAR, 2012).

Desde o século X, somente os xiitas reconhecem e praticam o ijtihâd, enquanto o sunismo pratica principalmente o taqlîd ou “imitação”.

Mujtahid (aplicado, diligente) é aquele que realiza esse esforço de reflexão do ijtihâd e se opõe ao taqlîd.

O “fechamento da porta do Ijtihâd”.

Por volta do início do século X (VII h.) a maioria dos juristas sunitas argumentou que todas as grandes questões da lei religiosa tinham sido resolvidas, permitindo assim ao taqlîd ter prioridade sobre o ijtihâd.

Um consenso estabeleceu-se gradualmente no sentido de que a partir desse momento em diante, ninguém foi considerado qualificado para um raciocínio independente em referência à lei religiosa, e todas as atividades futuras teriam de ser confinadas à explicação, à aplicação e, no máximo, à interpretação da doutrina.

No entanto, os muçulmanos xiitas reconheceram o raciocínio humano e o intelecto como uma fonte legal que complementa os textos revelados, continuando, assim, a reconhecer a importância do ijtihâd.

Durante a virada do século XVII, sunitas muçulmanos reformistas começaram a criticar o taqlîd e promoveram uma maior utilização do ijtihâd em assuntos jurídicos.

Nos anos mais recentes, o ijtihâd è ao centro da discussão pública, pois os reformadores defendem a “substituição do taqlîd com o ijtihâd como uma forma de enfrentar as questões jurídicas levantadas pelo contato com a sociedade ocidental moderna” (Schacht, 1983).

Ikhwân: Irmãos. Trata-se também de grupos ou movimentos presentes na história islâmica: é uma milícia religiosa islâmica criada por Ibn Sa’ûd em 1912. Seus membros são recrutados entre as qabilas beduínas.

São também os al-Ikhwân al-Muslimûn (*Jama‘at al-Ihwân al-muslimîn*), a Irmandade Muçulmana, o movimento criado em 1938 por Hasan el-Bannâ’.

Imâm: aquele que guia ou aquele que está na frente; é o pregador no culto islâmico. Entende-se também os principais líderes religiosos que sucederam ao profeta Muḥammad.

Na doutrina sunita usa-se o título Imâm paralelamente ao título de Califa.

Os xiitas, e em particular os imamitas, os chamados “Xiitas dos Doze”, elevam o significado do termo, pois são seguidores dos doze imames da família de ‘Alî enquanto sucessores legítimos de Muḥammad.

O décimo-segundo imam é para eles o Imam Oculto.

Para os outros muçulmanos esta forte veneração dos imames pelos xiitas é vista com suspeita de heresia.

Infitâh: abertura liberal. É o termo que o governo egípcio de Anwar al-Sadat deu no início da abertura econômica dos anos 1970 e que pôs fim ao modelo econômico seguido desde o tempo do nasserismo.

Esta mudança significou a abertura de fato à lógica do mercado. Foi também uma profunda e radical mudança nas alianças internacionais, com o abandono da amizade privilegiada com a União Soviética e a aproximação com os Estados Unidos.

Esta mudança, o que significou a abertura do fato de que a lógica do mercado e colocar, por exemplo, o fim dos arquivos que diariamente os egípcios tiveram que fazer para se abastecerem de bens de consumo, foi o primeiro passo visível tomado no sentido de uma profunda e radical mudança nas alianças internacionais, com o abandono amizade privilegiado até então observada a União Soviética e a aproximação substancial com os Estados Unidos.

Islâ, Islã: deriva da IV forma verbal da raiz SLM, *aslama*, e significa submissão (a Deus). Portanto, os muçulmanos são “os submetidos a Deus”.

Jihâd: deriva da raiz JHD e tem o significado de esforço, compromisso, luta interior, aplicação com zelo.

Faz parte dos atos de culto ou adoração, *‘ibâdât*, e está sujeito a diferentes interpretações, dependendo das correntes islâmicas. Na maioria dos casos é traduzido no Ocidente como “guerra santa”, mas é uma generalização pouco correta.

“Al-jihâd fî sabîl Allâh” é o esforço/luta no caminho de Deus, um “esforço sagrado”.

O Islã faz a distinção entre dois tipos de jihâd: 1) o “grande jihâd”, contra as paixões, contra a alma que se perde (*nafs ammâra bi-s-sû’*: o Ego que se dirige para o mal, ou ordena o Mal), é o esforço no caminho do Bem, social ou pessoal; é a perseverança na fé e durante as adversidades da vida. 2) O jihâd menor, o pequeno jihâd (*jihâd al-asgharu*): o esforço militar defensivo que deve ser feito com as armas para a defesa da comunidade, a ummah, o Dâr al-Islâ, o território do Islã, quando é ameaçado por inimigos.

Isto não tem nada a ver com a guerra indiscriminada, com genocídio de populações, torturas, cadáveres despedaçados, órgãos internos comidos, estupros, etc., práticas proibidas na tradição islâmica.

Jihâd enquanto um esforço militar é um conceito que se presta a diferentes interpretações e utilizações, dependendo das escolas legais e atuais.

Para o Islã, historicamente, a guerra ofensiva/defensiva é um meio, uma “revolução”, para garantir o governo da sharî‘a contra a arbitrariedade e a soberania humana.

Em particular, para certas correntes de radicalismo islâmico, a guerra ofensiva é um ato revolucionário, uma ação para restaurar a justiça; é uma luta contra o *status quo* e para garantir o governo de Deus.

Quem morre fazendo o jihâd é um mártir e vai para o céu.

A guerra na história do Islã tem sido um instrumento de conquista, muitas vezes utilizado em conjunto com a penetração comercial e o proselitismo (em particular na África).

No jihâd tudo está sujeito a regras: o tratamento de prisioneiros, a divisão dos despojos tomados aos inimigos, etc., e o jihâd interior deve ter precedência sobre o exterior, mesmo quando este está em andamento, a fim de evitar a brutalidade, as ações injustas, etc.

Devido à degeneração causada por uma prática política - que os tradicionalistas consideram não-islâmica-, de vários movimentos radicais violentos, o conceito de “pequeno jihâd” torna-se uma prioridade e é transformado em jihâd *tout court*, como é bem explicado nas declarações do Dâ‘ish.

Os salafistas tornaram o jihâd (no sentido de guerra ofensiva) uma obrigação do indivíduo, *fard al-‘Ayn*, que se impõe a cada um em todos os momentos, enquanto, em vez, a tradição sempre o considerou uma responsabilidade coletiva, *fard al-kifaya*, limitadas no tempo e no espaço e em situações de ameaças externas à *Dâr al-Islâm*, a Casa do Islã.

Jihadistas: são aqueles que fazem o jihâd, no sentido do luta militar, guerra ou terrorismo. Em particular, trata-se de militantes de grupos radicais violentos.

Jizya: um imposto cobrado a uma parte dos cidadãos não muçulmanos, os *dhimmîs*, de um estado islâmico.

Kâfir; plur. *kuffâr*: infiel, descrente.

Khalîfa: deriva da raiz *khalafa*, ser o sucessor, o vigário.

Era o chefe de Estado em um Califado (no passado, até a fim do Império Otomano), e o título para o governante da Ummah muçulmana, uma comunidade islâmica governada pela *sharî‘a*.

O título de califa foi inicialmente usado por Abû Bakr, o sogro de Muḥammad, quando o sucedeu pela primeira vez como líder da comunidade, em 632, e tornou-se o título que se atribuía ao chefe do Islã.

O califa era escolhido através de uma eleição no Majlis al-Ummah (o Conselho da Ummah), órgão que reunia as principais lideranças das qabilas, e, mais tarde, provinciais.

Em 661, o cargo passou a ser hereditário, após um golpe de estado, sendo o Majlis deixado em segundo plano.

Kharijitas ou *Khawârij*: os que saíram. Foram o primeiro ramo a formar-se no Islã durante o cisma e as guerras de 655-661.

Liwâ': brigada.

Madhhab, plur. madhâhib: senda, opinião, ideia, ideologia, procedimentos, políticas. Trata-se das escolas jurídicas islâmicas.

Cada *madhhab* representava a expressão cumulativa de um *corpus* de opiniões legais associado a grupos específicos de sábios.

No islamismo sunita surgiram várias escolas, mas quatro são aquelas que permaneceram, cada uma denominada segundo seu fundador: 1) a escola hanafita (de Abu Ḥanafî, séc. VIII; II h.); 2) a escola malikita (de Malik ibn Anas, aproximadamente século VIII; II h.); a escola shafi'ita (de Muḥammad ibn Idris al-Shafi'i, século VIII-IX; II-III h.); 4) a escola hanbalita (de Aḥmad ibn Ḥanbal, século IX; III h.)

Hoje a divisão entre as escolas é, aproximadamente, a seguinte: Shafi'î (Malásia), Ḥanafî (subcontinente indiano, África ocidental, Egito), Malikî (África ocidental e do norte), e Ḥanbalî (península Arábica).

Medina: Madînah, Yathrîb, a Cidade do Profeta. Está localizada na região do Hejaz, na Arábia (Saudita). É a segunda cidade sacra do Islã. Foi o lugar para onde emigraram os primeiro muçulmanos fugindo de Meca, em 622.

Muftî: é um acadêmico islâmico ao qual é reconhecida a capacidade de interpretar a lei islâmica e de emitir *fatwâ*, plur. fatâwâ.

Uma *muftiat* ou *diyanet* é um conselho de muftis.

Mujâhid: aquele que faz um esforço, uma luta interna e para o bem da sociedade. Combatente, também num sentido militar. Veja-se o significado de jihâd.

Mullâh: é usado como título para homens muçulmanos educados na teologia islâmica e na sharî'a.

Deriva do árabe *mawlâ* que significa “mestre”, “guardião”.

Na grande parte do mundo islâmico é o nome usado para indicar o clero local ou os líderes nas mesquitas.

Munafiq, plur. munâfiqûn. Hipócritas, ou seja, aqueles que se dizem muçulmanos, mas não se comportam como tais, ou que fazem acordos com muçulmanos e depois não os respeitam.

Nahda: termo árabe para “despertamento” ou “renascimento”, reformismo islâmico (*Iṣlâh*).

Nifâq: hipocrisia.

Pan-islamismo: é uma reflexão política e religiosa, e depois um movimento, que apela à união política de todos os povos islâmicos através de uma renovação da função do Califado.

Al-Afghânî foi um dos primeiros pensadores da Nahda a propor esta teoria política para dar um novo impulso ao declínio do Império Otomano.

Qabila: termo árabe que origina a partir da raiz “aceitar, receber gentilmente, oferecer hospitalidade; fazer um acordo” e abrange o conceito de grupos, famílias, partidos com interesses e acordos entre eles. Nas línguas ocidentais é traduzido como “tribo”.

Qâdî, cádi ou qadi: é um juiz muçulmano que julga segundo a lei religiosa islâmica.

Os cádis julgam temas religiosos, tais como heranças, matrimônios, divórcios e todas as questões legais que envolvam muçulmanos, tanto em questões civis quanto penais.

A sentença de um cádi deve basear-se no *ijmâ'*, o consenso predominante dos ulemás, acadêmicos islâmicos.

Râfida(h), plural coletivo; sing. râfiḍî, “aqueles que rejeitam” ou “aqueles que recusam”. Deriva da raiz árabe RFD, “rejeitar”. Trata-se de um termo islâmico utilizado pelos radicais e que se refere àqueles que rejeitam a autoridade e liderança islâmicas “legítimas”.

O termo é usado de forma depreciativa pelos muçulmanos sunitas, especialmente os salafistas (em particular o Dâ'ish), em referência aos muçulmanos xiitas ou outros muçulmanos que se recusam seguir a ideologia deles.

Os muçulmanos xiitas não reconhecem Abû Bakr, 'Umar e 'Uthmân como os legítimos sucessores de Muḥammad, e mantêm 'Alî como o legítimo primeiro sucessor.

Riddah (o irtidâd): apostasia: deixar o Islã através da conversão a outra religião ou profissão de ateísmo; ou agir como um “não-muçulmano”. Da mesma raiz: Murtadd (plural, murtadûn, murtadîn) – apóstata.

Salaf, plur. aslaf: “piedos ancestrais”, os primeiros fiéis da recém-nascida comunidade muçulmana. Trata-se de três grupos geracionais: os “Şahâbi” (companheiros de Muḥammad), os “Tâbi’ûn” (os seguidores, ou seja, a geração após a do Profeta); os “Tâbi’ al-Tâbi’iyyîn” (aqueles que vierem depois dos seguidores). As três são consideradas “modelos”, em particular pelos salafistas.

Daqui, Salafiyya ou salafismo: uma escola de pensamento do islamismo sunita que remonta às três primeiras gerações.

O salafismo é uma doutrina radical reformista, que via na volta à pureza das origens, aos fundamentos da fé, aos primeiros seguidores do profeta Muḥammad, o verdadeiro Islã.

Shahâda: testemunho, declaração (de fé, um dos cinco pilares do culto); martírio.

Shahîd: testemunha e mártir; alguém morto em batalha contra os infiéis ou em ação.

Shâm: região do Mediterrâneo Oriental, conhecida como Levante ou região da Síria: Síria, Líbano, Palestina, Israel, Jordânia, Chipre e a província turca de Hatay.

Bilad al-Shâm: uma província do Califado.

Al-Shâm, ou Shâm, outro nome de Damasco.

Sharî’a: estrada, senda, a lei islâmica.

Shaykh, Xeque, Xeique ou Sheik, “ancião”. É um título honorífico em língua árabe, com o significado de “líder” ou “governador”, ou qualquer pessoa que goza de grande respeito, independentemente da idade.

É normalmente utilizado para designar o chefe de uma qabîla que herda esse título de seu pai, ou um estudioso islâmico, que alcança esse nível depois de se formar na escola básica islâmica. Normalmente, uma pessoa é conhecida como um xeque quando é especializada nos ensinamentos do Islã, e pode ter a responsabilidade de uma mesquita, conduzir orações, realizar casamentos e outras funções.

Xeque pode ser também sinônimo de ‘âlim. Seu papel nas antigas qabilas de beduínos era a de um líder espiritual-político e, em certos casos, militar.

Shaykh ul-Islâm: quem detém uma autoridade superior em questões islâmicas.

Takfîr: declarar um muçulmano um descrente, um apóstata. No Islã é uma acusação grave que pode levar à pena de morte.

Teoricamente, os únicos que poderiam lançar um takfîr são o ‘âlim ou o muftî.

No entanto, com a disseminação do salafismo wahhabita, agora qualquer muçulmano autodidata ou autoproclamado “califa” pode acusar de incredulidade outros correligionários.

Takfiristas: são aqueles que fazem o takfîr.

Trata-se de uma corrente ideológica e violenta ligada ao jihadismo.

Taqiyya: na tradição islâmica, em particular xiita, é a possibilidade de ocultar exteriormente ou mesmo negar a fé, de não praticar os ritos necessários prescritos pela religião islâmica para se proteger das perseguições ou ameaças graves.

O objetivo é evitar suspeitas, simulando uma atitude condescendente e não antagônicas, dentro de uma comunidade hostil ao crente ou a toda a comunidade.

Ummah: A comunidade dos crentes muçulmanos governada pela *sharî’a*.

Tâgût. O significado é “atravessar os limites”, “ultrapassar fronteiras”, “rebelar-se”. O termo refere-se à idolatria ou à adoração de qualquer coisa, exceto Deus. Na doutrina islâmica, o primeiro estágio do erro é o fisq (desobediência a Allâh), o segundo é o kufr, (ou seja, a rejeição do conceito de que se deve obedecer a Allâh). O último estágio é rebelar-se contra Allâh e impor a rebelião contra a vontade de Allâh aos outros. Aqueles que chegam a este estágio são tâgût. Os jihadistas lançam essa acusação a todos aqueles que não se conformam com a linha deles.

Fontes do glossário

Vocabulários árabes, entre os quais: *A Dictionary of Modern written Arabic*, Hans Wehr
The Columbia World Dictionary of Islamism, por Olivier Roy e Antoine Sfeir, 2007
Encyclopædia Britannica
Encyclopaedia Islamica Online Brill
Lewis, Bernard, *The Political Language of Islam*, University of Chicago Press, 1988
Schacht, Joseph. *An Introduction to Islamic Law*. Oxford University Press, 1983

Bibliografia

Enciclopédias e dicionários

The Columbia World Dictionary of Islamism, por Olivier Roy e Antoine Sfeir, 2007
 Encyclopædia Britannica
 Encyclopaedia Islamica Online Brill
 Enciclopédia História Geral da África, UNESCO
 Dicionários de Árabe

Bibliografia geral sobre o mundo árabe e islâmico (história, religião e geopolítica)

AV.VV., *The West and the Muslim Brotherhood after the Arab Spring*, Al Mesbar Studies & Research Centre in collaboration with The Foreign Policy Research Institute, 2013
 AV.VV., *The lines that bind. 100 years of Sykes-Picot*, Andrew J. Tabler Editor, 2016
 AYOUB, MAHMOUD, *Islam and the Third Universal Theory* (The religious thought of Mu'ammār al Qadhafī, Kegan Paul International, London and New York, 1987.
 AZM, SADIK J., AL, *Islamic Fundamentalism Reconsidered: A Critical Outline of Problems, Ideas and Approaches*, South Asia Bulletin, Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East, 1 and 2 (1993)
 ABU ZAYD, NASR, *Islam e storia: Critica del discorso religioso*, Bollati Boringhieri, Torino 2002
 ABU ZAYD, NASR, *Reformation of Islamic thought: a critical historical analysis*, Amsterdam University Press 2006
 ABDEL-MALEK, ANOUAR, *Le pensée politique arabe contemporaine*, Paris, Éditions du Seuil, 1975
 AL-AFGHANI, JAMAL AL-DIN, *Philosophie de l'union nationale basée sur la race et l'unité linguistique*, in "Partisan", 1970 n. 52
 AL-JABRI, MOHAMMED ABED, *Introdução à crítica da razão árabe*, Editora Unesp, São Paulo, SP, 1999
 AL-MAWARDI, ABU AL-HASAN 'ALI IBN MUHAMMAD IBN HABIB AL-BASRI, *al-Ahkâm al-sultâniyya w'al-Wilayat al-Diniyya* ((The Ordinances of Government - As leis do governo/ governance islâmica), Iraque, séc. XI (V h.)
 AL-SUYUTI, JALALUDDIN, *History of the Caliphs. Calcutta: J.W. Thomas, Baptist Mission Press, 1881*
 ALMEIDA E SILVA TERESA DE, *Islão e Fundamentalismo islâmico, das origens ao século XXI*, Pactor, Lisboa 2011
 ANDERSON, BENEDICT, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, 1993 [1983]
 ANTES, PETER, *O Islã e a política*, Paulinas, São Paulo, 2003
 ARKOUN, MOHAMMED, *Rethinking Islam*, Westview Press, 1994
 ARKOUN, MICHEL, *L'Islam, moral et politique*, Parigi, UNESCO-Desclée, 1986
 ATKINS, STEPHEN, *Encyclopedia of Modern Worldwide Extremists and Extremist Groups*, London 2004
 ATWAN, BARI ABDEL, *Islamic State, the digital caliphate*, Saqi Book, London 2015
 BAFFIONI, CARMELA, *I grandi pensatori dell'Islam*, Edizioni Lavoro, Roma 1996
 BASBOUS, ANTOINE, *O islamismo: uma revolução abortada?*, Coleção Tempo Nosso, Porto, Ambar 2003
 BERMAN, SHERI, *Islamism, Revolution, and Civil Society, Perspectives on Politics*, 2003, p. 258

- BOUZAR, DOUNIA**, *La Metamorphose opereee chez le jeune par les nouveaux discours terroristes*, CPDSI, novembre 2014
- BRANCA, PAOLO**, *Introduzione all'Islam*, ed. S.Paolo, Milano 1995
- BRANCA, PAOLO**, *I musulmani*, Il Mulino, Bologna 2000
- BRANCA, PAOLO**, *Il Corano*, Il Mulino, Bologna 2002
- BRISARD JEAN-CHARLES, MARTINEZ DAMIEN**, *Zarqawi, The New Face of Al-Qaeda*, Polity Press, Cambridge, 2005
- BRZEZINSKI ZBIGNIEW**, *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, 1997.
- BRZEZINSKI ZBIGNIEW**, *Second Chance. Three presidents and the Crisis of American superpower*, Perseus Books group, New York, 2007
- BUNZEL, COLE**, *From paper state to Caliphate: the ideology of the Islamic State*, Center for Middle East policy, Washington, march 2015
- BURGAT, FRANÇOIS**, *The Islamic Movement in North Africa*, University of Texas Press, 1997
- BURGAT, FRANCOIS**, *Face to Face With Political Islam*, I.B.Tauris, 2003
- BURKE, JASON**, *Al-Qaeda. Casting a shadow of terror*, I.B. Tauris & Co, London 2003
- BURKE, JASON**, *Al Qaeda: The True Story of Radical Islam*, Penguin, 2004
- BUSS, NATHANIEL J.E TERRY, PICARD LOUIS A.**, *Al-Qaeda in Africa: The Threat and Response*, in *African Security and the African Command: Viewpoints on the US Role in Africa*, Kumarian Press, 2011
- CAMPANINI, MASSIMO**, *Islam e politica*, Il Mulino, Bologna 1999 (2015)
- CAMPANINI, MASSIMO**, *Il pensiero islamico contemporaneo*, Il Mulino, Bologna, 2005
- CAMPANINI, MASSIMO**, *Ideologia e politica nell'Islam*, Il Mulino, Bologna 2008
- CAMPANINI, MASSIMO**, *L'alternativa islamica*, Bruno Mondadori, Milano 2012
- CAMPANINI, MASSIMO**, *Le rivolte arabe e l'Islam*, Il Mulino, Bologna 2013
- CARTER, A., DEUTCH, J., ZELIKOW, P.**, *Catastrophic Terrorism: Tackling the new danger*, Affari esteri 1998
- CHOMSKY, NOAM**, *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, Pantheon books, 2002
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL**, *War and Globalisation*, Global Outlook Publishing, 2003
- CONVERSI, DANIELE**, *Globalization, ethnic conflict and nationalism*, in: Turner, Bryan, (ed.) *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*. Routledge, London, UK 2009
- COSTA, HELDER SANTOS**, *O revivalismo islâmico*, Lisboa ISCP-UTL, 2001.
- CORBUCCI, CARLO**, *Il terrorismo islamico, falsità e mistificazioni*, 2011, Roma.
- CRONIN, PATRICK M.**, *Global Strategic Assessment 2009: America's Security Role in a Changing World*
- CURTIS, MARK**, *Secret Affairs: Britain's collusion with radical Islam*, Serpent's Tail, London 2010
- DEKMEJIAN, HRAIR**, *Islam in Revolution*, Syracuse University Press, New York 1995
- DELCAMBRE, ANNE-MARIE**, *Les khâridjites, les protestants de l'islam*, Clio, 2003
- DI RIENZO, EUGENIO**, *Il conflitto russo-ucraino. Geopolitica del nuovo disordine mondiale*, Rubbettino, 2015
- DONINI, GIOVANNI**, *Il mondo arabo-islamico*, Roma, Edizioni Lavoro (collana Islam, Popoli e culture), 1995
- DONINI, GIOVANNI**, *Il mondo islamico. Breve storia dal Cinquecento a oggi*, Roma-Bari, Laterza, 2003
- ESPOSITO, JOHN L.**, *The Islamic Threat: Myth or Reality?*, New York: Oxford University Press, 1992 e 1999
- ESPOSITO, JOHN**, *The Oxford History of Islam*, Oxford University Press, 1999

- ESPOSITO, JOHN**, *Unholy War: Terror in the name of Islam*, Oxford University Press, 2002
- ESTULIN, DANIEL**, *L'Impero invisibile*, Castelvechio editore 2014
- ÉTIENNE, BRUNO**, *L'islamisme radical*, Hachette, Paris 1987-2001
- FANON, FRANTZ**, *Pele negra. Máscaras brancas (1952-1975)*, Edufba 2008
- FATTAH KHALED**, *Tribes and tribalism in the Arab Spring*, University of Pelopponese
- FULLER, GRAHAM E.**, *The Future of Political Islam*, Palgrave MacMillan, 2003, p. 21
- GABRIELI, FRANCESCO**, *Il Risorgimento arabo*, Einaudi, Torino 1958
- GELLNER, ERNEST**, *Nation and Nationalism*, 1983-2006
- GHANNUSHI, RASHID**, *Al-Da'wa 'ila' at-Tarîq al-sahîh (O convite para o caminho certo)*, al-Ma 'rifa, V, 4, 1979
- GUELLOUZ, AZZEDINE**, *O Islão*, em "As Grandes Religiões do Mundo", direcção de Jean Delumeau. Lisboa, Editorial Presença, 1997
- HAIM, SYLVIA**, *Arab nationalism. An Anthology*, Berkeley, University of California Press, 1974
- HALLAQ, WAEL**, *The Origins and Evolution of Islamic Law*, Cambridge University Press. 2005
- HELLMICH, CHRISTINA**, *Al-Qaeda, from global network to local franchise*, Zed Books, London, 2011
- HILU, PAULO GABRIEL DA ROCHA PINTO**, *Islã: religião e civilização. Uma abordagem antropológica*, Editora Santuário, São Paulo 2010
- HIRO, DILIP**, *War without End: the rise of islamist terrorism and global response*, London and New Yor, Routledge, 2002
- HOURLANI, ALBERT**, *A history of the Arab peoples*, 1991 - *Uma História dos Povos Árabes*, 1991 (Companhia das Letras, 2005)
- HOURLANI, ALBERT**, *Arabic Thought in the liberal Age (1798-1939)*, London, Oxford University Press, 1970
- HROUB, KHALED**, *Political islam*, Soas Institute, Saqi Books, London, 2010
- HUWAIDI, FAHMÍ**, *Al Qur'ân wa-l-Sultân (O Alcorão e o poder)*, Dâr al-Shurûq, Cairo, 1982
- IANNUCCI MARISA**, *Contro l'ISIS. Le fatwâ delle autorità religiose musulmane contro il califfato di al-Baghdâdî*, Pozzi editore 2016
- IBN TAYMIYYA, TAQÎ AL-DÎN ABÛ AL-'ABBÂS AḤMAD**, *Majmû' al-Fatâwâ al-Kubrâ* (coleção de grandes fatwas);
- IBN TAYMIYYA, TAQÎ AL-DÎN ABÛ AL-'ABBÂS AḤMAD**, *al-Siyâsa al-shar'iyya fî islâh al-râ'î wa al-ra'iyya* (A legislação real para o bem-estar do soberano e seus súditos)
- IMPOSIMATO, FERDINANDO**, *La repubblica delle stragi impunite*, Newton Compton editori, Roma 2013
- GELVIN JAMES L.**, *The Arab uprisings*, Oxford University Press, 2015
- GLAZEBROOK, DAN**, *Divide and Ruin. The West's Imperial Strategy in an age of crisis*, Liberation Media, San Francisco, 2013
- JOMIER, JACQUES**, *Islamismo, história e doutrina*, Editora Vozes, 2002
- KADDOR, LAMIA**, *Zum Töten Bereit*, Piper Verlag, München/Berlin, 2015 ("Pronto para matar")
- KARSH, EFRAIM**, *Islamic Imperialism*, New Haven: Harvard University Press, 2006
- KEDOURIE, ELIE**, *Nationalism*, Oxford, UK/Cambridge, MA: Blackwell 1993
- KEDOURIE, ELIE**, *In the Anglo-Arab Labyrinth. The McMahon-Hussayn Correspondence and tis interpretation 1914-1939*, 1976
- KEPEL, GILLES**, *Le prophète et pharaon: Les mouvements islamistes dans l'Egypte contemporaine*, Paris, La Découverte, 1984.
- KEPEL, GILLES**, *Jihad: The Trail of Political Islam*, Harvard University Press, 2002, I.B. Tauris, 2003

- KEPEL, GILLES**, *Jihad, Expansion et déclin de l'islamisme*, Editions Gallimard, 2000
(*Jihad, ascensa e declino*, Carocci ed. Roma 2011)
- KERCKHOVE, FERRY DE**, *Egypt's Muslim Brotherhood and the Arab Spring*, CDFAI Fellow May, 2012
- KHALIDI, RASHID**, *The iron cage*, Beacon press, Boston 2006
- KINZER, STEPHEN**, *Overthrow: America's Century of Regime Change from Hawaii to Iraq*, Times Book-Henry Holt & Co, New York, 2006
- KLEIN NAOMI**, *Shock Economy (Shock doctrine)*, Rizzoli 2007
- KRAMER, MARTIN**, *Coming to Terms: Fundamentalists or Islamists?*, Middle East Quarterly Spring 2003, pp. 65-77
- LANO, ANGELA**, *Nakba, la tragedia del 1948*, Edizioni al Hikma, Imperia 2009
- LANO ANGELA**, *Donne islamiche in Italia* em "La donna nelle tre grandi religioni monoteiste", Edizioni Mille, Torino 2002
- LANO, ANGELA**, *Voci di donne in un hammam*, Emi, Bologna 2002
- LANO, ANGELA**, *L'Iraq, la guerra dei bugiardi*, em *La guerra, le guerre*, EMI, Bologna 2004
- LANO, ANGELA**, *Islam d'Italia*, Editrice Paoline, Milano 2005
- LANO, ANGELA**, *Verso Gaza*, Emi, Bologna 2010; *Towards Gaza*, Lulu (US, 2011)
- LAPIDUS**, *Ira, Storia delle società islamiche*, Einaudi, Torino, 1993
- LAOUST, HENRI**, *Les schismes dans l'islam*, Paris, Payot 1983
- LAROUI, 'ABDALLAH**, *Tradizione e tradizionalizzazione*, in *La rinascita del mondo arabo*, Roma, 1973
- LAROUI, 'ABDALLAH**, *Islam e modernità*, Marietti, Genova 1992
- LEWIS, BERNARD**, *The Political Language of Islam*, University of Chicago Press, 1988
- LEWIS, BERNARD**, *The Arab in history*, Near Eastern studies, Emeritus, Princeton Univ., 1950
- LEWIS, BERNARD**, *Islam in History*, Near Eastern studies, Emeritus, Princeton Univ., 1973
- LEWIS, BERNARD**, *The Middle East: A Brief History of the Last 2,000 Years*, ed. Simon & Schuster 1995
- LEWIS, BERNARD**, *The crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror*, New York, 2003 (A *Crise do Islã*, Jorge Zahar, RJ 2004)
- MACCHI A.**, *Rivoluzioni S.p.A*, Alpine Studio 2012
- MAHER, SHIRAZ**, *Salafi-Jihadism*, Random House, UK, 2017
- MALIACH, ASAF**, *Abdullah Azzam, al-Qaeda, and Hamas: Concepts of Jihad and Istishhad*, Military and Strategic Affairs, 2010
- MASSARA, MASSIMO**, *La terra troppo promessa*, Teti editore, Milão 1979
- MEDDEB, ABDELWAHAB**, *La Maladie de l'Islam*, Ed. Seuil 2005
- NAPOLEONI, LORETTA**, *Insurgent Iraq: Al Zarqawi and the New Generation*, Seven Stories Press, New York, 2005 (*Al-Zarqawi, storia e mito di un proletario* Giordano, Marco Tropea Editore, Milano 2006)
- NAZEMROYA MAHDI DARIUS**, *La Globalizzazione della Nato*, Arianna Editrice 2014
- Nazih, Ayubi**, *Political Islam: Religion and Politics in the Arab World*, London: Routledge, 1991, p. 256
- OSMAN, TAREK**, *Egypt on the brink. From Nasser to the Muslim Brotherhood*, 2013
- PACINI, ANDREA**, *I Fratelli Musulmani e il dibattito sull'islam politico*, Fondazione Giovanni Agnelli, Turim, 1996
- PAPPE, ILAN**, *The Ethnic Cleansing of Palestine*, One World Oxford 2006
- PAPPE, ILAN**, *A History of Modern Palestine*, Cambridge University Press, 2004
- PATTON, WALTER MELVILLE**, *Ahmed ibn Hanbal and the Miḥna A biography of the imām including an account of the Moḥammedan inquisition called the Miḥna, 218-234 A.H.* E.J. Brill, 1897

- PELLETREAU, ROBERT H., JR.**, *Symposium: Resurgent Islam in the Middle East*, Middle East Policy Council, May 26, 1994, *Middle East Policy*, Fall 1994, p. 2
- PERRUCCHIETTI, ENRICA**, *Governo globale*, Arianna Editrice 2013
- PERRUCCHIETTI, ENRICA**, *La fabbrica della manipolazione*, Arianna Editrice, 2014
- PERRUCCHIETTI, ENRICA**, *False Flag, sotto falsa bandiera. Strategia della tensione e terrorismo di Stato*, Arianna editrice, Bologna 2016
- POUTIGNAT, PHILIPPE – STREIFF-FENART JOCELYNE**, *Teorias da etnicidade*, Editora Unesp, 1997
- QUTB, SAYYID**, *al-‘Adâla l-ijtimâ’iyya fil-Islâm* (A justiça social no Islã), Dâr al-Kitâb al-‘Arabî, 1954
- QUTB, SAYYID** *Ma‘âlim fi l-tarîq*, (1964), Dâr al-Shurûq, Beirut 1979
- QUTB, SAYYID**, *Il futuro sarà dell’Islam (al-Mustaqbal li-hâdhâ - d-Dîn)*, Unione degli Studenti Musulmani in Italia, Ancona 1998
- RADAELLI, RICCARDO**, *Il fondamentalismo islamico*, Giunti, Firenze 2003
- RAPOPORT, YOSSEF E SHAHAB AHMAD**, *Ibn Taymiyya and his times*, Oxford University Press 2010
- REID, WALTER**, *Empire of Sand. How Britain made the Middle East*, Edinburgh 2013
- RIZZI, FRANCO**, *Dove va il Mediterraneo*, Castelvecchi, Roma 2013
- ROBSON, J.**, *Hadith*. Encyclopaedia of Islam. Ed. P.J. Bearman, Th. Bianquis, C.E. Bosworth, E. van Donzel and W.P. Heinrichs. Brill Academic Publishers.
- RODINSON, MAXIME**, *Islam et capitalism*, Éditions du Seuil, Paris 1966
- RODINSON, MAXIME**, *L’Islam politique et croyance*, Fayard, Paris 1993
- RODINSON, MAXIME**, *O islão político e crença*, Instituto Piaget, Lisboa 993
- RODINSON, MAXIME**, *L’Islam et marxisme*, in *Connaissance du Tiers Monde. Approche pluridisciplinaire*, “Cahiers Jussieu”, n. 4 Paris, Union Générale, 1978 d’Éditions
- ROY, OLIVIER**, *The Failure of Political Islam*, Harvard University Press, 1994
- ROY, OLIVIER**, *Les islamologues ont-ils inventé l’islamisme?*, L’Esprit, Aug.-Sept. 2001
- ROY, OLIVIER**, *Global Muslim, (L’Islam Mondialisé)*, Éditions du Seuil, 2002
- ROY, OLIVIER**, *Globalized Islam: The Search for a New Ummah*, London, Hurst/New York: Columbia University Press, 2005
- ROY, OLIVIER**, *The politics of Chaos in the Middle East*, Columbia University Press, 2008
- SAID, EDWARD W.**, *Covering Islam*, New York, Vintage, 1997, pp. 16-19
- SAID, EDWARD W.**, *After the last sky: Palestinian lives*, Vintage ed, London 1986
- SAID, EDWARD W.**, *Orientalism*, Routledge&Kegan Paul, London 1978
- SANFELICE DI MONFORTE, QUADARELLA LAURA**, *Terrorismo fai da te*, Aracne ed. 2013
- SCHACHT, JOSEPH**. *An Introduction to Islamic Law*. Oxford University Press, 1983
- SMITH, ANTHONY**, *The Ethnic Origins of Nation, (The formation of Nation)* Oxford, Basil Blackwell, 1986
- SIVAN, EMMANUEL**, *Radical Islam: medieval theology and modern politics*, New Haven and London, Yale University Press, 1990
- SHARP, GENE**, *Come abbattere un regime*, Chiarelettere, Milano 2011
- SOURDEL, DOMINIQUE**, *História do Povo Árabe*, José Olympio Editora, 2011
- TARPLEY, WEBSTER GRIFFIN**, *9/11 Syntetic Terror*, Progressive press, 2006
- TARPLEY, WEBSTER, Griffin**, *La fabbrica del terrore made in USA*, Arianna Editrice, Bologna 2007
- TIBI, BASSAM**, *Islamism and Islam*. Yale University Press 2012
- VALABREGA, GUIDO**, *La rivoluzione araba*, Dall’Oglio editore, 1967
- VARGENS, JOÃO BAPTIDA M. E LOPES, NEI**, *Islamismo e negritude*, Estudos Árabes, UFEJ 1982
- VERCELLIN, GIORGIO**, *Jihad, l’Islam e la guerra*, Giunti, Firenze 1997

- VICENZI, ARAGONI NOGUEIRA ROBERTA**, *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*, Universidade de São Paulo, 206
- VIDINO LORENZO**, *The West and the Muslim Brotherhood after the Arab Spring*, Foreign Policy Research Institute and Al Mesbar Studies & Research Centre, Dubai, United Arab Emirates 2013
- WATT WILLIAM MONTGOMERY**, *Khawarij thought in the Umayyad Period*, in *Der Islam*, volume XXXV, 1961
- WATT WILLIAM MONTGOMERY**, *Islamic political thought*, Edinburgh University Press, 1998
- WRIGHT, ROBIN**, *A short history of Islamism*, Newsweek, 10 January 2015, Retrieved on 23 December 2015.

Bibliografia sobre a Líbia

- ADLY, FARID**, *La rivoluzione libica*, Il Saggiatore, Milano 2012
- AHMIDA, ALI ABDULLATIF**, *The making of modern Libya*, University of New York, 2009
- ARUFFO, A.**, *Gheddafi. Storia di una dittatura rivoluzionaria*, Castelvecchi, Roma 2011.
- ASHMAN, CHUCK; TRECOTT, PAMELA, ALLEN W.H.**, *Outrage: The Abuse of Diplomatic Immunity*. London, 1986.
- AWAN, S.**, *The Libya Conspiracy*, S. Awan, London, 2015
- AWAN, S.**, *1969-2011: A study of Gaddafi's Libya- The Libya that no longer exists*. The burningbloggerofbedlam, London, 2015
- AYOUB, MAHMOUD**, *Islam and the third universal Theory: the religious thought of Mu'ammarr al-Qadhdhafi*, Kegan Paul International, London-New York, 1987
- BALDINETTI, ANNA**, *Modern and Contemporary Libya: sources and historiographies*, Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente, Roma, 2003
- BALDINETTI, ANNA**, *The Origins of the Libyan Nation*, Routledge Studies in Middle Eastern History, London and New York, 2010
- (*The Libya cultural resistance to italian colonization: saggi di Mohammed Taher Jerary, Salaheddin Hasan Sury*).
- BESCHORNER, NATASHA (AND SMITH ANDREW)**, *Libya in the 1990's*, Special report n. 2134, The Economist Intelligence Unit, UK-USA
- BESSIS, JULIETTE**, *La Libia contemporanea*, Rubbettino, Roma, 1991
- BONO, SALVATORE**, *Tripoli, bel suol d'amore. Testimonianze sulla guerra italo-libica*, Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente-Libyan Studies Centre, Roma, 2005
- BOYLE, FRANCIS A.**, *Destroying Libya and world order*, Clarity Press, Atlanta 2013
- BURGAT, FRANÇOIS**, *Qadhafi's ideological framework*, in *Qadhafi's Libya 1969 to 1994*, St. Martin's, New York, 1995
- CHIESA, GIULIETTO, CABRAS, PINO**, *Barack Obush*, Ponte alle Grazie, Milano 2011
- CHIVVIS, CHRISTOPHER S.**, *Libya After Gaddafi: Lessons and Implications for the Future*. RAND Corporation, 2014.
- CHORIN, ETHAN**, *Exit Gaddafi*, Saqi Books, London, 2012
- COOLEY, JOHN**, *Muammar Gheddafi e la rivoluzione libica*, Editoriale Corno, Milano 1982.
- COOLEY, JOHN K.**, *Muammar Gheddafi e la rivoluzione libica*, editoriale Corno, Milano 1983
- CRESTI, FEDERICO – MASSIMILIANO CRICCO**, *Storia della Libia contemporanea*, Carocci editore, Roma, 2012-2015
- CRESTI FEDERICO, CRICCO MASSIMILIANO**, *Gheddafi. I volti del potere*, Carocci, Roma 2011.

- CRICCO, MASSIMILIANO**, *La Libia e la cooperazione allo sviluppo*” em “*Gli aiuti allo sviluppo nelle relazioni internazionali*” (L. Tosi e L. Tosone), CEDAM.
- COULON, CHRISTIAN**, *Les musulmans et le pouvoir en Afrique noire. Religion et contre-culture*, Paris, Karthala, 1983.
- DAVIS, JOHN**, *Libyan politics, tribe and revolution*, University of California Press, Berkeley 1987
- DEEB, MARIUS, DEEB, MARY-JANE**, *Libya since the Revolution: Aspects of social and political development*, Praeger, New York, 1982
- DEL BOCA, ANGELO**, *Italiani, brava gente?* Neri Pozza, 2005
- DEL BOCA, ANGELO**, *Gheddafi: una sfida dal deserto*, Laterza 2010
- ENTELIS, JOHN P.**, in *Libya since 1969*, 2008
- ERDAĞ, RAMAZAN**, *Libya in the Arab Spring, from revolution to insecurity*, Palgrave Macmillan, Eskişehir University (Turkey), 2017
- FIRST, R.**, *Libya. The elusive Revolution*, Penguin, Harmondsworth 1974.
- FORTE, MAXIMILLIAN**, *Slouching towards Sirte. NATO's war on Libya and Africa*, Baraka books 2012
- GRIMALDI, FULVIO**, *L'Occidente all'ultima crociata*, Zambon editore, 2012
- HENRIKSEN, DAG (AND ANN KARIN LARSEN)**, *Political Rationale and International Consequences of the War in Libya*, Oxford University Press, UK, 2016
- JOFFE, GEORGE**, *Qadhafi's islam in local historical perspective*, in Vandewalle, Dirk, *Qadhafi's Libya 1969 to 1994*, ed. Dirk Vandewalle, St. Martin's, New York, 1995
- JOFFE, GEORGE**, *Islamic opposition in Libya*, in *Third world Quarterly*, n.10, 2 April 1988.
- LUZON, RAPHAEL**, *Tramonto libico*, edizioni Giuntina, Firenze, 2015
- MATAR, HISHAM**, *The Return*, Random House, Viking Press, 2016; *Il Ritorno*, Einaudi, 2017
- MCKINNEY, CYNTHIA**, *The illegal war on Libya*, Clarity Press Inc., 2012
- MERCURI, MICHELA**, *Incognita Libia*, Francoangeli editore, Milano, 2017
- MEZRAN, KARIM – CIZZA LAURENTINA**, *Libia: la sfida dello Stato islamico*, in S.M. Torelli-A. Varvelli, *L'Italia e la minaccia jihadista. Quale politica estera?*, Epoké, Milano, 2015
- NAJAR AL-, AL-HAJJ FARAJ**, *Ikhwan Libiya fi ayoun al-Misrin* (I Fratelli libici negli occhi degli Egiziani), 2/12/2004, www.ikhwanonline.com
- NAJJAIR, SAM**, *Soldier for a summer*, Hachette Books, Ireland 2013
- NAZIB, AYUB**, *Political Islam: Religion and Politics in the Arab World*, Routledge, London, 1991
- OTAYEK, RENÉ**, *La politique africaine de la Libye (1969-1985)*, Éditions Karthala, Paris, 1986
- PAGANO, CHIARA -MARONE ANTONIO**, *I Berberi della Libia post-Gheddafi: il caso del Jebel Nefusa tra storia e presente*, Il Politico (Univ.Pavia, Italia) 2015, anno LXXX, nn.2-3
- PACK, JASON**, Benotman, Noman, Brandon, James, *Islamists* in “The 2011 Libyan uprising and the struggle for the post-Qaddafi future”, Palgrave 2013
- PARGETER, ALISON**, *Qadhafi and political islam in Libya*, in *Qadhafi's Libya 1969 to 1994*, St. Martin's, New York, 1995
- PARGETER, ALISON**, *Gaddafi and Political Islamic in Libya*, in “Libya since 1969, Gaddafi's Revolution” by Dirk Vandewalle, ed., New York: Palgrave MacMillan, 2008
- PARGETER, ALISON**, *Libya: the rise and fall of Gaddafi*, Yale University Press 2012
- PARGETER, ALISON**, *Return to the shadows, the muslim brotherhood and the nahda since the Arab spring*, Saqi books, London, 2016
- QADHAFI AL-, MU'AMMAR**, *A prayer for last Friday, Sirte*, Ad-Dar al-Jamahiriya, 1996
- QADHAFI AL-, MU'AMMAR**, *Discourses published in Arab and international press*, Adam Publishers, 1975

- QADHAFI AL-, MU‘AMMAR**, *al-Kitab al-Akhdar, Tripoli, al-Markaz al-‘Alami li-Dirasat wa-Abhath al-Kitab al-Akhdar*, Il libro verde 1975
- QADHAFI AL-, MU‘AMMAR**, *Racconti dalla Tenda*, Armando Siciliano Editore, Messina, 2016
- PRASHAD, VIJAY**, *Arab Spring, Libyan Winter*, AK Press, Edinburgh, 2012
- PRIORE R., FASANELLA G.**, *Intrigo internazionale*, Chiare lettere, Milano 2010.
- ROSENTHAL, JOHN**, *The Jihadist Plot: The Untold Story of Al-Qaeda and the Libyan Rebellion*, Encounter Digital, US, 2013
- ROUMANI, MAURICE M.**, *Gli Ebrei di Libia, dalla coesistenza all’esodo*, Castelvecchi Editore, Roma 2015
- SENSINI, PAOLO**, *Libia 2011*, Jaca Book, Foligno 2011
- SENSINI, PAOLO**, *Libia. Da colonia italiana a colonia globale*, Jaca Book, Milano, 2011-2017
- SENSINI, PAOLO**, *Sowing Chaos. Libya in the wake of humanitarian intervention*, 2016
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *Libya and the United States Two centuries of strife*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2002
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *Libya since 1969*, Palgrave, NY 2008
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *Libya, continuity and change*, Routledge Institute for Middle Eastern and Islamic Studies, London 2011
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *Libya, from colony to revolution*, Oneworld Oxford 2008/2011
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *Historical Dictionary of Libya*. Rowman & Littlefield, 2014
- ST. JOHN, RONALD BRUCE**, *A history of modern Libya*, Cambridge University Press, 2006-2012
- ULFKOTTE, UDO**, *Gekaufte Journalisten*, Kopp Verlag, 2014
- VANDEWALLE, DIRK**, *Qadhafi’s Libya 1969 to 1994*, St. Martin’s, New York, 1995
- VANDEWALLE, DIRK**,
Storia della Libia contemporanea, Salerno editrice, 2007.
- VANDEWALLE, DIRK**, *Libya since 1969*, Palgrave Macmillian, New York-London, 2008-2012
- VANDEWALLE, DIRK**, *A history of modern Libya*, Cambridge University Press, 2012
- VARVELLI, ARTURO**,
l’Italia e l’ascesa di Gheddafi, Baldini Castoldi Dalai, Milano 2009
- VARVELLI, ARTURO**, *La Libia e l’Italia. Dalla Guerra di conquista del 1911 a oggi*. Edizioni del Capricorno, Torino, 2016
- VIGNOLO, MINO**, *Gheddafi, Islam, petrolio e utopia*, Rizzoli editore, Milano 1982

Al-Liwâ’ al-tarâbulusî, 20/11/1919.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA- UNESCO Enciclopedia Britannica

Artigos em sites e revistas sobre o mundo árabe e islâmico (história, religião e geopolítica)

- AA.VV.**, *La guerra del nuovo Medioevo*, em Panorama, 10 setembro 2014
- AA.VV.**, *La Primavera Araba un anno dopo*, em Geopolitica, <http://www.geopolitica-rivista.org/18630/la-primaveraaraba-un-anno-dopo/> IASGSA, 2012
- AA.VV.**, *L’Islam al crocevia. Tradizione, riforma, jihad*. Oasis, Marsilio, junho 2015
- AA.VV.**, *Understanding islamism*, Middle East/North Africa Report N°37 – 2 March 2005
- AA.VV.**, *L’alleanza fra il capitalismo e il movimento islamista*, Islam-Oggi/AsiaNews, giugno 2012

- ABUL MAGD, ZEYNAB**, *Egitto – Gli uomini d'affari della Fratellanza Musulmana*
<http://www.medarabnews.com/2012/02/28/egitto-gli-uomini-d%E2%80%99affari-della-fratellanza-musulmana/>, 2012
- ABU ZAYD, NASR**, *The contemporary religious discourse: mechanisms and intellectual foundations*, Qadhaya fikriyya, october 1989
- AL-HIWAR/IL DIALOGO**, *Speciale salafiti* n.1/2012
- ALKHATEEB, FIRAS**, *The arab revolt of World War One*, <http://lostislamichistory.com/the-arab-revolt-of-world-war-one>, 4 agosto 2014
- Al-Qaeda's origins and links*,
http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/1670089.stm
- ASIA NEWS-ISLAM-OGGI**, *L'alleanza fra il capitalismo e il movimento islamista*, junho 2012
- BELLO, MARCO**, *C'erano una volta due Mali*,
<http://www.rivistamissioniconsolata.it/new/articolo.php?id=3128>
- BUNEL, PIERRE-HENRI**, *Al Qaeda: The Database*, 2005
<http://www.globalresearch.ca/al-qaeda-the-database-2/24738>
- BURKE, JASON**, *al-Qaeda, Foreign Policy*
<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic283413.files/al%20qaeda.pdf>
- CEP - Counter Extremism Project** *The Muslim Brotherhood's Ties to ISIS and Al-Qaeda*, 2019, <https://www.counterextremism.com/content/muslim-brotherhood%E2%80%99s-ties-isis-and-al-qaeda>
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL**, *War and Globalisation*, Global Outlook Publishing, 2003
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL**, *Who is Osama Bin Laden?*,
<http://globalresearch.ca/articles/CHO109C.html>
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL**, *Al Qaeda and the War on Terrorism*,
<http://www.globalresearch.ca/al-qaeda-and-the-war-on-terrorism>
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL**, *Twenty-six Things About the Islamic State (ISIS-ISIL-Daesh) that Obama (and Trump) Do Not Want You to Know About*, 18/11/2014,
<https://www.globalresearch.ca/twenty-six-things-about-the-islamic-state-isil-that-obama-does-not-want-you-to-know-about/5414735>
- COCKBURN, ALEXANDRE**, *Brzezinski: How Jimmy Carter and I Started the Mujahideen*, 1998
<http://www.counterpunch.org/1998/01/15/how-jimmy-carter-and-i-started-the-mujahideen/>
- CROOKE, ALASTAIR**, *You can't understand Isis if you don't understand the history of wahhabism in Saudi Arabia*, in Information Clearing House, 2 settembre 2014
- DAESH**, *Daqib*, the Islamic State magazine, 2014-2016
- DRAITSER, ERIC**, *Mali, Al Qaeda, and the US Neo-Colonial Agenda*,
<http://www.globalresearch.ca/mali-al-qaeda-and-the-us-neo-colonial-agenda>
- EIKMEIER, DALE C.**, *From Parameters*, Spring 2007,
<http://www.ikhwanweb.com/uploads/lib/N68YF4S6MM9K6TM.pdf>
- EIKMEIER, DALE C.**, *Qutbism: An Ideology of Islamic-Fascism*,
<http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/Articles/07spring/eikmeier.pdf>, 2007
- EL-FADL, KHALED ABU**, *Islam and the theology of power*, in Middle East Report n. 221, 2001
- ELIA, CHRISTIAN**, *100 anni fa Sykes-Picot: quando inventarono il Medio Oriente e tutti i suoi disastri*, Glistatigenerali.com, 2016
http://www.glistatigenerali.com/medio-oriente_storia-cultura/100-anni-fa-sykes-picot-quando-inventarono-il-medio-oriente-e-tanti-disastri/
- EMERSON, STEVE**, *Osama bin Laden, the past*, iacsp – The international association for counter-terrorism
<http://www.iacsp.com/itobli3.html>

ENGELHARDT, TOM, *Mapping a World from Hell: 76 Countries Are Now Involved in Washington's War on Terror*, 4/1/2018, https://www.globalresearch.ca/mapping-a-world-from-hell-76-countries-are-now-involved-in-washingtons-war-on-terror/5624988?utm_campaign=magnet&utm_source=article_page&utm_medium=related_articles

FATTAH, KHALED, *Tribes and tribalism in the Arab Spring*, University of Peloponneso 2011, www.cemmis.edu.br

FORD, GLEN, *Kidnapped Girls Become Tools of U.S. Imperial Policy in Africa*, <http://www.blackagendareport.com/content/kidnapped-girls-become-tools-us-imperial-policy-africa>

GALOPPINI, ENRICO, *Da Bin Laden al "Califfo": la guerra finale contro l'Islam per colpire l'Eurasia*, <http://www.eurasia-rivista.org/da-bin-laden-al-califfo-la-guerra-finale-contro-lislam-per-colpire-leurasia/21800/>

GANSER, DANIEL, *Le vere cause della Guerra in Siria* <https://www.youtube.com/watch?v=k7LPILjBAmo&feature=share>

GHANNUSHI, RASHID, *How credible is the claim of the failure of political Islam?*, Middle East Monitor, 27/1/2014,

<https://www.middleeastmonitor.com/20140127-how-credible-is-the-claim-of-the-failure-of-political-islam/>

GHEDDAFI, MU'AMMAR, *Discorso del Presidente del Consiglio della rivoluzione, Tripoli 16 ottobre 1969*, in "Oriente moderno", n.9-10, settembre-ottobre 1969.

GOODMAN, AMY, *Intervista esclusiva a Wesley Clark in diretta a 92 Street Y*, Democracy Now, 2/3/2007

GRAZIANI, TIBERIO, *Le rivolte arabe: ripercussioni regionali e politica mondiale*, em Geopolitica 2012

HICHAM, MOULAY, *E o vento levou: quase cinco anos da Primavera Árabe*, Le Monde Diplomatique, dezembro 2015

HOSENBALL, MARK, *Obama autorizza aiuti segreti per i ribelli libici*, Reuters, 30/3/2011

JOHNSTONE, DIANE, *Reasons and False Pretexts: Why are They Making War on Libya?*, Global Research, 24/3/2011,

<https://www.globalresearch.ca/reasons-and-false-pretexts-why-are-they-making-war-on-libya/23983>

KUZNECOV, ALEKSANDR, *La Libia un anno dopo: un bilancio sconcertante*, Geopolitica, vol.1, 2012 (Istituto di Alti Studi in Geopolitica e Scienza ausiliarie);

LANO, ANGELA, *Le donne di Allah*, MC, Torino 1999

LANO, ANGELA, *Islam, Incontri di civiltà*, MC, maio 2005,

<http://www.rivistamissioniconsolata.it/new/articolo.php?id=2044>

Sangue e orgoglio. Reportage dalla "primavera egiziana", MC, Torino, 2012

<http://www.rivistamissioniconsolata.it/2012/03/01/sangue-e-orgoglio/>

Fratelli Musulmani, fratelli di potere, MC janeiro 2013,

<http://www.rivistamissioniconsolata.it/2013/01/01/fratelli-musulmani-fratelli-di-potere/>

E dopo la Primavera arrivò l'inverno, MC 2013

http://sfogliabile.rivistamissioniconsolata.it/2013/MC_01_2013/index.html#/34/ e páginas seguintes,

Il salafismo: nascita, storia, idee, MC 2013

<http://www.rivistamissioniconsolata.it/new/articolo.php?id=3140>

Comprendere, tra paure e diffidenza, MC 2017

http://sfogliabile.rivistamissioniconsolata.it/2017/MC_01_2017/index.html#56

- Islam: Finché il jihadismo rimane «halal»*, MC, 1/10/2017,
<http://www.rivistamissioniconsolata.it/2017/10/01/islam-finche-jihadismo-rimane-halal/>
- MAMDANI, MAHMOOD**, *Good Muslim, Bad Muslim: A Political Perspective on Culture and Terrorism*,
http://legacy.lclark.edu/~Salam/resources/Mamdani_article.pdf
- MEACHER, MICHEAL**, *This war on terrorism is bogus*, The Guardian, 6/9/2003,
<https://www.theguardian.com/politics/2003/sep/06/september11.iraq>
- MOTTA SOSA, ROBERTO**, *L'Accordo Sykes-Picot compie 100 anni, nonostante il Daesh*,
<http://www.geopolitica.info/sykes-picot/>, 2016
- MOULINE, NABIL**, *A escalada do tradicionalismo e do autoritarismo no Islã*, Le Monde Diplomatique, março 2015
- NAZEMROAYA, MAHDI DARIUS**, *Il discorso di Obama al Cairo, sparo di aperture della Primavera Araba*, em Geopolitica, 2012
- Yinon's Revenge? A Panoramic of Chaos in the Arab World*, 2013
<http://www.strategic-culture.org/news/2013/08/25/yinon-revenge-a-panoramic-of-chaos-in-the-arab-world.html>
- NABIH, EMAN**, *The link between Muslim Brotherhood and ISIS*, 15th april 2016
<http://www.voltairenet.org/article191438.html>
- NABIH, EMAN**, *Recordings Revealed Between Egyptian Ousted President & Alzawahiri AlQaeda Leader*, 2014
<http://www.emannabih.com/recordings-revealed-between-egyptian-ousted-president-alzawahiri-alqaeda-leader/>
- OBAMA, BARACK, HUSSEIN**, *A New Beginning* (Obama's Speech in Cairo),
<http://www.whitehouse.gov/blog/NewBeginning/transcripts>
- ODINTSOV, VLADIMIR**, *The "Muslim Brotherhood", the CIA and the international support for the Islamists*, 19/9/2013, <https://journal-neo.org/2013/09/19/the-muslim-brotherhood-the-cia-and-the-international-support-for-the-islamists/>
- PATEL, ISMAIL**, *Failure of democracy and the rise of ISIS*,
<https://www.middleeastmonitor.com/articles/middle-east/14294-failure-of-democracy-and-the-rise-of-isis>
- ROY, OLIVER**, *Quella dei jihadisti è una rivolta generazionale e nichilista*, Internazionale, novembre 2015,
<http://www.internazionale.it/opinione/olivier-roy/2015/11/27/islam-giovani-jihad>
- SALT JEREMY**, *The Lies You Are Being Told*,
<http://www.palestinechronicle.com/the-lies-you-are-being-told/>, Dec 16 2016
- SAMIR, KHALIL, SAMIR**, *La rinascita del terrorismo islamico dopo le primavere arabe*, Asia News, novembre 2013
- SCHETT, BENJAMIN**, *US Sponsored "Islamic Fundamentalism": The Roots of the US-Wahhabi Alliance*, <http://www.globalresearch.ca/us-sponsored-islamic-fundamentalism-the-roots-of-the-us-wahhabi-alliance>
- SMITH, ALLAN**, *ISIS Is Likely Receiving Funding From People Living In Countries Allied With The US*,
<http://www.businessinsider.com/isis-funding-us-allies-2014-6>
- TAWIL, CAMILLE**, *The Al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb: Expansion in the Sahel and Challenges from Within Jihadist Circles*, The Jamestown Foundation, April 2010.
- THERON, JULIEN**, *Rivalidade negativa entre a Al-Qaeda e a Organização do Estado Islâmico*, Le Monde Diplomatique, fevereiro 2015
- UNGUREANU, DANIEL**, *Wahhabism, Salafism and the Expansion of Islamic Fundamentalist Ideology*, Al.I. Cuza" University of Iasi (Romania)
- WALBERG, ERI**, *L'anno che ha sconvolto il mondo*, em Geopolitica 2012
- WARDE, IBRAHIM**, *O financiamento do OEI (organização do Estado islâmico)*, Le Monde

WATZAL LUDWIG, *The US Empire, the CIA, and the NGOs*, 17/7/2017,
<https://ahtribune.com/in-depth/1789-william-engdahl-cia-ngos.html>

Artigos e relatórios sobre a Líbia

ADEBAJO, ADEKEYE, *Gaddafi, the man Who would be king of Africa*, 26/08/2011, The Guardian.

AZIKIWE, ABAYOMI, *Another Reason Why Imperialism Wanted Libya Overthrown*, 21/3/2018, Global Research,

<https://www.globalresearch.ca/another-reason-why-imperialism-wanted-libya-overthrown/5632870>

BANDOW, D. *L'improbabile terza guerra americana*, Quaderni speciali di Limes, 2/4/2011.

Baraka, Ajamu, *From Benghazi to Boko Haram: Why I support the Benghazi Inquiry*, 14/5/2014;

<http://www.blackagenda.com/content/benghazi-boko-haram-why-i-support-benghazi-inquiry>

BECHIS, FRANCO, *Ma quale Gheddafi! Sarkò ha dichiarato Guerra all'Italia*, Bechis Blog, 22/3/2011,

<http://fbechis.blogspot.it/2011/03/ma-quale-gheddafi-sarko-ha-dichiarato.html/>

BELHAJ, 'ABDEL HAKIM, *Revolution belongs to all Libyans*, The Guardian, 27/7/2011,

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/sep/27/revolution-belongs-to-all-libyans>

BESCHORNER NATASHA, SMITH ANDREW, *Libya in the 1990s. Can its resources be salvaged?*, Special Report No 2134, The Economist intelligence unit-Business international, UK-US,1996

CARTALUCCI, TONY, *How the US Supports the Islamic State (ISIS): One "Accidental Airdrop" vs Billions in Covert Military Aid*, 23/10/2014,

<https://www.globalresearch.ca/how-the-us-supports-the-islamic-state-isis-one-accidental-airdrop-vs-billions-in-covert-military-aid/5409449>

CARTALUCCI, TONY, *Manchester Alleged Suicide Bomber Linked to Libya Islamic Fighting Group (LIFG), Known to British Security & Intelligence. LIFG was Supported by NATO against Gaddafi*, 24/5/2017,

<http://landdestroyer.blogspot.com/2017/05/uk-government-harbored-terrorists.html>

CHETERIAN, VICKEN, *Libya's rebel leader with a past*, Le Monde Diplomatique, 5/2012,

<https://mondediplo.com/2012/05/08libya>

COCKBURN, PATRICK, *L'avenir de la Libye s'annonce sombre et les médias s'intéressent à autre chose*, 2013,

<http://www.silviacattori.net/article4357.html>

CRÉTOIS, JULES, *Libye: Abdelhakim Belhadj, du jihad au business*, por, 14/8/2017, Jeune Afrique,

<https://www.jeuneafrique.com/mag/463887/politique/libye-abdelhakim-belhadj-du-jihad-au-business/>

CUNNINGHAM, FINIAN, *The Arab Spring: Restoration, Repression & Regime Change*, Strategic Culture Foundation, 22/1/2018,

<https://www.strategic-culture.org/news/2018/01/22/arab-spring-restoration-repression-and-regime-change/>

DEGHANPISHEH, BABAK *Abdel Hakim Belhaj Libya's Powerful Islamist Leader*, The Daily Beast, 13/7/2017,

<https://www.thedailybeast.com/abdel-hakim-belhaj-libyas-powerful-islamist-leader>

DOTTORI, G., *Disinformacija: l'uso strategico del falso nel caso libico*, Limes, 1/3/2011

- El-Ayoubi, Mostafa**, *Libia, seconda invasione*, Al-Kantara-Nigrizia, 10/3/2016, <http://www.nigrizia.it/notizia/libia-seconda-invasione/blog>
- ELJARH, MOHAMED**, *There's No Room for Democracy in Libya's Extremist Hub*, Foreign Policy, 3/3/2014, <https://foreignpolicy.com/2014/03/03/theres-no-room-for-democracy-in-libyas-extremist-hub/>
- HENNINGSEN, PATRICK**, *Still No Shame: Five Year Anniversary of NATO's Illegal Destruction of Libya*, 21st Century Wire 20/10/2016, <https://21stcenturywire.com/2016/10/20/still-no-shame-five-year-anniversary-of-natos-illegal-destruction-of-libya/>
- KOHLMANN, EVAN**, *Dossier: Libyan Islamic Fighting group (LIFG)*, NEFA Foundation, october 2007.
- KUZNECOV, ALEKSANDR**, *La Libia un anno dopo: un bilancio sconcertante*, Geopolitica, vol.1, 2012 (Istituto di Alti Studi in Geopolitica e Scienza ausiliarie)
- LANO ANGELA**, *A destruição da Líbia e a questão dos migrantes e refugiados*, Cadernos de Gênero e Diversidade-UFBA, 2/2019
- Libia 2011: l'anno del non ritorno**, MC, 4/2019, <http://www.rivistamissioniconsolata.it/2019/04/01/libia-2011-lanno-del-non-ritorno/>
- LAVRENTIEVA, POLINA**, *A desintegração da Líbia*, <http://www.voltairenet.org/article180559.html>
- LENDMAN, STEPHEN**, *Violence, Instability, Torture and Deaths in Libya*, 2013, <http://www.veteranstoday.com/2013/10/08/violence-instability-torture-and-deaths-in-libya/>
- MAHAN, ABEDIN**, *Libya radical Islam and the war on terror: a Libyan oppositionist's view*, Jamestown Foundation 3, 25/3/2005
- MAHAN, ABEDIN**, *From Mujahid to Activist: an interview with a Libyan veteran of the Afghan jihad*, Jamestown Foundation 3. No. 2, 22/3/2005, <https://jamestown.org/program/from-mujahid-to-activist-an-interview-with-a-libyan-veteran-of-the-afghan-jihad/>
- MEYSSAN, THIERRY**, *L'Otan face à l'ingratitude des Libyens*, in Voltairenet, 11/7/2011
- MEYSSAN, THIERRY**, *La cecità dell'Unione Europea di fronte alla strategia militare degli Stati Uniti*, 27/4/2015, <https://www.voltairenet.org/article187426.html>
- MONASTIRI TAOUFIK - HERVÉ BLEUCHOT**, *Libye, évolution des institutions politiques*, Annuaire de l'Afrique Du Nord, 1977.
- MUHHO, SAM**, *The Libyan Puzzle in the Scramble for Africa*, 24/10/2013, <http://www.globalresearch.ca/the-libyan-puzzle-in-the-scramble-for-africa/5355475>
- NORLAND, ROD** (com Scott Shane), *Libyan, Once a Detainee, Is Now US Ally of Sorts*, New York Times, 24/4/2011
- ODINTSOV, VLADIMIR**, *Why does Washington protect the Muslim Brotherhood?*, New Oriental Outlook, 31/12/2013
- PACK, JASEN**, Smith Rhiannon, Mezran Karim, *The origins and evolution of ISIS in Libya*, Atlantic Council, Rafik Hariri Center for the Middle East, June 2017
- Pargeter, Alison, *Are islamist extremists fighting among Libya's rebels?*, CTC Sentinel, Combating terrorism centre, West Point, New York, 1/4/ 2011, <http://www.ctc.usma.edu/posts>
- PARRY, ROBERT**, *What Hillary Knew about Libya*, Common Dreams, 13/1/2016, <https://www.commondreams.org/views/2016/01/13/what-hillary-knew-about-libya>
- PISTILLI, MATTEO**, *Lo sviluppo della Libia: il ruolo di Gheddafi*, Eurasia 22/2/2011.
- RONEN, YEHUDIT**, *Libya's Conflict with Britain: Analysis of a Diplomatic Rupture*, in *Middle Eastern Studies*, 42 (2), March 2006.
- ROSENTHAL, JOHN**, *Al-Qaeda Takes Tripoli*, Gatestone Institute, 9/9/2011, <http://www.gatestoneinstitute.org/2409/al-qaeda-takes-tripoli>

TAWILLE, CAMILLE, *al-Afghan al-Libyoun: Mohattaat al-Muqatila wa khilaf Zeitouni ma al-Qaida (The Libyan Afghans: Muqatila's base and differences between Zeitouni and al-Qaida)*, 15-18/9/2005

TRAUTHIG, INGA KRISTINA, *Libyan Elections in 2018: A potentially Ruinous Endeavour*, ICSR – King's College, London, 2018

TRAUTHIG, INGA KRISTINA, *Ghost Of the Past the muslim Brotherhood & struggles legitimacy*, ICSR – King's College, London, 2019

VANDEPITTE, MARC, *La Libye de Kadhafi à Al-Qaïda: terrorisme, CIA et militarisation de l'Afrique*, 21/10/2013;

<http://www.mondialisation.ca/la-libye-de-kadhafi-a-al-qaida-terrorisme-cia-et-militarisation-de-lafrique/5355015>

WEHREY, FREDERIC, *The wrath of Libya's Salafis*, The Carnegie Endowment for international peace, 12/9/2012,

<https://carnegieendowment.org/2012/09/12/wrath-of-libya-s-salafis/dtaz>

ZELIN, AARON E LEOVICH, ANDREW, *Assessing Al-Qa'ida's Presence in the New Libya*, Combating Terrorism Center at West Point, 22/3/2012,

<http://www.ctc.usma.edu/posts/assessing-al-qaidas-presence-in-the-new-libya>

ZELIN, AARON, *The Rise and Decline of Ansar al-Sharia in Libya*, Hudson Institute, 6/4/2015, <https://www.hudson.org/research/11197-the-rise-and-decline-of-ansar-al-sharia-in-libya>

[libya](https://www.hudson.org/research/11197-the-rise-and-decline-of-ansar-al-sharia-in-libya)

ZELIN, AARON, *The Islamic State's Territorial Methodology*, The Washington Institute for Near East Policy, January 2016.

Centros e departamentos de estudos

ATLANTIC COUNCIL, *A shift on policy towards Libya*,

<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/a-shift-on-policy-towards-libya>

CENTRO DE ESTUDOS VOLTAIRE, *A CIA já apoiava insurgentes líbios antes da resolução 1973*,

<http://www.voltairenet.org/article169275.html>

A partilha da Líbia iniciou-se em Londres,

<http://www.voltairenet.org/article169217.html>

A CIA já apoiava insurgentes líbios antes da resolução 1973,

<http://www.voltairenet.org/article169275.html>

FEDERAL RESEARCH DIVISION LIBRARY OF CONGRESS, Washington, D.C., *Al-Qaeda in Libya: a profile*

<https://fas.org/irp/world/para/aq-libya-loc.pdf> (A Report Prepared by the Federal Research Division, Library of Congress under an Interagency Agreement with the Combating Terrorism Technical Support Office's Irregular Warfare Support Program August 2012).

GLOBAL RESEARCH

Mali, Al Qaeda, and the US Neo-Colonial Agenda,

<http://www.globalresearch.ca/mali-al-qaeda-and-the-us-neo-colonial-agenda>

HOUSE OF COMMONS, Foreign Affairs Committee, *Libya: Examination of intervention and collapse and the UK's future policy options*, 3rd Report of session 2016-17

INFORMATION CLEARING HOUSE, *Preplanned Mali invasion reveals France's neo-colonialistic agenda*,

<http://www.informationclearinghouse.info/article33633.htm>;

<http://www.informationclearinghouse.info/48522.htm>

THE WASHINGTON INSTITUTE for Near East Policy, *The War between ISIS and al-Qaeda for Supremacy of the Global Jihadist Movement*, June 2014

[http:// www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/ ResearchNote29-Zelin.pdf](http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/ResearchNote29-Zelin.pdf).

Revistas:

Le monde diplomatique

- ALLAIN, VICKY**, *O fim da geração silenciosa*, Le monde diplomatique, abril 2015
BERTRAND, DANIEL, *Scongiurare la frammentazione del Mali*, fevereiro 2015
BONELLI, LAURENT, *Os caminhos da radicalização*, fevereiro 2015
DAUM, PIERRE, *Sexe, Jeunes et politique en Algérie*, Le monde diplomatique, agosto 2014
GRESH, ALAIN, *Para acabar com o terrorismo*, Le monde diplomatique, abril 2015
PING, JEAN, *Fallait-il tuer kadhafi? Le monde diplomatique*, agosto 2014
LEYMARIE, PHILIPPE, *Na África, outros focos de jihadismo*, fevereiro 2015
MOULAY, HICHAM, *E o vento levou quase cinco anos de primavera árabe*, Le monde diplomatique, dezembro 2015
MOULINE, NABILE, *A escalada do tradicionalismo e do autoritarismo no Islã* julho 2015
SAMPAOLI, PAULO, *Síria Yemem Najd e il “Wahhabismo”*, Il Discrimine.com 12 abril 2015
THÉRON, JULIEN, *Funesta rivalidade entre a Al-Qaeda e a Organização do Estado Islâmico* março 2015

Nigrizia

- ALLAM FOUAD, KHALED**, *L’Islam del vissuto*, Nigrizia, novembro 2001
ARDESI, LUCIANO, *Giustizia incompiuta*, Nigrizia junho 2014
BALDI, ELIANA, *Guerra di menzogne*, Nigrizia junho 2014
BENALI, NACÉRA, *Tunisia, La donna? Un complemento*, Nigrizia outubro 2012
COCHI, MARCO, *Labirinto jihadista*, Nigrizia outubro 2015
DONNELLY, ELIZABETH, *Boko Haram la sfida*, Nigrizia, junho 2014
EL AYOUBI, MOSTAFA, *Per prove ed errori*, Nigrizia dezembro 2014
EL AYOUBI, MOSTAFA, *Fede integrante?*, Nigrizia, junho 2015
EL AYOUBI, MOSTAFA, *Alla ricerca della terza via*, Nigrizia, janeiro 2014
EL AYOUBI, MOSTAFA, *Satira se l’islam é bersaglio*, Nigrizia junho 2014
EL AYOUBI, MOSTAFA, *Il sultano Erdogan*, Nigrizia maio 2014
LUPPI, MICHELE, *Pax petrolífera*, Nigrizia junho 2014
SIMONCELLI, MARCO, *Il dragone africano*, Nigrizia julho 2014
STUART, BROWN, *Nel nome della flessibilità: islam in Africa subsahariana*, Nigrizia, novembro 2001
SAINI, BIANCA, *Il sogno dell’emirato Habasha*, Nigrizia outubro 2015
TURCO, ANGELO, *Squilibrio Sahel*, Nigrizia junho 2012

East

- ELHUSSEINI, FADI**, *Fratelli di sangue*, East, novembro 2013
FIRUZI, MOHSEN, *La guida suprema su facebook*, East, março/abril 2013
SHEREFAY, MAHA, *Le ragazze della rivoluzione*, East, março/abril 2013
GRASSIA, SERENA, *Dopo la primavera l’inverno*, East, março/abril 2013

MAGHAREBIA.COM, *Al-Qaeda swaps Mali for Libya*,
http://magharebia.com/en_GB/articles/awi/reportage/2013/06/07/reportage
MARX21,

<http://www.marx21.it/index.php/internazionale/medio-oriente-e-nord-africa/27598-il-movimento-politico-di-gheddafi-potrebbe-fare-il-suo-ritorno-in-libia>

NEWS VICE,

https://news.vice.com/en_us/article/ywn5yy/us-military-secret-missions-africa

SILVIACATTORINET, *L'avenir de la Libye s'annonce sombre et les médias s'intéressent à autre chose,*

<http://www.silviacattori.net/article4357.html>

SPUTNIK

<https://mundo.sputniknews.com/orientemedio/201610201064248491-muerte-investigacion-gadafi/>

<https://sputniknews.com/politics/201610211046600727-gaddafi-fall-washington/>

Referências bibliográficas do “Perfil do joven jihadista”:

ALEXANDER HARRIETE, *What is going wrong in France's prisons?*, 17/1/2015, The Telegraph

BAKER ARYN, *Syria's Breaking Bad: Are Amphetamines Funding the War*, 28/10/2013, World.Time

BASTIÉ, EUGÉNIE, *Le profil inattendu des djihadistes français*, 18/11/2014, Le Figaro

BOUZAR DOUNIA, CAUPENNE CHRISTOPHE, VALSAN SULAYMAN, *La metamorphose operee chez le jeune par les nouveaux discours terrorists*, por, 2014, em <http://www.bouzar-expertises.fr/metamorphose>

BUNYAN NIGEL, *Senior Muslim lawyer says British teenagers see Isis as 'pop idols'*, 15/4/2015, The Guardian

DEKMEJIAN, HRAIR, *Islam in Revolution*, Syracuse University Press, New York 1995

HENLEY, JOHN, *Captagon: the amphetamine fuelling Syria's civil war*, 13/1/2014, The Guardian

KALIN, STEPHEN, *Insight - War turns Syria into major amphetamines producer, consumer*, 13/1/2014, Reuters

MAGALHÃES-RUETHER, GRAÇA, *O berço de 'guerreiros santos' na Alemanha*, 29 novembro 2015, O Globo

OSWALD, VIVIAN, “Padrões se repetem na radicalização islâmica na Europa”, O Globo, 29/11/2015,

<http://oglobo.globo.com/mundo/padroes-se-repetem-na-radicalizacao-islamica-na-europa-18172774>

Tabela das entrevistas

NOME	NACIONALIDADE e etnia	PAÍS da entrevista	IDIOMA na entrevista	PRO/CONTRA Gaddafi	PROFISSÃO
Aida Elhadi	Líbia-italiana	Líbia (via skype)	Italiano	pro	Aposentada
Aiman Gabala	Líbio-árabe	Italia	Italiano	pro	advogado
Amru Sufian	Líbio-berbere	Líbia Tunisia	Árabe e inglês	contra	estudante
Diana al-Ghariany	Líbio-árabe	Líbia (via Messenger)	Inglês	pro	economista
Esharef Ali Mghag	Líbio-árabe	Itália	Italiano	contra	funcionário e músico
Farida Hajjaji	Líbio-árabe	Líbia (via skype)	Italiano	contra	manager
Farid Adly	Líbio-árabe	Itália	Italiano	contra	jornalista escritor
Ibrahim Maghdud	Líbio-árabe	Itália	Italiano	pro	Professor
Kamel Treki	Líbio-árabe	Egito (via skype)	Italiano	contra	economista
Khaled Khogia	Líbio-árabe	Líbia (via Messenger)	Árabe Italiano	pro	manager
Jamil Sheriff	Líbio-árabe/italiano	Itália	Italiano	contra	empresário
Lucinda Gasuda	Inglêsa, casada com Líbio	Grã Bretanha	Inglês	contra	manager ativista
Mahdi el-Harati	Líbio-Irlandês	Via messenger	Árabe Inglês	contra	jihadista
Malek el-Hajji	Líbio-árabe/italiano	Itália	Italiano	contra	Intelligence ONU
Naser Mizughi	Líbio-árabe	Grã Bretanha	Inglês	pro	advogado e PhD em Direito
Ramadan el-Amami	Líbio-árabe	Tunísia	Árabe Inglês	contra	Advogado
Raphael Luzon	Líbio-árabe (judeu)	Grã Bretanha	Italiano	contra	Jornalista, Escritor, Chefe da comunidade Judeu líbio na diáspora
Sam Najjai	Líbio-árabe irlandês	Grã Bretanha	Inglês	contra	Jihadista, Escritor
Sami Hamami	Líbio-árabe	Tunísia	Árabe Italiano	pro	Ex empresário, refugiado
Sami Zapia	Líbio-árabe	Tunísia Grã Bretanha	Inglês	contra	Jornalista
Sarah Ibrahim	Líbio-árabe Italiana	Itália	Árabe Italiano	pro	Refugiada
Tarek Megerisi	Líbio-árabe	Grã Bretanha	Inglês	contra	Consultor de think-tank britânico
Yusef Najjair	Líbio-árabe Irlandês	Grã Bretanha	Inglês	contra	Jihadista
Zakaria Franka	Líbio-árabe	Líbia (via skype)	italiano	contra	funcionário da embaixada italiana em Trípoli
Michel Cousins	Inglês, nascido em Trípoli tunisiana	Tunísia	Inglês	contra	Jornalista
Erige Sehiri	tunisiana	Tunísia	Francês, inglês e árabe		Pesquisadora sobre refugiados líbios
Kais Zriba	tunisiano	Tunísia	Francês		Pesquisador sobre os refugiados líbios
Mohammad Boukili	marroquino	Marrocos	italiano		Professor
Shaykh A.H.	marroquino	Marrocos	Francês e árabe		Alto Conselho dos 'ulamas
Shaykh 'Abdul Kabir A.	italiano	Italia, Grã Bretanha	italiano		

Entrevistas adicionais:

cidadãos entrevistados em Túnis sobre imigrantes líbios: museu do Bardo, medina,

Doutora Maria Pia Branzino, SERMIG, Turim-Itália, sobre migrantes africanos chegados da Líbia,

Cara – Centro de acolhimento de requerentes asilo, Sicília-Itália

Fotos

Cap. 5.1.2.



Cap. 5.1.4.



(Sam Najjair e Mahdi El-Harati)



(“Osama bin Ladin, “guerreiro da paz”)





(Cidadãos líbios ou migrantes presos por jihadistas)



Nesta foto, o fotojornalista de *The Sunday Times*, Paul Conroy, pode ser visto na Líbia (com um colete azul à prova de balas), com líderes da Al-Qaeda Mahdi al-Harati (de armadura preta) e Abdelhakim Belhaj (com jaqueta camuflada) <https://www.voltairenet.org/article173025.html>



Cap. 5.2.1



Na imagem: o senador John McCain dos EUA com membros do chamado “Exército Sírio Livre”. Vários dos homens retratados com McCain acabariam cometendo terríveis atrocidades sectárias.

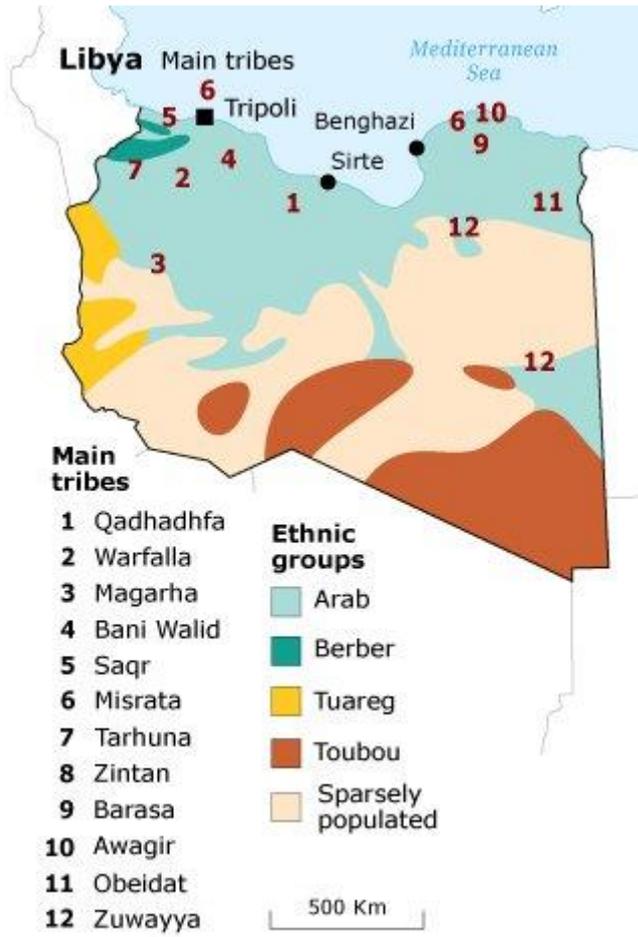


Na imagem: o jihadista do LIFG, Mahdi al-Harati, na Síria, treinando companheiros jihadistas líbios em uma guerra por procuração apoiada pelos EUA contra Damasco. Fontes: Liwa Al-Umma Facebook Page.

5.2.5.



(Na imagem, Abdelhakim Belhadj, LIFG - al-Qâ'ida - posa com o senador norte-americano John McCain. Fonte: LDR).



Source: Fragilestates.org/Stratfor